ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 97
Brasília - DF, terça-feira, 22 de maio de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 7
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 17
Ministério da Cultura 20
Ministério da Defesa 23
Ministério da Educação 23
Ministério da Fazenda 27
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 33
Ministério da Integração Nacional 61
Ministério da Justiça 61
Ministério da Saúde 63
Ministério de Minas e Energia 88
Ministério do Desenvolvimento Social 97
Ministério do Meio Ambiente 97
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 98
Ministério do Trabalho 98
Ministério dos Direitos Humanos 109
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 110
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 111
Ministério Público da União 113
Poder Judiciário 118
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 119

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.566 (1)
ORIGEM : ADI - 139295 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : PARTIDO LIBERAL - PL
ADV.(A/S) : RENATO MORGANDO VIEIRA (0010702/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL

Decisão: Retirado de pauta ante a aposentadoria do Ministro Cezar Peluso (Relator). Ausentes, nesta assentada, os Senhores Ministros Celso de Mello e Joaquim Barbosa. Presidência do Senhor Ministro Ayres Britto. Plenário, 12.09.2012.

Decisão: O Tribunal, por maioria, vencidos os Ministros Alexandre de Moraes (Relator) e Luiz Fux, julgou procedente a ação, para declarar a inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º da Lei 9.612/1998. Redator para o acórdão o Ministro Edson Fachin. Ausente, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, em face de participação, na qualidade de representante do Supremo Tribunal Federal, no VIII Fórum Jurídico Internacional de São Petersburgo, a realizar-se na Rússia. Impedido o Ministro Gilmar Mendes. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 16.5.2018

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 830, DE 21 DE MAIO DE 2018

Extingue o Fundo Soberano do Brasil, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008, e o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica extinto o Fundo Soberano do Brasil - FSB, fundo especial de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, criado pela Lei nº 11.887, de 24 de dezembro de 2008.

Art. 2º Os recursos do extinto FSB, pertencentes à União, serão destinados ao pagamento da Dívida Pública Federal.

Art. 3º A Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda adotará as medidas necessárias ao cumprimento do disposto nos art. 1º e art. 2º quanto à sua execução e à sua operacionalização.

Art. 4º Fica extinto o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil - CDFSB, de que trata o Decreto nº 7.113, de 19 de fevereiro de 2010, na data de publicação dos demonstrativos a que se refere o art. 9º da Lei nº 11.887, de 2008, apurados após a data de entrada em vigor desta Medida Provisória.

Art. 5º O Ministério da Fazenda encaminhará ao Congresso Nacional o último relatório de desempenho do FSB, de que trata o art. 10 da Lei nº 11.887, de 2008, até o fim do trimestre subsequente à data de extinção do Fundo.

Art. 6º Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Eduardo Refinetti Guardia

DECRETO Nº 9.378, DE 21 DE MAIO DE 2018

Altera o Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, para dispor sobre a Secretaria Nacional do Consumidor e sobre as competências e os Quadros Demonstrativos dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Justiça e do Ministério Extraordinário da Segurança Pública.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo I ao Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º .....
.....

II - .....
.....

b) Secretaria Nacional do Consumidor: Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor;

....." (NR)

"Art. 13. .....
.....

VIII - instruir processos e opinar em tema de reconhecimento, cassação e perda da condição de refugiado, autorizar a saída e o reingresso no País e expedir o documento de viagem;

....." (NR)

"Art. 15. À Secretaria Nacional do Consumidor compete:

.....

VIII - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;

.....

XIII - celebrar compromissos de ajustamento de conduta, na forma da lei;

....." (NR)

"Art. 16. .....

I - assessorar a Secretaria Nacional do Consumidor na formulação, na promoção, na supervisão e na coordenação da política nacional de proteção e defesa do consumidor;

II - assessorar a Secretaria Nacional do Consumidor na integração, na articulação e na coordenação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;

.....

XVIII - propor à Secretaria Nacional do Consumidor a celebração de convênios, de acordos e de termos de cooperação técnica, com vistas à melhoria das relações de consumo;

....." (NR)

Art. 2º O Anexo II ao Decreto nº 9.360, de 2018, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo I a este Decreto.

Art. 3º O Anexo IV ao Decreto nº 9.360, de 2018, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II a este Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Torquato Jardim
Esteves Pedro Colnago Junior
Raul Jungmann

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I

(Anexo II ao Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018)

"a)

.....

.....

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Política Migratória	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Divisão	2	Chefe	FCPE 101.2
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral do Comitê Nacional para os Refugiados	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	2	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Assuntos Judiciários	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Serviço	2	Chefe	DAS 101.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço	1	Chefe	DAS 101.1
DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	1	Diretor	DAS 101.5

....." (NR)

ANEXO II

(Anexo IV ao Decreto nº 9.360, de 7 de maio de 2018)

"a) .....

.....

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Orçamento	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA	1	Secretário	DAS 101.6

....." (NR)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados
para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

DECRETO Nº 9.379, DE 21 DE MAIO DE 2018

Autoriza o emprego das Forças Armadas para a garantia da votação e da apuração das eleições de 2018.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e XIII, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 15 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e no art. 23, **caput**, inciso XIV, da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica autorizado o emprego das Forças Armadas para a garantia da votação e da apuração das eleições de 2018.

Art. 2º As localidades e o período de emprego das Forças Armadas serão definidos conforme os termos de requisição do Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de maio de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna
Sergio Westphalen Etchegoyen

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 259, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional de autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

1 - Portaria nº 28, de 6 de fevereiro de 2014 - Associação Comunitária de Amigos de Porto Esperidião, no município de Porto Esperidião - MT;

2 - Portaria nº 419, de 22 de maio de 2014 - Associação dos Músicos Caxiensis, no município de Caxias do Sul - RS;

3 - Portaria nº 881,de 9 de junho de 2015 - Associação Comunitária Esportiva e Educacional de Radiodifusão da Cidade de Laguna Carapã, no município de Laguna Carapã - MS;

4 - Portaria nº 2.786, de 30 de julho de 2015 - Associação Cultural Comunitária Alto Figueira, no município de Arvorezinha - RS;

5 - Portaria nº 4.079, de 9 de setembro de 2015 - Associação Comunitária de Radiodifusão Metropolitana FM para Desenvolvimento Cultural de Pote (Rádio Metropolitana), no município de Poté - MG;

6 - Portaria nº 4.910, de 3 de novembro de 2015 - Associação Cultural Rádio Comunitária do Parque do Lago, no município de Várzea Grande - MT;

7 - Portaria nº 60, de 1 de fevereiro de 2016 - Associação Beneficente e Cultural Comunitária Itinga da Serra (ASBECULIS), no município de Antônio Gonçalves - BA; e

8 - Portaria nº 4.230, de 28 de setembro de 2017 - Associação Independência do Distrito do Bezerra, no município de Formosa - GO.

Nº 260, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional de renovações, por dez anos, das autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

1 - Portaria nº 6.151, de 1 de dezembro de 2015 - Associação Comunitária Regional da Mata Para Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico, no município de Rolim de Moura - RO;

2 - Portaria nº 68, de 1 de fevereiro de 2016 - ASCOCAB - Associação Comunitária de Cabixi, no município de Cabixi - RO;

3 - Portaria nº 906, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio Comunitária Campeche, no município de Florianópolis - SC; e

4 - Portaria nº 6.685, de 6 de janeiro de 2016 - Associação Comunitária Jiparanaense - ASCOJIPA, no município de Ji-Paraná - RO.

Nº 261, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional das permissões às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme os seguintes atos, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações:

1 - Portaria nº 476, de 20 de junho de 2014 - Universidade Regional do Cariri - URCA, no município de Crato - CE;

2 - Portaria nº 1.108, de 11 de novembro de 2014 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAL, no município de Arapiraca - AL;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3 - Portaria nº 86, de 13 de fevereiro de 2015 - Universidade Federal do Pampa, no município de Santana do Livramento - RS;

4 - Portaria nº 474, de 14 de maio de 2015 - Fundação Unisc de Comunicações, no município de Santa Cruz do Sul - RS;

5 - Portaria nº 2.076, de 14 de maio de 2015 - Centro Universitário de Franca - UNIFACEF, no município de Franca - SP; e

6 - Portaria nº 2.252, de 13 de dezembro de 2016 - Fundação Cultural Vicentina, no município de Lavras da Mangabeira - CE.

Nº 262, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional à apreciação do ato constante da Portaria nº 1.301, de 5 de abril de 2017, "que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em FREQUÊNCIA MODULADA, no município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina".

Nº 263, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor PAULO ESTIVALLET DE MESQUITA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente na Mongólia.

Nº 264, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor MANUEL ADALBERTO CARLOS MONTENEGRO LOPES DA CRUZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Azerbaijão.

Nº 265, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente na República do Uzbequistão.

Nº 266, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 830, de 21 de maio de 2018.

Nº 272, de 21 de maio de 2018. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.885.

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 13, DE 17 DE MAIO DE 2018

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei nº 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º e 7ºdo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, combinado com o art. 11, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 9 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2018, tendo em vista a decisão adotada em sua 680ª Reunião, realizada em 17 de maio de 2018, e

Considerando a decisão adotada em sua 670ª Reunião, realizada em de 23 de novembro de 2016;

Considerando os termos do Decreto Presidencial de 22 de junho de 2015, que declarou de interesse social para fins de desapropriação, os imóveis rurais abrangidos pelo Território Quilombola Invernada Paiol de Telha, localizado no Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná; e

Considerando a proposta apresentada pela Cooperativa Agrária Agroindustrial, visando a resolução pacífica e a eliminação de futuras condenações judiciais, juros moratórios, verbas acessórias, dentre outras ações; resolve:

Art. 1º Retificar a RESOLUÇÃO/INCRA/CD/Nº 51, de 29 de novembro de 2016, publicada no DOU Nº 229, Seção 1, página 03, de 30 de novembro de 2016, com a exclusão integral do seu art. 3º, considerando a orientação dada na NOTA/Nº 00060/2018/CGA/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU, e DESPACHO/nº 00298/2018/GAB/PFE/PFE-INCRA-SEDE/PGF/AGU.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LEONARDO GÓES SILVA
Pelo Conselho

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARÁ

PORTARIA Nº 704, DE 2 DE MAIO DE 2018

A SUPERINTENDENTE REGIONAL SUBSTITUTA DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições que lhe foram conferidas no inciso VIII, Art. N°.115 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria Nº. 338 de 09 de março de 2018, publicada no D.O.U N°.49, de 13 de março de 2018; e

Considerando o processo administrativo INCRA N° 54100.000367/2006-28, que trata da criação do Projeto Agroextrativista (PAE) Ilha Arapari, localizado no município de Barcarena, Pará, com área de 3.017, 2436 hectares;

Considerando a complexidade na definição da dominalidade do imóvel Ilha Arapari, se da União Federal ou do Estado do Pará, até hoje indefinida;

Considerando a instrução do processo acima mencionado, que culminou com a aprovação por unanimidade, pelo Comitê de Decisão Regional (CDR) em reunião ordinária realizada em 10/03/2016 (N° 03/2016), o cancelamento da Portaria N°.22/2006/INCRA/SR-01, de criação do PAE Ilha Arapari;

Considerando que o INCRA não disponibilizou nenhum benefício do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) às famílias residentes na Ilha Arapari, cadastradas e homologadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA), por conta da indefinição dominial;

Considerando, pelo exposto acima, que não houve dispêndio de recursos públicos na área do PAE Ilha Arapari, resolve:

Art. 1° Revogar a Portaria INCRA (SR-01) N°.22, de 06 de setembro de 2006, publicada no DOU n° 174, de 11 de setembro de 2006, Seção 1, página n° 76, que criou o PAE Ilha Arapari, código SIPRA PAE0316000;

Art. 2° Promover as alterações que se fazem necessárias no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária- SIPRA;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDILA FERREIRA DUARTE MONTEIRO

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

Processo nº 00100.000409/2018-35
Interessado: AR Cei Informática
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR Cei Informática, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na RUA Farmacêutico Francisco Frias, Nº 260, Belvedere, Arcos/MG

Processo nº 00100.000204/2018-50
Interessado: AR FACILITE
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR FACILITE , vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na RUA 11 Nº 74 QD 17 LT 14B SALA 01 - Vila Amalia - Rio Verde/GO

Processo nº 00100.001960/2018-04
Interessado: AR DOMYNIUS
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR DOMYNIUS, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na ROD SC 350, Nº 6543,FUNDOS, BAIRRO ALBERTINA, RIO DO SUL - SC.

Processo nº 00100.000135/2018-84
Interessado: AR E-DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR E-DIGITAL, vinculada à AC LINK RFB, com sede no endereço na RUA ABUNA 2774 SALA 04 LIBERDADE- PORTO VELHO/ RO.

Processo nº 00100.000175/2018-26
Interessado: AR R2 TECNOLOGIA EM GESTÃO
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR R2 TECNOLOGIA EM GESTÃO, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na AV. Dom Severino Nº 2074 - sala 203 andar 2 Edifício Zé Carvalho - São Cristóvão - Teresina / PI

Processo nº 00100.000189/2018-40
Interessado: AR FIORAVANTE
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR FIORAVANTE, vinculada à AC SAFEWEB RFB, com sede no endereço na AVENIDA TIRADENTES, N° 141, SALA 21, CENTRO, ERECHIN/RS

Processo nº 00100.004427/2018-96
Interessado: AR VALID CD
DEFIRO o pedido de alteração de endereço da IT VALID CD da AR VALID CD, vinculada à AC VALID e nas demais cadeias onde encontra-se credenciada, conforme abaixo:
Nome da IT: IT VALID CD
Endereço Anterior: Avenida Doutor Rudge Ramos, Sala, 1° Andar, Rudge Ramos, São Bernardo do Campo-SP
Endereço Atual: Avenida Paulista 2064, Sala 15 Parte, Bela Vista, São Paulo-SP

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

DESPACHOS

Processo nº 00100.000315/2018-66
Interessado: AR BARTH RIBEIRO CERTIFICADORA
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR BARTH RIBEIRO CERTIFICADORA, vinculada à AC DOCCLOUD RFB, com sede no endereço na AV ANTONIO FERREIRA SOBRINHO, 1861, JACIARA/MT.

Processo nº 00100.000365/2018-43
Interessado: AR EMBRACED
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR EMBRACED, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na TRAV. Almirante Wandenkolk. Nº 811 - Ed. Village Millenium. Sala 501, Nazaré- Belém / PA.

Processo nº 00100.000187/2018-51
Interessado: AR JETCART
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR JETCART, vinculada à AC LINK RFB, com sede no endereço na RUA AZEVEDO SOARES, Nº 930 SALA 03 , TATUAPE -SÃO PAULO/SP.

Processo nº 00100.000061/2018-86
Interessado: AR AMAZON DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR AMAZON DIGITAL CERTIFICADORA, vinculada à AC ONLINE RFB, com sede no endereço Rua Benjamin Constant Nº 977 -Térreo, sala 4, Centro - Rio Branco/AC.

Processo nº 00100.000366/2018-98
Interessado: AR SIGNIT
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SIGNIT, vinculada à AC VALID BRASIL, com sede no endereço na AVENIDA BRASIL Nº 7174 SALA TERREA, CENTRO - CASCAVEL /PR.

Processo nº 00100.000568/2018-30
Interessado: AR AHB
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR AHB, vinculada à AC DOCCLOUD RFB, com sede no endereço na Rua XV de Novembro,1050, Centro, Itararé/SP

Processo nº 00100.000569/2018-84
Interessado: AR SC FORTE
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SC FORTE CERTIFICADO DIGITAL, vinculada à AC VALID BRASIL, com sede no endereço na RUA JOSÉ MARIA CARDOSO DA VEIGA Nº 235 - SALA 02, BELA VISTA - RIO NEGRINHO/ SC.

Processo nº 00100.004749/2018-35
Interessado: AR FLEXCERT
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR FLEXCERT CERTIFICAÇÃO DIGITAL , localizada na Rua Passo da Pátria, nº 120, Sala 302, Jardim Vinte e Cinco de Agosto, Duque de Caxias/RJ, vinculada à AC DOCCLOUD RFB.

Processo nº 00100.004751/2018-12
Interessado: AR CERTMIDIA
DEFIRO o pedido de descredenciamento da AR CERTMIDIA, localizada na Rua Padre Marinho, n° 323, sala 102, bairro Santa Efigênia, na cidade de Belo Horizonte/MG, vinculada à AC SAFEWEB RFB.

Processo nº 00100.001857/2018-56
Interessado: AR INTERMID CERTIFICACAO DIGITAL
DEFIRO o pedido de credenciamento da AR INTERMID CERTIFICACAO DIGITAL, vinculada à AC SOLUTI MÚLTIPLA, com sede no endereço na RUA C 139 Nº 105, QUADRA 324, LOTE 12 SALA 01, JARDIM AMERICA, GOIÂNIA - GO.

GASTÃO JOSÉ DE OLIVEIRA RAMOS
Diretor-Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PORTARIA Nº 4, DE 15 DE MAIO DE 2018

Disciplina os procedimentos relativos ao recolhimento de créditos da União, decorrentes da atuação judicial e extrajudicial da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução, em conformidade com as normas gerais e códigos estabelecidos pela Portaria da Secretária-Geral de Administração nº 56, de 14 de fevereiro de 2018 e a Portaria da Advogada-Geral da União nº 400, de 1 de dezembro de 2017.

O PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e III do art. 41 do Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010,

Considerando o disposto nos arts. 1º e 9º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 98 da Lei nº 10.707, de 30 de julho de 2003, nos arts. 3º e 4º do Decreto nº 4.950, de 9 de janeiro de 2004, e na Instrução Normativa STN nº 02, de 22 de maio de 2009, que estabelece a Guia de Recolhimento da União (GRU) como documento de arrecadação das receitas realizadas pelos órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, com exceção das receitas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recolhidas mediante a Guia de Previdência Social (GPS), e das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, recolhidas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF);

Considerando o teor da Portaria da Secretária-Geral de Administração nº 56, de 14 de fevereiro de 2018, que estabelece normas gerais para o recolhimento de créditos da União decorrentes da atuação institucional da Advocacia-Geral da União;

Considerando o teor da Portaria da Advogada-Geral da União nº 400, de 1 de dezembro de 2017, que estabelece procedimentos para restituição ou retificação de valores arrecadados por meio de Guia de Recolhimento da União -GRU, decorrentes da atuação judicial e extrajudicial da Advocacia-Geral da União;

Considerando o Parecer nº 023/2011/RDA/DPP/PGU/AGU, de 18 de março de 2011, a Nota nº 44/2015/MMM/DPP/PGU/AGU, de 13 de março de 2015, e o Parecer nº 34/2015- MMM-JBT/DPP/PGU/AGU, de 11 de setembro de 2015 (Processo Administrativo nº 00405.000325/2011-09), que tratam da arrecadação de créditos da União em decorrência da atuação institucional da Advocacia-Geral da União, mediante melhor registro, identificação e controle da recuperação de créditos promovida especialmente pela Procuradoria-Geral da União e seus órgãos de execução; e

Considerando a necessidade de consolidar procedimentos e rotinas a serem observados pela Procuradoria-Geral da União e pelos órgãos de execução a ela subordinados a respeito do recolhimento de créditos da União decorrentes de atuação judicial e extrajudicial, resolve:

Art. 1º Esta Portaria disciplina, no âmbito da Procuradoria-Geral da União (PGU) e de seus órgãos de execução, o procedimento a ser observado para o recolhimento de créditos decorrentes de atuação judicial e extrajudicial, inclusive para a conversão em renda em favor da União de valores em depósitos judiciais, em conformidade com as normas gerais e códigos estabelecidos na Portaria da Secretária-Geral de Administração nº 56, de 14 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. O disposto nesta Portaria se aplica a todos os recolhimentos decorrentes da atuação da PGU, independentemente de a União estar no polo ativo ou passivo da demanda judicial.

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Das conceituações

Art. 2º Para os fins desta Portaria, considera-se: I - Crédito da União: o crédito da União não tributário e não inscrito em dívida ativa.

II - Recolhimento: o ato pelo qual os agentes arrecadadores efetuam a transferência dos valores arrecadados à conta própria do Tesouro Nacional, dotada de finalidades específicas de administração, controle e programação financeira.

III - Guia de Recolhimento da União (GRU): Documento instituído pelo Ministério da Fazenda por meio da Instrução Normativa nº 02/2009, para recolhimento das receitas de órgãos, fundos, autarquias, fundações e demais entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, com exceção das receitas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), recolhidas mediante a Guia de Previdência Social (GPS), e das receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, recolhidas por meio do Documento de Arrecadação de Receitas Federais (DARF).

IV - GRU Simples: documento não compensável, emitido pela internet, por meio do site da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Somente pode ser paga em agências do Banco do Brasil S/A.

V - GRU SPB: GRU cujo pagamento é realizado via Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), por meio da mensagem TES0034.

VI - GRU TED/DOC: transferência de valores para a Conta Única do Tesouro Nacional a partir de conta corrente de qualquer banco integrante do sistema de compensação nacional.

VII - Pagamento: o ato praticado pelo devedor, ou praticado em favor deste, que configura o adimplemento do crédito da União, efetivado em parcelas ou integralmente, conforme devidamente autorizado ou reconhecido.

VIII - Pagamento espontâneo: o pagamento integral do crédito da União efetuado por livre vontade do devedor, independentemente da realização de acordo, correspondente ao montante integral da dívida.

IX - Operação 635: operação criada no âmbito da Caixa Econômica Federal para realização de depósitos judiciais de créditos de interesse da União, em conformidade com o disposto no art. 3º da Lei nº 12.099/2009, c/c o art. 1º da Lei nº 9.703/1998. Nessa operação o montante é transferido à Conta Única do Tesouro Nacional e remunerado pela Taxa Selic.

X - Retificação do recolhimento: procedimento que visa a realização de acertos decorrentes de erro no preenchimento de informações constantes da Guia de Recolhimento da União, como, por exemplo, UG, código de recolhimento, identificação do contribuinte, entre outros.

XI - Restituição de receitas: restituição ao interessado que, por algum motivo, tenha recolhido receitas a maior ou indevidamente por meio de GRU.

Seção II
Dos recolhimentos diretos

Art. 3º O recolhimento de crédito da União decorrente de adimplemento voluntário do devedor, como em casos de pagamento espontâneo, parcelamento, acordo, liquidação ou renegociação de dívida, quando relacionado a processo judicial ou administrativo sob a responsabilidade de órgão de execução da PGU, deverá ser realizado por meio de GRU, sob as modalidades de "GRU-Simples" ou "GRU-SPB (Via Sistema de Pagamentos Brasileiros)".

Parágrafo único. Excepcionalmente será permitido o pagamento da GRU por meio de Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), desde que haja autorização expressa do Advogado da União responsável pela condução do processo, mediante orientações, no caso concreto, expedidas pelo Departamento de Patrimônio e Probidade da PGU (DPP/PGU).

Art. 4º A *GRU-Simples* somente poderá ser paga no Banco do Brasil S/A, e seu preenchimento deve ocorrer da seguinte forma:

I - acessar, no endereço eletrônico http://www.tesouro.fazenda.gov.br/gru, o *link* "Impressão de GRU";

II - preencher os campos UNIDADE GESTORA (UG) e GESTÃO, conforme Anexo II ou Anexo III (no caso de órgãos ou entidades extintos) desta Portaria;

III - preencher o campo CÓDIGO DE RECOLHIMENTO, conforme Anexo I desta Portaria;

IV - clicar em AVANÇAR, para acessar a tela seguinte;

V - preencher o campo NÚMERO DE REFERÊNCIA com (1) o número do processo judicial, no caso de recolhimento quando existente processo judicial de cobrança ou execução, ou (2) com o número do processo administrativo, nas demais hipóteses;

VI - preencher os campos COMPETÊNCIA (MM/AAAA) e VENCIMENTO (DD/MM/AAAA), conforme instruções constantes da decisão judicial ou do acordo administrativo ou, se necessário, instruções fornecidas pelo órgão de execução da PGU responsável pela condução do processo;

VII - preencher os campos CNPJ ou CPF DO CONTRIBUINTE e NOME DO CONTRIBUINTE/RECOLHEDOR com os dados do devedor/responsável;

VIII - preencher os campos de VALORES conforme necessário for para o correto recolhimento do crédito da União, ou de parcela deste, respeitadas as disposições legais, judiciais ou pactuadas; e

IX - clicar em EMITIR GRU, para obter o documento de recolhimento.

§ 1º Instruções mais detalhadas poderão ser consultadas no endereço eletrônico da STN, no link http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/250590/Instrucoes_preenchimento_GRU_Simples.pdf.

§ 2º A GRU poderá ser emitida pelo próprio devedor, que se responsabilizará pelas consequências do preenchimento errôneo e recolhimento indevido, ou fornecida pela unidade responsável no âmbito do órgão de execução da PGU.

Art. 5º A GRU-SPB poderá ser paga na Instituição Financeira na qual o devedor é correntista, mediante apresentação da GRU preenchida conforme orientações previstas no art. 3º, informando-se que a transferência do recurso ao Tesouro Nacional deverá ocorrer por meio da Mensagem "TES0034".

Seção II
Da conversão de depósitos judiciais em renda da União

Art. 6º Os depósitos judiciais realizados na Caixa Econômica Federal deverão observar o disposto no art. 3º da Lei nº 12.099/2009, combinado com o art. 1º da Lei nº 9.703/1998, e serão efetuados na Operação 635, no código de DARF 8047.

Art. 7º Quando for o caso, os depósitos judiciais deverão ser convertidos em renda do Tesouro Nacional por meio de GRU-SPB, via da Mensagem "TES0034".

§ 1º A petição de solicitação da conversão deverá conter:

I - o código de recolhimento, bem como a Unidade Gestora (UG), o número de referência, a competência e o CNPJ do órgão destinatário do recurso, em conformidade com os Anexos I, II e III desta Portaria;

II - pedido de que os valores debitados à Conta Única do Tesouro Nacional, nos moldes do § 4º do 1º da Lei nº 9.703/1998, deverão sofrer as devidas atualizações, conforme as diretrizes fixadas no art. 2º-A desta mesma Lei, antes de comandada a transferência integral ao Tesouro Nacional mediante os respectivos códigos de recolhimento.

§ 2º Havendo créditos referentes a ônus judiciais de sucumbência a serem recolhidos, deverão ser indicados os códigos próprios, em conformidade com o previsto nos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 8º Em caso de eventual impossibilidade de utilização de GRU-SPB, via Mensagem "TES0034", a conversão em renda poderá ser efetuada por meio de DOC ou TED, devendo ser indicados os seguintes dados para a operação:

I - código do Banco: 001 - Banco do Brasil S/A;

II - agência: 1607-1;

III - conta Corrente: 170500-8;

IV- identificador do Recolhimento: [Código da Unidade Gestora] + [Código da Gestão] + [Código de recolhimento/GRU, sem o dígito verificador], no formato: "XXXXXX00001YYYYY", sendo: XXXXXX, o código da Unidade Gestora (ver anexo I); 00001, o código da Gestão Tesouro Nacional; e YYYYY, o código GRU, sem DV (ver anexo II);

V - CNPJ da UG favorecida: ver Anexo II ou Anexo III (no caso de órgãos ou entidades extintos) desta Portaria.

Parágrafo único. O Identificador do Recolhimento, mencionado no inciso IV deste artigo, deverá ser preenchido nas primeiras dezesseis posições do campo NOME DO FAVORECIDO, no caso de DOC, ou deverá ser preenchido no campo CÓDIGO IDENTIFICADOR DA TRANSFERÊNCIA, no caso de TED.

Seção IV
Da retificação de recolhimento indevido

Art. 9º Em caso de preenchimento incorreto da GRU, com a indicação errônea de código e/ou Unidade Gestora, compete à UG favorecida com o recolhimento equivocado efetuar a retificação, conforme o disposto na Instrução Normativa STN nº 02/2009.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200004

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 1º Constatando-se erro no preenchimento da GRU e recolhimento equivocado, o órgão de execução da PGU deverá expedir comunicação ao órgão favorecido, solicitando a retificação, indicando:

I - as razões que motivam o pedido; e

II - o código de recolhimento, o número de referência, o valor, a data do recolhimento e a Unidade Gestora/Gestão corretos.

§ 2º No caso de preenchimento equivocado resultante de conduta do próprio devedor, a quitação somente será dada após efetivada a retificação do recolhimento.

§ 3º As retificações de GRUs relativas a valores recolhidos à Unidade Gestora Arrecadadora UG 110060 - Advocacia-Geral da União -, incluindo a alteração de recolhimento feito por GRU para Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, deverão observar as instruções previstas na Portaria AGU nº 400, de 1º de dezembro de 2017.

Seção V
Da restituição de receitas

Art. 10. A restituição de receitas recolhidas indevidamente, ou recolhidas em valor superior ao que era devido, seguirá o disposto nos arts. 8º e 11 da Instrução Normativa STN nº 02/2009 e nas orientações previstas nesta Seção.

§ 1º Nas hipóteses em que o recolhimento tenha sido realizado indevidamente ou em montante superior ao que era devido, por culpa do próprio interessado, caberá a ele requerer a restituição perante o órgão beneficiário, sem prejuízo de orientação e auxílio do órgão de execução da PGU responsável pela condução do processo e da expedição de certidão pelo Advogado da União que atua no feito, atestando o direito do beneficiário ao estorno do crédito.

§ 2º Nas hipóteses de intimação judicial, determinando a restituição dos valores, como em casos de anulação da hasta pública, posterior confirmação de impenhorabilidade de valores convertidos em renda ou nos demais casos em que haja insubsistência superveniente da conversão em renda, o órgão de execução da PGU, após certificar-se quanto à real necessidade de restituição, deverá:

I - expedir comunicação ao órgão beneficiário do recolhimento, solicitando a adoção das providências cabíveis para a restituição do valor, indicando as razões que motivam o pedido e os dados bancários do interessado ou da respectiva conta judicial, se for o caso, necessários para a realização da ordem bancária;

II - informar ao juízo as providências adotadas e solicitar prazo razoável para o cumprimento da diligência, informando que, conforme a Instrução Normativa STN nº 02/2009, a restituição poderá ser objeto de programação financeira específica.

§ 3º Nos casos em que tenha havido conversão em renda de valores superiores ao montante devido, previamente às providências indicadas no § 2º deste artigo, o órgão de execução da PGU deverá verificar se existem outros processos judiciais ou condenações do Tribunal de Contas da União sob sua responsabilidade de atuação, em que o interessado figure como devedor da União. Em caso positivo, deverá avaliar, Considerando as circunstâncias do caso concreto, a possibilidade de que o valor seja utilizado para abatimento ou quitação da dívida.

§4º Os pedidos de restituições de receitas e o cumprimento de determinações judiciais para crédito em conta judicial de valor indevidamente recolhido por GRU que tenham sido recolhidos à Unidade Gestora Arrecadadora UG 110060 - Advocacia-Geral da União - deverão observar as instruções previstas na Portaria AGU nº 400, de 1º de dezembro de 2017.

Seção VI
Das comunicações

Art. 11. Após a confirmação do recolhimento ou da conversão em renda, o órgão de execução da PGU deverá expedir comunicação oficial, que poderá ser antecipada por meio eletrônico, ao órgão destinatário do crédito, contendo informações suficientes para a correta identificação de sua origem e para a adoção de providências cabíveis para a suspensão ou exclusão, conforme o caso, dos registros de inadimplência do devedor.

§ 1º As comunicações serão expedidas à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), ou setor equivalente, do órgão originariamente responsável pela receita.

§ 2º Sem prejuízo de outras informações que o Advogado da União entenda essenciais, deverão constar da comunicação:

I - nome e CPF ou CNPJ do responsável pelo recolhimento e do devedor, se forem pessoas diversas;

II - valor recolhido;

III - número do processo judicial ou administrativo;

IV - número do processo de Tomada de Contas, acórdão e colegiado, em se tratando de execução de acórdão do TCU;

V - dados relacionados à Tomada de Contas Especial que originou o ajuizamento de ação de ressarcimento ou de improbidade, quando for o caso;

VI - número do instrumento, quando se tratar de convênios ou outras formas de transferência de recursos federais;

VII - fato que originou o depósito judicial, em casos de conversão em renda para a União;

VIII - tipo e número da operação, além de nome e CPF e/ou CNPJ de todos os mutuários, em casos de ações relacionadas a crédito rural.

§ 3º Sendo a receita decorrente de acordo/parcelamento realizado no âmbito do órgão de execução da PGU, sem prejuízo da remessa de cópia do próprio termo, deverão ser acrescentados os seguintes dados: número do processo administrativo que originou o acordo, valor do crédito da União, quantidade de parcelas e valor da primeira, legislação que fundamenta o acordo e outras informações relevantes.

CAPÍTULO II
DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

Art. 12. O código de recolhimento "13803-7 AGU - Recuperação de Recursos Vinculados a Fundos Federais" deverá ser utilizado quando o crédito for de titularidade dos Fundos Federais indicados no Anexo II da presente Portaria.

Art. 13. O recolhimento de créditos da União oriundos de ação civil ex delicto, de execução de sentença condenatória a penas de prestação pecuniária aplicada em favor da União, quando decorrentes da atuação direta de órgão de execução da PGU, será realizado mediante indicação do Código de recolhimento "13802-9 - AGU Recuperação de Recursos e Demais Valores" e da UG do órgão afetado pela ação criminosa.

Art. 14. O recolhimento de créditos da União oriundos da execução de pena de perdimento de bens decorrentes de atuação direta de órgão de execução da PGU deverá ser efetuado na Unidade Gestora do Fundo Nacional Penitenciário (FUNPEN) ou do Fundo Nacional Antidrogas (FUNAD), a depender da situação concreta, indicando-se o código de recolhimento "13802-9 - AGU Recuperação de Recursos e Demais Valores".

§ 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de simples intimação judicial da União para indicação de códigos para a conversão em renda de valores decorrentes do perdimento de bens em favor da União, ou da alienação de bens apreendidos na persecução criminal, destinados ao FUNPEN ou ao FUNAD.

§ 2º Nas hipóteses do § 1º deste artigo deverão ser indicados os códigos e Unidades Gestoras elencados do Anexo V desta Portaria.

Art. 15. Nos processos judiciais que envolvem valores relativos ao Encargo de Capacidade Emergencial (ECE), o recolhimento será destinado à Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais da Secretaria do Tesouro Nacional (COFIS/STN/MF) e deverão ser utilizados os seguintes dados no preenchimento da GRU:

I - Código: 13802-9;

II - UG: 170705;

III - Gestão: 00001;

IV - CNPJ: 00.394.460/0445-13.

Art. 16. Os recolhimentos decorrentes de processos judiciais em que a União atua como sucessora da extinta Rede Ferroviária Federal S/A (RFFSA) deverão seguir a sistemática prevista nas orientações advindas da STN e divulgadas pela PGU por E-mail Circular.

Art. 17. Os recolhimentos decorrentes de cumprimento de sentença em trâmite na Justiça Eleitoral, com fundamento na Resolução do Tribunal Superior Eleitoral nº 23.432, de 16 de dezembro de 2014, deverão ser realizados mediante os seguintes códigos de GRU:

I - Código: 13802-9;

II - UG: 070026;

III - Gestão: 00001;

IV - CNPJ: 00.509.018/0001-13.

Art. 18. Os créditos relativos aos processos em que se discute o refinanciamento da dívida pública serão recolhidos à Coordenação-Geral de Haveres Financeiros da Secretaria do Tesouro Nacional (COAFI/STN/MF) e deverão observar os seguintes códigos de GRU:

I - Código: 13802-9;

II - UG: 170512;

III - Gestão: 00001;

IV - CNPJ: 00.394.460/0389-71.

Art. 19. Os recursos relacionados a ações do Sistema Único de Saúde e medicamentos serão recolhidos na Unidade Gestora do Fundo Nacional de Saúde (FNS). A Unidade Gestora do Ministério da Saúde será utilizada para recolhimento de recursos relacionados à área administrativa do Ministério, a exemplo de créditos decorrentes da execução de contratos administrativos.

Art. 20. O recolhimento de valores relativos à contribuição para o custeio das pensões militares deve ser realizado mediante o código de recolhimento 15556.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 A arrecadação dos honorários advocatícios dar-se-á por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União, no código de recolhimento 91710-9.

§ 1º A GRU pode ser emitida por meio do sítio da AGU, www.agu.gov.br, no item "GRUHonorários", ou no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional, www.tesouro.gov.br.

§ 2º O código de recolhimento "13904-1 - AGU - Ressarcimento de Despesas Processuais" deve ser utilizado apenas para recolhimento de receitas relativas ao ressarcimento de despesas e multas decorrentes ou antecedentes ao processo judicial, apurados em favor da União, sendo vedado seu uso como código genérico de arrecadação.

Art. 22. Se o crédito a ser recolhido ou convertido em renda ao Tesouro Nacional for originariamente de titularidade de órgão que foi extinto, deverá ser indicada a Unidade Gestora do órgão que o sucedeu, conforme planilha exemplificativa constante do Anexo III desta Portaria.

Parágrafo único. O recolhimento será destinado ao Departamento de Órgãos Extintos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DEPEX/MP) somente nas hipóteses de sua competência, em conformidade com o art. 30 do Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, ou de outro regulamento que altere a sua competência posteriormente, conforme tabela indicativa constante do Anexo IV.

Art. 23. Os órgãos de execução da PGU deverão adotar as medidas cabíveis, a fim de que as disposições da Lei nº 9.703/1998 combinado com o art. 3º da Lei nº 12.099/2009 sejam efetivamente aplicadas aos depósitos judiciais efetuados em favor da União.

Parágrafo único. Constatando que algum depósito judicial na Caixa Econômica Federal tenha sido equivocadamente realizado na "Operação 005", o órgão de execução da PGU deverá diligenciar, inclusive requerendo em juízo se for necessário, que o depósito seja migrado para a "Operação 635", código de DARF 8047, para que haja remuneração e correção monetária nos termos da legislação de regência.

Art. 24. As dúvidas decorrentes da aplicação da presente Portaria e os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos do DPP/PGU, pelo email pgudpp.cgrat@agu.gov.br.

Art. 25. O caput do art. 20 da Ordem de Serviço PGU nº 02, de 19 de abril de 2012, e o inciso I do seu parágrafo único, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 20. A arrecadação e o recolhimento dos valores relativos a créditos da União deverão seguir as disposições da Portaria da Secretária-Geral de Administração nº 56, de 14 de fevereiro de 2018.

.....

I - à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) ou setor equivalente do órgão originariamente responsável pelo débito principal, no caso de pagamento deste; e

....." (NR)

Art. 26. Fica revogada a Portaria PGU nº 1, de 05 de outubro de 2015.

Art. 27. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO EDUARDO DE FREITAS TAPETY

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO I
IDENTIFICAÇÃO DOS CÓDIGOS

CÓDIGO GRU	TÍTULO	DESCRIÇÃO
13800-2	AGU - Recuperação de Recursos - Diversos	Receita relativa ao recolhimento ou recuperação de recursos diversos devidos à União sem afetação a outro órgão específico.
13801-0	AGU - Multas e Sanções em Ação de Improbidade Administrativa.	Receita relativa a multa civil aplicada em ação de improbidade administrativa.
13802-9	AGU - Recuperação de Recursos - Demais Valores	Receita relativa a recuperação de créditos da União, exceto ação civil pública e de improbidade administrativa e execuções de decisões do TCU.
13804-5	AGU - Recuperação de Recursos - ACP/AIA	Receita relativa a recuperação de recursos em razão de ação civil pública e de improbidade administrativa.
13805-3	AGU - Recup. Recursos - Decisões TCU/CONVÊNIOS	Receita relativa a recuperação de recursos na execução de decisões do TCU, relativas a Convênios.
13806-1	AGU - Recup. Recursos - Decisões TCU/Demais Valores	Receita relativa a recuperação de recursos na execução de decisões do TCU, exceto Convênios.
13807-0	AGU - Multas Decorrentes de Decisões do TCU	Receita relativa a recuperação de créditos da União na execução de decisões do TCU, relativas a multas aplicadas.
13904-1	AGU - Ressarcimento de Despesas Processuais	Receita relativa ao ressarcimento de despesas e multas decorrentes ou antecedentes ao processo judicial, apurados em favor da União, representada pelo órgão AGU.
13803-7	AGU - Recuperação de Recursos Vinculados a Fundos Federais	Receita relativa ao recolhimento de recursos de titularidade de Fundos Federais, de natureza orçamentária vinculada.
10724-7	AGU-COFIS-STN-CRÉDITOS ORIG. OPERA. SECURITIZ	Receita proveniente dos créditos rurais originários de operações de securitização, transferidos à União com base na Medida Provisória 2.196-3/2001.
10723-9	AGU-COFIS-STN-OPER. PESA	Receita de créditos rurais originários de operações de PESA, transferidos à União com base na Medida Provisória 2.196-3/2001.
10722-0	AGU-COFIS-STN-BNCC	Receita proveniente dos créditos assumidos pela União em decorrência da extinção do BNCC

ANEXO II
CORRELAÇÃO CÓDIGO GRU X ÓRGÃO/UNIDADE GESTORA

CÓDIGO GRU	ÓRGÃO	UNIDADE GESTORA/GESTÃO	CNPJ DA UG
13803-7	Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT/MTb)	380916/00001	07.526.983/0001-43
	Fundo Nacional de Cultura (FNC/MinC)	340001/00001	03.221.904/0001-35
13801-0 13804-5	Fundo de Defesa de Direitos Difusos	200401/00001	00.394.494/0100-18
13800-2 13801-0 13904-1	Advocacia-Geral da União	110060/00001	26.994.558/0001-23
13807-0	Tribunal de Contas da União	030001/00001	00.414.607/0001-18
10724-7 10723-9 10722-0	Coordenação-Geral de Fundos e Operações (COFIS/STN/MF)	170705/00001	00.394.460/0445-13
13802-9	Secretaria de Produção e Agroenergia (SPAE/MAPA) (Crédito Rural - FUNCAFÉ)	130137/00001	00.396.895/0068-32
	Coordenação-Geral de Fundos e Operações (COFIS/STN/MF) (Encargo de capacidade emergencial)	170705/00001	00.394.460/0445-13
	Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI/STN/MF) (Refinanciamento da dívida pública)	170512/0001	00.394.460/0389-71
13802-9 13804-5 13805-3 13806-1	Câmara dos Deputados	010001/00001	00.530.352/0001-59
	Senado Federal	020001/00001	00.530.279/0001-15
	Tribunal de Contas da União	030001/00001	00.414.607/0001-18
	Supremo Tribunal Federal	040001/00001	00.531.640/0001-28
	Conselho Nacional de Justiça	040003/00001	07.421.906/0001-29
	Superior Tribunal de Justiça	050001/00001	00.488.478/0001-02
	Conselho da Justiça Federal	090001/00001	00.508.903/0001-88
	Justiça Militar	060025/00001	00.497.552/0001-57
	Justiça Eleitoral	070026/00001	00.509.018/0001-13
	Justiça do Trabalho	080017/00001	17.270.702/0001-98
	Tribunal de Justiça do DF e Territórios	100001/00001	00.531.954.0001-20
	Ministério Público da União	200097/00001	26.989.715/0052-52
	Conselho Nacional do Ministério Público	590001/00001	11.439.520/0001-11
	Presidência da República	110005/00001	02.963.901/0001-04
	Vice-Presidência da República	110101/00001	00.894.355/0001-71
	Advocacia-Geral da União	110060/00001	26.994.558/0001-23
	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	130101/00001	00.396.895/0066-70
	Ministério das Cidades	560003/00001	05.465.986/0001-99
	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	240102/00001	01.263.896/0002-45
	Ministério da Cultura	420002/00001	01.264.142/0003-90
	Ministério da Defesa	110407/00001	03.532.535/0001-00
	Comando da Aeronáutica	120002/00001	00.394.429/0001-00
	Comando do Exército	160075/00001	00.394.452/0499-60
	Comando da Marinha	773001/00001	00.394.502/0338-24
	Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário	110690/00001	26.688.865/0001-86
	Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços	280102/00001	00.394.478/0001-43
	Ministério do Desenvolvimento Social	550002/00001	05.756.246/0001-01
	Ministério dos Direitos Humanos	810002/00001	27.136.980/0001-00
	Ministério da Educação	150014/00001	00.394.445/0002-84
	Ministério do Esporte	180002/00001	02.973.091/0001-77
	Ministério da Fazenda	170013/00001	00.394.460/0212-20
	Ministério da Integração Nacional	530002/00001	03.353.358/0001-96
	Ministério da Justiça e Segurança Pública	200094/00001	00.394.494/0095-16
	Ministério do Meio Ambiente	440001/00001	37.115.375/0002-98
	Ministério de Minas e Energia	320002/00001	37.115.383/0002-34
	Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão	201002/00001	00.489.828/0007-40
	Ministério das Relações Exteriores	240005/00001	00.394.536/0005-62
	Ministério da Saúde	250088/00001	00.394.544/0001-85
	Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS)	257001/00001	00.530.493/0001-71
	Ministério do Trabalho	400042/00001	23.612.685/0008-07
	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	390002/00001	37.115.342/0002-48
	Ministério do Turismo	540001/00001	05.457.283/0001-19
	Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União	370001/00001	26.664.015/0001-48

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III
CORRELAÇÃO DE ÓRGÃOS EXTINTOS VERSUS SUCESSORES

ÓRGÃO EXTINTO	SUCESSOR*
Ministério da Administração e Reforma do Estado	Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
Ministério da Aeronáutica	Comando da Aeronáutica
Ministério da Marinha	Comando da Marinha
Ministério do Exército	Comando do Exército
Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN	Ministério da Saúde - art. 1º, §1º da Lei n.º 9.618/98
Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB	Ministério da Fazenda - art. 3º, II da Lei n.º 9.618/98
Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS	Ministério da Saúde - Lei n.º 8.689/93
Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto - INDESP	Ministério do Esporte - art. 25 da Medida Provisória n.º 2049-24, de 26 de outubro de 2000.
Ministério da Pesca e Aquicultura	Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (somente convênio)
FCBIA - Fundação Centro Brasileiro para Infância e Adolescência	Coordenação-Geral de Recursos Humanos do Ministério da Justiça e Segurança Pública (somente pessoal e convênio)
EDUCAR - Fund. Nacional para a Educ. Jovens e Adultos	Ministério da Educação - MEC (somente convênio)
FAE - Fundação de Assistência ao Estudante	Ministério da Educação - MEC (somente convênio)

* Lista exemplificativa: caso o órgão não esteja listado nesta Portaria, caberá à Procuradoria pesquisar o órgão sucessor.

ANEXO IV
ÓRGÃOS E ENTIDADES EXTINTOS SOB RESPONSABILIDADE DO DEPEX/MP

CÓDIGO GRU	ÓRGÃO	UNIDADE GESTORA/GESTÃO	CNPJ DA UG
13802-9 13804-5 13805-3 13806-1	Departamento de Órgãos Extintos - DEPEX*	200318/00001	02.792.785/0001-08

* Em conformidade com as atribuições previstas no Decreto nº 9.035, de 20 de abril de 2017, o DEPEX tem competência para promover análise, aprovação e demais providências relativas às prestações de contas dos convênios e instrumentos similares celebrado pelos seguintes órgãos/entidades extintas:

Ministério do Bem-Estar Social
Ministério da Integração Regional
Fundação Legião Brasileira de Assistência
Secretaria Especial de Políticas Regionais

ANEXO V
PROCEDIMENTO EM CASO DE PERDIMENTO DE BENS EM FAVOR DA UNIÃO

CÓDIGO GRU	FUNDO	DESCRIÇÃO E APLICAÇÃO DO CÓDIGO	UNIDADE GESTORA/GESTÃO	CNPJ DA UG
20230-4	FUNPEN	FUNPEN - *Perdimento em favor da União* Aplicável para numerário ou alienação de bens apreendidos, caso a sentença condenatória proferida não seja por crime de narcotráfico. Incluem-se também as receitas auferidas em leilão de apreensões judiciais de produtos de ilícitos penais.	200333/00001	00.394.494/0008-02
20201-0	FUNAD	FUNAD - *Numerário apreendido com definitivo perdimento* Aplicável quando se tratar de numerário apreendido, caso a sentença condenatória seja por crime de narcotráfico.	200246/00001	02.645.310/0001-99
20200-2	FUNAD	FUNAD - *Alienação de bens apreendidos* Aplicável quando se tratar de alienação de bens apreendidos, caso a sentença condenatória seja por crime de narcotráfico.	200246/00001	02.645.310/0001-99

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 810, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da constituição, e tendo em vista as propostas oriundas da reunião do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade, instituído pela Portaria MAPA nº 599, de 16 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Nos termos previstos no parágrafo único do art. 2º da Portaria MAPA nº 2.462, de 12 de dezembro de 2017, ACOLHER as propostas de alteração apresentadas pelo Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade, alterando os artigos 2º e 3º do Regulamento do SELO AGRO+ INTEGRIDADE, nos termos do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

ANEXO

REGULAMENTO

CAPÍTULO II

DOS PROCEDIMENTOS PARA OBTENÇÃO DO "SELO AGRO+ INTEGRIDADE"

Seção I

Do Processo de Inscrição

Art. 2º A empresa do agronegócio interessada em obter o "Selo Agro+ Integridade" deverá realizar sua inscrição no período de 1º de fevereiro de 2018 a 29 de junho de 2018, improrrogável.

§1º O procedimento se inicia com o preenchimento do Questionário de Inscrição disponibilizado no sítio eletrônico do "Selo Agro+ Integridade", em local próprio do espaço reservado ao programa de integridade na página oficial do MAPA: http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/integridade/compliance.

§2º A empresa do agronegócio interessada deverá providenciar o preenchimento completo do Questionário de Inscrição e concluí-lo no local indicado na página oficial do MAPA - https://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/717329?lang=pt-BR.

§3º Com base no Questionário de Inscrição enviado, será fornecido login e senha específica, assegurando acesso exclusivo em campo próprio do Portal do MAPA para fins de apresentação da documentação necessária à obtenção do "Selo Agro+ Integridade".

§4º Não serão recebidos os questionários enviados fora do prazo previsto no caput.

Seção II

Dos Requisitos de Habilitação e dos Critério de Avaliação

Art. 3º As empresas do agronegócio que se inscreverem para fins de obtenção do "Selo Agro+ Integridade" deverão disponibilizar no local especificamente criado na página oficial do MAPA (https://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/717329?lang=pt-BR), os seguintes documentos:

I - Requisitos de Habilitação

Disponibilização de documentação digitalizada (formato PDF) com os seguintes conteúdos:

i. Sob o enfoque anticorrupção:

a. Aprovação do Programa de Compliance da empresa que comprove implementação da política anticorrupção ou a criação da área responsável pelo Colegiado de Diretores da Empresa, Conselho Administrativo Superior, Presidente ou quaisquer outro Membro da Alta Direção;

b. Código de Ética ou de Conduta aprovado, com comprovação de sua divulgação interna e externa à empresa;

c. Canal de Denúncia Efetivo - com discriminação detalhada de seu local na rede mundial de computadores internet, a forma operacional de funcionamento e dados de desempenho (exemplo - quantidade de denúncias registradas; analisadas; investigadas e tratadas), para comprovação da efetividade do canal;

d. Comprovação da realização de treinamento de dirigentes e empregados nos temas relacionados ao programa de Compliance aprovado ou relativos ao Código de Ética ou Conduta;

e. Comprovação de ser signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, promovido pelo Instituto Ethos; e

f. Declaração da própria empresa de que não consta da Lista de estabelecimentos que incorreram em adulteração ou falsificação comprovadas em processos com trânsito em julgado no âmbito administrativo, gerenciada pela Secretaria de Defesa Agropecuária - SDA/MAPA, nos últimos 24 (vinte e quatro) meses.

ii. Sob o enfoque Trabalhista:

a. Declaração da própria empresa (incluindo sócios e administradores) de que não consta da Lista Suja do Trabalho Escravo ou Análogo ao Escravo previsto na legislação vigente do Ministério do Trabalho; e

b. NADA CONSTA de Infrações Trabalhistas relacionadas ao trabalho infantil, retirado da página oficial do Ministério do Trabalho (http://cdcit.mte.gov.br/inter/cdcit/pages/infracoes/).

iii. Sob o enfoque da Sustentabilidade:

a. Certidão Negativa de Crimes Ambientais, junto à Justiça Federal e à Justiça Estadual, onde a empresa é sediada, incluídos os demais estados em que tiver filial ativa, levando em consideração somente aqueles transitados em julgado nos últimos 24 (vinte e quatro) meses; e

Declaração da própria empresa de que não há pendências relativas a multas oriundas de infrações da Área de Fiscalização Agropecuária, a partir de consulta no link: http://extranet.agricultura.gov.br/sipe_cons/!ap_consulta_boleto_sicar_cons.

iv. Sob o enfoque das exigências setoriais - Empresas do Setor do Algodão - relatório de sustentabilidade com certificação ABR/BCI.

II - Requisito de Avaliação:

Apresentação de documentação digital (formato PDF) contendo relatório técnico denominado Programa de Gestão Sustentável (foco meio ambiente), especificando:

i. o cumprimento, parcial ou total, das ações sustentáveis de BOAS PRÁTICAS AGRÍCOLAS especificadas na página oficial do MAPA - http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/producao-integrada/boas-praticas-agricolas - conforme o respectivo seu setor de atividade;

ii. no caso das empresas do agronegócio com atividades voltadas para produtos de origem animal e vegetal - demonstração de controle dos níveis de resíduos e contaminantes conforme legislação nacional vigente; e

iii. grau de alinhamento e potencial contribuição do Programa de Sustentabilidade a um, ou mais, dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ONU), se possível, com identificação das Metas laboradas.

Parágrafo único. As empresas do agronegócio poderão substituir o relatório denominado Programa de Gestão Sustentável previsto no inciso II do art. 3º da seção II, por:

I - Relatório de Sustentabilidade referente ao último ano base, seguindo as normas GRI (Global Reporting Initiative), modelo reconhecido mundialmente, com Atestado de Conformidade às normas GRI fornecido por alguma instituição qualificada e reconhecida pela GRI para treinamentos oficiais no Brasil; ou

II - Relatório de Gestão Sustentável atestado por entidade certificadora de âmbito Nacional ou Internacional específica.

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA Nº 67, DE 18 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA, SUBSTITUTO, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista a Portaria nº 37, de 17 de abril de 2018, e o que consta do processo nº 21000.051700/2017-99, resolve:

Art. 1º Estender, até o dia 23 de junho de 2018, o prazo destinado à consulta pública do projeto de Instrução Normativa que estabelece as regras sobre recolha, transporte, armazenagem, manuseio, transformação e eliminação de animais de produção mortos, porém não abatidos.

Parágrafo único. O Projeto de Instrução Normativa citado no caput deste artigo estará disponível na rede mundial de computadores, no site do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento acessado pelo endereço http://www.agricultura.gov.br/acesso-a-informacao/participacao-social/consultas-publicas/consulta-publica-portaria-no-37-de-17-de-abril-de-2018.

Art. 2º As sugestões, tecnicamente fundamentadas, deverão ser inseridas no formulário disponibilizado no endereço: http://sistemas.agricultura.gov.br/agroform/index.php/784466?lang=pt-BR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE CAETANO JUNIOR

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No Anexo da Portaria Nº 17, de 23 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2018, Seção I, páginas de 57 a 72, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático para a cultura de trigo de sequeiro, no Estado do Paraná, ano-safra 2017/2018, substituir as tabelas constantes do item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS AO CULTIVO E PERÍODOS INDICADOS PARA SEMEADURA, pelas tabelas abaixo especificadas:

MUNICIPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO I								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Adrianópolis	18 a 20		14 a 17	18 a 20	14 a 17		14 a 20		
Agudos Do Sul	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Almirante Tamandaré	19 a 21	18	16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17	
Altamira Do Paraná	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16		9 a 16		
Alto Paraíso	9 a 11	12	13	9 a 13	14		9 a 14		15 a 16
Alto Paraná	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Alto Piquiri	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15		16
Altônia	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Alvorada Do Sul		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Amaporã	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Ampére	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Anahy	9 a 13	14		9 a 15		16	9 a 16		
Andirá		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Ângulo	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Antônio Olinto	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Apucarana	9 a 11	12 a 13		9 a 13		14	9 a 14	15	16
Arapongas	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 14		15 a 16
Arapoti		12 + 18	13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Arapuã	12 a 13	14 + 19	18	12 a 14 + 19	15	16 a 18	12 a 15 + 19	16 a 18	
Araruna	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Araucária	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Ariranha Do Ivaí	12 a 13	14 + 19	18	12 a 14 + 19	15	16 a 18	12 a 15 + 19	16 a 18	
Assaí	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Assis Chateaubriand	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Astorga	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Atalaia	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Balsa Nova	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Bandeirantes		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 15
Barbosa Ferraz	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Barra Do Jacaré		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Barracão	18 a 21	15 a 17		15 a 21			15 a 21		
Bela Vista Da Caroba	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Bela Vista Do Paraíso		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Bituruna	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Boa Esperança	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Boa Esperança Do Iguaçu	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Boa Ventura De São Roque	18 a 20		14 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Boa Vista Da Aparecida	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Bocaiúva Do Sul	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Bom Jesus Do Sul	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Bom Sucesso	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Bom Sucesso Do Sul	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Borrazópolis	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Braganey	12 a 14 + 19		15 a 18	12 a 15 + 19	16 a 18		12 a 19		
Brasilândia Do Sul	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15		16
Cafeara	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Cafelândia	12 a 13 + 19	14	18	12 a 15 + 19		16 a 18	12 a 19		
Cafezal Do Sul	9 a 12	13		9 a 14		15 a 16	9 a 14	15	16
Califórnia	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Cambará		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Cambé	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Cambira	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Campina Da Lagoa	9 a 14			9 a 15		16	9 a 16		
Campina Do Simão	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Campina Grande Do Sul	18 a 21	17	16	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Campo Bonito	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19		15 a 17	12 a 19		
Campo Do Tenente	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Campo Largo	19 a 21	18	16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17	
Campo Magro	19 a 21	18	16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17	
Campo Mourão	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Cândido De Abreu	12 a 13 + 19	18	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Candói	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Cantagalo	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		15 a 20		
Capanema	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Capitão Leônidas Marques	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Carambeí	18 a 20		14 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Carlópolis		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Cascavel	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19		15 a 17	12 a 19		
Castro	18 a 20		14 a 17	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17	
Catanduvas	18 a 20	14	15 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Centenário Do Sul		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Cerro Azul	19 a 20	18	17	19 a 20	14 + 18	15 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17	
Céu Azul	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Chopinzinho	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Cianorte	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Cidade Gaúcha	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14		9 a 14		15 a 16
Clevelândia	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Colombo	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Colorado	9	10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13		14 a 15
Congonhinhas	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Conselheiro Mairinck	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Contenda	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Corbélia	12 a 14 + 19		15 a 18	12 a 15 + 19	16 a 18		12 a 19		
Cornélio Procópio	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15
Coronel Domingos Soares	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Coronel Vivida	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Corumbataí Do Sul	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Cruz Machado	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Cruzeiro Do Iguaçu	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Cruzeiro Do Oeste	9 a 11	12 a 13		9 a 14		15 a 16	9 a 14	15	16
Cruzeiro Do Sul	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Cruzmaltina	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 14	15	16
Curitiba	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Curiúva	12	13	14	12 a 13	14	15 a 18	12 a 14	15 a 18	

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 1 do Departamento de Sanidade Vegetal publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União nº 92, de 15 de maio de 2018, folha 6, onde se lê: Decreto nº 8.852, de 27 de dezembro de 2016, leia-se: Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Diamante Do Norte	9	10	11 a 12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Diamante Do Sul	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Diamante D'Oeste	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Dois Vizinhos	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Douradina	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14		9 a 14		15 a 16
Doutor Camargo	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Doutor Ulysses	19 a 20	18	17	18 a 20	14	15 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17	
Enéas Marques	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Engenheiro Beltrão	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Entre Rios Do Oeste	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Esperança Nova	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Espigão Alto Do Iguaçu	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Farol	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Faxinal	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Fazenda Rio Grande	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Fênix	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Fernandes Pinheiro	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Figueira	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Flor Da Serra Do Sul	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Floraí	9 a 11	12 a 13		9 a 13		14	9 a 14	15	16
Floresta	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Florestópolis		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Flórida	9 a 10	11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Formosa Do Oeste	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Foz Do Iguaçu	12 + 19	13 + 18	14 a 17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Foz Do Jordão	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Francisco Alves	9 a 12	13	14	9 a 14		15 a 16	9 a 15		16
Francisco Beltrão	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
General Carneiro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Godoy Moreira	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Goioerê	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Goioxim	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Grandes Rios	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Guaíra	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Guairaçá	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15 a 16
Guamiranga	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Guapirama		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Guaporema	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Guaraci	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Guaraniaçu	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Guarapuava	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Honório Serpa	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Ibaiti	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14	15	9 a 14	15	16
Ibema	18 a 20		14 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Ibiporã	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Icaraíma	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14		9 a 14		15 a 16
Iguaraçu	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Iguatu	9 a 14			9 a 15		16	9 a 16		
Imbaú	19 a 20	18	17	19 a 20	14 + 18	15 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17	
Imbituva	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Inácio Martins	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Inajá	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Indianópolis	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Ipiranga	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Iporã	9 a 12	13	14	9 a 14		15 a 16	9 a 15		16
Iracema Do Oeste	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Irati	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Iretama	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Itaguajé		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Itaipulândia	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Itambaracá		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Itambé	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Itapejara D'Oeste	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Itaperuçu	19 a 21	18	16 a 17	19 a 21	18	16 a 17	18 a 21	16 a 17	
Itaúna Do Sul	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Ivaí	18 a 20		14 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Ivaiporã	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Ivaté	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14		9 a 14		15 a 16
Ivatuba	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Jaboti	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 14	15	16
Jacarezinho		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Jaguapitã	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Jaguariaíva	12	13 + 18	17	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14 + 18	15 a 17	
Jandaia Do Sul	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Janiópolis	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Japira	9	10 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14	15	16
Japurá	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Jardim Alegre	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Jardim Olinda		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Jataizinho	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Jesuítas	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Joaquim Távora		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Jundiaí Do Sul	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15
Juranda	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Jussara	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Kaloré	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Lapa	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Laranjal	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Laranjeiras Do Sul	18 a 20	15 a 17		18 a 20	15 a 17		15 a 20		
Leópolis		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Lidianópolis	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Lindoeste	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Loanda	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Lobato	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Londrina	9 a 10	11 a 13		9 a 13		14	9 a 14	15	16
Luiziana	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Lunardelli	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Lupionópolis		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Mallet	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Mamborê	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Mandaguaçu	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 13	14	15 a 16
Mandaguari	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Mandirituba	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Manfrinópolis	14 a 20			14 a 20			14 a 20		
Mangueirinha	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Manoel Ribas	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Marechal Cândido Rondon	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Maria Helena	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Marialva	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Marilândia Do Sul	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Marilena	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Mariluz	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15		16
Maringá	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Mariópolis	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Maripá	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Marmeleiro	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Marquinho	18 a 20		15 a 17	18 a 20	15 a 17		15 a 20		
Marumbi	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Matelândia	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19		15 a 17	12 a 19		
Mato Rico	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19		15 a 17	12 a 19		
Mauá Da Serra	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Medianeira	12 a 13 + 19	18	17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Mercedes	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Mirador	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 13	14	15 a 16
Miraselva	9	10 a 11	12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13		14 a 15
Missal	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Moreira Sales	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Munhoz De Melo	9 a 10	11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Nossa Senhora Das Graças	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Nova Aliança Do Ivaí	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Nova América Da Colina	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Nova Aurora	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Nova Cantu	9 a 14		15 a 16	9 a 15		16	9 a 16		
Nova Esperança	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Nova Esperança Do Sudoeste	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Nova Fátima	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Nova Laranjeiras	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Nova Londrina	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15 a 16
Nova Olímpia	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14		9 a 14		15 a 16
Nova Prata Do Iguaçu	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Nova Santa Bárbara	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Nova Santa Rosa	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Nova Tebas	9 a 14			9 a 14	15	16	9 a 16		
Novo Itacolomi	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Ortigueira	19 a 20	18		19 a 20	18	14 a 17	14 + 19 a 20	18	15 a 17
Ourizona	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Ouro Verde Do Oeste	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Paiçandu	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Palmas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Palmeira	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		

Palmital	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Palotina	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Paraíso Do Norte	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Paranacity	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Paranapoema		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14 a 15
Paranavaí	9 a 10	11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15 a 16
Pato Bragado	9 a 13		14	9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Pato Branco	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Paula Freitas	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Paulo Frontin	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Peabiru	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15		16
Perobal	9 a 12	13		9 a 14		15 a 16	9 a 14	15	16
Pérola	9 a 12	13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Pérola D'Oeste	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Piên	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Pinhais	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Pinhal De São Bento	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Pinhalão	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Pinhão	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Piraí Do Sul	19 a 20	18	17	18 a 20	14	15 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17	
Piraquara	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Pitanga	18 a 20		14 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Pitangueiras	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Planaltina Do Paraná	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Planalto	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Ponta Grossa	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Porecatu		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Porto Amazonas	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Porto Barreiro	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Porto Rico	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Porto Vitória	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Prado Ferreira	9	10 a 11	12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13		14 a 15
Pranchita	14 + 18 a 20	15 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Presidente Castelo Branco	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Primeiro De Maio		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Prudentópolis	18 a 20	14	15 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Quarto Centenário	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Quatiguá		9 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15
Quatro Barras	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Quatro Pontes	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Quedas Do Iguaçu	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Querência Do Norte	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Quinta Do Sol	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Quitandinha	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Ramilândia	12 a 13 + 19	18	17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Rancho Alegre		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 15
Rancho Alegre D'Oeste	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Realeza	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Rebouças	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Renascença	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Reserva	19 a 20	18	17	18 a 20	14	15 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17	
Reserva Do Iguaçu	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Ribeirão Claro		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Ribeirão Do Pinhal	9	10 a 11	12 a 13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Rio Azul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Rio Bom	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Rio Bonito Do Iguaçu	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Rio Branco Do Ivaí	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Rio Branco Do Sul	19 a 21	18	16 a 17	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17	
Rio Negro	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Rolândia	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Roncador	19 a 20	18	17	18 a 20	14	15 a 17	14 a 20		
Rondon	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Rosário Do Ivaí	19 a 20	18		19 a 20	14 + 18	15 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17	
Sabáudia	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Salgado Filho	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Salto Do Itararé	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Salto Do Lontra	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Santa Amélia		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Santa Cecília Do Pavão	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Santa Cruz De Monte Castelo	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13	14		9 a 14		15 a 16
Santa Fé	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Santa Helena	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Santa Inês	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Santa Isabel Do Ivaí	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Santa Izabel Do Oeste	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Santa Lúcia	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Santa Maria Do Oeste	18 a 20		14 a 17	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Santa Mariana		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 15
Santa Mônica	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Santa Tereza Do Oeste	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19		15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Santa Terezinha De Itaipu	12 + 19	13 + 18	17	12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Santana Do Itararé	9	10 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14	15	16
Santo Antônio Da Platina		9 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Santo Antônio Do Caiuá	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13		14 a 15
Santo Antônio Do Paraíso	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Santo Antônio Do Sudoeste	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Santo Inácio	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
São Carlos Do Ivaí	9 a 11	12 a 13		9 a 13		14	9 a 14	15	16
São Jerônimo Da Serra	9 a 10	11 a 13		9 a 13		14	9 a 14	15	16
São João	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19			12 a 19		
São João Do Caiuá	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
São João Do Ivaí	9 a 13		14	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
São João Do Triunfo	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
São Jorge Do Ivaí	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
São Jorge Do Patrocínio	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
São Jorge D'Oeste	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
São José Da Boa Vista	12	13	14	12 a 13	14	15 a 18	12 a 14	15	16 a 18
São José Das Palmeiras	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
São José Dos Pinhais	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
São Manoel Do Paraná	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14	15	16
São Mateus Do Sul	18 a 21	16 a 17		18 a 21	16 a 17		16 a 21		
São Miguel Do Iguaçu	12 a 13 + 19	18	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
São Pedro Do Iguaçu	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
São Pedro Do Ivaí	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
São Pedro Do Paraná	9	10 a 11	12 a 13	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15 a 16
São Sebastião Da Amoreira	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
São Tomé	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Sapopema	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Sarandi	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Saudade Do Iguaçu	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 19			12 a 19		
Sengés	12	18	13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14 + 18		15 a 17
Serranópolis Do Iguaçu	12 a 13 + 18 a 19		14 a 17	12 a 14 + 18 a 19		15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Sertaneja		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Sertanópolis	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 15
Siqueira Campos	9	10 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Sulina	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Tamarana	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Tamboara	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Tapejara	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
Tapira	9 a 10	11 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16
Teixeira Soares	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Telêmaco Borba	19 a 20	18		19 a 20	18	14 a 17	14 + 19 a 20	18	15 a 17
Terra Boa	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15	16
Terra Rica	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Terra Roxa	9 a 13		14	9 a 14		15 a 16	9 a 15	16	
Tibagi	18 a 20		14 a 17	18 a 20	14 a 17		14 a 20		
Tijucas Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Toledo	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Tomazina	9	10 a 12	13	9 a 13		14	9 a 14	15	16
Três Barras Do Paraná	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Tunas Do Paraná	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Tuneiras Do Oeste	9 a 12	13	14	9 a 14		15 a 16	9 a 14	15	16
Tupãssi	9 a 13	14		9 a 14	15	16	9 a 15	16	
Turvo	18 a 21		16 a 17	18 a 21	16 a 17		16 a 21		
Ubiratã	9 a 13	14		9 a 15		16	9 a 15	16	
Umuarama	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16
União Da Vitória	18 a 21	16 a 17		16 a 21			16 a 21		
Uniflor	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15
Uraí	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15
Ventania	12	18	13	12 a 13	18	14 a 17	12 a 14	18	15 a 17
Vera Cruz Do Oeste	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Verê	14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20			14 a 20		
Virmond	18 a 20	14 a 17		14 + 18 a 20	15 a 17		14 a 20		
Vitorino	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Wenceslau Braz	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14	15	9 a 14	15	16
Xambrê	9 a 11	12 a 13		9 a 13	14		9 a 14	15	16

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO II								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá		9	10 a 11	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Adrianópolis	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Agudos Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Almirante Tamandaré	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	17 a 21	16	
Altamira Do Paraná	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16		9 a 16		
Alto Paraíso	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Alto Paraná	9	10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 12		13 a 15
Alto Piquiri	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Altônia	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Alvorada Do Sul		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12 a 15
Amaporã	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Ampére	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Anahy	9 a 12	13		9 a 13	14 a 16		9 a 16		
Andirá		9	10	9	10 a 11		9 a 11		12 a 15
Ângulo	9	10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Antônio Olinto	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Apucarana	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Arapongas	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Arapoti		12 + 18	17	12 + 18	17	13 a 16	12 + 18	13 + 17	14 a 16
Arapuã	12 + 18 a 19		13 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Araruna	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Araucária	18 a 21	17	16	17 a 21	16		16 a 21		
Ariranha Do Ivaí	12 + 18 a 19		13 + 17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Assaí	9	10 a 11		9 a 11		12 a 14	9 a 11	12	13 a 16
Assis Chateaubriand	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Astorga	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Atalaia	9	10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Balsa Nova	18 a 21	17	16	17 a 21	16		16 a 21		
Bandeirantes		9	10	9	10 a 11		9 a 11		12 a 15
Barbosa Ferraz	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Barra Do Jacaré		9	10	9	10 a 11		9 a 11		12 a 15
Barracão	17 a 21	15 a 16		15 a 21			15 a 21		
Bela Vista Da Caroba	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Bela Vista Do Paraíso		9	10 a 11	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Bituruna	17 a 21	15 a 16		15 a 21			15 a 21		
Boa Esperança	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Boa Esperança Do Iguaçu	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 19			12 a 19		
Boa Ventura De São Roque	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Boa Vista Da Aparecida	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Bocaiúva Do Sul	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Bom Jesus Do Sul	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Bom Sucesso	9 a 11		12	9 a 12		13 a 14	9 a 13	14	15 a 16
Bom Sucesso Do Sul	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Borrazópolis	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Braganey	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17		12 a 19		
Brasilândia Do Sul	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Cafeara		9	10 a 11	9	10 a 11		9 a 10	11	12 a 15
Cafelândia	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 19		
Cafezal Do Sul	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Califórnia	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Cambará		9	10	9	10	11	9 a 11		12 a 15
Cambé	9	10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Cambira	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Campina Da Lagoa	9 a 12	13		9 a 13	14 a 16		9 a 16		
Campina Do Simão	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Campina Grande Do Sul	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Campo Bonito	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Campo Do Tenente	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Campo Largo	18 a 21	17	16	18 a 21	17	16	16 a 21		
Campo Magro	18 a 21	17		18 a 21	17	16	17 a 21	16	
Campo Mourão	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Cândido De Abreu	12 + 18 a 19	17	13	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Candói	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Cantagalo	17 a 20		15 a 16	15 a 20			15 a 20		
Capanema	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Capitão Leônidas Marques	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Carambeí	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Carlópolis		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Cascavel	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 19		
Castro	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20		14 a 16	14 a 20		
Catanduvas	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Centenário Do Sul		9	10 a 11	9	10	11	9 a 10	11	12 a 15
Cerro Azul	18 a 20	17		18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16	
Céu Azul	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 19		
Chopinzinho	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Cianorte	9 a 11	12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Cidade Gaúcha	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Clevelândia	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Colombo	18 a 21	17	16	17 a 21	16		16 a 21		
Colorado		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Congonhinhas	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Conselheiro Mairinck		9 a 11		9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Contenda	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Corbélia	12 + 18 a 19	13	14 a 17	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 19		
Cornélio Procópio		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Coronel Domingos Soares	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Coronel Vivida	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Corumbataí Do Sul	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Cruz Machado	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Cruzeiro Do Iguaçu	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 19			12 a 19		
Cruzeiro Do Oeste	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Cruzeiro Do Sul	9		10 a 11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Cruzmaltina	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Curitiba	18 a 21	17	16	17 a 21	16		16 a 21		
Curiúva		12 + 18	17	12	13 + 18	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
Diamante Do Norte		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Diamante Do Sul	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Diamante D'Oeste	9 a 12		13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Dois Vizinhos	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Douradina	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Doutor Camargo	9 a 11		12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Doutor Ulysses	18 a 20	17		18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16	
Enéas Marques	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Engenheiro Beltrão	9 a 11	12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Entre Rios Do Oeste	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Esperança Nova	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Espigão Alto Do Iguaçu	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Farol	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Faxinal	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Fazenda Rio Grande	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Fênix	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Fernandes Pinheiro	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Figueira	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13 a 16	
Flor Da Serra Do Sul	17 a 21	15 a 16		15 a 21			15 a 21		
Floraí	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200011

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Floresta	9 a 11		12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Florestópolis		9	10 a 11	9	10	11	9 a 11		12 a 15
Flórida	9	10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Formosa Do Oeste	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Foz Do Iguaçu	12 + 18 a 19	17	13	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Foz Do Jordão	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Francisco Alves	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Francisco Beltrão	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
General Carneiro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Godoy Moreira	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Goioerê	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Goioxim	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Grandes Rios	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Guaíra	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Guairaçá	9	10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 12		13 a 15
Guamiranga	18 a 21	17	16	17 a 21	16		16 a 21		
Guapirama		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Guaporema	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Guaraci		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Guaraniaçu	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Guarapuava	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Honório Serpa	17 a 21	15 a 16		15 a 21			15 a 21		
Ibaiti	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13 a 16	
Ibema	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Ibiporã		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Icaraíma	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Iguaraçu	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12		13 a 16
Iguatu	9 a 12	13		9 a 13	14 a 16		9 a 16		
Imbaú	18 a 20		17	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	14 a 17	
Imbituva	18 a 21	17	16	17 a 21	16		16 a 21		
Inácio Martins	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Inajá		9	10	9	10 a 11		9 a 10	11 a 12	13 a 15
Indianópolis	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Ipiranga	18 a 21	17	16	17 a 21	16		16 a 21		
Iporã	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Iracema Do Oeste	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Irati	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Iretama	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16		9 a 14	15 a 16	
Itaguajé		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12 a 15
Itaipulândia	18 a 19	12	13 + 17	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Itambaracá		9	10	9	10 a 11		9 a 11		12 a 15
Itambé	9 a 11		12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Itapejara D'Oeste	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Itaperuçu	18 a 21	17		18 a 21	17	16	17 a 21	16	
Itaúna Do Sul		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Ivaí	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Ivaiporã	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Ivaté	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Ivatuba	9 a 11		12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Jaboti	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Jacarezinho		9	10	9	10 a 11		9 a 11		12 a 15
Jaguapitã		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Jaguariaíva	18	12 + 17		12 + 18	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18	14 a 17	
Jandaia Do Sul	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Janiópolis	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Japira	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Japurá	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Jardim Alegre	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Jardim Olinda		9			9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 15
Jataizinho		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Jesuítas	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Joaquim Távora		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Jundiaí Do Sul		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Juranda	9 a 12		13	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Jussara	9 a 11		12	9 a 12		13 a 14	9 a 13	14	15 a 16
Kaloré	9 a 11		12	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Lapa	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Laranjal	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Laranjeiras Do Sul	17 a 20		15 a 16	15 a 20			15 a 20		
Leópolis		9	10	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Lidianópolis	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Lindoeste	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17		12 a 19		
Loanda	9	10	11	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Lobato	9		10 a 11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Londrina	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Luiziana	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Lunardelli	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Lupionópolis		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12 a 15
Mallet	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Mamborê	9 a 12		13	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Mandaguaçu	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Mandaguari	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Mandirituba	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Manfrinópolis	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Mangueirinha	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Manoel Ribas	18 a 19	12	13 + 17	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Marechal Cândido Rondon	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Maria Helena	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Marialva	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Marilândia Do Sul	9 a 10	11	12	9 a 12		13 a 16	9 a 12	13	14 a 16
Marilena		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Mariluz	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Maringá	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Mariópolis	17 a 21	15 a 16		15 a 21			15 a 21		
Maripá	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Marmeleiro	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Marquinho	17 a 20		15 a 16	17 a 20	15 a 16		15 a 20		
Marumbi	9 a 11		12	9 a 12	13	14	9 a 13		14 a 16
Matelândia	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 19		
Mato Rico	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 19		
Mauá Da Serra	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 16	9 a 12	13	14 a 16
Medianeira	12 + 18 a 19	17	13	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Mercedes	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Mirador	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Miraselva		9	10 a 11	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Missal	18 a 19	12 + 17	13	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Moreira Sales	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Munhoz De Melo	9	10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Nossa Senhora Das Graças		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Nova Aliança Do Ivaí	9	10	11	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Nova América Da Colina		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Nova Aurora	9 a 12		13	9 a 13	14 a 16		9 a 14	15 a 16	
Nova Cantu	9 a 12	13	14 a 16	9 a 14	15 a 16		9 a 16		
Nova Esperança	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Nova Esperança Do Sudoeste	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Nova Fátima		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Nova Laranjeiras	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Nova Londrina		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 12		13 a 15
Nova Olímpia	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Nova Prata Do Iguaçu	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 19			12 a 19		
Nova Santa Bárbara	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Nova Santa Rosa	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Nova Tebas	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16		9 a 16		
Novo Itacolomi	9 a 11		12	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13		14 a 16
Ortigueira	18 a 20		17	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16
Ourizona	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Ouro Verde Do Oeste	9 a 12		13 a 16	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Paiçandu	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Palmas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Palmeira	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Palmital	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Palotina	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Paraíso Do Norte	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Paranacity		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Paranapoema		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12 a 15
Paranavaí	9	10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 12		13 a 15
Pato Bragado	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Pato Branco	17 a 21	15 a 16		15 a 21			15 a 21		
Paula Freitas	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Paulo Frontin	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Peabiru	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Perobal	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Pérola	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Pérola D'Oeste	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19			12 a 19		
Piên	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Pinhais	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Pinhal De São Bento	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Pinhalão	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13	14 a 16	
Pinhão	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Piraí Do Sul	18 a 20	17		18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16	
Piraquara	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Pitanga	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20		14 a 16	14 a 20		
Pitangueiras	9	10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Planaltina Do Paraná	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Planalto	12 a 13 + 17 a 19		14 a 16	12 a 19			12 a 19		
Ponta Grossa	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Porecatu		9	10	9	10	11	9 a 10	11	12 a 15
Porto Amazonas	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Porto Barreiro	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Porto Rico		9 a 10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 12		13 a 15
Porto Vitória	17 a 21	15 a 16		15 a 21			15 a 21		
Prado Ferreira		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Pranchita	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Presidente Castelo Branco	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Primeiro De Maio		9	10	9	10	11	9 a 11		12 a 15
Prudentópolis	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Quarto Centenário	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Quatiguá		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Quatro Barras	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Quatro Pontes	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Quedas Do Iguaçu	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Querência Do Norte	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Quinta Do Sol	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Quitandinha	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Ramilândia	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Rancho Alegre		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Rancho Alegre D'Oeste	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Realeza	12 a 13 + 17 a 19		14 a 16	12 a 19			12 a 19		
Rebouças	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Renascença	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Reserva	18 a 20	17		18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16	
Reserva Do Iguaçu	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Ribeirão Claro		9	10	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Ribeirão Do Pinhal		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Rio Azul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Rio Bom	9 a 11		12	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Rio Bonito Do Iguaçu	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Rio Branco Do Ivaí	9 a 12		13	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Rio Branco Do Sul	18 a 21	17		18 a 21	17	16	17 a 21	16	
Rio Negro	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Rolândia	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 11	12	13 a 16
Roncador	18 a 20	17		18 a 20	17	14 a 16	14 a 20		
Rondon	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Rosário Do Ivaí	18 a 20		17	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	14 a 17	
Sabáudia	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Salgado Filho	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Salto Do Itararé		9 a 10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Salto Do Lontra	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Santa Amélia		9	10 a 11	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Santa Cecília Do Pavão	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Santa Cruz De Monte Castelo	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Santa Fé	9	10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Santa Helena	9 a 11	12	13	9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Santa Inês		9	10 a 11	9	10	11	9 a 10	11	12 a 15
Santa Isabel Do Ivaí	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Santa Izabel Do Oeste	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Santa Lúcia	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Santa Maria Do Oeste	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Santa Mariana		9	10	9	10 a 11		9 a 11		12 a 15
Santa Mônica	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Santa Tereza Do Oeste	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 19		
Santa Terezinha De Itaipu	18 a 19	12 + 17	13	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	14 a 17	
Santana Do Itararé	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Santo Antônio Da Platina		9	10 a 11	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Santo Antônio Do Caiuá		9	10	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Santo Antônio Do Paraíso	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Santo Antônio Do Sudoeste	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Santo Inácio		9	10 a 11	9	10	11	9 a 10	11	12 a 15
São Carlos Do Ivaí	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
São Jerônimo Da Serra	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
São João	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19			12 a 19		
São João Do Caiuá		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
São João Do Ivaí	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
São João Do Triunfo	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
São Jorge Do Ivaí	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
São Jorge Do Patrocínio	9 a 10	11	12	9 a 12		13 a 14	9 a 13		14 a 16
São Jorge D'Oeste	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19			12 a 19		
São José Da Boa Vista		18	12	12	13 + 18	14 a 17	12 a 13 + 18	14 a 17	
São José Das Palmeiras	9 a 12		13	9 a 13	14 a 16		9 a 14	15 a 16	
São José Dos Pinhais	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
São Manoel Do Paraná	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
São Mateus Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
São Miguel Do Iguaçu	12 + 18 a 19	17	13 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
São Pedro Do Iguaçu	9 a 12		13 a 16	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14 a 16	
São Pedro Do Ivaí	9 a 11		12	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
São Pedro Do Paraná		9 a 10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 12		13 a 15
São Sebastião Da Amoreira	9	10 a 11		9 a 11		12 a 14	9 a 11	12 a 13	14 a 15
São Tomé	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Sapopema	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13 a 16	
Sarandi	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Saudade Do Iguaçu	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19			12 a 19		
Sengés	18	12	17	12 + 18	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18	14 a 17	
Serranópolis Do Iguaçu	12 + 18 a 19	13 + 17	14 a 16	12 a 13 + 18 a 19	17	14 a 16	12 a 19		
Sertaneja		9	10	9	10 a 11		9 a 11		12 a 15
Sertanópolis		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Siqueira Campos	9	10	11	9 a 11		12 a 14	9 a 11	12 a 13	14 a 16
Sulina	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19			12 a 19		
Tamarana	9 a 10	11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Tamboara	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Tapejara	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Tapira	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Teixeira Soares	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Telêmaco Borba	18 a 20		17	18 a 20	17	14 a 16	18 a 20	17	14 a 16
Terra Boa	9 a 11		12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Terra Rica		9	10 a 11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Terra Roxa	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Tibagi	18 a 20	17	14 a 16	17 a 20		14 a 16	14 a 20		
Tijucas Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Toledo	9 a 12		13 a 16	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Tomazina	9	10 a 11		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Três Barras Do Paraná	12 + 17 a 19	13	14 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Tunas Do Paraná	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Tuneiras Do Oeste	9 a 11	12		9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14 a 16	
Tupãssi	9 a 12	13		9 a 13	14 a 16		9 a 14	15 a 16	
Turvo	18 a 21	17	16	17 a 21	16		16 a 21		
Ubiratã	9 a 12	13		9 a 13	14 a 16		9 a 14	15 a 16	
Umuarama	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
União Da Vitória	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Uniflor	9	10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Uraí		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Ventania	18	12	17	12 + 18	17	13 a 16	12 a 13 + 18	17	14 a 16
Vera Cruz Do Oeste	9 a 12		13 a 16	9 a 13		14 a 16	9 a 16		
Verê	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Virmond	17 a 20		14 a 16	14 a 20			14 a 20		
Vitorino	15 a 21			15 a 21			15 a 21		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Wenceslau Braz	9 a 10	11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 12	13 a 16	
Xambrê	9 a 10	11	12	9 a 12	13	14	9 a 13		14 a 16

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE SEMEADURAS PARA CULTIVARES DO GRUPO III								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Abatiá		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Adrianópolis	17 a 20	16	14 a 15	16 a 20	14 a 15		14 a 20		
Agudos Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Almirante Tamandaré	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Altamira Do Paraná	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16	9 a 16		
Alto Paraíso	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13		14 a 16
Alto Paraná		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Alto Piquiri	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Altônia	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Alvorada Do Sul			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Amaporã		9 a 11	12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Ampére	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Anahy	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Andirá		9	10		9 a 10	11	9 a 11	12	13 a 15
Ângulo		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Antônio Olinto	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Apucarana	9	10 a 12		9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Arapongas		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Arapoti	18	17	16	17 a 18	12	13 a 16	12 + 17 a 18	13 a 16	
Arapuã	12 + 19	13 + 18		12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Araruna	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Araucária	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Ariranha Do Ivaí	12 + 19	13 + 18		12 a 13 + 19	14 + 18	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Assaí		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Assis Chateaubriand	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Astorga		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Atalaia		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Balsa Nova	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Bandeirantes		9	10 a 11		9 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Barbosa Ferraz	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Barra Do Jacaré		9	10		9 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Barracão	16 a 21	15		15 a 21			15 a 21		
Bela Vista Da Caroba	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Bela Vista Do Paraíso		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Bituruna	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Boa Esperança	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Boa Esperança Do Iguaçu	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 19			12 a 19		
Boa Ventura De São Roque	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Boa Vista Da Aparecida	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Bocaiúva Do Sul	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Bom Jesus Do Sul	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Bom Sucesso	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Bom Sucesso Do Sul	14 a 20			14 a 20			14 a 20		
Borrazópolis	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Braganey	12 a 13 + 18 a 19		17	12 a 14 + 18 a 19		15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Brasilândia Do Sul	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Cafeara		9	10	9	10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Cafelândia	12 + 18 a 19	13	17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Cafezal Do Sul	9 a 10	11 a 12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Califórnia	9	10 a 12		9 a 12		13 a 14	9 a 13		14 a 16
Cambará			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Cambé		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Cambira	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13		14 a 16
Campina Da Lagoa	9 a 13			9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Campina Do Simão	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Campina Grande Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Bonito	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Campo Do Tenente	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Campo Largo	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Campo Magro	17 a 21		16	17 a 21	16		16 a 21		
Campo Mourão	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Cândido De Abreu	17 a 19	12	16	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Candói	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Cantagalo	17 a 20	15 a 16		15 a 20			15 a 20		
Capanema	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 19			12 a 19		
Capitão Leônidas Marques	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Carambeí	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Carlópolis		9	10 a 11		9 a 11	12 a 14	9 a 12		13 a 15
Cascavel	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Castro	17 a 20	16		17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Catanduvas	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Centenário Do Sul		9	10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Cerro Azul	17 a 20		16	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16	
Céu Azul	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 19		
Chopinzinho	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Cianorte	9 a 11	12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Cidade Gaúcha	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Clevelândia	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Colombo	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Colorado		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Congonhinhas		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Conselheiro Mairinck		9 a 11	12	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Contenda	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Corbélia	12 a 13 + 18 a 19		17	12 a 13 + 18 a 19	14	15 a 17	12 a 14 + 18 a 19	15 a 17	
Cornélio Procópio		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12		13 a 15
Coronel Domingos Soares	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Coronel Vivida	14 a 20			14 a 20			14 a 20		
Corumbataí Do Sul	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Cruz Machado	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Cruzeiro Do Iguaçu	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 19			12 a 19		
Cruzeiro Do Oeste	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Cruzeiro Do Sul		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12		13 a 15
Cruzmaltina	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Curitiba	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Curiúva		12	13 + 18	12	13 + 18	14 a 17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
Diamante Do Norte		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Diamante Do Sul	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Diamante D'Oeste	9 a 11		12 + 16	9 a 12	16	13 a 15	9 a 13	14 a 16	
Dois Vizinhos	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Douradina	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 16
Doutor Camargo	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Doutor Ulysses	17 a 20		16	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16	
Enéas Marques	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Engenheiro Beltrão	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Entre Rios Do Oeste	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14		15 a 16
Esperança Nova	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Espigão Alto Do Iguaçu	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Farol	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Faxinal	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Fazenda Rio Grande	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Fênix	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Fernandes Pinheiro	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Figueira	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Flor Da Serra Do Sul	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Floraí	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Floresta	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Florestópolis		9	10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Flórida		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Formosa Do Oeste	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Foz Do Iguaçu	17 a 19		12 + 16	12 + 17 a 19		13 a 16	12 + 17 a 19	13 a 16	
Foz Do Jordão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Francisco Alves	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 14		15 a 16
Francisco Beltrão	14 a 20			14 a 20			14 a 20		
General Carneiro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Godoy Moreira	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Goioerê	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Goioxim	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Grandes Rios	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Guaíra	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Guairaçá		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Guamiranga	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Guapirama		9	10 a 11		9 a 11	12 a 14	9 a 12		13 a 15
Guaporema	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Guaraci		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Guaraniaçu	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Guarapuava	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Honório Serpa	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Ibaiti	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Ibema	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Ibiporã		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12		13 a 15
Icaraíma	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 16
Iguaraçu		9 a 10	11 a 12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Iguatu	9 a 13			9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Imbaú	17 a 20		16	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16	
Imbituva	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Inácio Martins	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Inajá		9	10	9	10 a 11	12 a 14	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Indianópolis	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Ipiranga	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Iporã	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Iracema Do Oeste	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Irati	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Iretama	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Itaguajé			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Itaipulândia	17 a 19		12 + 16	12 + 17 a 19		13 a 16	12 + 17 a 19	13 a 16	
Itambaracá		9	10		9 a 10	11	9 a 11	12	13 a 15
Itambé	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Itapejara D'Oeste	14 a 20			14 a 20			14 a 20		
Itaperuçu	17 a 21		16	17 a 21	16		17 a 21	16	
Itaúna Do Sul		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Ivaí	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Ivaiporã	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Ivaté	9	10 a 11	12	9 a 12	13	14	9 a 13		14 a 16
Ivatuba	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Jaboti		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Jacarezinho			9 a 10		9 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Jaguapitã		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Jaguariaíva	17 a 18		12 + 16	17 a 18	12 + 16	13 a 15	12 + 17 a 18	13 a 16	
Jandaia Do Sul	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13		14 a 16
Janiópolis	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Japira		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Japurá	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Jardim Alegre	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Jardim Olinda			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11	12 a 14
Jataizinho		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12		13 a 15
Jesuítas	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Joaquim Távora		9	10 a 11		9 a 11	12 a 14	9 a 12		13 a 15
Jundiaí Do Sul		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Juranda	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Jussara	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Kaloré	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Lapa	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Laranjal	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Laranjeiras Do Sul	17 a 20	15 a 16		15 a 20			15 a 20		
Leópolis		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Lidianópolis	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Lindoeste	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 19		
Loanda		9 a 11	12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Lobato		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12		13 a 15
Londrina	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Luiziana	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Lunardelli	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Lupionópolis			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Mallet	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Mamborê	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Mandaguaçu	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Mandaguari	9	10 a 12		9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Mandirituba	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Manfrinópolis	14 a 20			14 a 20			14 a 20		
Mangueirinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Manoel Ribas	17 a 19		12 + 16	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Marechal Cândido Rondon	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Maria Helena	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Marialva	9	10 a 12		9 a 12		13 a 14	9 a 13		14 a 16
Marilândia Do Sul	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Marilena		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Mariluz	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Maringá	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Mariópolis	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Maripá	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Marmeleiro	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Marquinho	17 a 20	16	15	17 a 20	15 a 16		15 a 20		
Marumbi	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Matelândia	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 19		
Mato Rico	17 a 19	12	16	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 19		
Mauá Da Serra	9 a 10		11 + 16	9 a 11		12 + 16	9 a 11	12	13 a 16
Medianeira	17 a 19		12 + 16	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Mercedes	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Mirador	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Miraselva		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Missal	17 a 19		12 + 16	12 + 17 a 19		13 a 16	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Moreira Sales	9 a 11	12	13	9 a 13		14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Munhoz De Melo		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Nossa Senhora Das Graças		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Nova Aliança Do Ivaí		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Nova América Da Colina		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Nova Aurora	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Nova Cantu	9 a 13			9 a 13	14	15 a 16	9 a 16		
Nova Esperança		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Nova Esperança Do Sudoeste	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Nova Fátima		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Nova Laranjeiras	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Nova Londrina		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Nova Olímpia	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Nova Prata Do Iguaçu	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 19			12 a 19		
Nova Santa Bárbara		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Nova Santa Rosa	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Nova Tebas	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Novo Itacolomi	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Ortigueira	18 a 20	17	16	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16	
Ourizona	9	10 a 11	12	9 a 12		13 a 14	9 a 13		14 a 16
Ouro Verde Do Oeste	9 a 11		12 + 16	9 a 12	16	13 a 15	9 a 13	14 a 16	
Paiçandu	9	10 a 11	12	9 a 12		13 a 14	9 a 13		14 a 16
Palmas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Palmeira	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Palmital	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 19		
Palotina	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Paraíso Do Norte	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Paranacity		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Paranapoema			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Paranavaí		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Pato Bragado	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Pato Branco	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Paula Freitas	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Paulo Frontin	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Peabiru	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
Perobal	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Pérola	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Pérola D'Oeste	12 + 16 a 19	13 a 15		12 a 19			12 a 19		
Piên	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pinhais	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Pinhal De São Bento	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Pinhalão	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Pinhão	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Piraí Do Sul	17 a 20		16	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16	
Piraquara	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Pitanga	17 a 20		16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Pitangueiras		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Planaltina Do Paraná		9 a 11	12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Planalto	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 19			12 a 19		
Ponta Grossa	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Porecatu			9 a 10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Porto Amazonas	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Porto Barreiro	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Porto Rico		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Porto Vitória	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Prado Ferreira		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Pranchita	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Presidente Castelo Branco		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Primeiro De Maio		9	10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Prudentópolis	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Quarto Centenário	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Quatiguá		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Quatro Barras	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Quatro Pontes	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14		15 a 16
Quedas Do Iguaçu	17 a 20	16	14 a 15	14 a 20			14 a 20		
Querência Do Norte		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 15
Quinta Do Sol	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Quitandinha	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ramilândia	17 a 19		12 + 16	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Rancho Alegre		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Rancho Alegre D'Oeste	9 a 12	13		9 a 13		14 a 16	9 a 14	15 a 16	
Realeza	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 19			12 a 19		
Rebouças	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Renascença	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Reserva	17 a 20		16	17 a 20	14 a 16		17 a 20	14 a 16	
Reserva Do Iguaçu	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Ribeirão Claro			9 a 11		9 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Ribeirão Do Pinhal		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Rio Azul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rio Bom	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Rio Bonito Do Iguaçu	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Rio Branco Do Ivaí	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Rio Branco Do Sul	17 a 21		16	17 a 21	16		17 a 21	16	
Rio Negro	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Rolândia		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Roncador	17 a 20		16	17 a 20	14 a 16		17 a 20	14 a 16	
Rondon	9	10 a 11	12	9 a 11	12 a 13	14	9 a 13		14 a 16
Rosário Do Ivaí	17 a 20		16	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16	
Sabáudia		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Salgado Filho	14 a 20			14 a 20			14 a 20		
Salto Do Itararé		9 a 11	12	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Salto Do Lontra	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Santa Amélia		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Santa Cecília Do Pavão		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Santa Cruz De Monte Castelo		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Santa Fé		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Santa Helena	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Santa Inês		9	10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
Santa Isabel Do Ivaí		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Santa Izabel Do Oeste	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Santa Lúcia	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Santa Maria Do Oeste	17 a 20	16	14 a 15	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Santa Mariana		9	10		9 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Santa Mônica		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Santa Tereza Do Oeste	17 a 19	12 + 16		12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Santa Terezinha De Itaipu	17 a 19		12 + 16	12 + 17 a 19		13 a 16	12 + 17 a 19	13 a 16	
Santana Do Itararé		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Santo Antônio Da Platina		9	10 a 11		9 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Santo Antônio Do Caiuá		9	10	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Santo Antônio Do Paraíso		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Santo Antônio Do Sudoeste	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Santo Inácio		9	10		9 a 10	11	9 a 10	11 a 12	13 a 15
São Carlos Do Ivaí	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
São Jerônimo Da Serra		9 a 12		9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
São João	12 + 16 a 19	13 a 15		12 a 19			12 a 19		
São João Do Caiuá		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
São João Do Ivaí	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14 a 16	9 a 13	14	15 a 16
São João Do Triunfo	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
São Jorge Do Ivaí	9	10 a 11	12	9 a 12		13 a 14	9 a 13		14 a 16
São Jorge Do Patrocínio	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
São Jorge D'Oeste	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 19			12 a 19		
São José Da Boa Vista		12	18	12	13 + 18	17	12 a 13	14 + 18	15 a 17
São José Das Palmeiras	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
São José Dos Pinhais	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Manoel Do Paraná	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
São Mateus Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
São Miguel Do Iguaçu	17 a 19	12	16	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
São Pedro Do Iguaçu	9 a 11	12	16	9 a 12	13 a 16		9 a 13	14 a 16	
São Pedro Do Ivaí	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
São Pedro Do Paraná		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
São Sebastião Da Amoreira		9 a 10	11 a 12	9 a 10	11 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
São Tomé	9	10 a 11	12	9 a 12		13 a 14	9 a 13		14 a 16
Sapopema	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Sarandi	9	10 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Saudade Do Iguaçu	12 + 16 a 19	13 a 15		12 a 19			12 a 19		
Sengés	18	17	12 + 16	17 a 18	12 + 16	13 a 15	12 + 17 a 18	13 a 16	
Serranópolis Do Iguaçu	17 a 19	12 + 16	13 a 15	12 + 17 a 19	13 a 16		12 a 13 + 17 a 19	14 a 16	
Sertaneja		9	10		9 a 11		9 a 11	12	13 a 15
Sertanópolis		9	10 a 11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 11	12	13 a 15
Siqueira Campos		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Sulina	12 + 16 a 19	13 a 15		12 a 19			12 a 19		
Tamarana	9	10 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Tamboara		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Tapejara	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Tapira		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 13		14 a 16
Teixeira Soares	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Telêmaco Borba	18 a 20	17	16	17 a 20		14 a 16	17 a 20	14 a 16	
Terra Boa	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Terra Rica		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Terra Roxa	9 a 12		13	9 a 13		14 a 16	9 a 14		15 a 16
Tibagi	17 a 20		16	17 a 20	14 a 16		14 a 20		
Tijucas Do Sul	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Toledo	9 a 11		12 + 16	9 a 12	13 a 16		9 a 13	14 a 16	
Tomazina		9 a 11	12	9 a 11	12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 16
Três Barras Do Paraná	12 + 17 a 19	16	13 a 15	12 a 13 + 17 a 19	14 a 16		12 a 19		
Tunas Do Paraná	17 a 21	16		16 a 21			16 a 21		
Tuneiras Do Oeste	9 a 11	12	13	9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
Tupãssi	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Turvo	17 a 21	16		17 a 21	16		16 a 21		
Ubiratã	9 a 12	13		9 a 13	14	15 a 16	9 a 14	15 a 16	
Umuarama	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16
União Da Vitória	16 a 21			16 a 21			16 a 21		
Uniflor		9 a 10	11	9	10 a 12	13 a 14	9 a 12	13	14 a 15
Uraí		9 a 10	11	9	10 a 11	12 a 14	9 a 12		13 a 15
Ventania	18	17	12 + 16	17 a 18	12	13 a 16	12 + 17 a 18	13 a 16	
Vera Cruz Do Oeste	9 a 11	12	16	9 a 12	13 a 16		9 a 13	14 a 16	
Verê	16 a 20	14 a 15		14 a 20			14 a 20		
Virmond	17 a 20	14 a 16		14 a 20			14 a 20		
Vitorino	15 a 21			15 a 21			15 a 21		
Wenceslau Braz		9 a 12		9 a 11	12 a 13	14	9 a 13	14	15 a 16
Xambrê	9 a 10	11 a 12		9 a 12	13	14	9 a 13	14	15 a 16

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.250/SEI, DE 2 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, o uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, o disposto no art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, em combinação com o art. 27, III, da Lei n.º 13.502, de 1 de novembro de 2017, e o que consta do Processo Administrativo nº 53900.005510/2016-61, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 3.115/2018/SEI-MCTIC, chancelada pelo Parecer Jurídico n.º447/2018 (2910488), da Consultoria Jurídica atuante neste MCTIC, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 02 de maio de 2016, a permissão outorgada à Rádio Regional de Alagoinhas Ltda. - Me, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Alagoinhas, estado da Bahia, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 116, de 30 de abril de 1986, publicada no Diário Oficial da União de 2 de maio de 1986.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 235, DE 3 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53500.030058/2016-89
Recorrente/Interessado: AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel: a) em resposta ao Ofício nº 43653/2017/SEI-MCTIC, que esta Agência informe ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC que: a.1) o PERT, a ser submetido pelo Conselho Diretor a Consulta Pública, atenderá à demanda do Ofício Ministerial para aplicação dos saldos do PSM e Backhaul atualizados e o de TUPs, entendidos como adequados por esta Agência, estimados em R$ 3.691.518.197,54 (três bilhões, seiscentos noventa e um milhões, quinhentos e dezoito mil, cento e noventa e sete reais e cinquenta e quatro centavos); a.2) não foi possível conciliação quanto ao saldo decorrente das desonerações do PGMU proposto devido discordância por parte das concessionárias do STFC; e, a.3) será encaminhado ao Conselho Consultivo a proposta de PGMU aprovada por este Conselho Diretor; b) que o Superintendente Executivo (SUE), em coordenação com as Superintendências de Competição (SCP) e de Planejamento e Regulamentação (SPR), instaure novo processo, caso ainda não o tenha feito, para voltar a discutir sobre a avaliação quanto à preservação do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão vigentes, bem como a indicação de possíveis alternativas a serem adotadas, na hipótese de existência de desequilíbrio, encaminhando-se os resultados para aprovação deste Conselho Diretor; c) determinar que a Superintendência de Planejamento e Regulamentação (SPR) junte aos autos a Planilha de cálculo dos saldos do PGMU (SEI nº 2390603) e Planilha de cálculo dos projetos de uso dos recursos do saldo do PGMU (SEI nº 2397545); d) receber a Petição SEI nº 2661879 e indeferir os pedidos dela constantes; e, e) não conhecer das petições CT/Oi/GEIR/6981/2018 (SEI nº 2683203) e CT/Oi/GEIR/6982/2018 (SEI nº 2683263), nos termos da Súmula Anatel nº 21/2017.

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

DESPACHO Nº 108/2018

Processo: 53500.017176/2016-00.
Interessados: Grupo TIM.

1. Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), apresentada pelo Grupo ALGAR em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo (PMS) no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Infraestrutura de Rede Fixa de Transporte Local e de Longa Distância para Transmissão de Dados em Taxas de Transmissão Iguais ou Inferiores a 34 Mbps nos Municípios, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição (PGMC). 2. Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo ALGAR deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado Exploração Industrial de Linha Dedicada em 6 (seis) meses contados da entrada em vigor do presente Despacho Decisório. 3. Conferir tratamento público à integralidade do presente processo. 4. Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

DESPACHO Nº 109/2018

Processo: 53500.017178/2016-91.
Interessados: Grupo TIM.

1. Homologar a Oferta de Referência de Produto de Atacado de ROAMING NACIONAL, apresentada pelo Grupo TIM em cumprimento à obrigação imposta aos Grupos detentores de Poder de Mercado Significativo - PMS no Mercado Relevante de Oferta Atacadista de Roaming Nacional, nos termos do Plano Geral de Metas de Competição - PGMC. 2. Estabelecer, em conformidade com o art. 11 do Anexo I do PGMC, que o Grupo TIM deverá submeter para revisão nova Oferta de Referência de Produto de Atacado ROAMING em 6 (seis) meses a contar da entrada em vigor do presente Despacho Decisório. 3. Conferir tratamento público aos Documentos SEI nº 2642362 e SEI nº 2642363. 4. Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

ABRAÃO BALBINO E SILVA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

RETIFICAÇÃO

No Ato nº 3.777, de 18 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial da União, Seção 1, página 28, do dia 21 de maio de 2018, retifica-se conforme abaixo:

I - onde se lê: "Serviço Limitado Privado";

II - leia-se: "Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos".

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATO Nº 3.443, DE 8 DE MAIO DE 2018

Expede autorização à RÁDIO REGIONAL CENTRO NORTE LTDA, CNPJ nº 02.023.195/0001-10 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos (SARC), modalidade Ligação para Transmissão de Programas, e outorga autorização de uso de radiofrequências associadas à autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.430, DE 7 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53542.000804/2018-85.

Expede autorização à NIOBRÁS MINERAÇÃO LTDA, CNPJ nº 07.171.562/0003-09, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.699, DE 15 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53542.000953/2018-44.

Expede autorização à MATTEL & BOSQUE CONSTRUÇÕES EIRELI, CNPJ nº 23.057.377/0001-82, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 14 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado a:

Nº 3.674 - ODONIAS LINCOLN DE ARAÚJO, CPF nº 079.040.532-68.

Nº 3.676 - VOLMIR ELTON SCHEFFLER, CPF nº 718.173.529-20.

Nº 3.677 - CELG DISTRIBUIÇÃO S.A - CELG D, CNPJ nº 01.543.032/0001-04

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS 15 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado a:

Nº 3.700 - AILTON AZEVEDO MELO FILHO, CPF nº 856.908.301-78.

Nº 3.711 - DOMINGOS MUNARETTO, CPF nº 176.919.589-00.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATOS DE 16 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado a:

Nº 3.731 - ERNESTO ANDREA ROSSETTI, CPF nº 371.032.701-63.

Nº 3.737 - AGROPECUÁRIA SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ LTDA, CNPJ nº 01.847.081/0004-75.

Nº 3.739 - EDSON LOPES FILHO, CPF nº 072.322.416-15.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.757, DE 17 DE MAIO DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequências a HERMES CORREA, CPF nº 161.987.861-53, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 3.744, DE 16 DE MAIO DE 2018

Expede autorização a SEGURPRO VIGILÂNCIA PATRIMONIAL S.A., CNPJ nº 25.278.459/0027-11, para exploração do Serviço Limitado Privado.

SÉRGIO ALVES CAVENDISH
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

UNIDADE OPERACIONAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 3.740, DE 16 DE MAIO DE 2018

Processo nº 53512.000387/2018-28.

Expede autorização à BDNET SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA, CNPJ nº 09501414000179, para explorar o Serviço Limitado Privado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

RODRIGO VIEITAS SARRUF DE ALMEIDA
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATOS DE 24 DE ABRIL DE 2018

Nº 3.133. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO SOCIEDADE LIMITADA, CNPJ 25.288.333/0001-99, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Bonfim/MG, mediante a radiofrequência de 479 MHz, até a data de 29/03/2038.

Nº 3.134. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO PROGRESSO DE ALAGOAS LTDA, CNPJ 12.275.673/0001-33, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Maceió/AL, mediante a utilização da radiofrequência de 92.3 MHz, até a data de 01/05/2024.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATOS DE 25 DE ABRIL DE 2018

Nº 3.149 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Várzea Grande/MT, mediante a utilização da radiofrequência de 677 MHz, até a data de 16/03/2037.

Nº 3.163 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à AMAZONIA COMUNICACOES LTDA., CNPJ 04.257.435/0001-77, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Ananindeua/PA, mediante a utilização da radiofrequência de 96.5 MHz, até a data de 20/10/2020.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 26 DE ABRIL DE 2018

Nº 3.188 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à PESQUEIRA FM LTDA, CNPJ 11.999.463/0001-25, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Pesqueira/PE, mediante a utilização da radiofrequência de 96.7 MHz, até a data de 03/09/2027.

Nº 3.196 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO QUILOMBO DOS PALMARES LTDA, CNPJ 10.584.712/0001-59, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Palmares/PE, mediante a utilização da radiofrequência de 100.9 MHz, até a data de 20/06/2026.

Nº 3.197 - Outorgar Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO SANTIAGO FM LTDA, CNPJ 03.865.478/0001-72, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Laranjeiras do Sul/PR, mediante a utilização da radiofrequência de 106.7 MHz, até a data de 01/09/2019.

Nº 3.209 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO CLUBE DE TUPA LTDA, CNPJ 72.546.294/0001-62, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Tupã/SP, mediante a utilização da radiofrequência de 92.7 MHz, até a data de 01/11/2023.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 27 DE ABRIL DE 2018

Nº 3.238 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO REGIONAL ESPERANCA FM LTDA, CNPJ 55.926.919/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Lins/SP, mediante a utilização da radiofrequência de 95.1 MHz, até a data de 14/09/2028.

Nº 3.239 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO DO TOCANTINS S/A, CNPJ 26.937.797/0001-41, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Gurupi/TO, mediante a utilização da radiofrequência de 641 MHz, até a data de 09/10/2035.

Nº 3.240 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO DO TOCANTINS S/A, CNPJ 26.937.797/0001-41, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Araguaína/TO, mediante a utilização da radiofrequência de 665 MHz,até a data de 21/11/2036.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 2 DE MAIO DE 2018

Nº 3.276 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL E TRANSMISSOES INTERTV LTDA, CNPJ 31.396.583/0001-45, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de São José de Ubá/RJ, mediante a utilização da radiofrequência de 569 MHz, até a data de 30/04/2038.

Nº 3.277 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL E TRANSMISSOES INTERTV LTDA, CNPJ 31.396.583/0001-45, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Areal/RJ, mediante a utilização da radiofrequência de 569 MHz, até a data de 27/04/2038.

Nº 3.278 - Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à CANAL E TRANSMISSOES INTERTV LTDA, CNPJ 31.396.583/0001-45, executante do Serviço de Retransmissão de Televisão, utilizando tecnologia digital, na localidade de Italva/RJ, mediante a utilização da radiofrequência de 569 MHz, até a data de 14/02/2038.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.417, DE 7 DE MAIO DE 2018

Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO E TELEVISAO MATOGROSSENSE LTDA, CNPJ 12.372.735/0001-25, executante do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de Sinop/MT, mediante a utilização da radiofrequência de 79 MHz, até a data de 31/12/2023.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 8 DE MAIO DE 2018

Nº 3.444 - Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE IGUATU (ACI), CNPJ 15.506.945/0001-57, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Iguatu/PR, mediante a utilização da radiofrequência de 104,9 MHz, sendo o uso da radiofrequência não exclusivo, em caráter provisório, precário e secundário, até a data de publicação do Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, no limite máximo de 10 anos, a partir da data de publicação do extrato deste Ato.

Nº 3.453 - Outorga autorização de Uso de Radiofrequência à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E SOCIAL DE ITAMBE, CNPJ 14.423.733/0001- 43, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, na localidade de Itambé/PR, mediante a utilização da radiofrequência de 105,9 MHz, sendo o uso da radiofrequência não exclusivo, em caráter provisório, precário e secundário, até a data de publicação do Contrato com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC, no limite máximo de 10 anos, a partir da data de publicação do extrato deste Ato.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATO Nº 3.537, DE 9 DE MAIO DE 2018

Expede autorização à BY AGUIA COMERCICO DE PRODUTOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ/CPF: 23.388.214/0001-82, para executar o Serviço Limitado Privado, de interesse restrito, em âmbito nacional e internacional, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, para prestação a terceiros, e tendo como área de prestação do serviço todo território nacional.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

ATOS DE 14 DE MAIO DE 2018

Nº 3.653 - Outorga autorização de uso de radiofrequência, à SERVICO DE RADIO-TAXI UBERABA LTDA, 08.583.885/0001-00, associada à autorização para execução de Serviço Limitado Privado, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, por 20 anos, em caráter precário e secundário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa.

Nº 3.672 - Expede autorização à LVS TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 27.480.481/0001-36, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.673 - Expede autorização à COMNET TELECOMUNICACOES EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 29.106.250/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.684 - Expedir autorização à RICARDO GRASSI SACRAMENTO ME, CNPJ/MF nº 01.869.708/0001-46, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.687 - Expede autorização à MILTON CESAR DOMICIANO EIRELI, CNPJ/MF nº 38.800.678/0001-21, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.688 - Expede autorização à PAULO SERGIO DE L OLIVEIRA INTERNET PREDIAL - ME, CNPJ/MF nº 19.189.555/0001-51, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 3.691 - Expede autorização à ALESSIO & LONGHI LTDA, CNPJ/MF nº 04.022.409/0001-60, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

WILSON DINIZ WELLISCH
Superintendente
Substituto

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.872/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/05/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.018136/2017-43
Requerente: Universidade Federal de São Carlos
Próton: 39323/2011
Endereço Rodovia Washington Luiz, Km 23, Caixa Postal: 676, CEP: 13565-905, São Carlos - SP; Telefone/Fax: (16) 3351-8074.
Assunto: Solicitação de Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pedido de extensão do CQB 094/98 para o Laboratório de Biotecnologia Vegetal - LBV do Departamento de Genética e Evolução para as atividades de pesquisa em regime de contenção e detecção e identificação com plantas e microrganismos geneticamente modificados pertencentes a classe de risco 1, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.873/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/05/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01250.04873/2017-11
Requerente: Nidera Sementes Ltda
CNPJ: 07.053.693/0024-16
Endereço: Avenida Arlindo Porto, 439 - Parte B - Bairro Cristo Redentor Patos de Minas -MG CEP: 38700-222
Assunto: Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pedido de extensão de CQB da Requerente (CQB 143/01) para a Unidade Operativa situada em Realeza/PR, para as finalidades de pesquisa em regime de contenção, uso comercial, liberação planejada no meio ambiente, transporte, avaliação de produto, descarte, armazenamento e produção industrial, com plantas geneticamente modificadas da classe de risco 1, concluiu pelo DEFERIMENTO. A unidade operativa é composta por: GALPÕES 3, 4 E 5; CASAS TELADAS n° 3 e 4; CASAS DE VEGETAÇÃO; ÁREA EXPERIMENTAL (3,08 hectares).

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.874/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/05/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01250.052222/2017-85

Requerente: Universidade Federal do Ceará

CQB: 0102/99

Próton: 22508/2014

Endereço: Av. Humberto Monte, 2977. Campus Pici - Fortaleza, Ceará. CEP 60450-000.

Assunto: Solicitação de Extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança - CQB

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pedido de extensão do CQB 102/99 para o Laboratório de Biotecnologia de Proteases Vegetais do Departamento de Bioquímica e Biologia Molecular para as atividades de pesquisa em regime de contenção e ensino, com plantas, derivados e microrganismos pertencentes à Classe de Risco 1, concluiu pelo DEFERIMENTO.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através do site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.875/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/05/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001846/2016-49

Requerente: GDM Genética do Brasil Ltda.

CNPJ: 07.007.165/0001-34

Endereço: Av. Ayrton Senna da Silva, 550 - 13º. Andar - Ed. Torre Montello - Londrina/PR.

Assunto: Retificação de Informação em Liberação Planejada no Meio Ambiente - RN08.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido para realizar alteração de liberação planejada concluiu pelo DEFERIMENTO. A presente liberação foi aprovada pelo Parecer técnico 5438/17 e no parecer aprovado, a requerente havia informado que "A trilha das plantas será feita manualmente ou mecanicamente com auxílio de trilhadeira do tipo TPI (Trilhadeira de Plantas Individuais) na sala de processamento" referindo-se a Unidade Operativa de Porto Nacional-TO". Desta feita, altera a sala de processamento de sementes para ""A trilha das plantas será feita manualmente ou mecanicamente com auxílio de trilhadeira do tipo TPI (Trilhadeira de Plantas Individuais) na sala de manuseio (beneficiamento de plantas)" referindo-se a mesma Unidade Operativa de Porto Nacional-TO".

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através do site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.876/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª. Reunião Ordinária ocorrida em 10/05/2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.001850/2016-15

Requerente: GDM Genética do Brasil Ltda.

CNPJ: 07.007.165/0001-34

Endereço: Av. Ayrton Senna da Silva, 550 - 13º. Andar - Ed. Torre Montello - Londrina/PR.

Assunto: Retificação de Informação em Liberação Planejada no Meio Ambiente - RN08.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise de pedido para realizar alteração de liberação planejada concluiu pelo DEFERIMENTO. A presente liberação foi aprovada pelo Parecer técnico 5319/16) e no parecer aprovado, a requerente havia informado que "A trilha das plantas será feita manualmente ou mecanicamente com auxílio de trilhadeira do tipo TPI (Trilhadeira de Plantas Individuais) na sala de processamento" referindo-se a Unidade Operativa de Porto Nacional-TO". Desta feita, altera a sala de processamento de sementes para ""A trilha das plantas será feita manualmente ou mecanicamente com auxílio de trilhadeira do tipo TPI (Trilhadeira de Plantas Individuais) na sala de manuseio (beneficiamento de plantas)" referindo-se a mesma Unidade Operativa de Porto Nacional-TO".

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo, deverão ser encaminhadas, via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através do site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.880/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de maio de 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo: 01250.079958/2017-09

Requerente: Bayer S.A.

CQB: 005/96

Endereço: Rua Domingos Jorge, 1100, São Paulo/SP

Assunto: Extensão de CQB

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO.

A requerente solicitou à CTNBio, a Extensão de Qualidade em Biossegurança - CQB 005/96 para inclusão de Prédio Breeding Soja, Prédio da Crop, vala de descarte e área experimental de 90 ha localizados na Estação de Pesquisa Experimental em Sinop, MT.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas às condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana. A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento. A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas via Sistema de Informação ao Cidadão - SIC, através da página eletrônica do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações-MCTIC.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 5.881/2018

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 212ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de maiode 2018, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº. 01250.002568/2018-13

Requerente: DuPont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes.

CQB: 013/97

Assunto: Extensão de CQB

Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou à CTNBio incluir em seu CQB nº 013/97 oito novas casas de vegetação (GH-3 a GH-10) localizadas na Estação de Pesquisa da DuPont do Brasil S.A. - Divisão Pioneer Sementes de Toledo/PR. As atividades a serem desenvolvidas são pesquisa em regime de contenção, transporte, avaliação de produto e detecção e identificação de plantas geneticamente modificadas da classe de risco I. Após análise das medidas de biossegurança descritas na solicitação, a CTNBio entendeu que as instalações poderão ser utilizadas apenas para as finalidades propostas e em conformidade com este parecer técnico e com a legislação em vigor. Assim, atendidas as recomendações da CTNBio e as medidas de biossegurança contidas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou prejudicial à saúde humana.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

MARIA SUELI SOARES FELIPE

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DE 21 DE MAIO DE 2018

721ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - LEI 8.010/90

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO	CNPJ
Fundação Valeparaibana de Ensino - FVE	900.0052/1990	60.191.244/0001-20
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso - FUFMT	900.0177/1991	33.004.540/0001-00
Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo - FUSP	900.0746/1998	68.314.830/0001-27
Fundação de Apoio Universitário - FAU	900.0858/2002	89.876.114/0001-03

CLAUDIO DA SILVA LIMA
Diretor
Substituto

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 2.257/SEI, DE 25 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.023298/2018-84, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de SÃO MIGUEL DOS CAMPOS/AL, o canal 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 781/SEI, DE 14 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.065692/2017-17, resolve:

Aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da RÁDIO E TELEVISÃO ROTIONER LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de CASTRO, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 22(vinte e dois), nos termos da Nota Técnica nº 9787/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

Ministério da Cultura

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 337, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
181370 - Valorize a Vida
ARQUIMEDES LEMES DE SOUZA
CNPJ/CPF: 918.709.760-53
Processo: 01400008031201804
Cidade: Santa Maria - RS;
Valor Aprovado: R$ 253.187,50
Prazo de Captação: 22/05/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O projeto "Valorize a Vida" foi modelado para realizar um espetáculo teatral ao público infantil, com temática que coloca, de uma forma divertida, as principais regras de trânsito a ser respeitada pelas crianças. A divulgação ocorrerá de maneira ampla, incluindo a Internet, dando publicidade Internacional ao projeto. Ao final, terá sido estimulada a cultura nacional através do teatro de qualidade e com garantias de democratização do seu acesso ao público, além de estimular novos artistas e criar novos espaços no segmento.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
181344 - Meu pequeno Japão (título provisório)
Editoria Origem Ltda - ME
CNPJ/CPF: 04.762.467/0001-20
Processo: 01400007875201820
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 470.853,39
Prazo de Captação: 22/05/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: A ideia de Meu Pequeno Japão é apresentar um projeto para produção de um livro de arte da fotografia e exposição de imagens do mesmo, com imagens do fotógrafo Valdemir Cunha e textos do escritor Xavier Bartaburu no conceito de almanaque de histórias. O livro, ricamente ilustrado com fotografias artísticas, contará a saga da imigração japonesa ao longo dos últimos 107 anos e mostrará como vivem atualmente os 1,5 milhões de descendentes, cujas famílias chegaram ao Brasil no Século XX a partir de 1908. O projeto abordará aspectos da gente, cultura, língua, costumes, gastronomia, festas populares, arquitetura e industrialização japonesa, que se estabeleceu no País ao longo do século passado. Serão apresentados o dia a dia desses descendentes que fincaram raízes por aqui e sua relação com o Japão.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
181374 - Projeto Sente o Som - Edição I
IRMAOS ARAUJO PEREIRA LTDA ME
CNPJ/CPF: 21.802.752/0001-46
Processo: 01400008044201875
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Aprovado: R$ 304.259,74
Prazo de Captação: 22/05/2018 à 31/12/2018

Resumo do Projeto: O Projeto buscar levar à Araxá, Uberlândia e Uberaba grandes espetáculos teatrais de música e orquestras. Shows de orquestra instrumentais gratuitos, com arrecadação de alimentos, e apresentações teatrais de música popular de grandes artistas de renome. Apresentações mensais no segundo semestre de 2018. Serão praticados ingressos gratuitos ou preços abaixo do valor de mercado para atingir um público que não tem grande acesso à cultura, em cidades que, apesar de não serem tão pequenas, contam com pouca tradição neste quesito.

PORTARIA Nº 338, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
175956 - EDUCACAO MUSICAL CORAL VOZES DA AMAZONIA
VOZES DA AMAZÔNIA
CNPJ/CPF: 10.489.553/0001-03
Cidade: Belém - PA;
Valor Reduzido: R$ 79.525,00
Valor total atual: R$ 500.875,00

PORTARIA N° 339, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar a alteração do proponente do projeto Rio Montreux Jazz Festival - PRONAC 16 4648, publicado na portaria n.º 0150 de 07/03/2017, no D.O.U. de 08/03/2017:

Onde se lê: GAEL COMUNICAÇÕES SA
CNPJ/CPF: 22.121.038/0001-55
Leia-se: CARDUME COMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ/CPF: 07.661.686/0001-00

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA N° 340, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar sem efeito a publicação referente ao Projeto Centro de Cultura de Minaçu - Pronac: 14-0462 na Portaria nº 335 de 18/05/2018, publicada no D.O.U. nº 59 de 21/05/2018, Seção 1, página 34.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

PORTARIA N° 341, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26)
17 8973 - PROJETO MÚSICA NO LAGO: SHOW AO AR LIVRE
JOAO FRANCISCO ZAMBONI
CNPJ/CPF: 346.685.898-45
SP - Batatais
Período de captação: 01/01/2018 a 31/12/2018

PORTARIA N° 342, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso I do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo I.

Art. 2º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADA(S) COM RESSALVA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso II do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo II.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas REPROVADA(S) no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, do § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e no inciso III do art. 51 da Instrução Normativa nº 5, de 26 de dezembro de 2017, conforme anexo III.

Art. 4º - Informar que cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de cinco anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 5º - Aplicar a sanção administrativa de INABILITAÇÃO, nos termos do art. 59 da Instrução Normativa MinC nº 05/2017, aos proponentes relacionados no anexo referente à reprovação, pelo prazo de 03 (três) anos, contados a partir da publicação desta Portaria, que implicará, junto ao Ministério da Cultura, nas restrições contidas no art. 59 da referida Instrução Normativa.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
09-1106	Julinha Relógio redescobrindo o Brasil	Incentivar Fomento de Projetos LTDA - EPP	09.314.456/0001-09	Levar para as crianças por meio do conto literário, a nossa origem cultural, resgatando os valores ligados ao Brasil até os dias atuais por meio da fantasia vivida pela nossa personagem em busca do conhecimento, desde nosso descobrimento, passando pela cultura indígena, as grandes navegações, o Pau-Brasil; o Quilombo dos Palmares; a Inconfidência Mineira, o Dia do Fico, a Independência do Brasil e a libertação dos escravos e o surgimento do folclore brasileiro.	R$ 150.216,00	R$ 137.177,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
09-2058	Circuito Jazz Gerais - Etapa Barbacena	SOLTZ Produção e Organização de Eventos Ltda - Me	07.680.958/0001-10	Será realizado um festival de música na Cidade de Barbacena/MG, com 3 dias de duração no mês de Setembro/2009, onde se apresentarão bandas de Jazz nacionais.	R$ 317.119,00	R$ 200.000,00
08-8355	Temporada 2009 da Orquestra Sinfônica Jovem da Fundação CSN	Fundação CSN	19.690.999/0001-76	Realizar a temporada de concertos de 2009 da Orquestra Sinfônica Jovem da Fundação CSN onde a música erudita e contemporânea formarão a base do repertório executado pela Orquestra.	R$ 4.045.196,00	R$ 4.017.223,16
12-5560	8ª Feira Nacional do Livro de Poços de Caldas e Flipoços 2013.	G. S. C. Eventos Especiais Ltda - Me	19.111.913/0001-03	O projeto visa a realização da 8ª Edição da Feira Nacional do Livro de Poços de Caldas e o Flipoços 2013 - Festival Literário de Poços de Caldas - MG, que será realizada de 27 de abril a 05 de maio de 2013 no Espaço Cultural da Urca - Poços de Caldas - MG. A entrada é franca em todas as atividades.	R$ 531.810,00	R$ 298.531,20

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CNPJ/CPF	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR A SER RESTITUÍDO AO FNC
10-10427	Dia da Família	Alcateia Serviços Cinematográficos LTDA - ME	04.091.621/0001-89	Criar um espaço de integração entre pais e filhos através de atividades recreativas e ao mesmo tempo educativas. Não é um projeto que visa a diversão infanto-juvenil, mas um entretenimento inteligente e de qualidade que possa atrair e interessar pais e filhos. O evento acontece durante a tarde, a partir das 15h, abordando um tema específico e utilizando diferentes suportes: Cinema e Vídeo, Teatro, Música e Workshops.	R$ 126.158,00	R$ 126.158,00	R$ 20.783,62

PORTARIA N° 343, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 87 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme ANEXO I.

Art. 2º - Informar que, nos termos do art. 83 da Instrução Normativa MinC nº 01, de 2013, cabe ao proponente emitir comprovantes em favor dos doadores ou patrocinadores, bem como manter o controle documental das receitas e despesas do projeto pelo prazo de dez anos, contados da aprovação da prestação de contas, à disposição do MinC e dos órgãos de controle e fiscalização, caso seja instado a apresentá-las, conforme previsto no art. 36 da Instrução Normativa RFB nº 1.131, de 21 de fevereiro de 2011.

Art. 3º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram sua(s) prestação(ões) de contas APROVADAS COM RESSALVAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, no art. 88 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013 e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014, conforme ANEXO II.

Art. 4º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas REPROVADAS no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme ANEXO III.

Art. 5º - Tornar pública a relação do(s) projeto(s) apoiado(s) por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas com RATIFICAÇÃO DE REPROVAÇÃO no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no §1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e nos art.43 e art. 44 da Portaria 46, de 13 de março de 1998, conforme ANEXO IV.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSE PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNJP	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
06-7786	Raízes Curitibanas - Festa das Etnias, Curitiba 314 Anos	CMP Canal de MArketing Promocional Associados Ltda.	05.747.981/0001-59	Realizar um conjunto de eventos de caráter cultural como Feira Gastronômica, Shows de música e dança folclórica tradicional, Feira de artesanato tradicional, Exposição de fotos em acervo e Produção de livro eletrônico (e-book) de memórias urbanas, destinados a recompor e tornar público a memória étnica e sócio-cultural de Curitiba em seu aniversário, instalados na Praça 29 de Março.	R$ 334.180,00	R$ 310.000,00
06-7587	Procurando a Cidade Invisível	Marcus Vinícius Loureiro	186.050.796-49	Consiste na montagem do espetáculo teatral e apresentação por sete cidades do interior de Minas Gerais. A produção que serve de instrumento de educação, é um texto que fala dos oito objetivos estabelecidos pela ONU para um mundo mais justo, saudável e feliz.	R$ 232.826,85	R$ 191.000,00
09-2207	Atividades Permanentes De Formação Em Artes Cênicas E Audiovisual Do Grupo Nós Do Morro	Grupo Nós do Morro	30.120.620/0001-25	Dar continuidade ao trabalho de 22 anos, desenvolvido pelo Grupo Nós do Morro, que é uma associação sem fins lucrativos, proporcionando acesso indiscriminado à arte, à educação e ao conhecimento por meio das atividades permanentes de formação em artes cênicas e audiovisual, realizadas na comunidade do Vidigal.	R$ 1.218.209,28	R$ 1.218.209,28

ANEXO II

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO
06-3306	Beth Carvalho Canta o Samba da Bahia	Arte Contrato Assessoria & Marketingo Cultural Ltda.	01.732.766/0001-23	A proposta para 2006, ano em que a cantora Beth Carvalho completará 60 anos de idade, é selecionar e interpretar os maiores clássicos do samba da Bahia, gravando seu 30º CD e 2º DVD, no Teatro Castro Alves, em Salvador.	R$ 1.664.129,00	R$ 1.332.000,00
02-4706	Leitura e Ação para Cidadania	Fundação Educar Dpaschoal De Benemerencia E Preservação Da Cultura E Meio Ambiente	59.013.433/0001-24	Todos os livros pretendem como já tradicionalmente acontece com os livros da Fundação Educar, despertar de maneira gostosa e interessante, o hábito da leitura e ensinar os valores humanos	R$ 37.380,00	R$ 37.380,00
06-7388	Bandas estão voltando (As)	Waldir Reni Sudbrack	073.857.490-20	Apresentar um programa de rádio, com realização de Show-Bailes beneficente, sempre com participação de várias bandas.	R$ 96.584,00	R$ 96.584,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

06-4175	Foto Arte Brasília - V	Arte 21 - Artes E Eventos Culturais Ltda - Me	03.505.604/0001-88	O projeto propõe um festival de fotografia aberto a qualquer fotógrafo, amador ou profissional, com o tema "Amazônia: Tesouro Brasileiro" e será lançado, paralelamente, em duas cidades brasileiras: Belém/PA e Brasília/DF.	R$ 606.350,00	R$ 605.000,00
06-3759	Sacramentos - Turnê 2006 - Marcos Sacramento	Avatar 2001 Producoes Artisticas Ltda - Me	04.272.311/0001-60	Realizar temporada no Rio de Janeiro e turnê do novo show, Sacramentos, do cantor Marcos Sacramento.	R$ 902.052,55	R$ 200.000,00
05-3186	Ianelli - Os Caminhos da Figuração	Associação Dos Amigos Do MON - Museu Oscar Niemeyer	05.695.855/0001-06	O objetivo do projeto é realizar no museu Oscar Niemeyer, a exposição "Lanelli" - Os caminhos da Figuração, no período de janeiro a maio de 2006, trazendo ao público, cerca de 86 pinturas de Arcângelo Ianelli, produzidas nas décadas de 40 e 60, estas obras fazem parte da coleção da família do artista e representam o período de sua pesquisa rumo à poética que tanto o caracterizou: O tratamento exímio da sutileza total.	R$ 292.593,08	R$ 260.000,00
06-9475	Instrumental RS	Liga Producao Cultural Ltda.-Me	04.657.021/0001-35	Realização de 16 shows em nas cidades de Porto Alegre/RS, Joinville/SC, Curitiba/PR, Tatuí/SP, Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA, Recife/PE e Fortaleza/CE, de música instrumental regional criadas a partir das raízes gaúchas do pampa.	R$ 592.861,98	R$ 238.116,13
04-2849	Cachuera de Música	Associação Cultural Cachuera!	02.910.189/0001-85	Tem como objetivo propiciar a ampliação das possibilidades de fruição musical do público, alargamento de seus horizontes estéticos mediante a aproximação de universos musicais. Serão 4 espetáculos musicais mensais, 01 a cada semana, durante 06 meses, no período de setembro de 2004 à Março de 2005, totalizando 24 espetáculos, no Espaço Cachueral em escolas, os CEUs e centros culturais de bairros. Será cobrado bilheteria em todos os espetáculos, sendo o ingresso de valor unitário de R$ 5,00. Será gravado 3.000 CDs de compilação dos concertos musicais.	R$ 333.900,06	R$ 271.398,71
06-8665	Triângulo Music	Viva Marketing Promocional Ltda	07.926.554/0001-63	Tem como objetivo a realização do Festival de Música, na cidade de Uberlândia, e que viabilizem a continuidade do evento no calendário artístico-cultural da cidade. O projeto Triângulo Music estimula a valorização dos talentos locais e regionais, abrindo espaço e movimentando os músicos da cidade e da região.	R$ 999.629,00	R$ 200.000,00
05-0094	Oktoberfest 2005 - Show de Música Instrumental	Associação De Amigos Da Oktoberfest De Igrejinha	94.725.306/0001-59	Este projeto tem como objetivo aprimorar o programa cultural da Oktoberfest, tendo como adjetivo ampliar os atrativos, promovendo apresentações de grupos de música instrumental incluindo apresentações de quatro bandas e ou artistas de nome nacional.	R$ 671.717,10	R$ 91.500,00

ANEXO III

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
06-6931	Recicladinho e Sua Turma, Livro Educação Ambiental.	Maria Antonia dos Santos Morais	099.710.668-90	Edição e publicação do livro, sobre a Educação Ambiental, para distribuição entre os estudantes da rede de ensino de Hortolândia/SP	R$ 346.083,40	R$ 346.083,40	R$ 346.083,40
04-3432	Festival Vida & Arte - Patrimônio Cultural (2º)	Instituto Albanisa Sarasate -CE	05.096.883/0001-07	Realizar o 2º Festival Vida e Arte. Trata-se de um grande encontro da cultura e das artes, no Ceará, mostrando manifestações nas áreas das artes cênicas, artes visuais e patrimônio cultural envolvendo artistas locais e de diversos pontos do país. No módulo "Patrimônio Cultural" objeto desse projeto pretende realizar 02 apresentações com grupos de atuação nacional; 20 apresentações com grupos de atuação na região Nordeste, 07 apresentações com grupos com atuação no estado do Ceará, além do festival de Violeiros, com 08 duplas concorrentes; a Feira de Cordel e Xilogravura, com a participação de 14 artistas; a Exposição de artesanato e arte popular, com 22 artesãos nordestinos; 03 oficinas; e o Ciclo de Debates: Uma Nação Chamada Nordeste"	R$ 975.108,47	R$ 788.488,86	R$ 10.892,28

ANEXO IV

PRONAC	PROJETO	PROPONENTE	CPF/CNPJ	RESUMO DO PROJETO	VALOR APROVADO	VALOR CAPTADO	VALOR NOMINAL A SER RESTITUIDO AO FNC
04-5767	Temporada Artística Orquestra Sinfônica Brasileira 2005	Fundação Orquestra Sinfonica Brasileira	33.659.327/0001-29	Realizar a Temporada Artística, de fevereiro a dezembro de 2005, dando prosseguimento às suas já tradicionais séries de concertos, e a divulgação da música erudita entre os mais variados segmentos de público - das seletas salas de concerto às grandes concentrações populares. Serão 5 séries de concertos no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, 51 populares no Teatro Carlos Gomes, Sala Cecília Meireles, em universidades, em locais ao ar livre, em lonas culturais, entre outros, 20 concertos com a camerata da Fundação OSB e o concurso OSB Nelson Freira para Novos Talentos Brasileiros.	R$10.824.579,40	R$ 1.708.284,00	R$ 397.040,49
02-0266	Temporada 2002 da Orquestra Sinfônica Brasileira	Fundação Orquestra Sinfonica Brasileira	33.659.327/0001-29	Realizar um a série de concertos com a finalidade de divulgar a música erudita, nacional e internacional, para diferentes segmentos de público. Além disso, visa ainda, gerar recursos que junto com as bilheterias e outras fontes se destinarão à manutenção do conjunto orquestral - Orquestra Sinfônica.	R$4.642.101,65	R$ 2.331.248,00	R$ 195.256,13

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 76, DE 18 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições legais que lhe confere a Portaria 758, de 03 de agosto de 2017 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1º Aprovar a redução de valor em favor do projeto cultural relacionado abaixo, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

180409 - 7º PANORAMA DO CINEMA SUÍÇO CONTEMPORÂNEO
Marione Tomazoni - ME
CNPJ/CPF: 17.812.392/0001-96
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.179,00
Valor total atual: R$ 291.073,03

Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual, relacionados no anexo I, para o qual o proponente fica autorizado a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, nos termos do Art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo Art. 53, alínea f, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

181364 - O CINEMA INTERIOR DE PHILIPPE GARREL
Fumaça Produtora e Distribuidora de Filmes LTDA-ME
CNPJ/CPF: 20.720.402/0001-78
Processo: 01400.008009/2018-56
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 658.440,20
Prazo de Captação: 22/05/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Mostra do trabalho ainda em andamento do cineasta francês Philippe Garrel, com a exibição de um total de 25 filmes. Como programação complementar teremos uma mesa de debate em todas as cidades e a publicação de um catálogo com a tradução de textos incontornáveis, acrescidos de outros inéditos e de instrumentos filmográficos, bibliográficos e iconográficos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA

GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 707/GC3, DE 18 DE MAIO DE 2018

Institui a unidade responsável pela coordenação da estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade da Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica, e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto nos incisos I e XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, pelo Decreto nº 9.203 de 22 de novembro de 2017 e pela Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, e considerando o que consta do Processo nº 67050.006348/2018-23, resolve:

Art. 1º Designar o Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER) como responsável pelas atribuições estabelecidas pela Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018, na função de Unidade de Gerenciamento de Integridade (UGI).

Art. 2º Designar o Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER) sob coordenação do Estado-Maior da Aeronáutica para estruturar, executar e monitorar o Programa de Integridade da Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica, como responsável pela promoção da transparência ativa e do acesso à informação, observado no mínimo o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e na Resolução nº 11, de 11 de dezembro de 2017, da Comissão de Ética Pública (CEP), conforme o inciso II do Art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018.

Art. 3º Designar o Centro de Controle Interno da Aeronáutica (CENCIAR), sob coordenação do Estado-Maior da Aeronáutica, para estruturar, executar e monitorar o Programa de Integridade da Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica, como responsável pela promoção das atribuições:

I - tratamento de denúncias, observado, no mínimo, o disposto na Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017, na Instrução Normativa Conjunta nº 1, da Corregedoria-Geral da União e da Ouvidora-geral da União, de 24 de junho de 2014, e na Instrução Normativa nº 1, da Ouvidora-geral da União, de 5 de novembro de 2014, conforme o inciso IV do art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018;

II - verificação do funcionamento de controles internos e do cumprimento de recomendações de auditoria, observado, no mínimo, o disposto na Instrução Normativa CGU nº 03, de 9 de junho de 2017, e da Instrução Normativa CGU nº 08, de 6 de dezembro de 2017, conforme o inciso V do art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018; e

III - implementação de procedimentos de responsabilização, observado, no mínimo, o disposto no Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, na Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, e na Portaria CGU nº 1.196, de 23 de maio de 2017, conforme o inciso VI do art. 6º da Portaria CGU nº 1.089, de 25 de abril de 2018.

Art. 4º Compete à Unidade de Gestão da Integridade:

I - coordenar a elaboração e revisão de Plano de Integridade, com vistas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;

II - coordenar a implementação do programa de integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos; e

III - atuar na orientação e treinamento dos militares/servidores da Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica com relação aos temas atinentes ao programa de integridade.

Art. 5º São atribuições da Unidade de Gestão da Integridade (UGI), no exercício de sua competência:

I - submeter à aprovação do Comandante da Aeronáutica a proposta de Plano de Integridade até 1º de novembro de 2018, de forma a estar aprovado até 30 de novembro de 2018;

II - avaliar a situação das unidades relacionadas ao programa de integridade e, caso necessário, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento;

III - apoiar a Unidade de Gestão de Riscos no levantamento de riscos para a integridade e proposição de plano de tratamento;

IV - coordenar a disseminação de informações sobre o Programa de Integridade na Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica;

V - planejar e participar de ações de treinamento relacionadas ao Programa de Integridade na Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica;

VI - identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para mitigação;

VII - monitorar o Programa de Integridade da Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica e propor ações para seu aperfeiçoamento; e

VIII - propor estratégias para expansão do programa para fornecedores e terceiros que se relacionam com a Força Aérea Brasileira, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Art. 6º Caberá ao Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica prover o apoio técnico e administrativo ao pleno funcionamento da Unidade de Gerenciamento de Integridade (UGI), devendo ser utilizada toda a estrutura de Governança institucional, com base na DCA 16-1 e DCA 16-2 que orienta sobre a Gestão de Risco do âmbito do COMAER.

Art. 7º Recomendar aos agentes públicos, gestores, dirigentes e unidades organizacionais do Comando da Aeronáutica que prestem, no âmbito das respectivas competências e atribuições, apoio aos trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Gestão da Integridade.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar NIVALDO LUIZ ROSSATO

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 475, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2018.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, na Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2017, e na Portaria MEC nº 209, de 7 de março de 2018, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As vagas remanescentes, compreendidas como aquelas eventualmente não ocupadas no decorrer do processo seletivo regular do Fundo de Financiamento Estudantil - Fies referente ao primeiro semestre de 2018, serão ofertadas para inscrição de candidatos de acordo com o disposto nesta Portaria.

§ 1º As vagas de que trata o caput serão ofertadas:

a) somente na modalidade do Fies, nos termos do art. 5º-C da Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001; e

b) em estrita observância à quantidade de vagas remanescentes do processo seletivo regular, bem como ao limite do número de vagas por curso, turno, local de oferta e instituição de educação superior - IES na microrregião, a partir da proposta de oferta de vagas das mantenedoras nos Termos de Participação do processo seletivo de que trata o art. 13 da Portaria Normativa MEC nº 25, de 28 de dezembro de 2017, inclusive aqueles para os quais não houve seleção de vagas nos termos do art. 14 da Portaria Normativa MEC nº 25, de 2017.

§ 2º A ocupação do número de vagas remanescentes de que trata o § 1º poderá ser efetuada em qualquer curso e turno das IES da mantenedora que tiveram vagas ofertadas por suas respectivas mantenedoras no processo seletivo regular, nos termos do art. 13 da Portaria Normativa MEC nº 25, de 2017.

§ 3º Observado o número de vagas remanescentes de que trata o § 1º, a ocupação das vagas nos termos do § 2º estará limitada, por curso, turno, local de oferta e IES, ao número de vagas propostas no Termo de Participação, subtraídas aquelas efetivamente ocupadas no processo seletivo regular e no decorrer do processo de ocupação de vagas remanescentes.

§ 4º As mantenedoras de IES participantes do processo seletivo regular do Fies referente ao primeiro semestre de 2018 deverão acessar o Módulo Oferta de Vagas - FiesOferta, no âmbito do Sistema Informatizado do Fies - Sisfies, devendo obrigatoriamente informar, nos dias 22 e 24 de maio de 2018, os cursos nos quais não houve formação de turma no período inicial, inclusive aqueles para os quais não houve seleção de vagas nos termos do art. 14 da Portaria Normativa MEC nº 25, de 2017.

§ 5º As vagas que não forem ocupadas até as 23 horas e 59 minutos do dia 10 de junho de 2018 serão redistribuídas entre todos os cursos de todas as IES participantes, observada a proposta de oferta de vagas das respectivas mantenedoras no Termo de Participação do processo seletivo do Fies referente ao primeiro semestre de 2018.

§ 6º Observado o número de vagas remanescentes de que trata o § 5º, a ocupação dessas vagas estará limitada, por curso e turno, ao número de vagas propostas no Termo de Participação pelas mantenedoras, subtraídas aquelas efetivamente ocupadas até o dia 10 de junho de 2018.

Art. 2º A inscrição de candidatos às vagas a que se refere o art. 1º desta Portaria será realizada por meio do Sistema de Seleção do Fies - FiesSeleção, gerenciado pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação - SESu/MEC.

§ 1º Os procedimentos e prazos para inscrição dos candidatos às vagas remanescentes serão dispostos em edital da SESu/MEC, doravante denominado Edital SESu.

§ 2º Nos termos do art. 30, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 25, de 2017, terão prioridade de inscrição no processo de ocupação de vagas remanescentes os candidatos ingressantes que se inscreveram em cursos em que não houve formação de turma em seus períodos iniciais no processo seletivo regular do Fies referente ao primeiro semestre de 2018 e que foram reprovados após a pré-seleção.

§ 3º O candidato pré-selecionado no processo seletivo regular do Fies e do P-Fies referente ao primeiro semestre de 2018, enquanto perdurar situação de pendência nas fases de complementação no FiesSeleção, de validação de suas informações pela Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento - CPSA ou de validação de suas informações pelo agente financeiro, não poderá se inscrever para ocupação de vagas remanescentes de que trata esta Portaria.

CAPÍTULO II

DAS INSCRIÇÕES

Art. 3º Poderá se inscrever às vagas remanescentes o candidato que, cumulativamente, atenda às seguintes condições:

I - tenha participado do Enem a partir da edição de 2010 e obtido média aritmética das notas nas provas igual ou superior a 450 (quatrocentos e cinquenta) pontos e nota na redação superior a zero; e

II - possua renda familiar mensal bruta per capita de até três salários mínimos.

§ 1º Compete exclusivamente ao candidato certificar-se de que cumpre os requisitos estabelecidos para se inscrever às vagas de que trata esta Portaria e contratar o financiamento na modalidade do Fies, observadas ainda as vedações previstas no § 2º deste artigo.

§ 2º Em razão da vedação de concessão de novo financiamento de que trata o § 6º do art. 1º da Lei nº 10.260, de 2001, e no § 4º do art. 29 da Portaria MEC nº 209, de 2018, não poderá se inscrever no processo de ocupação das vagas remanescentes candidato que:

I - não tenha quitado financiamento anterior pelo Fies ou pelo Programa de Crédito Educativo - CREDUC, de que trata a Lei nº 8.436, de 25 de junho de 1992; ou

II - se encontre em período de utilização de financiamento pelo Fies.

§ 3º O candidato ingressante não poderá se inscrever nos cursos em que a mantenedora de IES informou a não formação de turma no período inicial do curso, nos termos do § 2º do art. 1º desta Portaria, bem como nos cursos referidos no art. 30 da Portaria Normativa MEC nº 25, de 2017.

§ 4º Após a realização da inscrição à vaga remanescente, a alteração de qualquer dado ou informação somente poderá ser realizada pelo candidato mediante o cancelamento da inscrição efetuada.

§ 5º Para fins do disposto no § 3º, a participação no processo de ocupação das vagas remanescentes de que trata esta Portaria será efetuada com base na última alteração efetuada e confirmada pelo candidato no FiesSeleção.

Art. 4º Para se candidatar às vagas remanescentes de que trata esta Portaria, o candidato deverá realizar sua inscrição exclusivamente por meio eletrônico, na página do FiesSeleção na internet, no endereço eletrônico http://fiesselecao.mec.gov.br, no período especificado no Edital SESu.

§ 1º Para concluir sua inscrição, o candidato deverá complementá-la com todas as informações requeridas pelo FiesSeleção no prazo definido pelo Edital SESu.

§ 2º A realização da inscrição e sua conclusão no FiesSeleção assegura ao candidato apenas a expectativa de direito à vaga remanescente para a qual se inscreveu, estando a contratação do financiamento condicionada ao cumprimento das demais regras, procedimentos e prazos constantes da Portaria MEC nº 209, de 2018.

§ 3º A participação do candidato no processo seletivo de que trata esta Portaria independe de sua aprovação em processo seletivo próprio da instituição para a qual o pleiteia uma vaga, nos termos do inciso II do art. 40 da Portaria MEC nº 209, de 2018.

Art. 5º Após a complementação da inscrição no FiesSeleção, nos termos do § 1º do art. 4º, o candidato deverá validar suas informações na CPSA nos três dias úteis subsequentes, nos termos da alínea "b" do inciso I do art. 47 da Portaria MEC nº 209, de 2018, e cumprir os demais procedimentos e prazos definidos no referido instrumento normativo.

Art. 6º O candidato que se inscrever à vaga remanescente nos termos desta Portaria poderá efetuar o cancelamento da sua inscrição, na página do FiesSeleção na internet, até o momento anterior à validação da sua inscrição pela CPSA.

Art. 7º A vaga remanescente para a qual o candidato tenha se inscrito será disponibilizada para nova inscrição nos seguintes casos:

I - cancelamento da inscrição pelo candidato;

II - não complementação da inscrição pelo candidato no FiesSeleção no prazo definido no § 1º do art. 4º desta Portaria;

III - não comparecimento do candidato à respectiva CPSA para comprovação das informações prestadas em sua inscrição no Sisfies até o final do prazo definido no art. 5º desta Portaria;

IV - não comparecimento do candidato ao agente financeiro até o final do prazo definido pelo inciso II do art. 47 da Portaria MEC nº 209, de 2018; e

V - não validação, pela respectiva CPSA ou agente financeiro, das informações prestadas na inscrição no FiesSeleção.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º As vagas ofertadas nos termos desta Portaria ensejarão contratos de financiamento somente durante o primeiro semestre de 2018.

§ 1º Excepcionalmente nos casos em que a matrícula do candidato inscrito à vaga remanescente for incompatível com o período letivo da IES, o que pode resultar em sua reprovação por faltas, observados os prazos e procedimentos definidos no Edital SESu e atendidas as condições de financiamento apuradas pela CPSA, essa Comissão deverá registrar a referida inscrição no Sisfies para sua conclusão no semestre seguinte.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, a emissão do Documento de Regularidade de Inscrição - DRI e a contratação do financiamento junto ao agente financeiro no segundo semestre de

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2018 deverão observar os prazos e procedimentos definidos no Edital SESu e estarão condicionadas ao atendimento dos demais requisitos para concessão do financiamento, nos termos da Portaria MEC nº 209, de 2018, e demais normas do Fies em vigência no momento da contratação.

§ 3º O candidato que tenha se inscrito à vaga remanescente e possuir a condição de complementação de sua inscrição no FiesSeleção constante do subitem 6.1.2. do Edital SESu nº 8, de 15 de fevereiro de 2018, em razão de ter sido pré-selecionado durante o processo seletivo do Fies referente ao primeiro semestre de 2018 em período incompatível com o período letivo da IES, perderá essa condição e deverá dar continuidade aos procedimentos de inscrição referentes à ocupação de vagas remanescentes do processo seletivo do primeiro semestre de 2018.

Art. 9º Em caso de erros ou da existência de óbices operacionais por parte da IES, da CPSA, do agente financeiro ou dos gestores do Fies, que resultem na perda de prazo para validação da inscrição e contratação do financiamento, a SESu ou o agente operador do Fies, a depender do momento em que o erro ou óbice operacional for identificado, poderão adotar as providências necessárias à prorrogação dos respectivos prazos, nos termos do art. 107 da Portaria MEC nº 209, de 2018, após o recebimento e a avaliação das justificativas apresentadas pela parte interessada e, se for o caso, autorização da SESu/MEC sobre a existência de vagas.

§ 1º A SESu/MEC poderá autorizar a utilização de vaga disponibilizada no processo de ocupação de vagas remanescentes, observada a quantidade de vagas de que trata o § 1º do art. 1º desta Portaria, devendo o agente operador do Fies apresentar solicitação motivada nesse sentido se o erro ou óbice operacional tiver ocorrido em etapa de sua competência.

§ 2º Configurada a situação descrita no caput, caso todas as vagas ofertadas pela mantenedora no processo de ocupação de vagas remanescentes já tenham resultado em contratação de financiamento, a SESu/MEC, após solicitação motivada do agente operador do Fies, se for o caso, poderá autorizar a criação de vaga adicional.

§ 3º A parte interessada deverá comunicar o erro ou a existência de óbice operacional até 29 de junho de 2018, sob pena de perda do direito de contratação do financiamento pelo Fies.

Art. 10. É de exclusiva responsabilidade do candidato observar:

I - os prazos e procedimentos estabelecidos nesta Portaria, na Portaria MEC nº 209, de 2018, e no Edital SESu, assim como suas eventuais alterações, divulgados nas páginas eletrônicas do Fies e do processo de ocupação das vagas remanescentes referente ao primeiro semestre de 2018, no endereço http://fiesselecao.mec.gov.br; e

II - os requisitos e os documentos exigidos para a contratação do financiamento, previstos na Portaria MEC nº 209, de 2018.

§ 1º Eventuais comunicados da SESu/MEC acerca do processo de ocupação das vagas remanescentes do Fies referente ao primeiro semestre de 2018 têm caráter meramente complementar, não afastando a responsabilidade do candidato de se manter informado acerca dos prazos e procedimentos.

§ 2º A prestação de informações falsas ou a apresentação de documentação inidônea pelo candidato, apurada posteriormente à formalização do contrato de financiamento, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa, ensejará o seu encerramento, sem prejuízo das sanções penais e das demais consequências legais eventualmente cabíveis.

Art. 11. As mantenedoras participantes do processo de ocupação das vagas remanescentes de que trata esta Portaria deverão:

I - garantir a disponibilidade das vagas remanescentes para fins de matrícula dos candidatos;

II - abster-se de condicionar a matrícula do candidato à participação e aprovação em processo seletivo próprio da IES, nos termos do inciso II do art. 40 da Portaria MEC nº 209, de 2018;

III - abster-se de cobrar quaisquer tipos de taxas relativas aos processos seletivos realizados no âmbito do Fies;

IV - disponibilizar acesso gratuito à internet para a inscrição de candidatos no processo seletivo do Fies;

V - divulgar, em suas páginas eletrônicas na internet e mediante afixação em local de grande circulação de candidatos, o inteiro teor desta Portaria e do Edital SESu;

VI - manter os membros da CPSA disponíveis e aptos a efetuar todos os procedimentos de validação das inscrições dos candidatos nos termos do art. 5º desta Portaria; e

VII - cumprir fielmente as obrigações constantes do Termo de Adesão ao Fies e do Termo de Participação ao processo seletivo referente ao primeiro semestre de 2018, e as normas que dispõem sobre o Fies.

§ 1º As CPSAs deverão observar, no que couber, os procedimentos estabelecidos no processo seletivo regular do Fies referente ao primeiro semestre de 2018 para a comprovação das informações dos candidatos inscritos às vagas remanescentes.

§ 2º A execução de todos os procedimentos referentes ao processo seletivo do Fies relativo ao primeiro semestre de 2018 tem validade para todos os fins de direito e enseja a responsabilidade pessoal dos agentes executores, nas esferas administrativa, civil e penal.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSSIELI SOARES DA SILVA

RETIFICAÇÃO

A Portaria nº 129, de 20 de fevereiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 35, de 21 de fevereiro de 2018, Seção 1, página 19, conforme Nota Técnica nº 2/2018/CAA II, de 22 de março de 2018 (Processo nº 23001.000277/2018-65), passa a vigorar conforme segue, permanecendo inalteradas as demais disposições:

Onde se lê:

"166ª Reunião Extraordinária, realizada no período de 26 a 30 de julho de 2016",

Leia-se:

"166ª Reunião Ordinária, realizada no período de 26 a 30 de setembro de 2016".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

PORTARIA Nº 23-CCE, DE 21 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO "PROF. MARIANO DA SILVA NETO"- CCE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital Nº 04/2018/CCE, de 13/04/2018, publicado no DOU Nº 72, de 16/04/2018; o Processo Nº 23111.023005/2018-25; e as Leis nº.s 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10/12/93; 27/10/99 e 15/05/2003, respectivamente. Resolve:

Homologar o resultado final do Processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, correspondente à Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, com lotação na Coordenação do Curso de Bacharelado em Moda, Design e Estilismo do Centro de Ciências da Educação "Prof. Mariano da Silva Neto"- CCE, da forma como segue:

1.Pesquisa e Criação em Moda - Habilitando os candidatos HUMBERTO PINHEIRO LOPES (1º colocado) e PAULA CRISTINA FIALHO PEREIRA SILVA (2ª colocada) e classificando para contratação o primeiro colocado.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

LUÍS CARLOS SALES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 621, DE 15 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando, o que consta o Processo nº 23113.007221/2018-74, do Departamento de Recursos Materiais - DRM, datado de 22/02/2018; o despacho do Procurador Federal, folhas 45 e 46 do processo 23113.007221/2018-74; resolve:

Art. 1º - Aplicar as penas de suspensão à empresa BEATRIZ SIMONETTI LAUX, CNPJ nº 17.262.851/0001-05, conforme descrito abaixo:

I - Suspensão de contratar com a Universidade Federal de Sergipe pelo prazo de 02 (dois) anos, por não cumprimento da entrega dos materiais referente à Nota de Empenho 2016NE800541, nos termos do Artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, e conforme previsto no item 22 das penalidades do Edital de Pregão Eletrônico nº 039/2016/UFS;

Art. 2° - Determinar o registro das penalidades no SICAF.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 622, DE 15 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando, o que consta o Processo nº 23113.007281/2018-97, do Departamento de Recursos Materiais - DRM, datado de 22/02/2018; o despacho do Procurador Federal, folhas 48 e 49 do processo 23113.007281/2018-97; resolve:

Art. 1° - Aplicar as penas de suspensão à empresa CASTELO BORRACHAS E RETENTORES LTDA - ME, CNPJ nº 08.890.496/0001-28, conforme descrito abaixo:

I - Suspensão de contratar com a Universidade Federal de Sergipe pelo prazo de 02 (dois) anos, por não cumprimento da entrega dos materiais referentes à Nota de Empenho 2016NE800667, nos termos do Artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, e conforme previsto no item 22 das penalidades do Edital de Pregão Eletrônico nº 61/2016/UFS;

Art. 2° - Determinar o registro das penalidades no SICAF.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

PORTARIA Nº 623, DE 15 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando, o que consta o Processo nº 23113.007459/2018-08, do Departamento de Recursos Materiais - DRM, datado de 23/02/2018; o despacho do Procurador Federal, folhas 48 e 49 do processo 23113.007459/2018-08; resolve:

Art. 1° - Aplicar as penas de suspensão à empresa T C DA SILVA ROSAS - ME, CNPJ nº 16.513.231/0001-39, conforme descrito abaixo:

I - Suspensão de contratar com a Universidade Federal de Sergipe pelo prazo de 02 (dois) anos, por não cumprimento da entrega dos materiais referente à Nota de Empenho 2016NE800669, nos termos do Artigo 87, inciso III da Lei nº 8.666/93, e conforme previsto no item 22 das penalidades do Edital de Pregão Eletrônico nº 61/2016/UFS;

Art. 2° - Determinar o registro das penalidades no SICAF.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.087-GR, DE 21 DE MAIO DE 2018

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, resolve:

PRORROGAR, por 12 (doze) meses a partir de 24/05/2018, o prazo de validade do Edital de Homologação nº 006, de 24 de maio de 2017, publicado no DOU nº 98, de 24/05/2017, Seção 3, página 46, retificado no DOU N° 100, de 26/05/2018, Seção 3, pág. 33, que trata do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, objeto do Edital nº 005 - CAMPUS COARI, de 07/04/2017, publicado no DOU nº 76, de 20/04/2017, Seção 3, página 38 e retificado no DOU N° 77, de 24/04/2017, Seção 3, pág. 30.

ANTONIO VENANCIO CASTELO BRANCO

PORTARIA Nº 1.088-GR, DE 21 DE MAIO DE 2018

O REITOR do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe conferem o Decreto Presidencial de 10/03/2015, publicado no DOU Nº 47, de 11/03/2015, Seção 2, pág. 2, resolve:

PRORROGAR, por 12 (doze) meses a partir de 23/05/2018, o prazo de validade do Edital de Homologação nº 008, de 22 de maio de 2017, publicado no DOU nº 97, de 23/05/2017, Seção 3, página 31, que trata do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto, objeto do Edital nº 007 - CAMPUS LÁBREA, de 26/04/2017, publicado no DOU nº 79, de 26/04/2017, Seção 3, página 44.

ANTONIO VENANCIO CASTELO BRANCO

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 342, DE 21 DE MAIO DE 2018

Instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000010/2018-19.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 3° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 28/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, em relação à FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS ALVES FORTES (cód. 3514), Instituição mantida pela Fundação Educacional de Além Paraíba (cód. 401) - CNPJ 17.708.520/0001-56, sediada no Município de Além Paraíba - MG, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidade.

Art. 2º Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 200903214 de seu recredenciamento.

Art. 3º Seja notificada e intimada, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4º Seja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 5º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 343, DE 21 DE MAIO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23000.018097/2011-73.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 4º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 5º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 10, 11, 13, e 45 a 75 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 30/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, em relação ao curso de graduação, bacharelado em Enfermagem (cód. 99625), ofertado pela Instituição FACULDADE SÃO CAMILO (cód. 977), mantida pela Sociedade de Educação Superior do Semi-Árido Ltda (cód. 3509), CNPJ 9.652.671/0001-01, no município de Salvador - BA, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidade, Processo MEC n° 23000.018097/2011-73.

Art. 2º Seja notificada e intimada a Instituição, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 3º Seja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 344, DE 21 DE MAIO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000012/2018-08.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 3° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 32/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a instituição FACULDADE EDUCACIONAL DE MATELÂNDIA (cód. 5079), mantida pela entidade Matelândia Administradora de Participações SA (cód. 3244) - CNPJ 02.098.262/0001-66, localizada Município de Matelândia - PR, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidades à Instituição.

Art. 2º Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 201101841 de seu recredenciamento.

Art. 3º Seja notificada e intimada, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4º Seja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 5º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 345, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, arts. 5º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 1999, art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996, art. 2º da Lei nº 10.861, de 2004, no Decreto nº 9.235, de 2017, e na Portaria Normativa MEC nº 315, de 4 de abril de 2018, publicadas no DOU em 5 de abril de 2018, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 31/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Instaurar processo administrativo de supervisão na fase de procedimento sancionador perante a FACULDADE ÍTALO BRASILEIRA - FIB (cód. 1539), nos termos do artigo 71 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Notificar a Instituição do teor da decisão para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999 e do parágrafo único do artigo 71, do Decreto nº 9.235, de 2017, por meio eletrônico, pelo Comunicador e-MEC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 346, DE 21 DE MAIO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000013/2018-44.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 3° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 33/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a instituição FACULDADE DE ESTUDOS SUPERIORES DE MINAS GERAIS (cód. 1825), mantida pelo Sistema Integrado de Ensino de Minas Gerais Ltda (cód. 785) - CNPJ 01.203.822/0001-32, localizada no Município de Belo Horizonte - MG, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidades à Instituição.

Art. 2º Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 201210138 de seu recredenciamento.

Art. 3º Seja notificada e intimada, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4º Seja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 5º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 347, DE 21 DE MAIO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000015/2018-33.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 3° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 34/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a instituição FACULDADE DE TECNOLOGIA FAMA (cód. 4064), mantida pela Sociedade Recifense de Estudos e Ciências Humanas (cód. 864) - CNPJ 10.568.061/0001-03, localizada no Município de Recife - PE, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidades à Instituição.

Art. 2º Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 200814005 de seu recredenciamento.

Art. 3º Seja notificada e intimada, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4º Seja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 5º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 348, DE 21 DE MAIO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000014/2018-99.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 3° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 35/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a instituição FACULDADE IDEAL DE PATOS (cód. 1993), mantida pela Faculdade Brasileira de Educação Superior Ltda (cód. 16007) - CNPJ 13.785.907/0001-55, localizada no Município de Patos de Minas - MG, resolve:

Art. 1ºFica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidades à Instituição.

Art. 2ºSeja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 20074128 de seu recredenciamento.

Art. 3ºSeja notificada e intimada, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4ºSeja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 5ºFica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 6ºEsta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 349, DE 21 DE MAIO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000016/2018-88.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 3° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 36/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a instituição INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES DO MARANHÃO (cód. 2049), mantido pela Sociedade Maranhense de Cultura Superior (cód. 1346) - CNPJ 06.349.146/0001-23, sediada no Município de São Luís - MA, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidades à Instituição.

Art. 2º Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 20070659 de seu recredenciamento.

Art. 3º Seja notificada e intimada, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4º Seja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 5º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 350, DE 21 DE MAIO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000017/2018-22.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 3° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 37/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a instituição FACULDADE ESAMC SANTOS (cód. 2408), mantida pela Escola Superior de Administração, Comunicação e Marketing (cód. 1567) - CNPJ 04.904.699/0001-75, sediada no Município de Santos - SP, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidades à Instituição.

Art. 2º Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 20073216 de seu recredenciamento.

Art. 3º Seja notificada e intimada, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4º Seja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 5º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 351, DE 21 DE MAIO DE 2018

Decide pela instauração de Processo Administrativo - Processo MEC n° 23709.000018/2018-77.

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 2°, 3° e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 56 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 38/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a instituição FACULDADE DE ARUJÁ (cód. 1833), mantida pelo Instituto de Ensino Superior de Arujá Ltda (cód. 1215) - CNPJ 02.704.012/0001-22, sediada no Município de Arujá - SP, resolve:

Art. 1º Fica instaurado Processo Administrativo para aplicação de penalidades.

Art. 2º Seja aplicada a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC n° 20073903 de seu recredenciamento.

Art. 3º Seja notificada e intimada, atendendo ao art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999, para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 4º Seja efetivada a notificação por meio da publicação desta portaria no Diário Oficial da União e por meio eletrônico através de e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 5º Fica designado o Titular da Coordenação-Geral de Supervisão Estratégica, desta SERES/MEC, para condução do Processo Administrativo instaurado.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 352, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos arts. 206 e 209 da Constituição, arts. 5º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 1999, art. 46 da Lei nº 9.394, de 1996, art. 2º da Lei nº 10.861, de 2004, no Decreto nº 9.235, de 2017, e na Portaria Normativa MEC nº 315, de 4 de abril de 2018, publicadas no DOU em 5 de abril de 2018, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 40/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, resolve:

Art. 1º Instaurar processo administrativo de supervisão na fase de procedimento sancionador perante a FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS DE VIANA - FESAV (Cód. 874), nos termos do artigo 71 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Notificar a Instituição do teor da decisão para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999 e do parágrafo único do artigo 71, do Decreto nº 9.235, de 2017, por meio eletrônico, pelo Comunicador e-MEC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

PORTARIA Nº 353, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior solicitante assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior unificada à Instituição solicitante.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior solicitante deverá protocolar novo pedido de recredenciamento conforme o prazo estabelecido em sua portaria de credenciamento como Centro Universitário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ RobÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	Instituição de educação superior solicitante	Instituição de educação superior a ser unificada à solicitante	Denominação da instituição de educação superior após a unificação de mantidas	Endereço da instituição após a unificação de mantidas
201606141	Grupo IBMEC Educacional S.A, 04.298.309/0001-60	Centro Universitário IBMEC (1030)	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (1681)	Centro Universitário IBMEC - IBMEC (1030)	Avenida Armando Lombardi, - lado par, 940 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ. CEP: 22640-000

PORTARIA Nº 354, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e a Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a unificação de mantidas, conforme planilha anexa, na forma de aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento, nos termos do Art. 43 da Portaria Normativa nº 23, de 21 de dezembro de 2017.

§ 1º A Instituição de Educação Superior solicitante assume responsabilidade integral pelos cursos em funcionamento e regularmente autorizados nas instituições unificadas neste ato, garantindo a manutenção da qualidade de todos os registros acadêmicos, sem prejuízo para os alunos regularmente matriculados, além de assumir a responsabilidade formal a respeito dos processos e documentos em trâmite no sistema e-MEC.

§ 2º Declara-se extinta a Instituição de Educação Superior unificada à Instituição solicitante.

Art. 2º A Instituição de Educação Superior solicitante deverá protocolar novo pedido de recredenciamento conforme o prazo estabelecido em sua portaria de credenciamento como Centro Universitário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ RobÉRIO DE SOUZA TAVARES

ANEXO

Processo e-MEC	Mantenedora, CNPJ	Instituição de educação superior solicitante	Instituição de educação superior a ser unificada à solicitante	Denominação da instituição de educação superior após a unificação de mantidas	Endereço da instituição após a unificação de mantidas
201712160	SER Educacional S.A., 04.986.320/0001-13	Centro Universitário Joaquim Nabuco de Paulista - UNINABUCO PAULISTA (4118)	Faculdade UNINABUCO Janga (1582)	Centro Universitário Joaquim Nabuco de Paulista - UNINABUCO PAULISTA (4118)	Avenida Senador Salgado Filho, s/n - Centro, Paulista/PE CEP: 53401-440

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 21 de maio de 2018

Dispõe sobre o Processo Administrativo nº 23709.000003/2017-28.

Nº 35 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206 e 209 da Constituição, no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no art. 2º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na Lei nº 10.861, de 2004, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, tendo em vista as razões expostas na Nota Técnica nº 15/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, perante a FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE DUQUE DE CAXIAS (cód. 218), mantida pela Fundação Educacional de Duque de Caxias (cód. 156), inscrita no CNPJ sob o nº 28.754.117/0001-80:

Art. 1. A aplicação da penalidade de descredenciamento à e a desativação de seus cursos, nos termos do art. 73, inciso II, alínea d, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2. O cumprimento, por parte da mantenedora, das seguintes obrigações, nos termos do art. 57 do Decreto nº 9.235, de 2017 e da Portaria nº 22, de 2017:

I - vedação de ingresso de novos estudantes;

II - entrega de registros e documentos acadêmicos aos estudantes no prazo máximo de seis meses; e

III - oferta final de disciplinas e transferência de estudantes.

Art. 3. A responsabilização da mantenedora, pela guarda e gestão do acervo acadêmico da mantida, nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, respondendo o seu representante legal, nos termos da legislação civil e penal, inclusive nas hipóteses de negligência ou da utilização fraudulenta do acervo.

Art. 4. Na hipótese de transferência da responsabilidade pela guarda e gestão do acervo acadêmico a outra IES devidamente credenciada, a mantenedora deverá encaminhar a esta Secretaria termo de transferência e aceite por parte da IES receptora, na pessoa de seu representante legal, que será integralmente responsável pela totalidade dos documentos e registros acadêmicos dos estudantes e cursos recebidos da mantida, nos termos nos termos do art. 58 do Decreto nº 9.235, de 2017, e da Portaria nº 22, de 2017.

Art. 5. O encaminhamento a esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), pela mantenedora, no prazo de até trinta dias, de informação sobre a localização do acervo acadêmico, a qual deverá constar em seu sítio de internet, nos termos da Portaria nº 22, de 2017.

Art. 6. Serão considerados regulares apenas os diplomas expedidos e registrados em nome de estudantes que tenham ingressado na IES até a data de publicação do Despacho, desde que tenham sido devidamente declarados ao Censo da Educação Superior.

Art. 7. A notificação da mantida e de sua mantenedora da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso, no prazo de trinta dias, à Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (CNE), nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 21 de maio de 2018

Decide o Processo MEC nº 23000.000340/2013-69.

Nº 36 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, tendo em vista os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46, da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 1° ao 3° e 10 da Lei n° 10.861, de 14

de abril de 2004, 2º, 48 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e das Portarias Normativas MEC nº 21, de 21 de dezembro de 2017, e nº 315, de 04 de abril de 2018, e as razões expostas na Nota Técnica nº 29/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

(i) seja descredenciada a FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS E PARAMÉDICAS FLUMINENSE - SEFLU (cód. 759), sediada à Rua Pracinha Wallace Paes Leme, nº 1338, Centro - CEP 26525-046 - Nilópolis - RJ, mantida pela Sociedade Educacional Fluminense (cód. 515) - CNPJ 29.437.696/0001-08;

(ii) sejam revogadas as medidas cautelares incidentais iniciais e adicionais, aplicadas respectivamente pelo Despacho SERES/MEC nº 198, de 2012 e pela Portaria SERES/MEC nº 361, de 2014, para não perdurar pendências cadastrais na eventual reversão da decisão em grau recursal;

(iii) seja intimada a sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou ainda a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal;

(iv) seja determinada à sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB;

(v) seja a FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS E PARAMÉDICAS FLUMINENSE - SEFLU (cód. 759) notificada da decisão e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999; e

(vi) seja efetivada a notificação por meio eletrônico, mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 21 de maio de 2018

Decide o Processo MEC n° 23000.000548/2013-88.

Nº 37 - O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, em atenção ao disposto nos arts. 206 e 209 da Constituição, art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, arts. 2º, 45 e 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, art. 1º ao 3º e 10 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e arts. 56 e 73 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, com base na Nota Técnica nº 41/2018-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

(I) Fica descredenciada a Instituição FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA SERRA (cód. 1315), sediada à Avenida Carapebus, s/nº - São Geraldo - CEP 29163-103 - Serra - ES, mantida pela Associação Educacional Evangélica da Serra (cód. 874) - CNPJ 02.651.741/0001-68.

(II) Ficam revogadas das medidas cautelares incidentais iniciais e adicionais, aplicadas respectivamente pelo Despacho SERES/MEC nº 198, de 2012, e pela Portaria SERES/MEC nº 361, de 2014, para não perdurar pendências cadastrais na eventual reversão da decisão em grau recursal

(III) Fica intimada a mantenedora da Instituição descredenciada, na pessoa de seu representante legal, para informar sobre alunos remanescentes e os meios adotados para a guarda e conservação dos documentos acadêmicos, bem como a entrega dos mesmos à totalidade dos alunos concluintes, ou ainda a cargo de qual entidade serão entregues os documentos acadêmicos, sob pena de aplicação de medidas previstas na legislação civil e penal.

(IV) Fica intimada a sua mantenedora, na pessoa de seu representante legal, para comprovar a publicação da decisão de descredenciamento no seu site na WEB.

(V) Seja notificada a Instituição da decisão do descredenciamento e da possibilidade de apresentação de recurso ao Conselho Nacional de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 75 do Decreto nº 9.235, de 2017, sem efeito suspensivo nos termos do art. 61 da Lei nº 9.784, de 1999.

(VI) Seja a notificação efetivada por meio eletrônico mediante e-mail e pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

LUIZ ROBERIO DE SOUZA TAVARES

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

PORTARIA N° 621, DE 21 DE MAIO DE 2018

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS, no uso de suas atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência nº 448, de 17/05/2011, resolve:

Prorrogar por 01 (um) ano, a partir de 19/07/2018, o prazo legal do Concurso Público para Docente da Carreira do Magistério Superior, realizado por esta Universidade, objeto do Edital nº 01/2016, DOU de 25/02/2016, cuja homologação foi publicada, conforme Portaria nº 1010, DOU de 19/07/2017.

INSTITUTO DE FÍSICA
Departamento: FÍSICA DA TERRA E DO MEIO AMBIENTE
Área de Conhecimento: FÍSICA ESTATÍSTICA E SISTEMAS COMPLEXOS
Classe: ADJUNTO A

LORENE LOUISE SILVA PINTO

PORTARIA N° 622, DE 21 DE MAIO DE 2018

A Pró-Reitora de Desenvolvimento de Pessoas, no uso das atribuições previstas na Portaria de Delegação de Competência n° 448, de 17/05/2011, resolve:

Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor da Carreira do Magistério Superior desta Universidade, conforme Edital n° 01/2017, publicado no DOU de 13/09/2017.

Campus: Salvador
Unidade: ESCOLA DE ENFERMAGEM
Departamento: Coordenação Acadêmica
Área de Conhecimento: Enfermagem na Atenção à Saúde da Criança e do Adolescente
Classe: ASSISTENTE A
Regime de Trabalho: DE
Processo: 23066.025729/18-67
Vagas Ampla Concorrência: 1
Ord Classif. Nome
Geral
1º Josielson Costa da Silva

LORENE LOUISE SILVA PINTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS

PORTARIA Nº 579, DE 21 DE MAIO DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o Relatório Final Consolidado, de fls. 468-490;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 77 e 78, no inciso II do artigo 58, e no inciso I do art. 79, da Lei nº 8.666, de 1993;

CONSIDERANDO o disposto na Subcláusula Segunda da Cláusula Décima Sexta do Contrato nº 0042/2014 - UFLA;

CONSIDERANDO o descumprimento das obrigações contratuais assumidas, caracterizado pelo descumprimento das Claúsulas Quarta e Décima Primeira do CPS n° 042/2014 - UFLA, conforme documentado nos autos do Processo nº 23090.032712/2017-88;

CONSIDERANDO as recomendações exaradas no Parecer n° 00081/2018/GAB/PFUFLA/PGF/AGU, aprovado pelo Despacho de Aprovação n° 00026/2018/GAB/PFUFLA/PGF/AGU, os quais adoto por seus próprios fundamentos jurídicos, resolve:

Art. 1º Rescindir, unilateralmente, o Contrato nº 042/2014 - UFLA, firmado entre a UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS e a empresa TOPO ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA.

Art. 2° Declarar que a rescisão unilateral do Contrato nº 042/2014 - UFLA que aqui se opera não exime a contratada de eventuais sanções administrativas que porventura venham a ser impostas em razão do descumprimento das disposições contratuais ocorridas durante a vigência do ajuste, conforme autoriza o art. 87 da Lei nº 8.666/1993, bem assim não a isenta do dever de reparar os danos emergentes do inadimplemento contratual ensejador da presente dissolução de vínculo contratual, os quais deverão ser todos apurados em procedimento administrativo próprio, com garantia ao contraditório e à ampla defesa.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO SOARES SCOLFORO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIAS DE 7 DE MAIO DE 2018

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 282, de 06 de março de 2017, publicada no DOU de 07 de março de 2017, do Ministério da Educação, resolve:

Nº 506 - Art. 1º Instituir a Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior, vinculada à Reitoria da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Art. 2º Transpor a função gratificada, código FG-01, da Secretaria do Conselho Universitário para a unidade acima mencionada. (Processo nº 23282.004887/2018-26)

Art. 3º Esta portaria conta com seus efeitos a partir da sua publicação.

Nº 509 - Art. 1º Instituir o Serviço de Secretaria do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, vinculado à Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior.

Art. 2º Transpor a função gratificada, código FG-03, do Serviço Pedagógico do Instituto de Ciências da Saúde - Campus dos Malês para a unidade acima mencionada. (Processo nº 23282.004887/2018-26)

Art. 3º Esta portaria conta com seus efeitos a partir da sua publicação.

ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA

PORTARIAS DE 10 DE MAIO DE 2018

O REITOR PRO TEMPORE DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, a Portaria nº 282, de 06 de março de 2017, publicada no DOU de 07 de março de 2017, do Ministério da Educação, resolve:

Nº 527 - Art. 1º Alterar a nomenclatura da Secretaria do Conselho Universitário para Serviço de Secretaria do Conselho Universitário, vinculando-o à Secretaria dos Órgãos de Deliberação Superior.

Art. 2º Transpor a função gratificada, código FG-03, da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis para a unidade acima mencionada. (Processo nº 23282.004887/2018-26)

Art. 3º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação.

Nº 529 Art. 1º Extinguir o Serviço Pedagógico do Instituto de Ciência da Saúde - Campus dos Malês, vinculado ao Campus dos Malês. (Processo nº 23282.004887/2018-26)

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação.

ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES

PAUTA DE JULGAMENTO

SESSÃO DE JULGAMENTO ADIADA
PAS CVM Nº RJ2015/13651 - Brasil Brokers Participações S.A.

Acusados	Advogados
Ariovaldo da Silva Rocha Filho	Não constituiu advogado.
Luiz Eduardo Haus Sukienik	Felipe Bortolucci Mothes OAB/RS nº 71.243

Reportamo-nos à Pauta de Julgamento de Processos Administrativos Sancionadores publicada no DOU de segunda-feira, 21 de maio de 2018, Seção 1, pág. 45, para informar que a continuação da Sessão de Julgamento do PAS CVM nº RJ2015/13651 foi adiada para o dia 19 de junho de 2018, às 15h00min.

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

PAUTA DE JULGAMENTO

PAUTA DE JULGAMENTOS, ABERTOS AO PÚBLICO, DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS SANCIONADORES - CVM.

I - Marcação de Sessão de Julgamento: nos termos do disposto nos artigos 27 a 36 e artigo 40, todos da Deliberação CVM nº 538, de 05.03.2008, comunicamos que será realizada a seguinte Sessão de Julgamento de Processo Administrativo Sancionador na data, horário e local abaixo mencionados.

Ficam desde já convocados os acusados e os seus representantes, ou advogados, devidamente constituídos nos autos, para, querendo, comparecer à Sessão de Julgamento do Processo Administrativo Sancionador e oferecer sustentação oral de sua defesa.

Eventuais alterações na presente pauta serão objeto de publicação no Diário Oficial da União.

PAS CVM nº SP2013/448 - Adam Quirino, Banco Schahin e outros.

SEI nº 19957.002176/2015-10
Data: 08.06.2018 - sexta feira
Horário: 15h00min
Relator: Diretor Gustavo Borba
Local: Rua Sete de Setembro, 111 - 34º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ.

Objeto do processo: apurar eventuais práticas não equitativas no mercado de valores mobiliários, em infração ao inciso II, d, da Instrução CVM nº 08/79.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Acusados	Advogados
Adam Quirino	Marcelo Delmanto Bouchabki OAB/SP nº 146.774
Celso Antonio Ignácio Pinto	Maurício Sérgio Christino OAB/SP nº 77.192
Flávio Tfouni	Igor Daniel Candalaft Drimus OAS/SP nº 216.196
Guilherme Moraes Farah dos Santos	Alexandre Atiê Murad OAB/SP nº 252.718
Ubirajara Gomes da Costa Filho	José Domingos dos Santos Souza OAB/SP nº 349.802

Rio de Janeiro, 21 de maio de 2018.
JOSÉ PAULO DIUANA DE CASTRO
Chefe

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 793, DE 18 DE MAIO DE 2018

Altera a Estrutura Organizacional da CVM.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM torna público que o Colegiado, em reunião realizada em 15 de maio de 2018, e com fundamento no parágrafo 2º do art. 11 e no item VI do art. 16 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria Nº 327, de 11 de julho de 1977, do Ministro da Fazenda, e tendo em vista o Decreto nº 6.382, de 27 de fevereiro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 28 subsequente, com as alterações promovidas pelo Decreto nº 8.965, de 19 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 24 subsequente, resolveu:

I - alterar a estrutura organizacional aprovada pela Deliberação CVM nº 748, de 23 de dezembro de 2015, com a finalidade de:

a. no âmbito da Superintendência de Proteção e Orientação aos Investidores (SOI), criar a Divisão de Gestão da Informação (DINF) e extinguir a Seção de Documentação (COD), criar o Centro de Estudos Comportamentais e Pesquisa (CECOP) e extinguir a Coordenação de Estudos Comportamentais e Pesquisa (COP), sendo todos os componentes lotados na Sede;

b. no âmbito da Superintendência de Relações com Investidores Institucionais (SIN), criar a Divisão de Fundos Listados e de Participações (DLIP), criar a Gerência de Investimentos Estruturados (GIES) e extinguir a Gerência de Acompanhamento de Fundos Estruturados (GIE), criar a Gerência de Acompanhamento de Investidores Institucionais (GAIN) e extinguir a Gerência de Registros e Autorizações (GIR), alterar a nomenclatura da Gerência de Apuração de Irregularidades (GIA) para Gerência de Sancionadores em Fundo (GSAF) e alterar a sigla da GIF (Gerência de Acompanhamento de Fundos) para GIFI, todos lotados na Sede;

c. no âmbito da Superintendência de Planejamento, criar a Divisão de Gestão da Estratégia e Desempenho Institucional (DEGES), criar a Gerência de Inovação, Projetos e Processos (GEINP) e extinguir a Gerência de Projetos (GPE), e alterar a denominação da Coordenação de Planejamento (CPA) para Divisão de Planejamento e Orçamento Governamental (DIPOG), todos lotados na Sede.

II - consolidar a estrutura organizacional da CVM, estabelecendo componentes, siglas e subordinações, conforme abaixo:

- COLEGIADO - COL
- PRESIDÊNCIA - PTE
- GABINETE - CGP
- Secretaria Executiva - EXE
- ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL - ASC
- ASSESSORIA DE ANÁLISE ECONÔMICA E GESTÃO DE RISCOS - ASA
- AUDITORIA INTERNA - AUD
- PROCURADORIA FEDERAL ESPECIALIZADA - PFE
- Subprocuradoria Jurídica 1 - GJU-1
- Subprocuradoria Jurídica 2 - GJU-2
- Subprocuradoria Jurídica 3 - GJU-3
- Subprocuradoria Jurídica 4 - GJU-4
- SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA - SAD
- Gerência de Arrecadação - GAC
- Gerência de Contabilidade e Finanças - GAF
- Gerência de Licitações e Contratos - GAL
- Gerência de Recursos Humanos - GAH
- Gerência de Serviços Gerais e Patrimônio - GAS
- Coordenação Administrativa Regional de São Paulo - CAR-SP
- Coordenação de Capacitação - CAP
- SUPERINTENDÊNCIA GERAL - SGE
- Gerência Geral de Processos - GGE
- SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS - SEP
- Gerência de Acompanhamento de Empresas 1 - GEA-1
- Gerência de Acompanhamento de Empresas 2 - GEA-2
- Gerência de Acompanhamento de Empresas 3 - GEA-3
- Gerência de Acompanhamento de Empresas 4 - GEA-4
- Gerência de Acompanhamento de Empresas 5 - GEA-5
- SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS - SIN
- Gerência de Acompanhamento de Investidores Institucionais - GAIN
- Gerência de Investimentos Estruturados - GIES
- Gerência de Acompanhamento de Fundos - GIFI
- Gerência de Sancionadores em Fundos - GSAF
- Divisão de Fundos Listados e de Participações - DLIP
- SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS - SMI
- Gerência de Acompanhamento de Mercado 1 - GMA-1
- Gerência de Acompanhamento de Mercado 2 - GMA-2
- Gerência de Análise de Negócios - GMN
- Gerência de Estrutura de Mercado e Sistemas Eletrônicos - GME
- SUPERINTENDÊNCIA DE REGISTRO DE VALORES MOBILIÁRIOS - SRE
- Gerência de Registros 1 - GER-1
- Gerência de Registros 2 - GER-2
- Gerência de Registros 3 - GER-3
- SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO EXTERNA - SFI
- Gerência de Fiscalização Externa 1 - GFE-1
- Gerência de Fiscalização Externa 2 - GFE-2
- Gerência de Fiscalização Externa 3 - GFE-3
- Gerência de Fiscalização Externa 4 - GFE-4
- SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES - SPS
- Gerência de Processos Sancionadores 1 - GPS-1
- Gerência de Processos Sancionadores 2 - GPS-2
- Gerência de Processos Sancionadores 3 - GPS-3
- Coordenação de Controle de Processos Administrativos - CCP
- SUPERINTENDÊNCIA DE PROTEÇÃO E ORIENTAÇÃO AOS INVESTIDORES - SOI
- Gerência de Orientação aos Investidores 1 - GOI-1
- Gerência de Orientação aos Investidores 2 - GOI-2
- Coordenação de Educação Financeira - COE
- Divisão de Gestão da Informação - DINF
- Centro de Estudos Comportamentais e Pesquisa - CECOP
- SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS - SRI
- Gerência de Relações Internacionais - GRI
- SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DE MERCADO - SDM
- Gerência de Aperfeiçoamento de Normas - GDN
- Coordenação de Desenvolvimento de Normas - CDN
- SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA - SNC
- Gerência de Normas de Auditoria - GNA
- Gerência de Normas Contábeis - GNC
- SUPERINTENDÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI
- Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação - CSG
- Gerência de Sistemas - GSI
- Gerência de Tecnologia - GST
- SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO - SPL
- Gerência de Inovação, Projetos e Processos - GEINP
- Divisão de Gestão da Estratégia e Desempenho Institucional - DEGES
- Divisão de Planejamento e Orçamento Governamental - DIPOG
- SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SRL

III - distribuir os componentes organizacionais, por localidade, de acordo com o descrito a seguir:

a) em São Paulo, SP:

- Coordenação Administrativa Regional de São Paulo - CAR-SP
- Gerência de Acompanhamento de Empresas 5 - GEA-5
- Gerência de Fiscalização Externa 3 - GFE-3
- Gerência de Processos Sancionadores 3 - GPS-3
- Gerência de Orientação aos Investidores 2 - GOI-2
- SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM O MERCADO E INTERMEDIÁRIOS - SMI
- Gerência de Acompanhamento de Mercado 2 - GMA-2
- Gerência de Análise de Negócios - GMN

b) em Brasília, DF:

- SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - SRL

c) no Rio de Janeiro, RJ:

- os demais componentes;

IV - revogar a Deliberação CVM nº 748, de 23 de dezembro de 2015; e

V - que esta Deliberação entra em vigor em 1º de junho de 2018.

MARCELO BARBOSA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO Nº 16.243, DE 21 DE MAIO DE 2018

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 39 da Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara CANCELADO na Comissão de Valores Mobiliários, para os efeitos do exercício da atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, a partir desta data, por solicitação do próprio, o registro do Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
ENAC AUDITORES E CONSULTORES
CNPJ: 04.197.975/0001-02

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS

PORTARIA Nº 92, DE 21 DE MAIO DE 2018

Determina a aplicação subsidiária dos Capítulos II e III do Anexo II do Regimento Interno do CARF ao julgamento da representação de nulidade.

A PRESIDENTE DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos IV e XII, assim como o § 2º, todos do art. 3º do Anexo I do Regimento Interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais -RICARF, aprovado pela Portaria MF nº 343, de 9 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Os Capítulos II e III do Título II do Anexo II do RICARF aplicam-se, no que couber, ao julgamento da representação de nulidade de que trata o art. 80 do Anexo II do mesmo Regimento Interno, sendo vedada a realização de sessão não presencial, prevista no art. 53 do mesmo Anexo.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 7º do art. 58, do Anexo II, do RICARF, se deferido o pedido de vista, o presidente da turma o converterá em vista coletiva.

Art. 2º As disposições relativas a impedimento e suspeição previstas na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, bem como nos artigos 42, 43 e 44 do Anexo II do Regimento Interno do CARF, aplicam-se, no que couber, ao julgamento da representação de nulidade de que trata o art. 80 do Anexo II do RICARF. Parágrafo único. Não configura hipótese de impedimento o fato de o conselheiro ter participado do julgamento cuja decisão é objeto da representação de nulidade, ressalvado o disposto no § 10 do art. 80 do Anexo II do RICARF.

Art. 3º Se a instrução da representação de nulidade contiver dados decorrentes da quebra de sigilo constitucionalmente garantido, trazidos aos autos à revelia do contribuinte ou dos conselheiros cujo impedimento está sendo arguido, a sessão de julgamento da representação de nulidade poderá, a pedido dos interessados, ser reservada, hipótese em que dela participarão, exclusivamente:

I - os integrantes do colegiado competente para o julgamento da representação de nulidade, o representante da Fazenda Nacional e os patronos do sujeito passivo e dos representados; e

II - os servidores responsáveis por secretariar a sessão de julgamento.

Parágrafo único. Serão publicadas, no sítio do CARF, a pauta, a ata de julgamento e a ementa da resolução da representação de nulidade, sendo vedada a divulgação de seu inteiro teor.Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANA GOMES RÊGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO Nº 69, DE 21 DE MAIO DE 2018

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF-ECF.

O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas depositaram nesta Secretaria Executiva os laudos de análise funcional, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

I - Não constatado "não conformidade":

a) Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
CB Sistemas Ltda Rua João Pessoa, 1283, Velha Blumenau/SC CEP: 89.036-002	73.241.333/0001-86	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: IFL0032018 Nome: CB ECF Versão: 2.1 Código MD5: 74BC21BEA3388429C88B6AE1DC83EE12 Data do término da análise: 10/05/2018

b) Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Intime Sistemas Ltda Rod. Governador Jorge Lacerda, 4722, Jardim das Avenidas Araranguá/SC CEP: 88.900-000	00.689.569/0001-06	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0152018 Nome: CERTO PDV Versão: 2018.4 Código MD5: 1fd44dd65ed4a37750cfef95256ee98d Caixa Data do término da análise: 15/05/2018
PortalSoft Sistemas Ltda ME Rua Barão do Rio Branco, 278, Centro Orleans /SC CEP: 88.870-000	04.706.090/0001-91	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: UNS0162018 Nome: TEFPrático Versão: 8.0 Código MD5:f10b5c87b77cefeee304fd724301b9c2 tefpratico Data do término da análise: 18/05/2018

c) Fundação Educacional da Serra dos Órgãos - FESO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Alterdata Tecnologia em Informática Ltda Rua Prefeito Sebastião Teixeira, 227, Centro Teresópolis/RJ CEP: 25.953-200	36.462.778/0001-60	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: FSO0032018 Nome: PDV INTERFACENET Versão: 19.05 Código MD5: 11D24236A12B5FE246FC0072CECA1AC2 Data do término da análise: 16/05/2018

II - Constatado "não conformidade":

a) Instituto Filadélfia de Londrina - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Primak & Campos Ltda - ME Rua Frei Caneca, 1713, Santana Guarapuava /PR CEP: 85.070-170	02.383.417/0001-06	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: IFL0042018 Nome: PITAGORAS PAF-ECF Versão: 4.0 Código MD5: CAE6DE659545E359EFACB1B11836802A Data do término da análise: 16/05/2018

b) Fundação Educacional da Serra dos Órgãos - FESO

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
José Lúcio Mees & Cia Ltda Rodovia SC 302, km285, 1901, Centro Aurora/SC CEP: 89.186-000	03.377.096/0001-08	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: FSO0022018 Nome: Titan PAF-ECF Versão: 3.37.01 Código MD5: B38B953FDCBB2ABCFD209BCD8222EE41 Data do término da análise: 09/05/2018

c) Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Indata Sistemas Ltda Rua Laura Deschamps, 61, Água Verde Blumenau/SC CEP: 89.037-509	02.768.192/0001-06	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: POL0222018 Nome: INSIG ECF Versão: 5.0.0.0 Código MD5: 3D540B3AE1BD2A8C6CCD71C1928C6A10 *INSIGECF Data do término da análise: 27/04/2018
Amigos Sistemas de Informatica Ltda ME Rua Itá, 181, Itoupava Norte Blumenau/SC CEP: 89.053-440	08.117.083/0001-05	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: POL0232018 Nome: BluPAFECF Versão: 6.0.0.0 Código MD5: 1E1797742AF005F4DB6CF7CBE4E51672 *BLUPAFECF Data do término da análise: 25/04/2018
Zara Brasil Ltda Marginal Ribeirão dos Cristais, 200, Galpão 100, Jordanésia Cajamar/SP CEP: 07.760-000	02.952.485/0004-91	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: POL0242018 Nome: HIPOS Versão: BRA-PAF.1 Código MD5: 9598FCAB3FE1A9D9C37D7FD482FF8C25 *HIPOS Data do término da análise: 26/04/2018

d) Instituto de Tecnologia do Paraná - TECPAR

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Tecmicro Softwares Ltda- EPP. Rua Heinrich Richard Bruno Erbe, 25, 4º andar, Centro Brusque/SC CEP: 88.355-020	85.189.884/0001-27	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: TEC0052018R1 Nome: GERENTE PDV Versão: 6.4.18.1 Código MD5: 970e968e8c4ee580b46c878431aa1f62 Data do término da análise: 18/05/2018
Villatore Informatica Ltda- EPP Avenida Winston Churchill,2370, Sala 1301, andar 13º, Pinheirinho Curitiba/PR CEP: 81.150-051	00.103.425/0001-26	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF registrado sob o número: TEC0072018 Nome: Caixa-PRO 2.0 Versão: 2.0.0.004 Código MD5: 5edc3c57d8731c412ad33a04eae45d9f Data do término da análise: 16/05/2018

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 21 DE MAIO DE 2018

Habilita pessoa jurídica para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront).

O INSPETOR-CHEFE DA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TABATINGA, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único do artigo 5º da Instrução Normativa RFB nº 1798, de 15 de março de 2018 e tendo em vista o que consta do processo nº 10090.000756/0518-94, declara:

Art. 1º Habilitada, por prazo indeterminado, para utilização do Regime Especial Fronteiriço de Tabatinga (Refront), a pessoa jurídica S. G. ALVES - COMERCIO, CNPJ: 07.520.157/0001-97.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÉRGIO CARNEIRO GUIMARÃES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 13450.720063/2016-03, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa LATICINIO BELO VALE LTDA em sua matriz de CNPJ 41.221.516/0001-43, em razão da AMPLIAÇÃO do empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "i" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0205/2015, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento matriz - CNPJ 14.524.053/0001-16, localizado na rua Manoel Celestino de Paula, 101, Terreo. Varzea Da Cruz, Sousa-PB, para fabricação de laticínios em geral (iogurte, bebida láctea, coalhada, queijos, requeijão e doce de leite), ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2015 a 31/12/2024.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0205/2015 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 11618.720137/2017-07, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa SAO BRAZ S/A INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS em sua filial de CNPJ 08.811.226/0019-03, em razão da MODERNIZAÇÃO do empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "i" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0240/2016, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento - CNPJ 08.811.226/0019-03, localizado rod. BR-230, 1211, Km13,2, Parque Esperanca, Cabedelo-PB. Cep 58108-502, para fabricação de produtos alimentares (1-Café torrado e moído; 2-Café solúvel e cappuccino; 3-Condimentos; 4-Produtos farináceos e Granulados derivados de milho, arroz e trigo), ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2016 a 31/12/2025.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0240/2016 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 2 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda pessoa jurídica e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE (PB), no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº430 de 09 e outubro de 2017 e de acordo com o art. 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002 e considerando o que está contido no processo nº 11618.720138/2017-43, declara:

Art. 1º HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a empresa SAO BRAZ S/A INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS em sua filial de CNPJ 08.811.226/0019-03, em razão da DIVERSIFICAÇÃO do empreendimento na área de atuação da SUDENE, empreendimento esse considerado prioritário para o desenvolvimento regional, na forma do inciso VI, alínea "i" do art. 2º do Decreto nº 4.213/2002, conforme Laudo Constitutivo nº 0238/2016, emitido pelo Ministério da Integração Nacional, através da SUDENE.

Art. 2º Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido apenas ao estabelecimento - CNPJ 08.811.226/0019-03, localizado rod. BR-230, 1211, Km13,2, Parque Esperanca, Cabedelo-PB. Cep 58108-502, para fabricação de produtos alimentares (1-Bebidas lácteas - achocolatado; 2-Produtos farináceos e Granulados derivados de batata, amedoim, castanha de cajú e granola), ficando excluídas do benefício outras atividades objeto da empresa em questão. A fruição do benefício dar-se-á no período de 01/01/2016 a 31/12/2025.

Art. 3º Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0238/2016 e na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO MENDES RIOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 18 DE MAIO DE 2018

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB n.º 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 10480.723719/2018-58, resolve:

Autorizar o fornecimento de 1.489.764 (um milhão, quatrocentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e quatro) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, a empresa ASCENSUS TRADING & LOGISTICA LTDA., CNPJ nº 07.635.245/0004-87, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob nº 04101/086, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidade
JOHNIE WALKER RED LABEL	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	416.076
JOHNIE WALKER BLACK LABEL	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos	47.040
WHITE HORSE	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	92.220
BLACK & WHITE	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade acima de 12 anos	716.364
GRAND OLD PARR	Caixas de 12 garrafas de 1.000 ml, 40 GL, idade até 8 anos	195.672
WHITE HORSE	Caixas de 12 garrafas de 500 ml, 40 GL, idade até 8 anos	11.580
JOHNIE WALKER RED LABEL	Caixas de 12 garrafas de 750 ml, 40 GL, idade até 8 anos	10.812

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 18 DE MAIO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017 e retificada em 28 de dezembro de 2017. e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.729578/2017-02, declara:

Art. 1º- Co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura Reidi), a empresa ENERG POWER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.440.929/0001-74, tendo por objeto o fornecimento em regime turn key de: 01 Subestação principal 138KV, linha de Transmissão 138KV e 1 Bay de conexão de 138 KV. O escopo ainda inclui a prestação de serviço, o fornecimento dos materiais/equipamentos: Cabos, Conectores, Array Boxes, CFTV, Telecomunicações; e dos serviços de Engenharia, construção Civil, Montagem e Instalação, Comissionamento e Treinamento, nos termos do Edital e do Contrato de Concessão, observado os termos do Contrato firmado entre as partes. O Projeto está localizado no Estado Minas Gerais, de titularidade da SOLAIRE PARACATU I ENERGIA SOLAR SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.741.514/0001-01., matrícula CEI nº 51.240.68308-76, com previsão de conclusão em novembro de 2018, aprovado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 194, de 07/07/2017, publicada no DOU de 11/07/2017.

Art. 2º- O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 18 DE MAIO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, co-habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada em 11 de outubro de 2017 e retificada em 28 de dezembro de 2017. e tendo em vista o disposto nos artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e Instrução Normativa RFB nº 758/2007 e alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 15504.729580/2017-73, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 1º- Co-habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (Reidi), a empresa ENERG POWER LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 22.440.929/0001-74, tendo por objeto o fornecimento em regime turn key de: 01 Subestação principal 138KV, linha de Transmissão 138KV e 1 Bay de conexão de 138 KV. O escopo ainda inclui a prestação de serviço, o fornecimento dos materiais/equipamentos: Cabos, Conectores, Array Boxes, CFTV, Telecomunicações; e dos serviços de Engenharia, construção Civil, Montagem e Instalação, Comissionamento e Treinamento, nos termos do Edital e do Contrato de Concessão, observado os termos do Contrato firmado entre as partes. O Projeto está localizado no Estado Minas Gerais, de titularidade da SOLAIRE PARACATU IV ENERGIA SOLAR SPE S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.741.514/0001-01., matrícula CEI nº 51.240.68318-73, com previsão de conclusão em novembro de 2018, aprovado pela Portaria do Ministério das Minas e Energia nº 197, de 07/07/2017, publicada no DOU de 11/07/2017.

Art. 2º- O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

WASHINGTON TORRES

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 11 DE MAIO DE 2018

Cancelamento no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º do Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e nos termos do art. 12 e parágrafo único da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Cancelada no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, A PEDIDO, a seguinte inscrição:

Nº REGISTRO	NOME	CPF	PROCESSO
7ª/03.310	JAYME FERNANDES JUNIOR	075.772.777-89	10120.004590/0218-92

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABRÍCIO BETTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 18 DE MAIO DE 2018

Declara a concessão de habilitação para a empresa exercer procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo em unidades de produção ou estocagem situadas em aguas jurisdicionais brasileiras

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 302 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, pelo artigo 6º da Portaria nº 231, de 5 de abril de 2016, da Superintendência da Receita Federal do Brasil na 7ª Região Fiscal, bem como conforme o que consta nos autos do Dossiê Digital nº 10010.033266/0318-91, e tendo em vista o disposto no artigo 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.381, de 31 de julho de 2013, declara:

Art. 1º - Habilitada a empresa TOTAL E&P DO BRASIL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o Nº 02.461.767/0001-43, localizada na Av. República do Chile, nº 500, 19º e 20º Andares, Centro, CEP nº 20.031-170, no Município do Rio de Janeiro/RJ, com seu estabelecimento exportador abaixo relacionado, a utilizar os procedimentos simplificados para o despacho aduaneiro de exportação de petróleo bruto produzido em suas unidades de produção ou estocagem situadas nas águas jurisdicionais brasileiras de que trata o artigo 1º, na modalidade de embarque prevista no inciso I, art. 7º, da IN RFB nº 1.381/2013.

"FPSO - Cidade de São Vicente", CNPJ: 02.461.767/0005-77

Endereço: Av. República do Chile, nº 500, Sala 2002, Centro, CEP nº 20.031 170, no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

Localização geográfica: Entorno de Iara (Campos Berbigão, Oeste de Atapu e Sururu) - Área Marítima: Bloco BM-S-11A

Latitude/Longitude: 25°34'45.196" (S) e 42°47'27.943" (W)

Art. 2º - Sem prejuízo da aplicação de penalidade especifica, a habilitação para utilizar o referido procedimento simplificado tem caráter precário podendo ser suspensa ou cancelada, consoante disposto no artigo 4º, parágrafo único da IN RFB nº 1.381/2013.

Art. 3º - Os procedimentos simplificados para os embarques e despachos aduaneiros de exportação de petróleo deverão ser processados conforme disposto nos artigos 5º a 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.381/2013.

Art. 4º - Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RENATO BRAGA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 21 DE MAIO DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SETE LAGOAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 340, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 11, caput, da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicada no DOU de 27/07/2007, com suas alterações posteriores, e considerando o que consta no processo nº 13609.720768/2018-33, resolve:

Art. 1º Reconhecer à pessoa jurídica a seguir identificada a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e regulamentado pelo Decreto nº 6.144, de 03 de julho de 2007, consoante o disposto no art. 2º da IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, publicadas no DOU de 27/07/2007, e alterações posteriores.

EMPRESA: CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE CONFINS S.A.

CNPJ: 19.674.909/0001-53

ATO AUTORIZATIVO: Portaria nº 22, de 12 de janeiro de 2018, do MTPAC, publicada no DOU de 15/01/2018.

PROJETO: Ampliação, Manutenção e Exploração do Aeroporto Internacional Tancredo Neves ("Aeroporto de Confins").

SETOR DE INFRAESTRUTURA: Transportes.

Art. 2º O benefício no REIDI poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 5 (cinco) anos contado da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura (Lei nº 11.488/2007, art. 5º).

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRED SENA IMBRIANI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 18 MAIO DE 2018

Declara concedido o Registro Especial na modalidade de Engarrafador de Bebidas ao estabelecimento que menciona, de que trata a Instrução Normativa nº 1.432/2013.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ, tendo em vista o disposto no art. 340, incisos II e III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430/2017, em face do previsto no art. 3º-caput da Instrução Normativa (IN) nº 1.432/2013, e considerando o que consta no Dossiê nº 13786.720.057/2017-37, resolve:

Art. 1º Inscrever, na forma prevista no art. 46-caput da Lei nº 4.502/1964 no art. 284-caput do Decreto nº 7.212/2010 e no art. 2º-caput da IN RFB nº 1.432/2013, no Registro Especial de bebidas alcoólicas, sob nº 007104/039, na atividade de ENGARRAFADOR, o estabelecimento da empresa O.A.Z. CACHAÇA MIRACEMA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 17.902.660/0001-60, localizado na Estrada Miracema - Palma, km 05, Zona Rural, Primeiro Distrito, Miracema, CEP: 28460-000.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

QUEOPS MONTEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 18 DE MAIO DE 2018

Declara a inclusão no Registro de Ajudantes de Despachante Aduaneiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 270 e 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 05 de fevereiro de 2009, com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, RESOLVE:

Art. 1º - Incluir no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro, a seguinte inscrição:

Inscrição	Interessado	CPF	Processo
065.024.226-24	VANESSA NUNES ZAMPARI	065.024.226-24	10010.036081/0318-39
143.303.887-07	LEONARDO DA SILVA SARDINHA DE ALMEIDA	143.303.887-07	10010.029301/0318-78
089.494.587-48	VERÔNICA DE SOUZA SOARES	089.494.587-48	10010.036599/0318-72

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIO DE ABREU RODRIGUES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 9 DE MAIO DE 2018

Cancela Registro Especial - papel imune

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no art. 2º da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, declara:

Contrib. : SERMOGRAF Artes Gráficas e Editora Ltda.
CNPJ : 02.474.891/0001-43
Processo : 10100.006.288/1217-80

Art. 1º - Que, de conformidade com os termos do despacho exarado no Processo nº 10100.006.288/1217-80, ficam CANCELADOS, a pedido, os Registros Especiais para papel imune como Usuário - UP, concedidos por esta Delegacia, ao estabelecimento acima identificado, números: UP-07103/003 através do Processo 13748.006.658/2001-19 e UP-07103/082 através do Processo 15563.000.172/2010-65, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, regulamentado, no art.1º, parágrafo 1º, inciso II, da IN RFB nº 976/2009, com as alterações das INs RFB nº 1.011/2010, 1.048/2010 e 1.153/2011.

Art.2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBSON JOSÉ BATALHA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 9 DE MAIO DE 2018

Cancela Registro Especial - papel imune

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no art. 2º da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, declara:

Contrib. : SERMOGRAF Artes Gráficas e Editora Ltda.
CNPJ : 02.474.891/0001-43
Processo : 10100.006.288/1217-80

Art. 1º - Que, de conformidade com os termos do despacho exarado no Processo nº 10100.006.288/1217-80, ficam CANCELADOS, a pedido, os Registros Especiais para papel imune como Gráfica - GP, concedidos por esta Delegacia, ao estabelecimento acima identificado, números: GP - Gráfica 07103/004 através do Processo 13748.006.658/2001-19 e GP-07103/083 através do Processo 15563.000.172/2010-65, conforme previsto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, regulamentado, no art.1º, parágrafo 1º, inciso v, da IN RFB nº 976/2009, com as alterações das INs RFB nº 1.011/2010, 1.048/2010 e 1.153/2011.

Art.2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBSON JOSÉ BATALHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 16 DE MAIO DE 2018

Concede Registro Especial - papel imune

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no art. 2º da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, declara:

Contribuinte Kunst Gráfica Ltda. - EPP
CNPJ : 27.683.319/0001-15
Processo 13748.720.490/2017-29

Art. 1º - Que, de conformidade com os termos do despacho exarado no Processo nº 13748.720.490/2017-29, fica o estabelecimento acima identificado inscrito como USUÁRIO (UP) sob o nº 07103/142 para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, no REGISTRO ESPECIAL previsto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, regulamentado, no art.1º, parágrafo 1º, inciso II, da IN RFB nº 976/2009, com as alterações das INs RFB nº 1.011/2010, 1.048/2010 e 1.153/2011.

ROBSON JOSÉ BATALHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 16 DE MAIO DE 2018

Concede Registro Especial - papel imune

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no art. 2º da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, declara:

Contribuinte : Kunst Gráfica Ltda. - EPP
CNPJ : 27.683.319/0001-15
Processo : 13748.720.490/2017-29

Art. 1º - Que, de conformidade com os termos do despacho exarado no Processo nº 13748.720.490/2017-29, fica o estabelecimento acima identificado inscrito como IMPORTADOR (IP) sob o nº 07103/143 para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, no REGISTRO ESPECIAL previsto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, regulamentado, no art.1º, parágrafo 1º, inciso III, da IN RFB nº 976/2009, com as alterações das INs RFB nº 1.011/2010, 1.048/2010 e 1.153/2011.

ROBSON JOSÉ BATALHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 16 DE MAIO DE 2018

Concede Registro Especial - papel imune

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017 e tendo em vista o disposto no art. 2º da IN RFB nº 976, de 07 de dezembro de 2009, declara:

Contribuinte : Kunst Gráfica Ltda. - EPP
CNPJ : 27.683.319/0001-15
Processo : 13748.720.490/2017-29

Art. 1º - Que, de conformidade com os termos do despacho exarado no Processo nº 13748.720.490/2017-29, fica o estabelecimento acima identificado inscrito como GRÁFICA (GP) sob o nº 07103/144 para realizar operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, no REGISTRO ESPECIAL previsto no art. 1º da Lei nº 11.945, de 04 de junho de 2009, regulamentado, no art.1º, parágrafo 1º, inciso V, da IN RFB nº 976/2009, com as alterações das INs RFB nº 1.011/2010, 1.048/2010 e 1.153/2011.

ROBSON JOSÉ BATALHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 18 DE MAIO DE 2018

Cancela Registro Especial - Papel

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto nos artigos 2º, III, 7º, I, 9º-A, da Instrução Normativa RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações, e em face do que consta no processo administrativo nº 13830.720910/2018-19, declara:

Art. 1º Cancelados os Registros Especiais, pertinentes ao artigo 1º da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, das atividades Usuário: UP-08118/00080 e Gráfica: GP-08118/00081, da empresa EDIÇÕES CRISTÃS EDITORA LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 43.672.187/0001-82, a qual encontra-se na situação cadastral baixada, com seu último estabelecimento na Avenida Henrique Migliari, nº 672, Parque Minas Gerais, no município de Ourinhos, Estado de São Paulo, CEP 19.913-240.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação ao artigo 1º, a partir de 18/01/2018.

EDENILSON NUNES FREITAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 21 DE MAIO DE 2018

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

Marina Trindade Leão de Souza, Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD nº 1.655.564, no exercício da competência delegada pelo art. 1º, inciso III da Portaria Delex nº 123, de 5 de julho de 2016, publicada no DOU de 11 de julho de 2016, que altera a Portaria Delex nº 5, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03/02/2014, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no art. 81, §5º, da Lei nº 9.430/96 c/c o art. 40, inciso II e art. 42, inciso II, da IN RFB nº 1.634/2016, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil, e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado:

Empresa: Ideal Sucos Industrialização e Distribuição de Produtos Alimentícios LTDA

CNPJ: 01.531.475/0001-77

Processo: 10314-720.288/2018-90

Declara-se a inidoneidade dos documentos fiscais emitidos pela empresa a partir da data de publicação deste ADE.

MARINA TRINDADE LEÃO DE SOUZA

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO

SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 15 DE MAIO DE 2018

Inscreve contribuinte no registro especial para estabelecimento que realize operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE EM EXERCÍCIO, DA SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria DEFIS/SPO nº 107 de 08/05/18 publicada no Diário Oficial da União de 10/05/18 considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Inscrito no Registro Especial de Papel Imune, na atividade de USUÁRIO - UP- 08190/01690 , o estabelecimento da empresa INSTITUTO DO GREMIO POLITECNICO PARA DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO inscrita no CNPJ nº 02.015.856/0001-66 , com endereço à Av. Ermano Marchetti, 576 - CEP 05038-000 por meio do processo 18186.721737/2018-31.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO VERNARECCIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 15 DE MAIO DE 2018

Cancela contribuinte no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do artigo 6º da Portaria DEFIS/SPO nº 107, de 08 de Maio de 2018, publicada no DOU em 10 de Maio de 2018 considerando o disposto na Lei 11.945 e na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009 e alterações posteriores:

Cancela, o Registro Especial de GRÁFICA , GP 08190/00622 concedido pelo ADE nº 0047/2017 de 20/06/2017, publicado no DOU em 23/06/2017 - Processo nº 13807.723542/2017-77 para o estabelecimento da empresa M DSIGNER CITY EIRELI inscrita no CNPJ sob o número22.317.550/0001-71, com endereço declarado à Rua Campante, 821 - CEP 04224-010.

O presente Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO VERNARECCIA

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS DE 8 DE MAIO DE 2018

Cancelam os registros especiais para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado.

O CHEFE DA SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 6º da Portaria 107 de 08/05/18 publicada no DOU de 10/05/18 considerando o disposto na Lei 11.945 e na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009 e alterações posteriores:

Nº 13 - Cancela, a pedido o Registro Especial de USUÁRIO UP08190/0479, concedido pelo ADE nº 0597/2010 de 26/05/2010 - Processo nº 11610.004235/2002-89 para o estabelecimento da empresa LUCCHESI CAVALCA EDITORIAL LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o número 01.828.286/0001-60 localizado na RUA PAULO FRANCO, 615 - VILA LEOPOLDINA - CEP 05305-031.

Nº 14 - Cancela, a pedido o Registro Especial de IMPORTADOR IP-08190/0228, concedido pelo ADE 0608/2010 de 21/05/2018 - Processo nº 11610.004235/2002-89 para o estabelecimento da empresa LUCCHESI CAVALCA EDITORIAL LTDA - EPP inscrita no CNPJ sob o número 01.828.286/0001-60 localizado na RUA PAULO FRANCO, 615 - VILA LEOPOLDINA - CEP 05305-031.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

RENATO VERNARECCIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 908, DE 14 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR SUBSTITUTO DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.611548/2018-22, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A., CNPJ n.09.248.608/0001-04, com sede na cidade de Rio de Janeiro - RJ, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 29 de março de 2018:

I - Eleição de administradores e conselheiros fiscais; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO DOS SANTOS

PORTARIA Nº 911, DE 21 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n. 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.635630/2017-61, resolve:

Art. 1º Aprovar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de SWISS RE CORPORATE SOLUTIONS BRASIL SEGUROS S.A., CNPJ n. 72.145.931/0001-99, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral extraordinária realizada em 14 de dezembro de 2017:

I - Criação do comitê de auditoria; e

II - Reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 905-SEI, DE 21 DE MAIO DE 2018

Aprova os Regimentos Internos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC

O MINISTRO DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 7º do Decreto nº 9.260, de 29 de dezembro de 2017 e, considerando o constante dos autos do processo nº 52005.100771/2017-14, resolve:

Art. 1º Aprovar os Regimentos Internos dos órgãos deste Ministério, na forma dos Anexos I a XII desta Portaria.

§ 1º A Secretaria Executiva do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação - CZPE, e a Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, órgãos de assistência direta e imediata do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e integrantes da estrutura organizacional do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC, reger-se-ão por meio de Regimento Interno próprio, conforme estabelecido em legislação específica.

§ 2º O Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços contará com Assessores Especiais que terão como atribuição auxiliar em assuntos de sua competência, em sintonia com os órgãos da estrutura organizacional do Ministério e entidades vinculadas, dentre outras que poderão ser estabelecidas em instrumento específico.

§ 3º Os gestores do MDIC tem como competência e responsabilidade observar o atendimento dos prazos, solicitações de subsídios e demais demandas advindas da Consultoria Jurídica do MDIC, designando, caso a caso, ponto focal específico.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 124, de 5 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 86, de 6 de maio de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS JORGE

ANEXO I

REGIMENTO INTERNO DO GABINETE DO MINISTRO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º Ao Gabinete do Ministro, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - assistir o Ministro de Estado em sua representação política e institucional, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar a tramitação legislativa dos projetos de interesse do Ministério, observadas as competências dos órgãos essenciais da Presidência da República, e coordenar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

III - planejar, coordenar e supervisionar o desenvolvimento das atividades de comunicação social e as publicações oficiais do Ministério;

IV - assistir o Ministro de Estado no desempenho de suas funções como membro em órgãos colegiados de deliberação superior;

V - assistir o Ministro de Estado e subsidiar as Secretarias na sua atuação e na tomada de decisões, por meio da elaboração de análises, projeções e estudos econômicos;

VI - supervisionar o processo de indicação das representações do Ministério em órgãos colegiados, inclusive nos conselhos de administração e fiscal das empresas estatais;

VII - assistir o Ministro de Estado nos assuntos de cooperação e assistência técnica internacionais e coordenar e desenvolver atividades que auxiliem a atuação institucional do Ministério, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e com outros órgãos da administração pública federal; e

VIII - assistir o Ministro de Estado na preparação e na execução das viagens oficiais ao exterior, gerenciando a logística, a agenda e a contratação de serviços necessários ao bom resultado da missão.

Art. 2º Para consecução de suas finalidades, compete, ainda, ao Gabinete do Ministro coordenar a elaboração das propostas do Gabinete para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 3º O Gabinete do Ministro - GM tem a seguinte estrutura:

1. Coordenação do Cerimonial- COCER
2. Assessoria Técnica e Administrativa - ASTEC
3. Assessoria de Comunicação Social - ASCOM
3.1. Divisão de Imprensa - DIMPR
3.2. Divisão de Comunicação Digital e de Publicidade - DICOP
4. Assessoria Parlamentar - ASPAR
5. Assessoria Internacional - ASINT
5.1. Coordenação de Articulação e Apoio Administrativo - COAAD

Art. 4º O Gabinete do Ministro será dirigido por Chefe de Gabinete, as Coordenações por Coordenador, as Assessorias por Chefe de Assessoria e as Divisões por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 5º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 6º À Coordenação do Cerimonial compete:

I - planejar, coordenar e controlar a execução das atividades de cerimonial do Gabinete;

II - assistir o Ministro de Estado em sua representação social, mediante agenda de compromissos e apoio a sua participação em eventos;

III - participar de reuniões técnicas e visitas precursoras para reconhecimento e definição com antecedência do local e espaço para a realização do evento, a logística e o melhor itinerário para garantir a segurança do Ministro de Estado e demais autoridades;

IV - elaborar o roteiro de cerimônias;

V - organizar a recepção das autoridades em visita ao Ministério;

VI - prestar apoio logístico às viagens do Ministro de Estado;

VII - gerir os contratos de prestação de serviços relativos às atividades do Cerimonial; e

VIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito da sua área de atuação.

Art. 7º À Assessoria Técnica e Administrativa compete coordenar a execução das atividades de administração dos recursos humanos, materiais, patrimoniais e de serviços gerais do Gabinete do Ministro, e especificamente:

I - organizar o arquivo de documentos do Gabinete do Ministro;

II - receber, encaminhar e controlar o fluxo de documentos que tramitam no Gabinete do Ministro;

III - elaborar minutas de respostas às correspondências dirigidas ao Ministro de Estado;

IV - providenciar a publicação no Diário Oficial da União de atos do Ministro de Estado;

V - providenciar a instrução dos processos relativos à concessão de passagens e diárias de servidores e de colaboradores eventuais no âmbito do Gabinete do Ministro; e

VI - providenciar, controlar e executar, no âmbito do MDIC, o andamento dos documentos com trâmite no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais do Governo Federal (SIDOF).

Art. 8º À Assessoria de Comunicação Social compete:

I - planejar, coordenar e executar a estratégia de comunicação integrada do Ministério, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR);

II - coordenar e promover a relação institucional do MDIC com os órgãos vinculados à Pasta, com a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM-PR) e com outras instituições públicas e privadas, no que se refere a ações de comunicação social;

III - assessorar o Ministro de Estado em assuntos relativos à comunicação social e no relacionamento com as mídias nacional e estrangeira e com as empresas de comunicação;

IV - planejar e executar ações de comunicação para a divulgação de Políticas Públicas vinculadas à Pasta, elaborar mensagens-chave e treinar os porta-vozes do Ministério;

V - promover campanhas publicitárias e de promoção e orientar todas as ações de comunicação relativas aos programas desenvolvidos por todas as áreas do Ministério;

VI - planejar, coordenar e executar a comunicação interna do Ministério;

VII - fazer a gestão editorial e de conteúdo do portal do Ministério na Internet e Intranet, bem como de suas redes sociais;

VIII - coordenar a produção de conteúdo noticioso (textos e imagens), materiais digitais, audiovisuais e publicitários;

IX - gerenciar e acompanhar a produção de material gráfico de divulgação das atividades do Ministério;

X - redigir ou revisar minutas de discursos, apresentações e artigos do Ministro de Estado; e

XI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 9º À Divisão de Imprensa compete:

I - planejar, organizar, divulgar, agendar e acompanhar entrevistas, incluindo as coletivas de imprensa, do Ministro de Estado e das demais autoridades do Ministério;

II - produzir briefings e mensagens-chave para subsidiar os pronunciamentos do Ministro de Estado e das demais autoridades do Ministério;

III - produzir material para a divulgação de ações e políticas do Ministério e garantir a distribuição desses conteúdos para veículos de comunicação nos âmbitos regional, nacional e internacional;

IV - monitorar a repercussão da divulgação de ações do MDIC na imprensa online e off-line;

V - mensurar impactos das divulgações realizadas pela mídia tradicional e online;

VI - gerenciar a produção de clipping de notícias relacionadas ao MDIC e de temas de interesse do Ministério em veículos de comunicação online e off-line;

VII - gerenciar e atender demandas de imprensa;

VIII - intermediar os contatos da imprensa com o Ministro de Estado, Secretário-Executivo e demais Secretários da Pasta; e

IX - realizar a gestão de contratos firmados com empresas terceirizadas para prestação de serviços que visem a consecução das competências estabelecidas para a Divisão.

Art. 10. À Divisão de Comunicação Digital e de Publicidade compete:

I - executar o planejamento de comunicação digital, de acordo com a estratégia de comunicação do Ministério;

II - produzir, editar e realizar a gestão dos conteúdos do Portal do MDIC;

III - produzir e promover a gestão dos conteúdos das redes sociais oficiais do Ministério;

IV - estabelecer o relacionamento com públicos digitais de interesse, por meio das redes sociais oficiais do Ministério;

V - gerir os conteúdos da Intranet do Ministério;

VI - monitorar a repercussão da divulgação de ações do MDIC nas redes sociais;

VII - produzir e distribuir comunicados ao público interno do Ministério;

VIII - promover a coordenação de conteúdos digitais com as instituições vinculadas ao MDIC;

IX - administrar os contratos de prestação de serviços relativos às atividades da Divisão;

X - planejar, coordenar e executar ações publicitárias e de propaganda para divulgação de políticas públicas, programas, ações e promoção do Ministério;

XI - propor ações publicitárias de interesse do Ministério;

XII - propor e divulgar eventos, programas e ações do Ministério; e

XIII - propor, acompanhar e aprovar a elaboração de material de divulgação.

Art. 11. À Assessoria Parlamentar compete planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas com assuntos parlamentares, no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas e, especificamente:

I - atender às necessidades de assessoramento e informações do Ministro de Estado e dirigentes das entidades vinculadas ao Ministério, quanto às atividades do Congresso Nacional, dos Poderes Executivo e Legislativo dos Estados, Municípios e do Distrito Federal;

II - coordenar, em articulação com a Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República, a elaboração e o fluxo de informações e mensagens do Poder Executivo ao Congresso Nacional, relativas às ações e objetivos gerais do Ministério e à uniformidade das ações do Governo Federal sobre matéria legislativa;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - coordenar as atividades de assessoramento parlamentar às entidades vinculadas ao Ministério;

IV - prestar colaboração aos parlamentares que solicitarem informações ao Ministério e às suas entidades vinculadas;

V - desenvolver articulação com as esferas federal, estadual e municipal e entidades de classe, sobre matéria legislativa de interesse do Ministério e de suas entidades vinculadas;

VI - acompanhar, analisar e atuar nos processos relacionados aos projetos, proposições, pronunciamentos, comunicações dos parlamentares no Congresso Nacional, inerentes à área de atuação do Ministério e de suas entidades vinculadas;

VII - receber, encaminhar e analisar as respostas aos requerimentos de informação e demais pleitos de origem do Congresso Nacional e dos Poderes Executivo e Legislativo dos Estados, Municípios, Distrito Federal;

VIII - analisar, controlar e acompanhar as solicitações de audiências e de convites oriundos de parlamentares federais, estaduais, distritais e representantes dos legislativos municipais, bem como dos representantes dos executivos estaduais, municipais, do Distrito Federal;

IX - receber, encaminhar, controlar e responder os pleitos sobre Emendas Parlamentares ao Orçamento da União, relativas às atividades fins do MDIC;

X - providenciar junto às Secretarias e vinculadas o posicionamento acerca das proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional que regulam matérias na esfera de competência deste Ministério;

XI - encaminhar posicionamento deste Ministério à Subchefia de Assuntos Parlamentares da Secretaria de Governo da Presidência da República, acerca de projetos de leis já aprovados no Congresso Nacional e medidas provisórias em fase de sanção presidencial;

XII - interagir com os demais órgãos e entidades tendo em vista os objetivos gerais e a uniformidade das ações do Governo sobre matérias legislativas;

XIII - acompanhar e analisar as atividades dos Parlamentares a fim de estudar a receptividade das matérias de interesse do Ministério;

XIV -acompanhar e analisar os pronunciamentos dos Parlamentares sobre assuntos de interesse do Ministério e, quando necessário, fornecer subsídios para a elaboração de respostas a esses pronunciamentos;

XV - acompanhar e atuar nos eventos e reuniões de interesse do MDIC nas Comissões da Câmara dos Deputados, nas Comissões do Senado Federal e Comissões Mistas;

XVI - acompanhar e participar juntamente com os representantes do MDIC nas audiências solicitadas pelo Parlamento Brasileiro;

XVII - apoiar a formulação da agenda legislativa e posicionar-se sobre proposições legislativas e atuar conjuntamente com as lideranças de governo no parlamento sobre proposições com matérias na esfera de competência do MDIC; e

XVIII - participar nas reuniões das lideranças de governo no Parlamento para atuação conjunta sobre as proposições com matérias na esfera de competência deste Ministério.

Art. 12. À Assessoria Internacional compete:

I - coordenar a atuação internacional do Ministério;

II - participar de negociações, conferências e demais eventos de escopo internacional;

III - coordenar a formação da posição do Ministério em negociações e outros assuntos internacionais;

IV - propor e coordenar a atuação do Ministério em eventos de caráter internacional e adotar as medidas necessárias à participação dos representantes indicados;

V - assessorar o Ministro de Estado e os Secretários, no País e no exterior, nos assuntos internacionais de competência do Ministério e na recepção de diplomatas e autoridades estrangeiras;

VI - elaborar minutas de correspondência internacional do Ministro de Estado e dos Secretários;

VII - organizar viagens ao exterior do Ministro de Estado e dos Secretários;

VIII - coordenar os processos relativos à emissão e à renovação de passaporte de serviço e diplomático, bem como de vistos e outras autorizações para afastamentos de servidores em viagens oficiais internacionais;

IX - redigir minutas de discursos, artigos e outros textos para conferências internacionais ou para publicação, do Ministro de Estado e dos Secretários, relacionados à área internacional, em consonância com a ASCOM;

X - planejar e coordenar a participação do Ministério em atividades internacionais de monitoramento e promoção comercial e de investimentos, bem como em acordos e projetos de cooperação técnica internacional;

XI - promover a relação institucional com o setor privado em assuntos internacionais; e

XII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 13. À Coordenação de Articulação e Apoio Administrativo compete:

I - coordenar as atividades administrativas da ASINT;

II - coordenar os fluxos administrativos de contratos, convênios e gestão de pessoal da ASINT;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento da gestão e dos fluxos internos;

IV - providenciar a instrução dos processos de solicitação e emissão de passaportes, vistos e notas verbais;

V - articular a participação do Ministério em atividades internacionais de monitoramento e promoção comercial e de investimentos;

VI - articular a participação do Ministério em acordos e projetos de cooperação técnica internacional; e

VII - exercer outras atribuições que forem definidas pelo Chefe da Assessoria.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 14. Ao Chefe de Gabinete do Ministro incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente:

I - assessorar o Ministro de Estado no encaminhamento de soluções de problemas de caráter político-administrativo;

II - manter contato com órgãos e autoridades, por determinação do Ministro de Estado;

III - representar o Ministro de Estado, quando designado;

IV - autorizar a publicação ou divulgação de informações de interesse do Ministério;

V - coordenar a elaboração do programa de viagens do Ministro de Estado, provendo os meios para a sua execução;

VI - coordenar os serviços referentes à segurança do Ministro de Estado;

VII - receber, analisar e processar solicitações de audiências; e

VIII - preparar e submeter ao Ministro de Estado sua agenda diária.

Art. 15. Aos Chefes de Assessoria incumbe:

I - assistir o Chefe de Gabinete do Ministro, nos assuntos afetos à área de competência da respectiva Assessoria; e

II - coordenar, supervisionar e controlar as atividades da Assessoria e manter o Chefe de Gabinete informado sobre o andamento dos trabalhos.

Art. 16. Aos Coordenadores e aos Chefes de Divisão incumbe dirigir, orientar, acompanhar, controlar e avaliar a execução das atividades afetas às unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. Serão de responsabilidade do Gabinete do Ministro o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

Art. 18. As eventuais dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe de Gabinete do Ministro.

ANEXO II

REGIMENTO INTERNO DA ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Assessoria Especial de Controle Interno, órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, compete:

I - assessorar diretamente o Ministro de Estado nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;

II - assistir o Ministro de Estado no pronunciamento estabelecido no art. 52 da Lei no 8.443, de 16 de julho de 1992;

III - prestar orientação técnica ao Secretário-Executivo, aos gestores do Ministério e aos representantes indicados pelo Ministro de Estado em conselhos e comitês, nas áreas de controle, risco, transparência e integridade da gestão;

IV - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades do Ministério com vistas a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e do relatório de gestão;

V - prestar orientação técnica na elaboração e na revisão de normas internas e de manuais;

VI - apoiar a supervisão ministerial das entidades vinculadas, em articulação com as respectivas unidades de auditoria interna, inclusive quanto ao planejamento e aos resultados dos trabalhos;

VII - auxiliar na interlocução entre as unidades responsáveis por assuntos relacionados a ética, ouvidoria e correição no Ministério e os órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

VIII - acompanhar processos de interesse do Ministério junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

IX - acompanhar a implementação das recomendações do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União e das deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e atender outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado; e

X - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, risco, transparência e integridade de gestão.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Assessoria Especial de Controle Interno - AECI tem a seguinte estrutura:

1. Coordenação-Geral de Apoio à Gestão e Controles Internos - CGAC

1.1. Coordenação de Acompanhamento e Ações de Compliance em Contratos e Convênios - COAAC

1.1.1. Divisão de Apoio às Ações de Controles Internos, Transparência, Integridade e Gestão de Riscos - DACIT

1.1.2. Divisão de Apoio e Assessoria Técnica - DATEC

Art. 3º A Assessoria Especial de Controle Interno será dirigida por Chefe de Assessoria Especial, a Coordenação-Geral por Coordenador-Geral, a Coordenação por Coordenador e as Divisões por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Apoio à Gestão e Controles Internos compete:

I - assistir o Chefe da Assessoria na direção e na execução das atividades afetas à AECI;

II - orientar as unidades do Ministério com vistas a subsidiar a elaboração da Prestação de Contas Anual do Presidente da República e do relatório de gestão;

III - auxiliar as unidades, quando da Prestação de Contas Anual, em relação aos procedimentos de instrução e de remessa das peças das unidades prestadoras de contas ao Tribunal de Contas da União - TCU;

IV - orientar as unidades do Ministério no atendimento às demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo

V - auxiliar e apoiar os gestores do Ministério no tratamento, monitoramento e avaliação de controles utilizados na gestão de riscos;

VI- coordenar a análise, sob o enfoque dos controles internos, dos processos de licitação, contratação e celebração de convênios e de instrumentos congêneres no âmbito da AECI; e

VII - apoiar a elaboração de relatórios de gestão e de atividades.

Art. 6º À Coordenação de Acompanhamento e Ações de Compliance em Contratações e Convênios compete:

I - analisar os processos de licitação, contratação e celebração de convênios e de instrumentos congêneres, para garantir a conformidade dos procedimentos administrativos celebrados, quanto aos aspectos de controles internos;

II - auxiliar na construção de procedimentos relativos ao aprimoramento e fortalecimento dos controles internos existentes; e

III - orientar a aplicação de boas práticas quanto à melhoria dos controles internos do Ministério.

Art. 7º À Divisão de Apoio às ações de Controles Internos, Transparência, Integridade e Gestão de Riscos compete:

I - apoiar e monitorar o trabalho de melhoria do ambiente de controle interno, da avaliação de risco, das atividades de controles internos, da informação e da comunicação no Ministério;

II - fortalecer a implementação de ações voltadas ao controle interno, gestão de riscos, transparência e integridade;

III - apoiar as ações de capacitação nas áreas de controle, risco, transparência e integridade de gestão; e

IV - monitorar as recomendações emanadas pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União - CGU, e, pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

Art. 8º À Divisão de Apoio e Assessoria Técnica compete:

I - analisar a formalização dos processos de Tomadas de Contas Especial a serem encaminhados aos órgãos de controle interno e externo, e realizar o acompanhamento desses processos junto aos referidos órgãos de controle;

II - monitorar o atendimento às diligências de órgãos de controle interno e externo, mantendo atualizadas as informações sobre a tramitação de documentos e sobre o respectivo cumprimento de prazos das diligências, quando houver;

III - realizar atividades de apoio administrativo e logístico da AECI; e

IV - acompanhar normas e entendimentos acerca dos temas de controles Internos, transparência, integridade e gestão de riscos.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 9º Ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno compete coordenar, dirigir, supervisionar e controlar as atividades da respectiva Assessoria, e praticar os demais atos inerentes ao exercício de suas atividades.

Art. 10. Ao Coordenador-Geral de Apoio à Gestão e Controles Internos incumbe assistir o Chefe da Assessoria nas atividades da área de atuação, bem como substituí-lo nos seus eventuais afastamentos ou impedimentos.

Parágrafo único. Para fins de cumprimento das atividades da AECI previstas neste Regimento, o Chefe da Assessoria Especial poderá requerer informações junto às auditorias internas das unidades vinculadas ao Ministério.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 11. Serão de responsabilidade da Assessoria Especial de Controle Interno o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

Art. 12. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DA CONSULTORIA JURÍDICA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1° À Consultoria Jurídica, órgão setorial da Advocacia-Geral da União, compete:

I - prestar assessoria e consultoria jurídica, no âmbito do Ministério;

II - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida na área de atuação do Ministério, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

III - atuar, em conjunto com órgãos técnicos do Ministério, na elaboração de propostas de atos normativos que serão submetidas ao Ministro de Estado;

IV - realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a constitucionalidade, a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos;

V - assistir o Ministro de Estado no controle interno da legalidade administrativa dos atos do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério:

a) os textos de edital de licitação e dos respectivos contratos ou dos instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados; e

b) os atos pelos quais se reconheça a inexigibilidade ou se decida pela dispensa de licitação.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Consultoria Jurídica - CONJUR tem a seguinte estrutura:

1. Coordenação-Geral de Matérias Finalísticas - CGMF

1.1. Coordenação de Indústria, Comércio Exterior e Serviços - CICES

2. Coordenação-Geral de Matérias Administrativas - CGMA

2.1. Divisão de Contratos, Parcerias e Pessoal - DICPP

3. Coordenação-Geral Regimental e Judicial - CGRJ

3.1. Divisão de Assuntos Regimentais e Judiciais - DIARJ

4. Serviço de Apoio Técnico-Administrativo - SEADM

5. Serviço de Apoio Técnico-Jurídico - SEATJ

6. Divisão de Assuntos Jurídicos - DAJUR

Art. 3º A CONJUR será dirigida pelo Consultor Jurídico, as Coordenações-Gerais por Coordenadores-Gerais, as Coordenações por Coordenadores e as Divisões e os Serviços por Chefe.

Art. 4° Os ocupantes dos cargos mencionados no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos, impedimentos e na vacância do cargo, por servidores designados na forma da legislação específica, cabendo ao Consultor Jurídico aprovar as respectivas indicações.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º À Coordenação-Geral de Matérias Finalísticas compete:

I - coordenar, orientar e executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e consultas referentes a:

a) políticas, programas e ações de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços;

b) incentivos fiscais e regimes aduaneiros especiais;

c) comércio exterior e integração econômica;

d) propriedade intelectual e política de inovação;

e) tributos incidentes sobre o comércio exterior e outras questões de natureza tributária, exceto quando digam respeito a contratos administrativos, convênios, parcerias ou instrumentos congêneres cuja análise seja de competência da Coordenação-Geral de Matérias Administrativas;

f) tratados, acordos ou atos internacionais, memorandos de entendimento, acordos de cooperação, atos complementares para a implementação de projetos de cooperação técnica internacional ou instrumentos congêneres que envolvam sujeitos de Direito Internacional Público, organismos ou entidades internacionais;

g) registro e legalização de empresas;

h) políticas, programas e ações de apoio às microempresas, às empresas de pequeno porte, ao artesanato e aos microempreendedores individuais;

i) representação e defesa extrajudicial do Ministério e seus gestores perante o Tribunal de Contas da União, nos termos do Decreto nº 7.153, de 9 de abril de 2010, e das demais normas aplicáveis, quando envolver matéria afeta a esta Coordenação-Geral;

j) outras matérias relacionadas com a sua área de competência ou enquadradas como atividades finalísticas do Ministério;

k) assessoramento jurídico ao Ministro de Estado na atividade de supervisão das entidades vinculadas, relativamente aos assuntos elencados nas alíneas "a" a "j"; e

l) demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico;

II - proferir manifestações jurídicas, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral, sobre anteprojetos e projetos de lei, medida provisória, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério ou submetidos à sua apreciação;

III - prestar apoio à Coordenação-Geral Regimental e Judicial na elaboração de manifestações jurídicas e subsídios a serem fornecidos para a defesa judicial da União, do Ministério e de agentes públicos, nos termos da legislação regente, quando envolverem matérias afetas a esta Coordenação-Geral; e

IV - acompanhar e propor medidas referentes a processos administrativos que tramitam no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), no Tribunal de Contas da União e no Ministério Público, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral.

Art. 6º À Coordenação de Indústria, Comércio Exterior e Serviços compete auxiliar a Coordenação-Geral de Matérias Finalísticas nas funções de coordenação e orientação da unidade, bem como executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e consultas referentes aos assuntos previstos no art. 5º.

Art. 7º À Coordenação-Geral de Matérias Administrativas compete:

I - coordenar, orientar e executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e consultas referentes a:

a) licitações, contratos administrativos, chamamentos públicos, convênios, termos de colaboração ou de fomento, acordos de cooperação, termos de parceria, contratos de gestão, consórcios públicos, contratos de programa, termos de compromisso, termos de execução descentralizada, parcerias e outros instrumentos congêneres;

b) dispensa ou inexigibilidade de licitação, de chamamento público ou de outros instrumentos de seleção similares;

c) memorandos de entendimento, protocolos de intenções, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres, desde que não envolvam sujeitos de Direito Internacional Público, organismos ou entidades internacionais;

d) questões relativas à aplicação da legislação de pessoal e ao regime jurídico dos servidores e empregados públicos, incluindo concursos públicos para provimento de cargo;

e) processos administrativos disciplinares - PAD, sindicâncias e demais apurações de irregularidades funcionais;

f) representação e defesa extrajudicial do Ministério e seus gestores perante o Tribunal de Contas da União, nos termos do Decreto nº 7.153, de 9 de abril de 2010, e das demais normas aplicáveis, quando envolver matéria afeta a esta Coordenação-Geral;

g) outras matérias relacionadas com a sua área de competência ou enquadradas como atividades administrativas do Ministério;

h) assessoramento jurídico ao Ministro de Estado na atividade de supervisão das entidades vinculadas, relativamente aos assuntos elencados nas alíneas "a" a "g"; e

i) demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico;

II - proferir manifestações jurídicas, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral, sobre anteprojetos e projetos de lei, medida provisória, tratados, decretos, regulamentos, portarias e demais atos normativos elaborados no âmbito do Ministério ou submetidos à sua apreciação;

III - prestar apoio à Coordenação-Geral Regimental e Judicial na elaboração de manifestações jurídicas e subsídios a serem fornecidos para a defesa judicial da União, do Ministério e de agentes públicos, nos termos da legislação regente, quando envolverem matérias afetas a esta Coordenação-Geral; e

IV - acompanhar e propor medidas referentes a processos administrativos que tramitam no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (CGU), no Tribunal de Contas da União e no Ministério Público, nas matérias afetas a esta Coordenação-Geral.

Art. 8º À Divisão de Contratos, Parcerias e Pessoal compete auxiliar a Coordenação-Geral de Matérias Administrativas nas funções de coordenação e orientação da unidade, bem como executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e consultas referentes aos assuntos previstos no art. 7º.

Art. 9º À Coordenação-Geral Regimental e Judicial compete:

I - coordenar, orientar e executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e consultas referentes a:

a) assuntos de natureza judicial de interesse do Ministério;

b) representação e defesa judicial de agentes públicos titulares ou ex-titulares de cargos ou funções no Ministério, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e das demais normas aplicáveis;

c) estrutura regimental;

d) representação e defesa extrajudicial do Ministério e seus gestores perante o Tribunal de Contas da União, nos termos do Decreto nº 7.153, de 9 de abril de 2010, e das demais normas aplicáveis, quando envolver matéria afeta a esta Coordenação-Geral;

e) assessoramento jurídico ao Ministro de Estado na atividade de supervisão das entidades vinculadas, relativamente aos assuntos elencados nas alíneas "a" a "d"; e

f) demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo Consultor Jurídico.

II - fornecer subsídios necessários à representação e defesa judicial da União, do Ministério e de agentes públicos, zelar pelo correto atendimento das decisões do Poder Judiciário, e orientar as autoridades quanto ao seu exato cumprimento;

III - articular-se com outras unidades da Advocacia-Geral da União para a otimização dos esforços de representação e defesa da União, do Ministério e de agentes públicos em processos judiciais; e

IV - manter atualizadas as informações relativas ao andamento dos processos judiciais de interesse do Ministério.

Art. 10. À Divisão de Assuntos Regimentais e Judiciais compete auxiliar a Coordenação-Geral Regimental e Judicial nas funções de coordenação e orientação da unidade, bem como executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e consultas referentes aos assuntos previstos no art. 9º.

Art. 11. Ao Serviço de Apoio Técnico-Administrativo compete:

I - executar as atividades de recebimento, autuação, encaminhamento e controle da tramitação de processos e documentos, inclusive nos Sistemas Sapiens e SEI;

II - prestar o atendimento prévio e encaminhar as solicitações verbais externas, segundo os critérios estabelecidos pelo Consultor Jurídico;

III - executar as atividades de apoio e administração de recursos humanos, de materiais, de informática e de serviços gerais;

IV - desenvolver as atividades concernentes às contratações dos estagiários da CONJUR;

V - gerenciar o Sistema de Controle de Diárias e Passagens no âmbito da CONJUR; e

VI - exercer outras tarefas que forem atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 12. Ao Serviço de Apoio Técnico-Jurídico compete:

I - executar as atividades de coleta, catalogação e divulgação de normas, atos e procedimentos e outras publicações oficiais de interesse do Ministério;

II - providenciar a aquisição de obras e publicações de interesse da CONJUR;

III - encaminhar e acompanhar o trâmite das matérias para publicação no Boletim de Pessoal e Serviço;

IV - realizar, sempre que solicitado pelos integrantes da CONJUR, pesquisas sobre legislação, jurisprudência e doutrina;

V - elaborar relatórios e estatísticas das atividades executadas pelas unidades da CONJUR;

VI - executar atividades de apoio para os integrantes da CONJUR em relação a pesquisas processuais; e

VII - exercer outras tarefas que forem atribuídas pelo Consultor Jurídico.

Art. 13. À Divisão de Assuntos Jurídicos compete executar as atividades de análise e emissão de manifestações jurídicas em processos e consultas distribuídos pelo Consultor Jurídico ou pelos Coordenadores-Gerais, bem como auxiliá-los no exercício de outras tarefas que forem especificamente atribuídas.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 14. Ao Consultor Jurídico incumbe:

I - prestar assessoramento jurídico, direto e imediato, ao Ministro de Estado;

II - planejar, dirigir, coordenar, supervisionar, orientar e avaliar as atividades desenvolvidas pela CONJUR, expedir normas, instruções complementares e outros atos administrativos de caráter normativo ou delegatório;

III - distribuir e supervisionar a distribuição de processos, consultas e outros trabalhos no âmbito da CONJUR;

IV - aprovar projeto básico, termo de referência, plano de trabalho e congêneres, no âmbito de sua área de atuação;

V - suscitar divergências de entendimentos jurídicos entre a CONJUR e os demais órgãos da Advocacia-Geral da União; e

VI - solicitar a promoção de ações e recursos judiciais no interesse do Ministério às unidades de representação judicial da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. O Consultor Jurídico e o Consultor Jurídico Substituto poderão, no interesse do serviço, atribuir outros encargos e atividades às unidades da CONJUR, e redistribuir trabalhos, de modo a evitar acúmulo de serviço em determinada unidade ou perda de prazos administrativos e judiciais.

Art. 15. Aos Coordenadores-Gerais incumbe:

I - planejar, coordenar, orientar, distribuir processos ou consultas e praticar atos de administração necessários à execução das atividades da respectiva unidade;

II - zelar pela uniformização de teses e entendimentos jurídicos no âmbito da CONJUR;

III - apreciar os pareceres, notas e informações elaborados no âmbito da respectiva unidade, encaminhando-os para o Consultor Jurídico, quando for o caso, nos termos do art. 16 deste Regimento Interno;

IV - emitir manifestação jurídica e realizar estudos a respeito de assuntos atinentes à sua área de atuação;

V - avocar as competências da respectiva unidade, sempre que necessário, como medida de equalização da demanda ou para evitar acúmulo de serviços ou perda de prazos;

VI - acompanhar e orientar a padronização de minutas e de procedimentos concernentes à sua área de atuação, observadas as orientações e modelos divulgados pela Advocacia-Geral da União;

VII - acompanhar e orientar a aplicação de súmulas, pareceres vinculantes ou orientações normativas da Advocacia-Geral da União concernentes à sua área de atuação;

VIII - participar de reuniões de trabalho, atender cidadãos e advogados em audiência para tratar de processos e consultas sob sua responsabilidade ou de sua área de atuação;

IX - auxiliar o Consultor Jurídico na coordenação das atividades administrativas da CONJUR; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X - acompanhar, por solicitação do Consultor Jurídico, quaisquer assuntos de interesse da CONJUR.

Art. 16. Os Coordenadores-Gerais terão competência para apreciar, em caráter final, as manifestações jurídicas das respectivas unidades, ressalvado o disposto nos parágrafos seguintes.

§ 1º Salvo autorização expressa do dirigente máximo da CONJUR, as manifestações jurídicas deverão ser apreciadas, em caráter final, pelo Consultor Jurídico apenas quando se referirem a:

I - processos e matérias de competência do Ministro de Estado que devam ser por ele aprovados, autorizados ou assinados;

II - processos e matérias previamente classificados como relevantes pelo Consultor Jurídico;

III - manifestações jurídicas referenciais;

IV - anteprojetos e projetos de lei, medida provisória, tratados ou decretos; e

V - processos que envolvam acordo ou transação para terminar litígio, incluindo a tentativa de conciliação e solução administrativa de que trata o art. 88 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016 (regulamento do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil).

§ 2º As cotas não necessitam de apreciação do superior hierárquico, conforme Portaria nº 1.399, de 5 de outubro de 2009, do Advogado-Geral da União.

Art. 17. Aos Coordenadores e Chefes de Divisão incumbe:

I - auxiliar o respectivo Coordenador-Geral nas funções de coordenação e orientação da unidade, bem como o Consultor Jurídico no exercício de outras tarefas, que forem especificamente atribuídas;

II - analisar e emitir manifestações jurídicas em processos e consultas que lhes forem distribuídos; e

III - acompanhar, por solicitação do respectivo Coordenador-Geral, quaisquer assuntos de interesse da Coordenação-Geral.

Art. 18. Aos Chefes de Serviço incumbe:

I - dirigir e orientar a execução das atividades da respectiva unidade; e

II - exercer outras atribuições conferidas pelo Consultor Jurídico, Coordenadores-Gerais, Coordenadores e demais membros da Advocacia-Geral da União.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Aos membros da Advocacia-Geral da União incumbe desenvolver as atividades relacionadas ao exercício de suas funções institucionais, dentre as quais aquelas previstas na Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, na Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e no art. 37 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016, respeitadas as atribuições próprias do cargo.

Art. 20. Somente serão analisadas pela CONJUR as consultas encaminhadas pelo Ministro de Estado, Chefe de Gabinete do Ministro, Secretário-Executivo, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Secretários, Subsecretários, Diretores ou por seus substitutos eventuais.

§ 1º As consultas de interesse dos órgãos do Ministério deverão ser encaminhadas à CONJUR por intermédio das autoridades mencionadas no caput, devidamente instruídas e analisadas pelos órgãos técnicos.

§2º As consultas de interesse das entidades vinculadas ao Ministério deverão ser encaminhadas à CONJUR por intermédio das autoridades mencionadas no caput, devidamente instruídas e analisadas por órgãos técnicos e com manifestação do respectivo órgão jurídico.

§ 3º Em casos urgentes com prazo exíguo a ser cumprido pelo Ministério, especialmente quanto aos projetos de lei em fase de sanção e aos requerimentos de informação ou providência formulados por congressistas, as consultas poderão ser encaminhadas à CONJUR sem prévio pronunciamento dos órgãos técnicos, porém a conclusão da manifestação jurídica fica condicionada à instrução do processo com a análise dos órgãos técnicos.

§ 4º A CONJUR poderá restituir à origem os processos insuficientemente instruídos ou preparados que tenham sido submetidos ao seu exame.

Art. 21. É prerrogativa da CONJUR dirigir-se aos órgãos integrantes da estrutura do Ministério e às entidades vinculadas para requisitar informações ou a realização de diligências necessárias à instrução de processo submetido à sua apreciação ou ao exercício de supervisão ministerial.

§ 1º Deverá ser dado tratamento urgente e preferencial às requisições de que trata o caput.

§ 2º As requisições relativas a assuntos judiciais e oriundos de órgãos de controle deverão ser atendidas no prazo neles estipulado, e sua inobservância importará em apuração de responsabilidade na forma da lei.

Art. 22. Na distribuição dos processos e consultas, serão observados sua complexidade, o volume de serviço, as competências das unidades e outros critérios objetivos definidos pelo Consultor Jurídico.

Art. 23. As eventuais dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

ANEXO IV

REGIMENTO INTERNO DA OUVIDORIA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1° À Ouvidoria compete receber, examinar e dar encaminhamento a reclamações, elogios, sugestões e denúncias referentes a procedimentos e ações de agentes e órgãos, no âmbito do Ministério.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Ouvidoria será dirigida por um Ouvidor, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 3º O ocupante do cargo previsto no artigo anterior será substituído, em suas faltas ou impedimentos, por servidor designado na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO DIRIGENTE

Art. 4º Ao Ouvidor incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades de sua respectiva unidade;

II - estabelecer canais de comunicação que venham agilizar as respostas às manifestações recebidas;

III - apresentar, periodicamente, relatórios de atividades e pesquisas de nível de satisfação da Ouvidoria;

IV - providenciar respostas às manifestações recebidas pela Ouvidoria, acompanhar as providências adotadas e promover entendimentos na busca de soluções por parte dos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas;

V - ouvir e orientar os usuários dos serviços públicos em suas manifestações relativas aos órgãos do Ministério e das entidades vinculadas;

VI - disseminar formas de participação popular no acompanhamento da prestação de serviços públicos pelo Ministério;

VII - zelar pela qualidade do registro das manifestações, que visem à plena comunicação, interna e externa, sobre o andamento dessas manifestações;

VIII - manter sigilo sobre as informações levadas a seu conhecimento, no exercício de suas funções;

IX - representar o Ministério junto a entidades e organizações, internas e externas, e em fóruns relacionados às atividades de Ouvidoria;

X - promover, periodicamente, entendimentos e troca de informações e experiências com as Ouvidorias existentes nas entidades vinculadas ao Ministério;

XI - propor ao Ministro de Estado a adoção de providências visando a melhoria do desempenho do Ministério;

XII - gerir o Serviço de Informação ao Cidadão - SIC; e

XIII - executar demais atribuições previstas na Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017.

Parágrafo único. O Ouvidor exercerá suas atribuições com autonomia e no interesse geral dos usuários dos serviços públicos, buscando o aprimoramento do processo de prestação dos serviços públicos por parte dos agentes, órgãos e entidades vinculadas ao MDIC.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º As manifestações recebidas pela Ouvidoria serão encaminhadas ao dirigente máximo do órgão do Ministério ou das entidades vinculadas a que sejam afetas para resposta e eventuais providências.

§ 1º As manifestações afetas às entidades vinculadas ao Ministério, que possuam unidades de Ouvidoria em sua estrutura, serão encaminhadas ao respectivo Ouvidor.

§ 2º As manifestações recebidas diretamente pelos órgãos do Ministério ou pelas entidades vinculadas deverão ser tratadas pelos mesmos órgãos e entidades vinculadas sem interferência do Ouvidor, exceto quando explicitamente solicitado por uma das partes.

§ 3º Todas as manifestações recebidas serão tratadas via sistema informatizado da Ouvidoria.

Art. 6º O Ouvidor poderá, a qualquer tempo, solicitar as informações necessárias para o acompanhamento das respostas e providências adotadas pelos órgãos do Ministério e entidades vinculadas.

Art.7º Os atendimentos e as respostas às manifestações encaminhadas pelo Ouvidor deverão ter prioridade em todos os órgãos do Ministério.

Art. 8º As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Ouvidor.

ANEXO V

REGIMENTO INTERNO DA CORREGEDORIA-GERAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Corregedoria-Geral, unidade setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, observado o disposto no art. 2º, caput, inciso II, do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, compete:

I - promover as atividades de prevenção e correição disciplinares nos órgãos internos e nas unidades descentralizadas para verificar a regularidade e a eficácia dos serviços e propor medidas saneadoras ao seu funcionamento;

II - instaurar as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares;

III - examinar as representações e os expedientes que tratem de irregularidades funcionais e proceder com os seus juízos de admissibilidade;

IV - julgar e aplicar penalidades, em sindicâncias e processos administrativos disciplinares, nos casos de advertência ou de suspensão por até trinta dias;

V - instruir os processos administrativos disciplinares, cujas penalidades propostas sejam demissão, suspensão superior trinta dias, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, destituição de cargo em comissão ou destituição de função comissionada, para remessa ao Ministro de Estado;

VI - instruir os procedimentos de apuração de responsabilidade de entes privados de que trata a Lei no 12.846, de 1o de agosto de 2013;

VII - manifestar-se previamente sobre processo administrativo disciplinar ou sindicância oriundos das corregedorias seccionais, que constituam objeto da competência de julgamento do Ministro de Indústria, Comercio Exterior e Serviços;

VIII - auxiliar o Ministro de Estado, tendo em vista suas atribuições de autoridade supervisora, observado o disposto nos art. 19, art. 20 e art. 21 do Decreto-Lei no 200, de 25 de fevereiro de 1967, na esfera de competência desta unidade correcional, para propor e supervisionar trabalhos de correição a serem realizados pelas autoridades competentes das entidades vinculadas e sugerir medidas saneadoras, a serem propostas pelo Ministro de Estado; e

IX - exercer as demais competências previstas no art. 5o do Decreto no 5.480, de 2005.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Corregedoria-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - COGE será dirigida por Corregedor-Geral, titular da unidade seccional, e a Divisão de Processos Disciplinares - DIPRO será dirigida por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 3º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 4º À Divisão de Processos Disciplinares compete:

I - acompanhar e subsidiar o funcionamento das comissões disciplinares;

II - auxiliar o Corregedor-Geral na supervisão das comissões disciplinares;

III - auxiliar o Corregedor-Geral na fiscalização permanente da conformidade normativa das atividades realizadas no MDIC;

IV - subsidiar o Corregedor-Geral quanto ao juízo de admissibilidade;

V - organizar e fornecer informações sobre os processos em curso;

VI - administrar, monitorar e acompanhar a Política de Uso do Sistema CGU-PAD e demais sistemas cuja utilização seja determinada pelas instâncias competentes, procedendo à sua atualização célere e precisa, conforme se deem as tramitações processuais a serem lançadas;

VII - presidir ou participar como membro das comissões disciplinares, por determinação do Corregedor-Geral;

VIII - organizar e fornecer informações sobre as correições ordinárias e extraordinárias;

IX - receber denúncias, representações, consultas e recursos encaminhados ao Corregedor-Geral;

X - atender aos interessados, dar vista a processos e controlar o fornecimento de cópias;

XI - controlar o recebimento e a expedição de processos físicos e em meio digital;

XII - registrar e dar recibo dos documentos recebidos de interessados em processos em curso, e encaminhá-los à autoridade competente no âmbito da Corregedoria-Geral ou da respectiva comissão;

XIII - manter, na Corregedoria-Geral, o acervo da legislação, da jurisprudência, dos despachos e pareceres emitidos;

XIV - auxiliar o Corregedor-Geral na promoção de ações educativas e atividades de prevenção de infrações administrativas e irregularidades;

XV - realizar, por delegação do Corregedor-Geral, visitas de inspeção nas unidades do MDIC;

XVI - promover, sob a coordenação do Corregedor-Geral e em parceria com o setor pertinente da área de Gestão de Pessoal, programas de conscientização e de capacitação dos servidores para a conformidade do exercício de suas atividades às respectivas normas; e

XVII - auxiliar o Corregedor-Geral na supervisão dos demais órgãos de correição do Sistema MDIC.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 5º São atribuições do Corregedor-Geral:

I - planejar, coordenar e orientar as atividades da Corregedoria-Geral;

II - verificar, por meio de visitas, inspeções ou requisições, a regularidade das atividades desenvolvidas por comissões de procedimentos disciplinares ou de responsabilização de pessoa jurídica;

III - dirimir dúvidas apresentadas em consultas formuladas por diversas instâncias do Ministério;

IV - receber e analisar representações, denúncias e recursos que lhe sejam encaminhados;

V - instaurar sindicâncias, inclusive patrimoniais, processos administrativos disciplinares, investigações preliminares e processos administrativos de responsabilização de empresas;

VI - atender e orientar os membros das comissões disciplinares e de responsabilização de pessoa jurídica;

VII - realizar análise prévia de juízo de admissibilidade;

VIII - acompanhar e subsidiar o funcionamento das comissões disciplinares e de responsabilização de pessoa jurídica;

IX - realizar o planejamento das correições ordinárias;

X - solicitar aos setores competentes o treinamento e a capacitação de servidores, designados ou voluntariados, para comissões disciplinares e de responsabilização de pessoa jurídica;

XI - atender, orientar e supervisionar os demais órgãos de correição do Sistema MDIC; e

XII - divulgar orientações da Corregedoria Setorial da Controladoria-Geral da União no âmbito do Sistema MDIC.

Art. 6º Ao Chefe de Divisão incumbe dirigir, orientar, acompanhar, controlar e avaliar a execução das atividades afetas à unidade sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º O Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços indicará o Corregedor-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços observados os critérios estabelecidos nos termos do Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005.

Parágrafo único. O Corregedor-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços exercerá mandato de dois anos, admitida recondução, mediante aprovação prévia do Órgão Central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.

Art. 8º É irrecusável a convocação de servidor no âmbito dos órgãos do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços pelo Corregedor-Geral para integrar comissões de sindicância, de processo administrativo disciplinar, de responsabilização de empresas e equipes de investigação disciplinar.

§ 1º A convocação de que trata o caput independe de prévia autorização da autoridade a que estiver subordinado o servidor e será comunicada ao titular da respectiva unidade.

§ 2º O titular da unidade a que se subordina o servidor convocado poderá, de forma fundamentada, alegar necessidade de serviço, oferecendo indicação de outro servidor com a mesma qualificação técnica do substituído, cuja apreciação conclusiva caberá ao Corregedor-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Art. 9º Em se tratando de atos atribuídos ao Corregedor-Geral do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, compete ao Ministro de Estado da Indústria, Comércio Exterior e Serviços instaurar processo administrativo disciplinar e comunicar a ocorrência ao órgão central do sistema de correição.

Art. 10. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Corregedor-Geral.

ANEXO VI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA EXECUTIVA

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria Executiva compete:

I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e na coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e de suas entidades vinculadas;

II - auxiliar o Ministro de Estado na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério;

III - coordenar, no âmbito do Ministério, os estudos relacionados a anteprojetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos;

IV - coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades relacionadas a crédito à exportação;

V - tratar da alocação de Analistas de Comércio Exterior, por tempo determinado, para a realização de atividades relacionadas ao comércio exterior que sejam consideradas estratégicas para o governo, que serão expressamente definidas em ato do Ministro de Estado; e

VI - coordenar, no âmbito do Ministério, a elaboração de relatórios de gestão e de atividades.

Parágrafo único. A Secretaria Executiva exerce, ainda, a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal, de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal e de Gestão de Documentos de Arquivo, por meio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Executiva - SE tem a seguinte estrutura:

1. Assessoria Técnica e de Crédito à Exportação - ASTEC

1.1. Divisão Técnica e Internacional - DITEC

1.2. Divisão de Crédito à Exportação - DICEX

2. Gabinete do Secretário-Executivo - GAB/SE

2.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM/SE

3. Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica - SIGE

3.1. Coordenação-Geral de Articulação Institucional - CGAR

3.1.1 Coordenação de Entidades Supervisionadas e Políticas - COESP

3.2. Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e de Risco - CGER

3.2.1 Divisão de Riscos - DIRIS

3.2.2 Coordenação de Gestão Estratégica - COGES

3.3. Coordenação-Geral de Informações e Estudos Estratégicos - CGIE

4. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA

4.1. Divisão de Apoio Administrativo e Técnico - DIAT

4.1.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM/SPOA

4.2. Seções Regionais de Planejamento e Monitoramento - SEPMR

4.3. Coordenação de Gestão por Competências e Escritórios Regionais - COGES

4.4. Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - CGEP

4.4.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM/CGEP

4.4.1.1. Núcleo de Apoio Administrativo - NAADM

4.4.2. Serviço de Controle e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SOFPE

4.4.2.1. Seção de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal - SEFPE

4.4.3. Coordenação de Administração de Pessoal - COPES

4.4.3.1. Divisão de Cadastro - DICAD

4.4.3.1.1. Seção de Pessoal - SEPES

4.4.3.1.2. Seção de Registro de Frequência - SEREF

4.4.3.1.3. Setor de Acompanhamento Funcional - SEACF

4.4.3.1.4. Núcleo de Assentamentos Funcionais - NUASF

4.4.3.1.5. Serviço de Aposentadorias e Pensões - SERAP

4.4.3.2. Divisão de Pagamento - DIPAG

4.4.4. Coordenação de Legislação de Pessoal - COLEP

4.4.4.1. Serviço de Legislação de Pessoal - SELEP

4.4.4.1.1. Seção de Acompanhamento de Legislação e Jurisprudência - SEJUR

4.4.4.1.2. Seção de Direitos e Deveres - SEDID

4.4.5. Coordenação de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor - CODAS

4.4.5.1. Serviço de Desenvolvimento de Pessoas- SEDEP

4.4.5.1.1. Seção de Avaliação de Desempenho - SEAD

4.4.5.1.2. Setor de Acompanhamento de Estágio de Estudante - SEAE

4.4.5.2. Serviço de Atenção à Saúde do Servidor - SEAS

4.4.5.2.1. Seção de Benefícios - SEBEN

4.4.5.2.2. Setor de Atividades do Programa de Qualidade de Vida - SEAQV

4.5. Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL

4.5.1. Serviço de Planejamento e Assuntos Estratégicos em Recursos Logísticos - SEPLA

4.5.2. Coordenação de Administração e Informação - COADM

4.5.2.1. Serviço de Documentação e Informação - SEINF

4.5.2.1.1. Setor de Documentação e Biblioteca - SEDOB

4.5.2.1.2. Setor de Arquivos - SEARQ

4.5.2.1.3. Setor de Protocolo - SEPRO

4.5.2.2. Divisão de Engenharia e Projetos de Engenharia e Arquitetura - DEPRO

4.5.2.2.1. Seção de Desenho de Projetos - SEDES

4.5.2.2.2 Serviço de Administração Predial - SEPRE

4.5.2.2.2.1. Seção de Transporte - SETRA

4.5.2.3. Divisão de Material e Patrimônio - DIMPA

4.5.2.3.1. Seção de Patrimônio - SEPAT

4.5.2.3.2. Seção de Almoxarifado - SEALM

4.5.3. Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios - COPLI

4.5.3.1. Serviço de Compras - SECOP

4.5.4. Coordenação de Contratos e Convênios - CCONV

4.5.4.1. Divisão de Convênios - DICOV

4.5.4.2. Serviço de Contratos - SECON

4.5.4.2. Seção de Penalidades - SEPEN

4.5.6. Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira - CEORF

4.5.6.1 Núcleo de Pagamentos - NUPAG

4.5.6.2. Divisão de Diárias e Passagens - DIPAS

4.6. Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOF

4.6.1. Divisão de Contabilidade - DICONT

4.6.1.1. Serviço de Acompanhamento e Análise Contábil - SEACO

4.6.2. Coordenação de Programação e Orçamento - CPROG

4.6.2.1. Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário - DIPOR

4.6.2.1.1. Serviço de Acompanhamento e Análise da Receita - SEAAR

4.6.3. Coordenação de Planejamento - COPLA

4.6.3.1. Divisão de Monitoramento e Avaliação - DIMAV

4.6.4. Coordenação de Finanças - COFIN

4.6.4.1. Divisão de Programação e Controle Financeiro - DIPCF

4.7. Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI

4.6.1. Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação - COGTI

4.7.1.1. Divisão de Planejamento e Controle - DIPLA

4.7.2. Coordenação de Sistemas de Informação - COSIS

4.7.3. Coordenação de Serviços de Tecnologia da Informação - COSTI

4.7.3.1. Divisão de Administração de Recursos de TI - DIATI

4.7.4. Seção de Telefonia - SETEL

4.7.5. Seção de Apoio Administrativo - SEADM

Art. 3º A Secretaria Executiva será dirigida por Secretário-Executivo, o Gabinete por Chefe, as Subsecretarias por Subsecretário, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, a Assessoria, as Divisões, os Serviços, as Seções, os Setores e os Núcleos por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º À Assessoria Técnica e de Crédito à Exportação compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário-Executivo e provê-lo de informações para tomada de decisões;

II - promover a articulação com as demais unidades do Ministério sobre os assuntos submetidos à consideração do Secretário-Executivo;

III - coordenar, supervisionar e orientar as atividades técnicas de apoio ao Secretário-Executivo;

IV - assessorar o Secretário-Executivo na condição de Presidente do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG;

V - assessorar e coordenar a participação do Ministério em temas relacionados a crédito à exportação; e

VI - participar, no âmbito do Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE, do processo de tomada de decisões relativas ao planejamento e acompanhamento da política de avaliação, negociação e recuperação de créditos brasileiros ao exterior.

Art. 6º À Divisão Técnica e Internacional compete:

I - secretariar mecanismos de diálogo bilateral sob a coordenação do Secretário-Executivo e preparar subsídios para a sua participação;

II - preparar subsídios, discursos e palestras para o Secretário-Executivo;

III - prestar assistência direta à participação do Secretário-Executivo no Comitê Executivo de Gestão - Gecex e nos demais colegiados da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX; e

IV - apoiar a Assessoria na coordenação da posição do MDIC sobre temas e agendas de competência do Ministério sobre os assuntos submetidos à consideração do Secretário-Executivo.

Art. 7º À Divisão de Crédito à Exportação compete:

I - acompanhar e exercer atividades de apoio técnico ao Secretário-Executivo na condição de Presidente do COFIG;

II - subsidiar a participação do Ministério em temas relacionados a crédito à exportação no Conselho da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG e no Comitê de Avaliação de Créditos ao Exterior - COMACE;

III - subsidiar a participação do Secretário-Executivo nos conselhos de órgãos da administração indireta atuantes no apoio creditício à exportação e no Conselho de Participação em Fundo Garantidor de Operações de Comércio Exterior - CPFGCE;

IV - propor diretrizes para a política de crédito à exportação;

V - acompanhar e coordenar a participação do Ministério em fóruns internacionais onde se discutam ou se pactuem parâmetros de crédito oficial à exportação;

VI - promover a articulação com os órgãos governamentais, entidades e organismos nacionais para aperfeiçoamento dos mecanismos de crédito à exportação; e

VII - elaborar estudos relacionados a crédito à exportação para análise e aperfeiçoamento das políticas públicas relativas ao tema.

Art. 8º Ao Gabinete compete:

I - assessorar o Secretário-Executivo nos assuntos de competência do Ministério;

II - acompanhar a tramitação de documentos atinentes à Secretaria;

III - receber e analisar as solicitações de audiência do Secretário-Executivo;

IV - supervisionar as atividades das demais unidades componentes da Secretaria Executiva;

V - planejar, dirigir, orientar e coordenar a execução das atividades do Gabinete da Secretaria Executiva;

VI - coordenar as atividades de organização de agenda, de gestão das informações, em apoio à decisão do Secretário-Executivo; e

VII - providenciar a concessão de passagens e diárias aos servidores da Secretaria Executiva.

Art. 9º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria Executiva, mantendo atualizadas as informações sobre tramitação de documentos no SEI;

II - executar as atividades de apoio relacionadas à administração de pessoal, de benefícios e de férias;

III - requisitar, receber e distribuir o material de escritório, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

IV - solicitar e controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços afins, no âmbito da Secretaria Executiva;

V - enviar matérias para publicação na Imprensa; e

VI - exercer outras atividades que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 10. À Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica compete:

I - assessorar o Secretário-Executivo na formulação, na análise e no acompanhamento de políticas públicas afetas à área de atuação do Ministério;

II - promover e apoiar a elaboração de políticas e diretrizes de gestão estratégica ministerial, observadas as normas de organização e de modernização administrativa, segundo padrões e orientações do Governo federal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - assistir o Secretário-Executivo no relacionamento com entidades da administração pública federal indireta vinculadas ao Ministério, por meio da proposição de ações de integração e fortalecimento institucional;

IV - supervisionar a formulação e a implementação do planejamento estratégico do Ministério;

V - apoiar a implementação e acompanhar a gestão de riscos, no âmbito do Ministério;

VI - apoiar os programas e os projetos de cooperação e a sua articulação com organismos internacionais; e

VII - coletar, sistematizar e analisar dados e informações relevantes, com vistas a subsidiar:

a) a tomada de decisão superior;

b) a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas e ações da área de competência do Ministério;

c) a articulação entre o Ministério e os órgãos da administração pública federal sobre temas estratégicos; e

d) a divulgação de informações relevantes para a atuação do Ministério e de suas entidades vinculadas.

Art. 11. Para consecução de suas finalidades, compete, ainda, à Subsecretaria de Informação e Gestão Estratégica:

I - compor as comissões de acompanhamento e avaliação no âmbito dos contratos de gestão firmados pelo MDIC;

II - coordenar e apoiar as atividades de modernização institucional do MDIC, em conjunto com a SPOA;

III - coordenar, no âmbito do Ministério, a elaboração de relatórios de gestão e de atividades; e

IV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Articulação Institucional compete:

I - coordenar os processos de supervisão ministerial relacionados às entidades vinculadas e supervisionadas;

II - concorrer para a articulação e formulação de políticas, programas e projetos do Ministério;

III - apoiar a integração e o alinhamento das principais políticas, programas e projetos do Ministério e de suas entidades vinculadas e supervisionadas;

IV - assistir o Secretário-Executivo na direção, formulação e execução de políticas, programas e projetos afetos ao Ministério;

V - apoiar e subsidiar a participação do Secretário-Executivo em colegiados de sua responsabilidade;

VI - coordenar e orientar a atuação de representantes do Ministério nos colegiados de que fazem parte e articular o posicionamento do Ministério nos diversos fóruns em que atua, quando assim determinado pelo Secretário-Executivo;

VII - apoiar a elaboração de subsídios ao Ministro de Estado em agendas determinadas pelo Secretário-Executivo; e

Art. 13. À Coordenação de Entidades Supervisionadas e Políticas compete:

I - apoiar o planejamento, execução, monitoramento e avaliação das atividades de supervisão das entidades vinculadas e supervisionadas do Ministério;

II - promover atividades voltadas à integração e ao alinhamento das políticas, programas e projetos afetos ao Ministério e suas entidades vinculadas e supervisionadas; e

III - contribuir para o aperfeiçoamento da gestão e acompanhar o desempenho das entidades vinculadas e supervisionadas pelo Ministério.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e de Risco compete:

I - coordenar a formulação e a gestão do planejamento estratégico do Ministério;

II - apoiar os trabalhos de desburocratização, simplificação administrativa, modernização da gestão pública e melhoria da prestação dos serviços públicos, realizados no âmbito do Ministério;

III - coordenar a elaboração e a gestão de projetos de cooperação com organismos internacionais a cargo da Secretaria Executiva;

IV - acompanhar e orientar a implementação da gestão de riscos no Ministério, no que tange às competências da SIGE para o tema;

V - monitorar a evolução da cultura organizacional de gestão estratégica e de riscos no Ministério; e

VI - disponibilizar métodos e padrões de gestão de projetos e processos no Ministério.

Art. 15. À Divisão de Gestão de Riscos compete:

I - auxiliar na definição e na atualização da estratégia para implementação da gestão de riscos no Ministério;

II - disponibilizar e aprimorar ferramentas e técnicas que apoiem a operacionalização das etapas de competência da SIGE no processo de gerenciamento de riscos;

III - acompanhar e registrar a evolução da gestão de riscos no Ministério;

IV - disseminar a cultura organizacional e promover a atualização de gestão de riscos no Ministério; e

V - apoiar a SIGE em demandas de controles internos.

Art. 16. À Coordenação de Gestão Estratégica compete:

I - coordenar e monitorar as ações do planejamento estratégico do Ministério;

II - exercer as atividades de secretaria executiva do Comitê de Governança Estratégica;

III - prestar suporte metodológico às unidades no que diz respeito à gestão estratégica;

IV - assessorar as unidades do Ministério em relação ao planejamento e gestão de projetos estratégicos;

V - propor mapeamento e racionalização de processos estratégicos; e

VI - estimular a troca de experiência e o compartilhamento de melhores práticas com órgãos e entidades da Administração Pública em prol do aperfeiçoamento da governança institucional.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Informações e Estudos Estratégicos compete:

I - assistir o Secretário-Executivo na formulação de diretrizes e orientações para as atividades de monitoramento e avaliação de resultados das políticas públicas do MDIC;

II - apoiar e acompanhar as atividades de monitoramento e avaliação de resultados das políticas públicas do MDIC realizadas pelas áreas finalísticas;

III - apoiar a participação dos representantes do MDIC nas instâncias de elaboração e avaliação de políticas públicas;

IV - subsidiar o Ministro e o Secretário-Executivo com fatos relevantes e informações estratégicas nas áreas de atuação do MDIC, em particular quanto aos impactos gerados por suas políticas públicas;

V - reunir, analisar e divulgar informações estatísticas e econômicas para as demais áreas do Ministério;

VI - elaborar estudos técnicos para subsidiar a tomada de decisão superior a respeito de assuntos inseridos nas áreas de atuação do MDIC; e

VII - apoiar e formular ações visando incentivar a geração de conhecimento técnico no âmbito do MDIC.

Art. 18. À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de gestão de documentos e arquivos e daquelas relacionadas aos sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de organização e inovação institucional;

II - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas;

III - promover a elaboração e consolidar os planos e os programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito do Ministério;

VI - celebrar convênios, acordos ou ajustes congêneres com órgãos e entidades públicas e privadas, observada a legislação; e

VII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e dos responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário.

Art. 19. À Divisão de Apoio Administrativo e Técnico compete:

I - auxiliar o Subsecretário nos assuntos pertinentes à sua área de atuação; e

II - promover a articulação e integração entre as áreas de gestão de pessoas, de logística, orçamento e finanças e de tecnologia da informação.

Art. 20. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Subsecretaria e manter atualizadas as informações sobre a tramitação dos documentos;

II - executar as atividades de controle de pessoal no âmbito da Subsecretaria;

III - requisitar, receber e distribuir o material de escritório, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

IV - solicitar e controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, no âmbito da Subsecretaria; e

V - executar e controlar trabalhos de digitalização, operar sistemas e manter as bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução de atividades informatizadas, sob a orientação da Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação;

Art. 21. À Coordenação de Gestão por Competências e Escritórios Regionais compete:

I - gerir e propor o aprimoramento das atividades técnicas e operacionais desenvolvidas pelos Escritórios Regionais;

II - propor a criação de Escritórios Regionais;

III - consolidar e validar, de acordo com as propostas encaminhadas pelas Unidades do Ministério, os planos de trabalho periódicos que pautarão a atuação dos Escritórios Regionais;

IV - apoiar a integração e o alinhamento das políticas, programas e projetos do Ministério com as demandas e oportunidades identificadas pelos Escritórios Regionais;

V - monitorar e avaliar a execução das atividades previstas nos planos de trabalho periódicos aprovados para os Escritórios Regionais e o alcance das metas propostas;

VI - articular, com entidades do setor privado e órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, ações para o fortalecimento da atuação dos Escritórios Regionais nos Estados;

VII - propor normas e diretrizes, implementar, monitorar e avaliar o programa de trabalho remoto no Ministério;

VIII - coordenar as ações relacionadas ao trabalho remoto no Ministério;

IX - coordenar o desenvolvimento da gestão por competências no âmbito do Ministério;

X - coordenar o processo de implementação do modelo de gestão por competência no Ministério;

XI - propor políticas e diretrizes para gestão do desempenho individual e por equipes;

XII - implementar e sistematizar a gestão de talentos e o desenvolvimento da liderança; e

XIII - disseminar a cultura de gerenciamento orientado para resultados.

Art. 22. À Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas compete:

I - planejar, coordenar, acompanhar, orientar e supervisionar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas, de administração de pessoal, desenvolvimento do corpo funcional e assistência médica e social, segundo diretrizes do órgão central do Sistema de Pessoal Civil - SIPEC, observando a legislação pertinente;

II - propor diretrizes e elaborar projetos relacionados com o desenvolvimento do corpo funcional do Ministério;

III - acompanhar o cumprimento de convênios e contratos na sua área de atuação;

IV - disponibilizar informações e documentos para subsidiar a elaboração do relatório de gestão relativo à área de gestão de pessoas;

V - expedir certidões, declarações de tempo de contribuição e identidades funcionais dos empregados e servidores; e

VI - acompanhar, com o suporte da Divisão de Cadastro, a execução do Assentamento Funcional Digital por cada unidade da Coordenação-Geral.

Art. 23. Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - realizar ações relativas às comunicações administrativas e dos atos oficiais elaborados pela Coordenação-Geral;

II - controlar as atividades de protocolo, recepção, expedição, distribuição e arquivo de documentos;

III - monitorar a disponibilidade dos cargos comissionados, funções comissionadas do Poder Executivo - FCPE, funções gratificadas, funções comissionadas técnicas e Gratificações Temporárias;

IV - requisitar o material permanente e de escritório para a Coordenação-Geral e executar sua distribuição e manutenção; e

V - controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais no âmbito desta Coordenação-Geral.

Art. 24. Ao Núcleo de Apoio Administrativo compete executar as atividades de suporte ao Serviço de Apoio Administrativo.

Art. 25. Ao Serviço de Controle e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal compete:

I - orientar, controlar, executar e manter atualizados os repasses orçamentários e financeiros, efetuados pelo órgão setorial de orçamento e finanças, destinados à Coordenação-Geral; e

II - emitir parecer quanto aos questionamentos apresentados pelas entidades vinculadas sobre temas de sua competência.

Art. 26. À Seção de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal compete:

I - elaborar a pré-proposta orçamentária anual das áreas de competência da Coordenação-Geral;

II - analisar e liquidar os processos pertinentes às despesas com a folha de pagamento dos empregados, servidores ativos, inativos e beneficiários de pensão, estagiários, administração de benefícios, ajuda de custo, auxílio funeral, cursos de treinamento, ressarcimento de salários e encargos sociais de empregados oriundos de empresas públicas e sociedade de economia mista que não recebam recursos financeiros do Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial com sua folha de pagamento, e outras relativas à área de gestão de pessoas;

III - manter atualizados os demonstrativos dos saldos orçamentários e financeiros e elaborar a programação financeira mensal da área de gestão de pessoas;

IV - executar as atividades operacionais e gerenciais relativas aos Sistemas Federais de Administração Financeira e Orçamentária;

V - executar e acompanhar empenhos, contratos e convênios junto aos Sistemas Federais de Administração Financeira e Orçamentária;

VI - elaborar o quadro de acompanhamento das despesas com a força de trabalho de pessoal;

VII - analisar e instruir processos de reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores;

VIII - analisar e inscrever despesas em Restos a Pagar, bem como executar e acompanhar os respectivos pagamentos;

IX - acompanhar e identificar depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro Nacional, relativos a pessoal;

X - manter atualizado o credenciamento dos ordenadores de despesa e corresponsáveis junto ao sistema bancário e aos Sistemas Federais de Administração Financeira e Orçamentária; e

XI - zelar pelo controle, arquivamento e manutenção dos processos liquidados e pagos.

Art. 27. À Coordenação de Administração de Pessoal compete:

I - coordenar e acompanhar a atualização dos registros pessoais e funcionais, aplicação da legislação, atividades relacionadas com a folha de pagamento de empregados, servidores ativos, inativos, pensionistas, estagiários e do pessoal contratado por excepcional interesse público no Ministério;

II - expedir atestados e declarações com base nos registros financeiros e nos assentamentos funcionais dos empregados, servidores ativos e do pessoal contratado por excepcional interesse público; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - emitir parecer quanto aos questionamentos apresentados pelas entidades vinculadas sobre temas de sua competência.

Art. 28. À Divisão de Cadastro compete:

I - controlar os atos e registros pertinentes à vida funcional dos empregados, servidores ativos, inativos, pensionistas e do pessoal contratado por excepcional interesse público e fornecer subsídios ao Órgão Central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;

II - executar, nos sistemas informatizados de administração de pessoal, procedimentos relacionados à lotação, remoção, redistribuição, cessão, exercício provisório e requisição;

III - elaborar e controlar a emissão de identidades funcionais dos empregados e servidores;

IV - executar e controlar as alterações dos registros funcionais e cadastrais nos sistemas informatizados;

V - controlar e acompanhar a lotação e a localização dos servidores nas unidades do Ministério;

VI - elaborar atestados e declarações com base nos assentamentos funcionais dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público; e

VII - planejar e executar atos para progressão funcional.

Art. 29. À Seção de Pessoal compete:

I - elaborar atos relacionados ao ingresso e exercício de empregados, servidores ocupantes de cargo efetivo e do pessoal contratado por excepcional interesse público;

II - elaborar atos relacionados à vacância, de servidores ocupantes de cargo efetivo, rescisão de contrato de empregados e do pessoal contratado por excepcional interesse público; e

III - remeter e acompanhar os atos relativos a admissões e desligamentos de servidores ocupantes de cargos efetivos deste Ministério, bem como aposentadorias, pensões e reversões à atividade enviados ao Tribunal de Contas da União - TCU, via Sistema e-Pessoal e dar cumprimento às diligências solicitadas.

Art. 30. À Seção de Registro de Frequência compete:

I - prestar informações aos servidores, empregados e do pessoal contratado por excepcional interesse público em exercício no Ministério quanto à frequência;

II - efetuar a apuração mensal e o controle de frequência dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público em exercício no Ministério e efetuar o lançamento das ocorrências de afastamentos previstos legalmente nos sistemas informatizados de administração de pessoal; e

III - controlar mensalmente a informação da frequência dos empregados e servidores à disposição de outros órgãos ou entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e efetuar o lançamento das ocorrências de licenças e afastamentos nos sistemas informatizados de administração de pessoal.

Art. 31. Ao Setor de Acompanhamento Funcional compete:

I - monitorar o módulo "férias web" e proceder às alterações, interrupções e cancelamentos de férias dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público no sistema Siapecad; e

II - acompanhar pendências cadastrais e manter atualizados os atos e registros pertinentes à vida funcional dos empregados, servidores ativos, inativos, pensionistas e do pessoal contratado por excepcional interesse público.

Art. 32. Ao Núcleo de Assentamentos Funcionais compete:

I - receber e arquivar as declarações de bens e renda e as autorizações de consulta junto à Receita Federal dos empregados, servidores e do pessoal contratado por excepcional interesse público;

II - preservar e guardar os documentos constantes dos assentamentos funcionais físicos dos empregados, servidores ativos, inativos, pensionistas e do pessoal contratado por excepcional interesse público;

III - operacionalizar o Sistema Eletrônico de Informação do Assentamento Funcional Digital (SEI-AFD), intermediando a gestão do compartilhamento das pastas funcionais entre os órgãos da administração pública; e

IV - solicitar inclusão de novas tipologias documentais no Sistema Eletrônico de Informação do Assentamento Funcional Digital (SEI-AFD) junto ao Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.

Art. 33. Ao Serviço de Aposentadorias e Pensões compete controlar, avaliar e acompanhar as atividades pertinentes a aposentadorias e pensões e especificamente:

I - analisar e instruir processos que versem sobre:

a. concessão, alteração e cancelamento de aposentadorias, pensões e reversões à atividade; e

b. abono de permanência, averbação e contagem de tempo de serviço e contribuição.

II - elaborar certidões e declarações de servidores inativos e pensionistas, de ex-servidores, empregados e pessoal contratado por excepcional interesse público; e

III - controlar e executar a rotina anual de recadastramento de servidores inativos e pensionistas.

Art. 34. À Divisão de Pagamento compete:

I - controlar e manter atualizados os registros financeiros dos servidores ativos, inativos, pensionistas, empregados, estagiários e do pessoal contratado por excepcional interesse público;

II - executar os atos pertinentes à folha de pagamento e ao pagamento das remunerações e encargos, de acerto de contas, sentenças judiciais e passivos financeiros de servidores ativos, inativos, pensionistas, empregados, estagiários e do pessoal contratado por excepcional interesse público;

III - elaborar cálculos e acompanhar o pagamento dos processos de reembolso de despesas com remuneração e encargos dos servidores cedidos;

IV - efetuar os lançamentos nos sistemas informatizados de administração de pessoal de valores relativos ao auxílio moradia, remuneração compensatória, programas de incentivo à graduação e ao estudo de línguas estrangeiras;

V - preparar e encaminhar as informações previdenciárias e as relativas ao FGTS, DIRF-GOV e RAIS por meio de sistemas informatizados específicos;

VI - analisar, instruir e executar os processos que versem sobre ressarcimento e indenização ao erário, inscrição em dívida ativa e exercícios anteriores de servidores ativos, inativos, pensionistas, estagiários, empregados e do pessoal contratado por excepcional interesse público;

VII - elaborar atestados, declarações e relações de contribuição, com base nos registros financeiros;

VIII - controlar e executar as atividades relacionadas ao registro e tratamento das reclamações de irregularidades, nos processos de consignações de servidores ativos, inativos, pensionistas, empregados e do pessoal contratado por excepcional interesse público nos sistemas informatizados de Administração de Pessoal; e

IX - subsidiar a elaboração da proposta orçamentária relativa à área de Gestão de Pessoas.

Art. 35. À Coordenação de Legislação de Pessoal compete:

I - coordenar e acompanhar a aplicação da legislação de pessoal;

II - prestar orientação técnica específica ao Coordenador-Geral, aos empregados, servidores, pessoal contratado por excepcional interesse público e às unidades do Ministério quanto à aplicação da legislação de pessoal;

III - coletar informações e documentos referentes à legislação de pessoal a fim de subsidiar o trabalho de defesa da União em procedimentos judiciais;

IV - manter atualizado o Módulo de Ações Judiciais do sistema de administração de pessoal, após a desativação do Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ;

V - manter o sistema de controle de prazos e movimentações de processos administrativos e expedientes judiciais relativos à área de gestão de pessoas;

VI - emitir parecer em processos de cessão, requisição de empregados e servidores e de redistribuição de cargos efetivos deste Ministério e suas entidades vinculadas;

VII - pronunciar-se quanto à legalidade nos pedidos e recursos formulados pelos empregados, servidores e pessoal contratado por excepcional interesse público deste Ministério; e

VIII- responder aos questionamentos apresentados pelas entidades vinculadas, após manifestação das áreas técnicas correlatas ao tema desta Coordenação-Geral.

Art. 36. Ao Serviço de Legislação de Pessoal compete:

I - emitir parecer quanto aos procedimentos administrativos, direitos, deveres, vantagens e obrigações dos servidores, empregados e pessoal contratado por excepcional interesse público;

II - realizar estudos e análises destinados a nortear a aplicação da legislação de pessoal; e

III - elaborar, controlar e atualizar os atos referentes à delegação de competência no âmbito desta Coordenação-Geral.

Art. 37. À Seção de Acompanhamento de Legislação e Jurisprudência compete acompanhar a edição de normas e regulamentos de gestão de pessoas e executar as atividades de pesquisa, coleta, catalogação, organização e manutenção do banco de dados sobre a legislação de pessoal.

Art. 38. À Seção de Direitos e Deveres compete examinar, sob o ponto de vista legal, normas e instruções relativas à área de gestão de pessoas e assessorar as unidades da área de gestão de pessoas na análise de processos administrativos que requeiram pesquisa e estudo sobre direitos, deveres e vantagens dos empregos, servidores ativos,

Art. 39. À Coordenação de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor compete:

I - planejar, coordenar e acompanhar as atividades relacionadas com as políticas, programas e projetos de capacitação e desenvolvimento de pessoas;

II - colaborar para realização da gestão por competência no âmbito do Ministério;

III - planejar, coordenar, acompanhar e executar as atividades de atenção à saúde do servidor;

IV - elaborar propostas de atos normativos pertinentes aos temas de sua competência; e

V - emitir parecer quanto às demandas apresentadas pelas entidades vinculadas sobre temas de sua competência.

Art. 40. Ao Serviço de Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - identificar necessidades de capacitação junto às unidades administrativas do MDIC;

II - elaborar e viabilizar a execução do Plano Anual de Capacitação - PAC;

III - propor parcerias com escolas de governo, órgãos e entidades que executem ações de capacitação que atendam às demandas do PAC;

IV - elaborar e executar os programas e projetos de capacitação e desenvolvimento de pessoas;

V - elaborar, controlar e registrar certificados de participação nos eventos internos de capacitação;

VI - viabilizar e acompanhar as ações de capacitação de empregados e servidores em eventos oferecidos por órgãos ou instituições públicas ou privadas, no Brasil e no exterior;

VII - executar as atividades necessárias à realização de concurso público;

VIII - acompanhar e avaliar as atividades relativas ao estágio de estudantes;

IX - acompanhar e avaliar as atividades relativas à avaliação dos servidores para fins de percepção de Gratificação de Desempenho e estágio probatório;

X - acompanhar os investimentos em ações de capacitação no âmbito do Ministério; e

XI - instruir processos de afastamento de servidor para fins de participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal.

Art. 41. À Seção de Acompanhamento de Estágio de Estudante compete:

I - viabilizar a contratação, renovação, substituição e desligamento de estagiários por intermédio do Agente de Integração, quando for o caso;

II - incluir, excluir e proceder às alterações nos registros cadastrais informatizados referentes aos estagiários;

III - executar o pagamento e desconto relativos ao auxílio-transporte dos estagiários;

IV - fornecer subsídios para execução de pagamento e desconto a serem realizados na bolsa-estágio;

V - acompanhar e controlar vagas de estágio e guardar, controlar e manter atualizados os registros de estagiários;

VI - controlar mensalmente a informação da frequência dos estagiários e efetuar os lançamentos das ocorrências de licenças e afastamentos nos sistemas informatizados de administração de pessoal; e

VII - zelar pelo fiel cumprimento do Programa Continuado de Estágio de Estudantes, bem como das normas vigentes referentes ao tema.

Art. 42. Ao Setor de Avaliação de Desempenho compete:

I - executar as atividades relativas à avaliação dos servidores para fins de percepção de Gratificação de Desempenho e fornecer informações para realização de pagamento; e

II - executar as atividades referentes à avaliação de desempenho de servidores em cumprimento de estágio probatório.

Art. 43. Ao Serviço de Atenção à Saúde do Servidor compete:

I - prestar orientação e acompanhamento médico e psicossocial aos empregados e servidores;

II - realizar as perícias oficiais em saúde;

III - promover os exames médicos periódicos aos empregados e servidores pertencentes ao quadro de pessoal do Ministério;

IV - realizar exames admissionais de candidatos aprovados em concurso público e os exames demissionais de empregados;

V - realizar a prova de vida de servidores inativos e pensionistas;

VI - planejar e desenvolver atividades voltadas para a valorização e melhoria da qualidade de vida dos empregados e servidores;

VII - realizar as ações e programas como Núcleo do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal; e

VIII - executar, acompanhar, organizar e manter atualizada as concessões de benefícios em folha de pagamento de pessoal.

Art. 44. À Seção de Benefícios compete executar, acompanhar, organizar e manter atualizadas as concessões de benefícios nos sistemas informatizados de administração de pessoal.

Art. 45. Ao Setor de Atividades do Programa de Qualidade de Vida compete propor, desenvolver e apoiar atividades voltadas à qualidade de vida dos empregados e servidores do Ministério.

Art. 46. À Coordenação-Geral de Recursos Logísticos compete planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as ações relacionadas:

I - à execução das atividades relativas à administração orçamentária e financeira da Unidade Gestora 280101 - Gestão 00001;

II - à administração de materiais, patrimônio e imóveis;

III - aos serviços de engenharia e administração predial e transportes;

IV - aos serviços de documentação, biblioteca, arquivos e protocolo;

V - à administração das compras e procedimentos licitatórios;

VI- à administração dos contratos, convênios e contratos de repasse; e

VII - à adoção de critérios e programas de sustentabilidade no âmbito de sua área de atuação.

Art. 47. Ao Serviço de Planejamento e Assuntos Estratégicos em Recursos Logísticos compete:

I - prestar assistência e assessoramento direto e imediato ao Coordenador-Geral no planejamento, análise, gestão e avaliação de assuntos, projetos e ações estratégicas relacionadas com o cumprimento de suas atribuições legais e regimentais;

II - elaborar o planejamento dos recursos logísticos, identificando oportunidades que possam fomentar ações positivas em prol do MDIC;

III - propor projetos e programas para modernização e simplificação das atividades logísticas;

IV - promover a articulação com as unidades da Coordenação-Geral, supervisionando e acompanhando a elaboração de relatórios gerenciais e indicadores de desempenho das atividades.

Art. 48. À Coordenação de Administração e Informação compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades de material e patrimônio, obras, instalações, manutenção predial, transportes, vigilância e zeladoria, documentação, biblioteca, arquivo e protocolo;

II - coordenar e supervisionar a elaboração de projetos básicos e termos de referência, que tenham como objetivo compras e contratações de serviços de sua responsabilidade; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - coordenar e supervisionar a elaboração de planilhas e relatórios gerenciais com informações dos contratos afetos à área de recursos logísticos do Ministério.

Art. 49. Ao Serviço de Documentação e Informação compete:

I - planejar, monitorar e avaliar as atividades dos Setores de Documentação e Biblioteca, de Arquivos e de Protocolo;

II - planejar, implantar, definir, coordenar, normatizar e controlar as atividades de gestão de documentos, em conformidade com o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA;

III - propor automação, acompanhar e avaliar os sistemas de tratamento da informação inerentes à documentação, biblioteca, arquivo e protocolo;

IV - informar ao Comitê do Sistema Eletrônico de Informações - SEI as necessidades de melhorias e atualizações do sistema e os problemas observados no uso; e

V - coordenar os treinamentos e reciclagens necessários ao desenvolvimento das atividades realizadas no SEI-MDIC, em conjunto com o Comitê Gestor.

Art. 50. Ao Setor de Documentação e Biblioteca compete:

I - planejar, executar e avaliar as atividades de organização dos serviços da Biblioteca referentes à coleta, tratamento, recuperação e disseminação de informações bibliográficas, legislativas e de multimeios;

II - assessorar as unidades do Ministério que requeiram técnicas de normalização;

III - desenvolver e propor a política de seleção, aquisição e descarte de publicações;

IV - preservar a memória institucional atualizando e mantendo a documentação técnica produzida pelas unidades organizacionais do Ministério;

V - estabelecer intercâmbio de serviços e produtos com entidades nacionais e internacionais;

VI - definir mecanismos adequados para recuperação e disseminação da informação;

VII - promover as atividades de circulação, recuperação, disseminação e intercâmbio bibliográfico;

VIII - selecionar, atualizar, indexar e recuperar a legislação produzida pelo Ministério;

IX - atender às solicitações de pesquisas e levantamento bibliográfico em bases de dados nacionais e internacionais; e

X - promover a divulgação de novas aquisições incorporadas ao acervo da Biblioteca.

Art. 51. Ao Setor de Arquivos compete:

I - padronizar os procedimentos técnicos relativos às atividades de produção, classificação, registro, tramitação, arquivamento, preservação, empréstimo, consulta e acesso as informações neles contidas, em conjunto com o Comitê Gestor do SEI;

II - padronizar os procedimentos técnicos relativos às atividades de avaliação, com vistas à eliminação ou ao recolhimento de documentos de valor permanente ao Arquivo Nacional, em conjunto com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos e em consonância com a legislação vigente;

III - coordenar, em conjunto com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, a elaboração e a aplicação do código de classificação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim;

IV - coordenar, em conjunto com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, a elaboração e aplicação da tabela de temporalidade e a destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim;

V - coordenar a aplicação do código de classificação e da tabela de temporalidade e a destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-meio;

VI - atender às solicitações de desarquivamento, empréstimos e consulta de documentos e processos arquivados;

VII - receber do Setor de Protocolo documentos originais que forem recebidos e digitalizados após a implantação do SEI;

VIII - padronizar os procedimentos técnicos relativos à transferência de documentos dos arquivos correntes para o arquivo intermediário;

IX - preservar e proteger os documentos de arquivo, em meio físico, armazenados no arquivo intermediário, a fim de garantir a custódia e o acesso à informação;

X - preservar e proteger, em conjunto com a área de tecnologia, os documentos de arquivo armazenados em bases de dados; e

XI - operacionalizar treinamentos, no âmbito de suas competências, em parceria com o Comitê-Gestor do SEI-MDIC.

Art. 52. Ao Setor de Protocolo compete:

I - receber, conferir, digitalizar, registrar, classificar e tramitar os documentos avulsos ou processos encaminhados ao Ministério, exceto os de competência específica de protocolo descentralizado e os recebidos em sistema informatizado específico de unidade administrativa do Ministério;

II - receber e distribuir documentos sem conteúdo arquivístico encaminhados ao Ministério;

III - expedir documentos avulsos ou processos do Ministério, por meio de serviços postais e telemáticos ou entrega em mãos no âmbito do Distrito Federal, exceto expedição por meio eletrônico;

IV - orientar a digitalização, a captura e o registro de documentos avulsos ou processos físicos em processos digitais nos apoios administrativos das unidades do Ministério;

V - enviar ao SEARQ os documentos originais, após a sua digitalização e trâmites via SEI, para as áreas demandantes, conforme orientação interna da SEDAP; e

VI - expedir, juntamente com a SEDAP, orientações de procedimentos de protocolo para todas as unidades do MDIC.

Art. 53. À Divisão de Engenharia e Projetos de Engenharia e Arquitetura compete:

I - planejar, elaborar e supervisionar os projetos de engenharia e arquitetura com base em estudos preliminares, projetos básicos e termos de referência relacionados aos serviços de manutenção, modernização, reformas e obras em sistemas mecânicos, hidráulicos, elétricos, elevadores e combate a incêndio;

II - propor soluções para modernização e inovação da infraestrutura predial, visando à segurança, à acessibilidade, à sinalização visual, à ergonomia e à sustentabilidade; e

III - autorizar a execução e a fiscalização dos contratos administrativos de serviços pertinentes a reformas, obras, manutenção predial e outros contratos correlatos.

Art. 54. À Seção de Desenho de Projetos compete:

I - elaborar desenhos de projetos de engenharia e arquitetura, mediante soluções e inovações descritas nas normas técnicas;

II - projetar alterações de leiaute para remoção, desmontagem e montagem de divisórias e mobiliários; e

III - inspecionar e manter atualizado o sistema de sinalização visual do Ministério.

Art. 55. Ao Serviço de Administração Predial compete:

I - acompanhar as atividades de zeladoria e de administração predial interna e externa;

II - acompanhar os contratos de segurança e vigilância, recepção, copeiragem, condução de elevadores, limpeza predial, lavanderia, brigada de incêndio, jardinagem e dedetização;

III - supervisionar transporte de servidores e manutenção de veículos; e

IV - controlar a entrada e a saída de pessoas, bens e veículos, nas dependências dos imóveis do Ministério, ou por ele administrados.

Art. 56. À Seção de Transporte compete:

I - gerir a frota de veículos oficiais e acompanhar as atividades executadas pelos motoristas;

II - monitorar os serviços de transporte de pessoal, materiais e documentos;

III - acompanhar a execução e propor transporte terrestre de mobiliário e outros bens do Ministério, e de servidores remanejados; e

IV - acompanhar a execução dos contratos sob supervisão da área.

Art. 57. À Divisão de Material e Patrimônio compete:

I - planejar, orientar e supervisionar a execução das atividades de gestão material e patrimonial;

II - acompanhar processos de pedido de compras e de aquisição de materiais de consumo e permanente;

III - acompanhar o inventário anual dos materiais de consumo, dos materiais permanentes e dos imóveis;

IV - manter atualizado o cadastro e o controle de imóveis;

V - auxiliar as atividades da Comissão de Avaliação Patrimonial na realização do inventário anual de bens móveis e nos processos de desfazimento de bens patrimoniais e de materiais inservíveis; e

VI - instruir procedimentos para alienação dos bens patrimoniais destinados ao desfazimento.

Art. 58. À Seção de Patrimônio compete:

I - classificar, registrar e cadastrar o tombamento dos bens patrimoniais, na forma da legislação vigente;

II - distribuir, remanejar e controlar a movimentação e a transferência dos bens patrimoniais;

III - propor a alienação dos bens permanentes considerados inservíveis, antieconômicos, irrecuperáveis ou ociosos;

IV - inventariar, organizar e manter atualizado o cadastro e a baixa de bens patrimoniais;

V - realizar mensalmente a depreciação nos valores dos bens patrimoniais;

VI - assegurar e promover a conservação, manutenção e a recuperação dos bens patrimoniais; e

VII - zelar pela guarda dos bens patrimoniais armazenados no depósito.

Art. 59. À Seção de Almoxarifado compete:

I - receber, conferir e atestar o recebimento de materiais adquiridos, e instruir o processo de pagamento;

II - controlar o armazenamento e manter atualizada a relação dos materiais de consumo estocados;

III - estabelecer cronogramas de aquisição para recomposição do estoque de materiais de consumo;

IV - realizar o inventário mensal e anual das movimentações e do estoque dos materiais de consumo no almoxarifado;

V - averiguar o prazo de validade dos materiais de consumo estocados no almoxarifado e propor a baixa dos materiais de uso descontinuado ou com prazo de validade vencido;

VI - emitir o Relatório Mensal do Almoxarifado - RMA;

VII - emitir Relatório de Movimentação de Bens Móveis - RMB; e

VIII - auxiliar no exame das licitações de materiais de consumo.

Art. 60. À Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios compete:

I - coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à aquisição de bens e a contratação de serviços, a partir da demanda estimada pelas unidades internas;

II - garantir a eficiência e a eficácia dos procedimentos licitatórios, por meio da implantação de ferramentas de monitoramento e melhoria dos processos;

III - auxiliar o planejamento e acompanhar a execução do Plano Anual de Compras e Contratações;

IV - elaborar e divulgar, mensalmente, o relatório dos processos de compras e licitações; e

V - elaborar e divulgar, anualmente, o relatório consolidado dos processos de compras e licitações no exercício financeiro.

Art. 61. Ao Serviço de Compras compete:

I - analisar, instruir e acompanhar os processos de aquisição de bens e serviços;

II - prestar apoio técnico, analisar e propor as adequações dos artefatos da contratação, notadamente, projetos básicos, termos de referência e documentos de formalização da demanda;

III - receber, conferir e processar aquisições e contratações de serviços por dispensa e inexigibilidade, analisar o enquadramento das demandas e realizar demais procedimentos relativos às contratações diretas;

IV - acompanhar e avaliar a evolução das despesas classificadas como dispensa de licitação;

V - auxiliar as equipes de apoio, os pregoeiros e as comissões de licitação em suas atribuições legais;

VI - publicar os eventos de licitação nos meios de comunicação legalmente previstos; e

VII - auxiliar a elaboração de respostas a questionamentos, impugnações de editais e ações correlatas, em conjunto com as unidades demandantes, pregoeiros ou comissões de licitação.

Art. 62. À Coordenação de Contratos e Convênios compete:

I - coordenar e supervisionar as atividades relativas à celebração e alteração de contratos administrativos, acordos de cooperação, convênios e outros instrumentos de transferências voluntárias, e processos sancionatórios a empresas licitantes e contratadas;

II - garantir a eficiência e a eficácia dos procedimentos realizados, por meio da implantação de ferramentas de monitoramento e melhoria dos processos.

Art. 63. À Divisão de Convênios compete:

I - analisar, instruir e elaborar acordos de cooperação, convênios e termos de colaboração, de fomento e de parceria e seus aditivos, mediante informações fornecidas pelas áreas técnicas responsáveis, visando sua formalização;

II - acompanhar a execução financeira e os desembolsos dos convênios, termos de colaboração, de fomento e de parceria;

III - analisar, quanto aos aspectos financeiros, as prestações de contas dos convênios, termos de colaboração, de fomento e de parceria e submeter à apreciação da autoridade competente proposta de aprovação ou rejeição das contas, ou ainda, sugestão de abertura de Tomada de Contas Especial; e

IV - publicar no Diário Oficial da União extrato dos Termos de Execução Descentralizada, dos Contratos de Gestão, Convênios, Acordos de Cooperação Técnica e demais instrumentos..

Art. 64. Ao Serviço de Contratos compete:

I - analisar e instruir processos relativos à celebração de contratos, termos aditivos e instrumentos congêneres;

II - analisar e instruir processos relativos às solicitações de reajustes e repactuações de contratos;

III - acompanhar as prestações de garantias pelas empresas;

IV - acompanhar os prazos de vigência dos contratos e respectivos aditivos; e

V - comunicar tempestivamente o término da vigência dos contratos às áreas competentes.

Art. 65. À Seção de Penalidades compete:

I - receber e analisar os pedidos de aplicação de penalidade e instruir processo sancionatório;

II - conduzir o procedimento sancionatório, analisar previamente as infrações cometidas e submeter à apreciação da autoridade competente pela aplicação da pena;

III - analisar de forma preliminar os recursos relacionados às aplicações de penalidades e submeter à avaliação da autoridade competente; e

IV - registrar, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, as sanções administrativas aplicadas aos fornecedores.

Art. 66. À Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira compete:

I - coordenar, orientar, controlar e acompanhar as atividades de execução orçamentária e financeira, consoante às demandas apresentadas;

II - garantir a eficiência e a eficácia nos procedimentos de execução orçamentária e financeira, por meio da implantação de ferramentas de monitoramento e melhoria dos processos; e

III - coordenar e supervisionar a elaboração de planilhas e relatórios gerenciais com informações relativas à execução orçamentária e financeira específica da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.

Art. 67. Ao Núcleo de Pagamentos compete:

I - acompanhar a pré-proposta orçamentária anual das áreas de competência da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;

II - acompanhar os créditos descentralizados pelo órgão setorial de orçamento e finanças;

III - executar os atos de gestão orçamentária e financeira e os registros desses atos nos sistemas SIAFI, SIAFI-WEB e SIASG;

IV - realizar a pré-liquidação no sistema SIASG, após a medição realizada no módulo Cronograma Físico-Financeiro do SIASG, da Nota Fiscal ou Fatura referente ao serviços e ou bens adquiridos;

V - analisar e providenciar a concessão e o controle de suprimentos de fundos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI - acompanhar a movimentação financeira na conta limite de saque da Unidade Gestora 280101;

VII - gerar relatórios e elaborar demonstrativos de acompanhamento pertinentes à execução orçamentária e financeira;

VIII - apropriar, liquidar e pagar as despesas referentes aos processos de pagamento das aquisições e serviços prestados, após a instrução do processo de pagamento pelo gestor da contratação, quando couber;

IX - controlar os saldos de restos a pagar relativos à Unidade Gestora 280101, e efetuar os devidos pagamentos ou cancelamentos;

X - acompanhar e providenciar procedimentos bancários referentes a movimentação dos valores depositados em conta vinculada específica, objeto dos contratos administrativos firmados de prestação de serviços de mão de obra terceirizada;

XI - manter atualizado o credenciamento dos ordenadores de despesa e corresponsáveis junto ao sistema bancário e aos Sistemas SIAFI, SIASG e SICONV;

XII - analisar e classificar, orçamentariamente, as despesas dos processos de solicitação de empenho;

XIII - analisar, controlar e acompanhar os processos de pagamento e liberação de recursos e prestação de contas de convênios, contratos de repasse, acordos, ajustes e outros;

XIV - analisar e instruir processos de reconhecimento de dívidas de exercícios anteriores;

XV - constatar a situação de regularidade junto ao Sistema SICAF dos fornecedores; e

XVI - controlar o envio das Notas de Empenho aos fornecedores de bens e aos prestadores de serviços e informar à Divisão de Material e Patrimônio ou demais áreas demandantes.

Art. 68. À Divisão de Diárias e Passagens compete:

I - analisar as solicitações e dar prosseguimento à concessão de diárias e passagens autorizadas no SCDP;

II - instruir os servidores do Ministério na operacionalização do SCDP;

III - manter atualizado o credenciamento dos responsáveis deste Ministério pelo Cartão de Pagamento do Governo Federal - CPGF para aquisição de passagens;

IV - executar os atos de gestão orçamentária e execução financeira relativos a diárias e passagens nos sistemas estruturantes;

V - acompanhar e identificar depósitos efetuados na Conta Única do Tesouro Nacional relativos a diárias e passagens;

VI - gerar relatórios e elaborar demonstrativos de acompanhamentos pertinentes às concessões de diárias e passagens;

VII - atuar como gestor setorial do SCDP;

VIII - instruir processo e executar o pagamento do ressarcimento de gastos realizados por servidores em viagens; e

IX - proceder, após ateste das faturas, à consolidação das informações de faturamento dos bilhetes de passagens aéreas para pagamento.

Art. 69. À Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas ao orçamento, finanças e contabilidade no âmbito do Ministério e suas entidades vinculadas;

II - planejar e coordenar a implantação de sistemas de acompanhamento e avaliação execução das programações e ações constantes no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária Anual;

III - coordenar a elaboração de relatórios de acompanhamento das programações do Ministério e de suas entidades vinculadas;

IV - planejar, coordenar e orientar o processo de elaboração, acompanhamento e revisão orçamentária;

V - planejar, coordenar e estabelecer critérios orçamentários e financeiros para orientar as unidades orçamentárias;

VI - planejar e implementar a descentralização de créditos orçamentários e de recursos financeiros no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas;

VII - coordenar, analisar e acompanhar, em nível setorial, a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;

VIII - acompanhar a execução dos contratos de gestão nos aspectos inerentes ao planejamento e ao orçamento;

IX - manifestar-se quanto à verificação da conformidade das Propostas de Orçamentos Anuais dos Serviços Sociais Autônomos supervisionados pelo Ministério à forma da legislação vigente;

X - propor ao Órgão Central de Orçamento reestimativas de receitas próprias e vinculadas;

XI - coordenar e definir o cadastramento de usuários nos sistemas estruturantes de planejamento, orçamento, finanças e contabilidade; e

XII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 70. À Divisão de Contabilidade compete:

I - cadastrar e habilitar usuários nos Sistemas REDE SERPRO, SIAFI, TESOURO GERENCIAL e CUSTOS em âmbito setorial;

II - acompanhar e analisar a legislação, os princípios, normas contábeis aplicadas ao setor público, e plano de contas aplicado ao setor público;

III - prestar assistência, orientação e apoio técnico aos ordenadores de despesa e responsáveis por bens, direitos e obrigações da União ou pelos quais responda;

IV - verificar a conformidade de registro de gestão efetuada pelas unidades gestoras executoras jurisdicionadas;

V - com base em apurações de atos e fatos inquinados de ilegais ou irregulares, efetuar os registros pertinentes e adotar as providências necessárias à responsabilização do agente e comunicar o fato à autoridade a quem o responsável esteja subordinado e à unidade do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal a que esteja jurisdicionado;

VI - realizar a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial praticados pelos ordenadores de despesa, bem como pelos responsáveis por bens públicos;

VII - instaurar tomadas de contas especial dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário;

VIII - efetuar o registro contábil dos responsáveis pelo débito apurado em tomada de contas especial;

IX - verificar o cálculo do débito apurado em tomada de contas especial;

X - efetuar a baixa contábil, pelo recebimento ou cancelamento do débito oriundo de tomada de contas especial;

XI - complementar as informações das unidades jurisdicionadas do Órgão para compor o processo de contas anual da unidade prestadora de contas;

XII - enviar aos Órgãos de Controle o processo de contas anual da unidade prestadora de contas;

XIII - inserir os relatórios de gestão anuais das unidades jurisdicionadas do Órgão no Sistema e-Contas;

XIV- assistir à Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade no âmbito de sua competência; e

XV- apoiar o órgão central do Sistema na gestão do SIAFI.

Art. 71. Ao Serviço de Acompanhamento e Análise Contábil compete:

I - integralizar, mensalmente, no SIAFI, os balancetes e as demonstrações contábeis dos órgãos e entidades federais vinculadas a este Ministério;

II - analisar as variações nos demonstrativos contábeis de órgão superior para subsidiar o Órgão Central do Sistema de Contabilidade Federal na elaboração do Balanço Geral da União - BGU trimestral;

III - analisar as inconsistências contábeis nos órgãos subordinados para o registro da conformidade contábil de órgão superior;

IV - analisar o tratamento contábil e registrar a depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio do Órgão;

V - garantir, em conjunto com a Unidade Setorial Orçamentária, a fidedignidade dos dados do Orçamento Geral da União publicado no Diário Oficial da União com os registros contábeis ocorridos no SIAFI, realizado em todas as unidades orçamentárias dos órgãos da administração pública federal direta e dos seus órgãos e entidades vinculados;

VI - analisar balanços, balancetes e demais demonstrações contábeis das unidades gestoras jurisdicionadas; e

VII - efetuar, nas unidades jurisdicionadas, quando necessário, registros contábeis.

Art. 72. À Coordenação de Programação e Orçamento compete:

I - coordenar, orientar e supervisionar o processo orçamentário do Ministério e de suas entidades vinculadas;

II - coordenar a elaboração e consolidação das propostas orçamentárias das unidades orçamentárias;

III - acompanhar a execução do orçamento nas unidades orçamentárias e administrativas;

IV - elaborar relatórios gerenciais sobre a programação orçamentária setorial;

V - estabelecer os parâmetros para alocação dos recursos durante o processo de elaboração da proposta orçamentária setorial;

VI - coordenar a análise das solicitações de créditos adicionais demandadas pelas unidades orçamentárias e administrativas;

VII - orientar e acompanhar a aplicação de normas e instruções orçamentárias junto às unidades orçamentárias e administrativas;

VIII - compatibilizar a programação anual das unidades orçamentárias com o limite de movimentação e empenho;

IX - coordenar e avaliar a arrecadação das receitas próprias e vinculadas no âmbito do Ministério;

X - assistir à Coordenação-Geral na verificação da conformidade das Propostas de Orçamentos Anuais dos Serviços Sociais Autônomos supervisionados pelo Ministério à forma da legislação vigente;

XI - realizar o registro de comprovação e conclusão dos Termos de Execução Descentralizada (TED) no SIAFI, em conformidade com as análises conclusivas de seus respectivos relatórios físico-financeiros, elaborados pelas áreas técnicas pertinentes deste Ministério; e

XII - assistir a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade no âmbito de sua competência.

Art. 73. À Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário compete:

I - elaborar e acompanhar a programação orçamentária setorial;

II - consolidar e acompanhar a elaboração das propostas orçamentárias das unidades orçamentárias;

III - propor metodologias de elaboração da proposta orçamentária setorial;

IV - formalizar solicitações de créditos adicionais;

V - coordenar a descentralização de créditos orçamentários;

VI - acompanhar a legislação orçamentária e elaborar anteprojetos de alterações;

VII - analisar e emitir pareceres sobre consultas de caráter orçamentário;

VIII - incluir nos Sistemas de Orçamento de Governo as informações que compõem a proposta orçamentária setorial e as retificações que se fizerem necessárias durante o exercício;

IX - acompanhar, analisar e avaliar a programação das unidades orçamentárias;

X - demonstrar e indicar as insuficiências das disponibilidades orçamentárias de curto e médio prazos;

XI - identificar e estabelecer indicadores necessários para a avaliação quantitativa da programação do orçamento setorial;

XII - acompanhar a legislação de pessoal e encargos sociais inerentes ao orçamento setorial; e

XIII - acompanhar os dispêndios com pessoal e encargos sociais do Ministério e de suas entidades vinculadas.

Art. 74. Ao Serviço de Acompanhamento e Análise da Receita compete:

I - acompanhar e avaliar a arrecadação das receitas próprias e vinculadas das unidades orçamentárias do Ministério;

II - analisar, elaborar projeções e discutir as receitas junto às unidades orçamentárias e ao Órgão Central de Orçamento; e

III - fornecer informações e elaborar relatórios sobre o comportamento da arrecadação das receitas próprias e vinculadas.

Art. 75. À Coordenação de Planejamento compete:

I - coordenar as atividades relacionadas à elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual no âmbito do Ministério e de suas entidades vinculadas;

II - coordenar a revisão e a atualização do cadastro de ações orçamentárias;

III - coordenar o acompanhamento físico-financeiro das ações orçamentárias do Ministério e de suas entidades vinculadas;

IV - coordenar o processo de elaboração e de consolidação da prestação de contas do Ministério para subsidiar a Prestação de Contas Anual do Presidente da República;

V - coordenar o processo de elaboração e de consolidação dos subsídios relativos ao Ministério para composição da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional;

VI - assessorar a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade no acompanhamento da execução dos contratos de gestão; e

VII - assistir a Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade no âmbito de sua competência.

Art. 76. À Divisão de Monitoramento e Avaliação compete:

I - subsidiar tecnicamente o processo de elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual;

II - orientar as unidades do Ministério e suas entidades vinculadas sobre as metodologias propostas pelo Órgão Central do Sistema de Planejamento e Orçamento Federal;

III - acompanhar o registro da execução físico-financeira das ações orçamentárias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP;

IV - produzir e disponibilizar informações gerenciais sobre o Plano Plurianual;

V - manter atualizado o cadastro de usuários do SIOP;

VI - produzir atos administrativos relacionados à gestão do Plano Plurianual e das ações orçamentárias;

VII - subsidiar a elaboração e a consolidação dos relatórios de informações qualitativas do Ministério e de suas entidades vinculadas; e

VIII - assistir a Coordenação de Planejamento no âmbito de sua competência.

Art. 77. À Coordenação de Finanças compete:

I - orientar o Ministério e suas entidades vinculadas quanto à aplicação de normas e instruções relativas à execução financeira;

II - propor a distribuição dos limites de pagamento autorizados no Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o Ministério e suas entidades vinculadas;

III - coordenar, acompanhar e controlar a execução financeira do Ministério e de suas entidades vinculadas;

IV - acompanhar e analisar os atos normativos referentes à programação e execução financeira; e

V - providenciar a transferência dos recursos financeiros necessários para o Ministério e suas entidades vinculadas por meio do SIAFI.

Art. 78. À Divisão de Programação e Controle Financeiro compete:

I - orientar e acompanhar a elaboração dos documentos referentes à Programação Financeira do Ministério e das suas entidades vinculadas;

II - compatibilizar os recursos liberados pela Secretaria do Tesouro Nacional com a efetiva necessidade de desembolso das unidades;

III - efetuar os repasses e sub-repasses relativos à gestão financeira das unidades do Ministério e de suas entidades vinculadas;

IV - acompanhar as contas referentes ao processo de programação e execução financeira;

V - elaborar relatórios gerenciais da execução financeira dos Restos a Pagar, dos desembolsos e pagamentos efetuados e das disponibilidades financeiras;

VI - propor alterações dos limites financeiros mediante a análise e avaliação do fluxo de recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional;

VII - acompanhar e controlar o fluxo de caixa;

VIII - efetuar a conformidade de registro de gestão;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IX - consolidar as Propostas de Programação Financeira referentes ao pagamento da folha de pessoal da Administração Direta e das Unidades Vinculadas e solicitar os recursos junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN; e

X - elaborar estudos para estabelecer os limites de pagamento das unidades orçamentárias do Ministério.

Art. 79. À Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relacionadas à tecnologia da informação (TI) no Ministério, diretamente ou por meio da contratação de serviços de terceiros, em conformidade com as orientações emanadas do órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);

II - planejar, desenvolver, implantar e manter os sistemas de informação necessários ao funcionamento do Ministério;

III - planejar, coordenar e controlar a execução de serviços de terceiros relacionados à TI no Ministério;

IV - apoiar os órgãos colegiados relativos à tecnologia da informação no Ministério;

V - apoiar tecnicamente a elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) e acompanhar sua execução e avaliação;

VI - estabelecer as diretrizes para as aquisições de soluções de TI e aprovar tecnicamente os processos pertinentes, no âmbito do Ministério;

VII - participar da elaboração das políticas e programas de Segurança da Informação e Comunicações (SIC);

VIII - promover campanhas de divulgação, visando à disseminação da cultura de SIC junto aos usuários de recursos de TI;

IX - prestar apoio técnico ao Ministério e suas entidades vinculadas na definição e implementação de ações relativas à TI;

X - planejar as ações de governança de TI que assegurem a padronização de controles e o alinhamento dos objetivos com as estratégias, políticas, padrões, normas, regulamentos e obrigações contratuais aplicáveis;

XI - propor a implementação de metodologias, sistemas e plataformas, relacionados à TI, a serem adotados pelo Ministério;

XII - aprovar termo de referência e projeto básico das contratações de TI;

XIII - supervisionar a implementação das recomendações e determinações emitidas pelos órgãos de controle e órgão central do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP);

XIV - promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com o órgão central e com os demais órgãos integrantes do SISP; e

XV - promover ações visando garantir a disponibilidade, a qualidade e a confiabilidade dos processos, produtos e serviços de TI no âmbito do Ministério.

Art. 80. À Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação compete:

I - propor a formulação de diretrizes, normas e procedimentos de governança de TI, observadas as melhores práticas;

II - coordenar e acompanhar as ações de governança de TI que assegurem a padronização de controles e o alinhamento dos objetivos com as políticas, padrões, normas, regulamentos e obrigações contratuais aplicáveis;

III - realizar estudos visando ao permanente aperfeiçoamento da governança de TI;

IV - assessorar a Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação - CGTI na tomada de decisão sobre gestão e governança de TI e propor as estruturas, os papéis e responsabilidades envolvidos;

V - promover a padronização dos processos de aquisição ou contratação de TI;

VI - realizar atividades de Escritório de Projetos, de acordo com portaria específica;

VII- promover a articulação, a cooperação técnica e o intercâmbio de experiências e informações com o órgão central e com os demais setoriais integrantes do SISP;

VIII - propor parcerias e intercâmbios de recursos, informações, tecnologias, produtos e serviços com empresas públicas e privadas, instituições de ensino e de pesquisa;

IX - atuar como gestor setorial de capacitação;

X - prospectar e divulgar as oportunidades de capacitações, elaborar proposta de plano de capacitação e controlar as capacitações realizadas pelos servidores; e

XI - assistir a CGTI no âmbito de sua competência.

Art. 81. À Divisão de Planejamento e Controle compete:

I - coordenar a elaboração e revisão dos planos e programas relativos à TI, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no planejamento estratégico e com a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação e Comunicações para o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - EGTIC-SISP;

II - realizar atividade de controle interno nos processos de gestão de TI;

III - atuar como interlocutor junto aos órgãos de controle e ao órgão central do SISP, prestando o suporte necessário aos interessados; e

IV - atuar como representante do Ministério na elaboração da EGTIC-SISP.

Art. 82. À Coordenação de Sistemas de Informação compete:

I - coordenar e executar as atividades de desenvolvimento e manutenção de serviços e soluções baseadas em sistemas de informação para atender às necessidades de TI e de negócio do Ministério;

II - executar os processos de integração entre as soluções implementadas nas unidades do Ministério;

III - gerenciar os procedimentos de segurança das aplicações;

IV - coordenar a elaboração e manutenção de documentos de sistemas de informação do Ministério;

V - coordenar a elaboração e revisão de rotinas e procedimentos para implantação de sistemas de informação do Ministério;

VI - desenvolver estratégias para operacionalizar soluções de problemas e gerir incidentes ocorridos nos sistemas de informação;

VII - apoiar as áreas do Ministério na elaboração dos instrumentos necessários à contratação das aquisições a sistemas de informação, de interesse específico, previstas no PDTI-MDIC;

VIII - realizar a gestão dos contratos e termos de cooperação no âmbito da CGTI, monitorando a execução e atuando na fiscalização; e

IX - assistir a CGTI no âmbito de sua competência.

Art. 83. À Coordenação de Serviços de Tecnologia da Informação compete:

I - coordenar, executar e acompanhar as atividades associadas aos serviços de TI, garantindo sua qualidade, integridade, segurança, disponibilidade e funcionalidade, para atender às necessidades de TI e de negócio do Ministério;

II - coordenar a operação, suporte, manutenção, e consultoria de serviços de TI;

III - gerenciar base de conhecimento das soluções de TI do Ministério;

IV - implantar procedimentos de gerenciamento de serviços e de SIC;

V - manter atualizada a descrição dos processos relativos aos serviços de TI;

VI - gerenciar os processos associados aos serviços de backup;

VII - gerenciar e avaliar o desempenho e capacidade dos serviços de TI e propor ajustes e evoluções tecnológicas;

VIII- coordenar e controlar o suporte aos usuários de serviços de TI;

IX - elaborar procedimentos para gestão de incidentes e problemas de tecnologia da informação, para atendimento aos chamados;

X - coordenar a elaboração e manutenção de roteiros de atendimento relacionados aos serviços de TI do Ministério;

XI - executar a distribuição e instalação das soluções de TI em uso no Ministério;

XII - aprovar as proposições para aquisição de bens e serviços de TI sob sua coordenação; e

XIII - assistir a CGTI no âmbito de sua competência.

Art. 84. À Divisão de Administração de Recursos de TI compete:

I - monitorar a disponibilidade, a vulnerabilidade e os riscos nos ambientes e na infraestrutura de TI do Ministério;

II - gerenciar o inventário de hardware, software, aplicações e soluções de TI no Ministério; e

III - manter a infraestrutura de TI necessária à administração dos recursos de TI do Ministério.

Art. 85. À Seção de Telefonia compete:

I - atender às solicitações relativas aos sistemas de telefonia fixa e móvel, e de comunicação de dados e voz;

II - programar, acompanhar e fiscalizar a execução de manutenções preventivas e corretivas, e a prestação de serviços para os sistemas de telecomunicações;

III - promover a manutenção de aparelhos de telefonia fixa, móvel e de fax, além da manutenção e programação da central telefônica;

IV - acompanhar e controlar os custos praticados pelas empresas de telecomunicações;

V - controlar a distribuição de linhas, de ramais, de telefones celulares e outros recursos de telecomunicações;

VI - conferir e controlar as despesas telefônicas do Ministério;

VII - orientar os usuários sobre os recursos disponíveis nos aparelhos de telefonia cedidos pelo Ministério; e

VIII - propor a formulação de políticas, diretrizes, normas e procedimentos associados ao uso dos serviços de telecomunicações, observadas as melhores práticas e a legislação vigente.

Art. 86. À Seção de Apoio Administrativo compete:

I - receber, classificar, registrar, distribuir e encaminhar os documentos, processos, correspondências, faturas telefônicas e demais expedientes recebidos e expedidos;

II- revisar documentos, expedientes e atos normativos obedecendo aos padrões oficiais;

III - solicitar e controlar os serviços de reprografia e encadernação de documentos;

IV - promover a guarda da documentação, processos, correspondências e demais expedientes;

V - organizar e manter atualizado o sistema de arquivo da documentação;

VI - promover o arquivamento e desarquivamento de processos e documentos em geral;

VII - prever e requisitar os materiais de consumo necessários ao desenvolvimento das atividades;

VIII - organizar e controlar o estoque de materiais de consumo, distribuindo-os conforme requisitado;

IX - solicitar e controlar a distribuição dos equipamentos e materiais permanentes necessários, mantendo atualizado o registro de localização, exceto aqueles sob responsabilidade da Divisão de Administração de Recursos de TI;

X - executar as atividades de gestão de recursos humanos e manter atualizadas as informações de servidores;

XI - preparar os controles e as notificações de férias, e encaminhar ao setor competente; e

XII - processar a documentação necessária à concessão de passagens aéreas e diárias, nacionais e internacionais, bem como a correspondente prestação de contas.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 87. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado o plano de ação global do Ministério, em consonância com as diretrizes do Governo federal;

II - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos do Ministério com os órgãos centrais dos sistemas afetos à área de competência da Secretaria Executiva;

III - auxiliar o Ministro de Estado no tratamento dos assuntos da área de competência do Ministério;

IV - supervisionar e coordenar os projetos e as atividades das Secretarias do Ministério;

V - assessorar o Ministro de Estado na direção e na execução da política de comércio exterior e na gestão das demais atividades afetas ao Ministério; e

VI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Ministro de Estado.

Art. 88. Ao Subsecretário de Informação e Gestão Estratégica incumbe:

I - planejar, coordenar, controlar, acompanhar e avaliar a execução das atividades técnicas e administrativas da SIGE; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 89. Ao Subsecretário de Planejamento, Orçamento e Administração incumbe:

I - planejar, coordenar, controlar, acompanhar e avaliar a execução das atividades técnicas e administrativas da SPOA; e

II - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 90. Ao Chefe de Gabinete, Coordenadores-Gerais, Coordenadores, Chefes de Divisão, de Serviço, de Seção, de Setor e de Núcleo incumbe planejar, coordenar, controlar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas de suas respectivas unidades.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 91. Serão de responsabilidade da Secretaria Executiva o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

Art. 92. As eventuais dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário-Executivo.

ANEXO VII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial, órgão específico singular, compete:

I - formular e propor a implementação, o monitoramento e a avaliação da política industrial brasileira e articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas;

II - formular, propor e coordenar políticas públicas, programas, projetos e ações para a elevação da competitividade industrial e o desenvolvimento industrial e articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas;

III - formular, coordenar, acompanhar e avaliar as ações que promovam o incremento da produtividade das empresas e a eficiência produtiva;

IV - propor iniciativas destinadas à redução dos custos sistêmicos que incidam sobre a indústria;

V - propor iniciativas para elevar a eficiência da matriz energética brasileira, com o objetivo de reduzir custos e contribuir para o uso de energias renováveis na indústria;

VI - promover ações que estimulem a participação da indústria nas cadeias de valor;

VII - identificar demandas e buscar a melhoria do ambiente de negócios das empresas, por meios do aperfeiçoamento e da simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e de investimento;

VIII - desenvolver ações e iniciativas que visem à ampliação do investimento no País e ao adensamento da cadeia produtiva;

IX - contribuir para integrar as ações de desenvolvimento industrial e as ações destinadas:

a) ao aumento da capacidade de inovação empresarial; e

b) ao aumento da produtividade dos serviços integrados nas cadeias produtivas industriais;

X - atuar no apoio e na articulação junto às esferas federativas na implementação de ações destinadas ao fortalecimento e ao desenvolvimento industrial local e regional;

XI - incentivar o desenvolvimento sustentável no setor industrial e as práticas de responsabilidade social; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XII - formular propostas e participar das negociações internacionais que incidam na competitividade e no desenvolvimento da indústria do País.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial - SDCI tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB/SDCI

1.1.Divisão de Apoio Administrativo - DIADM

2. Departamento de Competitividade Industrial - DECOI

2.1. Coordenação-Geral de Energia e Desenvolvimento Sustentável - CGES

2.2.Coordenação-Geral de Programas de Desenvolvimento Industrial e Investimentos - CGPI

2.2.1. Coordenação de Investimentos - COINV

2.2.1.1. Divisão de Temas Tarifários e Interesse Público - DITIP

2.3. Coordenação-Geral de Programas Especiais - CGPE

2.3.1. Serviço de Programas Especiais - SEPES

2.3.2. Divisão de Arranjos Produtivos Locais - DIAPL

3. Departamento de Investimentos e Complexos Tecnológicos - DEICT

3.1. Coordenação-Geral de Bens de Capital - CGBC

3.1.1. Divisão de Ex-tarifário - DIVEX

3.2. Coordenação-Geral do Complexo Eletroeletrônico - CGEL

3.2.1. Divisão de Processos Produtivos Básicos - DIPPB

3.3. Coordenação-Geral do Complexo Químico e da Saúde - CGQS

4. Departamento das Indústrias para a Mobilidade e Logística - DEMOB

4.1. Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Automotivo - CGCA

4.2. Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Naval, Petróleo e Gás - CGIP

4.3. Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Aeroespacial e de Defesa - CGAD

5. Departamento de Insumos Básicos e Trabalho - DEIBT

5.1. Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão de Obra e de Bens de Consumo - CGMO

5.2. Coordenação-Geral de Recursos Naturais e Agroindústria - CGRA

5.2.1. Coordenação de Recursos Naturais - COREN

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador e as Divisões e o Serviço por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - acompanhar a implementação dos programas e ações de responsabilidade da Secretaria e subsidiar a articulação das atividades entre as suas unidades;

II - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual e prestar apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação do PPA e do Orçamento Anual;

III - coordenar a elaboração e o acompanhamento dos Planos de Trabalho da Secretaria, refletidos no Orçamento Anual;

IV - prestar assistência ao Secretário no exercício de suas atribuições;

V - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades do Secretário;

VI - controlar as atividades desenvolvidas pela Divisão de Apoio Administrativo;

VII - coordenar e controlar a emissão de passagens e diárias no âmbito da Secretaria, bem como atestá-las quando já efetuadas;

VIII - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Secretário e remeter às unidades componentes da Secretaria, se for o caso, os assuntos encaminhados ao Secretário;

IX - coordenar, orientar e controlar a execução das atividades técnico-administrativas de apoio ao Gabinete e aos Departamentos;

X - controlar a expedição e recebimento de correspondências e processos e realizar a edição das portarias e despachos do Secretário; e

XI - encaminhar para publicação oficial, quando for o caso, relatórios, votos, decisões e atos administrativos do Secretário, no âmbito de suas atribuições.

Art. 6º À Divisão de Apoio Administrativo compete:

I - receber, arquivar e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria e manter atualizadas as informações sobre tramitação de documentos;

II - executar as atividades de controle de pessoal e de benefícios, inclusive pessoal terceirizado e estagiários;

III - requisitar, receber e distribuir o material de escritório, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais;

IV - solicitar e controlar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, bem como gerenciar o uso de veículos a serviço;

V - providenciar a concessão e o controle de suprimento de fundos, passagens e diárias aos servidores da Secretaria;

VI - providenciar a publicação de atos da Secretaria no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço; e

VII - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º Ao Departamento de Competitividade Industrial compete:

I - atuar de forma articulada e coordenada com os Departamentos da Secretaria, para apoiar ações integradas, com enfoque sistêmico e transversal, que contribuam para o fortalecimento dos complexos industriais e o desenvolvimento sustentável;

II - propor ações para o planejamento, a coordenação, a implementação e a avaliação de políticas públicas para fomentar a competitividade da indústria;

III - articular e estabelecer parcerias entre executores de programas e atores da área governamental, de entidades de classe empresariais e de trabalhadores, de instituições técnicas e tecnológicas e de ensino e pesquisa e dos atores envolvidos nas questões temáticas referentes ao aumento da competitividade e da produtividade industrial

IV - apoiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de atração e facilitação de investimentos voltadas para o desenvolvimento industrial;

V - formular, articular e coordenar a implementação de políticas, estratégias e ações para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais, com vistas à maior agregação de valor à produção regional e nacional;

VI - promover políticas públicas para o uso de energias renováveis na indústria e buscar o desenvolvimento sustentável; e

VII - subsidiar a formulação de propostas relativas a negociações de acordos, tratados ou convênios internacionais que possam ter impacto sobre a competitividade da indústria brasileira.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Energia e Desenvolvimento Sustentável compete:

I - propor e articular iniciativas para estimular a competitividade do setor produtivo brasileiro, nos aspectos relativos ao uso de energia e ao desenvolvimento sustentável;

II - participar da formulação, monitoramento e avaliação das políticas de conservação de energia e eficiência energética na indústria;

III - participar da formulação, monitoramento e avaliação das políticas de mudanças climáticas e as respectivas ações de mitigação e adaptação, nos temas afetos à indústria;

IV - participar da formulação, acompanhamento e avaliação das políticas voltadas para o desenvolvimento das cadeias produtivas de energias renováveis e redução dos custos da energia para o setor produtivo;

V - promover a disseminação de ferramentas metodológicas e o fortalecimento da infraestrutura técnica para o acompanhamento de índices de eficiência energética dos processos produtivos;

VI - promover iniciativas para o monitoramento, relato e verificação das emissões de gases de efeito estufa na indústria;

VII - analisar questões relacionadas com a integração do sistema produtivo brasileiro na economia de baixo carbono e apoiar a formulação, o monitoramento e a avaliação da política de longo prazo do País;

VIII - participar de programas, projetos e iniciativas para promoção da eficiência energética e do uso de materiais, da produção e do consumo sustentáveis, da logística reversa e da reciclagem, realizados isoladamente ou em parceria com órgãos públicos e privados, associações setoriais da indústria, universidades e organismos internacionais;

IX - planejar, implementar, acompanhar e avaliar a execução das ações da temática do design e apoiar políticas e projetos relativos à inserção do design como indutor da inovação, para melhoria da competitividade e da sustentabilidade dos segmentos de bens e serviços;

X - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais que tenham impacto sobre os setores produtivos do País, nas áreas de energia e desenvolvimento sustentável;

XI - representar o MDIC em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos à energia, ao desenvolvimento sustentável e à política ambiental relevantes para a atividade industrial e para o design; e

XII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Programas de Desenvolvimento Industrial e Investimentos compete:

I - apoiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas voltadas ao fomento da competitividade e ao desenvolvimento da indústria;

II - identificar e analisar dados sobre a produtividade e a competitividade da indústria nacional, com vistas a subsidiara formulação de políticas de apoio ao desenvolvimento industrial;

III - atuar, em parceria com outros órgãos públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros, inclusive no âmbito do Sistema MDIC, para a produção e a consolidação de informações sobre os setores produtivos relacionados à atuação da Secretaria;

IV - subsidiar a posição da Secretaria a respeito de regimes, medidas ou alterações tributárias e regulatórias que impactem na competitividade industrial;

X - representar a Secretaria em órgãos colegiados, grupos de trabalho e fóruns multilaterais que tratem de temas relativos à competitividade industrial e aos investimentos produtivos; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 10. À Coordenação de Investimentos compete:

I - coordenar a Rede Nacional de Informações sobre o Investimento - RENAI;

II - apoiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas públicas de atração e facilitação de investimentos voltadas para o desenvolvimento industrial;

III - gerar, analisar e divulgar informações a respeito de oportunidades e projetos de investimentos voltados ao desenvolvimento industrial;

IV - auxiliar instituições federais, estaduais e municipais de promoção de investimentos a desenvolverem suas estruturas de apoio ao investidor;

V - colaborar com ações de capacitação de agentes federais e estaduais intervenientes na facilitação e promoção de investimentos, inclusive em parceria com outros órgãos de governo e instituições privadas; e

VI - subsidiar propostas e recomendações voltadas ao fomento e à facilitação de investimentos, bem como à melhoria do ambiente de negócios no País.

Art. 11. À Divisão de Temas Tarifários e Interesse Público compete:

I - representar a Secretaria em grupos técnicos no âmbito da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX;

II - consolidar o posicionamento da Secretaria e se manifestar, quando necessário, a respeito do impacto sobre a competitividade da indústria de medidas em discussão em fóruns negociadores relativas a:

a) alterações tarifárias;

b) negociações internacionais; e

c) interesse público em defesa comercial.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Programas Especiais compete:

I - coordenar estratégias e ações de desdobramento das políticas industrial e de desenvolvimento nas questões relacionadas aos arranjos produtivos locais - APLs e demais programas de melhoria da competitividade;

II - propor políticas, programas e ações para o desenvolvimento e melhoria da competitividade industrial, com ênfase nos arranjos produtivos locais;

III - promover parcerias e ações conjuntas com organizações governamentais e não governamentais, entidades do setor privado ou público, para o desenvolvimento produtivo e inovativo, preferencialmente nas questões locais, regionais e de fortalecimento dos APLs;

IV - promover ações de formação, capacitação e apoio a gestores e articuladores de arranjos produtivos locais, por meio de cooperação técnica e do intercâmbio de informações com instâncias estaduais e locais;

V - promover, por meio da estratégia de arranjos produtivos locais, a inserção competitiva das pequenas e médias empresas industriais e de serviços nas cadeias produtivas;

VI - sistematizar e manter atualizado o Observatório Brasileiro de APLs, com banco de dados e informações sobre arranjos produtivos locais existentes no País;

VII - subsidiar a formulação de políticas e de agendas estratégicas, a partir de análises sobre os temas concernentes aos arranjos produtivos locais;

VIII - representar o MDIC em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao desenvolvimento dos APLs e de programas voltados ao aumento da competitividade;

IX - acompanhar as negociações e a implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes aos arranjos produtivos locais;

X - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos temas de APLs;

XI - exercer as funções de Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho Permanente de Arranjos Produtivos Locais - GTP APL;

XII - coordenar a execução, o monitoramento e a avaliação de programas voltados à melhoria da competitividade;

XIII - promover projetos e ações extensionistas, com foco no aumento da produtividade, no aprimoramento tecnológico e inovativo; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 13. Ao Serviço de Programas Especiais compete executar e monitorar programas voltados à melhoria da competitividade.

Art. 14. À Divisão de Arranjos Produtivos Locais compete executar e monitorar as ações de fortalecimento dos Arranjos Produtivos Locais

Art. 15. Ao Departamento de Investimentos e Complexos Tecnológicos compete:

I - promover políticas e ações sistêmicas e transversais para o estímulo ao investimento no aumento da capacidade produtiva e ao desenvolvimento tecnológico industrial;

II - propor políticas e ações para promover a produção, nos complexos industriais, de bens de capital, eletrônicos, químicos e da saúde, entre outros relacionados à área de atuação do Departamento;

III - apoiar e acompanhar a articulação entre os órgãos e as entidades públicas e privadas na implementação de propostas de fortalecimento das áreas relacionadas ao investimento e à tecnologia;

IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relacionadas aos complexos tecnológicos e de investimentos no aumento da capacidade produtiva;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

V - realizar as análises dos pleitos de ex-tarifários, submetê-las ao Comitê de Análise de Ex-Tarifários - Caex e apresentar ao Comitê-Executivo de Gestão - Gecex proposta de concessão da redução tarifária para os produtos analisados;

VI - subsidiar a participação do Ministério na Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, com vistas à adoção, à implementação e à coordenação de atividades relativas à regulação econômica do mercado de medicamentos;

VII - examinar, emitir parecer e propor a fixação ou a alteração de processo produtivo básico para bens a serem produzidos com incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;

VIII - apoiar o Ministério na definição e na análise dos projetos submetidos ao Conselho de Administração da Suframa;

IX - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de concessão de incentivos fiscais estabelecidos pela Lei nº 8.248, de 1991;

X - coordenar e executar a fiscalização do cumprimento de processo produtivo básico realizado por empresas incentivadas pela Lei nº 8.248, de 1991;

XI - analisar, em conjunto com outros órgãos da administração pública federal, projetos de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores e do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital; e

XII - formular propostas e participar das negociações internacionais relacionadas à área de atuação do Departamento.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Bens de Capital compete:

I - promover políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do complexo industrial de bens de capital;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises para a maior inserção internacional do complexo industrial de bens de capital;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infralegais relativos ao complexo Industrial de bens de capital;

IV - articular iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para o complexo industrial de bens de capital;

V - coordenar as reuniões do CAEx, em conjunto com representantes da Divisão de Ex-tarifário;

VI - relatar, nas reuniões do GECEX, quando delegado pelo Secretário da SDCI, assuntos relacionados ao regime de ex-tarifários;

VII - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao complexo industrial de bens de capital;

VIII- acompanhar as negociações e a implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao complexo industrial de bens de capital;

IX - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos temas de bens de capital; e

X - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 17. À Divisão de Ex-tarifário compete:

I - receber, distribuir, analisar e organizar os pleitos de concessão, renovação, alteração da redação ou revogação de ex-tarifários;

II - publicar, periodicamente, no sítio eletrônico do MDIC, consultas públicas relativas aos pleitos de concessão, renovação, alteração ou revogação de ex-tarifários;

III - analisar as manifestações recebidas durante as consultas públicas;

IV - consultar, quando julgar oportuno, entidades classistas representativas dos fabricantes nacionais de bens de capital (BK) e de bens de informática e telecomunicações (BIT), entidades tecnológicas de reconhecida idoneidade e competência técnica e outras áreas do Ministério e do governo sobre pleitos de concessão, renovação, alteração da redação ou revogação de ex-tarifários;

V - submeter, quando for o caso, os pleitos de concessão e de alteração da redação de ex-tarifários para a Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, para o exame de classificação tarifária e de adequação da nomenclatura;

VI - convocar, secretariar e providenciar respectivas atas das reuniões do CAEx;

VII - consolidar as propostas do CAEx de edições de Resoluções CAMEX para concessão, renovação, alteração e revogação de ex-tarifário de bens de capital (BK), de bens de informática e de telecomunicação (BIT) e de indeferimentos de pleitos de concessão a serem submetidas pelo Ministério à Secretaria Executiva da CAMEX, para que sejam pautadas nas reuniões do GECEX; e

VIII - sistematizar e manter atualizado banco de dados dos ex-tarifários vigentes e das estatísticas relacionadas.

Art. 18. À Coordenação-Geral do Complexo Eletroeletrônico compete:

I - promover políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do complexo eletroeletrônico;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises para a maior inserção internacional do complexo eletroeletrônico;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infralegais relativos ao complexo eletroeletrônico;

IV - articular iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do complexo eletroeletrônico;

V - apoiar o Ministério na análise dos projetos submetidos ao Conselho de Administração da Suframa e na definição de políticas para a Zona Franca de Manaus;

VI - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos para fins de concessão de incentivos fiscais estabelecidos pela Lei de Informática;

VII - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos de reconhecimento de bens desenvolvidos no país;

VIII - analisar e elaborar pareceres sobre pleitos de redução de alíquota do Imposto de Importação por meio de ex-tarifários de Bens de Informática e Telecomunicações - BIT;

IX - coordenar e executar a fiscalização do cumprimento de processo produtivo básico por empresas incentivadas pela Lei de Informática;

X- analisar e emitir parecer sobre os projetos de concessão dos incentivos fiscais do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores;

XI - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao complexo eletroeletrônico;

XII - acompanhar as negociações e a implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao complexo eletroeletrônico;

XIII - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica internacional executados pela Secretaria nos temas setoriais do complexo eletroeletrônico; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 19. À Divisão de Processos Produtivos Básicos compete:

I - receber, distribuir, analisar e organizar os pleitos de fixação e alteração de processo produtivo básico - PPB;

II - publicar consultas públicas relativas aos pleitos de fixação e alteração de PPB;

III - analisar as manifestações recebidas durante as consultas públicas de fixação e alteração de processo produtivo básico; e

IV - sistematizar e manter atualizado banco de dados dos processos produtivos básicos e das estatísticas relacionadas.

Art. 20. À Coordenação-Geral do Complexo Químico e da Saúde compete:

I - promover e apoiar políticas, programas e ações, em articulação com entidades públicas ou privadas, que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas dos complexos industriais químico, da saúde e de transformados plásticos;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises para a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias químicas, da saúde e de transformados plásticos;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infralegais relativos às indústrias químicas, da saúde e de transformados plásticos;

IV - articular iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do complexo químico, da saúde e de transformados plásticos;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos aos complexos industriais químico, da saúde e de transformados plásticos;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes aos complexos industriais químico, da saúde e de transformados plásticos;

VII - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica internacional executados pela Secretaria nos temas afetos à Coordenação-Geral; e

VIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 21. Ao Departamento de Indústrias para a Mobilidade e Logística compete:

I - promover políticas e ações sistêmicas e transversais para desenvolver os complexos industriais relacionados à mobilidade e à logística;

II - propor políticas e ações para promover a produção nos complexos industriais automotivo, de autopeças, naval, de petróleo e gás, aéreo, aeroespacial e de defesa, entre outros relacionados à área de atuação do Departamento;

III - apoiar e acompanhar a articulação entre os órgãos e as entidades públicas e privadas na implementação de propostas de fortalecimento dos complexos industriais de mobilidade e logística;

IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas aos complexos industriais de mobilidade e logística;

V - coordenar e acompanhar os programas instituídos pelo Governo federal para estimular as indústrias dos complexos industriais de mobilidade e logística; e

VI - formular propostas e participar das negociações internacionais relacionadas à área de atuação do Departamento.

Art. 22. À Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Automotivo compete:

I - promover políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do complexo automotivo;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises para a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias do complexo automotivo no mercado internacional;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infralegais relativos ao complexo automotivo;

IV - articular iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do complexo automotivo;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao complexo automotivo;

VI - formular propostas e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao complexo automotivo;

VII - coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos referidos temas; e

VIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 23. À Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Naval, Petróleo e Gás compete:

I - promover políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do complexo naval e de petróleo e gás;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises para a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias do complexo naval, petróleo e gás no mercado internacional;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infralegais relativos ao complexo naval, petróleo e gás;

IV - articular iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do complexo naval, petróleo e gás;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao complexo naval, petróleo e gás;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao complexo naval, petróleo e gás;

VII - coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos referidos temas; e

VIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 24. À Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Aeroespacial e de Defesa compete:

I - promover políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas do complexo aeroespacial e de defesa;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises para a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias do complexo aeroespacial e de defesa no mercado internacional;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infralegais relativos ao complexo aeroespacial e de defesa;

IV - articular iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para as indústrias do complexo aeroespacial e de defesa;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos ao complexo aeroespacial e de defesa;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes ao complexo aeroespacial e de defesa;

VII - coordenar a realização de projetos, ações, programas de cooperação técnica bilateral executados pela Secretaria nos referidos temas; e

VIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 25. Ao Departamento de Insumos Básicos e Trabalho compete:

I - promover políticas e ações sistêmicas e transversais para desenvolver e fortalecer os segmentos de insumos básicos e trabalho;

II - propor políticas e ações para promover a produção nos complexos industriais minero-metalúrgicos, agroindustriais e de segmentos intensivos em mão-de-obra;

III - apoiar e acompanhar a articulação entre os órgãos e as entidades públicas e privadas na implementação de propostas de fortalecimento dos segmentos de insumos básicos e trabalho;

IV - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas dos segmentos de insumos básicos e daqueles de uso intensivo de mão-de-obra;

V - articular e participar de políticas e atividades normativas concernentes à relação entre agentes da área governamental, de entidades empresariais e de trabalhadores, que tenham impacto no desenvolvimento industrial; e

VI - formular propostas e participar das negociações internacionais relacionadas à área de atuação do Departamento.

Art. 26. À Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra e de Bens de Consumo compete:

I - promover políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas das indústrias intensivas em mão-de-obra e de bens de consumo;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises para a maior inserção internacional e o aumento da competitividade das indústrias intensivas em mão-de-obra e de bens de consumo;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infralegais relativos às indústrias intensivas em mão-de-obra e de bens de consumo;

IV - articular iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos, tecnologias, gestão e demais inovações para as indústrias intensivas em mão-de-obra e de bens de consumo;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos às indústrias intensivas em mão de obra e de bens de consumo;

VI - acompanhar as negociações e a implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes às indústrias intensivas em mão-de-obra e de bens de consumo;

VII - coordenar a realização de projetos, ações e programas de cooperação técnica internacional executados pela Secretaria relativos às indústrias intensivas em mão-de-obra e de bens de consumo; e

VIII - elaborar, acompanhar e implementar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 27. À Coordenação-Geral de Recursos Naturais e Agroindústria compete:

I - promover, acompanhar e apoiar políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas da indústria minero-metalúrgica e da agroindústria;

II - propor políticas, apoiar iniciativas e realizar análises para a maior inserção internacional e o aumento da competitividade da indústria minero-metalúrgica e da agroindústria;

III - analisar e emitir parecer sobre propostas de alteração tarifária, incentivos fiscais, regulatórios e demais instrumentos legais e infralegais relativos à indústria minero-metalúrgica e à agroindústria;

IV - articular iniciativas de apoio ao desenvolvimento e aperfeiçoamento de tecnologias para a indústria minero-metalúrgica e para a agroindústria;

V - representar o Ministério em órgãos colegiados e em grupos de trabalho que tratem de temas relativos à indústria minero-metalúrgica e à agroindústria;

VI - acompanhar e participar das negociações e da implementação de acordos internacionais sobre os temas referentes à indústria minero-metalúrgica e à agroindústria;

VII - coordenar a realização de estudos, projetos, ações e programas de cooperação executados pela Secretaria para a indústria minero-metalúrgica e a agroindústria; e

VIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 28. À Coordenação de Recursos Naturais compete:

I - acompanhar e apoiar políticas, programas e ações que contribuam para a competitividade e o adensamento das cadeias produtivas da indústria minero-metalúrgica;

II - prestar informações e apoiar atividades relacionadas às competências da Coordenação-Geral de Recursos Naturais e Agroindústria concernentes às indústrias minero-metalúrgica.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 29. Ao Secretário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades de suas respectivas unidades.

Art. 30. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete e aos Coordenadores-Gerais incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente, submeter ao chefe imediato programas, planos, projetos e relatórios da área de atuação da Secretaria e acompanhar e avaliar os respectivos resultados.

Art. 31. Aos Coordenadores e aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe dirigir, coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 32. Serão de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento e Competitividade Industrial o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

Art. 33. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial.

ANEXO VIII

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Comércio Exterior, órgão específico singular, compete:

I - formular propostas de políticas e programas de comércio exterior e estabelecer normas necessárias à sua implementação;

II - propor medidas de políticas fiscal e cambial, de financiamento, de recuperação de créditos à exportação, de seguro, de transportes e fretes e de promoção comercial;

III - planejar, orientar e supervisionar a execução de políticas e programas de operacionalização de comércio exterior e estabelecer as normas necessárias à sua implementação, observadas as competências de outros órgãos;

IV - propor diretrizes que articulem o emprego do instrumento aduaneiro com os objetivos gerais de política de comércio exterior e propor alíquotas para o imposto de importação, suas alterações e seus regimes de origem preferenciais e não preferenciais;

V - participar das negociações internacionais relacionadas ao comércio de bens, serviços, investimentos, compras governamentais, regime de origem, barreiras técnicas, solução de controvérsias e outros temas não tarifários nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral;

VI - implementar os mecanismos de defesa comercial;

VII - regulamentar os procedimentos relativos às investigações de defesa comercial;

VIII - decidir sobre a abertura de investigações e revisões relativas à aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive preferenciais, previstas em acordos multilaterais, regionais ou bilaterais e sobre a prorrogação do prazo da investigação e o seu encerramento sem a aplicação de medidas;

IX - decidir sobre:

a) a abertura de investigação da existência de práticas elisivas que frustrem a cobrança de medidas antidumping e compensatórias; e

b) a prorrogação do prazo da investigação de que trata a alínea "a" e o seu encerramento sem extensão de medidas;

X - decidir sobre a aceitação de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, regionais ou bilaterais na área de defesa comercial;

XI - apoiar o exportador submetido a investigações de defesa comercial no exterior;

XII - orientar e articular-se com a indústria brasileira em relação a barreiras comerciais externas aos produtos brasileiros e propor iniciativas facilitadoras e de convergência regulatória;

XIII - articular-se com outros órgãos da administração pública, entidades e organismos nacionais e internacionais para promover a defesa da indústria brasileira;

XIV - administrar, controlar, desenvolver e normatizar o Sistema Integrado de Comércio Exterior - Siscomex, observadas as competências de outros órgãos;

XV - formular a política de informações de comércio exterior e implementar sistemática de tratamento e divulgação dessas informações;

XVI - elaborar e divulgar as estatísticas de comércio exterior, inclusive a balança comercial brasileira, observadas as competências de outros órgãos;

XVII - promover iniciativas destinadas à difusão da cultura exportadora e ações e projetos destinados à promoção e ao desenvolvimento do comércio exterior;

XVIII - articular-se com órgãos, entidades e organismos nacionais e internacionais para a realização de treinamentos, estudos, eventos e outras atividades destinadas ao desenvolvimento do comércio exterior;

XIX - propor medidas de aperfeiçoamento, simplificação e facilitação de comércio exterior e expedir atos normativos para a sua execução;

XX - dirigir e orientar a execução do Programa de Desenvolvimento do Comércio Exterior e da Cultura Exportadora;

XXI - assessorar a participação do Ministério no Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - Cofig e em outros colegiados pertinentes a créditos à exportação;

XXII - conceder o regime aduaneiro especial de drawback, nas modalidades de suspensão e isenção, para proporcionar o aumento na competitividade internacional do produto brasileiro, respeitadas as competências da Secretaria da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda;

XXIII - estabelecer critérios de distribuição, administrar e controlar cotas tarifárias e não tarifárias de importação e exportação;

XXIV - examinar e apurar a prática de ilícitos no comércio exterior e propor aplicação de penalidades; e

XXV - exercer as atividades de Secretaria do Comitê Nacional de Facilitação do Comércio - Confac, integrante da CAMEX.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB/SECEX

1.1. Divisão de Assuntos Técnicos e Apoio à Gestão - DITAG

1.2 Coordenação de Apoio Administrativo - COAAD

1.2.1. Serviço de Assuntos Administrativos e Controle de Pessoal - SEAPE

1.2.2. Serviço de Controle de Diárias e Passagens - SEDIP

2. Departamento de Operações de Comércio Exterior - DECEX

2.1. Coordenação de Normas Operacionais e Assuntos Econômicos - CONAE

2.1.1. Divisão de Modernização de Operações de Comércio Exterior - DIMOP

2.2. Coordenação-Geral de Importação - CGIM

2.2.1. Divisão de Operações de Similaridade e de Material Usado - DISIM

2.3. Coordenação-Geral de Exportação e Drawback - CGEX

2.4. Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do Siscomex - CGIS

3. Departamento de Negociações Internacionais - DEINT

3.1. Coordenação-Geral de Regimes de Origem - CGRO

3.2. Coordenação-Geral de Temas Multilaterais - CGTM

3.2.1. Divisão de Compras Governamentais, Investimentos e Serviços - DCGIS

3.3. Coordenação-Geral da ALADI e do MERCOSUL - CGAM

3.3.1. Divisão de Negociações Regionais - DINER

3.4. Coordenação-Geral de Negociações Extrarregionais - CGNE

3.4.1. Divisão de Barreiras Técnicas e Tarifárias - DIBAT

4. Departamento de Defesa Comercial - DECOM

4.1. Coordenação de Negociações, Normas e Conformidade - CONNC

4.1.1. Serviço de Apoio à CONNC - SEANC

4.2. Coordenação-Geral de Antidumping, Salvaguardas e Apoio ao Exportador - CGSA

4.2.1. Serviço de Apoio às Investigações da CGSA - SEASA

4.3. Coordenação-Geral de Antidumping e Solução de Controvérsias - CGSC

4.3.1. Serviço de Apoio às Investigações da CGSC - SEASC

4.4. Coordenação-Geral de Antidumping e Medidas Compensatórias - CGMC

4.4.1. Serviço de Apoio às Investigações da CGMC - SEAMC

5. Departamento de Estatística e Apoio à Exportação - DEAEX

5.1. Coordenação-Geral de Programas de Apoio à Exportação - CGAE

5.1.1. Divisão de Operação de Projetos de Apoio à Exportação - DIVOP

5.2. Coordenação-Geral de Estatística - CGET

5.2.1. Coordenação de Acompanhamento e Divulgação Estatística - COADE

5.2.2. Coordenação de Produção Estatística - COEST

5.2.3. Divisão de Análise e Estudos de Comércio Exterior - DIACE

6. Departamento de Competitividade no Comércio Exterior - DECOE

6.1. Coordenação-Geral de Projetos e Tecnologias - CGPT

6.2. Coordenação-Geral de Normas e Facilitação de Comércio - CGNF

6.2.1. Divisão de Cooperação em Facilitação de Comércio - DIFAC

Art. 3º A Secretaria será dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, as Divisões e os Serviços por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em suas faltas ou impedimentos, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades do Secretário;

II - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Secretário;

III - remeter às unidades componentes da Secretaria assuntos encaminhados ao Secretário;

IV - controlar a expedição e recebimento de correspondências e processos e providenciar a edição de portarias, circulares, comunicados, despachos e atos administrativos do Secretário;

V - supervisionar as atividades da Coordenação de Apoio Administrativo e da Divisão de Assuntos Técnicos e Apoio à Gestão;

VI - assistir o Secretário em sua representação institucional, na supervisão e na coordenação das atividades dos Departamentos integrantes da estrutura da SECEX;

VII - elaborar análises, estudos e projeções para assessorar o Secretário na sua atuação e tomada de decisões, coordenando a interação entre os departamentos da SECEX e as demais Secretarias do MDIC; e

VIII - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o PPA e para o Orçamento Anual e realizar o acompanhamento e a avaliação da execução do orçamento e da implementação dos programas de responsabilidade da Secretaria.

Art. 6º À Divisão de Assuntos Técnicos e Apoio à Gestão compete:

I - coordenar, supervisionar e controlar o preparo e a organização de expedientes e documentação submetida a apreciação do Secretário de Comércio Exterior;

II - elaborar expedientes sobre assuntos que lhe sejam submetidos pelo Chefe de Gabinete;

III - acompanhar a tramitação dos expedientes de interesse da SECEX;

IV - revisar e controlar os atos oficiais encaminhados à assinatura ou aprovação do Secretário de Comércio Exterior;

V - preparar subsídios técnicos para a participação do Secretário e do Chefe de Gabinete em reuniões, audiências e viagens;

VI - prestar assessoria técnica ao Secretário e ao Chefe de Gabinete;

VII - monitorar as atividades relacionadas à gestão estratégica do MDIC no que concerne à SECEX;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VIII - acompanhar a execução do Programa de Teletrabalho no âmbito da SECEX;

IX - consolidar a proposta da SECEX para o PPA e para o Orçamento Anual, bem como realizar seu monitoramento; e

X - elaborar relatórios de atividades da SECEX.

Art. 7º À Coordenação de Apoio Administrativo compete:

I - coordenar as atividades administrativas da SECEX;

II - coordenar o levantamento das necessidades de contratação de serviço e compra de materiais e equipamentos;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento dos serviços administrativos;

IV - supervisionar os trabalhos relativos à gestão documental e a movimentação interna e externa de documentos;

V - operar os aplicativos e sistemas e manter as bases de dados que permitam o gerenciamento e a execução de atividades informatizadas na SECEX;

VI - acompanhar e fiscalizar os trabalhos de elaboração e renovação de convênios, contratos e assinaturas firmados pela SECEX;

VII - providenciar a editoração e publicação de portarias, circulares, comunicados, despachos e outros atos administrativos do Secretário; e

VIII - controlar e fiscalizar as atividades relacionadas aos funcionários terceirizados, observando as orientações do Gestor do contrato;

IX - acompanhar a execução do orçamento da SECEX; e

X - coordenar, no âmbito da SECEX, o atendimento às demandas recebidas da Ouvidoria do MDIC e os pedidos referentes à Lei de Acesso à Informação (LAI).

Art. 8º Ao Serviço de Assuntos Administrativos e Controle de Pessoal compete:

I - executar as atividades de controle de pessoal da Secretaria e demais atividades relacionadas à gestão de pessoas, observando orientações da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

II - executar as atividades de controle dos estagiários da Secretaria, observando as orientações da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas;

III - promover a aquisição de materiais permanentes, bens, serviços e livros necessários ao desempenho da SECEX;

IV - solicitar e controlar os serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais, no âmbito da SECEX; e

V - requisitar, receber e distribuir internamente o material de escritório, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade da SECEX.

Art. 9º Ao Serviço de Controle de Diárias e Passagens compete:

I - providenciar a instrução, controlar a tramitação e prestação de contas dos processos de viagens dos servidores da SECEX nos Sistemas Eletrônico de Informações (SEI) e de Concessões de Diárias e Passagens (SCDP); e

II - acompanhar a execução do orçamento relativo às diárias e passagens da SECEX.

Art. 10. Ao Departamento de Operações de Comércio Exterior compete:

I - desenvolver, executar e acompanhar políticas e programas de operacionalização do comércio exterior;

II - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas a acordos internacionais que envolvam setores específicos ou a comercialização de produtos, referentes à área de atuação do Departamento;

III - desenvolver, executar, administrar e acompanhar mecanismos de operacionalização do comércio exterior e seus sistemas operacionais;

IV - analisar e deliberar sobre:

a) licenças de importação, registros de exportação, registros de vendas, registros de operações de crédito e atos concessórios de drawback nas operações que envolvam regimes aduaneiros especiais e atípicos;

b) drawback, nas modalidades de isenção e suspensão;

c) bens usados; e

d) similaridade e acordos de importação com a participação de empresas nacionais;

V - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação, diretamente ou em articulação com outros órgãos da administração pública, observadas as competências das repartições aduaneiras;

VI - coordenar o desenvolvimento, a implementação e a administração de módulos operacionais do Siscomex, no âmbito do Ministério, inclusive a gestão da atuação de usuários do Siscomex;

VII - elaborar estudos que compreendam:

a) avaliações setoriais de comércio exterior e sua interdependência com o comércio interno;

b) a criação e o aperfeiçoamento de sistemas de padronização, classificação e fiscalização dos produtos exportáveis;

c) a evolução da comercialização de produtos e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro com base em parâmetros de competitividade setorial e disponibilidades mundiais; e

d) sugestões a respeito de aperfeiçoamentos da legislação de comércio exterior;

VIII - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro; e

IX - coordenar, em conjunto com o Departamento de Competitividade no Comércio Exterior, as atividades do Ministério no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior relativas ao planejamento, ao desenvolvimento e à implementação de seus sistemas de tecnologia da informação e procedimentos operacionais.

Art. 11. À Coordenação de Normas Operacionais e Assuntos Econômicos compete:

I - propor e elaborar instruções técnicas operacionais que disciplinem procedimentos operacionais de comércio exterior a serem observados pelo DECEX, bem como por entidades por ele delegadas, para uniformização de procedimentos adotados no âmbito do Departamento;

II - atualizar os parâmetros do tratamento administrativo de importação e de exportação no Siscomex e em seu Portal Único de Comércio Exterior;

III - elaborar sugestões de aperfeiçoamento de regulamentações, políticas, programas e procedimentos de operacionalização das importações, exportações, regime especial de drawback, nas modalidades suspensão e isenção, e de importações de bens usados e produtos sujeitos ao exame de similaridade;

IV - coordenar a elaboração de notas técnicas para embasar instrução de defesa jurídica em ações judiciais relativas à área de atuação do Departamento contra titulares do DECEX, da SECEX e da União Federal;

V - uniformizar respostas às demandas dirigidas ao Departamento provenientes de autoridades judiciais;

VI - coletar, sistematizar e disseminar dados e informações estatísticas sobre as demandas judiciais e jurisprudências;

VII - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação e importação respeitadas as competências das repartições aduaneiras e das demais coordenações do Departamento;

VIII - identificar obstáculos existentes na comercialização de produtos em mercados específicos e propor medidas corretivas cabíveis;

IX - examinar operações que exijam acompanhamentos e estudos elaborados;

X - consultar publicações especializadas, órgãos de classe, organismos internacionais e representações brasileiras no exterior para verificação e acompanhamento de preços correntes e outros indicadores no mercado externo de bens exportados ou importados pelo Brasil;

XI - elaborar estudos que compreendam as matérias tratadas no art. 10, caput, inciso VII, alíneas "a" a "d";

XII - analisar solicitações de alteração de titularidade de ato concessório de drawback e de cotas de importação e exportação;

XIII - participar da homologação de módulos operacionais do Siscomex e de seu Portal único de Comércio Exterior, sob a orientação da Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do Siscomex;

XIV - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos da administração pública dentro da área de atuação da Coordenação;

XV - acompanhar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e mundial dentro de área de atuação da Coordenação;

XVI - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVII - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVIII - participar de atividades de monitoramento, promoção comercial, programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior, acordos e projetos de cooperação técnica internacional que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIX - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior;

XX - realizar auditorias relativas aos procedimentos operacionais executados pelo Departamento e por entidades delegadas;

XXI - operacionalizar a aplicação de penalidades decorrentes de apuração de práticas de fraudes no comércio exterior, referentes à área de atuação do Departamento, respeitadas as competências das repartições aduaneiras; e

XXII - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Coordenação.

Art. 12. À Divisão de Modernização de Operações de Comércio Exterior compete:

I - acompanhar as atividades relacionadas à simplificação, modernização e harmonização de controles governamentais relativos às operações de comércio exterior, em coordenação com os demais Departamentos da Secretaria;

II - coordenar, no âmbito do DECEX, as atividades relacionadas ao Portal Único de Comércio Exterior;

III - administrar, no âmbito de sua competência, a página eletrônica do Portal Siscomex, plataforma de informações e acesso ao Portal Único de Comércio Exterior na Internet; e

IV - promover e participar de eventos, seminários, fóruns, reuniões e palestras que envolvam as atividades de competência da Divisão.

Art. 13. À Coordenação-Geral de Importação compete:

I - coordenar as operações de importação do DECEX, respeitada a área de atuação da Coordenação-Geral;

II - executar regulamentações, políticas e programas de operacionalização das importações;

III - analisar e deliberar sobre as operações de importação no Siscomex e em seu Portal Único de Comércio Exterior das operações referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

IV - analisar e deliberar sobre licenças de importação ao amparo de contingenciamentos tarifários e não tarifários e ao amparo de ações judiciais;

VI - analisar e deliberar sobre operações especiais de importação referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

VII - monitorar as operações de importação referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

VIII - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de importação respeitadas as competências das repartições aduaneiras e das demais coordenações do Departamento;

IX - propor critérios de distribuição de cotas na importação e executar o controle correspondente;

X - implementar as decisões provenientes de acordos internacionais e da legislação nacional referentes ao contingenciamento de bens nas operações de importação;

XI - acompanhar e participar de reuniões nacionais e internacionais que envolvam sistemas relacionados a controle de contingenciamento;

XII - representar o DECEX nos Grupo Técnico de Acompanhamento da Resolução GMC n°08/08 e Grupo Técnico sobre Alterações Temporárias da Tarifa Externa Comum do Mercosul quando do tratamento de cotas de abastecimento;

XIII - elaborar notas técnicas para embasar instrução de defesa jurídica em ações judiciais relativas a operações de comércio exterior contra titulares do DECEX, da SECEX e da União Federal;

XIV - elaborar estudos que compreendam as matérias tratadas no art. 10, caput, inciso VII, alíneas "a" e "c";

XV - participar da homologação de módulos operacionais do Siscomex e de seu Portal Único de Comércio Exterior, sob a orientação da Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do Siscomex;

XVI - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos da administração pública, dentro da área de atuação da Coordenação-Geral;

XVII - acompanhar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e mundial dentro de área de atuação da Coordenação-Geral;

XVIII - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais, que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIX - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XX - participar de atividades de monitoramento, promoção comercial, de programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior, de acordos e projetos de cooperação técnica internacional e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XXI - operacionalizar a aplicação de penalidades decorrentes de apuração de práticas de fraudes no comércio exterior referentes à área de atuação da Coordenação-Geral, respeitadas as competências das repartições aduaneiras;

XXII - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior e para o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior;

XXIII - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Coordenação-Geral; e

XXIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 14. À Divisão de Operações de Similaridade e de Material Usado compete:

I - executar regulamentações, políticas e programas de operacionalização das importações de bens usados e produtos sujeitos ao exame de similaridade;

II - analisar e deliberar sobre operações sujeitas ao exame de similaridade e sobre operações de importação de bens usados;

III - analisar projetos de transferência para o País de linhas de produção usadas;

IV - analisar e deliberar sobre licenças de importação ao amparo de decisões judiciais referentes à área de atuação da Divisão;

V - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de importação, respeitadas as competências das repartições aduaneiras e das demais coordenações do Departamento;

VI - monitorar as operações de importação referentes à área de atuação da Divisão;

VII - implementar as decisões provenientes de acordos internacionais e da legislação nacional referentes às operações da área de atuação da Divisão;

VIII - elaborar notas técnicas para embasar instrução de defesa jurídica em ações judiciais relativas a operações de comércio exterior contra titulares do DECEX, da SECEX e da União Federal;

IX - elaborar estudos que compreendam as matérias tratadas no art. 10, caput, inciso VII, alíneas "a" e "c";

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

X - participar da homologação de módulos operacionais do Siscomex e de seu Portal Único de Comércio Exterior sob a orientação da Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do Siscomex;

XI - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos da administração pública, dentro da área de atuação da Divisão;

XII - acompanhar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e mundial dentro de área de atuação da Divisão;

XIII - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior, relacionadas com acordos internacionais que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIV - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XV - participar de atividades de monitoramento, promoção comercial, de programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior e de acordos e projetos de cooperação técnica internacional que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVI - operacionalizar a aplicação de penalidades decorrentes de apuração de práticas de fraudes no comércio exterior, referentes à área de atuação da Divisão, respeitadas as competências das repartições aduaneiras;

XVII - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior e para o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior; e

XVIII - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Divisão.

Art. 15. À Coordenação-Geral de Exportação e Drawback compete:

I - analisar e deliberar sobre operações de exportação e de drawback, nas modalidades de isenção e de suspensão;

II - propor, executar e acompanhar regulamentações, políticas e programas de operacionalização das exportações e regime especial de drawback, nas modalidades suspensão e isenção, e propor e estabelecer procedimentos necessários à sua implementação;

III - implementar as decisões provenientes de acordos internacionais e da legislação nacional referentes ao contingenciamento de bens nas operações de exportação;

IV - propor critérios de distribuição de cotas na exportação e executar o controle correspondente;

V - analisar e deliberar sobre registros e licenças de exportação em operações sujeitas a contingenciamento no exterior;

VI - analisar e deliberar sobre pedidos de Registros de Venda no Siscomex;

VII - analisar e deliberar, no âmbito de competência do Ministério, sobre Registros de Operação de Crédito (RC) de exportação financiados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) ou com outros créditos públicos no Siscomex;

VIII - analisar e deliberar sobre Registros de Operação de Crédito (RC) de exportação financiados com recursos do próprio exportador ou de terceiros no Siscomex;

IX - deliberar sobre registros e licenças de exportação ao amparo de ações judiciais, em sua área de competência;

X - monitorar as operações de exportação e drawback, nas modalidades suspensão e isenção, referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

XI - fiscalizar preços, pesos, medidas, classificação, qualidades e tipos, declarados nas operações de exportação, respeitadas as competências das repartições aduaneiras e das demais coordenações do Departamento;

XII - elaborar notas técnicas para embasar instrução de defesa jurídica em ações judiciais relativas a operações de comércio exterior contra titulares do DECEX, da SECEX e da União Federal;

XIII - elaborar estudos que compreendam as matérias tratadas no art. 10, caput, inciso VII, alíneas "a" e "c";

XIV - participar da homologação de módulos operacionais do Siscomex e de seu Portal Único de Comércio Exterior, sob a orientação da Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do Siscomex;

XV - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos da administração pública, dentro da área de atuação da Coordenação-Geral;

XVI - acompanhar e analisar o comportamento do comércio exterior brasileiro e mundial dentro de área de atuação da Coordenação-Geral;

XVII - acompanhar, participar de atividades e implementar ações de comércio exterior relacionadas com acordos internacionais que envolvam comercialização de bens ou setores específicos e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XVIII - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais de comércio exterior, e de eventos nacionais e internacionais relacionados ao comércio exterior brasileiro e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XIX - participar de atividades de monitoramento, promoção comercial, de programas de apoio ao desenvolvimento do comércio exterior, de acordos e projetos de cooperação técnica internacional e que tenham interferência na área de atuação do Departamento;

XX - operacionalizar a aplicação de penalidades decorrentes de apuração de práticas de fraudes no comércio exterior respeitadas as competências das repartições aduaneiras;

XXI - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior e para o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior;

XXII - elaborar relatórios sobre os dados de utilização do regime aduaneiro especial de drawback;

XXIII - promover e participar de eventos, seminários e palestras que envolvam as atividades de competência da Coordenação-Geral;

XXIV - integrar o Grupo Técnico Permanente para Aperfeiçoamento do Regime de Drawback, criado pela Portaria Conjunta SECEX/RFB nº 1, de 8 de julho de 2015;

XXV - participar do desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior e operacionalizar suas soluções, no âmbito das atribuições da Coordenação-Geral; e

XXVI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 16. À Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do Siscomex compete:

I - gerenciar, em coordenação com as demais áreas competentes, o desenvolvimento e a implantação das soluções tecnológicas empregadas pelo Portal Único de Comércio Exterior;

II - coordenar, administrar e controlar a operação, a manutenção e as modernizações dos módulos operacionais do Siscomex e de seu Portal Único de Comércio Exterior no âmbito do Ministério;

III - atuar junto a outros órgãos da Administração Pública com vistas a garantir a operacionalização, no Siscomex e em seu Portal Único de Comércio Exterior, de procedimentos de registro, controle e acompanhamento de exportações e importações;

IV - coordenar o processo de treinamento e assessoramento aos órgãos governamentais anuentes ligados ao Siscomex e ao seu Portal Único de Comércio Exterior;

V - coordenar a homologação de módulos operacionais do Siscomex e de seu Portal Único de Comércio Exterior;

VI - propor normas relacionadas à atuação dos agentes autorizados a processar operações no Siscomex e em seu Portal Único de Comércio Exterior;

VII - propor regulamento e administrar o acesso dos cadastradores de usuários de outros órgãos da Administração Pública, bem como controlar e administrar o acesso de usuários do MDIC ao Siscomex e ao seu Portal Único de Comércio Exterior;

VIII - analisar sugestões e elaborar propostas sobre o aperfeiçoamento da legislação e sobre a regulamentação de procedimentos operacionais do Siscomex e de seu Portal Único de Comércio Exterior;

IX - atualizar as tabelas de códigos e referências no Siscomex e em seu Portal Único de Comércio Exterior, respeitadas as competências de outros órgãos;

X - elaborar informações gerenciais e acompanhar as operações de comércio exterior;

XI - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos da administração pública sobre a operacionalização de procedimentos de registro, controle e acompanhamento de exportações e importações;

XII - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior e para o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 17. Ao Departamento de Negociações Internacionais compete:

I - participar das negociações de tratados internacionais de comércio de bens e serviços, em coordenação com outros órgãos da administração pública, nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral;

II - promover estudos e iniciativas destinados ao apoio, à informação e à orientação da participação brasileira em negociações internacionais relativas ao comércio exterior;

III - desenvolver atividades relacionadas com o comércio exterior e participar das negociações junto a organismos internacionais;

IV - coordenar, no âmbito da Secretaria, os trabalhos de preparação da participação brasileira nas negociações tarifárias e não tarifárias em acordos internacionais e opinar sobre a extensão e a retirada de concessões;

V - participar e apoiar as negociações internacionais relacionadas ao comércio de bens, serviços, investimentos, às compras governamentais, ao regime de origem, às barreiras técnicas, à solução de controvérsias e a outros temas não tarifários nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral;

VI - coordenar a participação do País nas negociações internacionais referentes a regimes de origem preferenciais e a procedimentos relacionados a eles;

VII - acompanhar a participação do País nas negociações do Comitê Técnico de Regras de Origem da Organização Mundial das Aduanas e no Comitê de Regras de Origem da Organização Mundial do Comércio;

VIII - administrar, no País, o Sistema Geral de Preferências, o Sistema Global de Preferências Comerciais e os regulamentos de origem dos acordos comerciais firmados pela República Federativa do Brasil e dos sistemas preferenciais autônomos concedidos ao País;

IX - coordenar, internamente, os Comitês Técnicos no 1 - de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias e no 3 - de Normas e Disciplinas Comerciais da Comissão de Comércio do Mercosul;

X - estudar e propor alterações na Tarifa Externa Comum e na Nomenclatura Comum do Mercosul;

XI - articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, com vistas a compatibilizar as negociações internacionais para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro;

XII - apoiar a indústria brasileira em relação às barreiras comerciais externas aos produtos brasileiros e às iniciativas facilitadoras e de convergência regulatória;

XIII - fazer o levantamento das restrições às exportações brasileiras e das recomendações para seu tratamento no nível externo e interno; e

XIV - coordenar, no âmbito da Secretaria, a preparação de subsídios para o Mecanismo de Revisão de Política Comercial Brasileira da Organização Mundial do Comércio.

Art. 18. À Coordenação-Geral de Regimes de Origem:

I - promover a articulação com órgãos da administração pública e do setor privado para formulação de propostas sobre regimes de origem e procedimentos relacionados à origem de mercadorias para as negociações de acordos comerciais;

II - participar das negociações internacionais referentes aos regimes de origem e aos procedimentos relacionados a estes, em nível multilateral e nos acordos comerciais firmados pelo Brasil;

III - ajustar os regimes de origem e os procedimentos relacionados a estes nos acordos comerciais firmados pelo Brasil;

IV - administrar os regimes de origem dos acordos comerciais firmados pelo Brasil;

V - normatizar, acompanhar e fiscalizar a emissão dos certificados de origem preferencial, por parte das entidades autorizadas pela SECEX;

VI - coordenar a sessão nacional do Comitê Técnico nº 3, de Normas e Disciplinas Comerciais do Mercosul;

VII - representar o Ministério, em sua condição de integrante do Grupo Mercado Comum, nas reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul - CCM;

VIII - realizar acompanhamento estatístico dos produtos com origem diversa daquelas gravadas com medidas de defesa comercial;

IX - realizar estudos e propor abertura de procedimento especial de verificação de origem não preferencial;

X - acolher e avaliar denúncias do setor privado brasileiro quanto a importações suspeitas de falsa declaração de origem;

XI - monitorar os pedidos de licença de importação dos países e produtos denunciados com fulcro no inciso anterior;

XII - selecionar pedidos de licença que estarão sujeitos ao procedimento especial de verificação de origem não preferencial;

XIII - instaurar, instruir e concluir procedimento especial de verificação de origem na fase de licenciamento de importação, mediante denúncia ou de ofício, sob os aspectos da autenticidade, veracidade e observância das normas previstas em lei;

XIV - realizar verificação in loco nos estabelecimentos fabris estrangeiros, partes interessadas no procedimento especial de verificação de origem não preferencial;

XV - acolher e avaliar os pedidos de revisão do procedimento especial de verificação de origem não preferencial;

XVI - instaurar, instruir e concluir a revisão do procedimento especial de verificação de origem não preferencial;

XVII - acompanhar e orientar o exportador brasileiro frente aos processos de verificação e controle de origem no âmbito dos acordos comerciais;

XVIII - coordenar a participação do Brasil no Comitê de Regras de Origem da Organização Mundial do Comércio - OMC;

XIX - elaborar as notificações sobre as regras de origem não preferenciais junto à OMC;

XX - participar dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do Comitê Técnico de Origem da Organização Mundial de Aduanas - OMA;

XXI - coordenar, em âmbito nacional, ações referentes à certificação de origem digital junto à ALADI e outros fóruns internacionais;

XXII - administrar, no País, as regras de origem do Sistema Geral de Preferências - SGP e do Sistema Global de Preferências Comerciais - SGPC;

XXIII - regulamentar, no País, os procedimentos de certificação de origem no âmbito dos acordos comerciais firmados pelo Brasil, do SGP e do SGPC;

XXIV - divulgar, no País, a aplicabilidade das regras de origem e o funcionamento da certificação de origem no âmbito dos acordos de comércio firmados pelo Brasil, dos SGPs e do SGPC, e informar aos interessados as alterações ocorridas neste funcionamento;

XXV - promover e efetuar notas técnicas, estudos, publicações e reuniões sobre assuntos pertinentes a regimes de origem;

XXVI - responder às consultas dos operadores comerciais quanto à interpretação dos regimes de origem e ao correto preenchimento do certificado de origem; e

XXVII - prestar informação aos países importadores quanto à veracidade e autenticidade dos certificados de origem preferenciais emitidos no Brasil.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Temas Multilaterais compete:

I - representar o Ministério nas negociações entre Brasil/Mercosul e terceiros países ou blocos econômicos em matéria de serviços, investimentos, solução de controvérsias, compras governamentais e outros temas não-tarifários, nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral;

II - revisar e aprimorar os acordos comerciais firmados e propor novos acordos comerciais entre Brasil/Mercosul e terceiros países ou blocos econômicos, nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral, nas matérias de sua competência;

III - propor novos acordos comerciais entre Brasil/Mercosul e terceiros países ou blocos econômicos, nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral, nas matérias de sua competência;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

IV - coordenar e supervisionar estudos, trabalhos e ações destinados à elaboração de propostas e à fundamentação da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio, especialmente sobre as matérias de sua competência;

V - participar do processo de coordenação, consulta e harmonização da posição brasileira junto ao Sistema MDIC, aos diversos órgãos da administração pública e às demais entidades competentes para negociações internacionais de comércio, nas matérias de sua competência;

VI - participar do processo de harmonização das posições dos Estados Parte do Mercosul nas negociações de tratados internacionais de comércio;

VII - participar das tratativas multilaterais de comércio e dos trabalhos temáticos, nas matérias de sua competência, conduzidos no âmbito da OMC;

VIII - promover consultas e estabelecer articulação adequada com entidades representativas do setor privado, em coordenação com outros órgãos do governo, para consubstanciar propostas e definir posições ofensivas e defensivas para as negociações de acordos de comércio, nas matérias de sua competência;

IX - participar e acompanhar, em foros multilaterais, Comitês Técnicos da OMC, OCDE, G20, UNCTAD, UNCITRAL e instituições afins, matérias que possam causar impacto ao desempenho comercial brasileiro;

X - disseminar informações relevantes e não-sigilosas, obtidas em foros nacionais e internacionais, às entidades de classe, empresas e sociedade em geral;

XI - propor consultas sobre indícios de descumprimento de regras internacionais de comércio no âmbito dos tratados internacionais de comércio firmados pelo Brasil;

XII - coordenar, no âmbito da Secretaria, a preparação de subsídios para o mecanismo de revisão da política comercial brasileira da OMC (TPR);

XIII - acompanhar controvérsias decorrentes de compromissos assumidos em tratados internacionais de comércio e subsidiar, tecnicamente, a posição brasileira;

XIV - analisar e subsidiar a elaboração e o aprimoramento da legislação relativa ao comércio exterior e aos tratados e acordos firmados pelo Brasil no âmbito dos organismos multilaterais; e

XV - analisar e elaborar propostas para o aperfeiçoamento de regras internacionais de comércio, dispostas nos tratados negociados e em processo de negociação pelo Brasil, especialmente para os temas de serviços, investimentos, solução de controvérsias, compras governamentais e outros temas não-tarifários de sua competência;

XVI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 20. À Divisão de Compras Governamentais, Investimentos e Serviços compete:

I - realizar estudos, trabalhos e ações destinados à elaboração de propostas e à fundamentação da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio, nas matérias de sua competência;

II - elaborar, propor e consolidar consultas a entidades representativas do setor privado, em coordenação com outros órgãos do governo, nas matérias de sua competência;

III - formular propostas sobre as listas de pedidos e ofertas das matérias sob sua competência, em consulta com outros órgãos governamentais, conforme o caso, com vistas a subsidiar a elaboração da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio;

IV - participar das negociações entre Brasil, Mercosul e terceiros países ou blocos econômicos em matéria de serviços, investimentos, e compras governamentais, nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral; e

V - analisar as Revisões de Políticas Comerciais - TPR dos Membros da OMC e elaborar proposições e questionamentos sobre as matérias sob sua competência.

Art. 21. À Coordenação-Geral de ALADI e do MERCOSUL compete:

I - coordenar, no âmbito nacional, o Comitê Técnico nº 01, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM);

II - representar o Ministério, em sua condição de integrante do Grupo Mercado Comum, nas reuniões da Comissão de Comércio do Mercosul;

III - representar o Ministério nas demais negociações e reuniões intra-Mercosul nos temas de sua competência;

IV - representar o Ministério em discussões sobre alterações tarifárias e estrutura da nomenclatura de classificação de mercadorias;

V - elaborar propostas que harmonizem a Tarifa Externa Comum com os objetivos gerais de política de comércio exterior;

VI - coordenar reuniões destinadas à formação da posição do Ministério em negociações amparadas pelo Tratado de Montevidéu e de aprofundamento e ampliação da ALADI, bem como no âmbito do Comitê Técnico nº 01, de Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias, da Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), com os países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe;

VII - promover consultas e articulação com entidades representativas do setor privado para a formulação de propostas e definição de posições para as negociações de acordos comerciais, ou para aprofundamento de acordos existentes, com os países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe;

VIII - representar o Ministério nas negociações do Mercosul com países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe, com membros da ALADI e em reuniões da Associação, nos temas de sua competência;

IX - formular propostas sobre as listas de pedidos e ofertas de bens, em consulta com outros órgãos governamentais, conforme o caso, com vistas a subsidiar a elaboração da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio com os países ou blocos econômicos da América Latina e do Caribe;

X - propor aprimoramentos na legislação de comércio exterior relacionada aos acordos de integração regional firmados pelo Brasil com os países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe;

XI - participar das comissões bilaterais, grupos de trabalho, comitês de monitoramento de comércio, incluídos os acordos bilaterais de cooperação comercial com países membros da ALADI, em coordenação com outros órgãos e instituições, nos temas de sua competência;

XII - participar de grupos de negociações relacionados com o comércio de bens no âmbito da OMC, em matérias de sua competência;

XIII - coordenar posição brasileira para negociações tarifárias de bens não-agrícolas no âmbito da OMC;

XIV - adequar a lista de concessões tarifárias do Brasil na OMC (lista III) às atualizações do Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias.

XV - divulgar a Tarifa Externa Comum e orientar o setor privado sobre o procedimento de alterações tarifárias;

XVI - analisar e definir posicionamento técnico sobre pleitos de alteração tarifária;

XVII - analisar propostas de alterações tarifárias temporárias amparadas por mecanismos temporários de exceção à Tarifa Externa Comum; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 22. À Divisão de Negociações Regionais compete:

I - acompanhar a aplicação do Tratado de Montevidéu de 1980, assim como dos acordos dele decorrentes, e promover estudos necessários à formulação de posição do Ministério nas negociações com países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe;

II - revisar e sugerir aprimoramento dos acordos comerciais firmados pelo Brasil e pelo Mercosul com países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe ;

III - promover consultas e articulação com entidades representativas do setor privado para a formulação de propostas e definição de posições para as negociações de acordos comerciais, ou aprofundamento de acordos existentes, com países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe ;

IV - propor consultas sobre indícios de descumprimento de regras internacionais de comércio no âmbito dos tratados internacionais de comércio firmados pelo Brasil com países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe ;

V - estudar e avaliar o comércio exterior de bens para elaboração de propostas negociadoras destinadas à melhoria das condições de acesso de produtos brasileiros aos países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe;

VI - propor a negociação de novos acordos comerciais, e o aprofundamento dos acordos existentes com os países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe;

VII - executar políticas para ampliar o acesso dos operadores de comércio exterior às informações sobre acordos de comércio celebrados pelo Brasil com países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe, incluindo tarifas preferencias, lista de bens, normas e procedimentos necessários ao cumprimento dos acordos preferenciais entre outros;

VIII - divulgar informações referentes aos acordos comerciais celebrados com países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe; e

IX - analisar e acompanhar negociações no âmbito tarifário dos países e blocos econômicos da América Latina e do Caribe.

Art. 23. À Coordenação-Geral de Negociações Extrarregionais compete:

I - representar o Ministério nas negociações de matéria tarifária entre Brasil/Mercosul e terceiros países ou blocos econômicos extrarregionais à ALADI, nos âmbitos multilateral, plurilateral e bilateral;

II - representar o Ministério nas negociações em matéria de barreiras técnicas e de acesso a mercados de bens nos âmbitos multilateral, plurilateral, regional e bilateral, com qualquer parceiro comercial;

III - coordenar, supervisionar e realizar estudos sobre as modalidades de acordos internacionais com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, opinando sobre sua conveniência, nos temas tarifários, de barreiras técnicas e de acesso a mercado de bens;

IV - coordenar e supervisionar, no âmbito da Secretaria estudos, trabalhos e ações destinados à elaboração de propostas e à fundamentação da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio, em matéria de barreiras técnicas;

VI - representar os interesses do Ministério na administração dos acordos comerciais firmados pelo Brasil/Mercosul com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, nos temas tarifários, de barreiras técnicas e de acesso a mercado de bens, com qualquer parceiro comercial;

VII - analisar e acompanhar o processo de negociação para acessão dos países ou blocos econômicos à OMC e as negociações para reconsolidação tarifária para os países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI;

VIII - representar o Ministério nas negociações para a confecção de listas de concessões tarifárias;

IX- propor medidas para ampliar o acesso dos operadores de comércio exterior às informações referentes às listas de bens e às preferências tarifárias de acordos de comércio internacional, sistemas gerais de preferências (SGP), Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), entre outros;

X - propor aprimoramentos na legislação de comércio exterior relacionada aos acordos de comércio firmados pelo Brasil/Mercosul com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI;

XI - formular, no âmbito do MDIC, propostas sobre as listas de pedidos e ofertas das matérias sob sua competência, em consulta com outros órgãos governamentais, conforme o caso, com vistas a subsidiar a elaboração da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio; e

XII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 24. À Divisão de Barreiras Técnicas e Tarifárias compete:

I - analisar e elaborar propostas para o aperfeiçoamento de regras internacionais de comércio, dispostas nos tratados negociados e em processo de negociação pelo Brasil, especialmente para barreiras técnicas;

II - apoiar a formulação de propostas sobre as listas de pedidos e ofertas das matérias sob sua competência, em consulta com outros órgãos governamentais, conforme o caso, com vistas a subsidiar a elaboração da posição brasileira nas negociações internacionais de comércio;

III - analisar as revisões de políticas comerciais - TPR dos Membros da OMC e elaborar proposições e questionamentos sobre as matérias sob sua competência;

IV - analisar e subsidiar a elaboração e o aprimoramento da legislação relativa ao comércio exterior e aos tratados e acordos firmados pelo Brasil no âmbito dos organismos multilaterais, nos temas de sua competência;

V - apoiar a identificação de entraves às exportações brasileiras, especialmente barreiras técnicas, em articulação com o setor privado, entidades do Sistema MDIC e demais órgãos do governo, e elaborar recomendações para seu tratamento em nível externo e interno;

VI - participar das tratativas multilaterais de comércio e dos trabalhos temáticos conduzidos no âmbito da Organização Mundial do Comércio - OMC, nas matérias de sua competência;

VII - participar e acompanhar, em foros bilaterais, multilaterais e Comitês Técnicos da OMC e BRICS matérias de sua competência que possam causar impacto ao desempenho comercial brasileiro;

VIII - propor consultas sobre indícios de descumprimento de regras internacionais de comércio, em matéria de tarifas e barreiras técnicas, no âmbito dos tratados internacionais de comércio firmados pelo Brasil/Mercosul;

IX - atuar tecnicamente nas negociações e cooperações em foros hemisféricos, regionais e bilaterais em matérias tarifárias e iniciativas facilitadoras em matéria de barreiras técnicas e de convergência regulatória;

X- elaborar propostas de novos acordos comerciais, acordos de cooperação, memorandos de intenção e memorandos de entendimento em matérias tarifárias e de barreiras técnicas, entre Brasil/Mercosul e países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, para os quais exista especial interesse do exportador brasileiro;

XI - promover consultas e articulação com entidades representativas do setor privado, em coordenação com outros órgãos do governo, para a formulação de propostas e definição de posições para as negociações de acordos de comércio em matérias tarifárias com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, e, em matéria de barreiras técnicas, com qualquer parceiro comercial;

XII - participar da implementação, em matérias de sua competência, dos tratados internacionais de comércio firmados pelo Brasil/Mercosul com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, e, em matéria de barreiras técnicas, com qualquer parceiro comercial;

XIII - coordenar ações de interlocução com o setor privado, com as demais áreas do Ministério e com outros órgãos do governo, destinadas à formação da posição do Ministério para as negociações de acordos de comércio em matérias tarifárias com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, e, em matéria de barreiras técnicas, com qualquer parceiro comercial;

XIV - participar do processo de coordenação, consulta e harmonização da posição brasileira junto ao Sistema MDIC, aos diversos órgãos governamentais e demais entidades competentes para negociações internacionais de comércio, em matéria de barreiras técnicas;

XV - participar das comissões bilaterais, grupos de trabalho, comitês de monitoramento de comércio e acordos bilaterais de cooperação comercial com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI, em coordenação com outros órgãos e instituições, e, em matéria de barreiras técnicas, com qualquer parceiro comercial;

XVI - analisar e elaborar proposta de medidas para ampliar o acesso dos operadores de comércio exterior às informações referentes às listas de bens e às preferências tarifárias de acordos de comércio internacional, sistemas gerais de preferências (SGP), Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), entre outros; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

XVII - analisar e elaborar propostas de aprimoramentos na legislação de comércio exterior relacionada aos acordos de comércio firmados pelo Brasil/Mercosul com países e blocos econômicos extrarregionais à ALADI.

Art. 25. Ao Departamento de Defesa Comercial compete:

I - examinar a procedência e o mérito de petições de abertura de investigações e revisões de dumping, de subsídios e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais, com vistas à defesa da produção doméstica;

II - propor a abertura e conduzir as investigações e as revisões, mediante processo administrativo, sobre a aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais;

III - propor a aplicação de medidas antidumping, compensatórias e de salvaguardas, inclusive as preferenciais, previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais e bilaterais;

IV - examinar a conveniência e o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais;

V - examinar a procedência e o mérito de petições, propor a abertura e conduzir investigação sobre a existência de práticas elisivas que frustrem a cobrança de medidas antidumping e compensatórias;

VI - propor a extensão a terceiros países e a partes, peças e componentes dos produtos objeto de medidas antidumping e compensatórias vigentes;

VII - propor a regulamentação dos procedimentos relativos às investigações de defesa comercial;

VIII - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

IX - acompanhar as negociações internacionais referentes a acordos multilaterais, plurilaterais, regionais e bilaterais pertinentes à aplicação de medidas de defesa comercial e formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a definição da posição brasileira;

X - participar das consultas e das negociações internacionais relativas à defesa comercial;

XI - acompanhar e participar dos procedimentos de solução de controvérsias referentes a medidas de defesa comercial, no âmbito multilateral, plurilateral, regional e bilateral, e formular propostas a respeito, com vistas a subsidiar a definição de proposta brasileira;

XII - acompanhar as investigações de defesa comercial abertas por terceiros países contra as exportações brasileiras e prestar assistência à defesa do exportador, em articulação com outros órgãos e entidades públicas e privadas;

XIII - elaborar material técnico para orientação e divulgação dos mecanismos de defesa comercial;

XIV - examinar a procedência e o mérito de petições de redeterminação das medidas de defesa comercial, propor a abertura e conduzir os procedimentos para alterar a forma de aplicação ou o montante da medida de defesa comercial;

XV - examinar a procedência e o mérito de petições de análise de escopo das medidas de defesa comercial, propor a abertura e conduzir os procedimentos para determinar se um produto está sujeito a medidas de defesa comercial; e

XVI - examinar a procedência e o mérito de petições de revisão administrativa, propor a abertura e conduzir os procedimentos, para determinar a eventual restituição de valores recolhidos em montante superior ao determinado para o período da revisão.

XVII - participar das reuniões dos Comitês Antidumping, de Subsídios e Medidas Compensatórias e de Salvaguardas da Organização Mundial do Comércio - OMC;

Art. 26. À Coordenação de Negociações, Normas e Conformidade compete:

I - conduzir revisões anticircunvenção e procedimentos de avaliação de escopo e de redeterminação;

II - acompanhar as negociações internacionais referentes a acordos multilaterais, plurilaterais, regionais e bilaterais no que tange aos instrumentos de defesa comercial e formular propostas para subsidiar a posição brasileira na matéria;

III - participar das consultas e negociações internacionais relativas à defesa comercial;

IV - elaborar subsídios para reuniões e encontros nos temas de sua competência;

V - elaborar normas nas áreas de competência do Departamento;

VI - deliberar sobre aspectos normativos, administrativos e judiciais relacionados aos processos de defesa comercial e sobre questões processuais, e dar o encaminhamento apropriado; e

VII - uniformizar metodologias e procedimentos internos relativos às investigações de defesa comercial.

Art. 27. Ao Serviço de Apoio à CONNC compete:

I - elaborar o banco de dados e documentos relativos às negociações e normas;

II - auxiliar a Coordenação na uniformização de metodologias e procedimentos para a condução das investigações e revisões; e

III - auxiliar a Coordenação na condução das revisões anticircunvenção e procedimentos de avaliação de escopo e redeterminação e na elaboração dos pareceres relativos a essas revisões e procedimentos.

Art. 28. À Coordenação-Geral de Antidumping, Salvaguardas e Apoio ao Exportador compete:

I - conduzir, mediante processo administrativo, investigações e revisões de dumping e de salvaguardas previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais;

II - analisar o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais, na área de antidumping;

III - determinar a existência de prática de dumping e de surto imprevisto nas importações para o Brasil;

IV - verificar a ocorrência de dano ou de prejuízo grave à indústria doméstica resultante da prática de dumping e de surto imprevisto de importações;

V - apurar a margem de dumping;

VI - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

VII - planejar verificações in loco e executá-las no decorrer da investigação;

VIII - prestar apoio aos peticionários a respeito dos aspectos que envolvam petição sobre investigações de práticas de dumping e de salvaguardas;

IX - prestar assistência ao exportador brasileiro submetido a investigações de defesa comercial no exterior;

X - acompanhar as investigações iniciadas por terceiros países, relativas à defesa comercial contra exportações brasileiras; e

XI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 29. Ao Serviço de Apoio às Investigações da CGSA compete:

I - elaborar o banco de dados das partes interessadas nas investigações e revisões;

II - elaborar os documentos relativos às petições, investigações e revisões;

III - realizar pesquisas estatísticas relativas às petições, investigações e revisões; e

IV - auxiliar a Coordenação-Geral na condução das investigações e revisões e na elaboração dos pareceres relativos às investigações e revisões.

Art. 30. À Coordenação-Geral de Antidumping e Solução de Controvérsias compete:

I - conduzir, mediante processo administrativo, investigações e revisões de dumping previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais;

II - analisar o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais, na área de antidumping;

III - determinar a existência de prática de dumping nas exportações ao Brasil;

IV - verificar a ocorrência de dano à indústria doméstica resultante da prática de dumping;

V - apurar a margem de dumping;

VI - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

VII - planejar verificações in loco e executá-las no decorrer da investigação;

VIII - prestar apoio aos peticionários a respeito dos aspectos que envolvam petição sobre investigações de práticas de dumping;

IX - participar dos procedimentos de solução de controvérsias referentes a medidas de defesa comercial, no âmbito multilateral, plurilateral, regional e bilateral, e formular propostas para subsidiar a formulação da posição brasileira na matéria;

X - acompanhar o desenrolar de disputas comerciais no âmbito da OMC nas áreas de competência do Departamento;

XI - realizar reuniões técnicas periódicas no Departamento para reportar a evolução da jurisprudência multilateral nas áreas de competência do Departamento;

XII - propor a codificação de ajustes na prática do Departamento, à luz do avanço da jurisprudência multilateral; e

XIII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 31. Ao Serviço de Apoio às Investigações da CGSC compete:

I - elaborar o banco de dados das partes interessadas nas investigações e revisões;

II - elaborar os documentos relativos às petições, investigações e revisões;

III - realizar pesquisas estatísticas relativas às petições, investigações e revisões; e

IV - auxiliar a Coordenação-Geral na condução das investigações e revisões e na elaboração dos pareceres relativos às investigações e revisões.

Art. 32. À Coordenação-Geral de Antidumping e Medidas Compensatórias compete:

I - conduzir, mediante processo administrativo, investigações e revisões de dumping e de medidas compensatórias previstas em acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais;

II - analisar o mérito de propostas de compromissos de preço previstos nos acordos multilaterais, plurilaterais, regionais ou bilaterais, nas áreas de antidumping e de medidas compensatórias;

III - determinar a existência de prática de dumping e subsídios nas exportações ao Brasil;

IV - verificar a ocorrência de dano à indústria doméstica resultante da prática de dumping e de subsídios;

V - apurar a margem de dumping e o montante de subsídios;

VI - elaborar as notificações sobre medidas de defesa comercial previstas em acordos internacionais;

VII - planejar verificações in loco e executá-las, no decorrer da investigação;

VIII - prestar apoio aos peticionários em aspectos que envolvam petição sobre investigações de práticas de dumping e de subsídios; e

IX - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 33. Ao Serviço de Apoio às Investigações da CGMC compete:

I - elaborar o banco de dados das partes interessadas nas investigações e revisões;

II - elaborar os documentos relativos às petições, investigações e revisões;

III - realizar pesquisas estatísticas relativas às petições, investigações e revisões; e

IV - auxiliar a Coordenação-Geral na condução das investigações e revisões e na elaboração dos pareceres relativos às investigações e revisões.

Art. 34. Ao Departamento de Estatística e Apoio à Exportação compete:

I - propor, assessorar e acompanhar o planejamento, a formulação e a execução das políticas e dos programas de comércio exterior, além de monitorar e avaliar seus resultados;

II - planejar, coordenar e implementar ações e programas que visem ao desenvolvimento do comércio exterior brasileiro e da cultura exportadora, em articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais e internacionais, e propor a celebração de convênios, acordos ou ajustes semelhantes para a sua implementação;

III - planejar e executar programas de capacitação em comércio exterior;

IV - elaborar e editar o material técnico para orientação da atividade de comércio exterior;

V - manter e coordenar rede nacional de agentes de comércio exterior;

VI - participar de fóruns e comitês a fim de acompanhar os assuntos relacionados à metodologia de produção e à análise das estatísticas de comércio exterior;

VII - coletar, analisar, sistematizar e disseminar dados e informações estatísticas de comércio exterior;

VIII - elaborar e divulgar a balança comercial brasileira;

IX - elaborar estudos, indicadores, publicações e informações sobre produtos, setores e mercados estratégicos para o comércio exterior brasileiro;

X - gerenciar sistemas de consultas, análise e divulgação de dados de comércio exterior;

XI - manter, desenvolver e gerenciar o Sistema de Análise de Informações de Comércio Exterior;

XII - propor a articulação com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a realização de treinamentos, estudos, eventos e outras atividades destinadas ao desenvolvimento do comércio exterior;

XIII - realizar e manter serviço de solução de dúvidas e atender a pedidos de informação relativos ao comércio exterior brasileiro, em parceria com outros órgãos intervenientes no comércio exterior; e

XIV - manter e gerenciar, em parceria com outros órgãos, ferramenta eletrônica de divulgação de informações sobre o comércio exterior brasileiro.

Art. 35. À Coordenação-Geral de Programas de Apoio à Exportação compete:

I - formular, coordenar, implementar e monitorar as ações de apoio às exportações e de difusão da cultura exportadora nas Unidades da Federação;

II - promover e executar as ações relacionadas à Cultura Exportadora no Plano Plurianual;

III - coordenar e implementar o Plano Nacional da Cultura Exportadora - PNCE e sua estrutura de governança, nos âmbitos nacional e estadual;

IV - realizar eventos direcionados para a divulgação e fomento do comércio exterior, em nível nacional, regional e setorial;

V - planejar, desenvolver, e coordenar, em nível nacional, regional e setorial, ações de capacitação em comércio exterior para agentes de comércio exterior e empresários;

VI - elaborar e divulgar material técnico para orientação da atividade exportadora;

VII - administrar sistema gerencial, com banco de dados compartilhado com entidades nacionais e estaduais, que possibilite o planejamento e monitoramento das ações de apoio às exportações e o acompanhamento de empresas no processo de preparação para a exportação;

VIII - participar de eventos nacionais e internacionais relacionados à cultura exportadora e ao apoio às exportações;

IX - formar parcerias com os governos estaduais e com o setor privado para a implementação de ações relacionadas ao desenvolvimento da cultura exportadora; e

X - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 36. À Divisão de Operação de Projetos de Apoio à Exportação compete:

I - supervisionar as atividades relacionadas aos Encontros de Comércio Exterior - ENCOMEX e organizar outros eventos direcionados à divulgação e desenvolvimento do comércio exterior, em nível nacional, regional e setorial;

II - formar parcerias com órgãos públicos e privados para implementar ações relacionadas ao desenvolvimento da cultura exportadora e ao processo de preparação de empresas para a exportação;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - elaborar e divulgar material técnico sobre cultura exportadora; e

IV - acompanhar e apoiar as atividades relacionadas ao PNCE nas Unidades da Federação participantes e à execução das ações relacionadas à Cultura Exportadora no Plano Plurianual.

Art. 37. À Coordenação-Geral de Estatística compete:

I - coordenar a produção primária de estatísticas de comércio exterior, na esfera de sua competência;

II - coordenar a produção de estatísticas de exportação em todas as suas fases;

III - acompanhar e implementar metodologias, conceitos, definições e critérios de apuração e produção de estatísticas de comércio exterior, de acordo com as normas e recomendações internacionais;

IV - elaborar e divulgar análises e publicações da balança comercial brasileira;

V - realizar estudos, projeções e construir indicadores sobre a economia e o comércio exterior brasileiro e mundial;

VI - gerenciar os sítios de estatísticas e de informações de comércio exterior administrados pelo Departamento;

VII - representar a Secretaria em reuniões em órgãos colegiados, em assuntos ligados à análise econômica e ao comércio internacional;

VIII -representar a Secretaria em fóruns nacionais e internacionais sobre estatísticas de comércio exterior;

IX - atender a demandas de estatísticas de comércio exterior;

X - apurar e examinar a prática de fraudes no comércio exterior;

XI - supervisionar e gerenciar arquivo de documentos estatísticos de exportação e de importação; e

XII - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 38. À Coordenação de Acompanhamento e Divulgação Estatística compete:

I - elaborar e divulgar a análise da balança comercial brasileira;

II - coordenar a elaboração de material para subsidiar pronunciamentos, palestras e entrevistas sobre a balança comercial brasileira;

III - coordenar o atendimento às solicitações de estatísticas de comércio exterior;

IV - divulgar as publicações estatísticas de comércio exterior; e

V - analisar e depurar registros de exportação no SISCOMEX de forma a promover depuração preventiva, contínua e a posteriori, para obter o maior nível possível de exatidão nas estatísticas brasileiras de exportação.

Art. 39. À Coordenação de Produção Estatística compete:

I - coordenar a produção primária de estatísticas de comércio exterior;

II - gerenciar o banco de dados de exportação e importação brasileiras;

III - elaborar, preparar e gerenciar tabelas e parâmetros estatísticos compatibilizando metodologias, conceitos, definições e critérios para efeito de apuração, depuração e produção das estatísticas de comércio exterior, de acordo com as recomendações internacionais;

IV - gerenciar a produção de estatísticas de exportação em todas as suas fases;

V - gerenciar os sistemas de consulta de estatísticas de comércio exterior e de inteligência comercial;

VI - administrar os sítios de informação de competência do Departamento;

VII - elaborar as publicações estatísticas do comércio exterior brasileiro;

VIII - trocar dados estatísticos de comércio exterior com organismos nacionais e internacionais, respeitada e legislação vigente; e

IX - representar a Secretaria em fóruns nacionais e internacionais sobre estatísticas de comércio exterior.

Art. 40. À Divisão de Análise e Informação de Comércio Exterior compete:

I - coordenar os levantamentos sobre a economia e o comércio exterior brasileiro e mundial;

II - realizar estudos de setores e de mercados; e

III - assistir e colaborar com as demais unidades do Ministério em relação às demandas de estatísticas de comércio exterior.

Art. 41. Ao Departamento de Competitividade no Comércio Exterior compete:

I - estabelecer normas e procedimentos necessários à implementação de políticas e programas de operacionalização do comércio exterior;

II - coordenar, no âmbito do Ministério, ações referentes ao Acordo sobre Facilitação de Comércio da Organização Mundial do Comércio e representar o Ministério em negociações internacionais e eventos relacionados à facilitação de comércio;

III - coordenar, no âmbito do Ministério, ações referentes ao Acordo sobre Procedimentos de Licenciamento de Importação junto à Organização Mundial do Comércio;

IV - exercer, no âmbito da Secretaria de Comércio Exterior, as atividades de secretaria do Confac;

V - preparar estudos, formular propostas, planejar ações e elaborar e integrar projetos destinados à melhoria da eficiência do ambiente regulatório, de sistemas operacionais e dos processos logísticos, informáticos e de controles governamentais relativos a operações de comércio exterior;

VI - articular-se com os órgãos anuentes no comércio exterior, respeitadas as competências de cada um, com vistas à harmonização e à operacionalização de procedimentos de licenciamento e de outras exigências administrativas requeridas para a concretização de importações e exportações;

VII - coordenar, em conjunto com o Departamento de Operações de Comércio Exterior, as atividades do Ministério no âmbito do Portal Único de Comércio Exterior;

VIII - propor o aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior;

IX - opinar sobre normas pertinentes a aspectos comerciais para o Programa de Financiamento às Exportações - Proex;

X - acompanhar as diretrizes para a política de crédito e financiamento às exportações, especialmente do Proex e do Seguro de Crédito à Exportação;

XI - assessorar a Secretaria de Comércio Exterior quanto à participação do Ministério no Cofig e em outros colegiados pertinentes a créditos à exportação;

XII - administrar o benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza no pagamento de despesas com promoção comercial, comissionamento e logística de produtos brasileiros no exterior;

XIII - desenvolver, administrar e aperfeiçoar o Sistema de Registro de Informações de Promoção;

XIV - planejar ações orientadas para a logística de comércio exterior;

XV - formular propostas para aumentar a competitividade internacional do produto brasileiro, especialmente de âmbito burocrático, tributário, financeiro e logístico;

XVI - atuar, no âmbito de competência do Ministério, em cooperação com outros países e organismos internacionais na promoção, no desenvolvimento e na implementação de medidas de facilitação de comércio em âmbito multilateral, plurilateral, regional ou bilateral; e

XVII - manter e atualizar o Registro de Exportadores e Importadores da Secretaria de Comércio Exterior e administrar, no âmbito de competências da referida Secretaria, o Registro de Empresas Comerciais Exportadoras constituídas nos termos de legislação específica.

XVIII - representar a SECEX nas reuniões e fóruns nacionais e internacionais relacionados a questões de competitividade, especialmente nos âmbitos burocrático, tributário, financeiro e logístico; e

XIX - representar a SECEX na elaboração, execução e acompanhamento das diretrizes de comércio exterior no âmbito da política industrial vigente.

Art. 42. À Coordenação-Geral de Normas e Facilitação de Comércio compete:

I - elaborar normas e procedimentos necessários à implementação de políticas e programas de operacionalização e facilitação de comércio exterior, sem prejuízo das competências específicas dos demais Departamentos e de outros órgãos;

II - desenvolver e executar ações referentes ao Acordo sobre Facilitação de Comércio da OMC e representar o Ministério em negociações internacionais, atividades de cooperação com governos estrangeiros e organismos internacionais e eventos relacionados à facilitação de comércio;

III - desenvolver e executar ações referentes ao Acordo sobre Procedimentos de Licenciamento de Importações da OMC;

IV - analisar e propor a posição da SECEX sobre projetos de lei e outras propostas legislativas e normativas pertinentes ao comércio exterior, em relação à sua adequação e harmonia com a legislação de comércio exterior e com normas e padrões internacionais pertinentes, e em relação aos impactos potenciais sobre a competitividade das exportações brasileiras;

V - elaborar regulamentação sobre o tratamento administrativo das importações e exportações sobre o regime de drawback e sobre a gestão do Siscomex e de seu Portal Único de Comércio Exterior, no âmbito das competências da SECEX;

VI - desenvolver e executar atividades relacionadas com a simplificação, modernização e harmonização das normas de comércio exterior no âmbito da Secretaria;

VII - desenvolver e executar atividades relacionadas à simplificação, à modernização e à harmonização das normas e procedimentos de comércio exterior;

VIII - formular propostas, planejar ações e elaborar e integrar projetos destinados à melhoria da eficiência do ambiente regulatório do comércio exterior;

IX - propor normas pertinentes a aspectos comerciais do Proex;

X - acompanhar as diretrizes para a política de crédito e financiamento às exportações, especialmente do Proex e do Seguro de Crédito à Exportação;

XI - participar de reuniões de colegiados pertinentes a créditos à exportação;

XII - administrar o benefício fiscal de redução a zero da alíquota do Imposto de Renda no pagamento de despesas com promoção comercial, comissionamento e logística de produtos brasileiros no exterior;

XIII - desenvolver, administrar e aperfeiçoar o Sisprom;

XIV - manter, atualizar e administrar, no âmbito das competências da SECEX, o Registro de Empresas Comerciais Exportadoras constituídas nos termos da legislação específica;

XV - analisar e propor posição SECEX sobre projetos de lei e outras propostas legislativas e normativas pertinentes ao comércio exterior, em relação aos impactos potenciais sobre a competitividade das exportações brasileiras; e

XVI - analisar e formular propostas relativas à criação, alteração ou exclusão de regimes aduaneiros especiais e outras políticas de governo voltadas às operações de comércio exterior, no âmbito das competências da SECEX.

Art. 43. À Divisão de Cooperação em Facilitação de Comércio compete:

I - coordenar-se com os órgãos anuentes no comércio exterior, para promover a harmonização e operacionalização de procedimentos de licenciamento e outras exigências administrativas requeridas para a concretização de importações e exportações;

II - promover e participar de ações de divulgação de iniciativas voltadas à facilitação do comércio;

III - promover a cooperação com órgãos da administração e entidades representativas do setor privado para o desenvolvimento de iniciativas e ferramentas de facilitação de comércio;

IV - analisar sugestões e elaborar propostas de aperfeiçoamento da legislação e dos processos de comércio exterior;

V - responder consultas sobre normas procedimentais de comércio exterior; e

VI- exercer atividades administrativas pertinentes à Secretaria do Confac.

Art. 44. À Coordenação-Geral de Projetos e Tecnologia compete:

I - formular propostas, planejar ações e elaborar e integrar projetos e estudos destinados à melhoria da competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional e à facilitação do comércio nos âmbitos burocrático, tributário, financeiro e logístico;

II - propor ações, elaborar estudos e acompanhar as estratégias e os processos de internacionalização de empresas brasileiras;

III - propor e desenvolver ações orientadas para a melhoria da logística das operações de comércio exterior;

IV - gerenciar, em coordenação com as demais áreas competentes, o desenvolvimento e implantação das soluções tecnológicas empregadas pelo Portal Único de Comércio Exterior;

V - formular propostas, planejar ações e elaborar e integrar projetos destinados à melhoria da eficiência de sistemas operacionais e controles governamentais relativos a operações de comércio exterior;

VI - elaborar estudos e propostas voltados à simplificação, harmonização, modernização e integração de processos e sistemas de gestão de operações de exportação e de importação;

VII - desenvolver, integrar e executar ações voltadas à promoção da transparência e do acesso público a informações relacionadas a operações de comércio exterior;

VIII - analisar demandas de inclusão, exclusão e alteração de exigências, licenças ou autorizações diretamente incidentes sobre operações de comércio exterior feitas por órgãos de governo com vistas à sua implantação no Siscomex;

IX - gerenciar, em coordenação com o Departamento de Operações de Comércio Exterior, no âmbito do Ministério, as atividades de planejamento, concepção, regulamentação, e desenvolvimento do Portal Único de Comércio Exterior;

X - cooperar com os outros órgãos da Administração para a integração e atuação deles no Portal Único de Comércio Exterior e em outras ferramentas de facilitação de comércio geridas pela SECEX; e

XI - elaborar projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência no âmbito de sua área de atuação.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 45. Ao Secretário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades da Secretaria.

Art. 46. Ao Chefe de Gabinete incumbe:

I - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e demais atividades do Secretário;

II - controlar as atividades desenvolvidas pela Coordenação de Apoio Administrativo;

III - providenciar a publicação oficial das matérias relacionadas com a área de atuação da Secretaria; e

IV - despachar, controlar processos e pleitos submetidos ao Secretário.

Art. 47. Aos Diretores e Coordenadores-Gerais incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades, e, especificamente, submeter ao chefe imediato programas, planos, projetos e relatórios da área de atuação, acompanhar e avaliar os respectivos resultados.

Art. 48. Aos Coordenadores, Chefes de Divisão e de Serviço incumbe dirigir, coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 49. Serão de responsabilidade da SECEX o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

Art. 50. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Comércio Exterior.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO IX

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Comércio e Serviços, órgão específico singular, compete:

I - formular, coordenar, implementar, monitorar e avaliar políticas públicas que contribuam para o desenvolvimento do setor de comércio e serviços;

II - coordenar, acompanhar e avaliar, no âmbito do Ministério, as ações e os programas que afetem a competitividade dos setores de comércio e serviços relacionados ao processo de inserção internacional e ao fortalecimento das cadeias produtivas, em coordenação com outros órgãos e entidades públicas e privadas representativas desses setores;

III - analisar e acompanhar o comportamento e as tendências dos setores de comércio e serviços no País e no exterior, em conjunto com outros órgãos e entidades públicas e privadas representativas desses setores;

IV - formular propostas de políticas e programas de comércio exterior de serviços e estabelecer normas e medidas necessárias à sua implementação;

V - administrar, controlar, desenvolver e normatizar, no âmbito do Ministério, o Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio - Siscoserv, observadas as competências de outros órgãos;

VI - coordenar os trabalhos de revisão da Nomenclatura Brasileira de Serviços, Intangíveis e outras Operações que produzam Variações no Patrimônio - NBS e a sua harmonização nos fóruns internacionais;

VII - formular e estabelecer políticas de tratamento e divulgação de informações e estatísticas sobre comércio e serviços e sobre comércio exterior de serviços;

VIII - formular propostas setoriais, em articulação com o setor privado, para a coordenação de projetos, ações e programas de cooperação internacional destinados ao incremento do comércio e dos investimentos recíprocos no setor de serviços;

IX - apoiar e acompanhar as negociações internacionais referentes aos setores de comércio e serviços do País; e

X - articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a realização de treinamentos, estudos, eventos, projetos e outras atividades destinadas ao desenvolvimento do comércio exterior de serviços.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Comércio e Serviços - SCS tem a seguinte estrutura:

1. Gabinete - GAB/SCS

1.1. Serviço de Apoio Administrativo - SEADM/SCS

2. Departamento de Políticas de Comércio e Serviços - DECOS

2.1 Coordenação-Geral de Normas e Diagnósticos em Comércio e Serviços -CGND

2.2 Coordenação-Geral de Competitividade em Comércio e Serviços -CGCS

2.2.1 Coordenação de Competitividade em Comércio e Serviços - CCOMS

3. Departamento de Competitividade Internacional em Comércio e Serviços - DECIN

3.1 Coordenação-Geral de Mercado Externo - CGME

3.1.1 Divisão de Competitividade Internacional - DICOI

3.2 Coordenação-Geral de Sistemas, Estatísticas e Informações Gerenciais de Comércio Exterior de Serviços - CGSE

3.2.1 Coordenação de Sistemas, Estatísticas e Informações Gerenciais - CSEIG

Art. 3º A Secretaria de Comércio e Serviços será dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, as Coordenações por Coordenador, as Divisões e o Serviço por Chefe.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - assessorar e prestar assistência direta ao Secretário;

II - assistir o Secretário em sua pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos e coordenar a agenda de compromissos diários;

III- coordenar as atividades desenvolvidas pelo Serviço de Apoio Administrativo;

IV - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais submetidos à consideração do Secretário;

V - remeter às unidades que compõem a Secretaria, se for o caso, os assuntos encaminhados ao Secretário;

VI - orientar a expedição e recebimento de correspondências e processos, e providenciar a edição de portarias, circulares, despachos e outros atos administrativos do Secretário;

VII - coordenar o atendimento das demandas oriundas dos órgãos de controle;

VIII - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual e prestar apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação do PPA e do Orçamento Anual; e

IX - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas ou subdelegadas pelo Secretário.

Art. 6º Ao Serviço de Apoio Administrativo compete:

I - providenciar as propostas de concessão de diárias e passagens nacionais e internacionais e controlar a correspondente prestação de contas;

II - receber e encaminhar documentos e correspondências de interesse da Secretaria, mantendo atualizadas as informações sobre tramitação de documentos;

III - executar as atividades relacionadas ao controle de pessoal e de benefícios;

IV - informar à Unidade responsável do Ministério acerca do controle de frequência dos prestadores de serviços;

V - requisitar, receber e distribuir internamente o material de escritório, controlar a movimentação e zelar pelos bens patrimoniais de responsabilidade da Secretaria;

VI - executar a distribuição de correspondências, revistas, jornais e periódicos na Secretaria;

VII - providenciar a publicação de atos da Secretaria no Diário Oficial da União e no Boletim de Serviço;

VIII - organizar e manter atualizado os arquivos físicos e eletrônicos da Secretaria;

IX - propor medidas para o aperfeiçoamento dos serviços administrativos; e

X - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe de Gabinete.

Art. 7º Ao Departamento de Políticas de Comércio e Serviços compete:

I - propor diretrizes e programas para o desenvolvimento da política de promoção do comércio interno;

II - subsidiar a formulação, a implementação e o controle da execução das políticas destinadas à atividade comercial;

III - elaborar, avaliar e acompanhar estudos sobre comércio e serviços;

IV - elaborar e propor políticas para o desenvolvimento e o aumento da competitividade do setor de comércio e serviços;

V - elaborar e promover a implementação, em articulação com outros órgãos e entidades públicas e privadas, de medidas de simplificação, desburocratização e desregulamentação das atividades de comércio e serviços, com vistas à melhoria do ambiente de negócios;

VI - propor e articular políticas e ações para o desenvolvimento e o aumento da competitividade do sistema brasileiro de franquias;

VII - propor diretrizes, prioridades, programas e instrumentos para a execução da política interna de apoio à promoção comercial, inclusive, por meio de sistema informatizado de informações de feiras e exposições;

VIII - subsidiar a política de crédito e financiamento dos setores de comércio e serviços;

IX - analisar e propor ações e medidas quanto aos serviços de logística;

X - analisar, propor e incentivar medidas para a superação de entraves aos investimentos nos setores de comércio e serviços; e

XI - presidir a Comissão de Representantes da Secretaria de Comércio e Serviços para a revisão da NBS e as suas Notas Explicativas.

Art. 8º À Coordenação-Geral de Normas e Diagnósticos em Comércio e Serviços compete:

I - subsidiar a formulação de diretrizes para o desenvolvimento de políticas de promoção das atividades de comércio e de serviços;

II - subsidiar a formulação de propostas e avaliação de políticas para o aumento da competitividade do setor de comércio e serviços;

III - estudar e elaborar ações para simplificação, desburocratização e desregulamentação das atividades de comércio e serviços para melhoria do ambiente de negócios;

IV - elaborar, avaliar e acompanhar estudos sobre o desempenho dos setores de comércio e serviços;

V -formular e estabelecer políticas de informações e estatísticas sobre o comércio e serviços no mercado interno;

VI - monitorar, analisar, articular e propor medidas legais e normativas relativas aos setores de comércio e serviços em suas atividades no mercado nacional;

VII - coordenar, no âmbito da SCS, os trabalhos da Comissão da NBS;

VIII - apoiar e coordenar iniciativas, junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e às universidades e centros de pesquisa, voltadas à elaboração de diagnósticos sobre os setores de comércio e serviços;

IX - desenvolver programas e projetos de cooperação destinados à elaboração de diagnósticos do setor de comércio e serviços; e

X - elaborar projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 9º À Coordenação-Geral de Competitividade em Comércio e Serviços compete:

I - formular e implementar políticas voltadas para o desenvolvimento e aumento da competitividade do setor de comércio e serviços e melhoria do ambiente de negócios;

II - monitorar e avaliar políticas que impactem a competitividade do setor de comércio e serviços e melhoria do ambiente de negócios;

III - apoiar medidas destinadas ao desenvolvimento da competitividade do setor de comércio e de serviços com o apoio de órgãos públicos e privados;

IV - elaborar e aprimorar políticas públicas voltadas ao setor de comércio e serviços junto às entidades de representação do setor;

V - coordenar e acompanhar a execução dos programas e projetos de cooperação destinados ao desenvolvimento do setor de comércio e serviços;

VI - propor, coordenar e apoiar medidas que contribuam para o desenvolvimento dos diversos canais de venda e distribuição;

VII - propor e promover ações e medidas para a execução da política de apoio à promoção comercial;

VIII - elaborar o Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras e coordenar a gestão do sistema informatizado de informações de feiras e exposições;

IX - identificar e consolidar demandas do setor de comércio e serviços; e

X - elaborar projetos básicos, planos de trabalho e termos de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 10. À Coordenação de Competitividade em Comércio e Serviços compete:

I - acompanhar e subsidiar os trabalhos de implementação de programas e políticas de promoção dos setores de comércio e de serviços;

II - contribuir e apresentar propostas para implementação de ações, políticas e programas destinados ao desenvolvimento da competitividade do setor de comércio e de serviços;

III - participar dos trabalhos coordenados pela Secretaria para promover melhorias no ambiente de negócios;

IV - analisar e acompanhar estratégias e políticas que impactem o setor de comércio e serviços para proposição de ações e projetos destinados à melhoria da competitividade e produtividade das empresas;

V - apoiar a disseminação e divulgação dos trabalhos desenvolvidos para a sociedade e o setor produtivo;

VI - elaborar e disponibilizar relatórios de acompanhamento e monitoramento de atividades, ações e iniciativas desenvolvidas no âmbito de planos e planejamentos internos;

VII - subsidiar a elaboração e acompanhar a implementação de acordos de cooperação técnica nacionais e demais instrumentos jurídicos de interlocução em parceria com outros órgãos do setor público e associações e entidades do setor privado;

VIII - contribuir para articulação com o setor produtivo, divulgação dos trabalhos do Departamento de Políticas de Comércio e Serviços e levantamento de informações que subsidiem a implementação de políticas voltadas ao setor de comércio e serviços; e

IX - apoiar as atividades da Coordenação-Geral de Competitividade de Comércio e Serviços.

Art. 11. Ao Departamento de Competitividade Internacional em Comércio e Serviços compete:

I - coordenar projetos, ações e programas de cooperação internacional destinados ao incremento do comércio e dos investimentos recíprocos no setor de serviços;

II - propor e articular ações para o incremento das exportações de serviços e a internacionalização do comércio e do sistema brasileiro de franquias;

III - acompanhar e apoiar as ações de promoção de exportações relacionadas ao setor de serviços e a internacionalização do comércio;

IV - apoiar e acompanhar a sistematização e a manutenção de dados sobre intenções de investimentos externos no setor de comércio e serviços;

V - coordenar o desenvolvimento, a implementação e a administração de módulos operacionais e de informações do Siscoserv;

VI - presidir a Comissão do Siscoserv e coordenar as ações para sua manutenção e para o aprimoramento dos atos normativos a ela relacionados;

VII - subsidiar a política de crédito e financiamento às exportações de serviços e à internacionalização do comércio;

VIII - propor políticas e ações para maior inserção internacional das cadeias produtivas relativas a comércio e serviços;

IX - elaborar e disponibilizar relatórios estatísticos agregados sobre comércio exterior de serviços, e

X - apoiar e acompanhar as negociações internacionais em serviços.

Art. 12. À Coordenação-Geral de Mercado Externo compete:

I - subsidiar a formulação de propostas para aumento da competitividade no exterior, incremento das exportações de serviços e internacionalização dos setores de comércio, inclusive por via eletrônica e digital;

II - apoiar a coordenação de projetos, ações e programas de cooperação internacional voltados ao incremento do comércio e investimentos recíprocos no setor de comércio e serviços;

III - elaborar, avaliar e acompanhar estudos sobre o comportamento e tendências dos setores de comércio e serviços no exterior e sobre o comércio bilateral de serviços entre o Brasil e demais países;

IV - participar de discussões que impliquem diretrizes relacionadas ao comércio exterior de serviços brasileiro;

V - acompanhar as diretrizes da política de crédito e financiamento às exportações de serviços;

VI - apoiar o desenvolvimento, implantação e atualização da NBS e a sua manutenção no Siscoserv;

VII - apoiar e acompanhar as negociações internacionais referentes aos setores de comércio e serviços e participar das negociações internacionais referentes a comércio eletrônico e digital nas quais o Brasil seja Parte; e

VIII - analisar e elaborar propostas de aperfeiçoamento da legislação de comércio exterior de serviços.

Art. 13. À Divisão de Competitividade Internacional compete apoiar a Coordenação-Geral de Mercado Externo nos temas de sua competência, por meio de subsídios, acompanhamento, avaliação e análise de propostas, projetos, ações, programas, estudos, diretrizes e políticas relacionadas ao comércio exterior de serviços e comércio eletrônico e digital.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 14. À Coordenação-Geral de Sistemas, Estatísticas e Informações Gerenciais de Comércio Exterior de Serviços compete:

I - administrar as soluções tecnológicas do Siscoserv, no âmbito da SCS, com vistas à operacionalização de procedimentos cursados naquele ambiente;

II - coordenar a concepção e realizar o acompanhamento de sistemas informatizados destinados ao processamento das operações de comércio exterior de serviços;

III - coordenar, administrar e controlar o desenvolvimento, a implementação, a operação e a manutenção dos módulos operacionais do Siscoserv, no âmbito do Ministério;

IV - elaborar Projetos Básicos e demais documentos necessários à contratação de serviços de tecnologia da informação, relativos aos módulos do Siscoserv e demais sistemas de sua área de competência e participar do processo de planejamento, execução e controle dos respectivos contratos;

V - coordenar o processo de treinamento e assessoramento aos órgãos governamentais e demais usuários do Siscoserv;

VI - coordenar a homologação de módulos operacionais do Siscoserv;

VII - prestar atendimento sobre a operacionalização no Siscoserv, no tocante aos módulos e documentos eletrônicos sob responsabilidade da SCS, e realizar o acompanhamento, a atualização, a manutenção de procedimentos operacionais no Siscoserv;

VIII- propor normas relacionadas à atuação dos agentes autorizados a processar operações no Siscoserv;

IX - propor regulamento e administrar o acesso dos gestores de mecanismos de apoio aos dados do Siscoserv e controlar e administrar o acesso de usuários do MDIC ao Siscoserv e aos demais sistemas de sua área de competência;

X - analisar sugestões e elaborar propostas para o aperfeiçoamento da legislação e para a regulamentação de procedimentos operacionais do Siscoserv;

XI - atualizar as tabelas de códigos e referências no Siscoserv, respeitadas as competências;

XII - elaborar informações gerenciais e acompanhar as operações de comércio exterior de serviços, a partir dos dados extraídos do Siscoserv e demais sistemas de sua área de competência para divulgação interna e externa;

XIII - administrar e acompanhar a execução de quaisquer atividades relacionadas com a tecnologia de informação do comércio exterior de serviços no âmbito da Secretaria;

XIV - zelar pela manutenção atualizada dos usuários do Siscoserv e de sistemas referentes à área de atuação da Coordenação-Geral;

XV - prestar atendimento a empresas, entidades e órgãos do Governo, dentro da área de atuação da Coordenação-Geral;

XVI - acompanhar e participar de atividades e implementar ações relacionadas a cooperações internacionais, que tenham interferência na área de atuação da Coordenação-Geral;

XVII - participar de reuniões em órgãos colegiados em assuntos técnicos setoriais, e de eventos nacionais e internacionais relacionados à área de atuação da Coordenação-Geral;

XVIII - integrar, em conjunto com a Coordenação-Geral de Mercado Externo, a Comissão do Siscoserv, para subsidiar a posição da Secretaria frente à Secretaria da Receita Federal do Brasil, do Ministério da Fazenda, na cogestão do Sistema;

XIX - propor soluções para simplificação dos procedimentos das operações de comércio exterior de serviços, aperfeiçoamento da legislação, simplificação e facilitação dos procedimentos operacionais do Siscoserv;

XX - coordenar a elaboração de material para subsidiar pronunciamentos, palestras e entrevistas sobre os dados do Siscoserv; e

XXI - formular políticas de informações e estatísticas sobre o comércio exterior de serviços e o apoio à implementação da sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações.

Art. 15. À Coordenação de Sistemas, Estatísticas e Informações Gerenciais compete:

I - subsidiar a formulação de políticas de informações e estatísticas sobre o comércio exterior de serviços e apoiar a implementação da sistemática de coleta, tratamento e divulgação dessas informações;

II - apoiar o desenvolvimento, implementação e administração de informações do Siscoserv;

III - apoiar os trabalhos da presidência da Comissão do Siscoserv atribuídos à SCS;

IV - produzir estatísticas do comércio exterior de serviços utilizando o Siscoserv como fonte primária, além de supervisionar e gerenciar arquivos de documentos estatísticos relacionados ao Sistema;

V - elaborar, preparar e gerenciar tabelas e parâmetros estatísticos para efeito de apuração, depuração e produção das estatísticas do Siscoserv;

VI - disseminar a metodologia de produção estatística do Siscoserv, seus conceitos e definições;

VII - elaborar e divulgar as publicações relativas ao comércio exterior de serviços brasileiro;

VIII - apoiar a elaboração de material para subsidiar pronunciamentos, palestras e entrevistas sobre os dados do Siscoserv;

IX - coordenar o atendimento às solicitações de informações e de estatísticas de comércio exterior de serviços; e

X - acompanhar os trabalhos relacionados aos acordos nacionais e internacionais de intercâmbio de dados estatísticos de comércio exterior de serviços.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 16. Ao Secretário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar, avaliar as atividades da Secretaria.

Art. 17. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete e aos Coordenadores-Gerais incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente, submeter ao chefe imediato programas, planos, projetos e relatórios da área de atuação da Secretaria e acompanhar e avaliar os respectivos resultados.

Art. 18. Aos Coordenadores, Chefes de Divisão e de Serviço incumbe dirigir, coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Serão de responsabilidade da Secretaria de Comércio e Serviços o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

Art. 20. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Comércio e Serviços.

ANEXO X

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA DE INOVAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º À Secretaria de Inovação e Novos Negócios compete:

I - elaborar políticas e programas para geração e difusão da inovação no setor produtivo;

II - coordenar a formulação das propostas de inovação da política industrial nacional;

III - propor medidas para a melhoria do ambiente brasileiro de inovação por meio do aperfeiçoamento e da simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e investimento;

IV - formular e implementar ações que promovam o empreendedorismo inovador e o ambiente de capital de risco no País;

V - desenvolver ações que apoiem a inserção brasileira na economia do conhecimento;

VI - propor políticas e programas para a formação de talentos e a qualificação de recursos humanos baseados nas necessidades atuais e futuras do setor produtivo brasileiro;

VII - desenvolver ações para a atração de investimentos internacionais privados em pesquisa, desenvolvimento e inovação;

VIII - negociar e implementar acordos internacionais de inovação para fomento de parcerias entre empresas brasileiras e estrangeiras;

IX - criar e implementar políticas e programas para o desenvolvimento de negócios e tecnologias relacionadas à economia digital, bioeconomia, nanotecnologia e energia;

X - elaborar, formular e desenvolver ações relativas às contrapartidas em pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XI - assessorar e coordenar a posição de governo nas políticas de propriedade intelectual e exercer a Secretaria-Executiva do Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual - GIPI;

XII - assessorar e coordenar a participação do Ministério nas políticas relacionadas à metrologia, normalização e avaliação da conformidade;

XIII - formular propostas e participar de negociações de acordos, tratados e convênios internacionais relativos aos temas da Secretaria; e

XIV - coordenar a participação do Ministério em colegiados nas áreas de competência da Secretaria.

CAPITULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria de Inovação e Novos Negócios - SIN tem a seguinte estrutura:

1. Divisão de Assessoria Técnica - DIVAT

2. Gabinete - GAB/SIN

3. Departamento de Inovação e Propriedade Intelectual - DINPI

3.1. Coordenação de Empreendedorismo Inovador - COEIN

3.1.1. Divisão de Desenvolvimento de Negócios Inovadores - DININ

3.2. Coordenação de Inovação Global e Propriedade Intelectual - COIPI

3.2.1. Divisão de Propriedade Intelectual - DIPI

4. Departamento de Tecnologias Inovadoras - DETIN

4.1. Coordenação de Infraestrutura para Cadeias Inovadoras - COINF

4.1.1 Divisão de Modelos Educacionais Inovadores - DIMEI

4.2. Coordenação de Novos Negócios - CONEG

4.2.1 Divisão de Bioeconomia - DIBIO

Art. 3º A Secretaria de Inovação e Novos Negócios será dirigida por Secretário, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, as Coordenações por Coordenador e as Divisões por Chefe, cujas funções serão providas na forma da legislação pertinente.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação específica.

CAPITULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - coordenar o planejamento estratégico nos assuntos relacionados à Secretaria;

II - coordenar a gestão de pessoas no âmbito da Secretaria;

III - coordenar a elaboração das propostas da Secretaria para o Plano Plurianual - PPA e para o Orçamento Anual e prestar apoio aos trabalhos de preparação, acompanhamento e avaliação de PPA e do Orçamento Anual;

IV - coordenar a prestação de informações sobre os resultados da atuação da Secretaria;

V - coordenar o atendimento das demandas oriundas dos órgãos de controle;

VI - assistir o Secretário no preparo e despacho do seu expediente e supervisionar o gerenciamento dos assuntos políticos referentes à Secretaria; e

VII - coordenar atividades administrativas capazes de viabilizar o funcionamento da Secretaria.

Art. 6º À Divisão de Assessoria Técnica compete:

I - acompanhar o andamento dos projetos estratégicos da Secretaria;

II - assistir ao Secretário e subsidiar os departamentos na sua atuação e na tomada de decisões;

III - assistir ao Secretário na elaboração, implementação e acompanhamento do planejamento da Secretaria; e

IV - prestar ao Secretário as informações necessárias à tomada de decisões.

Art. 7º Ao Departamento de Inovação e Propriedade Intelectual compete:

I - elaborar estudos e propor as diretrizes de inovação da política industrial nacional para aumento da competitividade do setor produtivo;

II - formular e negociar propostas de aperfeiçoamento e simplificação do marco legal de inovação;

III - propor iniciativas para a criação e o aperfeiçoamento de mecanismos de fomento à inovação nas empresas;

IV - promover estudos e iniciativas destinados à geração de conhecimento e inteligência em políticas de inovação para o setor produtivo;

V - promover iniciativas para a disseminação da cultura e a difusão da inovação pelas empresas brasileiras;

VI - apoiar o empresário brasileiro na capacitação em inovação e no acesso aos instrumentos públicos de fomento;

VII - propor e implementar ações para desenvolver o ambiente brasileiro de capital de risco por meio de novos instrumentos de apoio, aperfeiçoamentos regulatórios, mecanismos fiscais e de investimento;

VIII - desenvolver políticas e programas para impulsionar o empreendedorismo inovador brasileiro;

IX - criar e implementar programas de capacitação para empreendedores de negócios inovadores;

X - negociar, articular com outros órgãos da administração pública e implementar cooperações internacionais em inovação entre empresas brasileiras e estrangeiras;

XI - desenvolver programas e articular ações para atração de investimentos internacionais em pesquisa, desenvolvimento e inovação;

XII - formular e implementar programas, políticas e ações relacionadas à propriedade intelectual;

XIII - assessorar tecnicamente a Secretaria-Executiva do GIPI;

XIV - apoiar a participação na gestão ou na cogestão de fundos públicos com recursos destinados à inovação; e

XV - propor e executar políticas, instrumentos e ações com vistas ao fomento à internacionalização de empresas por meio da inovação.

Art. 8º À Coordenação de Empreendedorismo Inovador compete:

I - dar suporte à formulação da política industrial nas questões relacionadas a inovação e empreendedorismo inovador;

II - participar da elaboração, execução e avaliação de resultados das políticas públicas relacionadas à inovação e ao empreendedorismo inovador;

III - elaborar estudos e propostas para o aperfeiçoamento do ambiente de inovação e de sua governança;

IV - difundir a cultura da inovação e os instrumentos de fomento à inovação e ao empreendedorismo inovador;

V - acompanhar a evolução do conhecimento sobre políticas públicas nacionais e internacionais de inovação;

VI - formular e implementar programas de capacitação e aceleração em larga escala de negócios inovadores e avaliar os resultados;

VII - formular e implementar políticas de inovação específicas para as microempresas, empresas de pequeno porte e médias empresas, acompanhar e avaliar seus resultados;

VIII - promover a aproximação do setor produtivo com as instituições científicas e tecnológicas;

IX - promover a integração de instrumentos entre agentes governamentais, entidades de classe empresariais e instituições científicas e tecnológicas envolvidas nas questões voltadas ao aumento da inovação e competitividade;

X - promover as Finanças Sociais no Brasil, por meio da ampliação dos Negócios de Impacto e do fortalecimento do ecossistema das Finanças Sociais; e

XI - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 9º À Divisão de Desenvolvimento de Negócios Inovadores compete:

I - subsidiar a formulação e implementação de programas de capacitação e aceleração em larga escala de negócios inovadores e avaliar os resultados;

II - construir redes de mentores para auxiliar o desenvolvimento dos negócios inovadores;

III - realizar ações para treinamento e conexão de negócios inovadores com investidores, fundos de capital de risco, aceleradoras e grandes empresas; e

IV - gerar competências em inovação e empreendedorismo inovador e disponibilizá-lo gratuitamente nas plataformas dos programas.

Art. 10. À Coordenação de Inovação Global e Propriedade Intelectual compete:

I - dar suporte à formulação da política industrial nas questões relacionadas à internacionalização de empresas inovadoras e propriedade intelectual;

II - propor políticas e instrumentos de apoio às empresas brasileiras por meio da cooperação internacional em inovação;

III - promover estudos e pesquisas destinados à elaboração, acompanhamento e aprimoramento das ações e políticas desta Coordenação;

IV - difundir o conhecimento e a cultura relativos a direitos de propriedade intelectual;

V - promover parcerias e estabelecer acordos com órgãos e entidades brasileiras e estrangeiras para troca de experiências em políticas públicas e desenvolvimento de iniciativas em inovação e propriedade intelectual;

VI - criar e implementar políticas e programas de fomento à cooperação internacional em pesquisa, desenvolvimento e inovação entre o setor privado brasileiro e países parceiros;

VII - divulgar oportunidades de cooperação internacional em inovação para o setor privado brasileiro;

VIII - apoiar e realizar eventos e missões para atrair investimentos em inovação para o Brasil;

IX - coordenar e acompanhar a execução de ações e programas de atração de investimentos em inovação;

X - promover a inserção internacional das startups brasileiras;

XI - formular e implementar políticas públicas, programas e ações relacionadas à propriedade intelectual e à inovação;

XII - participar, coordenar e representar o MDIC em fóruns, grupos de trabalho e conselhos relacionados à cooperação internacional em inovação e propriedade intelectual;

XIII - subsidiar e participar de negociações de acordos, tratados e convênios internacionais que incluam temas de propriedade intelectual e inovação; e

XIV - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 11. À Divisão de Propriedade Intelectual compete:

I - assessorar técnica e administrativamente a Secretaria Executiva do GIPI;

II - participar em fóruns, grupos de trabalho e conselhos relacionados à cooperação internacional em propriedade intelectual;

III - propor o aperfeiçoamento da legislação nacional de propriedade intelectual;

IV - apoiar a coordenação de ações e programas de propriedade industrial; e

V - subsidiar e participar de negociações de acordos, tratados e convênios internacionais que incluam temas de propriedade intelectual e inovação.

Art. 12. Ao Departamento de Tecnologias Inovadoras compete:

I - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de inovação e de negócios relacionados à economia digital, bioeconomia, nanotecnologia e energia;

II - propor e implementar políticas e programas para aumentar a oferta de recursos humanos qualificados no mercado brasileiro;

III - propor mecanismos para formação e qualificação profissional alinhadas às demandas do setor produtivo, inclusive a implementação de programas e os aperfeiçoamentos regulatórios;

IV - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de inovação e de negócios relacionados a fontes renováveis de energia;

V - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de inovação e de negócios relacionados à economia digital, com ênfase no uso de tecnologia da informação e na comunicação para aumento de eficiência empresarial e geração de novos produtos, serviços e modelos de negócios;

VI - promover políticas para o desenvolvimento e a aplicação de tecnologias avançadas de manufatura;

VII - promover iniciativas de estímulo ao desenvolvimento de negócios e tecnologias aplicadas à solução de problemas urbanos;

VIII - articular-se com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, nos temas relativos ao Departamento de Tecnologias Inovadoras;

IX - subsidiar a formulação de políticas relacionadas à metrologia, normalização e avaliação de conformidade; e

X - promover estudos e pesquisas destinados à geração de conhecimento e inteligência em políticas voltadas ao desenvolvimento de tecnologias inovadoras.

Art. 13. À Coordenação de Infraestrutura para Cadeias Inovadoras compete:

I - coordenar, propor e acompanhar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento de talentos;

II - propor mecanismos para formação e qualificação profissional alinhadas às demandas do setor produtivo;

III - difundir a visão do desenvolvimento de competências e o despertar vocacional para a geração de talentos nos diversos segmentos econômicos;

IV - apoiar a coordenação das ações e programas de normalização, avaliação da conformidade e regulamentação; e

V - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 14. À Divisão de Modelos Educacionais Inovadores compete:

I - avaliar e acompanhar novos modelos educacionais voltados à qualificação profissional;

II - acompanhar as mudanças nas características dos recursos humanos demandados pelo setor produtivo;

III - estimular o desenvolvimento de cursos alinhados às necessidades do setor produtivo; e

IV - promover estudos sobre a efetividade das políticas de qualificação profissional.

Art. 15. À Coordenação de Novos Negócios compete:

I - coordenar, propor e implementar ações que suportem a geração de novos negócios inovadores;

II - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de novos negócios relacionados à economia digital;

III - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de inovação no setor de energia;

IV - propor, coordenar e implementar políticas para o desenvolvimento de novos negócios que tenham impacto nas áreas de educação, saúde, cidades e mobilidade;

V - articular e promover a integração de instrumentos entre agentes governamentais, entidades de classe empresariais e instituições cientificas e tecnológicas envolvidas com vistas à geração de novos negócios disruptivos;

VI - participar, coordenar e representar o MDIC no Comitê Gestor da Internet (CGI.BR);

VII - apoiar e acompanhar o conjunto de investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação atrelados à Zona Franca de Manaus (ZFM);

VIII - propor e implementar ações relativas às contrapartidas em pesquisa, desenvolvimento e inovação no âmbito da participação deste Ministério;

IX - promover projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação que se convertam em negócios inovadores nas áreas intensivas em conhecimento acompanhadas pelo Departamento; e

X - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação.

Art. 16. À Divisão de Bioeconomia compete:

I - subsidiar e acompanhar a formulação de políticas relacionadas à bioeconomia;

II - propor e implementar políticas, programas e ações para o desenvolvimento de novos negócios relacionados à bioeconomia;

III - propor, e implementar políticas para o desenvolvimento de novos negócios relacionados à nanotecnologia e novos materiais; e

IV - participar e representar o MDIC no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN), na Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CNTBIO) e demais conselhos tematicamente relacionados à bioeconomia.

CAPITULO IV

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 17. Ao Secretário incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar, avaliar as atividades de suas respectivas unidades.

Art. 18. Aos Diretores, ao Chefe de Gabinete e aos Coordenadores incumbe planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades e, especificamente, submeter ao chefe imediato programas, planos, projetos e relatórios da área de atuação da Secretaria e acompanhar e avaliar os respectivos resultados.

Art. 19 Aos Chefes de Divisão incumbe coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Serão de responsabilidade da Secretaria de Inovação e Novos Negócios o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

Art. 21. As eventuais dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário de Inovação e Novos Negócios.

ANEXO XI

REGIMENTO INTERNO DA SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa compete:

I - formular, implementar, acompanhar e avaliar políticas, programas e ações de apoio ao artesanato, aos microempreendedores individuais, às microempresas e às empresas de pequeno porte, em alinhamento com as unidades do Ministério;

II - acompanhar e avaliar o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido em atos normativos que criem obrigação para as microempresas ou para as empresas de pequeno porte;

III - subsidiar e propor o aprimoramento de ações dos órgãos da administração pública que compreendam o segmento das microempresas e das empresas de pequeno porte;

IV - fomentar o artesanato, o empreendedorismo e o desenvolvimento sustentável da cadeia das microempresas e empresas de pequeno porte;

V - propor políticas e programas de qualificação e extensão empresarial voltados ao artesanato, aos microempreendedores individuais, às microempresas e às empresas de pequeno porte;

VI - coordenar, em fóruns, comitês e conselhos específicos e nas esferas federativas, ações para subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor do artesanato, para microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte;

VII - propor medidas para melhoria do ambiente de negócios para os artesãos, os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte por meio do aperfeiçoamento e da simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e investimento;

VIII - formular e estabelecer políticas de tratamento e de divulgação de informações, estatísticas e estudos gerados pela Secretaria, relativos a seu público-alvo;

IX - formular propostas e subsidiar e acompanhar negociações de acordos, tratados e convênios internacionais relativos aos temas da Secretaria;

X - coordenar as ações no âmbito da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios e as competências atribuídas no Decreto no 6.884, de 25 de junho de 2009;

XI - apoiar o Ministro de Estado na articulação e na supervisão dos órgãos e entidades envolvidos na integração para o registro e legalização de empresas, de que trata o Decreto nº 6.884, de 2009; e

XII - desenvolver ações de apoio à inserção dos artesãos, dos microempreendedores individuais, das microempresas e das empresas de pequeno porte na economia brasileira.

XIII - submeter à aprovação do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços as tabelas de preço referentes ao código 6621-Serviços de Registro do Comércio, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, relativos aos valores referentes ao do Cadastro Nacional de Empresas-CNE, e da Junta Comercial do Distrito Federal, que serão aprovados e definidos por ato legal.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 2º A Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa - SEMPE tem a seguinte estrutura organizacional:

1. Gabinete - GAB/SEMPE

1.1 Divisão de Assistência Técnica e Administrativa - DIATA

1.1.1 Serviço de Gestão de Planejamento, Orçamento e Controle de Pessoal - SEPOC

1.1.2 Serviço de Logística e Controle de Diárias e Passagens - SELDP

2. Departamento de Empreendedorismo e Artesanato - DEART

2.1. Coordenação-Geral de Empreendedorismo - CGEM

2.1.1. Coordenação de Normatização de Empreendedorismo e Artesanato - CONEA

2.1.2. Divisão de Articulação - DIART

3. Departamento de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - DAMPE;

3.1 Divisão de às Micro e Pequenas Empresas - DIMPE

3.2. Coordenação de Acesso a Mercados e Fontes de Financiamento-CAMFF

3.3. Coordenação de Tecnologia, Inovação e Capacitação - COTIC

3.4. Coordenação-Geral de Micro e Pequenas Empresas - CGMP

4. Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI

4.1. Coordenação-Geral de Normas - CGNO

4.1.1. Coordenação de Instruções Normativas de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins - CINRE

4.2. Coordenação-Geral de Integração - CGIN

4.2.1. Coordenação de Integração para o Registro e Legalização de Empresas - COINT

4.2.2. Coordenação de Suporte Operacional - COSOP

5. Junta Comercial do Distrito Federal - JCDF

5.1. Departamento de Atendimento, Sistemas e Cadastro - DASC

5.1.1. Coordenação de Integração e Modernização - COINM

5.1.1.1. Divisão de Apoio Técnico Administrativo - DAPTA

5.1.2. Coordenação de Atendimento, Arquivo e Cadastro de Empresas - CAACE

5.2. Secretaria Geral - SG

5.2. 1.Coordenação de Registro Empresarial Mercantil - COREM

5.2. 2. Coordenação de Apoio Normativo - COAPN

5.2.2.1. Divisão de Agentes Auxiliares do Comércio - DIAAC

5.3 Procuradoria - PROC-SEMPE

Art. 3º A Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa será dirigida por Secretário Especial, o Gabinete por Chefe, os Departamentos por Diretor, a Junta Comercial por um Presidente, as Coordenações-Gerais por Coordenador-Geral, a Coordenação por Coordenador e as Divisões e Serviços por Chefe.

Art. 4º Os ocupantes dos cargos previstos no artigo anterior serão substituídos, em seus afastamentos ou impedimentos legais, por servidores designados na forma da legislação específica.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAPÍTULO III

COMPETÊNCIA DAS UNIDADES

Art. 5º Ao Gabinete compete:

I - prestar assistência direta ao Secretário Especial nos assuntos de competência da Secretaria;

II - elaborar e acompanhar a pauta de trabalho, audiências, viagens, despachos, e demais atividades da agenda de compromissos do Secretário Especial;

III - coordenar as atividades de assistência técnica, gestão e de serviço de apoio administrativo;

IV - receber, conferir e examinar a correspondência e atos oficiais, submetidos à consideração do Secretário Especial;

V - remeter às unidades que compõem a Secretaria, se for o caso, os assuntos encaminhados ao Secretário Especial;

VI - coordenar o atendimento das demandas oriundas dos órgãos de controle;

VII - coordenar a elaboração das propostas para o Plano Plurianual - PPA, Orçamento Anual - LOA, Relatório Anual de Gestão e Mensagem Presidencial no âmbito da Secretaria, bem como prestar apoio no acompanhamento e avaliação dos mesmos caso necessário;

VIII - preparar subsídios, discursos e palestras a serem proferidos pelo Secretário Especial; e

IX - promover a articulação com as demais unidades do Ministério sobre os assuntos submetidos à consideração do Secretário Especial.

Art. 6º À Divisão de Assistência Técnica e Administrativa compete:

I - acompanhar ao supervisão dos trabalhos relativos à gestão documental, movimentação interna e externa de documentos;

II - auxiliar no controle, elaboração, renovação de convênios, contratos e assinaturas firmados pela Secretaria;

III - providenciar a edição de portarias, circulares, despachos e outros atos administrativos do Secretário Especial;

IV - assistir o Gabinete na revisão e controle dos atos oficiais encaminhados à assinatura ou aprovação do Secretário Especial no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI;

V - apoiar o controle da expedição e recebimento de correspondências e processos no âmbito da Secretaria;

VI - acompanhar a tramitação dos expedientes de interesse da Secretaria junto aos órgãos de Governo; e

VII - dar suporte à organização de subsídios técnicos para a participação do Secretário Especial e do Chefe de Gabinete em reuniões, audiências e viagens.

Art. 7º Ao Serviço de Gestão de Planejamento, Orçamento e Controle de Pessoal compete:

I - acompanhar a execução do orçamento da Secretaria;

II - dar suporte à elaboração e consolidação da proposta da Secretaria para o Plano Plurianual-PPA, Orçamento Anual - LOA, Relatório Anual e Mensagem Presidencial;

III - apoiar a elaboração de relatórios periódicos de atividades, gestão e prestação de contas no âmbito da Secretaria;

IV - subsidiar o monitoramento e atualização do Planejamento Estratégico desempenhados pela Secretaria;

V - assistir o Gabinete no gerenciamento de projetos, em conformidade ao Planejamento Estratégico e ao Plano Plurianual-PPA da Secretaria; e

VI - subsidiar a execução das atividades de controle de pessoal e demais atividades relacionadas à Gestão de Pessoas no âmbito da Secretaria.

Art. 8º Ao Serviço de Logística e Controle de Diárias e Passagens compete:

I - providenciar a instrução dos processos relativos à concessão de passagens e diárias dos servidores da Secretaria e controlar a prestação de contas;

II- coordenar e promover a aquisição de material permanente e de escritório, bens, serviços e equipamentos para a Secretaria e controlar a sua distribuição; e

III - solicitar e supervisionar a execução dos serviços de telecomunicações, reprografia, limpeza, copa, manutenção de máquinas e equipamentos e outros serviços gerais no âmbito da Secretaria.

Art. 9º Ao Departamento de Empreendedorismo e Artesanato compete:

I - apoiar a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas relacionadas com o microempreendedor individual e o artesanato;

II - elaborar estudos e propostas para o aperfeiçoamento do ambiente de negócios e o desenvolvimento e o fortalecimento do microempreendedor individual e do artesanato brasileiro, por meio do aperfeiçoamento e da simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e de investimento;

III - articular, coordenar e apoiar as ações de promoção do conhecimento, do desenvolvimento, da qualificação e da capacitação dos microempreendedores individuais e dos artesãos nos campos da competitividade e da gestão, em alinhamento com as demais unidades do Ministério e outros órgãos de governo, para a ampliação de negócios e investimentos;

IV - estimular a inserção dos microempreendedores individuais e dos artesãos na economia;

V - subsidiar a formulação de políticas de tratamento e divulgação de informações, estatísticas e estudos nas questões relacionadas ao microempreendedor individual e ao setor do artesanato;

VI - difundir instrumentos de fomento ao empreendedorismo e ao artesanato;

VII - apoiar e coordenar eventos, feiras e exposições para impulsionar o empreendedorismo e o artesanato no País;

VIII - gerir ações com foco na formalização do microempreendedor individual e do artesão, incluídas as ferramentas Portal do Empreendedor e Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro;

IX - apoiar em fóruns, comitês e conselhos específicos e nas esferas federativas ações para subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas ao microempreendedor individual e ao setor do artesanato; e

X - coordenar e desenvolver atividades que visem valorizar o artesão brasileiro, elevando o seu nível cultural, profissional, social e econômico, bem como desenvolver e promover o artesanato, conforme estabelecido no Decreto 1.508, de 31 de maio de 1995.

Art. 10. À Coordenação-Geral de Empreendedorismo compete:

I - implementar programas, projetos e iniciativas para promoção, desenvolvimento, e fortalecimento do artesão e do microempreendedor individual, realizados isoladamente ou em parcerias com órgãos públicos e privados, associações setoriais, universidades e organismos internacionais;

II - formalizar parcerias com instituições de ensino e entidades privadas sem fins lucrativos para o desenvolvimento de ações conjuntas de apoio ao público alvo do Departamento;

III - promover a integração dos parceiros institucionais para o desenvolvimento e institucionalização das políticas, programas e instâncias relativos à promoção do artesanato brasileiro e do microempreendedor individual;

IV - gerir o Portal do Empreendedor, o sistema MEI, o Portal do Artesanato Brasileiro e o Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro - SICAB;

V - propor e coordenar eventos, feiras e exposições para impulsionar o empreendedorismo e o artesanato no País;

VI - acompanhar as ações específicas para o MEI e artesão no âmbito do tema microcrédito produtivo, em especial no Plano Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

VII - propor ações de simplificação desburocratização que resultem em maior competitividade para as microempreendedores individuais e artesãos;

VIII - promover ações de formação, capacitação e apoio a gestores e articuladores das unidades estaduais que integram o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), por meio de cooperação técnica e do intercâmbio de informações com instâncias estaduais e locais de apoio ao artesanato; e

IX - elaborar projeto básico, plano de trabalho e termo de referência no âmbito de sua área de atuação;

Art. 11. À Coordenação de Normatização de Empreendedorismo e Artesanato compete:

I - elaborar estudos e propostas para o aperfeiçoamento e regulamentação da política pública do microempreendedor individual e do artesão e de sua governança;

II - viabilizar a formalização de parcerias com órgãos governamentais para promover as ações conjuntas para a uniformização de normas e procedimentos para o microempreendedor individual e o artesão;

III - implementar e gerir, em parceria com instituições públicas e a sociedade civil, as políticas para o microempreendedor individual e o artesão;

IV - monitorar e acompanhar os resultados das ações implementadas por meio das parcerias institucionais estabelecidas; e

V - apoiar a implementação, formulação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos relacionados ao microempreendedor individual.

Art. 12. À Divisão de Articulação compete:

I - subsidiar a atuação de representantes do Departamento nos colegiados de que fazem parte;

II - apoiar operacionalmente o funcionamento de instâncias de apoio e promoção ao artesanato brasileiro; e

III - apoiar a atuação do Diretor no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte e demais instâncias que tenha a atuação do Departamento.

Art. 13. Ao Departamento de Apoio às Micro e Pequenas Empresas compete:

I - apoiar a formulação, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas relacionadas com as microempresas e as empresas de pequeno porte;

II - elaborar estudos e propostas para o aperfeiçoamento do ambiente de negócios e o desenvolvimento e o fortalecimento das microempresas e das empresas de pequeno porte, por meio da simplificação de mecanismos regulatórios, fiscais, de financiamento e investimento;

III - promover a disseminação e o aperfeiçoamento do tratamento diferenciado, simplificado e favorecido em atos normativos que criem obrigação para as microempresas ou para as empresas de pequeno porte;

IV - apoiar ações de promoção do conhecimento, do desenvolvimento, da qualificação e da capacitação das microempresas e das empresas de pequeno porte nos campos da competitividade e da gestão, em alinhamento com as unidades do Ministério e outros órgãos da administração pública, para a ampliação de negócios e investimentos;

V - acompanhar, avaliar e propor o aprimoramento de ações dos órgãos da administração pública que compreendam o segmento das microempresas e das empresas de pequeno porte;

VI - propor políticas e programas de qualificação e extensão empresarial voltados às microempresas e às empresas de pequeno porte, em alinhamento com as unidades do Ministério;

VII - estimular a inserção das microempresas e das empresas de pequeno porte na economia, inclusive por meio da participação em compras governamentais e de parcerias com incubadoras de empresas, grandes empresas, setor acadêmico e organizações do terceiro setor;

VIII - apoiar, em fóruns, comitês e conselhos específicos e nas esferas federativas, ações para subsidiar a formulação de políticas públicas para o segmento das microempresas e das empresas de pequeno porte;

IX - subsidiar a formulação de políticas de tratamento e divulgação de informações, estatísticas e estudos nas questões relacionadas às microempresas e às empresas de pequeno porte; e

X - subsidiar e acompanhar negociações de acordos, tratados e convênios internacionais relativos aos temas da Secretaria, em coordenação com as demais secretarias do Ministério.

Art. 14. À Divisão de Apoio à Micro e Pequena Empresa compete:

I - coordenar a implantação de instâncias regionais de apoio e promoção de microempresas e empresas de pequeno porte;

II - acompanhar e monitorar os desdobramentos decorrentes dos Comitês Temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (FPMPE); e

III - exercer o papel de secretaria executiva do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

Art. 15. À Coordenação de Acesso a Mercados e Fontes de Financiamento compete:

I - coordenar as atividades dos Comitês Temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com sua área de competência;

II - promover o aprimoramento do ambiente de negócios e a oferta de crédito para as microempresas e empresas de pequeno porte;

III - incentivar a instituição de políticas públicas de promoção das microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito das compras governamentais; e

IV - acompanhar e apoiar as questões relativas ao acesso das microempresas e empresas de pequeno porte no mercado internacional.

Art. 16. À Coordenação de Tecnologia, Inovação e Capacitação compete:

I - coordenar as atividades dos Comitês Temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com sua área de competência;

II - formular e implementar programas e projetos de capacitação; e

III - incentivar a parceria das microempresas e empresas de pequeno porte com startups, incubadoras e aceleradoras para acesso a novos mercados.

Art. 17. À Coordenação-Geral de Micro e Pequenas Empresas compete:

I - coordenar as atividades dos Comitês Temáticos do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, de acordo com sua área de competência;

II - promover e coordenar o trabalho de regulamentação e revisão dos marcos legais que versam sobre o tratamento diferenciado, simplificado e favorecido;

III - propor e apoiar a formulação de políticas, programas e projetos de apoio às microempresas e empresas de pequeno porte; e

IV - divulgar as informações, estatísticas e estudos nas questões relacionadas às microempresas e às empresas de pequeno porte.

Art. 18. Ao Departamento de Registro Empresarial e Integração compete:

I - apoiar a articulação e a supervisão dos órgãos e das entidades envolvidos na integração para o registro e a legalização de empresas;

II - quanto à integração para o registro e a legalização de empresas:

a) propor planos de ação e diretrizes e implementar as medidas decorrentes, em articulação com outros órgãos e entidades públicas, inclusive estaduais, distritais e municipais;

b) especificar os sistemas de informação, propor as normas necessárias e executar os treinamentos decorrentes, em articulação com outros órgãos, inclusive estaduais, distritais e municipais, observadas as respectivas competências;

c) implementar e executar sistemática de coleta e tratamento de informações e estatísticas; e

d) propor e implementar projetos, ações, convênios e programas de cooperação, em articulação com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, no âmbito de sua área de atuação;

III - quanto ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, propor os planos de ação, as diretrizes e as normas e implementar as medidas necessárias;

IV - coordenar as ações dos órgãos incumbidos da execução dos serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

V - coordenar a manutenção, a coleta de dados e a atualização da Base Nacional de Empresas;

VI - exercer as atribuições estabelecidas no Decreto nº 1.800, de 30 de janeiro de 1996;

VII - especificar, desenvolver, implementar, manter e operar os sistemas de informação relativos à integração para o registro e a legalização de empresas, em articulação e observadas as competências de outros órgãos;

VIII - coordenar os grupos de trabalho do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, no âmbito de sua competência;

IX - exercer as atividades de secretaria executiva do CGSIM, conforme Decreto nº 6.884, de 25 de junho de 2009; e

X - submeter ao Secretário Especial tabela de preços referentes ao código 6621 - Serviços de Registro do Comércio, que serão aprovados e definidos por ato legal do Ministro da Indústria, Comércio exterior e Serviços.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 19. À Coordenação-Geral de Normas compete:

I - coordenar as ações dos órgãos incumbidos da execução dos serviços do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

II - estabelecer e consolidar as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

III - aperfeiçoar e simplificar normas atinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

IV - solucionar dúvidas decorrentes da interpretação das normas de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

V - prestar orientações às Juntas Comerciais para solução de consultas em observância das normas do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

VI - exercer fiscalização sobre os órgãos incumbidos do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, representando para os devidos fins às autoridades administrativas contra abusos e infrações das respectivas normas;

VII - coordenar a instrução, o exame e o encaminhamento dos processos e recursos a serem decididos pelo Ministro de Estado, inclusive, os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País, por sociedade mercantil estrangeira;

VIII - apoiar o DREI na elaboração de propostas normativas no âmbito do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM;

IX - coordenar as ações relativas à participação do Departamento nas sessões do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF e ao acompanhamento das atividades das Juntas Comerciais no que atine ao cumprimento das comunicações obrigatórias;

X - coordenar a participação do Departamento e as proposições realizadas no âmbito dos encontros sobre combate à corrupção e lavagem de dinheiro; e

XI - exercer as demais atribuições estabelecidas no Decreto 1.800, de 30 de janeiro de 1996.

Art. 20. À Coordenação de Instruções Normativas para Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins compete:

I - elaborar propostas para consolidar as normas e diretrizes gerais do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, e para solucionar dúvidas decorrentes da interpretação das normas;

II - propor medidas de aperfeiçoamento e a simplificação das normas atinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

III - subsidiar as atividades de orientação às Juntas Comerciais sobre procedimentos de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

IV - subsidiar a formulação de respostas às consultas encaminhadas ao Departamento sobre dúvidas atinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

V - instruir, examinar e encaminhar os processos e recursos e os pedidos de autorização para nacionalização ou instalação de filial, agência, sucursal ou estabelecimento no País por sociedade mercantil estrangeira, para serem decididos pelo Ministro de Estado;

VI - examinar e encaminhar a documentação de Vogais indicados pela União;

VII - solicitar informações necessárias aos Órgãos de Registro Público de Empesas e Atividades Afins para exercer a fiscalização jurídica;

VIII - representar às autoridades administrativas contra abusos e infrações das normas de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

IX - elaborar peças de informação para instrução de processos judiciais quando requisitadas ao Departamento;

X - elaborar e propor convênios e acordos de cooperação, em articulação com o setor privado, entidades e organismos, nacionais e internacionais, no âmbito de sua área de atuação;

XI - promover e efetuar estudos, reuniões, fóruns e publicações sobre assuntos pertinentes ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins;

XII - participar das sessões do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, e acompanhar as atividades das Juntas Comerciais, no que atine ao cumprimento das comunicações obrigatórias;

XIII - elaborar propostas pertinentes a sua atividade que possam contribuir com os objetivos de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro e com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF; e

XIV - apoiar a elaboração de propostas normativas a serem apresentadas ao Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM, objetivando regulamentar a inscrição, cadastro, abertura, alvará, arquivamento, licenças, permissão, autorização, registros e demais itens relativos à abertura e legalização de empresas e sociedades.

Art. 21. À Coordenação-Geral de Integração compete:

I - apoiar a articulação e a supervisão dos órgãos e das entidades envolvidos na integração para o registro e legalização de empresas;

II - propor planos de ação, diretrizes e implementar medidas necessárias para a promoção da integração dos processos de registro e legalização de empresas;

III - coordenar ações para especificar regras de negócios dos sistemas de informação atinentes à Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, em articulação com outros órgãos parceiros;

IV - coordenar a especificação das regras de negócios do Coletor Nacional e da Base Nacional de Empresas - BNE, a manutenção, a coleta de dados e a atualização, em articulação com outros órgãos parceiros;

V - subsidiar o desenvolvimento, implantação e operação dos sistemas vinculados ao processo de integração do registro e legalização de empresas;

VI - coordenar e propor ações para implementação e manutenção da sistemática de coleta e tratamento de informação e estatísticas do processo de integração para o registro e legalização de empresas;

VII - compor e apoiar a coordenação dos grupos de trabalho selecionados pela Secretaria Executiva do CGSIM;

VIII - apoiar o Departamento no exercício da atividade de secretaria executiva do CGSIM; e

IX - coordenar a realização de apoio e treinamento em sistemas da Secretaria, em pareceria com demais órgãos.

Art. 22. À Coordenação de Integração para o Registro e Legalização de Empresas compete:

I - propor planos de ação, diretrizes e implementação de medidas necessárias para a promoção da integração dos processos de registro e legalização de empresas no Brasil;

II - especificar regras de negócios dos sistemas de informação vinculados a Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM, em articulação com outros órgãos parceiros;

III - propor ações para implementação e manutenção da sistemática de coleta e tratamento de informação e estatísticas do processo de integração para o registro e legalização de empresas;

IV - apoiar a coordenação, planejar, organizar e acompanhar as ações dos grupos de trabalho no âmbito de sua competência; e

V - fornecer apoio institucional e técnico-administrativo à secretaria executiva do Comitê para Gestão da Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - CGSIM.

Art. 23. À Coordenação de Suporte Operacional compete:

I - apoiar vinculados ao processo de integração do registro e legalização de empresas;

II - manter e operar o Cadastro Nacional de Empresas Mercantis - CNE;

III - especificar, manter e operar os sistemas de informação utilizados para prestação dos serviços pelos órgãos de registro de empresas;

IV - apoiar a coordenação da manutenção, coleta de dados e atualização da Base Nacional de Empresas - BNE, em articulação com outros órgãos parceiros; e

V - realizar apoio e treinamento em Sistemas da Secretaria, em pareceria com demais órgãos.

Art. 24. À Junta Comercial do Distrito Federal compete:

I - executar os serviços de registro de empresário, empresa individual de responsabilidade limitada, sociedade empresária e sociedade cooperativa, neles compreendidos:

a) o arquivamento dos atos relativos ao empresário e à empresa individual de responsabilidade limitada e à constituição, alteração, dissolução e extinção de sociedade empresária e de sociedade cooperativa, das declarações de microempresas e empresas de pequeno porte e dos atos relativos a consórcios e grupo de sociedades de que trata a Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

b) o arquivamento dos atos concernentes a sociedades empresárias estrangeiras autorizadas a funcionar no País;

c) o arquivamento de atos ou documentos que, por determinação legal, seja atribuído ao Registro Público de Empresas, e daqueles que possam interessar ao empresário, à sociedade empresária ou à sociedade cooperativa;

d) a autenticação dos instrumentos de escrituração dos empresários, das empresas individuais de responsabilidade limitada, das sociedades empresárias, das sociedades cooperativas registradas e dos agentes auxiliares do comércio, nos termos da lei específica;

e) a emissão de certidões de informações relativas aos serviços prestados; e

f) o julgamento dos recursos a ela submetidos, na forma da lei;

II - submeter à aprovação da autoridade competente a tabela de preços de serviços; e

III - processar, em relação aos agentes auxiliares do comércio:

a) a habilitação, a nomeação e a matrícula e o seu cancelamento, de tradutores públicos e intérpretes comerciais;

b) a matrícula, e o seu cancelamento, de leiloeiros, trapicheiros e administradores de armazéns gerais; e

c) apurar as infrações cometidas e instaurar processos administrativos para aplicação das penalidades.

IV - submeter ao Secretário Especial tabela de preços referentes, relativos aos serviços prestados pela Junta Comercial do Distrito Federal, referentes ao código 6621 - Serviços de Registro do Comércio, que serão aprovados e definidos por ato legal do Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

Art. 25. Ao Departamento de Atendimento, Sistemas e Cadastro compete:

I - propor política de gestão, diretrizes e indicadores que visem modernizar continuamente a JCDF e garantir a excelência no atendimento ao usuário;

II - planejar, implantar e avaliar, em conformidade com as orientações e diretrizes da Assessoria de Comunicação do Ministério, ações de comunicação com público interno e externo;

III - elaborar proposta orçamentária, planos de trabalho e relatórios anuais;

IV - apoiar a elaboração, implantação, avaliação, revisão e ajustes de planejamentos, programas, projetos, planos e ações;

V - organizar o fluxo de cadastro, arquivo e digitalização dos documentos e orientar quanto ao atendimento dos serviços relacionados;

VI - prestar atendimento específico aos usuários, por meio de agendamentos, quando identificados problemas relativos ao cadastro; e

VII - propor e implementar soluções para problemas de caráter organizacional e de gestão.

Art. 26. À Coordenação de Integração e Modernização compete:

I - acompanhar os trabalhos de implantação e manutenção, recepcionar as ocorrências de falhas ou erros, analisar demandas evolutivas e corretivas e propor melhorias de novos sistemas na Junta Comercial;

II - coordenar, em articulação com área técnica, a aquisição, instalação e manutenção dos recursos computacionais;

III - elaborar relatórios internos, a fim de atender demandas das diversas áreas da JCDF; e

IV - elaborar relatórios para atendimento de demandas externas, mediante o pagamento do preço devido, quando for o caso.

Art. 27. Divisão de Apoio Técnico e Administrativo compete apoiar a execução dos serviços técnicos e administrativos, relacionados à gestão documental.

Art. 28. À Coordenação de Atendimento, Arquivo e Cadastro de Empresas compete:

I - coordenar e acompanhar a execução e controle dos serviços de cadastramento de dados de empresas;

II - coordenar os trabalhos de digitalização dos documentos físicos na JCDF;

III - orientar os usuários internos quanto aos procedimentos para cadastramento, informação e digitalização de documentos;

VI - corrigir falhas, ausências de dados e ou documentos nos atos apresentados a arquivamento na JCDF;

V - promover bloqueios administrativos, mediante solicitação da Secretaria Geral ou quando identificados vícios nos documentos apresentados;

VI - cadastrar e manter atualizado os perfis, permissões de acessos e dados dos servidores com acesso ao sistema de registro da JCDF;

VII - acompanhar as perícias judiciais e a consulta a documentos, realizadas no âmbito da JCDF;

VIII - designar responsável pela documentação a ser apresentada à perícia judicial, quando fora das dependências da JCDF; e

IX - encaminhar à Secretaria Geral processos deferidos com falhas ou erros, a fim de melhorar, continuamente, os serviços prestados pela JCDF.

Art. 29. À Secretaria Geral compete:

I - apoiar a elaboração, implantação, avaliação, revisão e ajustes de planejamentos, programas, projetos, planos e ações;

II - supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução dos serviços de registro e de administração da Junta Comercial;

III - exercer o controle sobre os prazos recursais e fazer incluir na pauta das sessões os processos de recursos a serem apreciados pelo Plenário, solicitando ao Presidente a convocação de sessão extraordinária, quando necessário;

IV - participar das sessões do Plenário e contribuir para o adequado andamento dos trabalhos e processos analisados;

V - assinar as certidões expedidas ou designar servidor para esse fim;

VI - elaborar estudos de viabilidade de criação de Unidades descentralizadas ou de assinatura de convênios;

VII - elaborar estudos sobre a tabela de preços dos serviços da Junta Comercial;

VIII - visar e controlar os atos e documentos enviados para publicação no órgão de divulgação determinado em portaria do Presidente; e

IX - exercer as demais atribuições no âmbito de sua competência.

Art. 30. À Coordenação de Registro Empresarial Mercantil compete:

I - coordenar a análise de processos, inclusive os oriundos do Sistema de Registro e Legalização de Empresas - RLE;

II - coordenar as atividades de protocolo administrativo;

III - coordenar o atendimento ao usuário para esclarecimento de exigências relacionadas à análise de processos;

IV - coordenar as atividades de autenticação;

V - coordenar as atividades relacionadas à emissão de CNPJ;

VI - coordenar o trabalho de análise de livros de escrituração mercantil de empresas e dos agentes auxiliares do comércio;

VII - prestar suporte técnico aos Vogais quanto a dúvidas na análise de processos e recursos ao Plenário;

VIII - adotar as providências para realização de bloqueios judiciais;

IX - elaborar material atualizado para treinamento e capacitação dos usuários internos;

X - intermediar parcerias com universidades públicas e privadas; e

XI - analisar processos de desistência.

Art. 31. À Coordenação de Apoio Normativo compete:

I - apoiar a Secretaria Geral na supervisão, coordenação, fiscalização e execução dos serviços de registro e de administração da Junta Comercial;

II - apoiar a Secretaria Geral no controle sobre os prazos recursais;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

III - apoiar a Secretaria Geral na elaboração de ordens de serviço, instruções, recomendações e despachos para o bom funcionamento dos serviços a cargo da mesma;

IV - apoiar a Secretaria Geral na elaboração dos estudos de viabilidade de criação de Unidades descentralizadas ou de assinatura de convênios;

V - apoiar a Secretaria Geral na elaboração de estudos sobre a tabela de preços dos serviços da Junta Comercial; e

VI - apoiar a Secretaria Geral na elaboração de trabalhos técnicos promovidos pelo DREI.

Art. 32. À Divisão de Agentes Auxiliares do Comércio compete promover a matrícula ou cancelamento, de acordo com as normas vigentes e Lei própria, de:

a) Leiloeiros Oficiais;

b) Tradutores Públicos e Intérpretes Comerciais;

c) Administradores de Armazéns-Gerais; e

d) Trapicheiros.

Art. 33. À Procuradoria como órgão de fiscalização e de consultoria jurídica, sujeita à orientação normativa do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI (art. 4º da Lei nº 8.934/94), tem por finalidade tratar dos assuntos jurídicos de interesse da JCDF, bem como:

I - fiscalizar e promover o fiel cumprimento das normas legais e executivas, oficiando, internamente, por sua iniciativa ou mediante solicitação da Presidência, do Plenário e das Turmas; e, externamente, em atos ou feitos de natureza jurídica, inclusive os judiciais, que envolvam matéria do interesse da JCDF. (art. 28 da Lei nº 8.934/94);

II - examinar e emitir manifestação jurídica sobre atos normativos de competência da Presidência da República, que deverão ser encaminhados oportunamente à Consultoria Jurídica do MDIC, minutas de atos normativos em geral e de outros atos de interesse da JCDF;

III - examinar previamente e aprovar as minutas de portarias, de edital de licitação, contratos, convênios, acordos e ajustes de que a JCDF participe;

IV - examinar e emitir parecer prévio sobre os atos jurídicos de que a JCDF participe;

V - promover a tramitação de seus processos administrativos em todas as suas fases, providenciando seu imediato encaminhamento à Consultoria Jurídica do MDIC, se for o caso;

VI - preparar minuta de informações em qualquer ação constitucional ou em mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade da JCDF;

VII - defender, na forma da lei e mediante autorização da Procuradoria Regional da União no Distrito Federal, os servidores efetivos e os ocupantes de cargos de direção e assessoramento da JCDF quando, em exercício regular das atividades institucionais, forem vítimas ou apontados como autores de ato ou omissão definido como crime ou contravenção penal, bem como nas ações cíveis decorrentes do exercício regular das atividades institucionais por eles praticadas, nos termos do art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995;

VIII - encaminhar proposta de ação civil pública ou solicitar autorização para nela intervir representando a JCDF, quando autorizado pela Procuradoria Regional da União no Distrito Federal;

IX - cumprir e fazer cumprir orientações do Departamento de Registro Empresarial e Integração - DREI;

X - interpretar os atos normativos a serem cumpridos pela JCDF e;

XI - representar a JCDF judicial e extrajudicialmente, sob coordenação e mediante delegação de poderes da Procuradoria Regional da União no Distrito Federal e da Consultoria Jurídica do MDIC, respectivamente.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 34. Ao Secretário Especial incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de suas unidades, articular, representar e presidir o relacionamento com órgãos e entidades atuantes no ecossistema relacionado ao microempreendedor individual, artesanato e micro e pequenas empresas.

Art. 35. Ao Chefe de Gabinete e aos Diretores incumbe planejar, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades.

Art. 36. Aos Coordenadores-Gerais, Secretário-Geral, Coordenadores e aos Chefes de Divisão e de Serviço incumbe dirigir, coordenar, orientar e controlar o funcionamento das unidades sob sua responsabilidade e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 37. Ao Presidente da Junta Comercial do Distrito Federal incumbe planejar, coordenar, orientar a execução das atividades, dirigir e superintender todos os serviços da Junta, e zelar pelo fiel cumprimento das normas legais executivas do registro mercantil.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. Serão de responsabilidade da Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa o acompanhamento, o controle, a fiscalização técnica e o fornecimento de informações para elaboração da prestação de contas, referentes às demandas específicas de sua área de competência.

Art. 39. As dúvidas e os casos omissos surgidos na aplicação do presente Regimento Interno serão solucionados pelo Secretário Especial da Micro e Pequena Empresa.

ANEXO XII

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS:

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO/Nº	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/DAS/ FCPE/FG
	3	Assessor Especial	DAS 102.5
	4	Assessor	DAS 102.4
	3	Assistente Técnico	DAS 102.1
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.5
	2	Assessor Técnico	DAS 102.3
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação de Cerimonial	1	Coordenador	DAS 101.3
	2		FG-1
	5		FG-2
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
	2	Assistente	DAS 102.2
Divisão de Imprensa	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Comunicação Digital e Publicidade	1	Chefe	DAS 101.2
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria Internacional	1	Chefe de Assessoria	DAS 101.4
Coordenação de Articulação e Apoio Administrativo	1	Coordenador	DAS 101.3
ASSESSORIA ESPECIAL DE CONTROLE INTERNO	1	Chefe de Assessoria Especial	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Apoio à Gestão e Controles Internos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Acompanhamento e Ações de *Compliance* em Contratos e Convênios	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Apoio às Ações de Controles Internos, Transparência, Integridade e Gestão de Riscos	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Apoio e Assessoria Técnica	1	Chefe	DAS 101.2
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço de Apoio Técnico-Administrativo	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Apoio Técnico-Jurídico	1	Chefe	DAS 101.1
	1		FG-3
Divisão de Assuntos Jurídicos	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Matérias Administrativas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Contratos, Parcerias e Pessoal	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Matérias Finalísticas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Indústria, Comércio Exterior e Serviços	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral Regimental e Judicial	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Assuntos Regimentais e Judiciais	1	Chefe	FCPE 101.2
OUVIDORIA	1	Ouvidor	DAS 101.4
CORREGEDORIA-GERAL	1	Corregedor-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Processos Disciplinares	1	Chefe	FCPE 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Assessoria Técnica e de Crédito à Exportação	1	Chefe de Assessoria	FCPE 101.4
Divisão Técnica e Internacional	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Crédito à Exportação	1	Chefe	FCPE 101.2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	4	Assistente Técnico	DAS 102.1
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.1
SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA	1	Subsecretário	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Articulação Institucional	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação de Entidades Supervisionadas e Políticas	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Gestão Estratégica e de Risco	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
Divisão de Riscos	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Gestão Estratégica	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Informações e Estudos Estratégicos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Subsecretário	DAS 101.5
	1	Assessor	FCPE 102.4
	1	Assessor Técnico	FCPE 102.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
	1	Assistente	DAS 102.2
Divisão de Apoio Administrativo e Técnico	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	FCPE 101.1
Seções Regionais de Planejamento e Monitoramento	4	Chefe	FG-1
	1		FG-1
	1		FG-3
Coordenação de Gestão por Competências e Seções Regionais	1	Coordenador	FCPE 101.3
	1	Assistente	FCPE 102.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Administração de Pessoal	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Legislação de Pessoal	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Desenvolvimento e Assistência ao Servidor	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Cadastro	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Pagamento	1	Chefe	FCPE 101.2
Serviço de Desenvolvimento de Pessoas	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Controle e Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Aposentadorias e Pensões	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Legislação de Pessoal	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Atenção à Saúde do Servidor	1	Chefe	DAS 101.1
	7		FG-1
	3		FG-2
	2		FG-3
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Administração e Informação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Compras e Procedimentos Licitatórios	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Contratos e Convênios	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Material e Patrimônio	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Engenharia e Projetos de Engenharia e Arquitetura	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Convênios	1	Chefe	DAS 101.2
Divisão de Diárias e Passagens	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Planejamento e Assuntos Estratégicos em Recursos Logísticos	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Documentação e Informação	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Administração Predial	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Compras	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Contratos	1	Chefe	FCPE 101.1
	5		FG-1
	3		FG-2
	1		FG-3
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Governança de Tecnologia da Informação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Sistemas de Informação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Serviços de Tecnologia da Informação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Planejamento e Controle	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Administração de Recursos de TI	1	Chefe	FCPE 101.2
	2		FG-1
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Finanças	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Planejamento	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Programação e Orçamento	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Contabilidade	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Monitoramento e Avaliação	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Programação e Controle Financeiro	1	Chefe	FCPE 101.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Acompanhamento e Análise da Receita	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Acompanhamento e Análise Contábil	1	Chefe	FCPE 101.1
	2		FG-1
SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO	1	Secretário-Executivo	DAS 101.5
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Análises de Projetos	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Planejamento, Normas e Fiscalização	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
SECRETARIA EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX	1	Secretário-Executivo	DAS 101.6
	4	Assessor Especial	DAS 102.5
	3	Assessor	DAS 102.4
	4	Assessor Técnico	DAS 102.3
	4	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
	2	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação	1	Coordenador	DAS 101.3
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Divisão	1	Chefe	DAS 101.2
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	1	Secretário	DAS 101.6
	1	Assessor	DAS 102.4
	1	Assistente	DAS 102.2
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Divisão de Apoio Administrativo	1	Chefe	FCPE 101.2
	7		FG-1
	4		FG-2
	4		FG-3
DEPARTAMENTO DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Energia e Desenvolvimento Sustentável	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Programas de Desenvolvimento Industrial e Investimentos	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Investimentos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Temas Tarifários e Interesse Público	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Programas Especiais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Serviço de Programas Especiais	1	Chefe	FCPE 101.1
Divisão de Arranjos Produtivos Locais	1	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE INVESTIMENTOS E COMPLEXOS TECNOLÓGICOS	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral de Bens de Capital	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Ex-tarifário	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral do Complexo Eletroeletrônico	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Processos Produtivos Básicos	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral do Complexo Químico e da Saúde	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
	1	Assistente Técnico	FCPE 102.1
DEPARTAMENTO DAS INDÚSTRIAS PARA MOBILIDADE E LOGÍSTICA	1	Diretor	DAS 101.5
	2	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Automotivo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Naval, Petróleo e Gás	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Aeroespacial e de Defesa	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE INSUMOS BÁSICOS E TRABALHO	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão de Obra e de Bens de Consumo	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Recursos Naturais e Agroindústria	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Recursos Naturais	1	Coordenador	FCPE 101.3
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
	1	Assistente	DAS 102.2
	1	Assistente	FCPE 102.2
Divisão de Assuntos Técnicos e Apoio à Gestão	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação de Apoio Administrativo	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço de Assuntos Administrativos e Controle de Pessoal	1	Chefe	FCPE 101.1
Serviço de Controle de Diárias e Passagens	1	Chefe	FCPE 101.1
	10		FG-1
	7		FG-2
	8		FG-3
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Normas Operacionais e Assuntos Econômicos	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Modernização de Operações de Comércio Exterior	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Importação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Operações de Similaridade e de Material Usado	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Exportação e Drawback	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do Siscomex	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Regimes de Origem	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Temas Multilaterais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Compras Governamentais, Investimentos e Serviços	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral da ALADI e do MERCOSUL	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Negociações Regionais	1	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Negociações Extrarregionais	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Barreiras Técnicas e Tarifárias	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Negociações, Normas e Conformidade	1	Coordenador	FCPE 101.3
Serviço de Apoio à CONNC	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Antidumping, Salvaguardas e Apoio ao Exportador	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Serviço de Apoio às Investigações da CGSA	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Antidumping e Solução de Controvérsias	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Serviço de Apoio às Investigações da CGSC	1	Chefe	FCPE 101.1
Coordenação-Geral de Antidumping e Medidas Compensatórias	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Serviço de Apoio às Investigações da CGMC	1	Chefe	FCPE 101.1
DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICA E APOIO À EXPORTAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Programas de Apoio à Exportação	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Operação de Projetos de Apoio à Exportação	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação-Geral de Estatística	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Acompanhamento e Divulgação Estatística	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Produção Estatística	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Análise e Estudos de Comércio Exterior	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE COMPETITIVIDADE NO COMÉRCIO EXTERIOR	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Projetos e Tecnologias	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação-Geral de Normas e Facilitação de Comércio	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Cooperação em Facilitação de Comércio	1	Chefe	FCPE 101.2
SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	1	Secretário	DAS 101.6
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Serviço de Apoio Administrativo	1	Chefe	FCPE 101.1
	5		FG-2
	1		FG-3
DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Competitividade em Comércio e Serviços	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Competitividade em Comércio e Serviços	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Normas e Diagnósticos em Comércio e Serviços	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
DEPARTAMENTO DE COMPETITIVIDADE INTERNACIONAL EM COMÉRCIO E SERVIÇOS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Sistemas, Estatísticas e Informações Gerenciais de Comércio Exterior de Serviços	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Coordenação de Sistemas, Estatísticas e Informações Gerenciais	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação-Geral de Mercado Externo	1	Coordenador-Geral	FCPE 101.4
Divisão de Competitividade Internacional	1	Chefe	FCPE 101.2
SECRETARIA DE INOVAÇÃO E NOVOS NEGÓCIOS	1	Secretário	DAS 101.6
Divisão de Assessoria Técnica	1	Chefe	FCPE 101.2
	3		FG-1
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE INOVAÇÃO E PROPRIEDADE INTELECTUAL	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Empreendedorismo Inovador	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Inovação Global e Propriedade Intelectual	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Desenvolvimento de Negócios Inovadores	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Propriedade Intelectual	1	Chefe	FCPE 101.2
DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação de Infraestrutura para Cadeias Inovadoras	1	Coordenador	FCPE 101.3
Coordenação de Novos Negócios	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão de Modelos Educacionais Inovadores	1	Chefe	FCPE 101.2
Divisão de Bioeconomia	1	Chefe	FCPE 101.2
SECRETARIA ESPECIAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA	1	Secretário Especial	NE
Gabinete	1	Chefe de Gabinete	DAS 101.4
Divisão de Assistência Técnica e Administrativa	1	Chefe	DAS 101.2
Serviço de Planejamento, Orçamento e Controle de Pessoal	1	Chefe	DAS 101.1
Serviço de Logística e Controle de Diárias e Passagens	1	Chefe	DAS 101.1
DEPARTAMENTO DE EMPREENDEDORISMO E ARTESANATO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Empreendedorismo	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Normatização de Empreendedorismo e Artesanato	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Articulação	1	Chefe	DAS 101.2
DEPARTAMENTO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS	1	Diretor	DAS 101.5
Divisão de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Acesso a Mercados e Fontes de Financiamento	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Tecnologia, Inovação e Capacitação	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação-Geral de Micro e Pequenas Empresas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
DEPARTAMENTO DE REGISTRO EMPRESARIAL E INTEGRAÇÃO	1	Diretor	DAS 101.5
Coordenação-Geral de Normas	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Instruções Normativas de Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins	1	Coordenador	DAS 101.3
	1	Assistente	DAS 102.2

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Coordenação-Geral de Integração	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Integração para o Registro e Legalização de Empresas	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação de Suporte Operacional	1	Coordenador	DAS 101.3
JUNTA COMERCIAL DO DISTRITO FEDERAL	1	Presidente	DAS 101.5
Departamento de Atendimento, Sistemas e Cadastro	1	Diretor	DAS 101.4
Coordenação de Integração e Modernização	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Apoio Técnico Administrativo	1	Chefe	DAS 101.2
Coordenação de Atendimento, Arquivo e Cadastro de Empresas	1	Coordenador	DAS 101.3
Secretaria Geral	1	Secretário-Geral	DAS 101.4
Coordenação de Registro Empresarial Mercantil	1	Coordenador	DAS 101.3
Coordenação Apoio Normativo	1	Coordenador	DAS 101.3
Divisão de Agentes Auxiliares do Comércio	1	Chefe	DAS 101.2
	1	Assistente Técnico	DAS 102.1
Procuradoria	1	Chefe	FCPE 101.2

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS:

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL	
		QTD.	VALOR TOTAL
NE	6,41	2	12,82
DAS 101.6	6,27	5	31,35
DAS 101.5	5,04	23	115,92
DAS 101.4	3,84	22	84,48
DAS 101.3	2,10	17	35,70
DAS 101.2	1,27	19	24,13
DAS 101.1	1,00	7	7,00
DAS 102.5	5,04	7	35,28
DAS 102.4	3,84	8	30,72
DAS 102.3	2,10	7	14,70
DAS 102.2	1,27	13	16,51
DAS 102.1	1,00	18	18,00
SUBTOTAL 1		148	426,61
FCPE 101.4	2,30	40	92,00
FCPE 101.3	1,26	31	39,06
FCPE 101.2	0,76	32	24,32
FCPE 101.1	0,60	21	12,60
FCPE 102.4	2,30	1	2,30
FCPE 102.3	1,26	1	1,26
FCPE 102.2	0,76	5	3,80
FCPE 102.1	0,60	3	1,80
SUBTOTAL 2		134	177,14
FG-1	0,20	43	8,60
FG-2	0,15	27	4,05
FG-3	0,12	18	2,16
SUBTOTAL 3		88	14,81
TOTAL		370	618,56

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 234, DE 16 DE MAIO DE 2018

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o parágrafo 3º do art. 4º da Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e tendo em vista o disposto na Portaria Inmetro nº 174, de 28 de junho de 2017, que estabelece as normas gerais do Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento da Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Pronametro), e na Portaria Inmetro n 145, de 16 de março de 2018, publicada no DOU de 19/03/2018. Resolve:

Art. 1º - Aprovar a outorga de 13 (treze) bolsas aos alunos selecionados para os cursos de Mestrado Profissional em Metrologia e Qualidade (PPGMQ) e Doutorado em Biotecnologia (PPGBiotec), ambos do Inmetro, em conformidade com os critérios previstos nos Editais de Seleção nº 010, de 01 de setembro de 2017, publicado no DOU de 04 /09/2017, e nº 006, de 12 de dezembro de 2017, publicado no DOU de 15/12/2017, conforme tabelas abaixo:

TABELA 1 - MESTRADO EM METROLOGIA E QUALIDADE - TURMA 2018

Alunos Selecionados	Modalidade de Bolsa Concedida
Andreia Queiroz de Almeida Maia	DCT-7A 100%
Bruno da Silva Nogueira	DCT-7A 100%
Bruno Santos de Oliveira	DCT-7A 100%
Carla Costa Gomes	DCT-7A 100%
Désirrée Souza Gonçalves	DCT-7A 100%
Gabriel da Silva Marinho	DCT-7A 100%
Gisele Morgado	DCT-7A 100%
Juliana Dantas	DCT-7A 100%
Mônica Azevedo Monteiro	DCT-7A 100%
William de Paiva Santos	DCT-7A 100%

TABELA 2 -DOUTORADO EM BIOTECNOLOGIA - TURMA 2018.

Alunos Selecionados	Modalidade de Bolsa Concedida
Luths de Oliveira Geaquinto	DCT-5B 100%
Raquel Monteiro Souza	DCT-5B 100%
Tamara Silva	DCT-5B 100%

Art. 2º - As bolsas terão duração inicial de 12 (doze) meses, a contar de 01/05/2018, admitindo-se renovação, de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, para cumprimento do cronograma de atividades dos cursos de Mestrado em Metrologia e Qualidade e Doutorado em Biotecnologia, do Inmetro .

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 141, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, nomeado pela Portaria nº 1.799, publicada no DOU, de 31 de agosto de 2016, Seção 2, consoante delegação de competência conferida pela Portaria MI nº 195, de 14 de agosto de 2015, publicada no DOU, de 17 de agosto de 2015, e tendo em vista as disposições da Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, da Portaria MI nº 384, de 23 de outubro de 2014, e, ainda, o contido no Processo Administrativo nº 59050.000184/2014-79, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação previstos no art. 5º da Portaria nº 318, de 04 de dezembro de 2014, que autorizou empenho e transferência de recursos ao Município de Itaguaçu - ES, para ações de Defesa Civil, para até 31/12/2018.

Art. 2º Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO NEWTON RAMLOW

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA Nº 150, DE 17 DE MAIO DE 2018

Institui o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade e o Programa de Integridade no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, e dá outras providências.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE - SUDECO, no exercício das competências que lhe foram outorgadas pelo Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014, e alterações, considerando o previsto no art. 23, da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, considerando o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, e considerando a Portaria nº 1089, de 25 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade - CGRCI e o Programa de Integridade com o objetivo de adotar medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos, governança e integridade no âmbito da Sudeco.

§ 1º O Programa de Integridade da Sudeco tem como objetivo implementar e aprimorar mecanismos internos voltados para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção em apoio à boa governança.

§ 2º O Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade será presidido pelo Superintendente da Sudeco e será composto pelos titulares das seguintes Unidades:

I - Diretoria de Administração (DA);

II - Diretoria de Implementação de Programas e de Gestão de Fundos (DIPGF);

III - Diretoria de Planejamento e Avaliação (DPA); e

IV - Ouvidoria.

§ 3º Em seus impedimentos, afastamentos legais ou vacância do cargo, os titulares referidos no parágrafo anterior serão representados por seus substitutos eventuais formalmente designados.

§ 4º Fica designado o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade para coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - Sudeco, sendo o representante da Ouvidoria o responsável por tais atribuições.

§ 5º A Chefia de Gabinete auxiliará administrativamente o Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade, prestando a assistência necessária ao CGRCI.

§ 6º O Auditor Chefe prestará apoio técnico ao Colegiado.

§ 7º O Superintendente poderá convidar servidores representantes de outras unidades para participar das reuniões.

§ 8º Os membros do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade não terão qualquer remuneração pela função exercida, e os trabalhos desenvolvidos serão considerados prestação de relevante serviço público, com o subsequente registro nos seus assentamentos funcionais.

Art. 2º Compete ao Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade, no âmbito da Sudeco:

I - promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos;

II - institucionalizar estruturas adequadas de governança, gestão de riscos e controles

internos;

III - promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, integridade, gestão de riscos e controles internos;

IV - garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público;

V - promover a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos;

VI - promover a adoção de práticas que institucionalizem a Responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações, na forma da lei;

VII - adotar e aprovar política, diretrizes, metodologias e mecanismos para comunicação e institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos;

VIII - supervisionar o mapeamento e a avaliação dos riscos chave (riscos críticos) que podem comprometer a prestação de serviços de interesse público;

IX - liderar e supervisionar a institucionalização da gestão de riscos e dos controles internos, oferecendo suporte necessário para sua efetiva implementação no âmbito da Sudeco;

X - estabelecer limites de exposição a riscos globais da Instituição, bem como os limites de alçada ao nível de unidade, política pública, ou atividade;

XI - aprovar e supervisionar método de priorização de temas e macroprocessos na estrutura organizacional para gerenciamento de riscos e implementação dos controles internos da gestão;

XII - emitir recomendação para o aprimoramento da governança, da gestão de riscos e dos controles internos administrativos; e

XIII - monitorar e aprimorar suas próprias recomendações e deliberações.

Art. 3º Na gestão do Programa de Integridade, são competências e atribuições do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade:

I - coordenar a elaboração e revisão de Plano de Integridade, com visas à prevenção e à mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas;

II - coordenar a implantação do programa de integridade e exercer o seu monitoramento contínuo, visando seu aperfeiçoamento na prevenção, detecção e combate à ocorrência de atos lesivos;

III - atuar na orientação e treinamento dos servidores da entidade com relação aos temas atinentes ao programa de integridade;

IV - promover outras ações relacionadas à gestão da integridade, em conjunto com as demais áreas da entidade;

V - aprovar o Plano de Integridade até 30 de novembro de 2018 e revisá-lo periodicamente;

VI - levantar a situação das unidades relacionadas ao programa de integridade e, caso necessário, propor ações para sua estruturação ou fortalecimento;

VII - levantar os riscos para a integridade e proposição de plano de tratamento;

VIII - coordenar a disseminação de informações sobre o Programa de Integridade na entidade;

IX - planejar e participar de ações de treinamento relacionadas ao Programa de Integridade na Sudeco;

X - identificar eventuais vulnerabilidades à integridade nos trabalhos desenvolvidos pela organização, propondo, em conjunto com outras unidades, medidas para mitigação;

XI - monitorar o Programa de Integridade da Sudeco e propor ações para seu aperfeiçoamento; e

XII - propor estratégias para expansão do programa para fornecedores e terceiros que se relacionam com a Sudeco.

Art. 4º O CGRCI deverá reunir-se em 30 (trinta) dias, a contar da publicação desta Portaria, para deliberar sobre o seu funcionamento.

Art. 5º Caberá ao Superintendente prover o apoio técnico e administrativo ao pleno funcionamento do Comitê de Governança, Riscos, Controles e Integridade, bem como recomendar aos agentes públicos, gestores, dirigentes e unidades organizacionais da Sudeco que prestem, no âmbito das respectivas competências e atribuições, apoio aos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê.

Art. 6º Permanecem válidos os atos anteriormente praticados pelo Comitê de Governança, Riscos e Controles.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 157, de 27 de junho de 2017.

MARCOS HENRIQUE DERZI WASILEWSKI

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 622, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão judicial transitada em julgado, proferida nos autos da Ação Ordinária nº 5006463- 32.2012.4.04.7006/PR, pelo Juízo Federal da 1ª VF de Guarapuava, resolve:

Declarar a nulidade da Portaria nº 1.794, de 29 de outubro de 2007, publicada no Diário Oficial da União de 31 de outubro de 2007, e de todos os efeitos dela decorrentes, com relação às áreas pertencentes a Alan José Fernandes, nas Terras Indígenas Boa Vista, em Laranjeiras do SUL/PR.

TORQUATO JARDIM

PORTARIA Nº 623, DE 16 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, SUBSTITUTO, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 15ª Sessão de Turma, realizada no dia 25 de julho de 2017, no Requerimento de Anistia nº 2008.01.60464, resolve:

Indeferir o Requerimento de Anistia formulado por MILTON DE SOUZA LIMA, portador do CPF nº 298.690.991-49.

GILSON LIBÓRIO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 21 DE MAIO DE 2018

Nº 583 - Processo Administrativo nº 08700.008751/2015-83. Representante: Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Representados: Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário Avulso de Belém e Vila do Conde, Alunorte Alumina do Norte do Brasil S.A., Amazon Logistics Ltda., BF Fortship Agência Marítima Ltda., Majonav Navegação Ltda., ALBRAS - Alumínio Brasileiro S.A., Movimento Transporte e Locação de Máquinas Ltda., Santos Brasil S.A., Norte Trading Operadora Portuária Ltda., Adauto Cunha de Vasconcelos, Adônis Garcia dos Santos, Alexandre da Silva Carvalho, Fábio Tinôco, Fernando A. Oliveira, Flávio Seixas de Holanda, Luiz Guilherme F. Costa, Marcelino Cavalcante da Silva, Nelson Aires, Paul Stathis, Pelágio Araújo de Carvalho, Raimundo Carlos da Costa Feio, Ricardo de Andrade Fernandes, Rodolfo Negrão, Ronaldo Lopes de Assunção e Sílvio Lobato. Advogados: Leonardo Maniglia Duarte, Thadeu de Jesus e Silva, Fernando Oliveira, Cristiane Machado da Silva e outros. Acolho a Nota Técnica nº 8/2018/CGAA4/SGA1/SG/CADE (SEI nº 0473937) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela reinstauração do presente Processo Administrativo para Imposição de Sanções Administrativas por Infrações à Ordem Econômica, nos termos dos arts. 13, V, e 69 a 83 da Lei nº 12.529/2011, c/c os arts. 175 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face das/os Representados, a fim de investigar as condutas apontadas pela referida Nota Técnica passíveis de enquadramento nos incisos I, II, III e IV do caput do Art. 36 da Lei n° 12.529/11 e nos incisos III, IV e X do §3° do mesmo artigo (correspondentes aos incisos I, II, IV e V do caput do Art. 20 da Lei n° 8.884/94 e nos incisos IV, V e XII do §3° do mesmo artigo) e no Art. 116 da Lei 12.529/11 (que corresponde ao Art. 4° da Lei 8.137/90). Notifiquem-se os Representados, que não tiverem sido notificados pelo correio, nos termos do art. 70 da Lei nº 12.529/2011, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Ficam notificados os Representados, que já tiverem recebido a notificação inicial do presente processo pelo correio, nos termos do art. 70 da Lei nº 12.529/2011, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, deverão especificar e justificar as provas que pretendem produzir, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 195 do Regimento Interno do Cade. Caso tenham interesse na produção de prova testemunhal, deverão declinar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 c/c artigo 195, §2º do Regimento Interno do Cade.

Nº 613 - Processo Administrativo nº 08700.008897/2015-29. Representante: Agência Nacional de Transportes Aquaviários. Representados: Órgão de Gestão de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário Avulso do Porto Organizado do Rio Grande, Agência Marítima Orion Ltda, AGM - Operadora Portuária Ltda, Amoniasul Serv. De Refrigeração Ind. Ltda, Bianchini S/A, Brasmarine Serviços Portuários Ltda, Bunge Fertilizantes S/A, Corymar Agência Marítima Ltda, Cranston Transp Integrados Ltda - CTIL, Fertimport S/A, Granel Química Ltda, Macra Administração e Serviços S/C Ltda, Petroport Logística Ltda, Sagres Agenciamentos Marítimos Ltda, Sampayo Nickhorn S/A, Serra Morena Corretora Ltda, Supermar S/A, Tecon Rio Grande S/A, Terminal Graneleiro S/A (Tergrasa), Terminal Marítimo Luiz Fogliatto S/A (Termasa), Vanzin Serviços

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Aduaneiros Ltda, Wilport Operadores Portuários Ltda, ilson Sons Comércio, Indústria e Agência de Navegação Ltda, Andre Bianchini, André Moita Monteiro, André Luiz Ruffier Ortigara, André Lima da Silva, Carlos José Sampaio Rivoire, Claudete Fonseca Silva, Claudinei N. Q. Pereira, Eduardo Adamczyk, Fábio Pinho, Hildo João Von Ahn, Leonardo Drumond Vanzin, Marcos Jacques Fonseca, Mauro Roberto dos Santos, Nilton Santestevan de Almeida, Octavio Juliano Ramos, Rogerio Rodrigues, Romildo Fernandes Bondan, Thiago Bouchut Palácio e Willian Felix Miola. Advogados: Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Dárcio Vieira Marques, Maxweel Meneghini, Thomas Nunes, Luciano Benetti Timm e outros. Acolho a Nota Técnica nº 9/2018/CGAA4/SGA1/SG/CADE (SEI nº 0478317) e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido pela reinstauração do presente Processo Administrativo para Imposição de Sanções Administrativas por Infrações à Ordem Econômica, nos termos dos arts. 13, V, e 69 a 83 da Lei nº 12.529/2011, c/c os arts. 175 e seguintes do Regimento Interno do Cade, em face das/os Representados, a fim de investigar as condutas apontadas pela referida Nota Técnica passíveis de enquadramento nos incisos I, II, III e IV do caput do Art. 36 da Lei n° 12.529/11 e nos incisos III, IV e X do §3° do mesmo artigo (correspondentes aos incisos I, II, IV e V do caput do Art. 20 da Lei n° 8.884/94 e nos incisos IV, V e XII do §3° do mesmo artigo) e no Art. 116 da Lei 12.529/11 (que corresponde ao Art. 4° da Lei 8.137/90). Notifiquem-se os Representados que não tiverem sido notificados pelo correio, nos termos do art. 70 da Lei nº 12.529/2011, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Ficam notificados os Representados que já tiverem recebido a notificação inicial do presente processo pelo correio, nos termos do art. 70 da Lei nº 12.529/2011, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias. Neste mesmo prazo, deverão especificar e justificar as provas que pretendem produzir, que serão analisadas pela autoridade nos termos do art. 195 do Regimento Interno do Cade. Caso tenham interesse na produção de prova testemunhal, deverão declinar na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas, a serem ouvidas na sede do Cade, conforme previsto no artigo 70 da Lei nº 12.529/2011 c/c artigo 195, §2º do Regimento Interno do Cade. Sejam notificadas as seguintes pessoas físicas de sua exclusão do polo passivo do presente Processo Administrativo: Everton Pereira de Mattos, Ivan Rodrigues Faria, Jefferson Freitas de Jesus e Marco Antônio Silva da Silva.

Nº 632 - Ato de Concentração nº 08700.002712/2018-15. Requerentes: DaVita Healthcare Brasil Serviços Médicos Ltda. e Porto Seguro Centros Médicos Ltda. Advogados: Eduardo Molan Gaban, Fernanda Dalla Valle Martino, Raquel Maria Sarno Otranto Colangelo, Rogério Carmona Bianco e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE CORDEIRO MACEDO
Superintendente-Geral

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIAS DE 18 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, resolve:

Nº 88 - RECONHECER E CERTIFICAR à portuguesa abaixo relacionada a igualdade de direitos e obrigações civis e o gozo dos direitos políticos no Brasil, nos termos do Artigo 17 do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, promulgado pelo Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2001, a fim de que possa gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ILDA MARIA DE OLIVEIRA COSTA SILVERIO - V773627-9, natural de Portugal, nascida em 14 de outubro de 1957, filha de Jose de Freitas Costa e de Maria de Lurdes Oliveira, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08000.004223/2018-95).

Nº 89 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

HENRY CESAR CAIZA PACHACAMA - V448780-F, natural do Equador, nascido em 10 de maio de 1976, filho de Cesar Caiza Paucar e de Esther Pachacama Caiza, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08514.001223/2017-62);

MICHAEL DAVID LAVADO SANCHEZ - V869059-Q, natural do Peru, nascido em 22 de maio de 1984, filho de Ausberto Lavado Eusebio e de Julia Manuela Sanchez Morales, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08504.303125/2016-03);

MOHAMMAD ASKAN ALI - V949203-D, natural de Bangladesh, nascido em 01 de outubro de 1986, filho de Mohammad Kaddus Miah e de Khayrun Bibi, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08353.003436/2015-57);

NABARAJ REGMI - G148640-O, natural do Nepal, nascido em 29 de agosto de 1990, filho de Tirthnath Regmi e de Yamuna Upadhaya, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.002524/2017-12);

NDJIKI NDJIKI BALONG JULES - V609766-E, natural de Camarões, nascido em 19 de abril de 1981, filho de Ndjiki Paul e de Ngo Loughe Louise, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.316244/2016-16);

PETER MICHAEL BLAIR - G097823-Z, natural dos Estados Unidos da América, nascido em 20 de setembro de 1969, filho de Alexander Blair e de Joan Frances Macdonald, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.000565/2017-94); e

YOPPION SILVA LOPES CORREIA - V695405-C, natural da Guiné-Bissau, nascido em 01 de dezembro de 1985, filho de Anselmo Lopes Correia e de Maria Domingas Sebastiao da Silva, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.018449/2017-11).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 90 - CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, à pessoa abaixo relacionada, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 68 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

JOCELYNE VITALE , natural da Síria, nascida em 01 de março de 1960, filha de Sami Vitale e de Shadieh Hakim, residente na cidade de Damasco, no Estado da Síria (Processo nº 08000.069165/2017-64);

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

DESPACHOS

Nº 1.649/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Igualdade de Direitos
Interessado: Maria Inês Narciso Palmeira Pizarro Beleza
Processo: 08000.010291/2018-93

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido por falta de amparo legal, tendo em vista que que a nacional portuguesa não atende aos requisitos elencados no artigo 15, do Decreto nº 3.927, de 19 de setembro de 2011, que promulgou o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.

Nº 1.650/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Igualdade de Direitos aos Portugueses
Interessado: RUI MIGUEL AVEIRO DE OLIVEIRA
Processo: 08000.000363/2018-94

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido por ausência de interesse em razão do não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Nº 1.652/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Igualdade de Direitos aos Portugueses
Interessado: PEDRO NUNO COELHO GOMES
Processo: 08400.008874/2017-61

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido por ausência de interesse em razão do não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99

Nº 1.653/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Igualdade de Direitos
Interessado: João Antunes de Andrade
Processo: 08000.033901/2017-46

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido por ausência de interesse em razão do não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Nº 1.654/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Igualdade de Direitos
Interessado: AVELINO RODRIGUES FERRO
Processo: 08000.035399/2017-16

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido por ausência de interesse em razão do não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Nº 1.655/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Igualdade
Interessado: PEDRO MIGUEL FURNA SERAFIM
Processo: 08057.000660/2017-01

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido por ausência de interesse em razão do não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Nº 1.656/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Igualdade de Direitos
Interessado: JUDITE MARTINS VENTURA
Processo: 08000.025039/2017-06

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido por ausência de interesse em razão do não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Nº 1.657/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Igualdade de Direitos
Interessado: JOSÉ AUGUSTO DA SILVA SOUSA
Processo: 08260.004893/2015-06

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido por ausência de interesse em razão do não cumprimento de exigências, nos termos do artigo 40 da Lei 9.784/99.

Nº 1.706/2018/GAB-SNJ/SNJ
Assunto: Indeferimento de Naturalização
Interessado: MANUEL PEREIRA BRAVO DA SILVA
Processo: 08460.009634/2017-79

No uso da competência a mim atribuída, por meio da Portaria Interministerial nº 11, de 03 de maio de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 04 de maio de 2018, INDEFIRO o pedido, tendo em vista que o requerente não comprovou ter residência em território nacional pelo prazo de 15 (quinze) anos, nos ternos do Art. 67 da Lei 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DIVISÃO DE NACIONALIDADE E NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

CERTIFICO que, ILDA ROSA DOS SANTOS, incluída na Portaria nº 509-B, de 11 de dezembro de 1973, publicada no Diário Oficial da União de 14 de dezembro de 1973, de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo de Direitos Políticos no Brasil, passou a assinar ILDA ROSA DOS SANTOS MARQUES, por haver contraído matrimônio com Moacyr Marques Junior, em 22 de janeiro de 1976, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil e Anexos do Distribuidor, Contador e Partidor, 1º Subdistrito, Município, Comarca e Distrito de Santo André/SP, registrado sob o n° 135, às fls. 241, livro n° B 01. Processo 08505.028327/2018-12

CERTIFICO que, MARIA DE FÁTIMA REIGOTA DAMAS, incluída na Portaria de nº 736, de 26 de setembro de 1978, publicada no Diário Oficial da União de 28 de setembro de 1978, passou a assinar MARIA DE FÁTIMA REIGOTA DAMAS ALVAREZ, por haver contraído matrimônio com Ronert Alvarez, em 26 de setembro de 1992, conforme Certidão de Casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais do Distrito da Sede do Município e Comarca de Guarulhos-SP, registrado às fls. 66 e v, no Livro B n° 302, sob o n° 61566. Processo nº 08000.017735/2018-11

CERTIFICO que, o exato nome de ANAS AL JARAMAIN, incluído na Portaria da SNJ nº 257, de 19 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 21 de dezembro de 2017, é ANAS AL JARAMANI, e não como constou. Processo nº 08000.017106/2018-91

CERTIFICO que, o exata data de nascimento de LORENA ADELAIDA GUILLERMINA LARA TERAN, incluída na Portaria da SNJ nº 11, de 23 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2018, Seção 1, página 121 , é 06 de abril de 1959, e não como constou. Processo nº 08000.015961/2018-68

CERTIFICO que, JEAN MANE, incluído na Portaria da SNJ nº 132, de 08 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 12 de junho de 2017, é natural da GUINÉ-BISSAU, e não como constou. Processo nº 08000.014823/2018-61

CERTIFICO que, PAOLA DELLA ROSA SILVA, incluída na Portaria de nº172, de 31 de outubro de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 05 de novembro de 2012, voltou a assinar PAOLA DELLA ROSA, em virtude de Divórcio, conforme Escritura Pública lavrada no 1° Tabelião de Notas de Franca/SP, aos 10/02/2017, no livro 1368, às páginas 28/31, averbada na Certidão de Casamento expedida pelo Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais do 27° Subdistrito - Tatuapé, São Paulo/SP, Matrícula 143032 01 55 1989 2 00029 032 0016636-91. Processo nº 08000.014440/2018-93

CERTIFICO que, ERZSEBET ROESLER, incluída no Decreto de Coletivo nº 282, de 26 de abril de 1963, publicado no Diário Oficial da União de 13 de maio de 1963, voltou a assinar ERZSEBET SZAKMARY, em virtude de Desquite Amigável, por sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 9ª Vara da Família e Sucessões de São Paulo/SP, datada de 18/07/1973, averbada na certidão de casamento Matrícula 115030 01 55 1959 2 00018 134 0006008-55. CERTIFICO, outrossim, que por sentença proferida pelo MM. Juiz de Direito da 9ª Vara da Família e Sucessões de São Paulo/SP, datada de 16/03/1990, autos n° 72/90, foi convertida em Divórcio a Separação Consensual do casal, averbado na Certidão de Casamento Matrícula 115030 01 55 1959 2 00018 134 0006008-55. Processo nº 08000.013390/2018-27

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CERTIFICA que NURIT BAR NISSIM, incluída na Portaria Coletiva nº 642-B, de 29 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1974, passou a assinar NURIT BAR NISSIM MEDEIROS, por haver contraído matrimônio com Fernando Alberto Mendes Guimarães Medeiros, em 25 de maio de 1985, conforme certidão de casamento expedida pelo 21º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital-Saúde, São Paulo/SP, registrada no Livro B nº 67, as folhas 139, sob o nº 19807. Processo nº 08000.003175/2018-18

CERTIFICO que, OLINDA LOURENÇO DE OLIVEIRA, incluída na Portaria de nº 0479, de 15 de setembro de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1981, de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo de Direitos Políticos no Brasil, passou a assinar OLINDA LOURENÇO DE OLIVEIRA CAMASSA, por haver contraído matrimônio com Paulo Egidio Camassa, em 27 de dezembro de 1993, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, 28º Subdistrito - Jardim Paulista, São Paulo/SP, Matrícula 112375 01 55 1993 2 00055 102 0016110-21. Processo nº 08000.064929/2017-25

CERTIFICO que, OLINDA LOURENÇO DE OLIVEIRA, incluída na Portaria de nº 0479, de 15 de setembro de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 16 de setembro de 1981, de Igualdade de Direitos e Obrigações Civis e o Gozo de Direitos Políticos no Brasil, passou a assinar OLINDA LOURENÇO DE OLIVEIRA CAMASSA, em 27 de dezembro de 1993, conforme certidão de casamento expedida pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, 28º Subdistrito - Jardim Paulista, São Paulo/SP, Matrícula 112375 01 55 1993 2 00055 102 0016110-21. Processo nº 08000.064929/2017-25

CERTIFICO que, MARIA TERESA CAPOBIANCHI DE TEIXEIRA DA CONCEIÇÃO, incluída na Portaria Coletiva nº 415, de 19 de julho de 1983, publicada no Diário Oficial da União de 20 de julho de 1983, passou a assinar MARIA TERESA CAPOBIANCHI, por haver contraído matrimônio com Cesar Augusto Capobianchi, em 14 de novembro de 2014, conforme anotação no Livro B, nº 98, às folhas 282, Termo 29382, no Cartório do 4º Subdistrito Nossa Senhora do Ó - São Paulo/SP, averbado na Certidão de Casamento Matrícula 117838 01 55 1975 2 00051 016 0015516 32. Processo nº 08018.005572/2015-92

DECLARA que a correta grafia do nome da genitora de JORGE LUIS LISCHTERNAHUER MONTERO, incluído na Portaria Naturalização nº 187, de 22 de agosto de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2017, é Loida Montero Casupas não como constou. Processo nº 08505055141201666

CERTIFICO que, NURIT BAR NISSIM, incluída na Portaria Coletiva nº 642-B, de 29 de novembro de 1974, publicada no Diário Oficial da União de 03 de dezembro de 1974, passou a assinar NURIT BAR NISSIM MEDEIROS, por haver contraído matrimônio com Fernando Alberto Mendes Guimarães Medeiros, em 25 de maio de 1985, conforme certidão de casamento expedida pelo 21º Cartório do Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca da Capital de São Paulo (Saúde), registrada no Livro B, as folhas 139, sob o nº 67. Processo nº 08000.003175/2018-18

SIMONE ELIZA CASAGRANDE

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 81, DE 18 DE MAIO DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Título: THE BANNER SAGA TRILOGY - BONUS EDITION (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): VERSUS EVIL
Distribuidor(es): 505 GAMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Categoria: Estratégia/RPG
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Drogas Lícitas e Violência
Processo: 08017.000491/2018-59
Requerente: MICHAEL BOOKER

Título: VALKYRIA CHRONICLES 4 (Estados Unidos da América - 2018)
Produtor(es): SEGA OF AMERICA, INC.
Distribuidor(es): ECOGAMES DO BRASIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: RPG/Estratágia
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000573/2018-01
Requerente: TEAM ONE LATIN AMERICA

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 23, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.199935/2010-45, interposto pela DIOCESE DE PARINTINS (AM), CNPJ nº 04.594.537/0001-88, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido aos requisitos constantes da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

CONSULTA PÚBLICA Nº 24, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna público, nos termos do artigo 26 da Lei nº12.101, de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º, do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do Recurso Administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.113279/2016-97, interposto pelo Desafio Jovem do Recife, CNPJ nº 08.259.087/0001-28, contra a decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS), da ora recorrente, pelo não atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

CONSULTA PÚBLICA Nº 26, DE 21 DE MAIO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, torna pública, nos termos do artigo 26 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, do artigo 14, § 4º do Decreto nº 8.242 de 23 de maio de 2014 e do artigo 64 da Portaria nº 834/GM/MS de 26 de abril de 2016, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito de recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo MS/SIPAR nº 25000.174150/2012-21, interposto pela Sociedade de Beneficência e Caridade de Brochier/RS, CNPJ no 91.370.379/0001-87, contra decisão de indeferimento do pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, por não ter atendido os requisitos constantes do inciso X do art. 30 da Portaria nº 834/GM/MS de 2016, c/c o inciso II do art. 19 do Decreto nº 8.242, de 2014, c/c o inciso II do art. 4º da Lei nº 12.101, de 2009; não cumpriu o previsto no art. 19 da Portaria nº 834/GM/MS, de 2016, c/c o § 1º, incisos I e II do art. 20 do Decreto nº 8.242, de 2014, c/c o inciso III do art. 4º da Lei nº 12.101, de 2009; e, não cumpriu com o inciso I do art. 5º da lei nº 12.101, de 2009.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAS/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.218, DE 21 DE MAIO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 3.659/GM/MS, de 22 de dezembro de 2017, que qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes ao Município de Contagem (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do Parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Nota Técnica nº 100/2018-CGUE/DAHU/SAS/MS, que informa a necessidade de alteração de portaria publicada que qualifica a Central de Regulação das Urgências (CRU), Unidades de Suporte Básico (USB) e Unidades de Suporte Avançado (USA), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) pertencentes ao Município de Contagem (MG), para inserção de informações imprescindíveis ao seu correto lançamento no sistema SISMAC e consequente efeito financeiro, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 3.659/GM/MS, de 22 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 245-B, de 22 de dezembro de 2017, Seção 1, página 19, passa a vigorar na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

Central de Regulação das Urgências e Unidades Móveis (SAMU 192)

UF	Município	Município para repasse	IBGE	CNES	Descrição	SIPAR	Gestão	Código	Número Proposta	Valor anual a ser incorporado (R$)
MG	Contagem	Contagem	311860	2789361	1 CRU	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	271.488,00
MG	Contagem	Contagem	311860	7139306	1 USA	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	116.652,00
MG	Contagem	Contagem	311860	7139357	1 USA	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	116.652,00
MG	Contagem	Contagem	311860	7138717	1 USB	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	105.528,00
MG	Contagem	Contagem	311860	7138733	1 USB	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	105.528,00
MG	Contagem	Contagem	311860	7138741	1 USB	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	105.528,00
MG	Contagem	Contagem	311860	7138709	1 USB	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	105.528,00
MG	Contagem	Contagem	311860	7138687	1 USB	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	105.528,00
MG	Ibirité	Contagem	311860	7152094	1 USB	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	105.528,00
MG	Sarzedo	Contagem	311860	7151756	1 USB	25000.480467/2017-17	Municipal	82.51	15970	105.528,00
TOTAL										1.243.488,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.300, DE 21 DE MAIO DE 2018

Altera a redação da Portaria Nº 1.535, de 16 de junho de 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso I, parágrafo único, do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º. A Portaria nº 1.535/GM/MS, de 16 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 116, de 20 de junho de 2017, Seção 1, pág. 39, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I - O Art. 3º passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º. Este Grupo de Trabalho será composto por dois representantes de cada um dos seguintes órgãos e entidades:

I - Ministério da Saúde:

a) Secretaria-Executiva (SE/MS), que o coordenará;

b) Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS);

c) Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos (SCTIE/MS);

d) Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES/MS);

e) Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa (SGEP/MS);

f) Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS);

g) Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI/MS);

II - Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

III - Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

IV - Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS);

V - Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS);

VI - Conselho Nacional de Saúde (CNS);

VII - Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ);

VIII - Universidade Federal da Bahia (UFBA);

IX - Confederação Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos (CMB);

X - Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA).

Parágrafo único. Os dois representantes indicados pelo órgão para compor o GT poderão participar das reuniões de forma simultânea, caso haja disponibilidade". (NR)

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.354, DE 21 DE MAIO DE 2018

Suspende o repasse mensal do incentivo financeiro de qualificação, referente à Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. João Batista de Sousa Júnior), localizada no Município de Goiânia (GO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.136/GM/MS, de 30 de setembro de 2014, que estabelece recursos para custeio, qualificação, ampliação e qualificação de Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), componente do Bloco da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar;

Considerando a Portaria nº 2.425/GM/MS, de 11 de novembro de 2014, que altera o anexo da Portaria nº 2.136/GM/MS, de 30 de setembro de 2014;

Considerando o Título II da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título VIII, Capítulo II da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a responsabilidade do Ministério da Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Urgência e Emergência repassados aos Estados e Municípios; e

Considerando a Nota Técnica nº 95, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/CGUE/DAHU/SAS/MS, que recomenda a suspensão do repasse mensal do incentivo de qualificação da (UPA 24h Dr. João Batista de Sousa Júnior), localizada no Município de Goiânia (GO), resolve:

Art. 1º Fica suspenso o repasse mensal do incentivo financeiro de qualificação, no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), referente à Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h Dr. João Batista de Sousa Júnior), localizada no Município de Goiânia (GO), conforme anexo a esta Portaria, por descumprimento de requisitos exigidos na Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS e Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, ambas de 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	Município	IBGE	CNES	Descrição	Gestão	Portaria de Qualificação	Valor mensal a ser suspenso a partir da publicação da Portaria	SIPAR	Programa de trabalho
GO	Goiânia	520870	7304188	UPA 24h Porte III	Municipal	Portaria nº 2.136/GM/MS de 30/09/2014 e alterada pela Portaria nº 2.425/GM/MS de 11/11/2014	R$ 250.000,00	25000.165918/2014-38	10.302.2015.8585.0052

PORTARIA Nº 1.355, DE 21 DE MAIO DE 2018

Exclui propostas dos anexos das Portarias que habilitam Municípios e os Estados a receberem recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde e torna sem efeito as Portarias nº 1.449/GM/MS, de 4 de julho de 2014 e nº 2.097/GM/MS, de 17 de dezembro de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando as Portarias que habilitam Municípios e Estados a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Ficam excluídas, conforme Anexos I e II, as propostas que habilitam Municípios e Estados a receberem recursos destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria nº 1.449/GM/MS, de 4 de julho de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 127, de 7 de julho de 2014, Seção 1, página 14, e a Portaria nº 2.097/GM/MS, de 17 de dezembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 242-A, de 18 de dezembro de 2015, Seção 1, página 15, por terem sido contingenciadas.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO I

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROPOSTA	RECURSO	VALOR PORTARIA	Nº FUNCIONAL	PORTARIA DE HABILITAÇÃO
PA	ITAITUBA	FMS ITAITUBA	05138730000114001	11460004	9.880,00	10302201561750015	1.162/GM/MS, de 27/05/2014
PA	XINGUARÁ	FMS XINGUARÁ	04144150000114003	11460004	10.000,00	10302201561750015	1.279/GM/MS, de 11/06/2014
SP	AMERICANA	FMS AMERICANA	13868995000114001	23660007	250.000,00	10302201585350035	1.279/GM/MS, de 11/06/2014
GO	CATALÃO	FMS CATALÃO	03532661000114003	28320007	500.000,00	10303201576905476	1.449/GM/MS, de 04/07/2014
RS	SAPIRANGA	FMS SAPIRANGA	11295120000114012	25650005	100.460,00	10302201585350043	2.422/GM/MS, de 10/11/2014
RS	SAPIRANGA	FMS SAPIRANGA	11295120000114009	25650005	342.260,00	10302201585350043	2.639/GM/MS, de 02/12/2014
CE	JAGUARAÚNA	FMS JAGUARAÚNA	12040122000114004	23890009	200.000,00	10302201585350023	2.652/GM/MS, de 04/12/2014
RO	CACOAL	FMS CACOAL	19112323000114006	11580010	188.410,00	10302201585350011	2.835/GM/MS, de 23/12/2014

ANEXO II

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	PROPOSTA	RECURSO	VALOR (R$) PORTARIA	Nº FUNCIONAL	PORTARIA DE HABILITAÇÃO
GO	PIRES DO RIO	FMS PIRES DO RIO	07752031000115003	28350003	912.372,44	10302201585350052	1.942/GM/MS, de 01/12/2015
MG	FRANCISCO SÁ	FMS FRANCISCO SÁ	11382738000115008	22380007	218.550,00	10302201585358230	1.942/GM/MS, de 01/12/2015
MT	NOVA BRASILÂNDIA	FMS NOVA BRASILÂNDIA	11940918000115001	23400004	139.650,00	10302201585350051	1.942/GM/MS, de 01/12/2015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PE	JUCATI	FMS JUCATI	10635804000115004	12210016	149.960,00	103022015853551657	1.942/GM/MS, de 01/12/2015
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115045	26680005	176.895,00	10302201585350014	1.942/GM/MS, de 01/12/2015
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115046	26680005	128.270,00	10302201585350014	1.942/GM/MS, de 01/12/2015
RR	BOA VISTA	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE RORAIMA	05370016000115047	26680005	233.650,00	10302201585350014	1.942/GM/MS, de 01/12/2015
RJ	PORTO REAL	FMS PORTO REAL	12107049000115001	23970009	300.000,00	10302201585350033	2.037/GM/MS, de 09/12/2015
RJ	SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	FMS SÃO FRANCISCO DE ITABAPOANA	11389542000115004	23970009	200.000,00	10302201585350033	2.037/GM/MS, de 09/12/2015
RJ	RESENDE	RESENDE	11800731000115001	17730021 23970009	900.000,00	10302201585357996 10302201585350033	2.046/GM/MS, de 11/12/2015
RJ	SEROPÉDICA	FMS SEROPÉDICA	13813107000115003	27850011	396.998,00	10122201545253355	2.048/GM/MS, de 11/12/2015
MG	BELO HORIZONTE	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DE MINAS GERAIS	03133408000115014	81002214	1.852.000,00	10302201585350031	2.095/GM/MS, de 17/12/2015
MA	PAÇO DO LUMIAR	FMS PACO DO LUMIAR	12650786000115004	24340019	299.895,17	10122201545250678	2.097/GM/MS, de 17/12/2015
ES	JERÔNIMO MONTEIRO	FMS JERÔNIMO MONTEIRO	15626810000115004	24940004	57.275,00	10302201585353235	2.098/GM/MS, de 17/12/2015
GO	MARZAÇÃO	FMS MARZAGÃO	11877880000115002	29350015	560.000,00	10302201585355556	2.098/GM/MS, de 17/12/2015
PE	CAMARAGIBE	FMS CAMARAGIBE	41230038000115019	24560008	1.399.880,00	10302201585358264	2.098/GM/MS, de 17/12/2015
PA	BELÉM	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE DO PARÁ	83369835000115026	16070018	1.500.000,00	10302201585357000	2.098/GM/MS, de 17/12/2015
PE	CAMARAGIBE	FMS CAMARAGIBE	41230038000115019	24560008	1.399.880,00	10302201585358264	2.098/GM/MS, de 17/12/2015
RN	SÃO MIGUEL	FMS SÃO MIGUEL	13880529000115001	31460006	99.800,00	10302201585350024	2.098/GM/MS, de 17/12/2015
RN	TANGARÁ	FMS TANGARÁ	11295071000115003	24480016	349.991,54	10302201585350024	2.144/GM/MS, de 22/12/2015
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	FMS FORMOSA DO RIO PRETO	09505077000115002	17220004	350.000,00	10302201585350029	2.179/GM/MS, de 24/12/2015
BA	PARATINGA	FMS PARATINGA	11840537000115001	17220004	230.810,00	10302201585350029	2.179/GM/MS, de 24/12/2015
RN	JUCURUTU	FMS JUCURUTU	11280802000115003	11930007	300.000,00	10302201585350024	2.179/GM/MS, de 24/12/2015
RN	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FMS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	14026965000115001	27100004	128.420,00	10302201585350024	2.220/GM/MS, de 29/12/2015
RN	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	FMS SÃO GONÇALO DO AMARANTE	14026965000115006	27100004	367.835,00	10302201585350024	2.220/GM/MS, de 29/12/2015

PORTARIA Nº 1.363, DE 21 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a disponibilização do acesso ao CMD Gestão, área restrita do portal do Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde (CMD).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto de 29 de novembro de 2017, que dispõe sobre o Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde; e

Considerando a Resolução CIT nº 06, de 25 de agosto de 2016, que institui o Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde e descreve o seu modelo de informação, resolve:

Art. 1º Fica disponibilizado o acesso ao CMD Gestão, área restrita do portal do Conjunto Mínimo de Dados da Atenção à Saúde (CMD).

Art. 2º O CMD-Gestão é um ambiente web que permite o acesso, acompanhamento, análise e gestão dos contatos assistenciais enviados por todos os estabelecimentos de saúde em território nacional.

Art. 3º O controle de acesso ao CMD Gestão, é realizado por meio do cadastramento de usuários com login e senha, pelos gestores responsáveis nas Secretarias de Saúde correspondentes por meio aplicativo CNES Gestão.

Parágrafo único: O CNES Gestão, área restrita do portal do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), está disponível no endereço eletrônico https://cnes.saude.gov.br, e sua documentação de uso encontra-se disponível em https://wiki.saude.gov.br/cnes no tópico "Área Restritra".

Art. 4º Por meio do CMD-Gestão será possível:

§ 1º Ao Ministério da Saúde:

I- visualização dos contatos assistenciais de todo o país; e

II - configuração e parametrização da área pública do portal e do ambiente restrito.

§ 2º Às Secretarias de Saúde dos Municípios, dos Estados e do Distrito Federal:

I - visualização dos contatos assistenciais de todos os estabelecimentos de saúde do seu território; e

II - gestão dos contatos assistenciais dos estabelecimentos de saúde sob sua gestão.

§ 3º Aos estabelecimentos de saúde:

I- visualização dos resultados do processamento dos contatos assistenciais enviados via webservice do CMD; e

II- acompanhamento e visualização do resultado da gestão dos seus contatos assistenciais pela secretaria de saúde gestora.

Art. 5º A documentação de uso do CMD-Gestão está disponível no endereço eletrônico https://wiki.saude.gov.br/cmd no tópico "Área Restritra".

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.364, DE 21 DE MAIO DE 2018

Estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais e do Município de Contagem (MG).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Deliberação CIB CIB-SUS/MG nº 2.717, de 14 de maio de 2018, que aprova a incorporação de recursos financeiros federais ao teto de Média e Alta Complexidade do Município de Contagem para a recomposição dos valores federais de custeio dos serviços especializados

Considerando o Ofício/SMS/GAB - nº 0109 de 26 de abril de 2018 da Secretaria Municipal de Saúde de Contagem; e

Considerando a nota técnica nº 155/2018-CGPAS/DRAC/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde no montante anual de R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e do Município de Contagem (MG).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º ao Fundo Municipal de Saúde de Contagem - IBGE 311860, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção à Saúde.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Parágrafo único. O recurso relativo ao estabelecimento consignado ao programa de trabalho que trata o caput tem como finalidade o custeio de quaisquer ações e serviços de Média e Alta Complexidade para atenção à saúde da população, desde que garantida a manutenção da unidade.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 6ª (sexta) parcela de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.379, DE 21 DE MAIO DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 3.062/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha e a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Minas Gerais e aloca recursos financeiros para sua implementação, e altera o art. 3º da Portaria nº 3.269/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece recursos a serem disponibilizados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e do Município de Diamantina (MG) - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.062/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha e a Etapa I do Plano de Ação da Rede de Atenção às Urgências do Estado de Minas Gerais e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria nº 3.269/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, que estabelece recursos a serem disponibilizados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade do Estado de Minas Gerais e do Município de Diamantina (MG) - Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar; e

Considerando a Deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG nº 2.489, de 17 de maio de 2017, que aprova a Declaração de Comando Único dos Municípios de Coronel Fabriciano e Diamantina, que assumirão a gestão de seus prestadores a partir da competência de 2017, resolve:

Art. 1º A gestão do Município de Diamantina (MG) prevista no Anexo da Portaria nº 3.062/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União nº 245, de 22 de dezembro de 2011, Seção 1, página 79, passa a vigorar da seguinte forma:

Código	Municípios	Gestão	Rede Cegonha	Rede de Atenção às Urgências	Total
3121605	Diamantina	Municipal	302.220,00	0,00	302.220,00

Art. 2º O art. 3º da Portaria nº 3.269/GM/MS, de 26 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 251, de 27 de dezembro de 2013, Seção 1, página 248, passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, ao Fundo Municipal de Saúde de Diamantina (MG)." (NR)

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.381, DE 21 DE MAIO DE 2018

Define o recurso financeiro destinado à implantação do serviço especializado de saúde bucal, Centro de Especialidades Odontológicas (CEO).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, que trata da antecipação do incentivo financeiro para Centros de Especialidades Odontológicas - CEO em fase de implantação, e dá outras providências;

Considerando a Portaria de Consolidação n°5, de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Portaria de Consolidação n°6, de 28 de setembro de 2017, que consolidou as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica definido o recurso financeiro destinado à implantação do serviço especializado de saúde bucal, Centros de Especialidades Odontológicas (CEO), conforme descrito a seguir.

Parágrafo único. O não atendimento às condições e características definidas na Portaria de Consolidação n° 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017 e na Portaria n° 283/GM/MS, de 22 de fevereiro de 2005, pelos Municípios pleiteantes, implica, a qualquer tempo, no descredenciamento da Unidade de Saúde.

UF	CÓD. M.	MUNICÍPIO	TIPO DE REPASSE	CLASSIFICAÇÃO	INCENTIVO (R$)
				CEO TIPO	IMPLANTAÇÃO
SC	420910	JOINVILLE	Municipal	II	R$ 75.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, em parcela única, do incentivo financeiro do recurso de antecipação para o Fundo Municipal de Saúde correspondente.

Parágrafo único. Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.301.2015.8581- Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde (PO 0001) Estruturação da Atenção à Saúde Bucal, categoria de Gastos Capital.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

PORTARIA Nº 1.396, DE 21 DE MAIO DE 2018

Restabelece a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando os arts. 1º a 16 do Anexo III da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do SUS;

Considerando a Portaria nº 47/SVS/MS, de 3 de maio de 2016, que define os parâmetros para monitoramento da regularidade na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), para fins de manutenção do repasse de recursos do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Vigilância em Saúde; e

Considerando a Portaria nº 1.201/GM/MS, de 3 de maio de 2018 que suspende a transferência de recursos financeiros do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde dos municípios irregulares na alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), resolve:

Art. 1º Fica restabelecida a transferência de recursos financeiros do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a serem alocados no Grupo de Vigilância em Saúde, a partir da competência financeira de maio de 2018, aos municípios que regularizaram a alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), de acordo com monitoramento realizado no mês de maio de 2018, relacionados no anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de maio de 2018.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	CÓDIGO IBGE	MUNICÍPIO
AC	120030	Feijó
AM	130060	Benjamin Constant
AM	130080	Borba
AM	130310	Nova Olinda do Norte
AM	130353	Presidente Figueiredo
AM	130356	Rio Preto da Eva
AM	130390	São Paulo de Olivença
BA	290520	Caetité
BA	290600	Campo Formoso
BA	290850	Conceição do Jacuípe
BA	291120	Gandu
BA	291700	Itiúba
BA	292370	Paratinga
BA	292440	Pilão Arcado
BA	292520	Pojuca
BA	292700	Rio Real
BA	292930	São Gonçalo dos Campos
BA	293020	Sento Sé
BA	293290	Valença
CE	230210	Baturité
CE	230580	Ipu
CE	230590	Ipueiras
CE	230700	Jaguaruana
CE	230750	Lavras da Mangabeira
CE	230850	Mombaça
CE	231220	Santa Quitéria
ES	320470	São Gabriel da Palha
GO	520870	Goiânia
MA	210095	Arame
MA	210210	Brejo
MA	210370	Cururupu
MA	210980	Santa Helena
MA	211050	São Bento
MG	310540	Barão de Cocais

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	310900	Brumadinho
MG	312000	Córrego Novo
MG	312430	Espinosa
MG	313440	Iturama
MG	315020	Piedade de Ponte Nova
MG	315935	Santa Rita de Minas
MG	316935	Três Marias
MG	317080	Várzea da Palma
MG	317140	Vieiras
MS	500720	Rio Brilhante
MT	510025	Alta Floresta
MT	510267	Campo Verde
MT	510320	Colíder
MT	510325	Colniza
MT	510642	Peixoto de Azevedo
MT	510650	Poconé
PA	150120	Baião
PA	150310	Gurupá
PA	150375	Jacareacanga
PA	150490	Muaná
PA	150543	Ourilândia do Norte
PA	150580	Portel
PA	150620	Salinópolis
PA	150800	Tomé-Açu
PB	251210	Pombal
PB	251390	São Bento
PE	260010	Afogados da Ingazeira
PE	260070	Aliança
PE	260220	Bom Jardim
PE	260510	Custódia
PE	260610	Glória do Goitá
PE	260765	Itambé
PE	260810	João Alfredo
PE	260880	Lajedo
PE	260950	Nazaré da Mata
PE	261250	Santa Cruz do Capibaribe
PE	261310	São Caitano
PE	261350	São José do Belmonte
PE	261360	São José do Egito
PE	261540	Toritama
PI	220551	Juazeiro do Piauí
PI	220950	Santo Inácio do Piauí
PI	221150	Vera Mendes
PR	410400	Campina Grande do Sul
PR	411420	Mandaguari
PR	411790	Palotina
RJ	330480	São Fidélis
RJ	330575	Tanguá
RN	240310	Currais Novos
RN	240720	Macau
RN	241120	Santa Cruz
RN	241440	Touros
RO	110013	Machadinho D'Oeste
RO	110015	Ouro Preto do Oeste
RS	431370	Palmeira das Missões
RS	431390	Panambi
RS	431760	Santo Antônio da Patrulha
SC	420360	Campos Novos
SC	420550	Fraiburgo
SC	421820	Timbó
SP	350010	Adamantina
SP	350170	Américo Brasiliense
SP	350995	Canas
SP	351150	Cerquilho
SP	351370	Descalvado
SP	351860	Guariba
SP	352040	Ilha Bela
SP	353430	Orlândia
SP	354410	Rio Grande da Serra
SP	354660	Santa Fé do Sul
SP	355150	Serrana
TO	171610	Paraíso do Tocantins

PORTARIA Nº 1.397, DE 21 DE MAIO DE 2018

Suspende o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal das Unidades de Suporte Básico (USB), Unidade de Suporte Avançado (USA) e Motolâncias do Município de Bacabal (MA) pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bacabal (MA).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.123/GM/MS, de 5 de dezembro de 2007, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bacabal (MA);

Considerando o Título II, art. 924 da Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Capítulo II, Seção VIII da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando que não foram atendidos os requisitos exigidos na Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que se enquadram no art. 932, o que permite que o Ministério da Saúde suspenda o repasse do incentivo de custeio mensal destinado às Unidades Móveis do Componente (SAMU 192) e/ou à sua respectiva Central de Regulação das Urgências (SAMU 192);

Considerando a Portaria nº 3.992/GM/MS, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 99-SEI/2017, da Coordenação-Geral de Urgência e Emergência/ CGUE/DAHU/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.415101/2017-69, resolve:

Art. 1º Fica suspenso o repasse de recurso financeiro destinado ao incentivo de custeio mensal das Unidades de Suporte Básico, Unidade de Suporte Avançado (USA) e Motolâncias do Município de Bacabal (MA) pertencentes ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) Regional de Bacabal (MA), conforme anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO

UF	MUNICÍPIO	IBGE	DESCRIÇÃO	CNES	PORTARIA DE HABILITAÇÃO	VALOR MENSAL A SER SUSPENSO	GESTÃO
MA	Bacabal	210120	01 USA (SAMU 192)	7230478	Portaria Nº 326/GM/MS, de 4 de Março de 2005	R$ 50.050,00	Municipal
MA	Bacabal	210120	01 USB (SAMU 192)	7230516	Portaria Nº 326/GM/MS, de 4 de Março de 2005	R$ 17.062,50	Municipal
MA	Bacabal	210120	01 USB (SAMU 192)	7230532	Portaria Nº 326/GM/MS, de 4 de Março de 2005	R$ 17.062,50	Municipal
MA	Bacabal	210120	01 USB (SAMU 192)	7230540	Portaria Nº 3.123/GM/MS, de 5 de Dezembro de 2007	R$ 17.062,50	Municipal
MA	Bacabal	210120	01 Motolância (SAMU 192)	7300239	Portaria Nº 2.815/GM/MS, de 20 de Novembro de 2013	R$ 9.100,00	Municipal
MA	Bacabal	210120	01 Motolância (SAMU 192)	7300247	Portaria Nº 2.815/GM/MS, de 20 de Novembro de 2013	R$ 9.100,00	Municipal
MA	Bacabal	210120	01 Motolância (SAMU 192)	7528663	Portaria Nº 2.477/GM/MS, de 11 de Novembro de 2014	R$ 9.100,00	Municipal
	Total/ mês a ser suspenso					R$ 78.487,50	

PORTARIA Nº 1.412, DE 21 DE MAIO DE 2018

Prorroga o prazo de duração do Grupo de Trabalho instituído para apresentar proposta de modelo de contratação da força de trabalho e melhoria da atenção à saúde indígena.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição,

Considerando a necessidade de dar continuidade nas discussões acerca do modelo de contratação da força de trabalho e melhoria da atenção à saúde indígena, as quais foram iniciadas no Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2.445/GM/MS, de 11 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 218, de 14 de novembro de 2016, Seção 1, página 107 e prorrogado pelas Portarias nº 614, de 3 de março de 2017, e nº 3.256/GM/MS, de 30 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo de duração do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 2.445/GM/MS, de 11 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 218, de 14 de novembro de 2016, Seção 1, página 107, para apresentar proposta de modelo de contratação de força de trabalho e melhoria da atenção à saúde indígena, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir da realização da primeira reunião, podendo ser prorrogado desde que devidamente justificado.

Art. 2º Caberá, ainda, ao GT acompanhar o processo de transição das conveniadas selecionadas no Chamamento Público/2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.419, DE 21 DE MAIO DE 2018

Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a abril, maio e junho de 2018, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse, regular e automático, de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras provdências.

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria de Consolidação nº 02/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde.;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.275, de 26 de julho de 2017, que altera atributos de procedimentos pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS; e

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o repasse de recursos aos Estados e ao Distrito Federal, destinado ao financiamento da aquisição de medicamentos previstos no Grupo 06 Subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS no 2º trimestre de 2018, conforme valores descritos no Anexo I a esta Portaria.

§ 1º Os valores foram estabelecidos, considerando as informações aprovadas pelas unidades federadas em dezembro de 2017 e janeiro e fevereiro de 2018 no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS).

§ 2º Para o Estado do Paraná foi feito um ajuste a maior no valor total de R$ 677.354,32 (seiscentos e setenta e sete mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos) referente ao reprocessamento dos valores apresentados no SIA/SUS no período de setembro a novembro de 2017. Os valores aprovados e repassados ao estado nesse período foram comparados aos dados consolidados em 18 de abril de 2018 no SIA/SUS. A diferença entre esses valores gerou um valor a maior de R$ 677.354,32 (seiscentos e setenta e sete mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e dois centavos), que será pago dividido em três parcelas de R$ 225.784,77 (duzentos e vinte e cinco mil setecentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos), conforme anexo a esta Portaria.

§ 3º Para o Estado de Rondônia foi feito um ajuste a maior no valor total de R$ 625,80 (seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos) referente ao reprocessamento dos valores apresentados no SIA/SUS no período de setembro a novembro de 2017. Os valores aprovados e repassados ao Estado nesse período foram comparados aos dados consolidados em 18 de abril de 2018 no SIA/SUS. A diferença entre esses valores gerou um valor a maior de R$ 625,80 (seiscentos e vinte e cinco reais e oitenta centavos), que será pago dividido em três parcelas de R$ 208,60 (duzentos e oito reais e sessenta centavos), conforme anexo a esta Portaria.

§ 4º Foi realizado o ressarcimento de estoques referente aos medicamentos Ziprasidona 40mg e Ziprazidona 80mg que tiveram aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde no segundo semestre de 2017, totalizando R$ 3.802.060,77 (três milhões, oitocentos e dois mil sessenta reais e setenta e sete centavos), dividido em três parcelas mensais de R$ 1.267.353,59 (um milhão, duzentos e sessenta e sete mil trezentos e cinquenta e três reais e cinquenta e nove centavos), conforme anexo a esta Portaria.

§ 5º Foi realizado um ajuste a menor, no valor total de R$ 2.702.774, (dois milhões, setecentos e dois mil setecentos e setenta e quatro reais e treze centavos), dividido em três parcelas mensais de R$ 900.924,71 (novecentos mil novecentos e vinte e quatro reais e setenta e um centavos) para os estados que receberam recursos financeiros no repasse dos medicamentos do Grupo 1B, referente ao medicamentos Ziprasidona40 mg e Ziprazidona80 mg na competência de julho de 2017, visto que esse medicamento passou a ser distribuído de forma centralizada nesse mês, mas a alteração do valor ambulatorial para R$ 0,00 desse procedimento na Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS teve sua vigência somente a partir da competência agosto de 2017, conforme Portaria nº 1.275/SAS/MS, de 26 de julho de 2017, que altera atributos de procedimentos pertencente ao Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses/Próteses e Materiais Especiais do SUS.

Art. 2º O valor total a ser repassado às unidades federadas é de R$ 169.078.945,17 (cento e sessenta e nove milhões, setenta e oito mil, novecentos e quarenta e cinco reais e dezessete centavos) que corresponde a um valor mensal de R$ 56.359.648,39 (cinquenta e seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e nove centavos).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.303.2015.4705 - Apoio Financeiro para Aquisição e Distribuição de Medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica, pertencente ao Bloco de Financiamento da Assistência Farmacêutica.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamento instruídos.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE

ANEXO I

Repasse de recursos financeiros no 2º Trimestre de 2018

Unidade da Federação	Valor médio mensal aprovado em dezembro de 2017 e janeiro e fevereiro de 2018 (R$)	Ajuste Mensal a Maior (1)	Ajuste Mensal a Menor (2)	Valor mensal do Ressarcimento de estoque (3)	Valor de pagamento de abril, maio e junho de 2018 (R$)
Acre	R$ 28.751,11		R$ 0,00	R$ 134,10	R$ 28.885,21
Alagoas	R$ 338.533,04		R$ 6.710,34	R$ 0,00	R$ 331.822,70
Amapá	R$ 5.839,52		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 5.839,52
Amazonas	R$ 291.332,94		R$ 995,32	R$ 5.477,24	R$ 295.814,86
Bahia	R$ 1.399.126,90		R$ 34.899,98	R$ 0,00	R$ 1.364.226,92
Ceará	R$ 1.581.863,32		R$ 23.110,84	R$ 12.581,56	R$ 1.571.334,04
Distrito Federal	R$ 952.901,98		R$ 9.770,54	R$ 4.677,12	R$ 947.808,56
Espírito Santo	R$ 1.544.724,22		R$ 101.794,24	R$ 133.391,97	R$ 1.576.321,95
Goiás	R$ 2.153.139,48		R$ 39.144,90	R$ 160.214,00	R$ 2.274.208,58
Maranhão	R$ 345.132,13		R$ 3.945,00	R$ 7.331,90	R$ 348.519,03
Mato Grosso	R$ 994.344,14		R$ 9.500,40	R$ 24.433,92	R$ 1.009.277,66
Mato Grosso do Sul	R$ 1.282.402,51		R$ 8.346,72	R$ 0,00	R$ 1.274.055,79
Minas Gerais	R$ 4.042.223,90		R$ 130.607,88	R$ 376.296,48	R$ 4.287.912,50
Pará	R$ 617.723,21		R$ 6.392,40	R$ 0,00	R$ 611.330,81
Paraíba	R$ 844.755,69		R$ 10.704,00	R$ 9.834,00	R$ 843.885,69
Paraná	R$ 4.802.345,78	R$ 225.784,77	R$ 60.003,54	R$ 37.230,48	R$ 5.005.357,49
Pernambuco	R$ 1.062.646,17		R$ 10.184,70	R$ 33.732,72	R$ 1.086.194,19
Piauí	R$ 328.521,29		R$ 6.172,20	R$ 3.909,30	R$ 326.258,39
Rio de Janeiro	R$ 2.150.053,59		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 2.150.053,59
Rio Grande do Norte	R$ 233.667,51		R$ 378,00	R$ 0,00	R$ 233.289,51
Rio Grande do Sul	R$ 2.057.630,26		R$ 20.345,10	R$ 107.131,54	R$ 2.144.416,70
Rondônia	R$ 96.153,16	R$ 208,60	R$ 226,80	R$ 0,00	R$ 96.134,96
Roraima	R$ 11.353,16		R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 11.353,16
Santa Catarina	R$ 2.469.665,97		R$ 34.421,06	R$ 22.004,32	R$ 2.457.249,23
São Paulo	R$ 25.516.305,71		R$ 373.434,35	R$ 322.194,60	R$ 25.465.065,96
Sergipe	R$ 438.961,23		R$ 9.165,90	R$ 2.576,54	R$ 432.371,87
Tocantins	R$ 177.128,22		R$ 670,50	R$ 4.201,80	R$ 180.659,52
Total	R$ 55.767.226,14	R$ 225.993,37	R$ 900.924,71	R$ 1.267.353,59	R$ 56.359.648,39

1.Conforme § 2º e § 3º do artigo 1º;
2.Conforme § 5º do artigo 1º.
3.Conforme § 4º do artigo 1º

DESPACHO Nº 89, DE 21 DE MAIO DE 2018

Ref. Processo MS/SIPAR nº 25000.160789/2014-91
Interessado: FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA/SP
Assunto: Recurso administrativo hierárquico interposto em face de decisão que manteve o indeferimento do Projeto intitulado "Benefícios da Terapia Robótica na Reabilitação de Pacientes com Lesão Neurológica", no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência - PRONAS.

Decisão: À vista do que consta dos autos, adoto como razões de decidir os fundamentos de mérito apresentados no Parecer Técnico nº 056/2014, da Secretaria de Atenção à Saúde, bem como as razões de fato e de direito expostas pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer nº 00396/2018/CONJUR-MS/CGU/AGU, e NEGO PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto pela Fundação Faculdade de Medicina, nos autos do Processo SIPAR nº 25000.160789/2014-91.

ADEILSON LOUREIRO CAVALCANTE
Ministro
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR

DECISÃO DE 14 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através de Reunião Eletrônica para o Circuito Deliberativo nº 6 de 14/05/2018, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo SEI nº 33902.107716/2013-55

Decisão: Aprovado à unanimidade o pedido para prorrogação, com redução consensual, do prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 20/2013 firmado com a empresa SECULUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A, inscrita no CNPJ sob o nº 21.124.938/0001-93, por mais 60 (sessenta) meses, com vigência de 22/05/2018 a 22/05/2023.

Os autos do processo em referência encontram-se à disposição dos interessados no SEI.

LEANDRO FONSECA DA SILVA
Diretor-Presidente
Substituto

DIRETORIA COLEGIADA

DECISÃO DE 21 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 483ª Reunião de Diretoria Colegiada, realizada em 28 de março de 2018, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.058999/2016-62	Bradesco saúde s.a	Art. 57 RN 124/2006	77.566,50 (setenta e sete mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos)
25789.054353/2016-14	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.039733/2016-11	Unimed de Santos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 84 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.170188/2016-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.443474/2016-11	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25773.000060/2014-16	ASL- Assistência à Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.001962/2017-12	Esmale Assistencia Internacional de Saude Ltda	Art. 79 RN 124/2006	165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais)
25773.003231/2017-10	Unimed de Fortaleza Sociedade Cooperativa Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25783.014838/2017-06	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25782.008425/2016-11	Real Grandeza - Fundação de Previdência e Assistência Social	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25789.047746/2016-63	Sompo Saúde Seguros S.A	Art. 57 RN 124/2006	41.616,00 (quarenta e um mil, seiscentos e dezesseis reais)
33902.090471/2016-62	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.008307/2016-15	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.074709/2017-93	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae - CAC	Art. 78 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
25789.033804/2015-91	Centro Trasmontano de Sao Paulo	Art. 82 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.018382/2016-99	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 78 RN 124/2006	13.200,00 (treze mil e duzentos reais)
33902.023546/2016-08	AllCare Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 66 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.489784/2015-93	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 88 RN 124/2006	131.263,16 (cento e trinta e um mil, duzentos e sessenta e três reais e dezesseis centavos)
25789.063655/2015-94	Unimed Uberlândia Cooperativa Regional de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33903.009886/2015-27	Odontoprev S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.052022/2015-51	Companhia de Engenharia de Trafego - CET	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.089442/2015-92	Fundação Saúde Itaú	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.066546/2016-18	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.004683/2016-19	Unimed Maceio Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.012392/2016-96	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.013211/2015-97	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.018520/2015-93	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.017252/2015-92	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.005785/2015-21	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	158.400,00 (cento e cinquenta e oito mil e quatrocentos reais)
25780.020088/2015-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.014007/2015-94	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.019197/2014-94	Fundação Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25782.013765/2014-94	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 65-B, 20-D e 82 RN 124/2006	Advertência + 138,000,00 (cento e trinta e oito mil reais)
25785.011227/2014-35	Massa Falida de Promed Assistência em Saúde Ltda	Art. 62-F RN 124/2006	6.000,00 (seis mil reais)
25783.026013/2012-11	Camed Operadora de Planos de Saúde Ltda	Art. 80 RN 124/2006	6.000,00 (seis mil reais)
33902.008092/2016-37	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25772.007859/2016-13	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25782.012244/2014-10	Nossa Saúde - Operadora Planos Privados de Assistência à Saúde Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
33903.003494/2016-35	Unimed Montes Claros Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.006836/2016-79	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25789.112789/2015-46	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.013838/2015-48	Odontoprev S.A	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.010292/2016-25	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.035882/2016-19	CB Saúde Administração em Saúde Suplementar Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.331035/2013-14	Hospital Marechal Candido Rondon Ltda	Art. 35 RN 124/2006	Advertência
25783.022940/2016-96	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.021504/2015-19	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25779.020388/2015-80	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25783.020978/2016-24	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.008066/2015-11	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.074558/2016-92	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.033645/2016-24	All Care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda	Art. 57 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25773.010101/2016-44	Associação do Plano de Saúde da Santa Casa de Santos	Art. 79 RN 124/2006	200.000,00 (duzentos mil reais)
33903.023715/2013-49	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.525178/2016-20	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25772.025487/2015-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.443921/2016-24	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.006485/2016-61	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.022555/2016-73	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25782.007718/2016-73	Agemed Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25789.006843/2016-04	Care Plus Medicina Assistencial Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25785.002481/2016-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.003962/2015-16	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25789.053512/2016-55	Bradesco Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.021453/2016-56	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.008652/2015-15	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.008209/2013-13	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil reais)
25773.012658/2016-10	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.014091/2017-01	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 62 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25789.066535/2016-20	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Roque	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25785.003553/2016-31	Bradesco Saúde S/A	Art. 79 RN 124/2006	250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)
33902.472723/2016-78	Bio Saúde Serviços Médicos Ltda	Art. 35 RN 124/2006	Advertência + 60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.010921/2016-17	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.005727/2014-68	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.434753/2013-33	Serviços Médicos São José S/C Ltda	Art. 88 RN 124/2006	190.162,01 (cento e noventa mil, cento e sessenta e dois reais e um centavo)
33902.472144/2013-82	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 57 RN 124/2006	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
33902.329746/2013-11	Uniodonto RS Federacao das Uniodontos do RGS Ltda	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25789.057530/2014-44	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 82-A RN 124/2006	160.00,00 (cento e sessenta mil reais)
33902.518773/2011-02	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 37 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
25789.096925/2015-43	Ecole Serviços Médicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.065958/2015-41	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil reais)
33902.003386/2016-72	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25782.005324/2014-19	Unimed Seguros Saúde S/A	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.023674/2016-19	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.018837/2014-49	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Assefaz	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.471486/2016-28	Servmed Saúde Ltda	Art. 35 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.498937/2016-74	Bradesco Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.471200/2016-12	Unimed São José do Rio Preto - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25772.016740/2015-42	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.002469/2016-49	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 84 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.505551/2016-26	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.516392/2015-12	Allianz Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.002161/2016-14	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.007134/2016-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.098698/2014-18	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.019348/2016-15	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25773.010710/2015-12	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25789.092193/2015-12	Affix Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.027637/2016-12	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.372125/2015-19	Sp Frigo Odontologia Ltda	Art. 36 RN 124/2006	11.000,00 (onze mil reais)
33902.201497/2012-19	Unimed de Paranavaí Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.198959/2012-11	Unimed de Adamantina - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.214325/2012-13	Unimed Leste Paulista Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 35 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.300695/2015-15	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 78 RN 124/2006	104.640,00 (cento e quatro mil e seiscentos e quarenta reais)
33902.207677/2012-12	W.S. - Administradora de Planos de Saúde Ltda	Art. 35 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.005001/2016-46	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.023281/2015-93	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.014555/2015-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.004680/2015-96	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 59 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.145163/2014-10	Instituto Brasileiro de Benefícios para Cooperativas e Associações	Art. 61-A RN 124/2006	229.742,22 (duzentos e vinte e nove mil, setecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos)
33902.292037/2013-12	Geap Auto Gestão em Saúde	Art. 20 RN 124/2006	Advertência
33902.207762/2012-72	Unimed Vilhena Cooperativa de Trabalho Medico	Art. 35 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.096572/2008-37	Comisam - Cooperativa Mista de Saúde de Morrinhos	Art. 35 RN 124/2006	900.000,00 (novecentos mil reais)
25782.010515/2013-11	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 38 e 66 RN 124/2006	130.00,00 (cento e trinta mil reais)
25773.017117/2013-35	ASL- Assistência à Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove e mil e duzentos reais)
25772.014229/2015-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.270449/2015-13	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.008885/2015-91	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.015829/2015-91	Unix - Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.005882/2015-14	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 88 RN 124/2006	144.557,89 (cento e quarenta e quatro mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e oitenta e nove centavos)
25772.015727/2015-76	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.017168/2015-79	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.013209/2015-18	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25779.019197/2015-75	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25783.015687/2015-33	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.008288/2015-35	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	99.000,00 (noventa e nove mil reais)
25783.019519/2015-17	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.015798/2015-70	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.001498/2015-42	Unimed Juiz de Fora Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25783.013025/2015-29	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.016797/2015-12	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25773.019688/2015-76	Corpore Administradora de Benefícios da Saúde - Eireli	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.003700/2015-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.018614/2015-62	Odontoprev S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.001880/2016-92	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.039857/2015-34	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33903.005201/2016-54	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.012609/2016-97	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.009653/2016-91	Itauseg Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25773.006914/2015-59	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25772.018262/2015-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.009300/2015-18	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.004939/2016-49	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
25779.000522/2015-26	SMV Serviços Médicos Ltda	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25782.005438/2015-40	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.011552/2015-29	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.012291/2015-84	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	Art. 81 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25779.046480/2015-70	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.005319/2015-46	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.026788/2014-07	Biovida Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.031729/2016-99	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.050471/2014-83	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.002109/2016-47	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.003337/2016-34	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 59 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.045631/2015-72	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.018241/2013-07	Sulasaúde Participações S.A.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.372401/2015-49	Associação da Santa Casa de Saúde de Leme	Art. 36 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25782.000522/2016-58	Unimed Chapecó - Cooperativa de Trabalho Médico da Região Oeste Catarinense	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.018919/2014-74	Unimed de Guarulhos Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
33902.112800/2016-33	Care Plus Medicina Assistêncial Ltda	Art. 66 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
25783.013421/2015-56	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 59 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25779.024212/2015-05	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
33903.100554/2016-77	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.051655/2016-15	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 20-D e 66 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.014084/2015-44	Unimed de Belém Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.073929/2016-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25779.018407/2015-16	Unimed Campinas - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 62 RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
25782.000958/2016-47	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.006174/2015-66	Grupo Hospitalar do Rio de Janeiro Ltda	Art. 62-F RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.013015/2015-93	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.027609/2015-41	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.013848/2013-92	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.011866/2016-92	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.001855/2015-72	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25779.003008/2015-42	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25780.004572/2015-43	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.000032/2016-19	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25772.015318/2015-70	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.008686/2015-82	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.006969/2016-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.090708/2016-13	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.012696/2015-72	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.007999/2015-01	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.000889/2014-69	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 37 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.169840/2016-57	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25779.004997/2016-72	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)

33902.253537/2015-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.002594/2016-70	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	330.000,00 (trezentos e trinta mil reais)
25785.006741/2016-11	Unimed Nordeste RS Cooperativa de Serviços Médicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.046148/2015-13	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda - Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais)
33902.195567/2012-92	Assimed Assistência Médica Especializada Ltda - Em liquidação Extrajudicial	Art. 35 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.014557/2015-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.522580/2016-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.016987/2014-88	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 84 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25779.046027/2015-63	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.015526/2015-90	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.025471/2016-92	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)
33902.113543/2015-76	Centro e Endocrinologia de Jundiaí S/S Ltda	Art. 34 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
25789.015533/2015-91	Divicom Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33902.031757/2016-14	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.090722/2016-17	Medical Rio Assistência Médica Ltda	Art. 20 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
33902.372008/2015-55	Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Birigui	Art. 36 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.017804/2015-62	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.017464/2015-70	Bradesco Saúde S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25772.019143/2015-70	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.163370/2015-23	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.085987/2013-68	Fundação Padre Albino	Art. 37 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
25783.006418/2014-03	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25789.014403/2016-12	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.005548/2015-21	Uniodonto de Manaus - Cooperativa Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais
25773.015917/2013-11	Massa Falida Conmed São Luís - Convênios Médicos de Saúde Suplementar Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25783.018451/2013-97	Unimed Recife Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.085888/2016-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25782.013722/2014-17	Unimed Foz do Iguaçu Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
25782.003475/2016-02	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	264.000,00 (duzentos e sessenta e quatro mil reais)
25779.038533/2015-89	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.073422/2016-65	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.096459/2016-87	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 57 e 74 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais) + advertência
33902.443061/2016-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.021910/2016-62	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.039736/2016-54	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 57 e 78 RN 124/2006	105.000,00 (cento e cinco mil reais)
25789.055875/2016-25	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 79 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
33903.015184/2016-63	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.015554/2015-67	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25780.015766/2016-55	Unimed de Manaus Cooperativa do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.478227/2016-28	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.108650/2016-89	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.012544/2016-51	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.514787/2016-53	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.102569/2016-95	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.102557/2016-61	Bradesco Saúde S/A	Art. 79 RN 124/2006	247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais)
33902.328928/2014-55	Unimed Norte Paulista Cooperativa do Trabalho Médico Ltda	Art. 35 RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25789.060851/2016-98	São Francisco Sistemas de Saúde Sociedade Empresária Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.037416/2016-60	Associação Santa Casa de Sorocaba	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.121324/2016-67	Plenodonto Assistência Odontológica S/C Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25785.004819/2016-62	Centro Clínico Gaúcho Ltda	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.023748/2016-67	Instituto de Previdência e Assistência Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.444432/2016-90	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.090914/2014-79	Vision Med Assistência Médica Ltda	Art. 88 RN 124/2006	319.762,50 (trezentos e dezenove mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)
25783.004610/2016-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.012601/2016-21	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25789.068879/2015-92	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.004163/2016-12	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.014384/2015-18	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.001498/2016-83	Unimed do Ceará - Federação das Sociedades Cooperativas Médicas do Estado do Ceará Ltda	Art. 88 RN 124/2006	70.098,95 (setenta mil, noventa e oito reais e noventa e cinco centavos reais)
33903.017167/2014-07	Unimed Norte do Mato Grosso Cooperativa do Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.010160/2014-56	Unimed Rondonópolis Cooperativa do Trabalho Médico Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.005869/2015-25	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.014259/2015-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.051247/2015-90	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.073492/2016-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.081789/2016-52	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.006046/2016-49	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.015284/2016-15	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.196032/2015-81	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.101063/2014-05	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
33902.252043/2015-59	SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda.	Art. 74 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
25780.003018/2016-20	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc. Coop. Serv. Med. e Hosp. Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25772.004647/2013-23	Unimed Costa do Descobrimento Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 20 e 79 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
33903.023647/2015-80	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.018421/2015-67	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.012817/2015-14	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33903.013067/2015-84	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.022288/2015-79	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 57 e 78 RN 124/2006	105.000,00 (cento e cinco mil reais)
25789.070561/2015-71	Itauseg Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos reais)
25779.010499/2015-88	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25772.026835/2015-74	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 57 RN 124/2006	39.600,00 (trinta e nove mil e seiscentos reais)
25780.013744/2015-70	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.015718/2015-85	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25779.047557/2015-29	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
25782.007763/2015-47	Unimed Curitiba - Sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25779.018565/2015-68	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.013663/2017-51	Biovida Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
33902.382358/2015-20	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 57 RN 124/2006	40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais)
25782.006031/2015-30	Ameplan Assistência Médica Planejada Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.003681/2015-82	Unimed do Estado do Paraná Federação Estadual das Cooperativas Médicas	Art. 62-C RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.258394/2015-73	Operadora Unieste de Planos de Saúde Ltda	Art. 62-A RN 124/2006	20.000,00 (vinte mil reais)
25783.009420/2015-15	Petrobras Distribuidora S.A.	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
25789.069758/2015-68	Green Life Saúde Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.405826/2015-41	Sempre Odonto Planos Odontológicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.045492/2015-87	União Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33903.012502/2017-15	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A.	Art. 77 RN 124/2006	35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais)
33903.012529/2017-16	Unimed do Oeste da Bahia Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.012239/2013-35	Unimed do Cariri - Sociedade Cooperativa Médica Ltda	Art. 43 RN 124/2006	21.000,00 (vinte e um mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33903.004156/2010-25	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25783.004522/2014-55	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25780.006500/2015-31	Medisanitas Brasil Assistência Integral à Saúde S/A	Art. 35 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
33902.489206/2016-38	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.021408/2016-86	Caberj Integral Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.000306/2015-61	Massa Falida de Assimédica Sistema de Saúde Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	211.200,00 (duzentos e onze mil e duzentos reais)
33902.372111/2015-03	Rizzo Odontologia Ltda.	Art. 36 RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33902.211143/2012-82	Unimed Teresópolis Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 20-C RN 124/2006	240.593,68 (duzentos e quarenta mil, quinhentos e novena e três reais e sessenta e oito centavos)
33903.021622/2015-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.051363/2015-17	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.094523/2015-12	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 88 RN 124/2006	224.119,21 (duzentos e vinte e quatro mil, cento e dezenove reais e vinte e um centavos)
25779.017521/2015-11	Ecole Serviços Médicos Ltda	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
33902.472375/2016-39	Clínica São Gabriel S/S Ltda	Art. 35 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
33902.024042/2016-05	Allcare Administradora de Benefícios em Saúde Ltda.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.371796/2015-62	All care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.025615/2016-18	All care Administradora de Benefícios São Paulo Ltda.	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25772.015484/2015-76	Unimed-São Gonçalo - Niterói - Soc. Coop. Serv. Med. e Hosp. Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil, trezentos e sessenta reais)
25780.002872/2016-79	Unimed Imperatriz Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 82 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25789.087804/2015-19	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
25789.092557/2015-64	Caixa Econômica Federal	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais
25779.007362/2016-27	Samp Espírito Santo Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.306296/2014-79	Plano de Auto Gestão em Saúde dos Servidores do Poder Judiciário	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25789.100686/2014-52	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.071551/2015-53	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25783.000147/2014-74	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 58 RN 124/2006	35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
33902.090536/2016-70	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.015490/2015-23	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.020615/2012-65	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.522332/2016-10	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25785.006706/2016-00	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 68 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)
25780.002529/2016-24	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais
33902.033535/2016-28	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais
25780.002425/2016-10	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
33902.513974/2016-10	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais
33902.522339/2016-23	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.198041/2012-64	Unimed Cooperativa de Serviços de Saúde Vales do Taquari e Rio Pardo Ltda	Art. 35 RN 124/2006	780.000,00 (setecentos e oitenta mil reais)
25785.012692/2015-74	Unimed Porto Alegre Cooperativa Médica Ltda	Art. 71 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.050483/2013-27	Green Line Sistema de Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.104532/2015-11	Uniodonto Regional Coop. Trab. Odontológico Ltda.	Art. 84 RN 124/2006	18.000,00 (dezoito mil reais)
33902.509447/2015-20	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 20 RN 124/2006	Advertência
33902.396865/2014-60	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 20-D RN 124/2006	78.000,00 (setenta e oito mil reais)
33903.004954/2015-61	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S/A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.014580/2015-05	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.018549/2015-35	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.039552/2015-63	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.254884/2015-09	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.018753/2015-56	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.082007/2016-01	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.007170/2015-09	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 65-A e 65-B RN 124/2006	10.000,00 (dez mil reais)
33903.001913/2016-02	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.003735/2017-27	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.027563/2015-60	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda- Em Liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25782.005738/2015-29	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.001723/2015-21	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25779.005798/2015-09	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.000046/2015-11	E.X.M. Brasil Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.461829/2015-65	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 20 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.004651/2015-54	Plena Saúde Ltda	Art. 79 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.420220/2015-36	Usodonto Planos de Saúde Ltda	Art. 34 RN 124/2006	5.000,00 (cinco mil reais)
25780.000704/2016-49	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.442923/2016-04	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25780.000158/2016-46	Unimed de Volta Redonda Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.070389/2015-56	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.260244/2015-20	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.020293/2015-11	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25772.005937/2015-56	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)
33903.006861/2016-52	Ameron - Assistência Médica Rondônia S/A.	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
25773.001365/2016-15	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	154.947,37 (cento e cinquenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos)
33902.007267/2016-99	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 88 RN 124/2006	283.915,78 (duzentos e oitenta e três mil, novecentos e quinze reais e setenta e oito centavos)
33902.229736/2012-03	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 35 RN 124/2006	550,000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais)
33903.020004/2015-84	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 74 RN 124/2006	15.000,00 (quinze mil reais)
25789.085713/2015-31	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 62-A RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.018581/2016-05	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 20-D RN 124/2006	50.000,00 (cinquenta mil reais)
33902.432258/2014-71	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
33902.226822/2012-56	Centro Clínico Gaúcho Ltda	Art. 35 RN 124/2006	350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais)
25780.001121/2016-35	Fundação Saúde Itaú	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25780.015168/2015-03	Plano de Saúde ASES Ltda	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25783.023180/2012-19	Oralclass Assistência Médica e Odontológica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
25773.006439/2012-78	Unimed de Fortaleza Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25780.011911/2015-48	Geap Auto Gestão em Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais
25779.011854/2015-36	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)
25785.016925/2015-16	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.036002/2015-92	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.039557/2015-96	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.236082/2012-66	Idental Assistência Odontológica Ltda.	Art. 5 e 35 RN 124/2006	Advertência + 10.000,00 (dez mil reais)
25789.024294/2015-61	Unimed de Limeira Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 42 RN 124/2006	21.000,00 (vinte e um mil reais)
33902.517998/2015-67	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 88 RN 124/2006	94.778,95 (noventa e quatro mil, setecentos e setenta e oito reais e noventa e cinco centavos)
33902.074280/2015-72	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 88 RN 124/2006	50.150,00 (cinquenta mil e cento e cinquenta reais)
25772.013896/2014-91	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 88 RN 124/2006	45.045,00 (quarenta e cinco mil e quarenta e cinco reais)
33902.090777/2016-19	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25783.015248/2013-69	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 88 RN 124/2006	444.757,89 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, setecentos e cinquenta sete reais e oitenta e nove centavos)
33902.745140/2013-29	Agmed Saúde S/A	Art. 20 e 66 RN 124/2006	198.030,32(cento e noventa e oito mil, trinta reais e trinta e dois centavos)
25783.023921/2016-87	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art.57 RN 124/2006	Advertência
25789.017703/2016-53	Sompo Saúde Seguros S.A	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25789.015662/2016-61	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.000486/2016-62	Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	24.000,00 (vinte e quatro mil reais)
33902.467502/2016-88	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.041981/2012-06	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	78.000,00 (setenta e oito mil reais)
33903.001720/2014-81	Unimed Ji Paraná Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
25782.007972/2014-18	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.004136/2016-75	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.384764/2013-65	Bradesco Saúde S.A.	Art.37, 61-A e 68 RN 124/2006	95.000,00 (noventa e cinco mil reais)
33902.258423/2012-54	SMEDSJ - Serviços Médicos São José Ltda.	Art. 82 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.406770/2014-61	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25782.010688/2016-82	Agmed Saúde S/A	Art. 20-D e 66 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.026837/2016-84	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.080376/2016-76	Green Line Sistema de Saúde S.A	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.008242/2016-88	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25783.022762/2013-51	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 57 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25783.020525/2013-55	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25773.007819/2016-53	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.015172/2014-77	Unimed Cáceres Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.067617/2017-57	Caixa de Assistência à Saúde - Caberj	Art. 57 RN 124/2006	27.000,00 (vinte e sete mil reais)
25773.000511/2017-68	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25779.007980/2017-58	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 62-A RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25783.024886/2014-51	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25773.010162/2013-69	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 59 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33903.012228/2013-51	Bradesco Saúde S.A.	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25789.099506/2014-82	Sociedade Portuguesa de Beneficência	Art. 77 RN 124/2006	57.600,00 (cinquenta e sete mil e seiscentos reais)
25782.004521/2016-82	Unimed Curitiba - sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.014391/2013-58	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.013759/2014-56	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.017587/2016-72	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.009855/2013-19	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.031836/2016-32	Unimed do ABC - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25789.065661/2016-67	Biovida Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.499291/2015-61	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.296110/2015-47	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.004156/2015-65	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 57 RN 124/2006	40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais)
33902.377345/2015-39	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.043442/2017-16	Unimed São José dos Campos - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.330716/2013-57	Instituto de Saúde Ascade	Art. 35 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25789.023824/2017-15	Ameno Assistência Médica S/S Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais)
25789.088286/2014-61	Coopus - Cooperativa de Usuários do Sistema de Saúde de Campinas	Art. 81 RN 124/2006	8.000,00 (oito mil reais)
25782.002187/2014-61	Unimed Regional Maringá Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	63.360,00 (sessenta e três mil e trezentos e sessenta reais)
25772.027247/2015-58	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.025138/2015-77	Geap Auto Gestão em Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.000047/2015-58	Unimed Maceió - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
33902.287020/2015-65	Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae - CAC	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
25772.015840/2015-51	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25773.002187/2017-12	Unihosp - Serviços de Saúde Eireli.	Art. 77 RN 124/2006	47.520,00 (quarenta e sete mil e quinhentos e vinte reais)
25789.039391/2017-10	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 82 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.002908/2015-53	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.007356/2017-14	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25773.005976/2017-13	Central Nacional Unimed - Cooperativa Central	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.006458/2017-12	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 79 RN 124/2006	200.000,00 (duzentos mil reais)
25783.015764/2017-17	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.048262/2017-12	Unihosp - Serviços de Saúde Eireli.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33903.013538/2017-16	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S.A.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25783.014073/2013-72	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais
25789.002158/2016-09	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33903.002677/2016-33	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 66 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25773.010520/2013-33	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25782.003550/2016-27	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.013756/2014-01	Unimed Curitiba - sociedade Cooperativa de Médicos	Art. 57 RN 124/2006	Advertência
25772.006138/2016-88	Unix - Saúde Ltda	Art. 79 RN 124/2006	40.000,00 (quarenta mil reais)

25779.024122/2015-14	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25772.018434/2015-41	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.010181/2015-68	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.031522/2013-97	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25780.016998/2015-40	Good Life Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25783.034749/2014-25	Aliança Administradora de Benefícios de Saúde S.A.	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.026876/2013-10	Biovida Saúde Ltda	Art. 20 e 20-D RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25773.017604/2015-60	Interbrasil Administradora de Benefícios Ltda.	Art. 78 RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
33902.081364/2016-43	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.004817/2016-33	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25772.018958/2015-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
25783.007574/2016-45	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.057563/2016-31	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.017389/2015-15	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.000042/2015-25	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.009714/2017-15	Bradesco Saúde S/A	Art. 76-A RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25783.008144/2016-41	Unimed Maceió - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)
25789.035888/2016-88	Unimed Regional da Baixa Mogiana - Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	36.000,00 (trinta e seis mil reais)
33902.033567/2016-23	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 62 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.035641/2016-61	Unimed do Estado de São Paulo - Federação Estadual das Coop. Médicas	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.008232/2015-21	Good Life Saúde Ltda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25783.016521/2015-34	Unimed Cuiaba Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25789.006000/2015-19	Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas	Art. 21 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.030531/2015-22	Divicom Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	90.000,00 (noventa mil reais)
33902.065150/2017-19	Health Club Administradora de Benefícios	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.376500/2014-19	Abbess - Associação Brasileira de Benefícios e Seguridade Social	Art. 66 RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
25772.003868/2016-27	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.019495/2015-26	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.033489/2016-67	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25772.014382/2015-33	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.013077/2016-19	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.090630/2016-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.090847/2016-39	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
25783.002004/2016-69	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
25783.031257/2015-69	Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25772.011707/2016-15	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	192.000,00 (cento e noventa e dois mil reais)
25780.005514/2016-18	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 79 RN 124/2006	110.000,00 (cento e dez mil reais)
25772.007456/2015-85	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 84 RN 124/2006	33.000,00 (trinta e três mil reais)
25779.037614/2015-61	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	105.600,00 (cento e cinco mil e seiscentos reais)
33903.005616/2016-28	All Care Administradora de Benefícios S.A.	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.604901/2014-74	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 20-D RN 124/2006	130.000,00 (cento e trinta mil reais)
25773.019649/2015-79	Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33902.372053/2015-18	Odontopará Plano de Saúde e Clínica Odontológica Ltda	Art. 36 RN 124/2006	75.000,00 (setenta e cinco mil reais)
33903.024472/2013-66	Caixa de Previdência e Assistência dos Servidores da Fundação Nacional de Saúde - CAPESESP	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25779.008809/2016-85	Samp Espirito Santo Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.020323/2015-90	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)

25789.009921/2015-33	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.002756/2016-70	Omint Serviços de Saúde Ltda	Art. 78 RN 124/2006	43.200,00 (quarenta e três mil e duzentos reais)
25779.041997/2015-72	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25779.001873/2015-54	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 78 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.848368/2013-70	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 35 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33902.090507/2016-16	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 74 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25779.024898/2016-15	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.283087/2014-40	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 35 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
25789.104133/2015-50	Associação Mais Saúde Santa Casa de São João da Boa Vista	Art. 57 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25789.006456/2016-60	Fundação Saúde Itaú	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25772.014292/2012-08	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 35 RN 124/2006	25.000,00 (vinte e cinco mil reais)
33903.012520/2015-35	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.039859/2015-23	Postal Saúde Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios	Art. 74 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
25780.018889/2015-67	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.488874/2015-67	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 20 RN 124/2006	Advertência
33902.034717/2017-05	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.013224/2015-67	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33903.020101/2015-77	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais)
33902.090520/2016-67	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25789.072156/2015-98	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.061020/2015-52	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.734101/2011-34	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25780.006924/2016-86	Unimed Palmas Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
25772.018705/2015-68	Salutar Saúde Seguradora S/A	Art. 77 RN 124/2006	158.400,00 (cento e cinquenta e mil e quatrocentos reais)
25789.004818/2016-88	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	66.000,00 (sessenta e seis mil reais)
33902.455139/2016-58	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.006798/2016-60	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.004919/2015-52	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
33903.010159/2013-41	Sulasaúde Participações S.A.	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.015965/2016-68	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25780.001194/2016-27	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25783.011750/2016-43	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.025001/2016-28	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25772.003607/2016-15	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

33902.324041/2014-98	Caixa Seguradora Especializada em Saúde S/A	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
33902.442979/2016-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.607872/2014-01	Vision Med Assistência Médica Ltda.	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.072810/2016-29	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25783.017390/2014-21	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.604122/2014-79	Amil Assistência Médica Internacional S.A.	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.606800/2014-38	Oralgold Planos Odontológicos	Art. 36 RN 124/2006	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
25779.019724/2015-41	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25779.000038/2016-88	Administradora Brasileira de Assistência Médica Ltda. - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
25773.009632/2015-11	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 78 RN 124/2006	60.000,00 (sessenta mil reais)
25772.015645/2015-21	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 78 RN 124/2006	59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais)
25772.004180/2016-64	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 62 RN 124/2006	49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
25772.006296/2010-42	Unimed Costa do Descobrimento Cooperativa de Trabalho Médico	Art. 57 e 59 RN 124/2006	108.000,00 (cento e oito mil reais)
25772.015733/2015-23	Unix - Saúde Ltda	Art. 81 RN 124/2006	16.000,00 (dezesseis mil reais)
25789.108387/2014-66	Lexus Administradora de Benefícios Ltda	Art. 82-A RN 124/2006	32.000,00 (trinta e dois mil reais)
33902.011904/2016-21	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
25782.006012/2015-11	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 82-A RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33903.015823/2015-18	Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda	Art. 77 RN 124/2006	52.800,00 (cinquenta e dois mil e oitocentos reais)
33902.498216/2016-64	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
25779.008651/2015-62	Massa Falida de Minas Center Med Ltda	Art. 77 RN 124/2006	96.000,00 (noventa e seis mil reais
25783.010891/2014-87	Hapvida Assistência Médica Ltda	Art. 78 RN 124/2006	54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais)
33902.043179/2016-51	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	80.000,00 (oitenta mil reais)
33902.017439/2017-13	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 79 RN 124/2006	247.500,00 (duzentos e quarenta e sete mil e quinhentos reais)
25773.010972/2015-87	Unimed de Sobral Cooperativa de Trabalho Médico Ltda	Art. 57 RN 124/2006	16.200,00 (dezesseis mil e duzentos reais)
25480.002609/2016-80	Qualicorp Administradora de Benefícios S.A	Art. 66 RN 124/2006	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.082187/2015-57	CPS Planos de Saúde Ltda - Epp	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.000285/2015-84	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
33902.444328/2016-03	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 79 RN 124/2006	100.000,00 (cem mil reais)
33903.011939/2015-70	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.081434/2016-89	Corpore Administradora de Benefícios da Saúde - Eireli	Art. 66 RN 124/2006	12.000,00 (doze mil reais)
25772.006877/2016-70	Unimed Norte/Nordeste - Federação Interfederativa das Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico	Art. 77 RN 124/2006	64.000,00 (sessenta e quatro mil reais)
25782.005591/2014-96	Agmed Saúde S/A	Art. 77 e 79 RN 124/2006	108.000,00 (cento e oito mil reais)
25789.004052/2015-51	Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em liquidação Extrajudicial	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25780.011661/2015-46	Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil	Art. 57 RN 124/2006	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25779.020381/2015-68	Promed Assistência Médica Ltda	Art. 77 RN 124/2006	140.800,00 (cento e quarenta mil e oitocentos reais)
25772.003988/2014-62	Unimed-Rio Cooperativa de Trabalho Médico do Rio de Janeiro	Art. 77 RN 124/2006	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.057530/2014-44	IBBCA 2008 Gestão em Saúde Ltda	Art. 82-A RN 124/2006	160.000,00 (cento e sessenta mil reais)

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

LEANDRO FONSECA
Diretor - Presidente
Substituto

DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL

PORTARIA DIDES Nº 4, DE 15 DE MAIO DE 2018

A DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO SETORIAL, no uso da competência que lhe confere a alínea "b", do inciso I do artigo 21 da Resolução Regimental - RR nº 1, de 17 de março de 2017 e, de acordo com o inciso III do artigo 2º e § 2º do artigo 4º da Resolução Normativa - RN 277, de 4 de novembro de 2011, resolve:

Art. 1º Homologar a DNV-GL Business Assurance Avaliações e Certificações Brasil Ltda., CNPJ nº 00.603.542/0002-30, como entidade acreditadora de operadoras, para fins do disposto da RN nº 277/2011.

Art. 2º A presente homologação será válida até 02 de agosto de 2021.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de maio de 2018.

RODRIGO RODRIGUES DE AGUIAR
Diretor

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO - RDC Nº 227, DE 17 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe conferem o art. 15, III e IV, aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e o art. 53, V, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve adotar a seguinte Resolução da Diretoria Colegiada, conforme deliberado em reunião realizada em 17 de abril de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Publicar a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº. 344, de 12 de maio de 1998, republicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999, estabelecendo as seguintes alterações:

I. INCLUSÃO

1.1. Lista "A3": Metilsinefrina

1.2. Lista "F1": Furanilfentanil

1.3. Lista "F2": 3-MeO-PCP

1.4. Lista "F2": DMBA

1.5. Lista "F3": Sinônimo norefedrina para a substância fenilpropanolamina

II. EXCLUSÃO

2.1. Adendo 3 da Lista "F3"

III. ALTERAÇÃO

3.1. Adendo 4 da Lista "A3"

3.2. Adendo 16 da Lista "F2"

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO I

MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA
ATUALIZAÇÃO N. 62
LISTAS DA PORTARIA SVS/MS N.º 344 DE 12 DE MAIO DE 1998 (DOU DE 1/2/99)

LISTA - A1
LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES
(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILMETADOL
2. ALFACETILMETADOL
3. ALFAMEPRODINA
4. ALFAMETADOL
5. ALFAPRODINA
6. ALFENTANILA
7. ALILPRODINA
8. ANILERIDINA
9. BEZITRAMIDA
10. BENZETIDINA
11. BENZILMORFINA
12. BENZOILMORFINA
13. BETACETILMETADOL
14. BETAMEPRODINA
15. BETAMETADOL
16. BETAPRODINA
17. BUPRENORFINA
18. BUTORFANOL
19. CLONITAZENO
20. CODOXIMA
21. CONCENTRADO DE PALHA DE DORMIDEIRA
22. DEXTROMORAMIDA
23. DIAMPROMIDA
24. DIETILTIAMBUTENO
25. DIFENOXILATO
26. DIFENOXINA
27. DIIDROMORFINA
28. DIMEFEPTANOL (METADOL)
29. DIMENOXADOL
30. DIMETILTIAMBUTENO
31. DIOXAFETILA
32. DIPIPANONA
33. DROTEBANOL
34. ETILMETILTIAMBUTENO
35. ETONITAZENO
36. ETOXERIDINA

37. FENADOXONA
38. FENAMPROMIDA
39. FENAZOCINA
40. FENOMORFANO
41. FENOPERIDINA
42. FENTANILA
43. FURETIDINA
44. HIDROCODONA
45. HIDROMORFINOL
46. HIDROMORFONA
47. HIDROXIPETIDINA
48. INTERMEDIÁRIO DA METADONA (4-CIANO-2-DIMETILAMINA-4,4-DIFENILBUTANO)
49.INTERMEDIÁRIO DA MORAMIDA (ÁCIDO 2-METIL-3-MORFOLINA-1,1-DIFENILPROPANO CARBOXÍLICO)
50. INTERMEDIÁRIO "A" DA PETIDINA (4 CIANO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA)
51.INTERMEDIÁRIO "B" DA PETIDINA (ÉSTER ETÍLICO DO ÁCIDO 4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXILÍCO)
52.INTERMEDIÁRIO "C" DA PETIDINA (ÁCIDO-1-METIL-4-FENILPIPERIDINA-4-CARBOXÍLICO)
53. ISOMETADONA
54. LEVOFENACILMORFANO
55. LEVOMETORFANO
56. LEVOMORAMIDA
57. LEVORFANOL
58. METADONA
59. METAZOCINA
60. METILDESORFINA
61. METILDIIDROMORFINA
62. METOPONA
63. MIROFINA
64. MORFERIDINA
65. MORFINA
66. MORINAMIDA
67. NICOMORFINA
68. NORACIMETADOL
69. NORLEVORFANOL
70. NORMETADONA
71. NORMORFINA
72. NORPIPANONA
73. N-OXICODEÍNA
74. N-OXIMORFINA
75. ÓPIO
76.ORIPAVINA
77. OXICODONA
78. OXIMORFONA
79. PETIDINA
80. PIMINODINA
81. PIRITRAMIDA
82. PROEPTAZINA
83. PROPERIDINA
84. RACEMETORFANO
85. RACEMORAMIDA
86. RACEMORFANO
87. REMIFENTANILA
88. SUFENTANILA
89.TAPENTADOL
90. TEBACONA
91. TEBAÍNA
92. TILIDINA
93. TRIMEPERIDINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros (exceto os isômeros dextrometorfano, (+)3-metoxi-N-metilmorfinan, e o Dextrorfano, (+) 3-hidroxi-N-metilmorfinan), das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de DIFENOXILATO, contendo por unidade posológica, não mais que 2,5 miligramas de DIFENOXILATO calculado como base, e uma quantidade de Sulfato de Atropina equivalente a, pelo menos, 1,0% da quantidade de DIFENOXILATO, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) preparações à base de ÓPIO, contendo até 5 miligramas de morfina anidra por mililitros, ou seja, até 50 miligramas de ÓPIO, ficam sujeitas a prescrição da RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

4) fica proibida a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham ÓPIO e seus derivados sintéticos e CLORIDRATO DE DIFENOXILATO e suas associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

5) preparações medicamentosas na forma farmacêutica de comprimidos de liberação controlada à base de OXICODONA, contendo não mais que 40 miligramas dessa substância, por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição em RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

6) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero proscrito alfa-PVP, que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.

7) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

8) preparações medicamentosas na forma farmacêutica adesivos transdérmicos contendo BUPRENORFINA em matriz polimérica adesiva, ou seja, sem reservatório de substância ativa, ficam sujeitas a prescrição em RECEITA DE CONTROLE ESPECIAL em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

9) A importação e a exportação de padrões analíticos à base das substâncias BUTORFANOL, MORINAMIDA e TAPENTADOL, em que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não exceda 500 mg por unidade, não requer Autorização de Importação e Autorização de Exportação, respectivamente. O disposto neste adendo também se aplica aos padrões analíticos à base dos sais, éteres, ésteres e isômeros, assim como dos sais de éteres, de ésteres e de isômeros, das substâncias citadas, a menos que sejam explicitamente excetuados ou constantes de listas de controle mais restrito e desde que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não ultrapasse o limite especificado.

10) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - A2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES DE USO PERMITIDO SOMENTE EM CONCENTRAÇÕES ESPECIAIS

(Sujeitas a Notificação de Receita "A")

1. ACETILDIIDROCODEINA
2. CODEÍNA
3. DEXTROPROPOXIFENO
4. DIIDROCODEÍNA
5. ETILMORFINA
6. FOLCODINA
7. NALBUFINA
8. NALORFINA
9. NICOCODINA
10. NICODICODINA
11. NORCODEÍNA
12. PROPIRAM
13. TRAMADOL

ADENDO:

1)ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) preparações à base de ACETILDIIDROCODEÍNA, CODEÍNA, DIIDROCODEÍNA, ETILMORFINA, FOLCODINA, NICODICODINA, NORCODEÍNA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecentes não exceda 100 miligramas por unidade posológica, e em que a concentração não ultrapasse a 2,5% nas preparações de formas indivisíveis ficam sujeitas prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA -SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

3) preparações à base de TRAMADOL, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 100 miligramas de TRAMADOL por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

4) preparações à base de DEXTROPROPOXIFENO, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade de entorpecente não exceda 100 miligramas por unidade posológica e em que a concentração não ultrapasse 2,5% nas preparações indivisíveis, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

5) preparações à base de NALBUFINA, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, em que a quantidade não exceda 10 miligramas de CLORIDRATO DE NALBUFINA por unidade posológica ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

6) preparações à base de PROPIRAM, inclusive as misturadas a um ou mais componentes, contendo não mais que 100 miligramas de PROPIRAM por unidade posológica e associados, no mínimo, a igual quantidade de metilcelulose, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula deverão apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA ".

7) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

8) A importação e a exportação de padrões analíticos à base das substâncias NALBUFINA e TRAMADOL, em que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não exceda 500 mg por unidade, não requer Autorização de Importação e Autorização de Exportação, respectivamente. O disposto neste adendo também se aplica aos padrões analíticos à base dos sais, éteres, ésteres e isômeros, assim como dos sais de éteres, de ésteres e de isômeros, das substâncias citadas, a menos que sejam explicitamente excetuados ou constantes de listas de controle mais restrito e desde que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não ultrapasse o limite especificado.

9) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - A3

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeita a Notificação de Receita "A")

1.ANFETAMINA
2.ATOMOXETINA
3.CATINA
4.CLOBENZOREX
5.CLORFENTERMINA
6.DEXANFETAMINA
7.DRONABINOL
8.FEMETRAZINA
9.FENCICLIDINA
10.FENETILINA
11.LEVANFETAMINA
12.LEVOMETANFETAMINA
13.LISDEXANFETAMINA
14.METILFENIDATO
15. METILSINEFRINA
16.MODAFINILA
17.TANFETAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) ficam sujeitos aos controles referentes a esta Lista os medicamentos registrados na Anvisa que possuam em sua formulação derivados de Cannabis sativa, em concentração de no máximo 30 mg de tetrahidrocannabinol (THC) por mililitro e 30 mg de canabidiol por mililitro.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

4) A importação e a exportação de padrões analíticos à base das substâncias ATOMOXETINA, CLOBENZOREX, CLORFENTERMINA, LISDEXANFETAMINA, MODAFINILA, METILSINEFRINA e TANFETAMINA, em que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não exceda 500 mg por unidade, não requer Autorização de Importação e Autorização de Exportação, respectivamente. O disposto neste adendo também se aplica aos padrões analíticos à base dos sais, éteres, ésteres e isômeros, assim como dos sais de éteres, de ésteres e de isômeros, das substâncias citadas, a menos que sejam explicitamente excetuados ou constantes de listas de controle mais restrito e desde que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não ultrapasse o limite especificado.

5) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - B1

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B")

1. ALOBARBITAL
2. ALPRAZOLAM
3. AMINEPTINA
4. AMOBARBITAL
5. APROBARBITAL
6. BARBEXACLONA
7. BARBITAL
8. BROMAZEPAM
9. BROTIZOLAM
10. BUTABARBITAL
11. BUTALBITAL
12. CAMAZEPAM
13. CETAZOLAM
14. CICLOBARBITAL
15. CLOBAZAM
16. CLONAZEPAM
17. CLORAZEPAM
18. CLORAZEPATO
19. CLORDIAZEPÓXIDO
20. CLORETO DE ETILA
21. CLORETO DE METILENO/DICLOROMETANO
22. CLOTIAZEPAM
23. CLOXAZOLAM
24. DELORAZEPAM
25. DIAZEPAM
26. ESTAZOLAM
27. ETCLORVINOL

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

28. ETILANFETAMINA (N-ETILANFETAMINA)
29. ETINAMATO
30. FENAZEPAM
31. FENOBARBITAL
32. FLUDIAZEPAM
33. FLUNITRAZEPAM
34. FLURAZEPAM
35. GHB - (ÁCIDO GAMA - HIDROXIBUTÍRICO)
36. GLUTETIMIDA
37. HALAZEPAM
38. HALOXAZOLAM
39. LEFETAMINA
40. LOFLAZEPATO DE ETILA
41. LOPRAZOLAM
42. LORAZEPAM
43. LORMETAZEPAM
44. MEDAZEPAM
45. MEPROBAMATO
46. MESOCARBO
47. METILFENOBARBITAL (PROMINAL)
48. METIPRILONA
49. MIDAZOLAM
50. NIMETAZEPAM
51. NITRAZEPAM
52. NORCANFANO (FENCANFAMINA)
53. NORDAZEPAM
54. OXAZEPAM
55. OXAZOLAM
56. PEMOLINA
57. PENTAZOCINA
58. PENTOBARBITAL
59. PERAMPANEL
60. PINAZEPAM
61. PIPRADROL
62. PIROVALERONA
63. PRAZEPAM
64. PROLINTANO
65. PROPILEXEDRINA
66. SECBUTABARBITAL
67. SECOBARBITAL
68. TEMAZEPAM
69. TETRAZEPAM
70. TIAMILAL
71. TIOPENTAL
72. TRIAZOLAM
73. TRICLOROETILENO
74. TRIEXIFENIDIL
75. VINILBITAL
76. ZALEPLONA
77. ZOLPIDEM
78. ZOPICLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos que contenham FENOBARBITAL, METILFENOBARBITAL (PROMINAL), BARBITAL e BARBEXACLONA, ficam sujeitos a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

3) Em conformidade com a Resolução RDC n.º 104, de 6 de dezembro de 2000 (republicada em 15/12/2000):

3.1. fica proibido o uso do CLORETO DE ETILA para fins médicos, bem como a sua utilização sob a forma de aerosol, aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

3.2. o controle e a fiscalização da substância CLORETO DE ETILA, ficam submetidos ao Órgão competente do Ministério da Justiça, de acordo com a Lei nº 10.357 de 27/12/2001, Decreto nº 4.262 de 10/06/2002 e Portaria MJ nº 1.274 de 25/08/2003.

4) preparações a base de ZOLPIDEM e de ZALEPLONA, em que a quantidade dos princípios ativos ZOLPIDEM e ZALEPLONA respectivamente, não excedam 10 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

5) preparações a base de ZOPICLONA em que a quantidade do princípio ativo ZOPICLONA não exceda 7,5 miligramas por unidade posológica, ficam sujeitas a prescrição da Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

6) fica proibido o uso humano de CLORETO DE METILENO/DICLOROMETANO e de TRICLOROETILENO, por via oral ou inalação.

7) quando utilizadas exclusivamente para fins industriais legítimos, as substâncias CLORETO DE METILENO/DICLOROMETANO e TRICLOROETILENO estão excluídas dos controles referentes a esta Lista, estando submetidas apenas aos controles impostos pela Lista D2 deste Regulamento (controle do Ministério da Justiça).

8) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero proscrito TH-PVP, que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.

9) os medicamentos que contenham PERAMPANEL ficam sujeitos à prescrição em Receita de Controle Especial, em 2 (duas) vias, e os dizeres de rotulagem e bula devem apresentar a seguinte frase: "VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA - SÓ PODE SER VENDIDO COM RETENÇÃO DA RECEITA".

10) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

11) A importação e a exportação de padrões analíticos à base das substâncias APROBARBITAL, BARBEXACLONA, CLORAZEPAM, PERAMPANEL, PROLINTANO, PROPILEXEDRINA, TIAMILAL, TIOPENTAL, TRIEXIFENIDIL, ZALEPLONA e ZOPICLONA, em que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não exceda 500 mg por unidade, não requer Autorização de Importação e Autorização de Exportação, respectivamente. O disposto neste adendo também se aplica aos padrões analíticos à base dos sais, éteres, ésteres e isômeros, assim como dos sais de éteres, de ésteres e de isômeros, das substâncias citadas, a menos que sejam explicitamente excetuados ou constantes de listas de controle mais restrito e desde que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não ultrapasse o limite especificado.

12) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - B2

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS ANOREXÍGENAS

(Sujeitas a Notificação de Receita "B2")

1. AMINOREX
2. ANFEPRAMONA
3. FEMPROPOREX
4. FENDIMETRAZINA
5. FENTERMINA
6. MAZINDOL
7. MEFENOREX
8. SIBUTRAMINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero proscrito metanfetamina que está relacionado na Lista "F2" deste regulamento.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista, os isômeros proscritos 4-MEC, 5-MAPDB e pentedrona, que estão relacionados na Lista "F2" deste regulamento.

4) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância DEET (N,N-dietil-3-metilbenzamida).

5) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

6) A importação e a exportação de padrões analíticos à base de SIBUTRAMINA, em que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não exceda 500 mg por unidade, não requer Autorização de Importação e Autorização de Exportação, respectivamente. O disposto neste adendo também se aplica aos padrões analíticos à base dos sais, éteres, ésteres e isômeros, assim como dos sais de éteres, de ésteres e de isômeros, da substância citada, a menos que sejam explicitamente excetuados ou constantes de listas de controle mais restrito e desde que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não ultrapasse o limite especificado.

7) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - C1

LISTA DAS OUTRAS SUBSTÂNCIAS SUJEITAS A CONTROLE ESPECIAL

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ACEPROMAZINA
2. ÁCIDO VALPRÓICO
3. AGOMELATINA
4. AMANTADINA
5. AMISSULPRIDA
6. AMITRIPTILINA
7. AMOXAPINA
8. ARIPIPRAZOL
9. ASENAPINA
10. AZACICLONOL
11. BECLAMIDA
12. BENACTIZINA
13. BENFLUOREX
14. BENZIDAMINA
15. BENZOCTAMINA
16. BENZOQUINAMIDA
17. BIPERIDENO
18. BUPROPIONA
19. BUSPIRONA
20. BUTAPERAZINA
21. BUTRIPTILINA
22. CANABIDIOL (CBD)
23. CAPTODIAMO
24. CARBAMAZEPINA
25. CAROXAZONA
26. CELECOXIBE
27. CETAMINA
28. CICLARBAMATO
29. CICLEXEDRINA
30. CICLOPENTOLATO
31. CISAPRIDA
32. CITALOPRAM
33. CLOMACRANO
34. CLOMETIAZOL
35. CLOMIPRAMINA
36. CLOREXADOL
37. CLORPROMAZINA
38. CLORPROTIXENO
39. CLOTIAPINA
40. CLOZAPINA
41. DAPOXETINA
42. DESFLURANO
43. DESIPRAMINA
44. DESVENLAFAXINA
45. DEXETIMIDA
46. DEXMEDETOMIDINA
47. DIBENZEPINA
48. DIMETRACRINA
49. DISOPIRAMIDA
50. DISSULFIRAM
51. DIVALPROATO DE SÓDIO
52. DIXIRAZINA
53. DONEPEZILA
54. DOXEPINA
55. DROPERIDOL
56. DULOXETINA
57. ECTILURÉIA
58. EMILCAMATO
59. ENFLURANO
60. ENTACAPONA
61. ESCITALOPRAM
62. ETOMIDATO
63. ETORICOXIBE
64. ETOSSUXIMIDA
65. FACETOPERANO
66. FEMPROBAMATO
67. FENAGLICODOL
68. FENELZINA
69. FENIPRAZINA
70. FENITOINA
71. FLUFENAZINA
72. FLUMAZENIL
73. FLUOXETINA
74. FLUPENTIXOL
75. FLUVOXAMINA
76. GABAPENTINA
77. GALANTAMINA
78. HALOPERIDOL
79. HALOTANO
80. HIDRATO DE CLORAL
81. HIDROCLORBEZETILAMINA
82. HIDROXIDIONA
83. HOMOFENAZINA
84. IMICLOPRAZINA
85. IMIPRAMINA
86. IMIPRAMINÓXIDO
87. IPROCLOZIDA
88. ISOCARBOXAZIDA
89. ISOFLURANO
90. ISOPROPIL-CROTONIL-URÉIA
91. LACOSAMIDA
92. LAMOTRIGINA
93. LEFLUNOMIDA
94. LEVETIRACETAM
95. LEVOMEPROMAZINA
96. LISURIDA
97. LITIO
98. LOPERAMIDA
99. LOXAPINA
100. LUMIRACOXIBE
101. LURASIDONA
102. MAPROTILINA
103. MECLOFENOXATO
104. MEFENOXALONA
105. MEFEXAMIDA
106. MEMANTINA
107. MEPAZINA
108. MESORIDAZINA
109. METILNALTREXONA
110. METILPENTINOL
111. METISERGIDA
112. METIXENO
113. METOPROMAZINA
114. METOXIFLURANO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

115. MIANSERINA
116. MILNACIPRANA
117. MINAPRINA
118. MIRTAZAPINA
119. MISOPROSTOL
120. MOCLOBEMIDA
121. MOPERONA
122. NALOXONA
123. NALTREXONA
124. NEFAZODONA
125. NIALAMIDA
126. NITRITO DE ISOBUTILA
127. NOMIFENSINA
128. NORTRIPTILINA
129. NOXIPTILINA
130. OLANZAPINA
131. OPIPRAMOL
132. OXCARBAZEPINA
133. OXIBUPROCAÍNA (BENOXINATO)
134. OXIFENAMATO
135. OXIPERTINA
136. PALIPERIDONA
137. PARECOXIBE
138. PAROXETINA
139. PENFLURIDOL
140. PERFENAZINA
141. PERGOLIDA
142. PERICIAZINA (PROPERICIAZINA)
143. PIMOZIDA
144. PIPAMPERONA
145. PIPOTIAZINA
146. PRAMIPEXOL
147. PREGABALINA
148. PRIMIDONA
149. PROCLORPERAZINA
150. PROMAZINA
151. PROPANIDINA
152. PROPIOMAZINA
153. PROPOFOL
154. PROTIPENDIL
155. PROTRIPTILINA
156. PROXIMETACAINA
157. QUETIAPINA
158. RAMELTEONA
159. RASAGILINA
160. REBOXETINA
161. RIBAVIRINA
162. RIMONABANTO
163. RISPERIDONA
164. RIVASTIGMINA
165. ROFECOXIBE
166. ROPINIROL
167. ROTIGOTINA
168. RUFINAMIDA
169. SELEGILINA
170. SERTRALINA
171. SEVOFLURANO
172. SULPIRIDA
173. SULTOPRIDA
174. TACRINA
175. TERIFLUNOMIDA
176. TETRABENAZINA
177. TETRACAÍNA
178. TIAGABINA
179. TIANEPTINA
180. TIAPRIDA
181. TIOPROPERAZINA
182. TIORIDAZINA
183. TIOTIXENO
184. TOLCAPONA
185. TOPIRAMATO
186. TRANILCIPROMINA
187. TRAZODONA
188. TRICLOFÓS
189. TRIFLUOPERAZINA
190. TRIFLUPERIDOL
191. TRIMIPRAMINA
192. TROGLITAZONA
193. VALDECOXIBE
194. VALPROATO SÓDICO
195. VENLAFAXINA
196. VERALIPRIDA
197. VIGABATRINA
198. VORTIOXETINA
199. ZIPRAZIDONA
200. ZOTEPINA
201. ZUCLOPENTIXOL

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.3 o disposto nos itens 1.1 e 1.2 não se aplica a substância canabidiol.

2) os medicamentos à base da substância LOPERAMIDA ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) fica proibido a comercialização e manipulação de todos os medicamentos que contenham LOPERAMIDA ou em associações, nas formas farmacêuticas líquidas ou em xarope para uso pediátrico (Portaria SVS/MS n.º 106 de 14 de setembro de 1994 - DOU 19/9/94).

4) só será permitida a compra e uso do medicamento contendo a substância MISOPROSTOL em estabelecimentos hospitalares devidamente cadastrados junto a Autoridade Sanitária para este fim;

5) os medicamentos à base da substância TETRACAÍNA ficam sujeitos a: (a) VENDA SEM PRESCRIÇÃO MÉDICA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico odontológico, não associadas a qualquer outro princípio ativo; (b) VENDA COM PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM A RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico otorrinolaringológico, especificamente para Colutórios e Soluções utilizadas no tratamento de Otite Externa e (c) VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA COM RETENÇÃO DE RECEITA - quando tratar-se de preparações farmacêuticas de uso tópico oftalmológico.

6) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico as substâncias DISSULFIRAM, LÍTIO (metálico e seus sais) e HIDRATO DE CLORAL, quando, comprovadamente, forem utilizadas para outros fins, que não as formulações medicamentosas, e, portanto não estão sujeitos ao controle e fiscalização previstos nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e nº. 6/99.

7) excetuam-se das disposições legais deste Regulamento Técnico os medicamentos a base de BENZIDAMINA cujas formas farmacêuticas sejam: pó para preparação extemporânea, solução ginecológica, spray, pastilha drops, colutório, pasta dentifrícia e gel.

8) fica proibido o uso de NITRITO DE ISOBUTILA para fins médicos, bem como a sua utilização como aromatizador de ambiente ou de qualquer outra forma que possibilite o seu uso indevido.

9) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico, o NITRITO DE ISOBUTILA, quando utilizado exclusivamente para fins industriais legítimos.

10) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância prometazina.

11) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

12) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - C2

LISTA DE SUBSTÂNCIAS RETINÓICAS

(Sujeitas a Notificação de Receita Especial)

1. ACITRETINA
2. ADAPALENO
3. BEXAROTENO
4. ISOTRETINOÍNA
5. TRETINOÍNA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2. os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

4) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - C3

LISTA DE SUBSTÂNCIAS IMUNOSSUPRESSORAS

(Sujeita a Notificação de Receita Especial)

1. FTALIMIDOGLUTARIMIDA (TALIDOMIDA)
2. LENALIDOMIDA

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

4) o controle da substância lenalidomida e do medicamento que a contenha deve ser realizado mediante o atendimento dos requisitos constantes da RDC nº 191, de 11 de dezembro de 2017.

LISTA - C5

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS ANABOLIZANTES

(Sujeitas a Receita de Controle Especial em duas vias)

1. ANDROSTANOLONA
2. BOLASTERONA
3. BOLDENONA
4. CLOROXOMESTERONA
5. CLOSTEBOL
6. DEIDROCLORMETILTESTOSTERONA
7. DROSTANOLONA
8. ESTANOLONA
9. ESTANOZOLOL
10. ETILESTRENOL
11. FLUOXIMESTERONA OU FLUOXIMETILTESTOSTERONA
12. FORMEBOLONA
13. MESTEROLONA
14. METANDIENONA
15. METANDRANONA
16. METANDRIOL
17. METENOLONA
18. METILTESTOSTERONA
19. MIBOLERONA
20. NANDROLONA
21. NORETANDROLONA
22. OXANDROLONA
23. OXIMESTERONA
24. OXIMETOLONA
25. PRASTERONA (DEIDROEPIANDROSTERONA - DHEA)
26. SOMATROPINA (HORMÔNIO DO CRESCIMENTO HUMANO)
27. TESTOSTERONA
28. TREMBOLONA

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1 os sais, éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

1.2 os sais de éteres, ésteres e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) os medicamentos de uso tópico contendo as substâncias desta lista ficam sujeitos a VENDA SOB PRESCRIÇÃO MÉDICA SEM RETENÇÃO DE RECEITA.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

4) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - D1

LISTA DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitas a Receita Médica sem Retenção)

1. 1-FENIL-2-PROPANONA
2. 3,4 - METILENDIOXIFENIL-2-PROPANONA
3. ACIDO ANTRANÍLICO
4. ÁCIDO FENILACETICO
5. ÁCIDO LISÉRGICO
6. ÁCIDO N-ACETILANTRANÍLICO
7. ALFA-FENILACETOACETONITRILO (APAAN)
8. ANPP ou (1-FENETIL-N-FENILPIPERIDIN-4-AMINA)
9. DIIDROERGOTAMINA
10. DIIDROERGOMETRINA
11. EFEDRINA
12. ERGOMETRINA
13. ERGOTAMINA
14. ETAFEDRINA
15. ISOSAFROL
16. ÓLEO DE SASSAFRÁS
17. ÓLEO DA PIMENTA LONGA
18. PIPERIDINA
19. PIPERONAL
20. PSEUDOEFEDRINA
21. NPP ou (N-FENETIL-4-PIPERIDINONA)
22. SAFROL

ADENDO:

1) ficam também sob controle, todos os sais das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência;

2) ficam também sob controle as substâncias: mesilato de diidroergotamina, TARTARATO DE DIIDROERGOTAMINA, maleato de ergometrina, TARTARATO DE ERGOMETRINA E tartarato de ergotamina.

3) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º344/98 e 6/99, as formulações não medicamentosas, que contém as substâncias desta lista quando se destinarem a outros seguimentos industriais.

4) óleo de pimenta longa é obtido da extração das folhas e dos talos finos da Piper hispidinervum C.DC., planta nativa da Região Norte do Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5) ficam também sob controle todos os isômeros ópticos da substância APAAN, sempre que seja possível sua existência.

6) A importação e a exportação de padrões analíticos à base de DIIDROERGOMETRINA, DIIDROERGOTAMINA e ETAFEDRINA, em que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não exceda 500 mg por unidade, não requer Autorização de Importação e Autorização de Exportação, respectivamente. O disposto neste adendo também se aplica aos padrões analíticos à base dos sais das substâncias citadas, a menos que sejam explicitamente excetuados ou constantes de listas de controle mais restrito e desde que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não ultrapasse o limite especificado.

LISTA - D2

LISTA DE INSUMOS QUÍMICOS UTILIZADOS PARA FABRICAÇÃO E SÍNTESE DE ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICOS

(Sujeitos a Controle do Ministério da Justiça)

1. ACETONA
2. ÁCIDO CLORÍDRICO
3. ÁCIDO SULFÚRICO
4. ANIDRIDO ACÉTICO
5. CLORETO DE ETILA
6. CLORETO DE METILENO/DICLOROMETANO
7. CLOROFÓRMIO
8. ÉTER ETÍLICO
9. METIL ETIL CETONA
10. PERMANGANATO DE POTÁSSIO
11. SULFATO DE SÓDIO
12. TOLUENO
13. TRICLOROETILENO

ADENDO:

1) os produtos e insumos químicos desta Lista estão sujeitos a controle da Polícia Federal, de acordo com a Lei nº 10.357 de 27/12/2001, Decreto nº 4.262 de 10/06/2002 e Portaria MJ nº 1.274 de 25/08/2003.

2) o insumo químico ou substância CLOROFÓRMIO está proibido para uso em medicamentos.

3) quando os insumos desta lista forem utilizados para fins de fabricação de produtos sujeitos a vigilância sanitária, as empresas devem atender a legislação sanitária específica.

LISTA - E

LISTA DE PLANTAS PROSCRITAS QUE PODEM ORIGINAR SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES E/OU PSICOTRÓPICAS

1. Cannabis sativa L..
2. Claviceps paspali Stevens & Hall.
3. Datura suaveolens Willd.
4. Erythroxylum coca Lam.
5. Lophophora williamsii Coult.
6. Papaver Somniferum L..
7. Prestonia amazonica J. F. Macbr.
8. Salvia Divinorum

ADENDO:

1) ficam proibidas a importação, a exportação, o comércio, a manipulação e o uso das plantas enumeradas acima.

2) ficam também sob controle, todas as substâncias obtidas a partir das plantas elencadas acima, bem como os sais, isômeros, ésteres e éteres destas substâncias.

3) a planta Lophophora williamsii Coult. é comumente conhecida como cacto peyote.

4) excetua-se do controle estabelecido nas Portarias SVS/MS n.º 344/98 e 6/99, a importação de semente de dormideira (Papaver Somniferum L.) quando, comprovadamente, for utilizada com finalidade alimentícia, devendo, portanto, atender legislação sanitária específica.

5) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na lista "C1" deste regulamento.

6) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância papaverina, bem como as formulações que a contenham, desde que estas não possuam outras substâncias sujeitas ao controle especial da Portaria SVS/MS nº 344/98.

7) fica permitida, excepcionalmente, a importação de produtos que possuam as substâncias canabidiol e/ou tetrahidrocannabinol (THC), quando realizada por pessoa física, para uso próprio, para tratamento de saúde, mediante prescrição médica, aplicando-se os mesmos requisitos estabelecidos pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 17, de 6 de maio de 2015.

8) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os medicamentos registrados na Anvisa que possuam em sua formulação derivados de Cannabis sativa, em concentração de no máximo 30 mg de tetrahidrocannabinol (THC) por mililitro e 30 mg de canabidiol por mililitro, desde que sejam atendidas as exigências desta Resolução.

9) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros das substâncias obtidas a partir das plantas elencadas acima não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA - F

LISTA DAS SUBSTÂNCIAS DE USO PROSCRITO NO BRASIL

LISTA F1 - SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES

1.	3-METILFENTANILA	ou	*N*-(3-METIL-1-(FENETIL-4-PIPERIDIL)PROPIONANILIDA
2.	3-METILTIOFENTANILA	ou	*N*-[3-METIL-1-[2-(2-TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
3.	ACETIL-*ALFA*-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]ACETANILIDA
4.	ACETILFENTANIL	ou	N-[1-(2-FENILETIL)-4-PIPERIDIL]-N-FENILACETAMIDA
5.	ACETORFINA	ou	3-*O*-ACETILTETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA
6.	AH-7921	ou	3,4-DICLORO-N-{[1-(DIMETILAMINO)CICLO-HEXIL] METIL}BENZAMIDA
7.	*ALFA*-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*ALFA*-METILFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
8.	*ALFA*-METILTIOFENTANILA	ou	*N*-[1-[1-METIL-2-(2-TIENIl)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
9.	*BETA*-HIDROXI-3-METILFENTANILA	ou	*N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-3-METIL-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
10.	BETA-HIDROXIFENTANILA	ou	*N*-[1-(*BETA*-HIDROXIFENETIL)-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
11.	BUTIRFENTANIL	ou	BUTIRIL FENTANIL; N-(1-FENETILPIPERIDIN-4-IL)-N-FENILBUTIRAMIDA
12.	CARFENTANIL	ou	4-CARBOMETOXIFENTANIL; METIL-FENILETIL-4-(N-FENILPROPIONAMIDA)PIPERIDINA-4-CARBOXILATO
13.	CETOBEMIDONA	ou	4-*META*-HIDROXIFENIL-1-METIL-4-PROPIONILPIPERIDINA
14.	COCAÍNA	ou	ÉSTER METÍLICO DA BENZOILECGONINA
15.	DESOMORFINA	ou	DIIDRODEOXIMORFINA
16.	DIIDROETORFINA	ou	7,8-DIIDRO-7-*ALFA*-[1-(R)-HIDROXI-1-METILBUTIL]-6,14-*ENDO*-ETANOTETRAHIDROORIPAVINA
17.	ECGONINA	ou	(-)-3-HIDROXITROPANO-2-CARBOXILATO
18.	ETORFINA	ou	TETRAHIDRO-7-*ALFA*-(1-HIDROXI-1-METILBUTIL)-6,14-*ENDO*ETENO-ORIPAVINA
19.	FURANILFENTANIL	ou	N-(1-FENILETILPIPERIDIN-4-IL)-N-FENILFURAN-2-CARBOXAMIDA
20.	HEROÍNA	ou	DIACETILMORFINA
21.	MDPV	ou	1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(PIRROLIDIN-1-IL)-1-PENTANONA
22.	MPPP	ou	1-METIL-4-FENIL-4-PROPIONATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
23.	MT-45	ou	1-CICLOHEXIL-4-(1,2-DIFENILETIL)PIPERAZINA
24.	*PARA*-FLUOROFENTANILA	ou	4'-FLUORO-*N*-(1-FENETIL-4-PIPERIDIL])PROPIONANILIDA
25.	PEPAP	ou	1-FENETIL-4-FENIL-4-ACETATO DE PIPERIDINA (ÉSTER)
26.	TIOFENTANILA	ou	*N*-[1-[2-(TIENIL)ETIL]-4-PIPERIDIL]PROPIONANILIDA
27.	U-47700	ou	*3*,4-DICLORO-N-((1S,2S)-2-(DIMETILAMINO)CICLOHEXIL)-N-METILBENZAMIDA

ADENDO:

1)ficam também sob controle:

1.1.todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

1.2.todos os ésteres e derivados da substância ECGONINA que sejam transformáveis em ECGONINA E COCAÍNA.

2) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

3) exclui-se da proibição o uso médico-veterinário das substâncias carfentanil e etorfina, desde que devidamente autorizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e atendidos os demais requisitos de controle estabelecidos pelas legislações vigentes.

4) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA F2 - SUBSTÂNCIAS PSICOTRÓPICAS

a. SUBSTÂNCIAS

1.	(+) - LISÉRGIDA	ou	LSD; LSD-25; 9,10-DIDEHIDRO-N,N-DIETIL-6-METILERGOLINA-8BETA-CARBOXAMIDA
2.	2C-B	ou	4-BROMO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
3.	2C-C	ou	4-CLORO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
4.	2C-D	ou	4-METIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
5.	2C-E	ou	4-ETIL-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
6.	2C-F	ou	4-FLUOR-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
7.	2C-I	ou	4-IODO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
8.	2C-T-2	ou	4-ETIL-TIO-2,5-DIMETOXIFENILETILAMINA
9.	2C-T-7	ou	2,5-DIMETOXI-4-PROPILTIOFENILETILAMINA (2C-T-7)
10.	3-MeO-PCP	ou	3-METOXIFENCICLIDINA; 1-[1-(3-METOXIFENIL)CICLOHEXIL]PIPERIDINA
11.	3-MMC	ou	3-METILMETCATINONA; 2-(METILAMINO)-1-(3-METILFENIL)-1-PROPANONA
12.	4-AcO-DMT	ou	4-ACETOXI-N, N-DIMETILTRIPTAMINA
13.	4-BROMOMETCATINONA	ou	4-BMC; BREFEDRONA; 1-(4-BROMOFENIL)-2-(METILAMINO)PROPAN-1-ONA
14.	4-Cl-ALFA-PVP	ou	1-(4-CLOROFENIL)-2-(PIRROLIDIN-1-IL)PENTAN-1-ONA
15.	4-CLOROMETCATINONA	ou	CLEFEDRONA; 4-CMC; 1-(4-CLOROFENIL)-2-(METILAMINO)PROPAN-1-ONA
16.	4-FA	ou	4-FLUOROANFETAMINA; 1-(4-FLUOROFENIL) PROPAN-2-AMINA
17.	4-FLUOROMETCATINONA	ou	FLEFEDRONA; 4-FMC; 1-(4-FLUOROFENIL)-2-(METILAMINO)PROPAN-1-ONA
18.	4-MEAPP	ou	2-(ETILAMINO)-1-(4-METILFENIL)-1-PENTANONA; 4-METIL-ALFA-ETILAMINOPENTIOFENONA; N-ETIL-4'-METILNORPENTEDRONA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19.	4-MEC	ou	4- METILETILCATINONA; 2-(ETILAMINA)-1-(4-METILFENIL)-PROPAN-1-ONA
20.	4-METILAMINOREX	ou	(±)-CIS-2-AMINO-4-METIL-5-FENIL-2-OXAZOLINA
21.	4-MTA	ou	4-METILTIOANFETAMINA
22.	4,4'- DMAR	ou	4,4'- DIMETILAMINOREX; 4-METIL-5-(4-METILFENIL)-4,5-DIHIDRO-1,3-OXAZOL-2-AMINA
23.	5-APB	ou	1-(BENZOFURAN-5-IL)PROPAN-2-AMINA
24.	5-APDB	ou	1-(2,3-DIHIDROBENZOFURAN-5-IL)PROPAN-2-AMINA
25.	5-EAPB	ou	1-(BENZOFURAN-5-IL)-N-ETILPROPAN-2-AMINA
26.	5-MAPDB	ou	1-(2,3-DIHIDROBENZOFURAN-5-IL)-N-METILPROPAN-2-AMINA
27.	5F-AKB48	ou	5F-APINACA; N-(1-ADAMANTIL)-1-(5-FLUOROPENTIL)INDAZOL-3-CARBOXAMIDA
28.	5-IAI	ou	2,3-DIHIDRO-5-IODO-1H-INDENO-2-AMINA
29.	5-MeO-AMT	ou	5-METOXI-ALFA-METILTRIPTAMINA
30.	5-MeO-DIPT	ou	5-METOXI-N,N-DIISOPROPILTRIPTAMINA
31.	5-MeO-DMT	ou	5-METOXI-N,N-DIMETILTRIPTAMINA
32.	5-MeO-MIPT	ou	5-METOXI-N,N-METIL ISOPROPILTRIPTAMINA
33.	25B-NBOMe	ou	2-(4-BROMO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
34.	25C-NBOMe	ou	2-(4-CLORO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
35.	25D-NBOMe	ou	2-(4-METIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
36.	25E-NBOMe	ou	2-(4-ETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
37.	25H-NBOMe	ou	2-(2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
38.	25I-NBF	ou	Cimbi-21; 2C-I-NBF; N-(2-FLUOROBENZIL)-2-(4-IODO-2,5-DIMETOXIFENIL)ETAN-1-AMINA
39.	25I-NBOH	ou	2CI-NBOH; 2-({[2-(4-IODO-2,5-DIMETOXIFENIL)ETIL]AMINO}METIL)FENOL
40.	25I-NBOMe	ou	2-(4-IODO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
41.	25N-NBOMe	ou	2-(4-NITRO-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
42.	25P-NBOMe	ou	2-(4-PROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
43.	25T2-NBOMe	ou	2-(4-TIOETIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
44.	25T4-NBOMe	ou	2-[4-(1-METIL-TIOETIL)-2,5-DIMETOXI-FENIL]-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
45.	25T7-NBOMe	ou	2-(4-TIOPROPIL-2,5-DIMETOXI-FENIL)-N-[(2-METOXIFENIL)METIL]ETANOAMINA
46.	30C-NBOMe	ou	C30-NBOMe; 2-(4-CLORO-2,5-DIMETOXIFENIL)-N-(3,4,5-TRIMETOXIBENZIL)ETAN-1-AMINA
47.	ALFA-EAPP	ou	ALFA-ETILAMINOPENTIOFENONA; 2-(ETILAMINO)-1-FENILPENTAN-1-ONA
48.	ALFA-PVP	ou	1-FENIL-2-(PIRROLIDIN-1-IL)PENTAN-1-ONA)
49.	AKB48	ou	APINACA; N-ADAMANTIL-1-PENTILINDAZOL-3-CARBOXAMIDA
50.	AM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL- METANONA
51.	AMT	ou	ALFA-METILTRIPTAMINA
52.	BENZOFETAMINA	ou	*N*-BENZIL-*N,ALFA*-DIMETILFENETILAMINA
53.	BETACETO-DMBDB	ou	DIBUTILONA; METILBUTILONA; âk-DMBDB; âk-MMBDB; 1- BENZO[D] [1,3]DIOXOL-5-IL)-2-(DIMETIL-AMINO)BUTAN-1-ONA
54.	BROLANFETAMINA	ou	DOB; (±)-4-BROMO-2,5-DIMETOXI-ALFA-METILFENETILAMINA
55.	BZP	ou	1-BENZILPIPERAZINA
56.	CATINONA	ou	(-)-(*S*)-2-AMINOPROPIOFENONA
57.	DET	ou	3-[2-(DIETILAMINO)ETIL]INDOL
58.	DIIDRO-LSD	ou	(8â)-N,N-DIETIL-6-METIL-9,10-DIDEHIDRO-2,3-DIHIDROERGOLINA-8-CARBOXAMIDA
59.	DIMETILONA	ou	bk-MDDMA; bk-DMBDP; 1-(BENZO[d][1,3]DIOXOL-5-IL)-2-(DIMETILAMINO)PROPAN-1-ONA
60.	DMA	ou	(±)-2,5-DIMETOXI-*ALFA*-METILFENETILAMINA
61.	DMAA	ou	1,3-DIMETILAMILAMINA; 4-METILHEXAN-2-AMINA
62.	DMBA	ou	1,3-DIMETIBUTILAMINA; 7,12-DIMETILTETRAFENO
63.	DMHP	ou	3-(1,2-DIMETILHEPTIL)-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6H-DIBENZO[B,D]PIRANO-1-OL
64.	DMT	ou	3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL] INDOL ; N,N-DIMETILTRIPTAMINA
65.	DOC	ou	4-CLORO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA
66.	DOET	ou	(±)-4-ETIL-2,5-DIMETOXI-ALFA-METILFENETILAMINA
67.	DOI	ou	4-IODO-2,5-DIMETOXIANFETAMINA
68.	EAM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL)-(4-ETIL-1-NAFTALENIL)-METANONA
69.	ERGINA	ou	LSA (AMIDA DO ÁCIDO D-LISÉRGICO)
70.	ETICICLIDINA	ou	PCE ; N-ETIL-1-FENILCICLOHEXILAMINA
71.	ETILFENIDATO	ou	ACETATO DE ETIL-2-FENIL-2-(PIPERIDIN-2-IL)
72.	ETILONA	ou	âk-MDEA; MDEC; 1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(ETILAMINO)-1-PROPANONA
73.	ETRIPTAMINA	ou	3-(2-AMINOBUTIL)INDOL
74.	JWH-018	ou	1-NAFTALENIL-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-METANONA
75.	JWH-071	ou	(1-ETIL-1H-INDOL-3-IL)-1-NAFTALENIL-METANONA
76.	JWH-072	ou	(1-PROPILINDOL-3-IL)NAFTALEN-1-IL-METANONA
77.	JWH-073	ou	NAFTALEN-1-IL(1-BUTILINDOL-3-IL) METANONA
78.	JWH-081	ou	4-METOXINAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
79.	JWH-098	ou	(4-METOXI1-NAFTALENIL)(2-METIL-1- PENTIL-1H-INDOL-3-IL) METANONA
80.	JWH-122	ou	4-METILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
81.	JWH-210	ou	4-ETILNAFTALEN-1-IL-(1-PENTILINDOL-3-IL) METANONA
82.	JWH-250	ou	2-(2-METOXIFENIL)-1-(1-PENTIL-1-INDOL-3-IL) ETANONA
83.	JWH-251	ou	2-(2-METILFENIL)-1-(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL) ETANONA
84.	JWH-252	ou	1-(2-METIL-1-PENTILINDOL-3-IL)-2-(2-METILFENIL) ETANONA
85.	JWH-253	ou	1-(2-METIL-1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL)-2-(3-METOXI-FENIL) ETANONA
86.	MAM-2201	ou	(1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)-METANONA
87.	MAM-2201 N-(4-hidroxipentil)	ou	[1-(5-FLUORO-4-HIDROXIPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)METANONA
88.	MAM-2201 N-(5-cloropentil)	ou	[1-(5-CLOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](4-METIL-1-NAFTALENIL)METANONA
89.	mCPP	ou	1-(3-CLOROFENIL)PIPERAZINA
90.	MDAI	ou	5,6-METILENODIOXI-2-AMINOINDANO
91.	MDE	ou	MDEA; N-ETIL MDA; (±)-N-ETIL-ALFA-METIL-3,4-(METILENEDIOXI)FENETILAMINA
92.	MDMA	ou	(±)-N,ALFA-DIMETIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA; 3,4 METILENODIOXIMETANFETAMINA
93.	MECLOQUALONA	ou	3-(O-CLOROFENIL)-2-METIL-4(3H)-QUINAZOLINONA
94.	MEFEDRONA	ou	2-METILAMINO-1-(4-METILFENIL)-PROPAN-1-ONA
95.	MESCALINA	ou	3,4,5-TRIMETOXIFENETILAMINA
96.	METANFETAMINA		
97.	METAQUALONA	ou	2-METIL-3-O-TOLIL-4(3H)-QUINAZOLINONA
98.	METCATINONA	ou	2-(METILAMINO)-1-FENILPROPAN-1-ONA
99.	METILONA	ou	âk-MDMA; MDMC; 1-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-2-(METILAMINO)-1- PROPANONA
100.	METIOPROPAMINA	ou	N-METIL-1-TIOFEN-2-ILPROPAN-2-AMINA
101.	MMDA	ou	5-METOXI-ALFA-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA
102.	MXE	ou	METOXETAMINA; 2-(ETILAMINO)-2-(3-METOXIFENIL)-CICLOHEXANONA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

103.	N-ACETIL-3,4-MDMC	ou	N-ACETIL-3,4-METILENODIOXIMETCATINONA; N-ACETILMETILONA; N-[2-(1,3-BENZODIOXOL-5-IL)-1-METIL-2-OXOETIL]-N-METIL-ACETAMIDA
104.	N-ETILCATINONA	ou	2-(ETILAMINA)-1-FENILPROPAN-1-ONA
105.	N-ETILHEXEDRONA	ou	2-(ETILAMINO)-1-FENILHEXAN-1-ONA; HEXEN; NEH
106.	N-ETILPENTILONA	ou	EFILONA; 1-(BENZO[d][1,3]DIOXOL-5-IL)-2-(ETILAMINO)PENTAN-1-ONA
107.	PARAHEXILA	ou	3-HEXIL-7,8,9,10-TETRAHIDRO-6,6,9-TRIMETIL-6H-DIBENZO[B,D]PIRANO-1-OL
108.	PENTEDRONA	ou	2-(METILAMINO)-1-FENIL-PENTAN-1-ONA
109.	PENTILONA	ou	bk-MBDP; âk-MBDP; bk-METIL-K; 1-(BENZO[d][1,3]DIOXOL-5-IL)-2-(METILAMINO)PENTAN-1-ONA
110.	PMA	ou	P-METOXI-ALFA-METILFENETILAMINA
111.	PMMA	ou	PARA-METOXIMETANFETAMINA; [1-(4-METOXIFENIL)PROPANO-2-IL](METIL)AZANO]
112.	PSILOCIBINA	ou	FOSFATO DIIDROGENADO DE 3-[2-(DIMETILAMINOETIL)]INDOL-4-ILO
113.	PSILOCINA	ou	PSILOTSINA ; 3-[2-(DIMETILAMINO)ETIL]INDOL-4-OL
114.	ROLICICLIDINA	ou	PHP; PCPY ; 1-(1-FENILCICLOHEXIL)PIRROLIDINA
115.	SALVINORINA A	ou	Metil (2S,4aR,6aR,7R,9S,10aS,10bR)-9-acetoxi-2-(3-furil)-6a,10b-dimetil-4,10-dioxododecahidro-2H-benzo[f]isocromeno-7-carboxilato
116.	STP	ou	DOM ; 2,5-DIMETOXI-ALFA,4-DIMETILFENETILAMINA
117.	TENAMFETAMINA	ou	MDA; ALFA-METIL-3,4-(METILENODIOXI)FENETILAMINA
118.	TENOCICLIDINA	ou	TCP ; 1-[1-(2-TIENIL)CICLOHEXIL]PIPERIDINA
119.	TETRAHIDROCANNABINOL	ou	THC
120.	TH-PVP	ou	2-(PIRROLIDIN-1-IL)-1-(5,6,7,8-TETRAHIDRONAFTALEN-2-IL)PENTAN-1-ONA
121.	TMA	ou	(±)-3,4,5-TRIMETOXI-ALFA-METILFENETILAMINA
122.	TFMPP	ou	1-(3-TRIFLUORMETILFENIL)PIPERAZINA
123.	UR-144	ou	(1-PENTIL-1H-INDOL-3-IL) (2, 2, 3, 3-TETRAMETILCICLOPROPIL)-METANONA
124.	XLR-11	ou	5F-UR-144; [1-(5-FLUOROPENTIL)-1H-INDOL-3-IL](2,2,3,3-TETRAMETILCICLOPROPIL)-METANONA
125.	ZIPEPROL	ou	ALFA-(ALFA-METOXIBENZIL)-4-(BETA-METOXIFENETIL)-1-PIPERAZINAETANOL

b. CLASSES ESTRUTURAIS DOS CANABINOIDES SINTÉTICOS - Ficam também sob controle desta Lista as substâncias canabimiméticas que se enquadram nas seguintes classes estruturais:

1. Qualquer substância que apresente uma estrutura 2-(ciclohexil)fenol (estrutura 1):

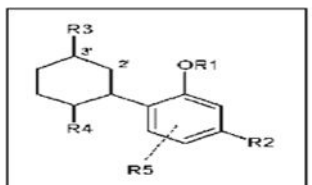
1.1 Com substituição na posição 1 do anel benzênico por um grupo (-OR1) hidroxil, alcoxi (éter) ou carboxialquil (éster);

1.2 Substituída na posição 5 (-R2) do anel benzênico em qualquer extensão;

1.3 Substituída ou não nas posições 3' (-R3) e/ou 6' (-R4) em qualquer extensão no anel ciclo-hexil;

1.4 Que apresente ou não uma insaturação entre as posições 2' e 3' do anel ciclohexil substituinte;

1.5 Substituída ou não no anel benzênico em qualquer extensão (-R5).



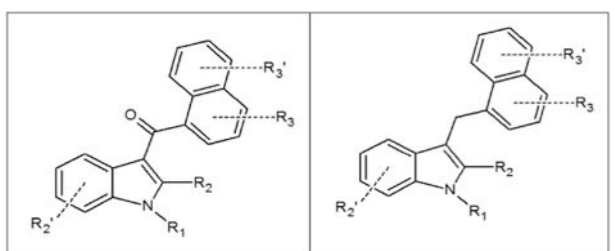
Estrutura 1

2. Qualquer substância que apresente uma estrutura naftalen-1-il(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 2) ou naftalen-1-il(1H-indol-3-il)metano (estrutura 3):

2.2 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

2.3 Se ou não substituído no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

2.4 Se ou não substituído no anel naftoil ou no anel naftil em qualquer extensão (-R3 e -R3').



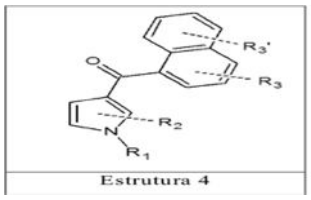
Estrutura 2 Estrutura 3

3. Qualquer substância que apresente uma estrutura naftalen-1-il(1H-pirrol-3-il)metanona (estrutura 4):

3.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel pirrol (-R1);

3.2 Substituída ou não no anel pirrol em qualquer extensão (-R2);

3.3 Substituída ou não no anel naftoil em qualquer extensão (-R3 e -R3').



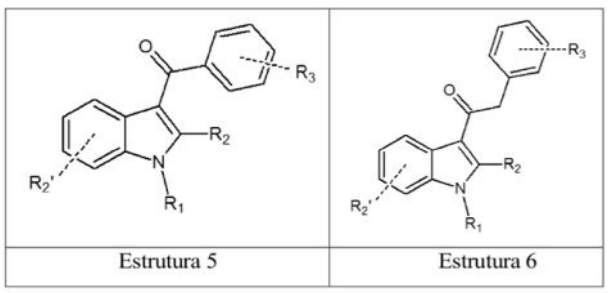
Estrutura 4

4. Qualquer substância que apresente uma estrutura fenil(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 5) ou fenil(1H-indol-3-il)etanona (estrutura 6):

4.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

4.2 Se ou não substituído no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

4.3 Se ou não substituído no anel fenil em qualquer extensão (-R3).



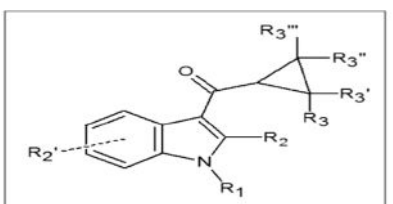
Estrutura 5 Estrutura 6

5. Qualquer substância que apresente uma estrutura ciclopropil(1H-indol-3-il)metanona (estrutura 7):

5.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

5.2 Substituída ou não no anel indol em qualquer extensão (-R2 e -R2');

5.3 Substituída ou não no anel ciclopropil em qualquer extensão (-R3, -R3', -R3" e -R3'").



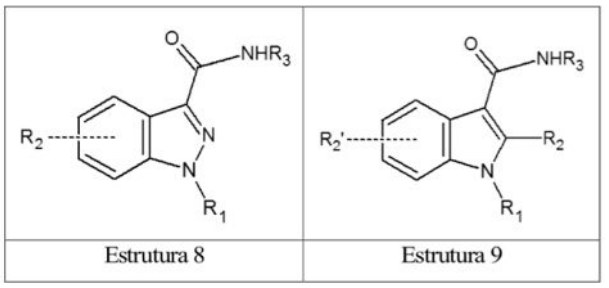
Estrutura 7

6. Qualquer substância que apresente uma estrutura 1H-indazol-3-carboxamida (estrutura 8) ou 1H-indol-3-carboxamida (estrutura 9):

6.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indazol ou indol (-R1);

6.2 Substituída ou não no anel indazol (-R2) ou indol (-R2 e -R2') em qualquer extensão;

6.3 Substituída ou não no grupo carboxamida em qualquer extensão (-R3).



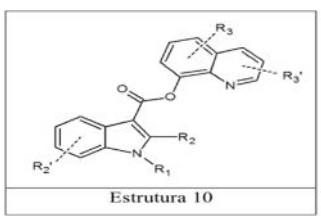
Estrutura 8 Estrutura 9

7. Qualquer substância que apresente uma estrutura quinolin-8-il(1H-indol-3-il)carboxilato (estrutura 10):

7.1 Substituída no átomo de nitrogênio do anel indol (-R1);

7.2 Substituída ou não no anel indol (-R2 e -R2') em qualquer extensão;

7.3 Substituída ou não no anel quinolil em qualquer extensão (-R3 e -R3').



Estrutura 10

c. CLASSE ESTRUTURAL DAS CATINONAS SINTÉTICAS - Ficam também sob controle desta Lista as catinonas sintéticas que se enquadram na seguinte classe estrutural:

1.Qualquer substância que apresente uma estrutura 2-aminopropan-1-ona (estrutura 11):

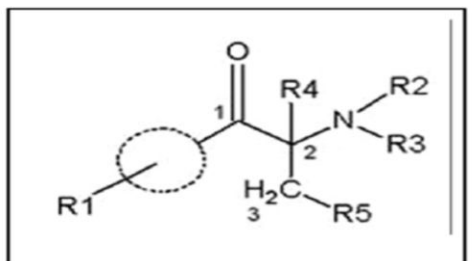
1.1 Substituída no átomo de carbono da carbonila (posição 1) por qualquer monociclo ou sistema de anéis policíclicos fundidos;

1.2 Substituída ou não por um ou mais substituintes no monociclo ou sistema de anéis policíclicos fundidos (-R1), em qualquer extensão, por grupos alquil, alcóxi, haloalquil, haleto ou hidróxi;

1.3 Substituída ou não no átomo de nitrogênio (-R2 e -R3) por um ou dois grupos alquil, aril ou alquil-aril ou por inclusão do átomo de nitrogênio em uma estrutura cíclica;

1.4 Substituída ou não na posição 2 (-R4) por um grupo metil.

1.5 Substituída ou não na posição 3 (-R5) por um grupo alquil.



Estrutura 11

ADENDO:

1) ficam também sob controle:

1.1. sempre que seja possível a sua existência, todos os sais e isômeros das substâncias desta Lista.

1.2. os seguintes isômeros e suas variantes estereoquímicas da substância TETRAHIDROCANNABINOL:

7,8,9,10-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(9R,10aR)-8,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,9R,10aR)-6a,9,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,10,10a-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

6a,7,8,9-tetrahidro-6,6,9-trimetil-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

(6aR,10aR)-6a,7,8,9,10,10a-hexahidro-6,6-dimetil-9-metileno-3-pentil-6H-dibenzo[b,d]pirano-1-ol

2) excetua-se dos controles referentes a esta Lista, o isômero fentermina que está relacionado na Lista "B2" deste Regulamento.

3) excetua-se dos controles referentes a esta lista a substância canabidiol, que está relacionada na Lista "C1" deste Regulamento.

4) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância ropivacaína.

5) excetua-se dos controles referentes a esta Lista a substância milnaciprana, que está relacionada na lista "C1" deste Regulamento.

6) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os medicamentos registrados na Anvisa que possuam em sua formulação a substância tetrahidrocannabinol (THC), desde que sejam atendidas as exigências a serem regulamentadas previamente à concessão do registro.

7) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros das substâncias classificadas no item "b" ou no item "c", desde que esses isômeros não se enquadrem em nenhuma das classes estruturais descritas nos referidos itens e nem sejam isômeros de substâncias descritas nominalmente no item "a" desta Lista.

8) excetuam-se dos controles referentes aos itens "b" e "c" quaisquer substâncias que estejam descritas nominalmente nas listas deste Regulamento.

9) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero metazocina, que está relacionado na Lista "A1" deste Regulamento.

10) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância mepivacaína.

11) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero fendimetrazina, que está relacionado na Lista "B2" deste regulamento.

12) excetua-se das disposições legais deste Regulamento Técnico a substância DEET (N,N-dietil-3-metilbenzamida).

13) excetua-se dos controles referentes a esta Lista o isômero pentazocina, que está relacionado na Lista "B1" deste Regulamento.

14) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste Regulamento.

15) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista as substâncias componentes de medicamentos registrados na Anvisa que se enquadrem no item "b" ou no item "c", bem como os medicamentos que as contenham.

16) A importação e a exportação de padrões analíticos à base das substâncias 2C-C, 2C-D, 2C-E, 2C-F, 2C-I, 2C-T-2, 2C-T-7, 3-MeO-PCP, 4-AcO-DMT, 4-BROMOMETCATINONA, 4-Cl-ALFA-PVP, 4-CLOROMETCATINONA, 4-FA, 4-FLUOROMETCATINONA, 4-MEAPP, 5-APB, 5-APDB, 5-EAPB, 5-IAI, 5-MAPDB, 5-MeO-AMT, 5-MeO-DIPT, 5-MeO-DMT, 5-MeO-MIPT, 25D-NBOME, 25E-NBOME, 25H-NBOME, 25I-NBF, 25I-NBOH, 25N-NBOME, 25P-NBOME, 25T2-NBOME, 25T4-NBOME, 25T7-NBOME, 30C-NBOMe, AKB48, ALFA-EAPP, AMT, BETACETO-DMBDB, DIIDRO-LSD, DIMETILONA, DMAA,DMBA, DOC, DOI, EAM-2201, ERGINA, JWH-071, JWH-072, JWH-081, JWH-098, JWH-122, JWH-210, JWH-250, JWH-251, JWH-252, JWH-253, MAM-2201, MAM-2201 N-(4-hidroxipentil), MAM-2201 N-(5-cloropentil), mCPP, MDAI, N-ACETIL-3,4-MDMC, N-ETILCATINONA, N-ETILHEXEDRONA, N-ETILPENTILONA, PENTILONA, SALVINORINA A, TH-PVP, TFMPP e UR-144, em que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não exceda 500 mg por unidade, não requer Autorização de Importação e Autorização de Exportação, respectivamente. O disposto neste adendo também se aplica aos padrões analíticos à base dos sais e isômeros das substâncias citadas, a menos que sejam explicitamente excetuados ou constantes de listas de controle mais restrito e desde que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não ultrapasse o limite especificado.

17) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA F3 - SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS

1. FENILPROPANOLAMINA OU NOREFEDRINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

LISTA F4 - OUTRAS SUBSTÂNCIAS

1.DEXFENFLURAMINA
2.DINITROFENOL
3.ESTRICNINA
4.ETRETINATO
5.FENFLURAMINA
6.LINDANO
7.TERFENADINA

ADENDO:

1) ficam também sob controle todos os sais e isômeros das substâncias enumeradas acima, sempre que seja possível a sua existência.

2) fica autorizado o uso de LINDANO como padrão analítico para fins laboratoriais ou monitoramento de resíduos ambientais, conforme legislação específica.

3) excetuam-se dos controles referentes a esta Lista os isômeros relacionados nominalmente em outra Lista deste regulamento.

4) A importação e a exportação de padrões analíticos à base de substâncias constantes desta lista, em que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não exceda 500 mg por unidade, não requer Autorização de Importação e Autorização de Exportação, respectivamente. O disposto neste adendo também se aplica aos padrões analíticos à base dos sais e isômeros das substâncias, a menos que sejam explicitamente excetuados ou constantes de listas de controle mais restrito e desde que a quantidade do ativo sujeito a controle especial não ultrapasse o limite especificado.

5) excetuam-se dos controles referentes a esta lista os isômeros não listados nominalmente e que sejam componentes de medicamentos registrados na Anvisa, bem como os medicamentos que os contenham.

INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 24, DE 17 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre os critérios para o registro, alteração e revalidação relativos ao desempenho analítico de instrumentos autoteste para glicose e seus consumíveis.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III e IV, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, VI, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, em reunião realizada em 8 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os parâmetros da Norma Técnica ISO 15197:2013 - In vitro diagnostic test systems - Requirements for blood-glucose monitoring systems for self-testing in managing diabetes mellitus, como requisitos a serem adotados e observados pelas empresas fabricantes de instrumentos autoteste para glicose e seus consumíveis para fins de registro, alterações e revalidação de registro junto à Anvisa.

Art. 2º Os itens do Dossiê Técnico previstos no art. 29 da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 36, de 26 de agosto de 2015, aplicáveis aos instrumentos para autoteste de glicose e seus consumíveis devem ser atendidos por meio da inclusão de relatórios elaborados de acordo com o capítulo de avaliação do desempenho analítico da Norma Técnica ISO 15197:2013.

Art. 3º Os relatórios elaborados, citados no art. 2º, devem ser aportados no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da presente Instrução Normativa.

Parágrafo único. Serão cancelados os registros de produtos que não comprovem o atendimento aos requisitos da Norma Técnica ISO 15197:2013.

Art. 4º Na hipótese de a Norma Técnica indicada nesta Instrução Normativa ser substituída por uma versão atualizada, esta será exigida a partir do prazo de transição recomendado pelo texto da referida Norma Técnica.

Parágrafo único. O não atendimento aos requisitos da Nota Técnica dentro do prazo estabelecido ensejará o cancelamento do registro do produto em questão.

Art. 5º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ARESTO Nº 1.113, DE 18 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 010, realizada em 8 de maio de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: August do Brasil Assessoria Internacional Ltda
CNPJ: 09.721.963/0001-59
Processo: 25351.365744/2010-41
Expediente: 2193163/17-1
Decisão: por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, revisar de ofício o pleito e retornar o processo à área técnica, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer N. 035/2017 - COART.
Recorrente: August do Brasil Assessoria Internacional Ltda
CNPJ: 09.721.963/0001-59
Processo: 25351.637141/2010-80
Expediente: 2193165/17-8, 0787302/17-6 e 1352097/17-1 (Aditamento)
Decisão: por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso, revisar de ofício o pleito e retornar o processo à área técnica, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer N. 036/2017 - COART.

ARESTO Nº 1.114, DE 18 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 10, realizada em 8 de maio de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: TRANSMED - TRANSPORTES LTDA. - ME
CNPJ: 92.830.710/0001-67
Processo: 25025.099861/2003-31
Expediente: 0042460/18-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 107/2018 - COARE/DIMON.
Empresa: MARIOL INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ: 04.656.253/0001-79
Processo: 25351.257983/2005-18
Expediente: 0115012/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica nos termos do voto do relator - Voto nº 027/DIGES.
Empresa: MARIOL INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ: 04.656.253/0001-79
Processo: 25351.257983/2005-18
Expediente: 0115076/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica nos termos do voto do relator - Voto nº 027/DIGES.
Empresa: MARIOL INDUSTRIAL LTDA.
CNPJ: 04.656.253/0001-79
Processo: 25351.257983/2005-18
Expediente: 0115190/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica nos termos do voto do relator - Voto nº 027/DIGES
Empresa: DAMARFE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA.
CNPJ: 74.509.902/0001-94
Processo: 25000.033493/98-27
Expediente: 2227830/17-3
Decisão: ROP 003/2018: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 007/2018 - COARE/DIMON. Revisão de ato de ofício: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso administrativo nos termos do voto do relator - Voto nº 028/DIGES.
Empresa: BIODENT COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME
CNPJ: 27.664.758/0001-80
Processo: 25351.567105/2017-41

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Expediente: 2306453/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 027/2018 - COARE/DIMON.
Empresa: BL INDÚSTRIA ÓTICA LTDA.
CNPJ: 27.011.022/0001-03
Processo: 25000.001289/92-15
Expediente: 0088343/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 101/2018 - COARE/DIMON.
Empresa: CAIUA COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA. - ME
CNPJ: 08.179.157/0001-38
Processo: 25351.515835/2017-67
Expediente: 2179332/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 056/2018 - COARE/DIMON
Empresa: OESTE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP
CNPJ: 28.069.066/0001-57
Processo: 25351.684488/2017-11
Expediente: 0148015/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - Voto nº 025/2018/DIREG/ANVISA.
Empresa: OESTE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP
CNPJ: 28.069.066/0001-57
Processo: 25351.684474/2017-06
Expediente: 0147972/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - Voto nº 025/2018/DIREG/ANVISA.
Empresa: OESTE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP
CNPJ: 28.069.066/0001-57
Processo: 25351.684491/2017-35
Expediente: 0148032/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - Voto nº 025/2018/DIREG/ANVISA.
Empresa: OESTE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP
CNPJ: 28.069.066/0001-57
Processo: 25351.686862/2017-13
Expediente: 0148025/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - Voto nº 025/2018/DIREG/ANVISA
Empresa: OESTE MED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. - EPP
CNPJ: 28.069.066/0001-57
Processo: 25351.686878/2017-26
Expediente: 0148009/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - Voto nº 025/2018/DIREG/ANVISA.
Empresa: TRANSCOURIER LTDA.
CNPJ: 03.220.264/0001-49
Processo: 25351.577612/2017-93
Expediente: 2242409/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - Voto nº 024/2018/DIREG/ANVISA.
Empresa: MARTINATO MÁQUINAS DE PRECISÃO LTDA.
CNPJ: 89.281.414/0001-40
Processo: 25751.660312/2017-61
Expediente: 222747/17-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 095/2018 - COARE/DIMON.
Empresa: FARMAFAGU COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA- ME
CNPJ: 14.745.443/0002-05
Processo: 25351.183582/2017-58
Expediente: 0825576/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 002/2018 - COARE/DIMON.
Empresa: IRMÃOS MATTAR E CIA LTDA.
CNPJ: 25.102.146/0001-79
Processo: 25351.482740/2017-50
Expediente: 2142671/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 426/2017 - COARE/DIMON.
Empresa: ELY AMARAL DE MORAES - ME
CNPJ: 11.391.725/0001-74
Processo: 25351.539257/2017-54
Expediente: 2250775/17-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 052/2018 - COARE/DIMON.
Empresa: TRANSTRY LFINGER TRANSPORTE E LOGISTICA EIRELI - EPP
CNPJ: 02.135.412/0001-64
Processo: 25351.567281/2017-83
Expediente: 2262434/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer nº 047/2018 - COARE/DIMON.
Empresa: BLR TRANSPORTES E LOGÍSTICA EIRELI
CNPJ: 11.222.752/0001-13
Processo: 25351.714256/2017-03
Expediente: 0161847/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para reforma da decisão inicial nos termos do voto da relatora - Voto nº 8/2018/SEI/DSNVS/ANVISA.
Empresa: NUTRIC NUTRICIONAL COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 01.925.587/0001-02
Processo: 25351.557323/2015-31
Expediente: 2089387/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 022/2018 - COARE/DIMON.

ARESTO Nº 1.115, DE 18 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 10, realizada em 8 de maio de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme anexo.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: Homacc - Comércio de Material Médico Hospitalar - ME
CNPJ: 07.797.579/0001-04
Processo: 25351.362128/2017-19
Expediente: 0231338/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 71/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Homacc - Comércio de Material Médico Hospitalar - ME
CNPJ: 07.797.579/0001-04
Processo: 25351.362211/2017-18
Expediente: 0231340/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 71/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Homacc - Comércio de Material Médico Hospitalar - ME
CNPJ: 07.797.579/0001-04
Processo: 25351.362039/2017-49
Expediente: 0231344/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 71/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: QR Consulting, Import. e Distribuição de Produtos Médicos Ltda
CNPJ: 19.933.144/0001-29
Processo: 25351.239072/2017-71
Expediente: 0252039/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 74/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Talge Descartáveis Do Brasil Ltda
CNPJ: 07.439.329/0001-00
Processo: 25351.901350/2016-45
Expediente: 1435840/16-9
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 75/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Carbogel Indústria e Comércio Ltda
CNPJ: 00.969.061/0003-23
Processo: 25351.446232/2017-16
Expediente: 0240928/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 79/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Confortell Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda-ME
CNPJ: 47.507.520/0001-59
Processo: 25351.101263/2017-09
Expediente: 0240663/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER DO RECURSO em razão do exaurimento da esfera administrativa, sem revisão de ofício, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 73/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Confortell Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda-ME
CNPJ: 47.507.520/0001-59
Processo: 25351.101268/2017-06
Expediente: 0240645/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER DO RECURSO em razão do exaurimento da esfera administrativa, sem revisão de ofício, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 73/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Confortell Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda-ME
CNPJ: 47.507.520/0001-59
Processo: 25351.101291/2017-05
Expediente: 0240704/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER DO RECURSO em razão do exaurimento da esfera administrativa, sem revisão de ofício, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 73/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Confortell Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda-ME
CNPJ: 47.507.520/0001-59
Processo: 25351.101294/2017-08
Expediente: 0240657/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER DO RECURSO em razão do exaurimento da esfera administrativa, sem revisão de ofício, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 73/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Confortell Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda-ME
CNPJ: 47.507.520/0001-59
Processo: 25351.101299/2017-01
Expediente: 0240595/18-4
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER DO RECURSO em razão do exaurimento da esfera administrativa, sem revisão de ofício, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 73/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Confortell Indústria e Comércio de Produtos Ortopédicos Ltda-ME
CNPJ: 47.507.520/0001-59
Processo: 25351.101300/2017-06
Expediente: 0240589/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, sem revisão de ofício, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer nº 83/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Esteriliza, Import. e Com. Atacadista de Material Hospit. Ltda - ME
CNPJ: 17.045.398/0001-85
Processo: 25351.710409/2017-35
Expediente: 0199237/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 76/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Laboratórios B. Braun S/A
CNPJ: 31.673.254/0001-02
Processo: 25351.031556/2017-07
Expediente: 0204222/18-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 66/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Laboratórios B. Braun S/A
CNPJ: 31.673.254/0001-02
Processo: 25351.599331/2016-08
Expediente: 0204225/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 66/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.542908/2017-93
Expediente: 0012135/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543370/2017-34
Expediente: 0012207/18-6

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.542989/2017-21
Expediente: 0012221/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.532361/2017-18
Expediente: 0012229/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543397/2017-27
Expediente: 0012235/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543367/2017-11
Expediente: 0012226/18-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.542907/2017-49
Expediente: 0012233/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543396/2017-82
Expediente: 0012223/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.543393/2017-49
Expediente: 0012457/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Virion Diagnostica Ltda
CNPJ: 04.762.623/0001-52
Processo: 25351.532346/2017-70
Expediente: 0012232/18-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 32/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: MB Indústria Cirúrgica Ltda
CNPJ: 03.917.989/0001-90
Processo: 25351.728667/2017-78
Expediente: 0204422/18-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 68/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Medical Brazil Import, Export e Comércio de Prod. Médicos Ltda
CNPJ: 09.423.516/0001-13
Processo: 25351.717316/2017-31
Expediente: 0204509/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 69/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Voco Do Brasil Ltda
CNPJ: 05.915.452/0001-17
Processo: 25351.673420/2015-93
Expediente: 1083968/15-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 455/2017 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Lamedid Comercial e Serviços Ltda
CNPJ: 46.568.655/0001-61
Processo: 25351.504795/2016-09
Expediente: 0968761/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 424/2017 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Medsíntese Importação Exportação e Comércio Eireli
CNPJ: 05.659.367/0001-35
Processo: 25351.121723/2010-54
Expediente: 1046632/15-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 452/2017 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Ferreira Indústria Odontológica Ltda
CNPJ: 84.915.149/0001-90
Processo: 25351.433715/2017-71
Expediente: 2327221/17-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER E NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 008/2018 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Ingá - Materiais Médicos Hospitalares Ltda
CNPJ: 04.037.992/0001-82
Processo: 25351.224531/2011-41
Expediente: 1256571/16-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, DECLARAR A EXTINÇÃO do recurso por PERDA DE OBJETO, acompanhando a posição do relator que acata o parecer nº 475/2017 - CRTPS/DIARE.
Empresa: Phadia Diagnosticos Ltda
CNPJ: 04.930.429/0001-39
Processo: 25351.610990/2017-96
Expediente: 0075090/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - VOTO Nº 033/2018/DIMON/ANVISA.
Empresa: Phadia Diagnosticos Ltda
CNPJ: 04.930.429/0001-39
Processo: 25351.610985/2017-83
Expediente: 0075092/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - VOTO Nº 033/2018/DIMON/ANVISA.
Empresa: Phadia Diagnosticos Ltda
CNPJ: 04.930.429/0001-39
Processo: 25351.611001/2017-81
Expediente: 0075161/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - VOTO Nº 033/2018/DIMON/ANVISA.
Empresa: Phadia Diagnosticos Ltda
CNPJ: 04.930.429/0001-39
Processo: 25351.610988/2017-17
Expediente: 0075154/18-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e DAR PROVIMENTO ao recurso interposto, fazendo retornar à área técnica para revisão da decisão inicial nos termos do voto do relator - VOTO Nº 033/2018/DIMON/ANVISA.

ARESTO Nº 1.116, DE 21 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 10, realizada em 8 de maio de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Nutrigold do Brasil Suplementos Alimentícios Ltda EPP
CNPJ: 06.609.348/0001-66
Processo: 25351.025795/2017-05
Expediente: 0101791/18-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer COREA 08/2018 - COREA/GGALI.
Recorrente: Prosugar Indústria e Comércio S/A
CNPJ: 15.230.400/0002-41
Processo: 25351.491626/2016-94
Expediente: 2119911/17-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer COREA 91/2017 - COREA/GGALI.
Recorrente: NS2.Com Internet
CNPJ: 09.339.936/0001-16
Processo: 25351.508283/2016-18
Expediente: 2140126/17-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, NÃO CONHECER do recurso em razão de sua intempestividade, acompanhando a posição do relator que acata o Parecer COREA 100/2017 - COREA/GGALI.
Recorrente: Novo Mundo Suplemento de Babaçu Ltda - EPP
CNPJ: 21.346.690/0001-05
Processo: 25351.565010/2016-62
Expediente: 2201593/17-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer COREA 001/2018 - COREA/GGALI.
Recorrente: Softech Brasil S/A
CNPJ: 13.036.559/0001-13
Processo: 25005.000017/2011-93
Expediente: 0166834/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer COREA 12/2018 - COREA/GGALI.

ARESTO Nº 1.117, DE 21 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP n° 11, realizada em 15 de maio de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Nutrigold do Brasil Suplementos Alimentícios Ltda EPP
CNPJ: 06.609.348/0001-66
Processo: 25351.025798/2017-86
Expediente: 0078169/18-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 06/2018 - Corea/GGALI.
Recorrente: Nutrigold do Brasil Suplementos Alimentícios Ltda EPP
CNPJ: 06.609.348/0001-66
Processo: 25351.025725/2017-76
Expediente: 0078194/18-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 07/2018 - Corea/GGALI.

CONSULTA PÚBLICA Nº 523, DE 16 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 8 de maio de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a exclusão de tipos de formulação autorizadas, visto que não é necessário a sua determinação em monografia, exclusão da frase "tipo de tecnologia de aplicação: autorizada exclusivamente a aplicação terrestre, com pulverizador costal e tratorizada" para o ingrediente ativo B40 - BEAUVERIA BASSIANA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.665994/2017-10; 25351.026129/2000-44
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo B40 - BEAUVERIA BASSIANA, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA Nº 524, DE 16 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 8 de maio de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura de algodão na modalidade de emprego (aplicação) foliar, com LMR de 0,2 mg/kg e IS de 30 dias; alteração na cultura da soja do LMR de 0,1 mg/kg para 0,5 mg/kg e o IS permanece como 07 dias, na monografia do ingrediente ativo C18 - CLOROTALONIL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.581886/2010-28
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo C18 - CLOROTALONIL, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA Nº 525, DE 16 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 8 de maio de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão das culturas de Algodão, com LMR de 0,02 mg/kg, Feijão, com LMR de 0,05 mg/kg e Soja, com LMR de 0,2 mg/kg, todas com IS "Não determinado" e modalidade de emprego (aplicação) Pré-emergência, na monografia do ingrediente ativo H07.1 - HALOXIFOPE-P-METÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.049075/2011-00
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo H07.1 - HALOXIFOPE-P-METÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA Nº 526, DE 16 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 8 de maio de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão da cultura de melancia, na modalidade de emprego, aplicação pós-emergência das plantas infestantes, com LMR de 0,02 mg/kg e IS 25 dias, na monografia do ingrediente ativo F32 - FENOXAPROPE-P-ETÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25000.010338/94-81
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo F32 - FENOXAPROPE-P-ETÍLICO, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência -Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA Nº 527, DE 16 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 8 de maio de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica aberto, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas críticas e sugestões relativas à proposta de Resolução que dispõe sobre a inclusão do isolado 6650, na monografia do ingrediente ativo T60 - TRICHODERMA HARZIANUM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.

Art. 2º A proposta de Resolução está disponível na íntegra no site da Anvisa, no endereço eletrônico http://www.anvisa.gov.br, e as sugestões deverão ser encaminhadas por escrito, em formulário próprio, para o endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Gerência Geral de Toxicologia, SIA Trecho 5, Área Especial 57, Brasília/DF, CEP 71.205-050; ou para o fax (61) 3462-5726; ou para o e-mail cp.toxicologia@anvisa.gov.br.

§1° O formulário para envio de contribuições permanecerá à disposição dos interessados no endereço eletrônico http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos/publicacoes.

§2° As contribuições recebidas serão públicas e permanecerão à disposição de todos no site da Anvisa.

§3° As contribuições não enviadas no formulário de que trata o parágrafo anterior ou recebidas fora do prazo não serão consideradas para efeitos de consolidação do texto final do regulamento.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, após a deliberação da Diretoria Colegiada, disponibilizará o resultado da consulta pública no site da Anvisa.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com os órgãos e entidades envolvidos e aqueles que tenham manifestado interesse na matéria para subsidiar posteriores discussões técnicas e deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.665990/2017-23
Assunto: Proposta de Resolução para o ingrediente ativo T60 - TRICHODERMA HARZIANUM, contido na Relação de Monografias dos Ingredientes Ativos de Agrotóxicos, Domissanitários e Preservantes de Madeira, publicada por meio da Resolução - RE n° 165, de 29 de agosto de 2003, DOU de 2 de setembro de 2003.
Área responsável: Gerência-Geral de Toxicologia - GGTOX
Relator: Fernando Mendes Garcia Neto

CONSULTA PÚBLICA Nº 528, DE 17 DE MAIO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV aliado ao art. 7º, III, e IV, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e ao art. 53, III, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo em Anexo, conforme deliberado em reunião realizada em 8 de maio de 2018, e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 60 (sessenta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da proposta de Resolução de Diretoria Colegiada - RDC que dispõe sobre a migração do regime de cadastro para o regime de notificação para os dispositivos médicos de classe de risco I, conforme Anexo.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=39065.

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da Consulta Pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.906175/2017-20
Assunto: Proposta de Resolução de Diretoria Colegiada - RDC que dispõe sobre a migração do regime de cadastro para o regime de notificação para os dispositivos médicos de classe de risco I
Agenda Regulatória 2017-2020: 8.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Gerência Geral de Tecnologia de Produtos para Saúde - GGTPS
Diretor Relator: Jarbas Barbosa da Silva Jr.

DIRETORIA DE AUTORIZAÇÃO E REGISTRO SANITÁRIOS

RETIFICAÇÃO

No Despacho n° 107, de 8 de maio de 2018, publicado no Diário Oficial da União n° 88, de 9 de maio de 2018, Seção 1, págs. 134, 135 e 136.

Onde se lê:
"29/08/2018"
Leia-se:
"22/10/2018"
Onde se lê:
"28/08/2018"
Leia-se:
"21/10/2018"
Onde se lê:
"24/08/2018"
Leia-se:
"17/10/2018"
Onde se lê:
"23/08/2018"
Leia-se:
"16/10/2018"
Onde se lê:
"22/08/2018"
Leia-se:
"15/10/2018"
Onde se lê:
"21/08/2018"
Leia-se:
"14/10/2018"
Onde se lê:
"20/08/2018"
Leia-se:
"13/10/2018"
Onde se lê:
"15/08/2018"
Leia-se:
"08/10/2018"
Onde se lê:
"14/08/2018"
Leia-se:
"07/10/2018"
Onde se lê:
"13/08/2018"
Leia-se:
"06/10/2018"
Onde se lê:
"10/08/2018"
Leia-se:
"03/10/2018"
Onde se lê:
"09/08/2018"
Leia-se:
"02/10/2018"
Onde se lê:
"08/08/2018"
Leia-se:
"01/10/2018"
Onde se lê:
"07/08/2018"
Leia-se:
"30/09/2018"
Onde se lê:
"02/08/2018"
Leia-se:
"25/09/2018"
Onde se lê:
"01/08/2018"
Leia-se:
"24/09/2018"
Para o expediente: 0221692/18-2
Onde se lê:
"01/08/2018"
Leia-se:
"17/09/2018"
Onde se lê:
"31/07/2018"
Leia-se:
"23/09/2018"
Onde se lê:
"30/07/2018"
Leia-se:
"22/09/2018"
Onde se lê:
"27/07/2018"
Leia-se:
"19/09/2018"
Onde se lê:
"26/07/2018"
Leia-se:
"18/09/2018"
Onde se lê:
"25/07/2018"
Leia-se:
"17/09/2018"
Onde se lê:
"24/07/2018"
Leia-se:
"16/09/2018"
Onde se lê:
"20/07/2018"
Leia-se:
"12/09/2018"
Onde se lê:
"25/06/2018"
Leia-se:
"18/08/2018"
Para o expediente: 2253321/17-4
Onde se lê:
"05/04/2018"
Leia-se:
"29/05/2018"

DIRETORIA DE CONTROLE E MONITORAMENTO SANITÁRIOS

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.279, DE 21 DE MAIO DE 2018

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 1.959, de 24 de novembro de 2017, aliado ao disposto no art. 54, I, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de Farmácias e Drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARIÂNGELA TORCHIA DO NASCIMENTO

ANEXO

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: AV NOSSA SENHORA DE FATIMA, 2070
BAIRRO: Ininga CEP: 64048558 - TERESINA/PI
CNPJ: 06.626.253/0888-14
PROCESSO: 25351.167679/2018-02
AUTORIZ/MS: 7.57535-8
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: AV SEGISMUNDO PEREIRA, 1510
BAIRRO: Santa Mônica CEP: 38408170 - UBERLÂNDIA/MG
CNPJ: 06.626.253/1155-60
PROCESSO: 25351.057183/2018-13
AUTORIZ/MS: 7.56558-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: AV CORONEL ANTONINO 402
BAIRRO: CORONEL ANTONINO CEP: 79022000 - CAMPO GRANDE/MS
CNPJ: 06.626.253/0965-90
PROCESSO: 25351.160826/2018-13
AUTORIZ/MS: 7.57584-7
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: AV SINFRONIO BROCHADO, 120
BAIRRO: Barreiro CEP: 30640000 - BELO HORIZONTE/MG
CNPJ: 06.626.253/1093-23
PROCESSO: 25351.167680/2018-29
AUTORIZ/MS: 7.57536-1
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: AV CIDADE JARDIM, 3890
BAIRRO: BOSQUE DOS EUCALIPTOS CEP: 12233002 - SÃO JOSÉ DOS CAMPOS/SP
CNPJ: 06.626.253/1069-01
PROCESSO: 25351.160868/2018-46
AUTORIZ/MS: 7.57486-9
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: R PREFEITO INACIO HENRIQUE, 21
BAIRRO: Centro CEP: 59162000 - SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN
CNPJ: 06.626.253/1056-89
PROCESSO: 25351.167678/2018-50
AUTORIZ/MS: 7.57534-4
ATIVIDADE/CLASSE:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

EMPRESA: EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS S/A
ENDEREÇO: Q CLS 106 BLOCO C , 35
BAIRRO: Asa Sul CEP: 70345530 - BRASÍLIA/DF
CNPJ: 06.626.253/0962-48
PROCESSO: 25351.165040/2018-84
AUTORIZ/MS: 7.57470-2
ATIVIDADE/CLASSE:
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS
COMÉRCIO: CORRELATOS
COMÉRCIO: COSMÉTICOS
COMÉRCIO: PERFUMES
COMÉRCIO: PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

PORTARIA Nº 3.069, DE 21 DE MAIO DE 2018

Aprova e institui o Programa Sustentar com a finalidade de promover a sustentabilidade das ações e dos serviços de saneamento e saúde ambiental e de fornecer diretrizes para atuação, no âmbito da Funasa, em áreas rurais e comunidades tradicionais

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, do art. 14 do Decreto nº 8.867, de 03 de outubro de 2016, publicado no D.O.U. de 4/10/2016, resolve:

Art. 1º Aprovar e instituir o Programa Sustentar com o objetivo de promover a sustentabilidade das ações e dos serviços de saneamento e saúde ambiental, no âmbito da Funasa, em áreas rurais e comunidades tradicionais.

§1º O Programa Sustentar encontra-se disponível no sítio eletrônico da Funasa: www.funasa.gov.br.

§2º São os objetivos específicos do Programa:

I - capacitar o corpo técnico da Funasa para o desenvolvimento de ações de saneamento e saúde ambiental no meio rural, de forma articulada, visando a assistência técnica aos municípios e comunidades para a prestação dos serviços de saneamento;

II - incentivar a implementação de ações integradas visando, principalmente, o desenvolvimento e o fortalecimento de instrumentos e mecanismos que garantam a gestão eficiente dos serviços de saneamento;

III - fomentar o desenvolvimento de ações de educação em saúde ambiental pelo município e comunidade como ação integrada na sustentabilidade socioambiental das comunidades, para a promoção da saúde dentro do contexto sociopolítico, cultural e econômico dessas comunidades em seu território; e

IV - estruturar as ações de Monitoramento e Avaliação realizadas pelo Programa Sustentar, a partir de uma linha de base previamente diagnosticada e que permita verificar e acompanhar o desenvolvimento e os resultados do Programa.

Art. 2º Com fundamento nos princípios e bases legais dispostos no Anexo I, o Programa Sustentar observará as seguintes diretrizes gerais:

I - fortalecimento institucional da Funasa por meio de oficinas de capacitação direcionadas aos técnicos da Instituição com ênfase na construção de estratégias para o desenvolvimento de ações articuladas e integrais e na formação de propagadores do conhecimento, facilitando a atuação do município nas áreas rurais e comunidades tradicionais; e

II - promoção, fomento e subsídio de medidas estruturantes em todas as ações desenvolvidas e/ou apoiadas pela Funasa em áreas rurais e comunidades tradicionais, compreendendo educação em saúde ambiental, gestão dos serviços, operação e manutenção das soluções e controle da qualidade da água.

Art. 3º Deverá ser instituído um Comitê nacional de gestão do Programa Sustentar, de caráter permanente, vinculado à Presidência da Funasa, para deliberações, tomadas de decisão e acompanhamento das atividades executadas pelas Superintendências Estaduais.

§1º O Comitê de que trata o caput deste artigo será composto obrigatoriamente por membros da Coordenação Geral de Gestão de Pessoas - CGESP do Departamento de Administração, do Departamento de Engenharia de Saúde Pública e do Departamento de Saúde Ambiental, dos quais, ao menos um membro de cada Departamento, deverá ser servidor público ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente, nomeados mediante Portaria específica para este fim.

§2º A nomeação como membro da comissão terá vigência por tempo indeterminado.

§3º Quando da necessidade de substituição de algum dos membros, o Departamento responsável deverá indicar o substituto à Presidência da Funasa.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO SERGIO DIAS

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 7.011, DE 15 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001607/2015-97. Interessado: Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. Objeto: Altera o art. 1º da Resolução Autorizativa nº 5.584, de 1º de dezembro de 2015. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 21 DE MAIO 2018

Decisão: Liberar as unidades geradoras constantes nos despachos abaixo para início de operação comercial a partir do dia 22 de maio de 2018.

Nº 1.120. Processo nº 48500.004399/2014-05. Interessados: Gestamp Eólica Cabeço Vermelho II S.A. Usina: EOL Cabeço Vermelho II. Unidades Geradoras: UG1 a UG8, de 2.200 kW cada, totalizando 17.600 kW de capacidade instalada. Localização: Município de João Câmara, estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.121. Processo nº 48500.004395/2014-19. Interessados: Gestamp Eólica Cabeço Vermelho S.A. Usina: EOL Cabeço Vermelho. Unidades Geradoras: UG1 a UG13, de 2.000 kW cada, totalizando 26.000 kW de capacidade instalada. Localização: Município de Jardim de Angicos, estado do Rio Grande do Norte.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO Nº 1.111, DE 18 DE MAIO DE 2018

Processo nº 48500.001897/2018-11. Interessadas: SE Vineyards Transmissão de Energia S.A. e Arcoverde Transmissão de Energia S.A. Decisão: anuir à transferência de controle societário das Interessadas. A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

TICIANA FREITAS DE SOUSA
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DE 21 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do (s) produto (s) abaixo, das empresas relacionadas:

Nº 637	ACV COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E TROCA DE ÓLEO LTDA - ME - CNPJ nº 24.238.355/0001-81					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000559/2018 - 34	X1 MAXX VECTOR X	ISO 68	. DIN 51524 (PART II) HLP	ÓLEO LUBRIFICANTE	18827
Nº 638	CASTILHO COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA EPP - CNPJ nº 01.305.375/0001-22					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000926/2018 - 08	MANNOL EXTRA GETRIEBEOEL 75W90	SAE 75W90	API GL-4/GL-5 LS	ÓLEO LUBRIFICANTE	18843
Nº 639	CHEVRON BRASIL LUBRIFICANTES S/A - CNPJ nº 05.524.572/0001-93					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001002/2018 - 11	CETUS HIPERSYN OIL	ISO 220	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	15632
	48600.001002/2018 - 11	CETUS HIPERSYN OIL	ISO 68	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	15632
	48600.001002/2018 - 11	CETUS HIPERSYN OIL	ISO 100	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	15632
	48600.001002/2018 - 11	CETUS HIPERSYN OIL	ISO 46	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	15632
Nº 640	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA - CNPJ nº 03.470.727/0001-20					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000921/2018 - 77	MOTOCRAFT SEMYSYNTHETIC 5W-20	SAE 5W-20	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	18836
	48600.000919/2018 - 06	OMNICRAFT FULL SYNTHETIC SN 5W-40	SAE 5W-40	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	18838
	48600.000922/2018 - 11	MOTORCRAFT MERCON ULV	SAE NA	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18839
	48600.000920/2018 - 22	OMNICRAFT SEMISYNTHETIC 15W-40	SAE 15W-40	API SL, SM, SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	18837
Nº 641	INCOL-LUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - CNPJ nº 04.338.434/0001-57					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000643/2018 - 58	INCOL SYNTHETIC SN	SAE 5W-30	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	16572
	48600.000643/2018 - 58	INCOL SYNTHETIC SN	SAE 5W-40	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	16572
	48600.000647/2018 - 36	INCOL VISCOL H	SAE 20W50	API CH-4, MB 228.3, CES 20076, CES 20071/72, MACK EO-M, MAN 3275 (E3-96) E VDS	ÓLEO LUBRIFICANTE	18846
	48600.000648/2018 - 81	INCOL ACCELERA SN	SAE 5W40	API SN	ÓLEO LUBRIFICANTE	15734

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 642	INGRAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE GRAXAS S/A - CNPJ nº 77.575.330/0001-30					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000693/2018 - 35	UNIGRAX SFO	NLGI 2	. NA	GRAXA LUBRIFICANTE	5727
Nº 643	LUCHETI LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 59.160.689/0001-64					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000570/2018 - 02	DEITON FERRO BOALT TM 13	SAE 40	API CF/CF-2 (MOTORES DIESEL MARÍTIMOS)	ÓLEO LUBRIFICANTE	18842
Nº 644	MENZOIL INDUSTRIA DE LUBRIFICANTES LTDA ME - CNPJ nº 06.160.091/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000690/2018 - 00	M TECH SEMISSINTETICO	SAE 10W-40	API SN/SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	18844
	48600.000690/2018 - 00	M TECH SEMISSINTETICO	SAE 15W-40	API SN/SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	18844
	48600.000692/2018 - 91	M TECH API SN	SAE 5W-20	API SN, ILSAC GF-5, GM DEXOS 1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18845
	48600.000692/2018 - 91	M TECH API SN	SAE 0W-20	API SN, ILSAC GF-5, GM DEXOS 1	ÓLEO LUBRIFICANTE	18845
Nº 645	PACKBLEND INDUSTRIA E COMERCIO DE LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 03.805.416/0001-75					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000984/2018 - 23	VORAX ULTRA C3	SAE 5W-30	API SN, ACEA C3-2016, MB 229.51/ 229.52, BMW LL-04, PORSCHE C30, VOLKSWAGEN 504.00 / 507.00	ÓLEO LUBRIFICANTE	18847
Nº 646	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ nº 34.274.233/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000911/2018 - 31	LUBRAX GRANS THF	SAE 20W30	API GL-4, ALLISON C-4, CATERPILLAR TO-2, JOHN DEERE J20C, MASSEY FERGUSON M-1135, M2C 86B	ÓLEO LUBRIFICANTE	5984
Nº 647	QUAKER CHEMICAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO S.A - CNPJ nº 00.999.042/0001-88					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000422/2018 - 80	QUAKERCHAIN HT 6 220 FG	ISO 220	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18826
Nº 648	REGELUB LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 01.084.176/0001-31					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000640/2018 - 14	GT OIL LH	ISO 150	. DIN 51524 - PARTE 1 (HL)	ÓLEO LUBRIFICANTE	13067
	48600.000640/2018 - 14	GT OIL LH	ISO 220	. DIN 51524 - PARTE 1 (HL)	ÓLEO LUBRIFICANTE	13067
	48600.000640/2018 - 14	GT OIL LH	ISO 46	. DIN 51524 - PARTE 1 (HL)	ÓLEO LUBRIFICANTE	13067
	48600.000640/2018 - 14	GT OIL LH	ISO 68	. DIN 51524 - PARTE 1 (HL)	ÓLEO LUBRIFICANTE	13067
	48600.000640/2018 - 14	GT OIL LH	ISO 32	. DIN 51524 - PARTE 1 (HL)	ÓLEO LUBRIFICANTE	13067
	48600.000640/2018 - 14	GT OIL LH	ISO 100	. DIN 51524 - PARTE 1 (HL)	ÓLEO LUBRIFICANTE	13067
Nº 649	REGELUB LUBRIFICANTES LTDA - CNPJ nº 01.084.176/0001-31					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.003910/2017 - 68	GT-OIL ESPECIAL SL	SAE 40	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17795
	48600.003910/2017 - 68	GT-OIL ESPECIAL SL	SAE 50	API SL.	ÓLEO LUBRIFICANTE	17795
Nº 650	SKF DO BRASIL LTDA - CNPJ nº 61.077.327/0001-56					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000566/2018 - 36	LGHC 2	NLGI 2	. NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	18841
Nº 651	TG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E GRAXAS LTDA. - EPP - CNPJ nº 00.200.296/0001-94					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000695/2018 - 24	TG SEMI SYNTH API SL	SAE 15W-40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18279
Nº 652	TG INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES E GRAXAS LTDA. - EPP - CNPJ nº 00.200.296/0001-94					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000745/2018 - 73	TG PREMIUM API SL	SAE 50	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18277
	48600.000745/2018 - 73	TG PREMIUM API SL	SAE 40	API SL	ÓLEO LUBRIFICANTE	18277
Nº 653	YPF BRASIL COMÉRCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA. - CNPJ nº 03.972.433/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000531/2018 - 05	ELAION F 50 D1	SAE 5W-30	API SN, ILSAC GF-5, GM DEXOS 1 GEN.2	ÓLEO LUBRIFICANTE	15226
	48600.000530/2018 - 52	ELAION F 70E	SAE 5W-30	API SN, ACEA C3-2016, BMW LONGLIFE 04, MB APPROVAL 229.51, PORSCHE C30, VW 504.00/507.00	ÓLEO LUBRIFICANTE	16831

CARLOS ORLANDO ENRIQUE DA SILVA

DIRETORIA IV

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

DESPACHO Nº 635, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30.11.2016, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao J S COMÉRCIO DE GÁS LTDA., CNPJ nº 08.377.594/0001-66.

CEZAR CARAM ISSA

DESPACHO Nº 636, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL, E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, com base na Resolução ANP n°51 de 30.11.2016, torna público o restabelecimento da autorização para o exercício da atividade de revenda de gás liquefeito de petróleo - GLP, ao SEMPREGAS DE CAMPO GRANDE DEPÓSITO DE GÁS LTDA., CNPJ nº 06.203.810/0001-21.

CEZAR CARAM ISSA

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2018/AP

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.086/2016-SUMITOMO METAL MINING DO BRASIL LTDA.-OF. N°133/2018

GEORGE MORAIS DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 27/2018/AP

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
858.010/2017-EIDER PENA PESTANA
858.011/2017-EIDER PENA PESTANA
858.017/2017-CLÉSCIO PAULO GOMES DA COSTA
858.020/2017-JOSEMAR DOS SANTOS NUNES
858.022/2017-OSMAR COELHO BERNARDO
858.023/2017-OSVALDO COELHO BERNARDO
858.024/2017-LUIS BRAGA MEIRELES

GEORGE MORAIS DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 50/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
871.990/2011-PORTAL DO OESTE AGRICOLA LTDA.-IBOTIRAMA/BA, MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO/BA - Guia n° 51/2018-19.980t-Areia (construção civil)- Validade:29/06/2020
871.093/2015-SUDOESTE GRANITOS LTDA EPP-CACULÉ/BA - Guia n° 49/2018-16.000t-Granito (revestimento)- Validade:20/04/2019
871.318/2015-MINERAÇÃO MAROTO LTDA ME-OLIVEIRA DOS BREJINHOS/BA, PARATINGA/BA - Guia n° 50/2018-16.000t-Quartzito- Validade:30/04/2019
872.125/2015-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-ITAJU DO COLÔNIA/BA, ITAPETINGA/BA - Guia n° 58/2018-10.000t-Mármore- Validade:08/12/2019
872.339/2015-ROCHA BAHIA MINERAÇÃO LTDA-BROTAS DE MACAÚBAS/BA, IPUPIARA/BA - Guia n° 56/2018-16.000t-Quartzito (revestimento)- Validade:20/03/2019
870.892/2016-THOR GRANITOS E MÁRMORES LTDA-PINDOBAÇU/BA - Guia n° 52/2018-16.000t-Quartzito (ornamental)- Validade:14/09/2018
872.392/2016-DOIS A ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA-JOÃO DOURADO/BA, MORRO DO CHAPÉU/BA - Guia n° 53/2018-8.500t-Cascalho- Validade:30/04/2019
872.679/2016-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA-CENTRAL/BA, ITAGUAÇU DA BAHIA/BA - Guia n° 57/2018-16.000t-Quartzito- Validade:01/06/2019
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
872.386/2009-LAGOA MATÉRIAS PRIMAS LTDA-Área de 703,34ha para 129,89ha-Feldspato e Quartzo
870.333/2010-LIGAS DE ALUMÍNIO S.A LIASA- Área de 340,79ha para 71,78ha-Quartzo

872.346/2011-MINERAÇÃO DO OESTE LTDA- Área de 49,62ha para 15,95ha-Calcário
872.952/2011-MARROM ITARANTIM MINERAÇÕES LTDA- Área de 543,85ha para 47,72ha-Areia
871.113/2014-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA- Área de 984,13ha para 286,97ha-Granito
871.263/2014-HERMES SOARES SILVA- Área de 49,99ha para 15,49ha-Cascalho
871.594/2014-EROCAIS TRANSPORTE E SERVICOS LTDA- Área de 799,22ha para 47,78ha-Areia e Arenoso
871.987/2014-MINERAÇÃO AZEVEDO LTDA- Área de 885,30ha para 44,58ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
874.505/2007-AGUA MINERAL TOP LEVE MINERAÇÃO LTDA-Água Mineral
870.498/2010-PETTRUS MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA-Quartzito
872.557/2013-CERÂMICA ESTRUTURAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP-Argila
870.694/2014-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA-Quartzito
871.431/2015-NORIZETE MARIA CALIMAN COMERIO-Areia
871.986/2016-LIMA CONSULTORIA AMBIENTAL MINERAÇÃO E AGRONOMIA LTDA-Areia
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
870.674/2015-IRIS SOARES BARBOSA-ALVARÁ N°15412/2015
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
872.789/2012-BOVINGDON MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.-ALVARÁ N°12384/2015
871.496/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12899/2013
871.497/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12900/2013
871.498/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12901/2013
871.499/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12902/2013
871.500/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12903/2013
871.501/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12904/2013
871.502/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12905/2013
871.503/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12906/2013
871.504/2013-LACERDA E BARGETZI MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12907/2013
871.093/2015-SUDOESTE GRANITOS LTDA EPP-ALVARÁ N°13674/2015
872.125/2015-PROMINING PARTICIPACOES LTDA-ALVARÁ N°3560/2016
872.514/2015-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°5788/2016
872.515/2015-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°5789/2016
872.518/2015-ZEUS MINERAÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°5792/2016
872.839/2015-REZENDE EXPORTADORA LTDA-ALVARÁ N°3349/2016
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
870.869/2011-G 4 ESMERALDA-ALVARÁ N°9.389/2011
874.777/2011-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°12359/2015
870.158/2012-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°12362/2015
871.290/2012-MINERAÇÃO CARAÍBA S.A.-ALVARÁ N°9841/2014
871.384/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8583/2014
871.385/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8584/2014
871.386/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8585/2014
871.387/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8586/2014
871.388/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8587/2014
871.521/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8598/2014
871.655/2012-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA-ALVARÁ N°12366/2015
872.478/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8660/2014
872.479/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8661/2014
872.481/2012-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8663/2014
872.572/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8803/2014
872.597/2013-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL-ALVARÁ N°8828/2014
871.686/2014-CPX BAIANA MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.-ALVARÁ N°12.034/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Defere pedido de reconsideração(392)
870.687/1991-ITAPEMIRIM GRANITOS & MARMORES LTDA EPP
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
870.670/1992-POLIGONAL MINERAÇÃO LTDA-ITANHÉM/BA - Guia n° 60/2018-16.000t-Gnaisse-Validade:19/12/2019
872.264/2006-CERÂMICA DONA MANA LTDA-MORRO DO CHAPÉU/BA - Guia n° 48/2018-12.000t-Argila-Validade:06/07/2019
871.993/2012-SM GRANITOS LTDA ME-BRUMADO/BA, MALHADA DE PEDRAS/BA - Guia n° 59/2018-16.000t-Diabásio- Validade:05/05/2020

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 71/2018/BA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
870.991/2016-JOAQUIM GONÇALVES DE CASTRO-Registro de Licença N° 003/2018 - Vencimento em 17/02/2019
871.142/2016-EDUARDO BATISTA CRUZ-Registro de Licença N° 012/2018 - Vencimento em 12/12/2022
871.167/2016-CSB - CERÂMICA SIMONASSI BAHIA LTDA.-Registro de Licença N° 008/2018 - Vencimento em indeterminada
872.383/2016-MINERAÇÃO RIO GRANDE LTDA EPP-Registro de Licença N° 017/2018 - Vencimento em 18/11/2021
872.630/2016-TERRAPLENAGEM 2000 LTDA EPP-Registro de Licença N° 022/2018 - Vencimento em indeterminada
870.634/2017-ASA BRANCA COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-Registro de Licença N° 018/2018 - Vencimento em 08/03/2020
870.827/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-Registro de Licença N° 019/2018 - Vencimento em 03/04/2020
870.836/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-Registro de Licença N° 020/2018 - Vencimento em 03/04/2020
870.838/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.-Registro de Licença N° 021/2018 - Vencimento em 03/04/2020
870.851/2017-VIPLOC LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ME-Registro de Licença N° 015/2018 - Vencimento em 20/02/2022
871.342/2017-GENARIO DANTAS PACHECO ME-Registro de Licença N° 011/2018 - Vencimento em 05/06/2021
871.386/2017-PEDRO DE OLIVEIRA COSTA E CIA-Registro de Licença N° 007/2018 - Vencimento em 23/03/2019
871.425/2017-MARCELO PIRES BRANDÃO ME-Registro de Licença N° 016/2018 - Vencimento em 03/05/2022
871.514/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-Registro de Licença N° 0014/2018 - Vencimento em 05/06/2021
871.515/2017-CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA-Registro de Licença N° 013/2018 - Vencimento em 13/07/2020
871.549/2017-LEONARDO LUIZ DE SOUZA FERREIRA-Registro de Licença N° 006/2018 - Vencimento em indeterminada
871.570/2017-IBEROBRAS CONSTRUÇÃO CIVIL E EMPREITADAS-Registro de Licença N° 004/2018 - Vencimento em 28/07/2019
871.571/2017-IBEROBRAS CONSTRUÇÃO CIVIL E EMPREITADAS-Registro de Licença N° 005/2018 - Vencimento em 28/07/2019
871.713/2017-PRIMA EMPREENDIMENTOS INOVADORES S A-Registro de Licença N° 002/2018 - Vencimento em 18/12/2020
871.741/2017-J O QUADROS DOS SANTOS MATERIAS DE CONSTRUÇÃO ME-Registro de Licença N° 009/2018 - Vencimento em 18/07/2020
871.830/2017-COOPERATIVA DE ESTRAÇÃO MINERAL DE TOMBADOR E REGIÃO CEMTR-Registro de Licença N° 010/2018 - Vencimento em 13/09/2020
871.843/2017-GRD FILHO INDUSTRIA DE MINERIOS-Registro de Licença N° 001/2018 - Vencimento em 03/06/2022
871.873/2017-CONCRETAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA-Registro de Licença N° 024/2018 - Vencimento em 31/08/2023
Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
870.345/2016-TERRAPLENAGEM 2000 LTDA EPP
Fase de Requerimento de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1863)
870.680/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
870.681/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
870.683/2017-VIABAHIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.
870.767/2017-CONCRETAR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

CLÁUDIO DA CRUZ LIMA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 80/2018/GO

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
860.578/2013-LUIZ GONZAGA TRAJANO-Cessionário:TWA Areia e Cascalho Ltda- CPF ou CNPJ 05.045.148/0001-66- Alvará n°9.672/2013
861.372/2015-ELETROTELLES CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA EPP- Cessionário:MC4 Minerações Ltda- CPF ou CNPJ 30.204.829/0001-77- Alvará n°3.894/2016
860.498/2017-EDMAR GOMES DO CARMO-Cessionário:Renato de Souza- CPF ou CNPJ 566.380.199-53-Alvará n°6.968/2017
860.840/2017-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME- Cessionário:Cristal Mineradora e Comércio Ltda Epp- CPF ou CNPJ 10.465.539/0001-70- Alvará n°8.508/
860.841/2017-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME- Cessionário:Cristal Mineradora e Comércio Ltda Epp- CPF ou CNPJ 10.465.539/0001-70- Alvará n°8.509/2017
860.843/2017-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME- Cessionário:Cristal Mineradora e Comércio Ltda Epp- CPF ou CNPJ 10.465.539/0001-70- Alvará n°8.510/2017
860.844/2017-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME- Cessionário:Cristal Mineradora e Comércio Ltda Epp- CPF ou CNPJ 10.465.539/0001-70- Alvará n°7.541/2017
860.845/2017-NORTH FACE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI ME- Cessionário:Cristal Mineradora e Comércio Ltda Epp- CPF ou CNPJ 10.465.539/0001-70- Alvará n°8.511/2017
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
860.410/2014-RAFAEL SILVEIRA COSTA-Cessionário:Ronaildo da Luz Peixoto- CNPJ 302.134.106-30-Registro de Licença N° 096/2015- Vencimento da Licença: 08/04/2018
860.403/2017-ADRIANO PINTO BRAGA-Cessionário:APB Mineração Eireli- CNPJ 20.812.502/0001-24-Registro de Licença N° 117/2017- Vencimento da Licença: 06/11/2022

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 52/2018/MA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.101/2016-CONSTRUBRITO MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA-Registro de Licença N° 07/2018 - Vencimento em 02/08/2018
806.121/2016-EDMILSON S. BARROS-Registro de Licença N° 11/2018 - Vencimento em 03/11/2036
806.131/2016-CERÂMICA PRINCESA LTDA-Registro de Licença N° 04/2018 - Vencimento em 26/04/2021
806.132/2016-CERÂMICA PRINCESA LTDA-Registro de Licença N° 05/2018 - Vencimento em 26/04/2021
806.068/2017-CONSTRUTORA C.M.P. LTDA ME-Registro de Licença N° 08/2018 - Vencimento em 25/07/2019
806.073/2017-CERAMICA IMPERIAL LTDA EPP-Registro de Licença N° 06/2018 - Vencimento em 27/07/2047
806.095/2017-JACINTO GONCALVES LIMA NETO EPP-Registro de Licença N° 09/2018 - Vencimento em 20/04/2028
806.113/2017-BARRO FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-Registro de Licença N° 10/2018 - Vencimento em 19/04/2028

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 55/2018/MA

Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
806.067/2017-SÉRGIO NORD- DOU de 05/04/2018
806.090/2017-FRANCISCA DOS SANTOS- DOU de 02/05/2018

ARNALDO MARTINHO COSTA DA COSTA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2018/MT

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
866.523/2013-ROSANA CRISTINA ALVES DE MATOS CRUZ- Registro de Licença N° 020/2014-Onde se lê: "... - Prazo de validade até 02/12/2028..." - Leia-se:"... - Prazo de validade até 02/12/2018..."

SERAFIM CARVALHO MELO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2018/MT

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
867.165/2017-WALTER MANCEBO MANHÃES
867.181/2017-SILVIO RODRIGUES SOUTO
867.247/2017-VILMAR CHITOLINA
867.343/2017-RENATA DO ESPIRITO SANTO SALIM CASSEB
867.395/2017-SOLAG HOLDING PARTICIPAÇÕES S.A.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
867.241/2017-VANTAGE BRASIL MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°277/2018-Sup
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
867.150/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
867.153/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
867.206/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
867.207/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
867.208/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
867.209/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
867.210/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
867.244/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
Fase de Lavra Garimpeira
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
866.284/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°123 - 124 - 125 e 126/2018-SR
866.285/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°123 - 124 - 125 e 126/2018-SR
867.015/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°123 - 124 - 125 e 126/2018-SR
867.016/2010-FILADELFO DOS REIS DIAS- AI N°123 - 124 - 125 e 126/2018-SR
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
866.990/2005-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°110/2016
866.660/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°160/2016
866.661/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°161/2016
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
866.100/2009-TRAJANO DE MATOS SILVA NETO
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
866.990/2005-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 14/06/2016
866.660/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 14/06/2016
866.661/2012-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 14/06/2016
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto Infração - TAH(637)
866.049/2015-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A-AI N°277/2016
Determina o arquivamento imposição de multa(1810)
866.049/2015-MINERAÇÃO SANTA ELINA INDUSTRIA E COMERCIO S A- DOU de 14/06/2016

SERAFIM CARVALHO MELO

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 181/18/MG

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)
Daniel Lopes Lima Simão me - 833328/13 - Not.266/2018 - R$ 4.034,99
Dilza Duarte Silva - 830051/13 - Not.268/2018 - R$ 2.402,42, 830052/13 - Not.270/2018 - R$ 597,59
Edgar Antunes Pereira Filho - 832550/15 - Not.287/2018 - R$ 602,36
Gemex Construção & Mineração LTDA. - 832058/98 - Not.280/2018 - R$ 9.486,50, 832058/98 - Not.282/2018 - R$ 11.981,10
Hlm Empreendimentos Construcoes e Participacoes Ltda - 831994/13 - Not.264/2018 - R$ 244,33
José Guimarães Cota - 832628/14 - Not.274/2018 - R$ 5.290,62
Mineração Zézinho Maggi Ltda - 834333/12 - Not.272/2018 - R$ 1.793,49
Riva Costa Dutra - 832663/14 - Not.277/2018 - R$ 4.035,76
Rogério Carvalho Guimarães - 830016/15 - Not.285/2018 - R$ 6.875,55

PABLO CÉSAR DE SOUZA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 182/18/MG

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Daniel Lopes Lima Simão me - 833328/13 - Not.267/2018 - R$ 6.799,21
Dilza Duarte Silva - 830051/13 - Not.269/2018 - R$ 6.799,21, 830052/13 - Not.271/2018 - R$ 6.799,21
Edgar Antunes Pereira Filho - 832550/15 - Not.288/2018 - R$ 3.506,82
g Transportes e Comércio Ltda - 833627/13 - Not.279/2018 - R$ 3.399,60
Hlm Empreendimentos Construcoes e Participacoes Ltda - 831994/13 - Not.265/2018 - R$ 6.799,21
José Guimarães Cota - 832628/14 - Not.275/2018 - R$ 6.799,21
Mineração Santa Inês Ltda - 833551/14 - Not.284/2018 - R$ 3.953,51
Mineração Serra do Pasmar Eireli me - 830107/16 - Not.263/2018 - R$ 6.799,21
Mineração Zézinho Maggi Ltda - 834333/12 - Not.273/2018 - R$ 6.799,21
Mjc Consultoria de Geologia Ltda - 832076/02 - Not.258/2018 - R$ 3.210,20, 832076/02 - Not.259/2018 - R$ 3.210,20, 832076/02 - Not.260/2018 - R$ 3.210,20, 832076/02 - Not.261/2018 - R$ 3.210,20, 832076/02 - Not.262/2018 - R$ 3.210,20
Qresion Pereira - 831992/16 - Not.276/2018 - R$ 3.399,60
Riva Costa Dutra - 832663/14 - Not.278/2018 - R$ 3.399,60
Rogério Carvalho Guimarães - 830016/15 - Not.286/2018 - R$ 7.013,65

PABLO CÉSAR DE SOUZA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 191/18/MG

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Vicente Braga da Silva Eireli me - 831778/15
Wanderlúcia de Souza Barbosa - 832006/15

PABLO CÉSAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 192/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
832.054/2017-LINCE IERRES MACHADO
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
831.856/2017-ALBERTO LUIZ BERNARDO
831.860/2017-LD TRANSPORTADORA & LOCADORA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
831.403/2017-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA-OF. N°723/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
832.875/2009-BRITAGEM SAO LUCAS LTDA
830.439/2014-COMERCIAL GRÃO DE AREIA LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
831.098/2004-TRANSPORTADORA E LOCADORA CARAÇA LTDA - EPP
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
813.338/1971-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°801/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
800.542/1974-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°746/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
806.794/1977-ISHIZO EMPREENDIMENTOPARTICIPAÇÕES LTDA-OF. N°701/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.232/1980-BRAMINEX MINERAÇÃO DE CALCÁRIO S.A.-OF. N°719/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.890/1981-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°750/2018-DGTM/DNPM/MG
830.921/1990-M & M MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°718/2018-DGTM/DNPM/MG
832.275/1999-MINERAÇÃO AREIA BRANCA LTDA-OF. N°717/2018-DGTM/DNPM/MG
830.007/2002-EMPRESA DE MINERAÇÃO OURO NOVO LTDA.-OF. N°805/2018-DGTM/DNPM/MG
830.405/2003-SIMONE VALÉRIA BORGES BOLINA-OF. N°748/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG e Mineração Ducal Indústria e Comercio Ltda.(cessionária)
830.442/2003-BRILHANTE QUARTZO MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA-OF. N°716/2018-FISC-DNPM/MG
831.399/2003-DESASSOREAMENTO MINAS BARRAGENS LTDA.-OF. N°763/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
833.817/2004-TERTRAMAQ LTDA ME-OF. N°761/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.861/2006-HERCULANO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°753/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.198/2007-CAULIM TOTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°809/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.807/2007-COOPERATIVA DOS MICROMINERADORES DO CENTRO OESTE DE MINAS GERAIS LTDA-OF. N°802/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.808/2007-COOPERATIVA DOS MICROMINERADORES DO CENTRO OESTE DE MINAS GERAIS LTDA-OF. N°803/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
834.760/2011-MINERAÇÕES GERAIS LTDA-OF. N°642/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG,Rhf Consultoria e Comércio de Substâncias Minerais Ltda
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(363)
831.746/2001-AEG COMERCIO E INDUSTRIA LTDA-OF. N°755/2017-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.853/2007-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-OF. N°2262/2012-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
830.770/2008-MINASILICIO GMA MINERADORA LTDA-OF. N°751/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.542/1974-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°747/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
808.079/1975-MINERAÇÃO CALDENSE LTDA-OF. N°752/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.232/1980-BRAMINEX MINERAÇÃO DE CALCÁRIO S.A.-OF. N°720/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.890/1981-MINERAÇÃO CURIMBABA LTDA-OF. N°749/2018-DGTM/DNPM/MG
830.868/1992-MASTER NIQUEL EXPLORAÇÃO E LAVRA DE JAZIDAS MINERAIS LTDA-OF. N°745/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
834.760/2011-MINERAÇÕES GERAIS LTDA-OF. N°643/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG,Rhf Consultoria e Comércio de Substâncias Minerais Ltda
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
001.203/1935-ÁGUAS MINERAIS DE PATROCÍNIO S A- Fonte Serra Negra - Marca Serra Negra - Embalagem 20L, 10L ,1,5L ,500 mL, copinho 200 mL(todas sem gás) 500 mL (com gás)- PATROCÍNIO/MG
001.356/1940-MINERAÇÃO ÁGUA PADRE MANOEL LTDA.- Fonte Padre Manoel I - Marca Passa Quatro Premium - Embalagem 310 mL (com gás);310 mL (sem gás) - Marca Korim - Embalagem 1,5L e 510 mL (sem gás)- PASSA QUATRO/MG
Determina a interdição da lavra(442)
830.083/2001-CRUZEIRO DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS, BEBIDAS EM GERAL LTDA ME- N° do Termo de Interdição:18 e 19/2018-DNPM/MG, de 18/04/2018- Lacre N°
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
830.083/2001-CRUZEIRO DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS, BEBIDAS EM GERAL LTDA ME- AI N° 739;740;741;742;743;744 e 745/2018-FISC/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
819.804/1969-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO-OF. N°76/2018-ERPC-Superindetência do DNPM/MG
830.083/2001-CRUZEIRO DISTRIBUIDORA DE ÁGUAS, BEBIDAS EM GERAL LTDA ME-OF. N°1044/2018-FISC-DNPM/MG
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
830.225/1986-MINERAÇÃO VALE DO JACARE LTDA-AI N°1543/2016-FISC/DNPM/MG
830.566/1988-MINERAIS HERCULANO LTDA- AI N°432;433;434;435 e 436/2018-FISC-DNPM/MG
Fase de Lavra Garimpeira
Renova prazo de validade da Permissão de Lavra Garimpeira(523)
831.815/2011-HELI MOURA DE PAULA ME - PLG Nº 006/2012 de 13/09/2012- Vencimento em 19/09/2022
Fase de Licenciamento
Instaura processo administrativo de cancelamento do Registro de Licença/Prazo para defesa 30 dias.(658)
832.865/2002-AREAL LOBO LTDA - ME- NOT Nº629/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

830.725/1992-PORTO DE AREIA SÃO GERALDO LTDA.-OF. N°698/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.392/2009-COFERALL EXTRAÇÃO E COMÉRCO DE AREIA LTDA ME-OF. N°688/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.678/2010-FR TRANS TANIA LTDA-OF. N°78/2018-ERPC/MG-Fiscalização-Superindetência do DNPM/MG
834.507/2010-ABÍLIO ALVES DE LIMA NETO ME-OF. N°69/2018-ERPC-Superindetência do DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(722)
833.779/2004-NOVABRITA - BRITADORA NOVA SERRANA LTDA-OF. N°687/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.678/2010-FR TRANS TANIA LTDA-OF. N°55/2017-ERPC-Fiscalização-Superindetência do DNPM/MG
Não conhece requerimento protocolizado(1202)
832.339/2013-EUCELIA DA CUNHA FARIA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
830.727/2014-BRITAGEM SAO LUCAS LTDA
830.151/2016-COMERCIAL GRÃO DE AREIA LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
832.851/2016-EXTRAÇÃO DE AREIA ESTRELA DALVA LTDA-OF. N°686/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.111/2017-CERÂMICA VILA CRUZ LTDA-OF. N°696/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.303/2017-GERALDO MAGELA MOTA 29598753620-OF. N°692/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.321/2017-JUSCELINO JOSÉ PINTO-OF. N°693/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.544/2017-COMERCIAL F NASCIMENTO LTDA ME-OF. N°704/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.719/2017-MIGUEL EURICO DE CAMPOS ME-OF. N°699/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.189/2017-GUSTAVO VINICIUS SILVA CAMPOS-OF. N°683/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
833.498/2013-VICENTE PEREIRA DE LIMA ME-OF. N°675/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 193/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
834.660/2010-MTRANSMINAS MINERAÇÕES LTDA.-OF. N°730/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.114/2017-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. N°728/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.115/2017-NADSON TORRES SARMENTO ME-OF. N°728/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.798/2017-MIGUEL MARCOS GONÇALVES-OF. N°731/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.228/2017-JUSTINO DE SOUSA VIEIRA-OF. N°710/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.230/2017-RAIMUNDO SECUNDINO HELENO SILVA EPP-OF. N°709/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.234/2017-JOSE FERREIRA LEMOS-OF. N°713/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.257/2017-CRONUS INTERMEDIAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA ME-OF. N°711/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.308/2017-GIOVANE FARINAZZO GAVIO-OF. N°707/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.378/2017-ADAIR JOSÉ FERREIRA-OF. N°719/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.502/2017-NADICE MARIA PEREIRA SOUZA-OF. N°724/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.616/2017-RAFAEL PEREIRA GUIMARAES-OF. N°720/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.809/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI-OF. N°725/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.810/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI-OF. N°725/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.811/2017-YANG LOTEAMENTOS DE IMOVEIS EIRELI-OF. N°725/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.853/2017-SF FIFTYPARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S A-OF. N°727/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.854/2017-SF FIFTYPARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S A-OF. N°727/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.855/2017-SF FIFTYPARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S A-OF. N°727/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.057/2017-PANAYOTIS GEORGES AGORIANITIS-OF. N°708/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.202/2017-TREVISO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°712/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.211/2017-MG OXIDOS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°726/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.212/2017-MG OXIDOS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°726/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.213/2017-MG OXIDOS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°722/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.214/2017-MG OXIDOS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°729/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.215/2017-MG OXIDOS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°729/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
830.004/2010-ARAXÁ MINÉRIOS DO BRASIL EXTR. IND.COM.EXP.IMP.LTDA.-AI N°714/2018-FISC-DNPM/MG
830.022/2010-AFONSO BRADE TEIXEIRA-AI N°715/2018-FISC-DNPM/MG
830.180/2010-CLÁUDIO NOTINI BATISTA-AI N°716/2018-FISC-DNPM/MG
830.181/2010-ANDRE BAETA DINIZ-AI N°717/2018-FISC-DNPM/MG
830.324/2010-CONSTRUTORA ATERPA SA-AI N°718/2018-FISC-DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1726)
831.238/2010-ENEIDA LEMOS DE ANDRADE CINTRA FI-OF. N°75/2018/MG/ERPC-Superindetência do DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
831.519/2003-TIJOLEIRA CARDOSO LTDA- Registro de Licença N° 2281/2003 - Vencimento em 09/06/2019
831.489/2007-ARCELORMITTAL FLORESTAS LTDA.- Registro de Licença N° 3241/2007 - Vencimento em 15/02/2027
832.972/2010-AREAL LIDER LTDA ME- Registro de Licença N° 3598/2011 - Vencimento em 28/04/2022
832.384/2012-LUIZ CLAUDIO MACHADO ME- Registro de Licença N° 3943/2013 - Vencimento em 06/12/2021
833.179/2012-ELENITA SILVA BERGAMO ME- Registro de Licença N° 4085/2013 - Vencimento em 30/08/2022
833.999/2012-DIOVANI NORONHA DE FARIA ME- Registro de Licença N° 4359/2015 - Vencimento em 20/10/2019
830.893/2013-PEDREIRA SALINAS LTDA.- Registro de Licença N° 4305/2014 - Vencimento em 04/05/2021
831.519/2013-LUCIANO ANTONIO NARCÍSIO RESENDE- Registro de Licença N° 4260/2014 - Vencimento em 11/11/2020
832.914/2013-JAIME FAUSTO DA SILVA- Registro de Licença N° 4179/2014 - Vencimento em 18/09/2021
833.611/2013-CS CERÂMICA SALINAS TOP LTDA ME- Registro de Licença N° 4646/2016 - Vencimento em Indeterminado
834.025/2013-COMERCIAL COSTA E AGUILAR LTDA ME- Registro de Licença N° 4572/2015 - Vencimento em 13/04/2019
832.960/2014-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE AREIA JR LTDA ME- Registro de Licença N° 4807/2016 - Vencimento em 19/07/2020
830.187/2015-DRAGAGEM AREIA LIMPA LTDA-ME- Registro de Licença N° 4519/2015 - Vencimento em 31/05/2019
831.796/2015-OSMANDO DE ARAÚJO MOREIRA ME- Registro de Licença N° 4539/2015 - Vencimento em 17/04/2019
832.411/2015-EMPREENDIMENTO AREEIRO FILADÉLFIA COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME- Registro de Licença N° 4782/2016 - Vencimento em 29/08/2021
832.435/2015-GOMES E FILHOS PEDRAS LTDA. ME- Registro de Licença N° 4853/2017 - Vencimento em 01/08/2019
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
831.665/2002-ENEIDA LEMOS DE ANDRADE CINTRA FI-OF. N°74/2018/ERPC-Superindetência do DNPM/MG
830.166/2004-JAZIDA DE AREIA IBIRACI LTDA ME-OF. N°85/2018/MG/ERPC-Superindetência do DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
830.166/2004-JAZIDA DE AREIA IBIRACI LTDA ME-OF. N°84/2018/MG/ERPC-Superindetência do DNPM/MG
832.454/2009-JOSÉ EURÍPEDES FERREIRA DOS SANTOS EPP-OF. N°79/2018/MG/Superindetência do DNPM/MG
830.660/2011-JOSÉ PEREIRA DE ANDRADE-OF. N°80/2018/MG/FISC-Superindetência do DNPM/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
831.440/2016-ENGEPAR EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇOES LTDA EPP-OF. N°689/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
832.211/2016-JOSINA JESUS DE SOUZA-OF. N°683/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.072/2017-GUSTAVO LOPES MAGALHAES-OF. N°694/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.204/2017-MARIA BRAGA GUIMARÃES MAIA ME-OF. N°679/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.234/2017-CASCALHEIRA BOA VEREDA LTDA ME-OF. N°678/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.250/2017-CERÂMICA MINAS BAHIA LTDA-OF. N°684/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
830.566/2017-O. S. TRANSPORTES E CONSTRUTORA LTDA ME-OF. N°690/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
831.742/2017-LUIZ ALBERTO MONTEIRO DE BARROS-OF. N°706/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 194/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
833.403/2011-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A
830.125/2012-KÉNTRON MINERAÇÃO LTDA
832.780/2016-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA
830.644/2017-EPNA CONSULTORIA AMBIENTAL E EMPRESARIAL LTDA ME
831.010/2017-MIB MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA
831.011/2017-MIB MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA
831.013/2017-MIB MINERAÇÃO IBIRITÉ LTDA
831.384/2017-MJ GRANITOS LTDA ME
831.432/2017-MJ GRANITOS LTDA ME
831.444/2017-ORO PARTICIPAÇÕES E NEGÓCIOS LTDA
831.483/2017-ROBERTA DO SOCORRO GONÇALVES COSTA
832.129/2017-KINROSS BRASIL MINERAÇÃO S A
830.348/2018-SERRA AZUL GRANITOS LTDA. ME
Fase de Licenciamento
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
833.630/2008-CERÂMICA HS LTDA

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 195/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho publicado(256)
831.633/2013-CAULIM TOTAL PREMIUM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-Determina a apresentação de licença ambiental conforme Of.Nº47/2018-ERPC-Superintendência do DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
835.018/1993-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-OF. N°88/2018/ERPC-Superindetência do DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº196/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.830/2007-LUCIANO VERSIANI RIBEIRO-OF. N°87/2018/ERPC-Superindetência DNPM/MG
831.359/2012-BAI MINERAÇÃO LTDA-OF. N°73/2018-ERPC-Superindetência do DNPM/MG
833.897/2012-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-OF. N°55/2018-ERGV-Superindetência/DNPM/MG
830.180/2013-ASAMAR SA-OF. N°1066/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
830.181/2013-ASAMAR SA-OF. N°1065/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
830.182/2013-ASAMAR SA-OF. N°1068/2018-Fiscalização/ DNPM/MG
832.668/2013-AREEIRO MUZAMBO LTDA-OF. N°68/2018-ERPC-Superindetência do DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 197/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
832.048/2011-ESTRELA DO SUL MINERAÇAO LTDA-Área de 402,66 ha para 84,09 ha-Diamante
830.464/2013-MINERAÇÃO RIO CLARO M.V. LTDA.-Área de 458,00 ha para 48,56 ha-Areia
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
831.887/2003-CARLOS FERNANDO RODRIGUES DA PAZ-Granito

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 198/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
832.552/2009-ATLÂNTICA MINAS EMPREENDIMENTOS, PARTICIPAÇÕES E MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°4672/2013
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
830.881/2012-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.-ALVARÁ N°13192/2013

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

831.669/2013-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-ALVARÁ N°11942/2014
832.378/2013-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°315/2015
832.889/2013-SIGMA MINERAÇÃO S.A.-ALVARÁ N°529/2015
833.114/2013-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°316/2015
833.115/2013-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°317/2015
833.116/2013-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°318/2015
833.117/2013-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°319/2015
833.118/2013-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°320/2015
833.119/2013-MINERAÇÃO COLINA LTDA-ALVARÁ N°321/2015

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 199/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
833.613/2006-FERNANDO ESTEVES FERNANDES

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 200/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
832.441/2014-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- AI N°05/2018-Superindetência/ DNPM/MG-ERPM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
831.295/2000-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-OF. N°49 e 50/2018-ERGV-Superindetência/DNPM/MG
833.832/2004-GRANITOS E MARMORES MACHADO LTDA. EPP-OF. N°45 e 46/2018-ERGV-Superindetência/DNPM/MG
830.610/2011-VENDOME MINE MINERAÇÃO IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO E PESQUISA LTDA-OF. N°114/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
832.222/2012-ZANCA MINERACAO LTDA ME-OF. N°43 e 44/2018-ESCGV-Superindetência/DNPM/MG
832.694/2012-CENTER POÇOS MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°119/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
833.896/2012-MINERAÇÃO MATA VERDE LTDA ME-OF. N°52;53 e 54/2018-ERGV-Superindetência/ DNPM/MG
831.756/2013-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°120/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
831.813/2012-SAG MINERAÇÃO EIRELI-OF. N°56/2018-ERGV-Superindetência/DNPM/MG
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
831.544/2009-ANTÔNIO PINHEIRO TEIXEIRA-AI N°710/2018-FISC-DNPM/MG
832.078/2009-AILSON BARBOSA MOREIRA-AI N°720/2018-FISC-DNPM/MG
832.241/2009-JAIR D ELEUTERIO ME-AI N°711/2018-FISC-DNPM/MG
832.561/2009-MARCOS AENDER DOS REIS-AI N°712/2018-FISC-DNPM/MG
832.567/2009-JOAQUIM ANTONIO RESENDE-AI N°721/2018-FISC-DNPM/MG
832.661/2009-FLOEMA CONSULTORIA E SERVIÇOS AMBIENTAIS, FLORESTAIS E AGROPECUÁRIOS LTDA.-AI N°713/2018-FISC-DNPM/MG
830.327/2010-HENRIQUE MENDES ALTIVO-AI N°719/2018-FISC-DNPM/MG
830.562/2010-CLÓVIS RIBEIRO GUIMARÃES-AI N°722/2018-FISC-DNPM/MG
833.671/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA-AI N°723/2018-FISC-DNPM/MG
830.539/2013-JOÃO RIBEIRO-AI N°724/2018-FISC-DNPM/MG
831.656/2013-M.B.M. MINAS BRASIL MINÉRIOS LTDA-AI N°725/2018-FISC-DNPM/MG
832.274/2013-PEDROURO CONSTRUTORA LTDA.-AI N°726/2018-FISC-DNPM/MG
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
831.841/1986-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°58/2018-ERGV-Superindetência/DNPM/MG
831.350/1993-MINERAÇÃO AREADO ABAETÉ LTDA-OF. N°128/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
831.332/2002-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA-OF. N°105;112 e 113/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
830.560/2003-MINERAÇÃO PEDRA DURA LTDA-OF. N°106 e 111/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
831.303/2007-JHC MINERADORA PEDRAS ORNAMENTAIS ME-OF. N°117 e 118/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
831.850/2007-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-OF. N°121/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
830.878/2012-GAR MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S. A.-OF. N°129/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
831.971/2014-MINERAÇÃO ANGULAR LTDA.-OF. N°877/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
831.878/2001-MINAS GEMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.- AI N°03/2018-Superindetência/ DNPM/MG-ERPM
832.683/2010-Cláudio Dornelas Gonçalves- AI N°02/2018-Superindetência/ DNPM/MG-ERPM
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
832.292/2001-MINASILICIO GMA MINERADORA LTDA-OF. N°808/2018-DGTM/SUPRIN/DNPM/MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
831.841/1986-MARCEL MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°57/2018-ERGV-Superindetência/DNPM/MG
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
817.223/1971-MINERAÇÃO DANIEL TOGNI LOUREIRO LTDA-OF. N°81/2018/ERPC-Superindetência do DNPM/MG
831.094/1997-EXTRAÇÃO DE AREIA CARLU LTDA.-OF. N°130/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
830.218/2009-JOÃO EVANGELISTA DA SILVA-OF. N°387;133/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
Auto de infração lavrado- Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(576)
833.660/2004-Cooperativa dos Garimpeiros da Região de Coromandel- AI N°04/2018-Superindetência/ DNPM/MG-ERPM
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1715)
830.218/2009-JOÃO EVANGELISTA DA SILVA- AI N°1618,1619 e 1620-MG
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1740)
831.669/2007-CAETANO RODRIGUES DIAS-OF. N°107/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
830.218/2009-JOÃO EVANGELISTA DA SILVA-OF. N°386;131/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
834.176/2010-COMPANHIA DOS METAIS E PEDRAS PRECIOSAS DO BRASIL EIRELI-OF. N°132/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
832.404/2006-MARCIO DE CARVALHO- Registro de Licença N° 3003/2006 - Vencimento em 30/01/2020
831.991/2007-LUCIANA RESENDE ÁVILA- Registro de Licença N° 3402/2009 - Vencimento em 29/03/2019
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
832.642/2015-ADMIR ANTONIO TREVISAN-OF. N°77/2018/MG-ERPC-Superindetência do DNPM/MG
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina arquivamento definitivo do processo(1147)
830.199/2018-COMERCIAL DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DOIS AMIGOS LTDA
Homologa desistência do requerimento de Mudança de regime(1981)
830.199/2018-COMERCIAL DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO DOIS AMIGOS LTDA - Processo Original 831.771/2014

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 201/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
832.504/2006-FERRARIA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A-AI N°727/2018-FISC-DNPM/MG
833.371/2008-COMERCIAL EXPORTADORA RINOLDI LTDA-AI N°728/2018-FISC-DNPM/MG
831.069/2009-JOSÉ NÉRIO NOGUEIRA ME-AI N°729/2018-FISC-DNPM/MG
831.301/2009-MARCUS GUTEMBERG PIRA-AI N°730/2018-FISC-DNPM/MG
832.335/2009-RODOLFO CARVALHO DE AGUIAR-AI N°731/2018-FISC-DNPM/MG
832.336/2009-RODOLFO CARVALHO DE AGUIAR-AI N°732/2018-FISC-DNPM/MG
832.589/2009-JOSÉ GERALDO MENDES-AI N°733/2018-FISC-DNPM/MG
832.762/2009-MAR AZUL MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-AI N°734/2018-FISC-DNPM/MG
833.013/2009-SÃO GREGÓRIO AGROPECUÁRIA S.A-AI N°735/2018-FISC-DNPM/MG
833.663/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA-AI N°736/2018-FISC-DNPM/MG
833.670/2010-CAZER MINERAÇÃO LTDA-AI N°737/2018-FISC-DNPM/MG
831.904/2013-FERRARIA COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES S.A-AI N°738/2018-FISC-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 205/2018/MG

Fase de Requerimento de Lavra
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
831.997/2008-ARAXÁ METALS S.A.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
831.997/2008-ARAXÁ METALS S.A.-OF. N°126/2018-ERPM-Superindetência do DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 49/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1711)
846.255/2009-MINERAÇÃO GRAMAME LTDA- AI N°363/2017
846.281/2010-PAULO SÉRGIO DE ASSUNÇÃO SANTIAGO- AI N°70/2017
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
846.013/1998-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°174/2018
846.014/1998-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°175/2018
846.064/1998-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°176/2018
846.065/1998-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°177/2018
846.073/1998-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°178/2018
846.293/2002-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°180/2018
846.339/2002-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°181/2018
846.168/2003-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA- AI N°182/2018

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 50/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
846.020/2009-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°879/2018
846.115/2010-DORILENE SOARES THORPE-OF. N°457/2018
846.116/2010-DORILENE SOARES THORPE-OF. N°622/2018
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
846.090/2017-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-MONTE HOREBE/PB - Guia n° 007/2018-2.800toneladas-quartzito- Validade:23/02/2019
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
846.103/2017-MAXWELL LEITE -Alvará N°7432/2017
846.104/2017-MAXWELL LEITE -Alvará N°7433/2017
Não conhece o recurso interposto(1837)
846.013/2010-Interposto porTasso Roberto de Araujo Nobrega
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.268/2014-MINERACAO YAYU LTDA ME-Registro de Licença N° 471/2018 - Vencimento em Indeterminado
846.276/2015-NOVA JERUSALEM MINERACAO, COMERCIO E SERVICOS LTDA ME-Registro de Licença N° 469/2018 - Vencimento em 03/01/2021
846.246/2016-IBC INDUSTRIA DE BLOCOS CERAMICOS EIRELI ME-Registro de Licença N° 472/2018 - Vencimento em 14/03/2026
846.115/2017-DALMO MARCELLO DE BRITO PRIMO-Registro de Licença N° 470/2018 - Vencimento em 24/07/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
846.010/2017-JOSÉ GOMES DE LIMA IRMÃO-OF. N°662/2018

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

846.135/2017-CONSERV CONSTRUTORA LTDA ME-OF. N°663/2018
846.145/2017-SEVERINO DOS RAMOS CARLOS BATISTA ME-OF. N°882/2018
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
846.086/2015-MICHELINE DA SILVA PEREIRA CESAR-OF. N°819/2017
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
846.138/1999-ARNOBIO FIRMINO DA SILVA- Registro de Licença N° 073/2000 - Vencimento em 10/11/2019
846.195/2010-MAMOABA AGRO PASTORIL S A-Registro de Licença N° 283/2011 - Vencimento em 30/05/2018
846.196/2010-MAMOABA AGRO PASTORIL S A-Registro de Licença N° 284/2011 - Vencimento em 30/05/2018
846.197/2010-MAMOABA AGRO PASTORIL S A-Registro de Licença N° 285/2011 - Vencimento em 30/05/2018
846.198/2010-MAMOABA AGRO PASTORIL S A-Registro de Licença N° 286/2011 - Vencimento em 30/05/2018
846.199/2010-MAMOABA AGRO PASTORIL S A-Registro de Licença N° 287/2011 - Vencimento em 30/05/2018
846.179/2013-LUCIA DE FATIMA FERNANDES VIDAL DE NEGREIROS- Registro de Licença N° 340/2013 - Vencimento em 04/03/2019
846.254/2014-INDUSTRIA DE CERAMICA BOM PRODUTO LTDA.- Registro de Licença N° 421/2016 - Vencimento em 24/01/2020
846.184/2016-IBEROBRAS CONSTRUÇÃO CIVIL E EMPREITADAS- Registro de Licença N° 435/2017 - Vencimento em 16/01/2019
846.186/2016-I. M. COMÉRCIO E TERRAPLENAGEM LTDA- Registro de Licença N° 436/2017 - Vencimento em 16/01/2019

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 53/2018/PB

Fase de Requerimento de Pesquisa
Despacho publicado(156)
846.019/2017-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-TORNO SEM EFEITO o despacho que DECLAROU A NULIDADE do alvará de pesquisa nº 6.740/2017, publicado no DOU.
846.109/2017-VULCANO EXPORT MINERAÇÃO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA.-NÃO CONHEÇO o recurso apresentado em desfavor do indeferimento do requerimento de autorização de pesquisa, em face da sua intempestividade.

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
846.538/2008-VPX MINERAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - AI N°008/2017
846.560/2008-SOLEMINAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA - AI N°344/2016
846.012/2009-TANTALITA EXTRAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA. - AI N°343/2016
846.056/2009-JORGE MADRUGA DE CARVALHO - AI N°225/2016
846.241/2009-VICENTE DE PAULA LUCENA DE OLIVEIRA - AI N°010/2017
846.253/2009-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA - AI N°003/2017
846.257/2009-SUENIA DA SILVA VIEIRA ME - AI N°230/2016
846.259/2009-DIOGO CAVALCANTI DE OLIVEIRA - AI N°338/2016
846.291/2009-MINERAÇÃO COTO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - AI N°004/2017
846.001/2010-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA - AI N°233/2015
846.002/2010-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA - AI N°235/2015
846.003/2010-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA - AI N°234/2015
846.010/2010-LOGUIMINAS SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA - AI N°237/2015
846.029/2010-CARIOCA CHRISTIANI NIELSEN ENGENHARIA S A - AI N°012/2017
846.049/2010-SEVERINO LISBOA DE LUCENA - AI N°006/2017
846.085/2010-MIBRASA MINÉRIOS BRASILEIROS LTDA. - AI N°044/2017
846.122/2010-V RAMOS COMERCIO DE AREIA LTDA. - AI N°1/2017
846.215/2010-SILITEC SILICIO TECNOLÓGICO LTDA - AI N°223/2015
846.258/2010-ARTHUR ROCHA CESAR FERNANDES - AI N°204/2016
846.266/2010-JOSÉ FERREIRA TAVARES - AI N°257/2015
846.276/2010-JOSÉ FERREIRA TAVARES - AI N°308/2016
846.340/2010-VICENTE DE PAULA LUCENA DE OLIVEIRA - AI N°179/2016
846.044/2011-TANILSON TARSO NOBREGA SOARES - AI N°253/2015
846.305/2011-FORTMINE BRASIL MINÉRIOS LTDA - AI N°209/2016
846.519/2011-PRIME MINERAÇÃO LTDA. - AI N°172/2016
846.606/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA - AI N°173/2016
846.610/2011-MINERAÇÃO DIAMANTINA LTDA - AI N°211/2016
846.679/2011-CAULINIA MINERIOS LTDA ME - AI N°171/2017
846.008/2012-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP - AI N°312/2016
846.240/2012-HERCULES CUNHA - AI N°364/2017
846.156/2013-CERÂMICA SANTA CÂNDIDA LTDA - AI N°273/2016
Fase de Disponibilidade
Multa aplicada/ prazo para pagamento 30 dias.(1843)
846.065/2012-NILSON LUIZ DE MAIA MACEDO -AI N°307/2016

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 55/2018/PB

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
846.251/2005-OLIMPIO QUEIROGA DE OLIVEIRA - AI N°330/2016
846.321/2005-VPX MINERAÇÃO INDUSTRIAL LTDA. - AI N°348/2016
846.295/2007-OLIMPIO QUEIROGA DE OLIVEIRA - AI N°327/2016
846.525/2007-ROBERTO JORDÃO DE OLIVEIRA - AI N°329/2016
846.043/2008-DBM-DECANTAMENTO BENEFICIAMENTO E COMÉRCIO DE MINERAIS LTDA - AI N°226/2015
846.106/2008-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DO BRASIL LTDA - AI N°326/2016
846.276/2008-JOSE MARCOS PAULINO ARAUJO - AI N°157/2015
846.487/2008-MGL - MINERAÇÃO GUARARAPES LTDA - AI N°228/2015
846.533/2008-MINERAÇÃO SANTA LUZIA DO BRASIL LTDA - AI N°353/2016
846.562/2008-ELIZABETH PRODUTOS CERÂMICOS LTDA - AI N°350/2016
846.104/2009-VICENTE DE PAULA LUCENA DE OLIVEIRA - AI N°226/2016
846.129/2009-VALTER MARCONE MEDEIROS - AI N°228/2016
846.242/2009-JOSÉ NILSON CRISPIM - AI N°340/2016
846.243/2009-CERÂMICA SANTA BARBARA LTDA - AI N°255/2015
846.268/2009-DENNIS DE BARROS COELHO SARMENTO - AI N°337/2016
846.278/2009-SIDNEY DINIZ DE ALMEIDA - AI N°341/2016
846.025/2010-PERNAMBUCO QUIMICA S A - AI N°013/2017
846.173/2010-SEBASTIÃO MAURÍLIO GOMES PEGO - AI N°156/2015
846.178/2010-WANDENBERG BISMARCK COLAÇO LIMA - AI N°252/2015
846.183/2010-ARMINDO DUTRA TEIXEIRA - AI N°172/2017
846.310/2010-CESAR ENGENHARIA LTDA. - AI N°154/2016
846.337/2010-MINEGRAN MINERAIS E GRANITOS DO NORDESTE LTDA. - AI N°181/2016
846.343/2010-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA - AI N°205/2016
846.190/2011-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA - AI N°305/2016
846.191/2011-SÉRGIO MURILO MACIEL FRANCA - AI N°300/2016
846.276/2011-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - AI N°215/2016
846.279/2011-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP - AI N°310/2016
846.280/2011-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP - AI N°311/2016
846.281/2011-RILDO CAVALCANTI FERNANDES JUNIOR EPP - AI N°309/2016
846.328/2011-EDSON LUIZ BATISTA DA SILVA - AI N°175/2016
846.500/2011-FELIPE MARSICANO FRANCA - AI N°210/2016
846.526/2011-MITRA MINERAÇÃO E LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA. - AI N°183/2016
846.083/2012-COMPANHIA INDUSTRIAL DE VIDROS CIV - AI N°140/2017
846.277/2012-FELIPE MARSICANO FRANCA - AI N°191/2016
846.406/2012-MARCUS VINÍCIUS FERNANDES DE MELO - AI N°301/2016
846.079/2014-G C DO AMARAL SERTANIA - AI N°002/2017

FREDERICO EINSTEIN DE MIRANDA

SUPERINTENDÊNCIA NO PARANÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2018/PR

Fase de Autorização de Pesquisa
Retifica despacho de aprovação do Relatório Final de Pesquisa(1782)
826.273/2009-VERDAU MINERAÇÃO LTDA. - Publicado DOU de 05/06/2017, Relação n° 36/2017, Seção 1, pág. 129- ONDE SE LÊ: "... Aprova o Relatório de Pesquisa...", LEIA-SE: "... Aprova o Relatório de Pesquisa com Redução de Área de 962,87 para 684,80 hectares...".
826.264/2013-PEDRO FERNANDO FERREIRA - Publicado DOU de 19/04/2018, Relação n° 23/2018, Seção 1, pág. 47- Onde se lê: "826.264/2013-PEDRO FERNANDO FERREIRA-Diabásio", leia-se "826.264/2013-PEDRO FERNANDO FERREIRA-Basalto".

HUDSON CALEFE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 31/2018/PR

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias.(1713)
004.656/1943-SOCIEDADE CAL PARANA LTDA- AI N°194
005.682/1951-MINERADORA MONTE ALEGRE LTDA-AI N°213
801.261/1969-EMPRESA DE MINERAÇÃO ÁGUA MINERAL PRIMAVERA LTDA- AI N°200
807.513/1972-EMPRESA DE MINERAÇÃO BUCK LTDA- AI N°181
811.874/1972-AGROMINERAL SANTA FÉ INDÚSTRIA E COMÉRCIO- AI N°211
803.000/1973-ITAJARA MINÉRIOS LTDA- AI N°199
807.370/1973-ITA CAL LTDA.- AI N°184
814.512/1973-ITAIACOCA S A MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO- AI N°189
814.515/1973-ITAIACOCA S A MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO- AI N°188
816.005/1973-ITACOLOMBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- AI N°192
816.868/1973-ITACOLOMBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- AI N°191
801.415/1974-ITA CAL LTDA.- AI N°183
803.380/1974-MORRO BRANCO MINERAÇÃO LTDA-AI N°164
810.324/1974-ITAIACOCA S A MINERAÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO- AI N°187
801.042/1976-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- AI N°210
801.983/1976-FELIPPE MASCARO- AI N°196
813.043/1976-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- AI N°209
805.372/1977-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- AI N°208
800.385/1978-ITA CAL LTDA.- AI N°182
802.698/1978-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- AI N°207
820.108/1978-SOMIBRÁS SOCIEDADE DE MINERAÇÃO BRASILEIA LTDA.- AI N°174
820.188/1979-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- AI N°206
820.907/1980-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- AI N°205
820.074/1981-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- AI N°204
820.299/1983-GRAMINERIOS MINERAÇÃO E TRANSPORTES LTDA- AI N°212
820.723/1983-TIBAGI ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.- AI N°185
820.820/1987-PRECIOSA EMPRESA DE MINERAÇÃO LTDA- AI N°216
826.053/1988-ITACOLOMBO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS LTDA- AI N°190
826.040/1990-OCA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA- AI N°178
826.150/1990-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A- AI N°203
826.449/1991-CONSTRUTORA PUSSOLI S/A- AI N°195
826.009/1992-EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO- AI N°198

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

826.494/1996-JOSÉ MAURI ZAMPIERI - ME- AI N°215
826.912/1996-PEDREIRA CANDÓI LTDA ME- AI N°163
826.605/1998-TRANSMINÉRIO EXTRAÇÃO DE AREIA E PEDRA LTDA- AI N°167
826.223/1999-MINERAÇÃO DE AREIA MARTINS LTDA- AI N°166
826.382/1999-XINGÚ CONSTRUTORA LTDA- AI N°162
826.223/2002-CERÂMICA GNATTA LTDA- AI N°197
826.098/2003-CERAMICA SETENTA LTDA- AI N°186
826.386/2006-FONTE DE ÁGUA MINERAL SIQUEIRENSE EIRELI- AI N°171
826.065/2011-COMERCIAL LONDRINENSE DE EXPLOSIVOS E MINERAÇÃO LTDA- AI N°193

HUDSON CALEFE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2018/PR

Fase de Autorização de Pesquisa
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
826.541/2011-MINERAÇÃO REALEZA LTDA - AI N°135
826.794/2011-MINERAÇÃO TABIPORÃ LTDA - AI N°67
826.942/2011-ROQUE DAGA - AI N°84
826.426/2012-DELTA DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MINÉRIOS LTDA. - AI N°109
826.641/2012-TERRA PURA INDUSTRIA E COMERCIO DE CERÂMICA LTDA. - AI N°97
826.760/2012-LUCIO IRAJÁ FURTADO - AI N°91
826.349/2013-LAFAIETE LUIZ CHANDELIER JUNIOR - AI N°134
826.623/2013-MINERIUM DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - AI N°108
826.802/2013-MS MINÉRIOS DO BRASIL LTDA - AI N°107
826.965/2013-RSGK - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - AI N°106
827.065/2013-VERDAU MINERAÇÃO LTDA. - AI N°105
827.066/2013-VERDAU MINERAÇÃO LTDA. - AI N°104
827.067/2013-VERDAU MINERAÇÃO LTDA. - AI N°103
827.068/2013-VERDAU MINERAÇÃO LTDA. - AI N°102
827.069/2013-VERDAU MINERAÇÃO LTDA. - AI N°101
827.070/2013-VERDAU MINERAÇÃO LTDA. - AI N°100
827.071/2013-VERDAU MINERAÇÃO LTDA. - AI N°99
826.111/2014-ADIR JOSE MACHADO - AI N°88
826.425/2014-MARILENE ASSUMÇÃO FONTANA - AI N°94
827.009/2014-COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE MINÉRIOS BALSA NOVA LTDA. - AI N°66
827.023/2014-JOSÉ CAETANO FERREIRA - AI N°93
827.025/2014-JOSÉ CAETANO FERREIRA - AI N°131
826.064/2015-CARLOS GRANDI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA - AI N°79
826.147/2015-R. ZEMAN AREIA - AI N°78
826.153/2015-A.L.R.SILVA JACAREZINHO - ME - AI N°161
826.176/2015-WADIR BRANDÃO - AI N°75
826.203/2015-CLÁUDIO DA CRUZ FRANCO - AI N°130
826.208/2015-ANTONIO ELOI FONTANA DE PAULI - AI N°129
826.236/2015-RIVALCIR ROSA SANS - AI N°160
826.238/2015-OSVALDO THIBES CHAVES DE OLIVEIRA - AI N°74
826.247/2015-JOSÉ ANTONIO VOLPI DA SILVA - AI N°73
826.321/2015-GABRIELA SCABELLO MILAZZO TAQUES - AI N°126
826.324/2015-A. ROSSATO AGROPECUÁRIA LTDA. - AI N°123
826.338/2015-GENTIL DOS SANTOS OLIBONI - AI N°119
826.373/2015-MASAKI FUJIWARA - AI N°159
826.388/2015-PAULO CESAR DA SILVA - AI N°157
826.456/2015-RESERVA BRASIL MINERAÇÃO LTDA. - AI N°152
826.463/2015-PEDRO LUIZ VENIER ME - AI N°118
826.510/2015-D.M. MARQUES ME - AI N°86
826.020/2016-RODRIGO NODARI ME - AI N°117
826.214/2016-MINERAÇÃO SUL MINAS LTDA ME - AI N°72
826.215/2016-PICCINI & CIA LTDA - AI N°82
826.275/2016-RAFAEL HEMILIO MARQUES - AI N°112
826.280/2016-IVAN KIST - AI N°111
826.321/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP - AI N°110
826.322/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP - AI N°150
826.323/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP - AI N°149
826.324/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP - AI N°148
826.325/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP - AI N°147
826.332/2016-A. D. SOVINSKI RAIZER CIA LTDA EPP - AI N°146
826.334/2016-IMPÉRIO IMÓVEIS LTDA - AI N°145
826.357/2016-GENOIR MINOZZO - AI N°144
826.370/2016-EVERTON NEY JOSÉ - AI N°140
826.377/2016-VALDIR SOARES - AI N°139
826.379/2016-CERÂMICA KIBASE LTDA ME - AI N°137
826.502/2016-HIDRELÉTRICA SANTA BRANCA S.A. - AI N°136

HUDSON CALEFE

SUPERINTENDÊNCIA NO PIAUÍ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 22/2018/PI

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)
Britaplan Mineracao Ltda - 803262/16
Emannuel Wellison da Silva Carvalho - 803163/16, 803164/16
Francisco Inacio Milanez - 803081/14
Henrique Alcântara Avelino - 803116/16, 803118/16
Inaldo Oliveira Barros - 803127/17
Kaliane de Assis Sousa - 803424/13
Plinio de Almeida Boson - 803233/15

ELISEU EMÍDIO NEVES CAVALCANTI
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2018/RS

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
811.324/2016-MAILSON MARASCA- DOU de 30/10/2017
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
810.282/1991-JOHRMANN MINERAÇÃO E TERRAPLENAGEM LTDA- Licenciamento N°2678/2004-"Onde a respectiva poligonal passa a ter o memorial conforme descrito na minuta em anexo Fls. nº 350.
810.357/2007-LEAMAR T TEIXEIRA- Licenciamento N°110/2008-"Onde a respectiva poligonal passa a ter o memorial conforme descrito na minuta em anexo Fls. nº126.
810.383/2010-AREEIRA VITÓRIA LTDA.- Licenciamento N°72/2010-"Onde a respectiva poligonal passa a ter o memorial conforme descrito na minuta em anexo Fls. nº 123.
810.262/2011-PEDREIRA ZO SASSI LTDA.- Licenciamento N°107/2011-"Onde a respectiva poligonal passa a ter o memorial conforme descrito na minuta em anexo Fls. nº 29.
811.166/2011-BRITA IBIRUBÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA- Licenciamento N°160/2015-"Onde a respectiva poligonal passa a ter o memorial conforme descrito na minuta em anexo Fls. nº 88.
811.392/2011-ASTER MINERAÇÃO COMÉRCIO E TERRAPLENAGEM LTDA- Licenciamento N°029/2012- Alteração da Razão Social do Registro de Licença para: "Aster-Mineração, Comércio e Terraplenagem Ltda"
810.903/2012-JÂNIO JOSÉ SCHENAL- Licenciamento N°188/2017-"Onde a respectiva poligonal passa a ter o memorial conforme descrito na minuta em anexo Fls. nº 51.
811.426/2012-CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA- Licenciamento N°196/2013-"Onde a respectiva poligonal passa a ter o memorial conforme descrito na minuta em anexo Fls. nº 79.
811.181/2016-COMÉRCIO DE PEDRAS BELA VISTA LTDA- Licenciamento N°04/2017-Onde a respectiva poligonal passa a ter o memorial conforme descrito na minuta em anexo Fls.nº77
Torna sem efeito despacho de indeferimento(769)
810.072/2007-MAGLIANE ALVES ME- Publicado DOU de 15/03/2018
810.610/2007-DALPIAZ BASALTO, BRITA E MATERIAIS DE REPOSIÇÃO LTDA.- Publicado DOU de 31/01/2018
Retificação de despacho(1391)
810.525/2015-LUIZ CARLOS TELLECHEA DA SILVA - Publicado DOU de 29/03/2018, Relação n° 13/2018, Seção 1, pág. - Onde se lê:..."Cessionário: Noemi Rosalina Schumacher Me, CPF.:932.613.490-34", Leia-se:"Cessionário: Noemi Rosalina Schumacher Me, CNPJ: 07.204.406/0001-35"
Torna sem efeito despacho publicado(1417)
810.907/2012-AREMAX MINERAÇÃO LTDA.- DOU de 27/09/2017

ROBERTO FERRARI BORBA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 46/2018/RJ

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
890.002/2017-AREAL SÃO ROQUE DE DRENAGEM MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°664/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.030/2018-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°748/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.058/2018-JOJU EXTRAÇÃO E COMERCIO DE MINERAIS LTDA ME-OF. N°722/2018/DGTM/DNPM/RJ
Fase de Autorização de Pesquisa
Não conhece requerimento protocolizado(270)
890.682/2014-NOVA ERA MINERAÇÃO LTDA
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.029/2010-FRANCINIR ANTONIO SANCHES
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.667/2012-MINERAÇÃO NOVA ERA LTDA-Cessionário:G.S EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-CPF ou CNPJ 82.096.314/0001-02- Alvará n°1677/2014
890.117/2017-JULIO CEZAR PORTUGAL VALENTE-Cessionário:AREAL VALE DAS ANDORINHAS LTDA.- CPF ou CNPJ 01.968.173/0001-60- Alvará n°7.166/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
819.872/1971-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°593/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.318/2006-J N GRANFIM MINERAÇÃO LTDA. ME-OF. N°592/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.176/2010-TRÊS IRMÃOS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°858/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.062/2011-ULTRA STONE MINERAÇÃO ERELI-OF. N°712/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.035/2013-AREAL FERNANDES E LIMA LTDA-OF. N°612/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.285/2013-COMÉRCIO DE AREIA PRIMAVERA LTDA - ME-OF. N°602/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.333/2014-HEBRUFI MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°748/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.166/2017-EXTRAÇÃO DE PEDRAS BOA VISTA PADUANA LTDA-OF. N°898/2018/DGTM/DNPM/RJ
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
890.106/2007-VALLE SUL PAVIMENTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°874/2018/DGTM/DNPM/RJ-60 dias
890.417/2008-HEBRUFI MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°881/2018/DGTM/DNPM/RJ-60 dias
890.336/2010-GRANIGEO CONSULTORIA LTDA. EPP.-OF. N°883/2018/DGTM/DNPM/RJ-60 dias
890.981/2011-BLACK MUD FOUR EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-OF. N°604/2018/DGTM/DNPM/RJ-60 dias
Reitera exigência(366)
890.839/2011-MULTIBLOCO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.-OF. N°603/2018/DGTM/DNPM/RJ-180 dias
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.215/1998-MINERAÇÃO SERGIPE S A- Alvará n° 2.153/2000 - Cessionário: MINERAÇÃO DELTA DO RIO S.A.-CNPJ 14.822.457/000196
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
804.784/1975-LAFARGEHOLCIM (BRASIL) S.A.-OF. N°594/2018/DGTM/DNPM/RJ
Fase de Licenciamento
Determina o cancelamento do Registro de Licença(704)
851.601/1977-IRMÃOS ALVES CONCEIÇÃO LIMITADA - Registro de Licença N° 52/1982 - Publicado no DOU de 25/03/1982
Fase de Disponibilidade
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
890.787/2011-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 48/2018/RJ

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização
de Pesquisa para Licenciamento(186)
890.900/2014-AREAL PORTO DAS BARCAS LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.449/2000-EMPRESA DE MINERAÇÃO JEQUITIBA DE BOM JARDIM LTDA-OF. N°857/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.046/2013-JOSÉ LUIZ DOS SANTOS MINERAÇÃO ME-OF. N°663/2018/DGTM/DNPM/RJ
890.985/2014-CERÂMICA ARGIBEM LTDA.-OF. N°673/2018/DGTM/DNPM/RJ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

890.061/2016-CÓRREGO RICO TRANSPORTE E CONSTRUÇÃO LTDA-OF. N°717/2018/DGTM/DNPM/RJ

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

890.029/1982-VALLE SUL SERVICOS E MINERACAO LTDA- Registro de Licença N° 204/1982 - Vencimento em 23/01/2019

890.336/2007-L. F. FURTADO DA GRAÇA ME- Registro de Licença N° 2.464/2007 - Vencimento em 05/10/2037

890.375/2009-L C N PONCIANO TERRAPLENAGEM ME- Registro de Licença N° 2.564/2009 - Vencimento em 05/10/2019

890.389/2009-EXTRATORA DE AREIA VOLTA REDONDA LTDA- Registro de Licença N° 2.578/2010 - Vencimento em 08/11/2022

890.227/2010-WAGNER LINHARES INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA- Registro de Licença N° 2.593/2010 - Vencimento em 20/12/2021

890.595/2010-CERAMICA SÃO PEDRO DE CAMPOS LTDA- Registro de Licença N° 2.672/2011 - Vencimento em 19/06/2019

890.430/2011-LIG MUNCK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI ME- Registro de Licença N° 2.650/2011 - Vencimento em 13/06/2021

890.991/2011-CERÂMICA TABATINGA LTDA- Registro de Licença N° 2.902/2016 - Vencimento em 20/12/2021

890.146/2012-AREAL MONTE VERDE LTDA ME- Registro de Licença N° 2.899/2016 - Vencimento em 19/01/2020

890.008/2013-ROCHA GOMES COMÉRCIO E SERVIÇO DE PESQUISAS LTDA- Registro de Licença N° 2.776/2013 - Vencimento em 19/12/2018

890.611/2013-RAMABI EXTRAÇÃO E COMÉRCIO LTDA ME- Registro de Licença N° 2.815/2014 - Vencimento em 16/07/2019

890.637/2013-AREAL VASSOURENSE LTDA- Registro de Licença N° 2.804/2014 - Vencimento em 30/05/2019

890.079/2014-PMQ INCORPORADORA LTDA- Registro de Licença N° 2.828/2014 - Vencimento em 01/09/2018

890.409/2014-AREAL SERRA DA BOLÍVIA LTDA ME- Registro de Licença N° 2.831/2014 - Vencimento em 12/08/2019

890.776/2014-SAIBREIRA BARRA DO BACALHAU LTDA- Registro de Licença N° 2.860/2015 - Vencimento em 04/08/2020

890.158/2015-DECORE PÁDUA PEDRAS DECORATIVAS LTDA ME- Registro de Licença N° 2.890/2016 - Vencimento em 12/03/2020

890.239/2015-AGROPECUÁRIA IRMÃOS GUERREIRO LTDA. EPP- Registro de Licença N° 2.888/2016 - Vencimento em 04/10/2019

890.375/2015-L S SA AREIAL ME- Registro de Licença N° 2.935/2016 - Vencimento em 27/04/2019

890.035/2016-CERÂMICA REX LTDA.- Registro de Licença N° 2.960/2017 - Vencimento em 26/12/2018

Reconsidera o despacho de indeferimento(745)

890.143/2016-DM FERREIRA AREAL LTDA

Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(776)

890.126/2013-PEDRAS DECORATIVAS PIMENTA DE PÁDUA LTDA-# Registro de Licença N° 2.770/2013-Cessionario:890.434/2015-PEDRAS DECORATIVAS SÃO JOSÉ DE PÁDUA LTDA.- CNPJ 01.238.045/0001-61

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

890.609/2015-ROCHEDO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-Registro de Licença N° 3.010/2018 - Vencimento em 03/11/2020

890.245/2016-M.M.S.G.EM.V.S.G.EMPREENDIMENTOS E NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA ME-Registro de Licença N° 3007/2018 - Vencimento em 02/03/2019

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

890.449/2014-E.E.D. FERNANDES AREAL ME-OF. N°856/2018/DGTM/DNPM/RJ

890.154/2015-MINERAÇOES ARSA LTDA-OF. N°822/2018/DGTM/DNPM/RJ

890.022/2016-J GONÇALVES INDÚSTRIA E COMÉRCIO-OF. N°699/2018/DGTM/DNPM/RJ

890.159/2016-COOPERATIVA DOS MINERADORES DO RIO SANTANA-OF. N°849/2018/DGTM/DNPM/RJ

890.304/2016-MIRANAS IMOBILIÁRIA LTDA.-OF. N°821/2018/DGTM/DNPM/RJ

890.235/2017-AREAL RIO DOS FRADES-OF. N°842/2018/DGTM/DNPM/RJ

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2076)

890.577/2014-AREAL RIACHO DOCE LTDA EPP-OF. N°855/2018/DGTM/DNPM/RJ

890.257/2016-CERÂMICA SANTA EDWIGES DE CAMPOS LTDA.-OF. N°798/2018/DGTM/DNPM/RJ

890.110/2017-CS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA ME-OF. N°676/2018/DGTM/DNPM/RJ

890.342/2017-S SANTANA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-OF. N°600/2018/DGTM/DNPM/RJ

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 50/2018/RO

Fica(m) o(s) abaixo relacionado(s) cientes(s) de que não houve a apresentação da(s) defesa(s) administrativa(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10(dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº 986.546/2017 Notificado Concrenorte Concreto e Construções do Norte Ltda. CNPJ/CPF 01.955.348/0001-03

NFLDP nº 437/2017 Valor: R$ 4.028,53

ANDRÉIA MORESCHI DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 78/2018/SC

Fase de Autorização de Pesquisa

Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)

815.034/2010-JOSÉ MÁRIO PIRES ME- AI N°111/2018

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

815.081/1994-WIRTO SCHAEFFER-OF. N°1477/2018

815.676/2017-MADEIRAS E PEDRAS CARLINHOS EIRELI ME-OF. N°1468/2018

Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)

815.034/2010-JOSÉ MÁRIO PIRES ME- Área de 179,68 ha para 47,46 ha-AREIA E CASCALHO

Fase de Requerimento de Lavra

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)

815.422/2006-JAZIDA DE AREÃO RECCO EIRELI ME-OF. N°1481/2018

815.422/2006-JAZIDA DE AREÃO RECCO EIRELI ME-OF. N°1481/2018

815.665/2006-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-OF. N°1479/2018

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

816.123/1995-PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-GASPAR/SC - Guia n° 046/2018-14.500t-SAIBRO- Validade:14/05/2019

815.725/1996-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-JARAGUÁ DO SUL/SC, SCHROEDER/SC - Guia n° 047/2018-8.500t-CASCALHO- Validade:15/05/2019

815.156/2003-MICROMIL - MICRONIZAÇÃO E MOAGEM LTDA.-IÇARA/SC, JAGUARUNA/SC - Guia n° 049/2018-50.000t-AREIA- Validade:14/05/2019

815.800/2009-BRITAGEM GASPAR LTDA EPP-IOMERÊ/SC - Guia n° 051/2018-50.000t-BASALTO(BRITA)-Validade:15/05/2019

815.269/2010-CONCISA OBRAS E TRANSPORTES LTDA-CHAPECÓ/SC, NOVA ITABERABA/SC - Guia n° 52/2018-50.000toneladas/ano-Basalto (brita)- Validade:15/05/2019

815.369/2010-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ/SC - Guia n° 048/2018-18.000t-AREIA- Validade:14/05/2019

815.071/2011-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DE SOMBRIO-MARACAJÁ/SC - Guia n° 050/2018-12.000t-ARGILA- Validade:15/05/2019

Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)

815.660/2009-ADEMIR JUVENCIO DA SILVA EPP

815.579/2010-ITAPIRUBÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP

815.905/2011-SOL MINERAÇÃO LTDA ME

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

815.723/2010-CERÂMICA IRMÃOS DAROSSI LTDA ME-OF. N°1436/2018

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

815.571/2016-BRITADOR SÃO DOMINGOS LTDA.-Registro de Licença N° 2100/2018 - Vencimento em 06/05/2026

Fase de Requerimento de Registro de Extração

Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)

815.104/2018-MUNICÍPIO DE MARACAJÁ- Registro de Extração N°54/2018 de 15/05/2018

815.105/2018-MUNICÍPIO DE MARACAJÁ- Registro de Extração N°55/2018 de 15/052018

815.106/2018-MUNICÍPIO DE MARACAJÁ- Registro de Extração N°56/2018 de 15/05/2018

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

300.476/2010-

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2018/SP

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

820.401/2009-RODOBARRO TRNSPORTE E ESCAVAÇÃO LTDA-Registro de Licença N° 3.547/2018 - Vencimento em 04/06/2019

821.046/2010-COMPANHIA AGRÍCOLA QUATA-Registro de Licença N° 3.551/2018 - Vencimento em 10/04/2022

820.655/2015-VISCAYA HOLDING, PARTICIPAÇÕES, INTERMEDIAÇÕES, ESTRUTURAÇÕE E SERVIÇOS SS LTDA.-Registro de Licença N° 3.545/2018 - Vencimento em 17/06/2020

821.075/2015-RIO VERDE EXTRAÇÃO MINERAL LTDA. ME-Registro de Licença N° 3.554/2018 - Vencimento em 05/11/2035

820.257/2016-SÃO MARTINHO TERRAS IMOBILIÁRIAS S.A.-Registro de Licença N° 3.550/2018 - Vencimento em 01/08/2025

820.502/2016-ROXO & MESQUITA LTDA ME-Registro de Licença N° 3.549/2018 - Vencimento em 13/07/2026

Fase de Licenciamento

Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)

821.409/1987-THEODORO, THEODORO & CIA. LTDA.- Registro de Licença N° 1.797/1994 - Vencimento em 29/01/2020

820.281/1990-EXTRAÇÃO DE AREIA SANTA MÔNICA LTDA.- Registro de Licença N° 1.570/1990 - Vencimento em 19/12/2021

820.497/1990-THEODORO, THEODORO & CIA. LTDA.- Registro de Licença N° 1.799/1994 - Vencimento em 29/02/2020

820.498/1990-THEODORO, THEODORO & CIA. LTDA.- Registro de Licença N° 1.786/1994 - Vencimento em 29/01/2020

820.499/1990-THEODORO, THEODORO & CIA. LTDA.- Registro de Licença N° 1.787/1994 - Vencimento em 29/01/2020

820.564/1990-EXTRATIVO DE AREIA PERISSOTTO LTDA ME- Registro de Licença N° 2.068/1998 - Vencimento em 03/06/2028

820.047/1992-ROBERTO MOUSESSIAN ME- Registro de Licença N° 2.151/1999 - Vencimento em 19/10/2019

820.048/1992-ROBERTO MOUSESSIAN ME- Registro de Licença N° 2.150/1999 - Vencimento em 19/10/2019

820.051/1992-ROBERTO MOUSESSIAN ME- Registro de Licença N° 2.247/1999 - Vencimento em 19/10/2019

820.064/1992-ROBERTO MOUSESSIAN ME- Registro de Licença N° 2.153/1999 - Vencimento em 19/10/2019

820.065/1992-ROBERTO MOUSESSIAN ME- Registro de Licença N° 2.152/1999 - Vencimento em 19/10/2019

820.215/1992-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE MINÉRIOS PIRACICABA LTDA.- Registro de Licença N° 2.235/1999 - Vencimento em 13/05/2022

820.049/1994-THEODORO, THEODORO & CIA. LTDA.- Registro de Licença N° 2.384/2000 - Vencimento em 06/02/2020

820.050/1994-THEODORO, THEODORO & CIA. LTDA.- Registro de Licença N° 2.752/2002 - Vencimento em 06/02/2020

820.072/1994-MINERAÇÃO GRANDER LTDA. EPP-Registro de Licença N° 1.992/1998 - Vencimento em 14/10/2023

821.019/1996-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA SÃO PEDRO LTDA- Registro de Licença N° 2.175/1999 - Vencimento em 05/07/2022

820.451/1997-PORTOMAIS EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA. EPP- Registro de Licença N° 2.024/1998 - Vencimento em 07/02/2023

820.475/1997-EXTRAÇÃO DE AREIA SÃO BENTO LTDA. EPP- Registro de Licença N° 2.124/1999 - Vencimento em 30/01/2023

821.174/1998-EXTRATORA DE MINERAIS ITAGUAÇU EIRELI- Registro de Licença N° 2.157/1999 - Vencimento em 06/01/2024

821.218/1998-TELMA NIVIA AYUB ME- Registro de Licença N° 2.670/2002 - Vencimento em 05/03/2038

821.624/1998-CERÂMICA BARROBELLO INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP- Registro de Licença N° 2.612/2001 - Vencimento em 19/02/2023

821.916/1998-AREIAS VIEIRA S.A- Registro de Licença N° 2.134/1999 - Vencimento em 13/12/2021

820.148/1999-CATÃO & CIA LTDA- Registro de Licença N° 2.830/1999 - Vencimento em 25/08/2020

821.517/1999-PORTO DE AREIA ALIANÇA LTDA ME- Registro de Licença N° 2.354/2000 - Vencimento em 16/08/2019

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

821.596/2000-LUIZ MANOEL MOREIRA FARRAPO ME- Registro de Licença N° 2.563/2001 - Vencimento em 19/12/2028

820.404/2001-JOSÉ PEDRO QUINTILHANO RAMOS ME- Registro de Licença N° 2.945/2006 - Vencimento em 05/04/2025

820.853/2001-CERÂMICA TEZOTTO LTDA EPP- Registro de Licença N° 2.008/2007 - Vencimento em 28/02/2023

820.171/2002-MINERAÇÃO ITAPORANGA LTDA.- Registro de Licença N° 2.856/2005 - Vencimento em 28/01/2019

821.030/2002-PORTO DE AREIA UNIÃO LTDA. EPP- Registro de Licença N° 2.967/2006 - Vencimento em 23/03/2023

820.452/2003-BENEDITA CORATITO DE ANDRADE TAMBAÚ - ME- Registro de Licença N° 3.049/2007 - Vencimento em 26/04/2023

820.760/2003-RODRIGUES MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO BARBOSA LTDA. ME- Registro de Licença N° 2.893/2005 - Vencimento em 15/02/2023

821.008/2003-MIGLIATO & MIGLIATO LTDA- Registro de Licença N° 2.846/2004 - Vencimento em 21/07/2020

820.720/2004-LUCIANA O M CABRAL BULGARELLI ESTRUTURAS METALICAS ME- Registro de Licença N° 2.940/2006 - Vencimento em 09/04/2020

820.033/2006-CERAMICA MANIEZZO LTDA - EPP- Registro de Licença N° 2.993/2006 - Vencimento em 20/01/2022

820.300/2006-CERÂMICA TEZOTTO LTDA EPP- Registro de Licença N° 3.058/2008 - Vencimento em 28/02/2023

820.083/2008-PEDREIRA SERRANA LTDA- Registro de Licença N° 3.205/2012 - Vencimento em 04/10/2020

820.414/2008-CERÂMICA TETO FORTE LTDA. EPP- Registro de Licença N° 3.116/2009 - Vencimento em 19/03/2023

820.580/2008-MARCIA MARIA FAVARETTO BARBON ME- Registro de Licença N° 3.125/2009 - Vencimento em 06/11/2022

820.923/2008-BARRO NOVO EXTRAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA ME- Registro de Licença N° 3.416/2015 - Vencimento em 14/12/2022

820.930/2008-DRAGAGEM DE AREIA SEMENSATO LTDA.-ME- Registro de Licença N° 3.119/2009 - Vencimento em 14/03/2022

821.058/2008-MARIA FRANCISCA BAGATTA ME- Registro de Licença N° 3.050/2009 - Vencimento em 29/03/2023

820.466/2009-ROBERTO MISSIATTO ME- Registro de Licença N° 3.476/2016 - Vencimento em 26/01/2018

820.359/2011-PERASSOLI & PERASSOLI COMÉRCIO E EXTRAÇÃO DE ARGILA LTDA ME- Registro de Licença N° 3.258/2013 - Vencimento em 23/02/2023

821.030/2011-CORSO MINERAÇÃO LTDA- Registro de Licença N° 3.224/2012 - Vencimento em 15/12/2020

821.033/2012-TERRAPLENAGEM SÃO LUCAS LTDA ME- Registro de Licença N° 3.273/2013 - Vencimento em 22/08/2019

820.317/2013-COPLAN CONSTRUTORA PLANALTO LTDA.- Registro de Licença N° 3.522/2017 - Vencimento em 20/03/2023

820.473/2013-MINERAÇÃO DO VALE LTDA- Registro de Licença N° 3.441/2015 - Vencimento em 03/04/2023

820.557/2013-LUIS CARLOS REGALO ME- Registro de Licença N° 3.404/2015 - Vencimento em 13/03/2023

820.748/2013-MINERAÇÃO BOM JESUS LTDA.- Registro de Licença N° 3.419/2015 - Vencimento em 02/03/2020

820.928/2013-ROXO & MESQUITA LTDA ME- Registro de Licença N° 3.400/2015 - Vencimento em 21/08/2028

821.124/2013-BARRO NOVO EXTRAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA ME- Registro de Licença N° 3.497/2016 - Vencimento em 24/11/2022

820.068/2014-JOSÉ CARLOS LAZARI ME- Registro de Licença N° 3.485/2016 - Vencimento em 14/01/2022

821.321/2014-PEPECE & MARTINS LTDA ME- Registro de Licença N° 3.435/2015 - Vencimento em 06/03/2023

820.650/2015-JB EXTRAÇÃO E COMERCIO DE ARGILA LTDA ME- Registro de Licença N° 3.449/2016 - Vencimento em 25/02/2023

MARCUS VINICIUS DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/18/SE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Auto de Infração lavrado (Não comunicou início de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)

Cbc Construtora Batista Cavalcante - 878034/17 - A.I. 45/18, 878035/17 - A.I. 46/18, 878036/17 - A.I. 47/18, 878038/17 - A.I. 48/18

Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda - 878130/15 - A.I. 49/18, 878132/15 - A.I. 50/18, 878136/15 - A.I. 51/18

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA

Ministério do Desenvolvimento Social

CONSELHO DE RECURSOS DO SEGURO SOCIAL

PAUTA DE JULGAMENTO

Pauta de Julgamento de pedido de uniformização de jurisprudência e reclamação ao Conselho Pleno, da Segunda Sessão Ordinária a ser realizada nos dias 29 e 30 do mês de maio de 2018 às 09h00, no endereço: SAS QUADRA 04 BLOCO K 7º ANDAR - SALA 701 - ASA SUL - Brasília - Distrito Federal.

RELATOR: Victor Machado Marini
1º Pedido de Vista: Daniel Áureo Ramos
2º Pedido de Vista: Vanda Maria Lacerda
NB: 170.007.499-4
Int: Edson Aparecido da Silva e INSS
RELATORA: MARIA MADALENA SILVA LIMA
NB: 168.417.887-5
Int: Suily Teresinha Cegielka e INSS
NB: 701.177.242-2
Int: Everaldo Bento da Silva e INSS
NB: 701.639.802-2
Int: Elenita Maria de Jesus e INSS
RELATOR: VICTOR MACHADO MARINI
NB: 045.107.291-0
Int: José Euclides Teixeira e INSS
NB: 043.226.307-1
Int: Maria Cristina Dantas Soares Brandão e INSS
NB: 604.216.045-5
Int: Maria das Neves da Silva e INSS
NB: 173.665.471-0
Int: Paula Arns Premoli e INSS
RELATOR: ENEIDA DA COSTA ALVIM
NB: 154.130.159-2
Int: Marinho Quintiliano da Silva e INSS
NB: 167.759.773-6
Int: Rosana Rodrigues da Silva e INSS
NB: 121.808.245-0
Int: Sueli dos Santos e INSS
RELATOR: TARSILA OTAVIANO DA COSTA
NB: 701.525.678-0
Int: Ana Carolina Amorim Alba e INSS
NB: 172.826.531-0
Int: Fátima Terezinha Amada Collete e INSS
NB: 161.392.595-3
Int: Josefa Victoria Barbosa e INSS
NB: 149.874.165-4
Int: Rinaldo Luiz Almeida Conceição e INSS
Int: Rinaldo Luiz Almeida Conceição

ANA CRISTINA EVANGELISTA
Presidente do Conselho

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

DESPACHOS

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, Resolução nº 1.942, de 30 de outubro de 2017, e com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, torna público que, no período de 14 a 20/05/2018, foram requeridas e encontram-se em análise as seguintes solicitações de outorga preventiva e de direito de uso de recursos hídricos de domínio da União:

Ademir Cenci, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Águas De Teresina Saneamento Spe S.A, rio Poti, Município de Teresina/Piauí, esgotamento sanitário.

Alessandro Pacheco Dos Santos, UHE Sobradinho, Município de Sobradinho/Bahia, irrigação.

Antonio Neto Da Silva, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Benedito Cirilo Dos Santos, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Cerâmica São Judas Tadeu Ind. e Com. Ltda, rio Sapucaí, Município de São Sebastião da Bela vista/Minas Gerais, outros.

Claudio Prates Zago, UHE São Simão, Município de Capinópolis/Minas Gerais, irrigação.

Companhia De Saneamento Do Paraná - Sanepar, UHE Itaipu, Município de Foz do Iguaçu/Paraná, abastecimento público.

Daniel Costa De Paula, rio Verde Grande, Município de Verdelândia/Minas Gerais, criação animal.

Décio Bruxel, rio São Francisco, Município de São Romão/Minas Gerais, irrigação.

Deltasul Mineração E Comércio Ltda, rio Sapucaí, Município de Elói Mendes/Minas Gerais, mineração.

Dilon Galarca Pereira, rio Uruguai, Município de Uruguaiana/Rio Grande do Sul, irrigação.

Edgard Jose Avelar Costa, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Eduardo Ferreira De Resende, rio São Francisco, Município de Várzea da Palma/Minas Gerais, irrigação.

Elismauro Costa Gusmão-Me, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, outras.

Everlandia Maria da Silva Soares, rio São Francisco, Município de Rodelas/Bahia, reservatório.

Fernando Gomes de Souza, rio São Francisco, Município de São Gonçalo do Abaeté/Minas Gerais, irrigação.

Heitor André Pereira, rio Jequitinhonha, Município de Jequitinhonha/Minas Gerais, irrigação.

Ivanaldo Almeida Da Silva, UHE Luiz Gonzaga, Município de Tacaratu/Pernambuco, irrigação.

Jailma Gomes Araujo, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande/Pernambuco, irrigação.

Jalles Machado S/A, rio das Almas, Município de Rialma/Goiás, irrigação.

Jose Maria Barbosa Nogueira, rio São Francisco, Município de Petrolina/Pernambuco, irrigação.

Jose Marques De Oliveira, rio Curimataú, Município de Pedro Velho/Rio do Norte, irrigação.

Lucas Frank De Amorim, rio Paranaíba, Município de Patos de Minas/Minas Gerais, irrigação.

Luciano dos Santos Rodrigues, rio Grande, Município de São José da Barra/Minas Gerais, reservatório.

Luciano Vilela Oliveira, UHE Furnas, Município de Boa Esperança/Minas Gerais, irrigação.

Marcos Evangelista Dos Santos, rio São Francisco, Município de Curaçá/Bahia, irrigação.

Martim Gonçalves Ferreira, Ribeirão Roncador, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Mônica De Sá Souza Do Nascimento, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Násser Tanure, rio Jequitinhonha, Município de Itinga/Minas Gerais, irrigação.

Pedro Paulo De Carvalho, rio Preto, Município de Água Doce do Norte/Espírito Santo, irrigação.

Pedro Soares De Sá, UHE Luiz Gonzaga, Município de Glória/Bahia, irrigação.

Robério Santiago Dos Santos, rio São Francisco, Município de Gararu/Sergipe, irrigação.

Roberto Mário Raso, rio São Francisco, Município de São Gonçalo do Abaeté/Minas Gerais, irrigação, transferência.

Rousselot Gelatinas Do Brasil Ltda, UHE Porto Primavera, Município de Presidente Epitácio/São Paulo, indústria.

Sebastião Jorge Dos Santos, rio Urucuia, Município de Arinos/Minas Gerais, irrigação.

Serviço Autônomo De Água E Esgoto, rio Paraíba do Sul, Município de Barra mansa/Rio de Janeiro, abastecimento público.

Stélio Darci Cerqueira De Albuquerque, rio paraíba, Município de Capela/Alagoas, irrigação.

Tilápia Almeida Piscicultura Ltda, UHE Ilha Solteira, Município de Rubinéia/São Paulo, aquicultura.

Tokumatu Murata, rio Grande, Município de Planura/Minas Gerais, irrigação.

Usina Central Olho D'água S.A., rio Capibaribe-Mirim, Municípios de Aliança, Condado e Itambé/Pernambuco, irrigação.

Vallourec Florestal Ltda, UHE Três Marias, Município de Abaeté/Minas Gerais, irrigação.

Viabahia Concessionária De Rodovias S.A, rio pardo, Município de Candido Sales/Bahia, outras.

Viena Fazendas Reunidas Ltda, rio São Francisco, Município de Pirapora/Minas Gerais, irrigação, alteração.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MOÇÃO Nº 69, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Recomenda à Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, a adoção de medidas que visem garantir a alocação dos recursos financeiros e orçamentários estabelecidos em lei ao CT-Hidro para o financiamento das atividades sob sua competência, com vistas a apoiar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS-CNRH, no uso das competências que lhe são conferidas pelas Leis n os 9.433, de 8 de janeiro de 1997, e 9.984, de 17 de julho de 2000, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA n o 437, de 8 de novembro de 2013, e

Considerando a situação de crise deflagrada pela escassez hídrica, em quantidade e qualidade, evidenciada nos últimos anos, com previsão de agravamento em diversas regiões do país, podendo sofrer influência das mudanças climáticas conforme indicado em trabalhos científicos;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando que a Lei n. 9.993, de 24 de julho de 2000, destina recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e pela exploração de recursos minerais, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, criado pelo Decreto-Lei n. 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei no 8.172, de 18 de janeiro de 1991, para o financiamento de programas e projetos de pesquisa científica e desenvolvimento tecnológico do setor de recursos hídricos;

Considerando que o Decreto n. 3.874, de 19 de julho de 2001, determina que o percentual dos recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia hidrelétrica e pela exploração de recursos minerais serão destinados ao FNDCT em categoria de programação específica denominada CT-HIDRO;

Considerando que o CT-Hidro se constitui num mecanismo inovador de estímulo ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacionais na área de gestão dos recursos hídricos, através do financiamento de programas de capacitação de técnicos e pesquisadores e da realização de projetos de pesquisa em processos e desenvolvimento de equipamentos que visem o uso integrado, múltiplo e eficiente da água;

Considerando que os recursos destinados ao FNDCT não vêm sendo alocados conforme estabelecido no Decreto n. 3.874, de 19 de julho de 2001, e que sem esses recursos não será possível viabilizar as atividades e programas de desenvolvimento científico e tecnológico que nortearam a instituição do CT-Hidro;

Considerando que a Política Nacional de Recursos Hídricos e o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estão em processo político-administrativo de implementação, exigindo, portanto, articulação institucional nos diversos setores e esferas governamentais e o envolvimento da sociedade, com vistas à promoção da gestão descentralizada e participativa;

Considerando que a revisão das prioridades do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, dada pela Resolução CNRH n. 181, de 10 dezembro de 2016, aprovou 14 metas para o período 2016-2020 que demandam recursos a serem destinados à pesquisa e inovação na área de recursos hídricos;

Considerando que, segundo o Art. 35, Inciso 9º da Lei n. 9.433/97, cabe ao CNRH determinar as providências necessárias ao cumprimento das metas do PNRH, resolve:

Aprovar Moção, dirigida à Presidência da República e aos Ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, recomendando a garantia da alocação dos recursos orçamentários e financeiros estabelecidos na legislação no CT-Hidro para o financiamento das atividades sob sua competência, com vistas a apoiar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como que o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações reative as atividades do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, procedendo-se à indicação e nomeação de seus membros.

EDSON DUARTE
Presidente do Conselho

JAIR VIEIRA TANNÚS JÚNIOR
Secretário Executivo do Conselho

Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA Nº 5.378, DE 21 DE MAIO DE 2018

O SECRETÁRIO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61 do Anexo do Regimento Interno da SPU, aprovado pela Portaria/GM/MP nº 11, de 31 de janeiro de 2018, tendo em vista o art. 11 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e em conformidade com o disposto no art. 1º da Instrução Normativa nº 1, de 23 de janeiro de 2017, e:

Considerando a atividade de fiscalização, como ação a ser realizada pela Secretaria do Patrimônio da União, prevista na Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, no Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987 e na Instrução Normativa nº 01, de 23 de janeiro de 2017;

Considerando que a Instrução Normativa nº 1 de 23 de janeiro de 2017, disciplina a atividade de fiscalização dos imóveis da União, tratando da definição do que é fiscalização; das infrações e sanções, tais como demolições/remoção, desocupação/indenização, embargo e multa; do processo de fiscalização, como prazos, notificações e vistorias, além da defesa, instrução, julgamento e recurso;

Considerando a necessidade de uniformização nos procedimentos de fiscalização e controle nas Superintendências, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Manual de Fiscalização da SPU que estabelece os procedimentos para atuação da fiscalização no âmbito desta Secretaria.

Art. 2° - O Manual é composto por nove partes, sendo:

1 - Os Bens Imóveis da União;
2 - Fiscalização e a Gestão do Patrimônio da União
3 - A Ação Fiscalizatória;
4 - O Agente de Fiscalização;
5 - Infrações Contra o Patrimônio da União;
6 - Sanções Administrativas;
7 - A Rotina Operacional e Processual;
8 - Perguntas e Respostas; e
9 - Anexos: IN01/2017, Especificações das Placas, Pareceres da CONJUR e Modelos de Documentos.

Art. 3° - O manual de fiscalização poderá ser revisto, sempre que necessário, a fim de assegurar seu alinhamento às prioridades e estratégias institucionais e às mudanças na legislação pertinente.

Art. 4° - O manual de fiscalização, encontra-se disponível para a consulta via internet no sítio da SPU, http://www.planejamento.gov.br/assuntos/gestao/patrimonio-da-uniao/fiscalizacao

Art. 5° Revoga-se a Portaria 320 de 19 de dezembro de 2014.

Art. 6° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SIDRACK DE OLIVEIRA CORREIA NETO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

PORTARIA Nº 5.380, DE 18 DE MAIO DE 2018

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria do Patrimônio da União, constante do art. 49, anexo VII, da Portaria MP nº 220, de 25 de junho de 2014, e tendo em vista o art. 64, do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, o art. 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998 e a Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 40780.310446/7000-00, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o senhor Cassiano Arruda Câmara, inscrito no CPF n° 004.064.734-04, com endereço na Avenida Beira Mar, 228, Jacumã, Ceará-Mirim/RN, a realizar a instalação do canteiro de obra e execução da obra Muro de Arrimo para proteção da edificação do seu imóvel residencial, situado no mesmo endereço supramencionado, no município de Ceará-Mirim/RN, objetivando a proteção imediata do referido bem, tendo em vista os estragos causados em decorrência do avanço do mar que se projeta sobre a encosta onde se encontra implantada a edificação, em conformidade com o projeto básico apresentado, com recursos próprios, em área de domínio da União, devidamente identificada e caracterizada, conforme Memorial Descritivo constante do arquivo 6127476, do Processo Administrativo nº 40780.310446/7000-00.

Art. 2º A obra a que se refere o artigo 1º deve seguir as diretrizes e determinações pertinentes ao patrimônio urbanístico, turístico, histórico, cultural, social, econômico e ambiental.

Art. 3º A obra fica condicionada ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, bem como o licenciamento ambiental, emitido pelos órgãos competentes.

Art. 4º A autorização da obra a que se refere esta Portaria, não implica na transferência de domínio sobre a área a qualquer título.

Art. 5º Durante o período de execução da construção a que se refere o artigo 1°, é obrigatória a fixação de uma (01) placa junto ao canteiro de obras, em local visível, confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União, com os seguintes dizeres: "Autorização de obra concedida pela Secretaria de Patrimônio da União", indicando ao final "Ceará-Mirim/RN".

Art. 6º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria, não excluem outros decorrentes da autorização de acordo com a legislação brasileira.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESDRAS ALVES DE QUEIROZ

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 21 de maio de 2018

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 204/2018 de 16/05/2018, 205/2018 de 16/05/2018, 206/2018 de 16/05/2018, 207/2018 de 17/05/2018, 208/2018 de 17/05/2018, 209/2018 de 18/05/2018, 210/2018 de 18/05/2018, 213/2018 de 21/05/2018, respectivamente:

Residência Prévia - RN 02 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039003853201867 Requerente: OJI PAPEIS ESPECIAIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHIGEO AOYAMA Data Nascimento: 12/02/1969 Passaporte: TK7276987 País: JAPÃO Mãe: HIROKO AOYAMA Pai: HISAO AOYAMA; Processo: 47039004049201803 Requerente: MEDICOS SEM FRONTEIRAS BRASIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JENNIFER MARIA MARX Data Nascimento: 13/08/1988 Passaporte: C2ZKO8TG6 País: ALEMANHA Mãe: JUANA MERCEDES LOPEZ DE MARX Pai: HEINZ MARX; Processo: 47039004661201878 Requerente: SOMARSIL - CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO PEDRO PALAVRAS SEQUEIRA GABRIEL Data Nascimento: 08/09/1989 Passaporte: N201834 País: PORTUGAL Mãe: MARIA FERNANDA MARTINS PALAVRAS SEQUEIRA GABRIEL Pai: ANTONIO SEQUEIRA GABRIEL; Processo: 47039004704201815 Requerente: EXXONMOBIL QUIMICA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: James Keith Miller Data Nascimento: 26/05/1963 Passaporte: 566786719 País: EUA Mãe: Susan Look Miller Pai: Michael Francis Miller; Processo: 47039005000201860 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIANA CAROLINA GONZALEZ QUINTERO Data Nascimento: 07/11/1989 Passaporte: 131214639 País: VENEZUELA Mãe: ZAIDA JOSEFINA QUINTERO BALANDRIA Pai: ORLANDO JOSE GONZALEZ SISCO; Processo: 47039005096201866 Requerente: OPTIMA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RANDI SOPHIE WEISS Data Nascimento: 03/03/1987 Passaporte: C8WZ9Y14V País: ALEMANHA Mãe: SILKE WEISS Pai: EDWIN WEISS; Processo: 47039005244201842 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RODRIGUE DJEUTCHA NJAUTCHA Data Nascimento: 23/03/1989 Passaporte: 0132963 País: CAMARÕES Mãe: YOUTCHOU NJAUTCHA MADELEINE Pai: NJAUTCHA PIERRE; Processo: 47039005571201802 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: SEBASTIEN LHOIR Data Nascimento: 17/11/1983 Passaporte: EM601786 País: BÉLGICA Mãe: ANNIK LHOIR-MOULIN Pai: ALAIN LHOIR; Processo: 47039005590201821 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOEL MARTINEZ PADILLA Data Nascimento: 13/07/1965 Passaporte: G27996463 País: MÉXICO Mãe: CONSUELO PADILLA VELOZ Pai: RICARDO MARTINEZ MARTINEZ; Processo: 47039005732201850 Requerente: BRITISH COLEGIO DO BRASIL - BCB LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHLOE AMY PERREN Data Nascimento: 05/05/1983 Passaporte: 514192679 País: GRÃ BRETANHA Mãe: MAUREEN CATHERINE PERREN Pai: DAVID MALCOLM PERREN; Processo: 47039005825201884 Requerente: SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLLI PEKKA JOUTSIMO Data Nascimento: 12/09/1971 Passaporte: PB9862634 País: FINLÂNDIA Mãe: Laila Inkeri Joutsimo Pai: Matteus Joutsimo; Processo: 47039005830201897 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KYLE LEE COWDEN Data Nascimento: 28/03/1984 Passaporte: 515625885 País: EUA Mãe: KRISTY LYNN COWDEN Pai: BRYAN LEE; Processo: 47039005832201886 Requerente: MONDELEZ BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JANINE PATRICIA LOPEZ SALOMON Data Nascimento: 01/09/1976 Passaporte: 485599352 País: EUA Mãe: PATRICIA SALOMON Pai: MIGUEL LOPEZ; Processo: 47039005833201821 Requerente: VOITH HYDRO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT LURGER Data Nascimento: 26/01/1983 Passaporte: U 2851268 País: ÁUSTRIA Mãe: Erna Anna Lurger Pai: Franz Johann Lurger; Processo: 47039005461201832 Requerente: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Scott Rodney Schmidt Data Nascimento: 04/05/1965 Passaporte: 576801264 País: EUA Mãe: Patricia Ann Sherwood Pai: Benny Lee Schmidt; Processo: 47039005911201897 Requerente: ST.NICHOLAS SAO PAULO ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEMMA MELISSA ARMSTRONG Data Nascimento: 31/12/1980 Passaporte: 516064913 País: GRÃ BRETANHA Mãe: LINDA KATHRYN ARMSTRONG Pai: RICHARD ARTHUR ARMSTRONG; Processo: 47039005918201817 Requerente: ARCOVERDE TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SAI KIRAN DHAMI Data Nascimento: 25/08/1977 Passaporte: K5305855 País: ÍNDIA Mãe: SAVITA SHARMA Pai: INDRA JEET SHARMA; Processo: 47039005926201855 Requerente: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEX JEFFREY HENDERSON Data Nascimento: 22/08/1990 Passaporte: 546101496 País: EUA Mãe: CYNTHIA LYNN HENDERSON Pai: JEFFREY SCOTT HENDERSON; Processo: 47039005935201846 Requerente: CERAMICA E VELAS DE IGNICAO NGK DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAZUHIRO ODA Data Nascimento: 13/03/1976 Passaporte: TR9384282 País: JAPÃO Mãe: KYOKO ODA Pai: SHUJI ODA; Processo: 47039005950201894 Requerente: SE VINEYARDS TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SANJEEV PANDEY Data Nascimento: 11/02/1986 Passaporte: L9482989 País: ÍNDIA Mãe: HEMA PANDEY Pai: DAYA KISHAN PANDEY; Processo: 47039005986201878 Requerente: LIFAN DO BRASIL AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BO ZHOU Data Nascimento: 01/01/1990 Passaporte: E28243655 País: CHINA Mãe: CHEN WANBI Pai: RENYONG ZHOU; Processo: 47039005988201867 Requerente: LIFAN DO BRASIL AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAO MU Data Nascimento: 08/05/1992 Passaporte: E37475521 País: CHINA Mãe: DENG PING Pai: MU ZHIRONG; Processo: 47039006025201881 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JESSICA ROSE STOLL Data Nascimento: 21/02/1984 Passaporte: 452087327 País: EUA Mãe: DEBRA ROSE Pai: PAUL FRANCIS STOLL; Processo: 47039006074201813 Requerente: JIEMING LU Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YE, JIANYONG Data Nascimento: 07/09/1994 Passaporte: E15231922 País: CHINA Mãe: Shunmei Du Pai: Xtlin Ye; Processo: 47039006095201839 Requerente: JIEMING LU Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: QINGWEI DU Data Nascimento: 10/05/1993 Passaporte: G49488484 País: CHINA Mãe: Lichang Du Pai: Liyan He; Processo: 47039006102201801 Requerente: XUCHANG QINFA DO BRASIL COSMETICOS LTDA Prazo: 2

Ano(s) Estrangeiro: Bo Yuan Data Nascimento: 22/04/1985 Passaporte: G39251365 País: CHINA Mãe: Dongju Jiang Pai: Yonglin Yuan; Processo: 47039006113201882 Requerente: LU ZHAO NIANG - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUO, JIANHAO Data Nascimento: 03/04/1994 Passaporte: E02649323 País: CHINA Mãe: Cuiju Lu Pai: Runcheng Guo; Processo: 47039006120201884 Requerente: FOSHAN COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ZHIJIAN LU Data Nascimento: 09/08/1994 Passaporte: G60092208 País: CHINA Mãe: Wumei Feng Pai: Suwei Lu; Processo: 47039006139201821 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cristian Nevoso Data Nascimento: 12/02/1982 Passaporte: YA7371840 País: ITÁLIA Mãe: Colatriano Rossella Pai: Nevoso Diodato; Processo: 47039006142201844 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KATHRYN JANE BANCROFT Data Nascimento: 21/01/1995 Passaporte: 521087489 País: INGLATERRA Mãe: JANET BANCROFT Pai: MARTIN JAMES BANCROFT; Processo: 47039006147201877 Requerente: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOSHIHIDE KASAMATSU Data Nascimento: 17/11/1990 Passaporte: TR3109270 País: JAPÃO Mãe: YUKARI KASAMATSU Pai: ITSUO KASAMATSU; Processo: 47039006152201880 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ABIGAIL GRIFFITHS Data Nascimento: 14/05/1977 Passaporte: 507984428 País: INGLATERRA Mãe: PHYLLIS HAZEL GRIFFITHS Pai: RAYMOND JOHN GRIFFITHS; Processo: 47039006154201879 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ALVARO PEREIRA Data Nascimento: 11/02/1989 Passaporte: P700215 País: PORTUGAL Mãe: ESME ROUX PEREIRA Pai: HENRIQUE LUIS DIAS PEREIRA; Processo: 47039006159201800 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NANCY WILLIAMS Data Nascimento: 01/06/1987 Passaporte: 533650325 País: INGLATERRA Mãe: LYNDA JUNE WILLIAMS Pai: CHRISTOPHER MICHAEL WILLIAMS; Processo: 47039006167201848 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW CHARLES PUFFETT Data Nascimento: 16/11/1987 Passaporte: 535293099 País: INGLATERRA Mãe: LINDA IRENE PUFFETT Pai: WILFRED OLIVER JAMES PUFFETT; Processo: 47039006190201832 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUKI UCHIDE Data Nascimento: 31/10/1980 Passaporte: TZ1262985 País: JAPÃO Mãe: Kazuko Uchide Pai: Masaki Uchide; Processo: 47039006215201806 Requerente: VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS RODOLFO HERRERA MILLAN Data Nascimento: 12/06/1978 Passaporte: C21GPVGPX País: ALEMANHA Mãe: MARIA DEL ROSARIO MILLAN DE HERRERA Pai: LUÍS ORLANDO HERRERA SANCHEZ; Processo: 47039006258201883 Requerente: ESCOLA AMERICANA DO RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BARBARA STAPELBERG Data Nascimento: 24/08/1982 Passaporte: M00180321 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL Mãe: ELEANOR KEYTER STAPELBERG Pai: FRANS PETRUS STAPELBERG; Processo: 47039006261201805 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAPENG CHANG Data Nascimento: 05/12/1979 Passaporte: E24050562 País: CHINA Mãe: XINGEN ZHANG Pai: ZHENG CHANG; Processo: 47039006268201819 Requerente: TOYOTA MATERIAL HANDLING MERCOSUR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TOMOKI OKAMURA Data Nascimento: 16/11/1983 Passaporte: TK2025612 País: JAPÃO Mãe: NOBUYO OKAMURA Pai: TOSHIO OKAMURA; Processo: 47039006269201863 Requerente: COLUNA CONSTRUCOES & SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arun Kumar Sharma Data Nascimento: 22/06/1985 Passaporte: M0718540 País: ÍNDIA Mãe: Meera Devi Pai: Manohar Lal Sharma; Processo: 47039006299201870 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIGI ALESSANDRO DOMENICO FASSO Data Nascimento: 18/07/1954 Passaporte: YA3294331 País: ITÁLIA Mãe: ISA CALINI Pai: COSTANTINO FASSO; Processo: 47039006307201888 Requerente: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAYVAN NOWROUZI Data Nascimento: 28/08/1985 Passaporte: 453589068 País: EUA Mãe: FARIDEH FAKOURI Pai: KAMAL NOWROUZI; Processo: 47039006328201801 Requerente: GLOBO COMUNICACAO E PARTICIPACOES S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO MARIA MARQUES PEREIRA FORJAZ Data Nascimento: 09/04/1993 Passaporte: N745270 País: PORTUGAL Mãe: 'HELENA MARIA PERDIGÃO MERCIER MARQUES FORJAZ Pai: MANUEL MOURA RELVAS PEREIRA FORJAZ; Processo: 47039006332201861 Requerente: AMAZON SERVICOS DE VAREJO DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEAN-GABRIEL MICHEL MATHIEU MARIE DE MOURGUES Data Nascimento: 28/09/1978 Passaporte: 14DD21882 País: FRANÇA Mãe: MARIE-CAROLINE DE LA GRANDIERE Pai: JENA-MICHEL DE MOURGES; Processo: 47039005388201807 Requerente: AVENUES SAO PAULO EDUCACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RACHEL LAUREN SPECTOR Data Nascimento: 21/07/1985 Passaporte: 525911579 País: EUA Mãe: SYLVIA ANN DORAME Pai: BRIAN NEIL SPECTOR; Processo: 47039007006201871 Requerente: ENGIMIND BRASIL - CONSULTORES E REPRESENTACAO LTDA Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: FILIPE ANDRÉ ROQUE VIEGAS Data Nascimento: 09/09/1982 Passaporte: P316914 País: PORTUGAL Mãe: ANA DA GRAÇA ROQUE SARAIVA Pai: CARLOS ALBERTO FRAGA VIEGAS DOS SANTOS.

Residência Prévia - RN 24 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039003874201882 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ramesh Katla Data Nascimento: 16/07/1985 Passaporte: K4185443 País: ÍNDIA; Processo: 47039004988201840 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA JADWIGA MICHALSKA Data Nascimento: 15/10/1982 Passaporte: ED6689022 País: POLÔNIA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039004185201895 Requerente: MAGNESITA REFRATARIOS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Davide Mirra Data Nascimento: 20/06/1978 Passaporte: YA2287189 País: ITÁLIA; Processo: 47039004833201811 Requerente: GEOCART BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Leonardo Colangelo Data Nascimento: 01/05/1968 Passaporte: YA8598492 País: ITÁLIA; Processo: 47039004834201858 Requerente: GEOCART BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Marcelo Bisaccia Data Nascimento: 29/08/1977 Passaporte: YA9851585 País: ITÁLIA; Processo: 47039004894201871 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: OLIVIER JEAN CAMILLE MELQUIOND Data Nascimento: 18/08/1982 Passaporte: 16CK35996 País: FRANÇA; Processo: 47039005650201813 Requerente: GDBR INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES QUIMICOS E DE BORRACHA LTDA. Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KOJI ICHIKAWA Data Nascimento: 13/10/1969 Passaporte: TS0383548 País: JAPÃO; Processo: 47039005713201823 Requerente: HARIBO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALBERT MELLADO PALMA Data Nascimento: 21/09/1986 Passaporte: PAF537873 País: ESPANHA; Processo: 47039005770201811 Requerente: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WILSON MARK THERIOT Data Nascimento: 28/01/1992 Passaporte: 493944051 País: EUA; Processo: 47039005776201880 Requerente: ACURATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN RODRIGUEZ BALTODANO Data Nascimento: 13/11/1991 Passaporte: E840196 País: COSTA RICA; Processo: 47039005780201848 Requerente: ACURATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EMILY KAY TUBBS Data Nascimento: 11/12/1991 Passaporte: 574202796 País: EUA

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º caput):

Processo: 47039004696201815 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Mauro Marzola Data Nascimento: 24/03/1974 Passaporte: AA2618395 País: ITÁLIA; Processo: 47039004699201841 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RUGGIERO RONDINONE Data Nascimento: 22/10/1994 Passaporte: YB0058389 País: ITÁLIA; Processo: 47039005191201860 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ISNARDO ANDRES DURAN MIRANDA Data Nascimento: 16/10/1991 Passaporte: AQ239581 País: COLÔMBIA; Processo: 47039005316201851 Requerente: KAUTEX TEXTRON DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOS SAVVATIANOS Data Nascimento: 17/06/1975 Passaporte: C7COKJ793 País: ALEMANHA; Processo: 47039005547201865 Requerente: ESTALEIRO BRASFELS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HALMIE BIN SULAIMAN Data Nascimento: 14/08/1974 Passaporte: E6727880N País: SINGAPURA; Processo: 47039005563201858 Requerente: ESTALEIRO BRASFELS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: UMAR JALALUDDIN BIN A MAZUKEE Data Nascimento: 06/10/1991 Passaporte: A36682846 País: MALÁSIA; Processo: 47039005582201884 Requerente: ESTALEIRO BRASFELS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WILLIAM HENRY PATTERSON Data Nascimento: 26/04/1959 Passaporte: 525945628 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039005694201835 Requerente: NESIC BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKASHI WATANABE Data Nascimento: 25/09/1991 Passaporte: TR2797632 País: JAPÃO; Processo: 47039006026201825 Requerente: ARCELORMITTAL BRASIL S.A. Prazo: até 30/05/2018 Estrangeiro: Jens Kluge Data Nascimento: 05/03/1959 Passaporte: CGNK2FRWY País: ALEMANHA; Processo: 47039006197201854 Requerente: CONTINENTAL DO BRASIL PRODUTOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BRANISLAV SUKALA Data Nascimento: 02/09/1973 Passaporte: BR0142021 País: ESLOVÁQUIA; Processo: 47039006312201891 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARCO MONTI Data Nascimento: 05/07/1972 Passaporte: YA1216930 País: ITÁLIA; Processo: 47039006317201813 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KAZUYOSHI MOCHIZUKI Data Nascimento: 01/05/1979 Passaporte: TK8637422 País: JAPÃO; Processo: 47039006319201811 Requerente: LALLEMAND BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: REMY LANDREVILLE Data Nascimento: 03/08/1980 Passaporte: GC656086 País: CANADÁ; Processo: 47039005366201839 Requerente: BURKE E.PORTER IND E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BINPENG CHEN Data Nascimento: 18/08/1990 Passaporte: EC4408936 País: CHINA; Processo: 47039005369201872 Requerente: BURKE E.PORTER IND E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FEI CHEN Data Nascimento: 17/03/1983 Passaporte: EB6032050 País: CHINA; Processo: 47039005376201874 Requerente: BURKE E.PORTER IND E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JISHENG WANG Data Nascimento: 19/11/1986 Passaporte: E78519001 País: CHINA; Processo: 47039005378201863 Requerente: BURKE E.PORTER IND E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHUO GE Data Nascimento: 17/08/1986 Passaporte: E10127128 País: CHINA; Processo: 47039006334201851 Requerente: BURKE E.PORTER IND E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: XIUPING YANG Data Nascimento: 18/12/1978 Passaporte: EC5536357 País: CHINA; Processo: 47039005404201853 Requerente: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RAUL MARTINEZ LOPEZ Data Nascimento: 31/08/1982 Passaporte: G28927539 País: MÉXICO; Processo: 47039006356201811 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANNY FRANK GARCIA ROJAS Data Nascimento: 15/10/1982 Passaporte: 6028952 País: PERU; Processo: 47039006427201885 Requerente: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: JOSE CARLOS GARCIA DOPAZO Data Nascimento: 24/04/1964 Passaporte: AAA871154 País: ESPANHA; Processo: 47039006473201884 Requerente: BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Youren Liang Data Nascimento: 27/11/1981 Passaporte: G41413922 País: CHINA; Processo: 47039006535201858 Requerente: GE TRANSPORTES FERROVIARIOS S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HOWARD WILLIAM SEARLES Data Nascimento: 03/05/1957 Passaporte: 565787668 País: EUA; Processo: 47039006537201847 Requerente: GE TRANSPORTES FERROVIARIOS S.A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT CARROL MC MANUS Data Nascimento: 04/07/1972 Passaporte: 556706777 País: EUA; Processo: 47039006552201895 Requerente: NEXANS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAMES T KIELY Data Nascimento: 20/03/1959 Passaporte: 489092524 País: EUA; Processo: 47039006589201813 Requerente: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SOEREN HJORTH Data Nascimento: 01/09/1977 Passaporte: 209763737 País: DINAMARCA; Processo: 47039006590201848 Requerente: DANONE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PETER MARTIN MADSEN Data Nascimento: 22/09/1971 Passaporte: 206791565 País: DINAMARCA; Processo: 47039006614201869 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Michele Biagiotti Data Nascimento: 25/01/1978 Passaporte: YB2082884 País: ITÁLIA; Processo: 47039006620201816 Requerente: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: RODRIGO DOMINGO OLIVARES TAPIA Data Nascimento: 20/01/1965 Passaporte: F14244060 País: CHILE; Processo: 47039006621201861 Requerente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HUY QUOC THAI Data Nascimento: 23/03/1982 Passaporte: 469825470 País: EUA; Processo: 47039006623201850 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: WILLIANS RAMON RODRIGUEZ DIAZ Data Nascimento: 17/09/1979 Passaporte: 069719833 País: VENEZUELA; Processo: 47039006628201882 Requerente: SNR ROLAMENTOS DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE ISHIBASHI Data Nascimento: 15/04/1966 Passaporte: TK8800338 País: JAPÃO; Processo: 47039006649201806 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ADRIAN FUCHS Data Nascimento: 09/03/1971 Passaporte: C8R35MLPG País: ALEMANHA; Processo: 47039006659201833 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOMOYUKI OKADA Data Nascimento: 28/11/1980 Passaporte: TK9154551 País: JAPÃO; Processo: 47039006780201865 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Robert Willem Van Opbergen Data Nascimento: 16/08/1961 Passaporte: NXPKD8280 País: HOLANDA; Processo: 47039006774201816 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Gerardus Johannes Jacobus Gravemaker Data Nascimento: 14/07/1958 Passaporte: BJ12KKC87 País: HOLANDA; Processo: 47039006663201800 Requerente: CONSUB DEFESA E TECNOLOGIA S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MOHAMMAD WARIS ANSARI Data Nascimento: 14/07/1989 Passaporte: J9664092 País: ÍNDIA; Processo: 47039006707201893 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Johnny Du Pau Data Nascimento: 06/07/1952 Passaporte: NV9F7DD90 País: HOLANDA; Processo: 47039006670201801 Requerente: KLABIN S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDOU FADEL BOUKARI Data Nascimento: 21/11/1983 Passaporte: 12AP07610 País: FRANÇA Estrangeiro: CHRISTOPHE GILBERT ELIE ARTARIT Data Nascimento: 28/05/1983 Passaporte: 13FV33623 País: FRANÇA Estrangeiro: FARID BOUKHENTER Data Nascimento: 06/07/1967 Passaporte: 17FD60087 País: FRANÇA Estrangeiro: GWENOL JACQUES GUSTAVE FERRY Data Nascimento: 13/08/1991 Passaporte: 16DZ02060 País: FRANÇA Estrangeiro: PIERRE CHAMBOUVET Data Nascimento: 09/05/1960 Passaporte: 17FV13753 País: FRANÇA Estrangeiro: VINCENT LOUIS PAUL GAY Data Nascimento: 02/04/1994 Passaporte: 13CA94342 País: FRANÇA; Processo: 47039006682201828 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NICOLO CARPENTIERO Data Nascimento: 21/02/1991 Passaporte: YA7413909 País: ITÁLIA; Processo: 47039006692201863 Requerente: BIMBO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MATTEO FRASCARI Data Nascimento: 20/12/1986 Passaporte: YA1295127 País: ITÁLIA;

Processo: 47039006728201817 Requerente: ARAUCO DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Nils Joachim Herman Larsen Data Nascimento: 25/01/1995 Passaporte: 90455001 País: SUÉCIA; Processo: 46094000251201821 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MOHD TARMIZI BIN ALIAS Data Nascimento: 04/01/1991 Passaporte: A37939254 País: MALÁSIA; Processo: 46094000260201811 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUIS ANTONIO SANMARTIN PUERTA Data Nascimento: 03/07/1980 Passaporte: AR882093 País: COLÔMBIA; Processo: 46094000253201810 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MUHAMMAD YASSER BIN MUHAMMAD YUSOF Data Nascimento: 16/07/1984 Passaporte: A37161861 País: MALÁSIA; Processo: 46094000252201875 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MOHD SAPRI BIN MOHAMAD Data Nascimento: 19/01/1980 Passaporte: A38827187 País: MALÁSIA; Processo: 46094000254201864 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MUHAMMAD ADDLI BIN ABDULLAH Data Nascimento: 09/01/1981 Passaporte: A36715923 País: MALÁSIA; Processo: 47039006797201812 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Liu Yanlong Data Nascimento: 04/10/1988 Passaporte: E45776591 País: CHINA; Processo: 47039006809201817 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZHANG, KUN Data Nascimento: 11/10/1986 Passaporte: E97192479 País: CHINA; Processo: 47039006850201885 Requerente: RRMAN - MANUTENCAO INDUSTRIAL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Miguel Angel Sanchez Espinel Data Nascimento: 31/01/1982 Passaporte: F24448058 País: CHILE; Processo: 47039006863201854 Requerente: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HAAKON ANSHUS BRANDSAETER Data Nascimento: 13/10/1995 Passaporte: 29021851 País: NORUEGA; Processo: 47039006865201843 Requerente: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ERLEND HOKSTAD Data Nascimento: 22/10/1991 Passaporte: 29237608 País: NORUEGA; Processo: 47039006909201835 Requerente: BASSDRILL BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN MARK LEACH Data Nascimento: 20/05/1975 Passaporte: 099236440 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47039006912201859 Requerente: AERZEN DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: INGO WALLAT Data Nascimento: 24/10/1964 Passaporte: C227Z8FYM País: ALEMANHA; Processo: 47039006918201826 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PEDRO MIGUEL GODOY DEL RISCO Data Nascimento: 24/10/1983 Passaporte: 002529837 País: VENEZUELA; Processo: 47039006930201831 Requerente: MMH INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Roberto Senis Data Nascimento: 27/04/1969 Passaporte: YB1839653 País: ITÁLIA; Processo: 47039006949201887 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: DONG WON LEE Data Nascimento: 26/12/1975 Passaporte: M15190919 País: CORÉIA DO SUL Estrangeiro: JONGSEOK KIM Data Nascimento: 16/02/1986 Passaporte: M80899263 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039006960201847 Requerente: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DEREK JAMES WILSON Data Nascimento: 25/11/1988 Passaporte: 498039485 País: EUA; Processo: 47039006961201891 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASAHIRO AMAI Data Nascimento: 21/06/1985 Passaporte: MU7179756 País: JAPÃO; Processo: 47039006978201849 Requerente: KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHARLES CLYDE BENETT Data Nascimento: 23/06/1965 Passaporte: 579684998 País: EUA; Processo: 47039006979201893 Requerente: CERVEJARIAS KAISER BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MATEJ KOVACEK Data Nascimento: 18/01/1988 Passaporte: 183378371 País: CROÁCIA; Processo: 47039007041201891 Requerente: CIRCUIBRAS IND COM DE CIRCUITOS IMP PROFISSIONAIS LTDA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: HOI KWONG JEW Data Nascimento: 23/03/1969 Passaporte: KJ0465075 País: CHINA Estrangeiro: KIN MING TAM Data Nascimento: 18/08/1969 Passaporte: K03194448 País: CHINA Estrangeiro: KWAN TO LI Data Nascimento: 03/10/1988 Passaporte: K02127607 País: CHINA Estrangeiro: KWOK WAI WONG Data Nascimento: 20/10/1982 Passaporte: KJ0522357 País: CHINA Estrangeiro: PUN LAP TSANG Data Nascimento: 13/12/1976 Passaporte: K02058415 País: CHINA Estrangeiro: WAI HUNG MUNG Data Nascimento: 28/09/1977 Passaporte: KJ0390248 País: CHINA; Processo: 47039007040201846 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHINSUKE MIZUMOTO Data Nascimento: 11/12/1977 Passaporte: TK0186878 País: JAPÃO; Processo: 47039007045201879 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHINYA ISHIHARA Data Nascimento: 31/10/1961 Passaporte: TS0055658 País: JAPÃO; Processo: 47039007053201815 Requerente: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: AURORE JACQUELINE D. NOELMANS Data Nascimento: 12/12/1986 Passaporte: EP619262 País: BÉLGICA; Processo: 47039007055201812 Requerente: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LAURENT MICHELINE J. THAELS Data Nascimento: 10/02/1972 Passaporte: EP717313 País: BÉLGICA; Processo: 47039007056201859 Requerente: GE CELMA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FREDERIC GEORGES R. LIETZMANN Data Nascimento: 30/01/1987 Passaporte: EP609618 País: BÉLGICA; Processo: 47039007062201814 Requerente: IGTEC BRASIL COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL ANTÓNIO GOMES VIEIRA Data Nascimento: 02/11/1976 Passaporte: P102887 País: PORTUGAL; Processo: 47039007063201851 Requerente: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIMITRY JULIAN HAUKE Data Nascimento: 19/04/1982 Passaporte: C3JNRGMXV País: ALEMANHA Estrangeiro: KERSTIN GAUL Data Nascimento: 07/08/1986 Passaporte: C3J3PTNGZ País: ALEMANHA Estrangeiro: MARCEL POPP Data Nascimento: 18/09/1979 Passaporte: C3FNG9P8R País: ALEMANHA Estrangeiro: SEBASTIAN VON SCHOENING Data Nascimento: 19/10/1971 Passaporte: C3JKGW5PO País: ALEMANHA; Processo: 47039007067201839 Requerente: INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS NATURA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MATHIEU DUCHOSSOY Data Nascimento: 09/04/1979 Passaporte: 12AR79685 País: FRANÇA; Processo: 47039007096201809 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: IL KYU YIM Data Nascimento: 10/04/1977 Passaporte: M47877088 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007100201821 Requerente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDRES MARTINEZ BLANCO Data Nascimento: 30/01/1976 Passaporte: PAB863222 País: ESPANHA; Processo: 47039007099201834 Requerente: GOODYEAR DO BRASIL PRODUTOS DE BORRACHA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: OTTO HERMANN KONRAD Data Nascimento: 02/04/1956 Passaporte: CG57R51MF País: ALEMANHA; Processo: 47039007102201810 Requerente: ROSNEFT BRASIL E&P LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: QING ZHANG Data Nascimento: 03/08/1984 Passaporte: E20402774 País: CHINA; Processo: 47039007163201887 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ETSUO FUKAZAWA Data Nascimento: 05/10/1960 Passaporte: TZ1012860 País: JAPÃO; Processo: 47039007208201813 Requerente: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ZOU WEN Data Nascimento: 12/05/1984 Passaporte: E29240566 País: CHINA; Processo: 47039007220201828 Requerente: SCANIA LATIN AMERICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUDGER KARL-HEINZ DYKSTRA Data Nascimento: 27/06/1965 Passaporte: C5Z743134 País: ALEMANHA; Processo: 47039007229201839 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Christian Weissbach Data Nascimento: 19/11/1982 Passaporte: C9J8K09Z9 País: ALEMANHA; Processo: 47039007230201863 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Hanspeter Michael Wolf Data Nascimento: 06/07/1973 Passaporte: C9J8ZMZ6H País: ALEMANHA; Processo: 47039007234201841 Requerente: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Rafal Reklewski Data Nascimento: 03/09/1976 Passaporte: ED3704582 País: POLÔNIA; Processo: 47039007232201852 Requerente: KLABIN S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SAUL PEREZ PRADO Data Nascimento: 13/08/1967 Passaporte: G28949972 País: MÉXICO; Processo: 47039007237201885 Requerente: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Nils Reich Data Nascimento: 13/12/1977 Passaporte: C1Y85YJ42 País: ALEMANHA; Processo: 47039007239201874 Requerente: KLABIN S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: VICTOR SOLIS AGUILAR Data Nascimento: 14/05/1986 Passaporte: G28949955 País: MÉXICO; Processo: 47039007240201807 Requerente: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Jochen Wernerus Data Nascimento: 24/11/1957 Passaporte: C73JMVZ09 País: ALEMANHA; Processo: 47039007251201889 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 15 Dia(s) Estrangeiro: Chetankumar Amrutlal Patel Data Nascimento: 19/02/1985 Passaporte: L2682243 País: ÍNDIA; Processo: 47039007252201823 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Christopher Rogers Colotta Data Nascimento: 21/02/1979 Passaporte: 482536053 País: EUA; Processo: 47039007254201812 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: David Andrew Smith Data Nascimento: 07/10/1964 Passaporte: 535254408 País: EUA; Processo: 47039007256201810 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Thi Mai Tran Data Nascimento: 30/01/1968 Passaporte: 527624131 País: EUA; Processo: 47039007266201847 Requerente: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JASON ROBERT CONDON Data Nascimento: 27/04/1990 Passaporte: 574990382 País: EUA; Processo: 47039007300201883 Requerente: FLORAPLAC MDF LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BLAZHKO PETROV BLAZHEV Data Nascimento: 06/08/1968 Passaporte: 383365844 País: BULGÁRIA Estrangeiro: DAVORIN BELAMARIC Data Nascimento: 07/05/1966 Passaporte: 139721817 País: CROÁCIA Estrangeiro: JOERG SYNOWZIK Data Nascimento: 28/05/1966 Passaporte: C6MPT752G País: ALEMANHA; Processo: 47039007303201817 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KYUNGTAK CHO Data Nascimento: 25/10/1985 Passaporte: M27970000 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007307201803 Requerente: MOC AGENCIA E SERVICOS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Stéphane Gérard Joseph Le Gall Data Nascimento: 24/08/1973 Passaporte: 13AK62250 País: FRANÇA; Processo: 47039007306201851 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: KIHUN CHOI Data Nascimento: 09/12/1991 Passaporte: M46266203 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007311201863 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: SAMJAE PARK Data Nascimento: 01/09/1963 Passaporte: M54395197 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007310201819 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Noel Garza Data Nascimento: 30/03/1976 Passaporte: 505835975 País: EUA; Processo: 47039007314201805 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: HYUNMIN KIM Data Nascimento: 31/03/1981 Passaporte: M36976252 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007315201841 Requerente: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NIKOLAUS JOHANNES THEATO Data Nascimento: 04/12/1991 Passaporte: CFFKRW90T País: ALEMANHA; Processo: 47039007319201820 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW STEPHEN COLLINS Data Nascimento: 09/01/1986 Passaporte: 548394131 País: EUA; Processo: 47039007322201843 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: SUNGJIN KIM Data Nascimento: 27/11/1983 Passaporte: M11177436 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007321201807 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSEPH GEORGE SWEET JR Data Nascimento: 08/08/1975 Passaporte: 537261899 País: EUA; Processo: 47039007324201832 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: STEVEN DONALD LUX Data Nascimento: 13/02/1981 Passaporte: 537256101 País: EUA; Processo: 47039007325201887 Requerente: BMW MANUFACTURING INDUSTRIA DE MOTOS DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SASCHA GRUEGER Data Nascimento: 19/09/1976 Passaporte: C2W6K3C3P País: ALEMANHA; Processo: 47039007328201811 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: MU YOUNG SUNG Data Nascimento: 10/11/1969 Passaporte: M55941951 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007330201890 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LIM CHEE BOON Data Nascimento: 28/08/1984 Passaporte: K0409023R País: SINGAPURA; Processo: 47039007332201889 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: SANGCHUL YOO Data Nascimento: 04/06/1986 Passaporte: M65130893 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007334201878 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKAHIRO SUGANO Data Nascimento: 27/12/1991 Passaporte: TR2978149 País: JAPÃO; Processo: 47039007336201867 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JUNYOUNG YANG Data Nascimento: 21/11/1979 Passaporte: M18794820 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007335201812 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKAHIRO KANEKO Data Nascimento: 18/12/1982 Passaporte: TR2330581 País: JAPÃO; Processo: 47039007338201856 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YUSUKE OKADA Data Nascimento: 09/05/1983 Passaporte: TK6992990 País: JAPÃO; Processo: 47039007343201869 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JEUNGSEOK KO Data Nascimento: 30/05/1980 Passaporte: M91498776 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007341201870 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KEISUKE OTA Data Nascimento: 06/08/1990 Passaporte: TK2851352 País: JAPÃO; Processo: 47039007342201814 Requerente: PROGRESS RAIL LOCOMOTIVAS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TRANCITO GONZALEZ AMADOR Data Nascimento: 14/07/1948 Passaporte: 561795590 País: EUA; Processo: 47039007350201861 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: SHUN KAKUYAMA Data Nascimento: 09/01/1991 Passaporte: TR2100883 País: JAPÃO; Processo: 47039007351201813 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MASAYUKI TAKAHASHI Data Nascimento: 05/01/1980 Passaporte: TR3506170 País: JAPÃO; Processo: 47039007352201850 Requerente: EMPRESA DE NAVEGACAO ELCANO S/A Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CARLOS GOMEZ GUTIERREZ Data Nascimento: 14/07/1974 Passaporte: BE485319 País: ESPANHA; Processo: 47039007353201802 Requerente: JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Carl Eugene Sitherwood Data Nascimento: 07/10/1958 Passaporte: 561326749 País: EUA; Processo: 47039007354201849 Requerente: IMAI EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA - EPP Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PETER HILDING MIKAEL BJOERKLUND Data Nascimento: 27/06/1963 Passaporte: 87645863 País: SUÉCIA; Processo: 47039007356201838 Requerente: MMH INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo:

180 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL NATALI Data Nascimento: 19/06/1985 Passaporte: YA8096929 País: ITÁLIA; Processo: 46094000557201887 Requerente: AIR PRODUCTS BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JERRY JOHN CALHOUN Data Nascimento: 08/01/1977 Passaporte: 481484322 País: EUA; Processo: 47039007361201841 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: SHEN JIANG Data Nascimento: 19/09/1986 Passaporte: G41693517 País: CHINA; Processo: 47039007367201818 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JAEWON JUNG Data Nascimento: 29/08/1992 Passaporte: M67058394 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007363201830 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Manfred Lang Data Nascimento: 15/01/1971 Passaporte: P5732717 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039007377201853 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOSHIO SUGITA Data Nascimento: 10/01/1983 Passaporte: TZ0795030 País: JAPÃO; Processo: 47039007383201819 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JUNHWAN BAEK Data Nascimento: 29/08/1982 Passaporte: M18743914 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007382201866 Requerente: KOBELCO MACHINERY DO BRASIL SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ATSUKI ARIMOTO Data Nascimento: 04/10/1993 Passaporte: TR2598288 País: JAPÃO; Processo: 46094000556201832 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 120 Dia(s) Estrangeiro: SHIGEMITSU SHIOTE Data Nascimento: 25/11/1976 Passaporte: TK5638257 País: JAPÃO; Processo: 47039007384201855 Requerente: KOBELCO MACHINERY DO BRASIL SERVICOS EMPRESARIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SHOHEI ORITA Data Nascimento: 17/12/1993 Passaporte: TR2108714 País: JAPÃO; Processo: 47039007386201844 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: MYUNG GYU KIM Data Nascimento: 25/07/1959 Passaporte: M94654727 País: CORÉIA DO SUL;

Processo: 46094000548201896 Requerente: NAL DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COMPONENTES DE ILUMINACAO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TURU SUZUKI Data Nascimento: 26/09/1992 Passaporte: MU1743144 País: JAPÃO; Processo: 47039007391201857 Requerente: ELEVADORES ATLAS SCHINDLER LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Roland Egli Data Nascimento: 03/05/1973 Passaporte: X1816618 País: SUIÇA; Processo: 46094000537201814 Requerente: SDEPCI PROJETOS E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JIE FU Data Nascimento: 07/09/1987 Passaporte: EC4567729 País: CHINA; Processo: 46094000536201861 Requerente: NESIC BRASIL S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: WATARU MISAWA Data Nascimento: 24/11/1990 Passaporte: TR5471136 País: JAPÃO; Processo: 47039007400201818 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: DUKSAN JUNG Data Nascimento: 03/04/1976 Passaporte: M30199187 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007407201821 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: SUNGCHON KIM Data Nascimento: 23/02/1978 Passaporte: M00089197 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007414201823 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: SOOCHUN HA Data Nascimento: 10/03/1971 Passaporte: M07344751 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007429201891 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: JINYOUNG KIM Data Nascimento: 24/09/1994 Passaporte: M13838562 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007432201813 Requerente: MANDO CORPORATION DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. Prazo: 3 Mês(es) Estrangeiro: TAEWOO GU Data Nascimento: 25/12/1980 Passaporte: M03942515 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007436201893 Requerente: KANJIKO DO BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: AKIHIRO HIGASHIYAMA Data Nascimento: 07/12/1992 Passaporte: TR3797514 País: JAPÃO; Processo: 47039007440201851 Requerente: HEIDELBERG DO BRASIL SISTEMAS GRAFICOS E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SEBASTIAN KOERNER Data Nascimento: 11/12/1985 Passaporte: C8ZCRCR6X País: ALEMANHA; Processo: 47039007451201831 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUNGWOOK CHOI Data Nascimento: 18/04/1976 Passaporte: M74900374 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007452201886 Requerente: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS TWARDAWSKY Data Nascimento: 09/08/1967 Passaporte: C21KJPHNG País: ALEMANHA; Processo: 47039007453201821 Requerente: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOAKIM KUEHL Data Nascimento: 06/01/1967 Passaporte: C28PGY3RZ País: ALEMANHA; Processo: 47039007454201875 Requerente: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARSTEN WINKLER Data Nascimento: 05/02/1972 Passaporte: C7G73YW3W País: ALEMANHA; Processo: 46094000534201872 Requerente: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER PHILLIP SANSOM Data Nascimento: 10/08/1961 Passaporte: 801116121 País: ANTÁRTICO BRITÂNICO,TERRITÓRIO; Processo: 46094000530201894 Requerente: LIUGONG LATIN AMERICA MAQUINAS PARA CONSTRUCAO PESADA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Jinfeng Gao Data Nascimento: 01/05/1994 Passaporte: EC2169579 País: CHINA; Processo: 46094000529201860 Requerente: ENGINEERING DO BRASIL S/A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUCA RIFEZZA Data Nascimento: 30/07/1985 Passaporte: YA3986803 País: ITÁLIA; Processo: 46094000528201815 Requerente: SALCOMP INDUSTRIAL ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CAO XIAOBO Data Nascimento: 20/08/1989 Passaporte: E60312606 País: CHINA; Processo: 46094000527201871 Requerente: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Mario Alberto Rojas Soto Data Nascimento: 01/03/1975 Passaporte: P08759103 País: CHINA; Processo: 46094000525201881 Requerente: KNAPP SUDAMERICA LOGISTICA E AUTOMACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL REUMILLER Data Nascimento: 11/08/1976 Passaporte: U2615735 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039007475201891 Requerente: AGILENT TECHNOLOGIES BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN LEE TALBOTT Data Nascimento: 31/10/1958 Passaporte: 524072797 País: EUA; Processo: 47039007476201835 Requerente: BAYER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CARSTEN IGLISCH Data Nascimento: 13/04/1971 Passaporte: C1XZCMJWW País: ALEMANHA; Processo: 47039007478201824 Requerente: BAYER S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JULIAN SEVERITT Data Nascimento: 09/10/1993 Passaporte: C1ZFVM3L1 País: ALEMANHA; Processo: 47039007487201815 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GUNWOO LEE Data Nascimento: 01/01/1974 Passaporte: M27816625 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007488201860 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JUNG HO YOO Data Nascimento: 22/06/1976 Passaporte: M59984674 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 46094000565201823 Requerente: NISSAN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERTO PALOS HURTADO Data Nascimento: 11/09/1984 Passaporte: G24649823 País: MÉXICO; Processo: 46094000524201837 Requerente: WOBBEN WINDPOWER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 230 Dia(s) Estrangeiro: JOEL MANNING Data Nascimento: 30/03/1994 Passaporte: C7H3H8KC5 País: ALEMANHA; Processo: 46094000523201892 Requerente: GERDAU ACOMINAS S/A Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Roland Magerbok Data Nascimento: 05/07/1970 Passaporte: U2194863 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039007493201872 Requerente: LABORATORIOS B BRAUN SA Prazo: 45 Dia(s) Estrangeiro: Andreas Willi Scheurer Data Nascimento: 20/02/1964 Passaporte: C8HN78LGM País: ALEMANHA; Processo: 46094000522201848 Requerente: SPI - INTEGRACAO DE SISTEMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: URIEL RENE TORRES ROMO Data Nascimento: 21/09/1988 Passaporte: G18968093 País: MÉXICO; Processo: 47039007499201840 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAEWON JANG Data Nascimento: 20/02/1986 Passaporte: M73198264 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039007500201836 Requerente: PETROGAL BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ANDRÉ MACHADO FERREIRA DE BARROS Data Nascimento: 02/07/1987 Passaporte: P406296 País: PORTUGAL Estrangeiro: FRANCISCO PINTO LEITE VIEIRA DE SÁ Data Nascimento: 18/11/1989 Passaporte: N823377 País: PORTUGAL Estrangeiro: NELSON FILIPE MARQUEZ Data Nascimento: 27/04/1981 Passaporte: N617217 País: PORTUGAL Estrangeiro: PAULO JORGE FLORES SALES GOMES Data Nascimento: 15/12/1987 Passaporte: N214870 País: PORTUGAL; Processo: 47039007501201881 Requerente: SAMSUNG ELETRONICA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JEONGTACK KIM Data Nascimento: 20/04/1961 Passaporte: M25968700 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 46094000520201859 Requerente: SPI - INTEGRACAO DE SISTEMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKUJI ABO Data Nascimento: 06/02/1956 Passaporte: TK2621119 País: JAPÃO; Processo: 47039007529201818 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YUTA KIYOSE Data Nascimento: 28/06/1993 Passaporte: TR8110045 País: JAPÃO; Processo: 47039007530201842 Requerente: SUMITOMO RUBBER DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KATSUTOSHI TSUNODA Data Nascimento: 11/03/1985 Passaporte: TK8401158 País: JAPÃO; Processo: 47039007531201897 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASANORI TASHIRO Data Nascimento: 11/09/1983 Passaporte: TH9518516 País: JAPÃO; Processo: 47039007555201846 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: EINAR ALEJANDRO LARA SOSA Data Nascimento: 02/06/1986 Passaporte: G29026481 País: MÉXICO; Processo: 47039007559201824 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BENJAMIN SCHOENHOLZER Data Nascimento: 05/01/1985 Passaporte: X1037563 País: SUIÇA; Processo: 47039007558201880 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUCA DAINA Data Nascimento: 24/02/1992 Passaporte: YA5296359 País: ITÁLIA; Processo: 46094000486201812 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Rafal Lukasz Stawarz Data Nascimento: 23/04/1986 Passaporte: EG9061589 País: POLÔNIA; Processo: 47039007563201892 Requerente: MONDELEZ BRASIL NORTE NORDESTE LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MATIAS URS FREI Data Nascimento: 13/07/1989 Passaporte: X1939840 País: SUIÇA; Processo: 46094000485201878 Requerente: KLABIN S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUCA LUCCHESI Data Nascimento: 26/08/1981 Passaporte: YA3173390 País: ITÁLIA; Processo: 46094000482201834 Requerente: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Bogumil Zbigniew Ryszowski Data Nascimento: 18/12/1976 Passaporte: EG0123169 País: POLÔNIA; Processo: 46094000473201843 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Simon John Brewer Data Nascimento: 29/11/1968 Passaporte: 529793604 País: INGLATERRA; Processo: 46094000472201807 Requerente: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Mario Gerardo Leon Cervantes Data Nascimento: 06/03/1990 Passaporte: G09451119 País: MÉXICO; Processo: 46094000456201814 Requerente: WHITE MARTINS PECEM GASES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Daniel Mark Seiler Data Nascimento: 30/03/1965 Passaporte: 521679791 País: EUA; Processo: 46094000518201880 Requerente: SPI - INTEGRACAO DE SISTEMAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TOKIYA KAKIYAMA Data Nascimento: 22/05/1979 Passaporte: TK7006325 País: JAPÃO; Processo: 46094000455201861 Requerente: WHITE MARTINS PECEM GASES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Richard Dean Lenz Data Nascimento: 14/09/1979 Passaporte: 539066439 País: EUA; Processo: 46094000513201857 Requerente: SANDVIK DO BRASIL S/A . INDUSTRIA E COMERCIO Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ARNE VELDEN Data Nascimento: 02/11/1988 Passaporte: C2RXRPYK9 País: ALEMANHA; Processo: 46094000450201839 Requerente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Scott Michael Schell Data Nascimento: 03/03/1976 Passaporte: 582789752 País: EUA; Processo: 46094000446201871 Requerente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: David Michael Kiras Data Nascimento: 27/04/1960 Passaporte: 488321114 País: EUA; Processo: 46094000509201899 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 80 Dia(s) Estrangeiro: RYOTA SAKAKIBARA Data Nascimento: 30/10/1987 Passaporte: TK6410902 País: JAPÃO; Processo: 46094000444201881 Requerente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Roland Rettenmaier Data Nascimento: 28/03/1969 Passaporte: C8PJKWFXZ País: ALEMANHA; Processo: 46094000445201826 Requerente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL BERROTH Data Nascimento: 27/11/1971 Passaporte: C8LZ0PNVY País: ALEMANHA; Processo: 47039007572201883 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: URS VOGEL Data Nascimento: 20/05/1987 Passaporte: C9H746F2V País: ALEMANHA; Processo: 46094000443201837 Requerente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Rufael Michael Data Nascimento: 01/09/1967 Passaporte: C8LZYT4GP País: ALEMANHA; Processo: 47039007575201817 Requerente: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: LUKAS SIMON KAMMERER Data Nascimento: 16/02/1997 Passaporte: C9919L2PK País: ALEMANHA; Processo: 47039007577201814 Requerente: COMPONEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KEVIN MEYER Data Nascimento: 29/07/1978 Passaporte: C24ZY0M09 País: ALEMANHA; Processo: 47039007579201803 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL BRIAN WALSH Data Nascimento: 09/03/1978 Passaporte: 545828651 País: EUA; Processo: 46094000441201848 Requerente: FRESENIUS KABI BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Johannes Emer Data Nascimento: 23/11/1990 Passaporte: C8PC9VF3G País: ALEMANHA; Processo: 46094000508201844 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: YOHEI ONO Data Nascimento: 09/03/1984 Passaporte: TR2743282 País: JAPÃO; Processo: 46094000505201819 Requerente: MULLER MARTINI BRASIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GOTTFRIED FLORIAN BUEHLMANN Data Nascimento: 28/07/1982 Passaporte: F3917454 País: SUIÇA; Processo: 46094000410201897 Requerente: GE POWER & WATER EQUIPAMENTOS E SERVICOS DE ENERGIA E TRATAMENTO DE AGUA LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Héctor Ramírez Hernández Data Nascimento: 27/02/1976 Passaporte: G16899592 País: MÉXICO; Processo: 46094000504201866 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 80 Dia(s) Estrangeiro: FREDERIK NIJHOFF Data Nascimento: 14/01/1977 Passaporte: BR99RJHK9 País: HOLANDA; Processo: 46094000433201800 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MASAYUKI MATSUNO Data Nascimento: 05/01/1960 Passaporte: TK8803463 País: JAPÃO; Processo: 46094000503201811 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DIRK GIJSBERS Data Nascimento: 17/11/1979 Passaporte: BG1DLDKC9 País: HOLANDA; Processo: 46094000501201822 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL FELIPE OROZCO VISBAL Data Nascimento: 16/06/1988 Passaporte: AO152528 País: COLÔMBIA; Processo: 46094000500201888 Requerente: MULLER MARTINI BRASIL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PHILIPP EMANUEL NIGGLI Data Nascimento: 25/02/1969 Passaporte: X4781077 País: SUIÇA; Processo: 46094000495201811 Requerente: PAUL WURTH DO BRASIL TECNOLOGIA E SOLUCOES INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Jean Philippe Bernard Joseph Delvaux Data Nascimento: 17/08/1980 Passaporte: EK147789 País: BÉLGICA; Processo: 46094000496201858 Requerente: AISIN AUTOMOTIVE

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

LTDA. Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOHARU NIMURA Data Nascimento: 09/10/1968 Passaporte: TR6424684 País: JAPÃO; Processo: 46094000493201814 Requerente: NOVELIS DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Hans Dieter Bauer Data Nascimento: 19/01/1964 Passaporte: CHPKMPVN0 País: ALEMANHA; Processo: 46094000489201856 Requerente: GEOLOG BRASIL SERVICOS PETROLIFEROS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JOSE NUVAIN GOMEZ JIMENEZ Data Nascimento: 19/03/1987 Passaporte: G28755755 País: MÉXICO; Processo: 46094000487201867 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Andres Alonso Espinoza Data Nascimento: 26/02/1981 Passaporte: 457615100 País: EUA; Processo: 47039007616201875 Requerente: CARLOS A.WANDERLEY & FILHOS-IMP.EXP.COM.REPR.LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: DANIELE MAGRI Data Nascimento: 25/11/1974 Passaporte: YA5405755 País: ITÁLIA Estrangeiro: FABIO MAINO Data Nascimento: 22/05/1967 Passaporte: YA8566371 País: ITÁLIA; Processo: 47039007619201817 Requerente: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: HARRI JOHANNES LAUKKANEN Data Nascimento: 26/03/1968 Passaporte: PX8388584 País: FINLÂNDIA Estrangeiro: JOEL HERBERT JONATAN LAUKKANEN Data Nascimento: 18/07/1993 Passaporte: PB6389804 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039007621201888 Requerente: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GERHARD SCHERNDL Data Nascimento: 20/09/1962 Passaporte: U1752535 País: ÁUSTRIA; Processo: 47039007626201819 Requerente: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MANUEL STEINER Data Nascimento: 15/12/1987 Passaporte: C8TV2CCC3 País: ALEMANHA; Processo: 47039007628201808 Requerente: PLACAS DO BRASIL S.A. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TIM FUCHSLOCH Data Nascimento: 10/04/1994 Passaporte: C5M1581LY País: ALEMANHA; Processo: 47039007630201879 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 180 Mês(es) Estrangeiro: SAMEER VIJAY POTNURWAR Data Nascimento: 24/03/1972 Passaporte: K5462490 País: ÍNDIA; Processo: 47039007639201880 Requerente: EDP RENOVAVEIS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: CLAUDIO LUIS FORES GARCIA Data Nascimento: 13/04/1955 Passaporte: AAB254374 País: ESPANHA; Processo: 47039007643201848 Requerente: EDP RENOVAVEIS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: FERNANDO FERNANDEZ MANZANAS Data Nascimento: 04/11/1971 Passaporte: PAD545850 País: ESPANHA; Processo: 47039007645201837 Requerente: EDP RENOVAVEIS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SANTIAGO SANTANA MARTIN Data Nascimento: 23/02/1976 Passaporte: AAJ244197 País: ESPANHA; Processo: 47039007646201881 Requerente: EDP RENOVAVEIS BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: SARA CAMPORRO VAZQUEZ Data Nascimento: 05/04/1978 Passaporte: AAB584056 País: ESPANHA; Processo: 47039007651201894 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKAO NAKAHARA Data Nascimento: 02/02/1971 Passaporte: TR9930668 País: JAPÃO; Processo: 47039007652201839 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUHEI FUKUSHIMA Data Nascimento: 02/07/1989 Passaporte: TS0329868 País: JAPÃO; Processo: 47039007654201828 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAISUKE KAKEHASHI Data Nascimento: 18/11/1980 Passaporte: TH9357225 País: JAPÃO; Processo: 47039007662201874 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: YUSUKE OISHI Data Nascimento: 19/08/1984 Passaporte: TH8516905 País: JAPÃO; Processo: 47039007667201805 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKATOSHI ITO Data Nascimento: 06/02/1975 Passaporte: TS0041072 País: JAPÃO; Processo: 47039007668201841 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: TAKAYUKI MURATA Data Nascimento: 30/11/1971 Passaporte: TR7474179 País: JAPÃO; Processo: 47039007669201896 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TAKUMI MACHIDA Data Nascimento: 27/01/1982 Passaporte: TR9931057 País: JAPÃO; Processo: 47039007679201821 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: KOJI OKAMOTO Data Nascimento: 28/02/1976 Passaporte: TK1303647 País: JAPÃO; Processo: 47039007682201845 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NAOYA YAMAMOTO Data Nascimento: 24/10/1979 Passaporte: TR9930700 País: JAPÃO; Processo: 46094000418201853 Requerente: IHS INFORMACOES E INSIGHT LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: THOMAS JAMES BISSETT Data Nascimento: 12/06/1967 Passaporte: 488303962 País: EUA; Processo: 46094000494201869 Requerente: SNR ROLAMENTOS DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAISUKE ISHIBASHI Data Nascimento: 15/04/1966 Passaporte: TK8800338 País: JAPÃO; Processo: 47039007691201836 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: TOMOHIRO SUZUKI Data Nascimento: 20/10/1971 Passaporte: TR8007704 País: JAPÃO; Processo: 47039007693201825 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: GEN SUGIOKA Data Nascimento: 03/01/1969 Passaporte: TK3433266 País: JAPÃO; Processo: 47039007694201870 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TSUYOSHI YAMAMOTO Data Nascimento: 06/11/1965 Passaporte: TR7694825 País: JAPÃO; Processo: 46094000464201852 Requerente: SHELL BRASIL PETROLEO LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: INGER ALETTE PRANGER Data Nascimento: 07/07/1969 Passaporte: BJ769RFH3 País: HOLANDA.

Residência Prévia - RN 03 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 4º, Parágrafo 1º):

Processo: 46094000256201853 Requerente: MAMMOET BRASIL GUINDASTES LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: NYANDAU ANAK LUAT Data Nascimento: 28/03/1973 Passaporte: K40156199 País: MALÁSIA; Processo: 47039006910201860 Requerente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: GARETH CHRISTOPHER GRANT-MILLS Data Nascimento: 24/03/1990 Passaporte: 533569940 País: INGLATERRA; Processo: 47039007282201830 Requerente: ELECTROLUX DO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: PENGFEI YE Data Nascimento: 09/10/1990 Passaporte: E34743660 País: CHINA; Processo: 46094000488201810 Requerente: VIKING LIFE-SAVING EQUIPMENT BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ABDERRAHIM KATOU Data Nascimento: 29/07/1967 Passaporte: YM0575651 País: MARROCOS; Processo: 47039007344201811 Requerente: ANGLO AMERICAN MINERIO DE FERRO BRASIL S/A Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Mario Arriaga Guzman Data Nascimento: 23/05/1976 Passaporte: G13022247 País: MÉXICO; Processo: 47039007404201898 Requerente: FMC TECHNOLOGIES DO BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KIM PETER HASTINGS Data Nascimento: 31/08/1958 Passaporte: 549310203 País: INGLATERRA; Processo: 47039007538201817 Requerente: MAZAK SULAMERICANA LTDA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: TOMOHITO UMEDA Data Nascimento: 14/11/1991 Passaporte: TR8212730 País: JAPÃO; Processo: 47039007607201884 Requerente: GUARDIAN DO BRASIL VIDROS PLANOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: ROBERT DUANE WILLIAMS Data Nascimento: 12/05/1958 Passaporte: 557040125 País: EUA; Processo: 46094000368201812 Requerente: CATERPILLAR BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN JAMES WILLIAMS Data Nascimento: 04/04/1987 Passaporte: 573882307 País: EUA; Processo: 47039007684201834 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SCOTT STEVEN URBANC Data Nascimento: 10/07/1989 Passaporte: 578822841 País: EUA; Processo: 47039007688201812 Requerente: TOYOTA DO BRASIL LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANIEL VINCENT BAKER Data Nascimento: 03/05/1992 Passaporte: 483764251 País: EUA; Processo: 47039007738201861 Requerente: PETRUSTECH OIL E GAS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: MARTIN JOHN GARLICK Data Nascimento: 11/08/1969 Passaporte: PA2848555 País: AUSTRÁLIA; Processo: 47039007794201804 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: KOJI SAKAMOTO Data Nascimento: 28/03/1986 Passaporte: MU6759971 País: JAPÃO.

Residência Prévia - RN 07 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041002601201871 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Loic, Jean, André Bizot Data Nascimento: 09/04/1970 Passaporte: 18CE48682 País: FRANÇA; Processo: 47041002602201816 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Damien Sébastien Gaucher Data Nascimento: 28/04/1978 Passaporte: 18AK37585 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 10 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001828201808 Requerente: INTERNATIONAL ASSOCIATION OF CHRISTIAN SCHOOLS IN BRAZIL Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Peter Harry Everett Simano Jr Data Nascimento: 15/04/1964 Passaporte: 488755679 País: EUA.

Residência Prévia - RN 04 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039004121201894 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ABHISHEK RAMDAS PADALE Data Nascimento: 09/04/1994 Passaporte: R2744777 País: ÍNDIA; Processo: 47039004124201828 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUNIL DAMODAR ADSUL Data Nascimento: 13/12/1964 Passaporte: Z4071640 País: ÍNDIA; Processo: 47039004125201872 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUSANTA KUMAR NANDY Data Nascimento: 27/04/1967 Passaporte: P0003761 País: ÍNDIA; Processo: 47039004299201835 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAJESH RAMKHILAVAN THAKUR Data Nascimento: 28/02/1966 Passaporte: H2922075 País: ÍNDIA; Processo: 47039004366201811 Requerente: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SERGII SHAPOVALOV Data Nascimento: 13/09/1959 Passaporte: EX829033 País: UCRÂNIA; Processo: 47039004369201855 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL STODDART Data Nascimento: 08/05/1956 Passaporte: AAB703870 País: ARGENTINA; Processo: 47039004371201824 Requerente: SWIFT TECHNICAL SERVICOS TECNICOS ESPECIALIZADOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BORIS ALFREDO ZENTENO NUNEZ Data Nascimento: 05/09/1974 Passaporte: 3926215 País: BOLÍVIA; Processo: 47039005085201886 Requerente: GEOKINETICS GEOPHYSICAL DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SCOTT ROBERT MCCULLOCH Data Nascimento: 23/08/1979 Passaporte: 507449521 País: INGLATERRA; Processo: 47039005225201816 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONNY MIKAEL SAHLBERG Data Nascimento: 17/08/1981 Passaporte: 89384873 País: SUÉCIA; Processo: 47039005231201873 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MALIN CHRISTINA FRANKEL Data Nascimento: 02/02/1987 Passaporte: 90565037 País: SUÉCIA; Processo: 47039005419201811 Requerente: ATLAS ENERGIA RENOVAVEL DO BRASIL S.A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO ANDRES LAVIN LOPEZ Data Nascimento: 27/07/1979 Passaporte: F11132162 País: CHILE; Processo: 47039005656201882 Requerente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Enrico Minicillo Data Nascimento: 01/04/1990 Passaporte: YA3579718 País: ITÁLIA; Processo: 47039005649201881 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Kristijan Vuletic Data Nascimento: 25/12/1978 Passaporte: 052668306 País: CROÁCIA; Processo: 47039005711201834 Requerente: AK OPERACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUNE ASKELAND Data Nascimento: 01/07/1956 Passaporte: 31961590 País: NORUEGA; Processo: 47039005735201893 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAILIU YU Data Nascimento: 25/04/1983 Passaporte: G42975649 País: CHINA; Processo: 47039005740201804 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHI LIU Data Nascimento: 05/06/1980 Passaporte: EC4345965 País: CHINA; Processo: 47039005746201873 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HENGLIANG XIA Data Nascimento: 13/02/1985 Passaporte: E02121928 País: CHINA; Processo: 47039005751201886 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LIN ZHANG Data Nascimento: 15/02/1980 Passaporte: E99867579 País: CHINA; Processo: 47039005756201817 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEWEN ZENG Data Nascimento: 26/05/1980 Passaporte: G44660654 País: CHINA; Processo: 47039005774201891 Requerente: ACURATE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KELLY JEANNE MINCHOW Data Nascimento: 02/09/1979 Passaporte: 559405192 País: EUA.

Residência Prévia - RN 06 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001659201806 Requerente: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANGEL ALFREDO PEREZ MARTINEZ Data Nascimento: 22/01/1984 Passaporte: 131234318 País: VENEZUELA; Processo: 47041001925201892 Requerente: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GIANFRANCO BUCCELLA Data Nascimento: 23/01/1961 Passaporte: YA5676299 País: ITÁLIA; Processo: 47041001987201802 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Estrangeiro: REYNALDO GUERRERO LIZARDO Data Nascimento: 21/12/1967 Passaporte: P2339676A País: FILIPINAS Estrangeiro: RICKY CABASINGAN LEDESMA Data Nascimento: 04/06/1973 Passaporte: P3730145A País: FILIPINAS Estrangeiro: Uldarico Jr Acosta Guillermo Data Nascimento: 08/03/1970 Passaporte: EC0056275 País: FILIPINAS Estrangeiro: VIDAR JOHANSEN Data Nascimento: 07/04/1958 Passaporte: 27346630 País: NORUEGA Estrangeiro: YOHEI MOZUMI Data Nascimento: 01/08/1986 Passaporte: TK3239398 País: JAPÃO; Processo: 47041002200201811 Requerente: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRIAN WILLIAM LEEDS Data Nascimento: 05/04/1973 Passaporte: 575260747 País: EUA; Processo: 47041002205201844 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Estrangeiro: Lars Christian Mathiesen Data Nascimento: 02/11/1977 Passaporte: 30386860 País: NORUEGA; Processo: 47041002244201841 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 20/03/2019 Estrangeiro: Catalin-Iulian Dumitrache Data Nascimento: 11/09/1973 Passaporte: 053425188 País: ROMÊNIA; Processo: 47041002248201820 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/04/2019 Estrangeiro: Angelito Tanoja Diana Data Nascimento: 24/01/1970 Passaporte: P2087138A País: FILIPINAS; Processo: 47041002251201843 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oliver Valenzuela Herrera Data Nascimento: 02/04/1984 Passaporte: P2324441A País: FILIPINAS; Processo: 47041002258201865 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/05/2020 Estrangeiro: BILFREN ORDILLANO TAMON Data Nascimento: 28/05/1979 Passaporte: P5404477A País: FILIPINAS Estrangeiro: EDSIL URSAL TANCAWAN Data Nascimento: 26/10/1976 Passaporte: EC2305804 País: FILIPINAS Estrangeiro: EDVER JOPH CORVERA CAMPOS Data Nascimento: 18/11/1991 Passaporte: EC1825356 País: FILIPINAS Estrangeiro: NANDY CABINGAN VECIDO Data Nascimento: 21/01/1981 Passaporte: EB9894545 País: FILIPINAS Estrangeiro: RONALDO PORMILDA SUMAYO Data Nascimento: 09/09/1977 Passaporte: P0986566A País: FILIPINAS; Processo: 47041002253201832 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jonald Fernandez Zamora Data Nascimento: 03/07/1979 Passaporte: EC5713059 País: FILIPINAS Estrangeiro: Rodel Genita Balagot Data Nascimento: 12/09/1990 Passaporte: EC5774951 País: FILIPINAS; Processo: 47041002264201812 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ivan Kozhenkov Data Nascimento: 18/05/1977 Passaporte: 732544074 País: RÚSSIA; Processo: 47041002267201856 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Waldemar Piotr Kaminski Data Nascimento: 26/12/1968 Passaporte: EG0404958 País: POLÔNIA; Processo: 47041002268201809 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/03/2019 Estrangeiro: Raju Mylapalli Data Nascimento: 10/06/1991 Passaporte: J5118667 País: ÍNDIA; Processo: 47041002269201845 Requerente: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 02/09/2018 Estrangeiro: Kuttappa Kongettira Ponnapa Data Nascimento: 08/05/1989 Passaporte: K1701350 País: ÍNDIA Estrangeiro: Rajesh Rajappan Syamala Devi Data Nascimento:

06/03/1987 Passaporte: H6732401 País: ÍNDIA; Processo: 47041002282201802 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Samuel Decena Vinas Data Nascimento: 25/10/1974 Passaporte: P4578460A País: FILIPINAS; Processo: 47041002283201849 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2019 Estrangeiro: Andriy Lyn Data Nascimento: 16/07/1978 Passaporte: EK216783 País: UCRÂNIA; Processo: 47041002285201838 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Kichan Park Data Nascimento: 05/01/1983 Passaporte: M14564752 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47041002286201882 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 08/08/2018 Estrangeiro: Franklin Dapal Dumago Data Nascimento: 27/02/1971 Passaporte: EC4868794 País: FILIPINAS; Processo: 47041002287201827 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Sean Patrick Bowers Data Nascimento: 19/09/1956 Passaporte: 517058530 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041002288201871 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Heracleo Sasi Santiagudo Data Nascimento: 17/05/1969 Passaporte: P6475262A País: FILIPINAS; Processo: 47041002289201816 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Makar Grygorian Data Nascimento: 19/08/1980 Passaporte: FE678455 País: UCRÂNIA; Processo: 47041002291201895 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/10/2018 Estrangeiro: Ian Frank Bautista Badoles Data Nascimento: 17/11/1978 Passaporte: EC5955349 País: FILIPINAS; Processo: 47041002290201841 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/12/2019 Estrangeiro: Edwin Abella Gailan Data Nascimento: 03/10/1985 Passaporte: P6480254A País: FILIPINAS; Processo: 47041002292201830 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Estrangeiro: Romulo Jr Miranda Gamboa Data Nascimento: 15/09/1973 Passaporte: EC1230514 País: FILIPINAS; Processo: 47041002293201884 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Estrangeiro: Neculai Draghici Data Nascimento: 18/10/1962 Passaporte: 053365136 País: ROMÊNIA; Processo: 47041002294201829 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: Gregory Petrosian Data Nascimento: 11/07/1969 Passaporte: 17AA11310 País: GEÓRGIA; Processo: 47041002295201873 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lukasz Krzysztof Lasota Data Nascimento: 29/08/1982 Passaporte: EH2690787 País: POLÔNIA; Processo: 47041002296201818 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Zacarias Agapito Mirando Data Nascimento: 05/07/1974 Passaporte: P5473046A País: FILIPINAS; Processo: 47041002297201862 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 26/01/2019 Estrangeiro: Samid Aliev Data Nascimento: 23/01/1985 Passaporte: 715029282 País: RÚSSIA; Processo: 47041002298201815 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Filippos Karatzis Data Nascimento: 03/04/1975 Passaporte: AN2323169 País: GRÉCIA; Processo: 47041002299201851 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Piotr Stanislaw Dudzinski Data Nascimento: 07/05/1966 Passaporte: EA9284292 País: POLÔNIA; Processo: 47041002302201837 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/03/2019 Estrangeiro: Volodymyr Kazakov Data Nascimento: 01/01/1978 Passaporte: FM465407 País: UCRÂNIA; Processo: 47041002301201892 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Reynan Neptuno Arao Data Nascimento: 10/12/1977 Passaporte: EC4194372 País: FILIPINAS; Processo: 47041002303201881 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: até 15/01/2019 Estrangeiro: Mário Luís Mariani Fialho Data Nascimento: 24/01/1963 Passaporte: P059082 País: PORTUGAL; Processo: 47041002305201871 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Angelos Evangelos Karagiannis Data Nascimento: 16/07/1975 Passaporte: AN3608072 País: GRÉCIA Estrangeiro: Antonios Vlassakis Data Nascimento: 07/02/1944 Passaporte: AN0785357 País: GRÉCIA Estrangeiro: Gerasimos Mandilas Data Nascimento: 11/10/1971 Passaporte: AN0237671 País: GRÉCIA Estrangeiro: Ioannis Karatzas Data Nascimento: 04/01/1960 Passaporte: AN5157062 País: GRÉCIA Estrangeiro: Ioannis Papadopoulos Data Nascimento: 08/01/1963 Passaporte: AN1240811 País: GRÉCIA Estrangeiro: Konstantinos Stratis Data Nascimento: 17/06/1974 Passaporte: AN1072871 País: GRÉCIA Estrangeiro: Konstantinos Tsartsaris Data Nascimento: 29/01/1954 Passaporte: AN1079558 País: GRÉCIA Estrangeiro: Kyriakos Kalandranis Data Nascimento: 19/02/1966 Passaporte: AN1078613 País: GRÉCIA Estrangeiro: Nikolaos Chatzidoulis Data Nascimento: 01/05/1980 Passaporte: AN1091843 País: GRÉCIA Estrangeiro: Nikolaos Stefas Data Nascimento: 11/05/1974 Passaporte: AN3560048 País: GRÉCIA Estrangeiro: Nikolaos Valamvanos Data Nascimento: 11/05/1961 Passaporte: AN1135988 País: GRÉCIA Estrangeiro: Stefanos Georgiou Data Nascimento: 13/04/1950 Passaporte: AN1641662 País: GRÉCIA; Processo: 47041002306201815 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/05/2020 Estrangeiro: ANDREY PRESNOV Data Nascimento: 07/08/1967 Passaporte: 7549703771 País: RÚSSIA; Processo: 47041002309201859 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/09/2018 Estrangeiro: Julius Valmoria Rodriguez Data Nascimento: 22/04/1964 Passaporte: EC8010522 País: FILIPINAS; Processo: 47041002310201883 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Antonios Lymnioudis Data Nascimento: 07/04/1978 Passaporte: AM0741762 País: GRÉCIA; Processo: 47041002313201817 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Estrangeiro: ANTHONY ANDRADE GAYOBA Data Nascimento: 13/07/1970 Passaporte: P1989640A País: FILIPINAS Estrangeiro: ARIEL JHUN GEBONE ALICUM Data Nascimento: 29/09/1984 Passaporte: EC7296776 País: FILIPINAS Estrangeiro: BONERJES RICABLANCA MARABE Data Nascimento: 04/12/1971 Passaporte: P3151518A País: FILIPINAS Estrangeiro: Bryan Redil Somodio Data Nascimento: 01/11/1982 Passaporte: EC5667761 País: FILIPINAS Estrangeiro: GILBERTO III NUEVO TIZON Data Nascimento: 07/11/1991 Passaporte: EC4933513 País: FILIPINAS; Processo: 47041002314201861 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Estrangeiro: JULIETO CUENCA VALENCIA Data Nascimento: 16/06/1969 Passaporte: EC2612280 País: FILIPINAS Estrangeiro: KEITH DAVE NARVAS KILAKIGA Data Nascimento: 05/08/1989 Passaporte: EC2851813 País: FILIPINAS Estrangeiro: KENNETH OLSEN Data Nascimento: 23/02/1986 Passaporte: 32251411 País: NORUEGA Estrangeiro: KLAUS EGIL KALLEVIK Data Nascimento: 12/03/1980 Passaporte: 31455612 País: NORUEGA Estrangeiro: LUKASZ JAKUB RYBACZEWSKI Data Nascimento: 14/09/1984 Passaporte: EK6720995 País: POLÔNIA; Processo: 47041002317201803 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Estrangeiro: Gunnar Schjenken Data Nascimento: 11/04/1967 Passaporte: 30742439 País: NORUEGA Estrangeiro: Helenito Cortes Campos Data Nascimento: 03/05/1960 Passaporte: P5349001A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jessie Jim Soliva Suplico Data Nascimento: 15/01/1963 Passaporte: P2900728A País: FILIPINAS Estrangeiro: Jojet Ubal Maghari Data Nascimento: 29/10/1975 Passaporte: P2421999A País: FILIPINAS Estrangeiro: Joren Dua Maraguinot Data Nascimento: 16/01/1989 Passaporte: EC5891729 País: FILIPINAS; Processo: 47041002318201840 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/02/2020 Estrangeiro: RUSTICO BARRIENTOS SIMPAO Data Nascimento: 18/04/1968 Passaporte: P1161862A País: FILIPINAS Estrangeiro: Ronel Aliocod Claveria Data Nascimento: 02/08/1980 Passaporte: EC0675946 País: FILIPINAS Estrangeiro: Victor Tom Gotico Corpuz Data Nascimento: 17/09/1976 Passaporte: EC4448551 País: FILIPINAS; Processo: 47041002322201816 Requerente: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 07/01/2020 Estrangeiro: JERRY DIMAANO ILAGAN Data Nascimento: 20/12/1978 Passaporte: P35437554A País: FILIPINAS; Processo: 47041002324201805 Requerente: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/05/2020 Estrangeiro: EVERT BRANDS Data Nascimento: 17/01/1996 Passaporte: NVR04R107 País: HOLANDA Estrangeiro: SIJBREN HEINZE ANNEMA Data Nascimento: 07/08/1965 Passaporte: BU1R8PCC6 País: HOLANDA; Processo: 47041002326201896 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AJAY KUMAR JAIN Data Nascimento: 26/03/1963 Passaporte: Z2796032 País: ÍNDIA; Processo: 47041002327201831 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 13/08/2018 Estrangeiro: Divakar Kadiri Data Nascimento: 18/07/1987 Passaporte: L7276661 País: ÍNDIA; Processo: 47041002328201885 Requerente: M&S CERNAMBI NORTE OPERACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIUS STEFANUS MUNRO Data Nascimento: 24/12/1964 Passaporte: M00136415 País: REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL; Processo: 47041002329201820 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arturo Apuli Monera Data Nascimento: 09/04/1965 Passaporte: P6695324A País: FILIPINAS; Processo: 47041002331201807 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Regees Francis Distor Villavert Data Nascimento: 01/11/1972 Passaporte: P3386808A País: FILIPINAS; Processo: 47041002332201843 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Estrangeiro: Rainer Detlef Straubel Data Nascimento: 23/10/1963 Passaporte: C3NVJW8HM País: ALEMANHA; Processo: 47041002333201898 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 16/10/2019 Estrangeiro: Hermogenes Jr. Tavares Cabuntas Data Nascimento: 09/12/1974 Passaporte: EC6605549 País: FILIPINAS; Processo: 47041002335201887 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 15/11/2018 Estrangeiro: Olivier Jean Alexis Paletou Data Nascimento: 05/01/1968 Passaporte: 11AT00315 País: FRANÇA; Processo: 47041002337201876 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 28/11/2018 Estrangeiro: Meliton Bacolor Sahagun Data Nascimento: 12/05/1975 Passaporte: P2367486A País: FILIPINAS Estrangeiro: Nassal Uy Surian Data Nascimento: 12/11/1963 Passaporte: EC4911895 País: FILIPINAS Estrangeiro: Neil Anthony Pua Balaccua Data Nascimento: 23/07/1969 Passaporte: EC5748528 País: FILIPINAS; Processo: 47041002336201821 Requerente: TEEKAY DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 15/01/2020 Estrangeiro: Emmanuel Del Rosario Umpad Data Nascimento: 20/01/1997 Passaporte: P4149256A País: FILIPINAS; Processo: 47041002338201811 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Estrangeiro: MANUELE LUPPI Data Nascimento: 08/03/1974 Passaporte: YA6019918 País: ITÁLIA; Processo: 47041002339201865 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 06/10/2019 Estrangeiro: RUNE TOTLAND Data Nascimento: 17/02/1985 Passaporte: 32150653 País: NORUEGA; Processo: 47041002340201890 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAL GEBSKI Data Nascimento: 12/06/1977 Passaporte: EH5689526 País: POLÔNIA; Processo: 47041002342201889 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Edwin Dela Cruz Solis Data Nascimento: 17/05/1975 Passaporte: EC3890516 País: FILIPINAS; Processo: 47041002343201823 Requerente: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA Prazo: até 30/01/2020 Estrangeiro: ARNOLD RUBIDO PITAO Data Nascimento: 31/10/1967 Passaporte: P1573903A País: FILIPINAS; Processo: 47041002345201812 Requerente: FINARGE APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 25/01/2019 Estrangeiro: ANDREA RIVELLA Data Nascimento: 05/03/1985 Passaporte: YA5093643 País: ITÁLIA; Processo: 47041002346201867 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Armando Bagsic Lanote Data Nascimento: 22/07/1975 Passaporte: EC1511684 País: FILIPINAS; Processo: 47041002347201810 Requerente: RESERVOIR GROUP DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLO CAPONE Data Nascimento: 28/09/1953 Passaporte: YB1918085 País: ITÁLIA.

Residência Prévia - RN 11/2017 Residência Prévia - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 2º):

Processo: 47039005980201809 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: MIGUEL ANGEL HOMES CAMEJO Data Nascimento: 06/12/1975 Passaporte: 102156010 País: VENEZUELA; Processo: 47039006007201807 Requerente: USINAS SIDERURGICAS DE MINAS GERAIS S/A. USIMINAS Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: KOHEI KIMURA Data Nascimento: 17/03/1960 Passaporte: TS0269096 País: JAPÃO; Processo: 47039006047201841 Requerente: SUMITOMO CORPORATION DO BRASIL S/A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: TAKAHISA SAWADA Data Nascimento: 30/08/1984 Passaporte: TR4095589 País: JAPÃO; Processo: 47039006350201843 Requerente: KIABI DO BRASIL MODAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCOIS HAIMEZ Data Nascimento: 28/04/1972 Passaporte: 16CC83637 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RN 19 - Residência Prévia - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039004819201818 Requerente: ING BANK N V Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIM CHRISTIAAN SLINGERLAND Data Nascimento: 29/09/1990 Passaporte: NXKR179B5 País: PAÍSES BAIXOS; Processo: 47039005201201867 Requerente: TETRA PAK LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALVARO EULOGIO GOMEZ TRENOR SOBRINO Data Nascimento: 29/03/1993 Passaporte: PAC469566 País: ESPANHA; Processo: 47039005609201839 Requerente: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KOSUKE UTSUMI Data Nascimento: 30/05/1992 Passaporte: MU3171586 País: JAPÃO; Processo: 47039005666201818 Requerente: GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: GEORGINA MENDONZA RODRIGUEZ Data Nascimento: 15/03/1987 Passaporte: G12591844 País: MÉXICO; Processo: 47039005748201862 Requerente: MITSUI CHEMICALS DO BRASIL COMERCIO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yuta Abe Data Nascimento: 03/10/1986 Passaporte: TR9367898 País: JAPÃO; Processo: 47039005791201828 Requerente: EBANX S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MONICA LORENA GOMEZ FRANCO Data Nascimento: 19/09/1994 Passaporte: G27880667 País: MÉXICO.

Residência - RN 02 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039002964201856 Requerente: RM SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PHILIP MICHAEL MCGRANE Data Nascimento: 08/01/1964 Passaporte: 510556280 País: INGLATERRA Mãe: BARBARA AMY MCGRANE Pai: MAURICE ABRAMS MCGRANE; Processo: 47039004042201883 Requerente: ICBC DO BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LIANG ZHU Data Nascimento: 19/02/1982 Passaporte: PE0550835 País: CHINA Mãe: LING LEI Pai: MINGKUAN ZHU; Processo: 47039004072201890 Requerente: J E PRODUCOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DILO PAULO ALBERTO Data Nascimento: 26/04/1992 Passaporte: N2199165 País: ANGOLA Mãe: Teresa Carlos Antônio Pai: Domingos Paulo Alberto; Processo: 47039004117201826 Requerente: SHA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: David Fernando dos Santos Azevedo Data Nascimento: 18/12/1977 Passaporte: N842227 País: PORTUGAL Mãe: Helena Maria do Carmo Santos Pai: Francisco Fernando dos Santos Azevedo; Processo: 47039004601201855 Requerente: KOMATSU BRASIL INTERNATIONAL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IKUO MIYAZAKI Data Nascimento: 04/01/1963 Passaporte: TK0248094 País: JAPÃO Mãe: SACHIE MIYAZAKI Pai: ISAMU MIYAZAKI; Processo: 47039004723201841 Requerente: SAINT-GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OLIVIA FREDERIQUE AXELLE PESSINET Data Nascimento: 01/12/1989 Passaporte: 12AC83330 País: FRANÇA Mãe: LISON BENOUAICH Pai: GERALD DANIEL RAOUL PESSINET; Processo: 47039004965201835 Requerente: ATRIA ENGENHARIA CIVIL E IMPLANTACOES ENERGETICAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: GIULIO ANTONIO ZAPPA Data Nascimento: 20/07/1982 Passaporte: YA1585816 País: ITÁLIA Mãe: CARLA ORLANDI Pai: ANTONIO ZAPPA; Processo: 47039005012201894 Requerente: NUCTECH DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAHAI SUN Data Nascimento: 06/04/1964 Passaporte: G46405391 País: CHINA Mãe: NIE HUILAN Pai: SUN SHILI; Processo: 47039005136201870 Requerente: CGG DO BRASIL

PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Vincent Roger Belz Data Nascimento: 10/07/1987 Passaporte: 09AA83851 País: FRANÇA Mãe: Isabelle Edwige Cosserat Pai: Philippe Jean Vincent Belz; Processo: 47039005072201815 Requerente: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VIVIANE GABRIELLE MARGUERITE VIOLET Data Nascimento: 17/07/1989 Passaporte: 11CT94756 País: FRANÇA Mãe: MARIE ELISABETH ODILE VIOLET CUILLIER Pai: JEAN MARIE HENRY VIOLET; Processo: 47039005528201839 Requerente: IES DO BRASIL SOLUCOES EM EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID WILLIAM DOOLEY Data Nascimento: 24/02/1971 Passaporte: 488810690 País: EUA Mãe: KATHLEEN DOOLEY Pai: FRANCIS DOOLEY; Processo: 47039005544201821 Requerente: COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA COELBA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE JUAN GUILLEN MATURANA Data Nascimento: 08/10/1958 Passaporte: PAB770925 País: ESPANHA Mãe: MARIA MATURANA AYALA Pai: JUAN GUILLEN BERNAL; Processo: 47039005566201891 Requerente: AVL APLICATIVOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: THIBAULT BENJAMIN NICOLAS QUILLARD Data Nascimento: 27/11/1989 Passaporte: 11CL05196 País: FRANÇA Mãe: FRANCOISE MARIE JOSEPH VANDENHOVE Pai: JEAN PIERRE GUY HENRI QUILLARD; Processo: 47039005576201827 Requerente: CLUB MED BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: THOMAS PIERRE RODRIGUEZ Data Nascimento: 14/09/1988 Passaporte: 17FV28496 País: FRANÇA Mãe: YVETTE SUZANNE JULIETTE DEMON Pai: FRANCOIS RODRIGUEZ; Processo: 47039005578201816 Requerente: SHERWIN-WILLIAMS DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JESUS IVAN BUENAVISTA VALDEZ Data Nascimento: 17/11/1982 Passaporte: E14934457 País: MÉXICO Mãe: GLORIA VALDEZ LEY Pai: FLORENTINO BUENAVISTA PALACIOS; Processo: 47039005618201820 Requerente: SOMAFEL - OBRAS FERROVIARIAS E MARITIMAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Nuno Miguel da Costa Gonçalves Data Nascimento: 26/02/1976 Passaporte: P374142 País: PORTUGAL Mãe: Maria Amelia Dias Costa da Cruz Pai: Albino Maria Pires Gonçalves da Cruz; Processo: 47039005627201811 Requerente: MANE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BENJAMIN PASCAL BELIZON Data Nascimento: 08/03/1983 Passaporte: 12DA79707 País: FRANÇA Mãe: FLORENCE FRANÇOISE DANIELLE GALINIER Pai: CHRISTIAN JEAN BELIZON; Processo: 47039005648201836 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHANNON MAE HOBBS BECKLEY Data Nascimento: 11/10/1972 Passaporte: 536925699 País: EUA Mãe: Katherine Margaret Boding Pai: Morton Mark Beckley; Processo: 47039005663201884 Requerente: DECISION6 EQUIPAMENTOS S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: VALERIE ELYSE SINGER Data Nascimento: 04/04/1977 Passaporte: HG069108 País: CANADÁ Mãe: Evelyne Singer Pai: Sydney Singer; Processo: 47039005671201821 Requerente: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOSHIYUKI YAMAGUCHI Data Nascimento: 31/08/1980 Passaporte: TZ1163833 País: JAPÃO Mãe: SAYOKO YAMAGUCHI Pai: KAZUO YAMAGUCHI; Processo: 47039005690201857 Requerente: NAVCON NAVEGACAO E CONTROLE, INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANDREW JOHN ALDRICH Data Nascimento: 25/03/1983 Passaporte: 217635569 País: INGLATERRA Mãe: KAREN ANN ALDRICH Pai: RICHARD ALDRICH; Processo: 47039005719201809 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HEIDI NICOLE PIERCE Data Nascimento: 31/10/1980 Passaporte: 484169858 País: EUA Mãe: Klare E Fiala Pai: Kenneth D Soper; Processo: 47039005758201806 Requerente: COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CEDRIC FAUSTINO Data Nascimento: 13/01/1989 Passaporte: 15CH54286 País: FRANÇA Mãe: JACINTA DE MOURA PIRES FAUSTINO Pai: VIRGILIO MARTINS FAUSTINO; Processo: 47039005754201810 Requerente: INGETEAM LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: IRIA GOMEZ GARCIA Data Nascimento: 24/06/1986 Passaporte: PAC574665 País: ESPANHA Mãe: ALICIA GARCIA MONTERO Pai: CAMILO GOMEZ RODRIGUEZ; Processo: 47039005785201871 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: OSCAR ALBERTO CAMPANA Data Nascimento: 24/08/1970 Passaporte: 550009819 País: EUA Mãe: MARIA PELLA Pai: ALBERTO CAMPANA; Processo: 47039005831201831 Requerente: ECRITEL DO BRASIL HOSPEDAGEM DE DADOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE CHARLES JEAN MILLET Data Nascimento: 10/03/1989 Passaporte: 14DY04334 País: FRANÇA Mãe: LYDIE MARIE JEANNE VILLETTE Pai: PATRICK CHARLES LUCIEN MILLET; Processo: 47039005420201846 Requerente: NOVAFARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RODOLFO MATIAS RODRIGUEZ Data Nascimento: 03/03/1990 Passaporte: AAA752323 País: ARGENTINA Mãe: ALICIA CRISTINA AVALOS Pai: RODOLFO CARLOS RODRIGUEZ; Processo: 47039005948201815 Requerente: OMRON COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KAZUMA SUGAHARA Data Nascimento: 13/07/1977 Passaporte: TR1382716 País: JAPÃO Mãe: CHIAKI SUGAHARA Pai: MOTOOMI SUGAHARA; Processo: 47039005989201810 Requerente: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIELE BERETTA Data Nascimento: 17/11/1973 Passaporte: YA8504034 País: ITÁLIA Mãe: ALBINA VINAY Pai: ROBERTO BERETTA; Processo: 47039005984201889 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TOSHIYUKI IIZUKA Data Nascimento: 07/04/1983 Passaporte: TR5480778 País: JAPÃO Mãe: Mariko Iizuka Pai: Shigeyuki Iizuka; Processo: 47039006043201862 Requerente: NU PAGAMENTOS S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RAGHAV AGGARWAL Data Nascimento: 13/01/1987 Passaporte: H5080018 País: ÍNDIA Mãe: RACHNA AGGARWAL Pai: RAMNIK AGGARWAL; Processo: 47039006052201853 Requerente: RANKMYAPP SOFTWARE E SERVICOS DE INTERNET LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MARIA FRANCISCA ROSADO CABRAL PEREIRA DE ALMEIDA Data Nascimento: 21/12/1988 Passaporte: P153081 País: PORTUGAL Mãe: Maria João M.de S. R. C. Pereira de Almeida Pai: João Miguel Graça Pereira de Almeida; Processo: 47039006086201848 Requerente: ICBC DO BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHUANGQI WANG Data Nascimento: 19/05/1981 Passaporte: PE0808706 País: CHINA Mãe: TIANHUA CAI Pai: ZHENWU WANG; Processo: 47039006115201871 Requerente: ICBC DO BRASIL BANCO MULTIPLO S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YUAN ZHANG Data Nascimento: 14/02/1979 Passaporte: PE0724138 País: CHINA Mãe: CUNFENG WANG Pai: DONGKUI ZHANG; Processo: 47039006137201831 Requerente: YAMAHA MOTOR DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Akinori Yoshida Data Nascimento: 31/07/1978 Passaporte: TK6493216 País: JAPÃO Mãe: Kazumi Yoshida Pai: Kazuo Yoshida; Processo: 47039006140201855 Requerente: BANCO DE TOKYO-MITSUBISHI UFJ BRASIL S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Hideki Komiya Data Nascimento: 05/05/1973 Passaporte: TZ1201030 País: JAPÃO Mãe: Yasuko Komiya Pai: Takeo Komiya; Processo: 47039006151201835 Requerente: BANCO DA CHINA BRASIL S.A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KANG LI Data Nascimento: 02/01/1991 Passaporte: PE0394995 País: CHINA Mãe: PIN LYU Pai: TONGLI LI; Processo: 47039006172201851 Requerente: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Marie Elisabeh Paule Tarrisse Data Nascimento: 09/10/1990 Passaporte: 17ED76417 País: FRANÇA Mãe: Claire Marie Carpentier Pai: Michel Rene Jean Tarrisse; Processo: 47039006173201803 Requerente: CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Lionnel Ange Arsene Ferrari Data Nascimento: 19/03/1983 Passaporte: 17CH45407 País: FRANÇA Mãe: Monique Yvonne Nichelle Beaupre Pai: Rene Andre Bernard Ferrari; Processo: 47039006179201872 Requerente: HONDA AUTOMOVEIS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TAKAO IWAI Data Nascimento: 14/11/1960 Passaporte: TR5382501 País: JAPÃO Mãe: Hisako Iwai Pai: Kikuzo Iwai; Processo: 47039006185201820 Requerente: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HIDEHITO TAKAHASHI Data Nascimento: 03/09/1966 Passaporte: TK4504535 País: JAPÃO Mãe: Kazuko Takahashi Pai: Nobuyuki Takahashi; Processo: 47039006272201887 Requerente: TOYOTA MATERIAL HANDLING MERCOSUR INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHINICHIRO NISHIKAWA Data Nascimento: 07/05/1982 Passaporte: TR2581706 País: JAPÃO Mãe: AKEMI NISHIKAWA Pai: TOMIO NISHIKAWA; Processo: 47039006294201847 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA GRADUADA DE SAO PAULO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PHILIP GABRIEL JESSUP ALTMAN Data Nascimento: 29/09/1982 Passaporte: 452079468 País: EUA Mãe: ALEXANDRA MARGARET JESSUP Pai: WILLIAM HENRY FURNESS ALTMAN; Processo: 47039005361201814 Requerente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOHN CHARLES CARIS Data Nascimento: 05/01/1964 Passaporte: 504256024 País: EUA Mãe: RENEE MAY CARIS Pai: MARVIN HENRY CARIS; Processo: 47039005379201816 Requerente: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YA HU Data Nascimento: 03/10/1981 Passaporte: G35440690 País: CHINA Mãe: SHUIYIN YANG Pai: LIANGZHONG HU.

Residência - RN 24 - Residência - Resolução Normativa, de 20/02/2018:

Processo: 47039010391201753 Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ashish mishra Data Nascimento: 05/01/1985 Passaporte: G8402589 País: ÍNDIA Mãe: Kalyani Devi Pai: Udit Narayan Mishra; Processo: 47039006002201876 Requerente: FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Mario Spezzapria Data Nascimento: 24/03/1968 Passaporte: YA5349464 País: ITÁLIA Mãe: Elena Carollo Pai: Giuseppe Spezzapria.

Residência - RN 03 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 3º):

Processo: 47039002990201884 Requerente: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARI ANTTI OSMO Data Nascimento: 18/01/1961 Passaporte: PZ4842648 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039003754201885 Requerente: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMI JANNE KOHTAMAKI Data Nascimento: 22/01/1973 Passaporte: FP15313485 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039003779201889 Requerente: INTERNATIONAL PAPER DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIMMO MATTI KETO-ARI Data Nascimento: 20/10/1977 Passaporte: PZ0918347 País: FINLÂNDIA; Processo: 47039005301201893 Requerente: SERVICOS TECNICOS G.A.S. LTDA Prazo: até 29/05/2019 Estrangeiro: WITTHAYA LONGSON Data Nascimento: 23/09/1986 Passaporte: AA3994244 País: TAILÂNDIA.

Residência - RN 04 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47039004099201882 Requerente: VALLOUREC SOLUCOES TUBULARES DO BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Veysel Gueltepe Data Nascimento: 15/06/1968 Passaporte: C7R8GGPNF País: ALEMANHA; Processo: 47039004315201890 Requerente: TOTAL E&P DO BRASIL LTDA Prazo: até 02/04/2019 Estrangeiro: MICKAEL RAYMOND ROBERT VERMEULEN Data Nascimento: 02/03/1988 Passaporte: 16AI30678 País: FRANÇA; Processo: 47039004851201895 Requerente: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: até 24/03/2019 Estrangeiro: ANDREAS KAUFMANN Data Nascimento: 13/02/1976 Passaporte: C7P06158X País: ALEMANHA; Processo: 47039005771201857 Requerente: SIEMENS LTDA Prazo: até 26/04/2019 Estrangeiro: KUNCUP ISWANDY Data Nascimento: 14/06/1977 Passaporte: C2Z0VMYVY País: ALEMANHA.

Residência - RN 06 - Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017:

Processo: 47041001812201897 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 23/10/2019 Estrangeiro: Brian Hugh Clelland Data Nascimento: 20/12/1973 Passaporte: 505147867 País: GRÃ BRETANHA; Processo: 47041001886201823 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 23/10/2019 Estrangeiro: Kerby Dale SImmons Data Nascimento: 16/12/1971 Passaporte: 574585280 País: EUA; Processo: 47041001981201827 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 13/05/2020 Estrangeiro: SHANNON CURTIS LEWIS Data Nascimento: 09/07/1980 Passaporte: 458675004 País: EUA; Processo: 47041002071201861 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 25/07/2020 Estrangeiro: Adrijan Susa Data Nascimento: 01/03/1978 Passaporte: 324129453 País: CROÁCIA; Processo: 47041002075201840 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 25/07/2020 Estrangeiro: Catalin Valeriu Papancea Data Nascimento: 23/05/1965 Passaporte: 054162432 País: ROMÊNIA; Processo: 47041002078201883 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 30/07/2020 Estrangeiro: Mihai Beniamin Radu Data Nascimento: 24/12/1966 Passaporte: 053256610 País: ROMÊNIA; Processo: 47041002175201876 Requerente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: até 14/06/2020 Estrangeiro: DARIUSZ ZYGAS Data Nascimento: 12/12/1960 Passaporte: EH9196992 País: POLÔNIA; Processo: 47041002204201808 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: JOHNATHAN GRIFFIN AUBREY Data Nascimento: 07/01/1973 Passaporte: 449134851 País: EUA; Processo: 47041002212201846 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: NELSON TOGONON ANIOG Data Nascimento: 08/04/1959 Passaporte: 529547247 País: EUA; Processo: 47041002214201835 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: JOHN ANTHONY BABIN Data Nascimento: 06/10/1971 Passaporte: 488357996 País: EUA; Processo: 47041002216201824 Requerente: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: até 08/08/2019 Estrangeiro: Michael Hendrik Dekker Data Nascimento: 18/08/1968 Passaporte: BLKDF0459 País: HOLANDA; Processo: 47041002217201879 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: JOSUA JOSEPH BEVILACQUA Data Nascimento: 06/09/1991 Passaporte: 469477695 País: EUA; Processo: 47041002218201813 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: FRANCISCO DAVID BUSTILLO Data Nascimento: 31/01/1975 Passaporte: 565591198 País: EUA; Processo: 47041002219201868 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: SCOT AMEL CALLAWAY Data Nascimento: 25/06/1959 Passaporte: 445765080 País: EUA; Processo: 47041002220201892 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: STUART MEDON CONRAD Data Nascimento: 18/03/1991 Passaporte: 531266726 País: EUA; Processo: 47041002222201881 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: CARLOS DARIO FUENTES Data Nascimento: 13/08/1959 Passaporte: 448408097 País: EUA; Processo: 47041002234201814 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: BRANDON MATTHEW HUDSON Data Nascimento: 13/01/1979 Passaporte: 566786826 País: EUA; Processo: 47041002238201894 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: HUNTER EDWARD KARASS Data Nascimento: 23/11/1989 Passaporte: 545764592 País: EUA; Processo: 47041002240201863 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: GERALD ROBERT KOSHAK Data Nascimento: 05/05/1970 Passaporte: 458866797 País: EUA; Processo: 47041002242201852 Requerente: CHEVRON BRASIL UPSTREAM FRADE LTDA. Prazo: até 06/06/2020 Estrangeiro: JAVIER DIAZ SIERRA Data Nascimento: 27/06/1971 Passaporte: AU087323 País: COLÔMBIA; Processo: 47041002243201805 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: NICHOLAS THOM LILLIE Data Nascimento: 17/01/1986 Passaporte: 488323142 País: EUA; Processo: 47041002246201831 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: DARBY PHILIP MATHERNE Data Nascimento: 11/03/1971 Passaporte: 561498936 País: EUA; Processo: 47041002257201811 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: PRESTON SWYGERT MORGAN Data Nascimento: 13/08/1984 Passaporte: 545901043 País: EUA; Processo: 47041002262201823 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: PAUL JOSEPH PAINTEN Data Nascimento: 15/10/1992 Passaporte: 463944755 País: EUA; Processo: 47041002265201867 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: URBAN PAUL PRESTENBACH Data Nascimento: 01/03/1951 Passaporte:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

483800908 País: EUA; Processo: 47041002270201870 Requerente: FAROL APOIO MARITIMO LTDA Prazo: até 23/09/2018 Estrangeiro: ERIC MICHAEL STEEVES Data Nascimento: 18/07/1986 Passaporte: 514363925 País: EUA.

Residência - RN 11/2017 Residência - Resolução Normativa, de 08/12/2017 (Artigo 6º):

Processo: 47039004007201864 Requerente: BB MAPFRE ASSISTENCIA S/A Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AGUSTIN DAVID BELLO CONDE VALDES Data Nascimento: 11/05/1968 Passaporte: PAC055228 País: ESPANHA; Processo: 47039004983201817 Requerente: ALPITEL BRASIL IMPLANTACOES DE SISTEMAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FABIO GAMBERA Data Nascimento: 24/09/1962 Passaporte: YA6146498 País: ITÁLIA; Processo: 47039005562201811 Requerente: TRBR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 9 Ano(s) Estrangeiro: SHINKICHI TAKAI Data Nascimento: 14/05/1966 Passaporte: TK4944839 País: JAPÃO; Processo: 47039005652201802 Requerente: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HENRIQUE MANUEL MARQUES FARIA LIMA FREIRE Data Nascimento: 29/04/1968 Passaporte: P153075 País: PORTUGAL.

Residência - RN 19 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039005636201810 Requerente: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ESTEFANIA DELAZZARI Data Nascimento: 08/05/1987 Passaporte: AAC997864 País: ARGENTINA; Processo: 47039006244201860 Requerente: BUNGE ALIMENTOS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARTIN HANSEN Data Nascimento: 05/12/1976 Passaporte: 25568191N País: ARGENTINA.

Residência - RN 13 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47039002369201811 Requerente: CONFECCOES CORLUA EIRELI - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YOON CHANG YOU Data Nascimento: 15/01/1970 Passaporte: M04410737 País: CORÉIA DO SUL; Processo: 47039003443201816 Requerente: CONFECCOES HINOLOUV LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SHINHYUK KANG Data Nascimento: 08/11/1972 Passaporte: M23690498 País: BRASIL; Processo: 47039004523201899 Requerente: ARCO COMERCIO DE CONFECCOES E ACESSORIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: QINGFENG WANG Data Nascimento: 18/03/1968 Passaporte: G30196368 País: CHINA; Processo: 47039004698201804 Requerente: UFT CONSULTING EIRELI Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ULRICO FIGÁ TALAMANCA Data Nascimento: 28/09/1979 Passaporte: YA4474670 País: ITÁLIA; Processo: 47039004864201864 Requerente: MADEIRO BEACH INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE CARLOS FERREIRA Data Nascimento: 28/12/1968 Passaporte: 15CP07890 País: FRANÇA; Processo: 47039005058201811 Requerente: A.M.A. RESTAURANTE LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BENOIT RENAUD PHILIPPE MATHURIN Data Nascimento: 29/11/1978 Passaporte: 10CY57865 País: FRANÇA; Processo: 47039005325201842 Requerente: NINGBO MENGKWA MACHINERY IMPORT & EXPORT LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MOHAMAD WASEF KNEFATY Data Nascimento: 28/01/1969 Passaporte: 009878239 País: SÍRIA; Processo: 47039006814201811 Requerente: ISIMAR FASHION VESTUARIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: YONG CAI Data Nascimento: 19/10/1971 Passaporte: G35471593 País: CHINA.

Residência - RN 14 - Residência - Resolução Normativa, de 22/12/2017:

Processo: 47041001978201811 Instituição: INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MARIA VERGARA CASTILLO Data Nascimento: 23/12/1984 Passaporte: EC4557365 País: FILIPINAS; Processo: 47041002321201863 Instituição: COMUNIDADE OBRA DE MARIA - OPUS MARIAE Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EVELYNE PATRICIA SAHUIE Data Nascimento: 22/06/1978 Passaporte: 16AK17314 País: COSTA DO MARFIM.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante KENICHIRO HIBI exercer concomitantemente o cargo de Diretor Presidente da Empresa SONY PLASTICOS DA AMAZONIA LTDA. processo: 47039.002213/2018-30 anteriormente autorizado através do processo: 47039.002205/2018-93.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante STEFANO MARIA OSORIO NIGRA exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa TDSP ELISA DE MORAES EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA. processo: 47039.003526/2018-13 anteriormente autorizado através do processo: 47039.005242/2017-72.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante KENICHI UMEKI exercer concomitantemente o cargo de Presidente do Conselho de Administração na Empresa SOMPO SAUDE SEGUROS S.A. processo: 47039.005543/2018-87 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009330/2018-43.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante OLIVIER ANDRÉ GIRARDOT exercer concomitantemente o cargo de Membro Efetivo do Conselho de Administração na Empresa MINERACAO RIO DO NORTE SA processo: 47039.005503/2018-35 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009330/2018-43.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante KUNIAKI SASAOKA exercer concomitantemente o cargo de Administrador na Empresa FERTILIZANTES MITSUI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. processo: 47039.005182/2018-79 anteriormente autorizado através do processo: 47039.009155/2017-94.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o (a) Imigrante STEFANO MARIA OSORIO NIGRA exercer concomitantemente o cargo de Administrador da Empresa TDSP MARIA DE JESUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA. processo: 47039.003540/2018-17 anteriormente autorizado através do processo: 47039.005242/2017-72.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039005335201888 Requerente: BBCA BRAZIL INDUSTRIAL E INVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Mei Yang Passaporte: G60235001, Processo: 47039002212201895 Requerente: EM&I BRASIL INTEGRITY SERVICOS TECNICOS LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: Christopher Williams Passaporte: 521205006, Processo: 47041001376201856 Requerente: REDEH - REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Kathleen Hodgson Weintraub Passaporte: 561599003, Processo: 47041001534201878 Requerente: PUSHPAMARY SUSAIAPPAN Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PUSHPAMARY SUSAIAPPAN Passaporte: K0030567, Processo: 47039005079201829 Requerente: DTR VMS SISTEMAS ANTIVIBRANTES AUTOMOTIVOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHONGKWOUN CHUN Passaporte: M09442822, Processo: 47039002897201870 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AVINASH DUMMALLI NEELAPPA Passaporte: J6505399 Estrangeiro: DEEPAK PRAKASH LOKANDE Passaporte: M1594457 Estrangeiro: RADHABALLAV GHOSH Passaporte: N9900774 Estrangeiro: SUNIL PATIL Passaporte: N5648596 Estrangeiro: SYEDBASHA SYED Passaporte: H8820357 Estrangeiro: VISHAL DESHPANDE Passaporte: K6776332, Processo: 47039002913201824 Requerente: TECH MAHINDRA SERVICOS DE INFORMATICA S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SENTHILKUMAR CHANDRASEKAR Passaporte: R7298446, Processo: 47039007379201842 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dia(s) Estrangeiro: JAYASHANKARGOWDA HERAGANAHALLI NANJEGOWDA Passaporte: Z2500904, Processo: 47039005468201854 Requerente: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Fortunato Valladolid Pariona Passaporte: 6094259, Processo: 47039005470201823 Requerente: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jorge Luis Vidal Galindo Passaporte: 6061332, Processo: 47039005472201812 Requerente: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Julio Quispe De La Cruz Passaporte: 6094260, Processo: 47039005476201809 Requerente: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Leonidas Julian Arias Llamocca Passaporte: 6073571, Processo: 47039005585201818 Requerente: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Moises Garcia Gallegos Passaporte: 6094280, Processo: 47041002114201817 Requerente: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 10/04/2019 Estrangeiro: FRANCESCO SARDO Passaporte: YB0168573, Processo: 47041002255201821 Requerente: GRANIHC SERVICES S.A. Prazo: até 29/11/2018 Estrangeiro: LUCIANO ANDRES TAVEIRA FERREIRA Passaporte: C695073, Processo: 47039004826201810 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONG IL SEO Passaporte: M60822057, Processo: 47039004827201856 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUNSUN KANG Passaporte: M49677573, Processo: 47039004828201809 Requerente: BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEUNG WON YOON Passaporte: M88245970, Processo: 47041002023201873 Requerente: BW OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/07/2019 Estrangeiro: ROGEL DELA CONCEPCION Passaporte: P1001061A, Processo: 47039003687201807 Requerente: RAMALHOS BRASIL COMERCIO DE MAQUINAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALVARO MANUEL FERREIRA DA SILVA Passaporte: N972421, Processo: 47041001961201856 Requerente: FRATERNIDADE ARCA DE MARIA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Julieth Andrea Quinones Morales Passaporte: AQ237491.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 090 de 11/05/2018, Seção 1, p. 55, Processo: 46094.000436/2018-35, onde se lê: Requerente: MODEC SERVIÇOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA, leia-se: Requerente: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU n° 085 de 04/05/2018, Seção 1, p. 69, Processo: 46094.000481/2018-90, onde se lê: Imigrante: KRZYSTOF MAREK KWIATKOWSKI, leia-se: Imigrante: KRZYSZTOF MAREK KWIATKOWSKI

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL

Em 21 de maio de 2018

O Coordenador-Geral de Recursos - Substituto da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.021100/2013-27	201295997	Márcio Pereira do Prado	AM
2	46202.021102/2013-16	201296063	Márcio Pereira do Prado	AM
3	46202.021106/2013-02	201296110	Márcio Pereira do Prado	AM
4	46202.021110/2013-62	201295806	Márcio Pereira do Prado	AM
5	46205.003139/2015-02	206138326	Almeida Pinheiro Construções Ltda. - EPP	CE
6	46205.003141/2015-73	206138903	Almeida Pinheiro Construções Ltda. - EPP	CE
7	46221.002831/2014-26	203271751	Unicortte Cursos de Capacitação Profissional Ltda. - ME	SE
8	46255.001093/2014-11	203258011	Lindomar Ribeiro dos Santos - ME	SP
9	46255.001182/2014-59	203331214	Lindomar Ribeiro dos Santos - ME	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.021108/2013-93	201293382	Márcio Pereira do Prado	AM
2	46202.016894/2015-79	207959561	Sorvepani Comercial e Distribuidora Ltda	AM
3	47904.013554/2013-80	201403862	Moto Clube Ltda	BA
4	46206.018445/2015-25	208047034	Técnica Construção Comércio e Indústria Ltda.	DF
5	46237.002381/2014-01	204590051	Beg Mineracao Ltda - EPP	MG
6	46237.002378/2014-89	204590001	Beg Mineracao Ltda - EPP	MG
7	46237.002379/2014-23	204590027	Beg Mineracao Ltda - EPP	MG
8	46237.002380/2014-58	204590035	Beg Mineracao Ltda - EPP	MG
9	46237.002370/2014-12	204589509	Beg Mineracao Ltda - EPP	MG
10	46249.000685/2015-77	201268051	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A Usiminas	MG
11	46249.001855/2013-79	201450917	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A Usiminas	MG
12	46249.000648/2015-69	201292190	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A Usiminas	MG
13	46249.000684/2015-22	201268060	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A Usiminas	MG
14	46249.000647/2015-14	201267993	Usinas Siderurgicas de Minas Gerais S/A Usiminas	MG
15	46653.000911/2014-67	203019415	Frigosul - Frigorífico Sul Ltda	MT
16	46297.001297/2009-90	16842430	Hospital Memorial Petrolina Ltda	PE
17	46297.001298/2009-34	16842421	Hospital Memorial Petrolina Ltda	PE
18	46297.001299/2009-89	16842413	Hospital Memorial Petrolina Ltda	PE
19	46214.002716/2014-41	203289161	Alfa Bebidas e Comercio Ltda	PI
20	46214.002717/2014-95	203289188	Alfa Bebidas e Comercio Ltda	PI
21	46214.002720/2014-17	203289218	Alfa Bebidas e Comercio Ltda	PI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

22	46214.002723/2014-42	203290321	Alfa Bebidas e Comercio Ltda	PI
23	46214.003557/2014-00	203551940	Alfa Bebidas e Comercio Ltda	PI
24	46214.002722/2014-06	203289757	Alfa Bebidas e Comercio Ltda	PI
25	46231.001565/2013-14	201571919	Fapasa Fabrica de Papel Ltda - ME	RJ
26	46216.003727/2014-28	204557232	Ponto Tecnico Engenharia e Construcoes Ltda - EPP	RO
27	46216.003724/2014-94	204557291	Ponto Tecnico Engenharia e Construcoes Ltda - EPP	RO
28	46216.003725/2014-39	204557241	Ponto Tecnico Engenharia e Construcoes Ltda - EPP	RO
29	46216.003726/2014-83	204557267	Ponto Tecnico Engenharia e Construcoes Ltda - EPP	RO
30	46216.002025/2014-27	203567277	Supermercado Goncalves Ltda (Guanabara)	RO
31	47157.001299/2015-94	207568839	Criarmold Construtora Ltda. - ME	RS
32	47157.001298/2015-40	207568901	Criarmold Construtora Ltda. - ME	RS
33	47157.001295/2015-14	207569070	Criarmold Construtora Ltda. - ME	RS
34	47157.001294/2015-61	207569096	Criarmold Construtora Ltda. - ME	RS
35	47157.001296/2015-51	207569037	Criarmold Construtora Ltda. - ME	RS
36	47157.001297/2015-03	207568961	Criarmold Construtora Ltda. - ME	RS
37	46253.005407/2015-47	208490876	Lucinei Galhardi Construcao - ME	SP
38	46261.003560/2015-31	207341524	Redeforte Supermercado Ltda	SP
39	46261.003489/2015-96	207299455	Redeforte Supermercado Ltda	SP
40	46261.003488/2015-41	207299382	Redeforte Supermercado Ltda	SP
41	46261.003557/2015-17	207341389	Redeforte Supermercado Ltda	SP
42	46261.003559/2015-14	207341443	Redeforte Supermercado Ltda	SP
43	46261.003494/2015-07	207299641	Redeforte Supermercado Ltda	SP
44	46261.003490/2015-11	207299480	Redeforte Supermercado Ltda	SP
45	46256.004145/2013-10	201613476	Tecnomolde Indústria e Comércio de Peças e Acessórios de Máquinas para Ind. Metalúrgica Ltda.	SP
46	46226.020536/2013-21	201792648	Municipio de Colinas do Tocantins	TO
47	46226.010648/2012-92	18498647	R Cassiano de Oliveira	TO
48	46226.010653/2012-03	18498655	R Cassiano de Oliveira	TO

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46222.008489/2014-68	205465340	Município de Marituba	PA
2	46213.021699/2006-41	013712446	Moisés Caitano Dutra	PE
3	46214.002719/2014-84	203289404	Alfa Bebidas e Comércio Ltda.	PI
4	46216.001540/2014-90	203377664	ERP de Oliveira & Cia. Ltda. - ME	RO
5	46216.001952/2014-20	203550447	Supermercado Gonçalves Ltda.	RO
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46254.000510/2014-18	200.230.964 - TRet nº 200.788.965	Multicobra Cobrança Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:
2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.000227/2015-84	25089757	Centro Ambulatorial Planvida Ltda EPP	AL
2	46201.002451/2015-19	206397682	Cerullo E Campos Ltda - Me	AL
3	46201.001943/2014-06	24919748	Construtora Rocha Ltda.	AL
4	46201.001806/2014-63	24919489	Engenharq Ltda	AL
5	46201.001807/2014-16	24919497	Engenharq Ltda	AL
6	46202.018856/2015-51	208155848	Sada Transportes e Armazenagens S/A	AM
7	46202.018857/2015-03	208155872	Sada Transportes e Armazenagens S/A	AM
8	47904.012661/2014-71	204536430	Associacao Educacional Unyahna S/C	BA
9	47904.012689/2014-17	204536511	Associacao Educacional Unyahna S/C	BA
10	47904.012659/2014-01	204536472	Associacao Educacional Unyahna S/C	BA
11	47904.018439/2013-00	202054225	Consorcio Andrade Gutierrez/Barbosa Mello/Serveng	BA
12	47904.005960/2014-50	203272471	EP - Construcoes e Empreendimentos Imobiliarios Ltda	BA
13	47904.021270/2013-67	202423808	Henrique Hamilton de Cerqueira Santos ME	BA
14	47904.021272/2013-56	202423697	Henrique Hamilton de Cerqueira Santos ME	BA
15	47904.021273/2013-09	202423646	Henrique Hamilton de Cerqueira Santos ME	BA
16	47904.021271/2013-10	202423743	Henrique Hamilton de Cerqueira Santos ME	BA
17	47904.008781/2014-74	25486641	Ribeirao do Largo Prefeitura Municipal	BA
18	46205.016248/2015-81	208318984	Eficaz Energia e Servicos Ltda	CE
19	46205.016247/2015-37	208318895	Eficaz Energia e Servicos Ltda	CE
20	46205.016246/2015-92	208318445	Eficaz Energia e Servicos Ltda	CE
21	46206.112551/2014-13	204848504	Cerqueira & Sousa Servicos Especializados para Construcao Ltda - ME	DF
22	46206.016237/2015-91	207811865	Cidade Servicos e Mao fe Obra Especializada Ltda	DF
23	46206.000604/2015-35	205728197	Federação Nac Emp. Serv. Contabeis das Empresas de Assess. Perícia , Informações e Pesquisas	DF
24	46207.000612/2015-71	25533444	Edervand Vieira Agropecuaria-ME.	ES
25	46207.009259/2013-23	201989930	Posto Gentil Fundao Ltda	ES
26	46207.008798/2013-45	201929040	Supermercado Pontes Cordeiro Ltda	ES
27	46208.001231/2015-08	205904947	Almi Bezerra de Mendonca - ME	GO
28	46208.001230/2015-55	205904866	Almi Bezerra de Mendonca - ME	GO
29	46208.001229/2015-21	205904548	Almi Bezerra de Mendonca - ME	GO
30	46208.006115/2015-77	206943385	Altair João Falchetti	GO
31	46208.006114/2015-22	206942605	Altair João Falchetti	GO
32	46208.009650/2014-07	203977106	MFB Marfrig Frigorificos Brasil S.A	GO
33	46208.008150/2015-21	207297215	Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias Em Geral de Jataí	GO
34	46208.007612/2014-10	203728564	Transportes Real e Turismo Ltda - ME	GO
35	46208.007608/2014-43	203728602	Transportes Real e Turismo Ltda - ME	GO
36	46208.010786/2014-51	204257379	Twm Transportes Especiais Ltda	GO
37	46208.010787/2014-04	204257352	Twm Transportes Especiais Ltda	GO
38	46311.001195/2014-14	204192013	Agil Motores e Bombas Ltda	MA
39	46223.011418/2011-90	20099606	Selares - Centro de Depilação Ltda	MA
40	47747.005314/2013-61	24308358	Almaviva do Brasil Telemareting. e Informatica Ltda	MG
41	47747.005318/2013-40	24308421	Almaviva do Brasil Telemareting. e Informatica Ltda	MG
42	47747.005316/2013-51	24308382	Almaviva do Brasil Telemareting. e Informatica Ltda	MG
43	47747.005325/2013-41	24589250	Almaviva do Brasil Telemareting. e Informatica Ltda	MG
44	47747.002164/2014-15	203202902	Arksol Industria e Comercio Ltda - EPP	MG
45	46237.001378/2013-81	200728466	Big Mais Supermercados Ltda	MG
46	46236.000594/2013-19	200598287	Comercial de Tecidos Fidelis Ltda	MG
47	46502.000247/2013-07	24557668	Comercial Superlider Ltda	MG
48	46243.003329/2014-84	204730732	Comercio Irmãos Resende Ltda ME	MG
49	47747.006546/2014-18	204192901	Condominio do Edificio Afonso Pena Flat Service	MG
50	46243.002498/2014-05	204142407	GBA Gestão de Beneficios Associativos Ltda - Eireli - ME	MG
51	46241.000225/2013-57	200277804	Hipolabor Farmaceutica Ltda	MG
52	46237.001814/2013-11	201046610	Itabeton Locacao de Maquinas e Equipamentos Ltda - ME	MG
53	47747.004628/2013-47	200831062	Jam Engenharia Ltda	MG
54	46504.000475/2014-30	202872114	Loks Choperia Ltda - ME	MG
55	46504.000472/2014-04	202872033	Loks Choperia Ltda - ME	MG
56	46247.001116/2013-05	24547328	M . B M . Minas Brasil Minerios Ltda-EPP	MG
57	46504.000502/2014-74	202866076	Matec Engenharia e Construcoes Ltda	MG
58	47747.006083/2014-94	204056675	Mg Mix Concreto e Argamassa Ltda - ME	MG
59	47747.006085/2014-83	204056187	MG Mix Concreto e Argamassa Ltda - ME	MG
60	47747.006088/2014-17	204055318	MG Mix Concreto e Argamassa Ltda - ME	MG
61	46246.001988/2013-75	201536242	Paulo Pedro Costa Neto - ME	MG
62	46249.000132/2014-33	202677915	Rasper Industria e Comercio de Equipamentos Industriais	MG

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

63	47747.009548/2013-88	202105792	Sindi-Sistema Integrado de Distribuicao Ltda	MG
64	47747.001405/2015-90	206017359	Telepac Telecomunicacoes e Portas Automaticas Ltda	MG
65	46248.000159/2014-36	202745457	Tratenge Engenharia Ltda	MG
66	46236.000171/2014-80	202857328	Viacao Edilson Ltda	MG
67	47747.009802/2013-48	202104851	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
68	47747.009774/2013-69	202104885	Viacao Santa Edwiges Ltda	MG
69	46241.000215/2014-01	202741419	VRG Linhas Aereas S.A.	MG
70	46237.000891/2013-54	200376993	Walter de Almeida Sá	MG
71	46551.000789/2014-77	204063108	Wandir Monteiro Silveira	MG
72	46312.003009/2015-44	207531412	A M Zambiasi - ME	MS
73	46306.000744/2015-85	206196890	J. A. F. Ferreira Alimentos Eireli	MT
74	46306.001305/2015-90	207447748	Rosângela de Lourdes Ramos Bertozzo	MT
75	46653.000879/2015-09	205954626	SPE Verdão Empreendimento Imobiliário Ltda	MT
76	46653.006550/2015-43	25677276	Vegrande Máquinas Agrícolas Ltda	MT
77	46653.006476/2015-65	25677268	Widal & Marchioretto Ltda	MT
78	46222.006834/2013-48	200928635	H.M. Benites - EPP	PA
79	46224.000938/2015-91	205957641	Claro S.A.	PB
80	46224.000931/2015-79	205964095	Claro S.A.	PB
81	46224.000935/2015-57	205957617	Claro S.A.	PB
82	46224.000711/2015-45	205895565	Excellence RH Servicos - Eireli	PB
83	46224.000713/2015-34	205895671	Excellence RH Servicos - Eireli	PB
84	46224.006582/2014-18	205172261	Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos S.A	PB
85	46224.006592/2014-53	205172296	Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos S.A	PB
86	46224.006597/2014-86	205172113	Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos S.A	PB
87	46224.006586/2014-04	205172211	Indra Brasil Solucoes e Servicos Tecnologicos S.A	PB
88	46085.001733/2015-64	208156666	Maria das Merces Gomes Goncalves - ME	PB
89	46085.001019/2015-76	206165056	Master Eletronica de Brinquedos Ltda	PB
90	46085.001021/2015-45	206881321	Master Eletronica de Brinquedos Ltda	PB
91	46224.004783/2015-61	208039279	O Rei dos Esportes Ltda - EPP	PB
92	46224.006455/2012-57	17728487	Pronto Socorro Cardiologico Ltda	PB
93	46224.006457/2012-46	17728495	Pronto Socorro Cardiologico Ltda	PB
94	46224.001089/2011-69	12356468	Pronto Socorro Cardiologico Ltda	PB
95	46085.001126/2015-02	207258546	RM Laboratorio Clinico Ltda - EPP	PB
96	46224.003934/2014-83	204138418	Vertical Engenharia e Incorporacoes Ltda	PB
97	46213.011001/2015-70	205240186	Caixa Economica Federal	PE
98	46213.011009/2015-36	205241298	Caixa Economica Federal	PE
99	46213.011011/2015-13	205241433	Caixa Economica Federal	PE
100	46213.011015/2015-93	205242197	Caixa Economica Federal	PE
101	46213.011017/2015-82	205242324	Caixa Economica Federal	PE
102	46213.011019/2015-71	205242600	Caixa Economica Federal	PE
103	46213.011022/2015-95	205242669	Caixa Economica Federal	PE
104	46213.011024/2015-84	205242758	Caixa Economica Federal	PE
105	46213.011026/2015-73	205242839	Caixa Economica Federal	PE
106	46213.011028/2015-62	205242901	Caixa Economica Federal	PE
107	46213.011029/2015-15	205242944	Caixa Economica Federal	PE
108	46213.011031/2015-86	205243096	Caixa Economica Federal	PE
109	46213.011033/2015-75	205243134	Caixa Economica Federal	PE
110	46213.011036/2015-17	205243312	Caixa Economica Federal	PE
111	46213.011037/2015-53	205243223	Caixa Economica Federal	PE
112	46213.011039/2015-42	205243380	Caixa Economica Federal	PE
113	46213.011013/2015-02	205241794	Caixa Economica Federal	PE
114	46213.011020/2015-04	205242634	Caixa Economica Federal	PE
115	46213.031427/2015-40	208644075	Comercial Tavares Lima Ltda - ME	PE
116	46213.031431/2015-16	208644164	Comercial Tavares Lima Ltda - ME	PE
117	46213.031428/2015-94	208643966	Comercial Tavares Lima Ltda - ME	PE
118	46213.007623/2013-31	24986496	MSC Cruzeiros do Brasil S/A	PE
119	46214.005620/2015-15	207765651	Edson D de Albuquerque - ME	PI
120	46214.007061/2015-88	208338829	Francisco de Araujo Silva	PI
121	46214.007070/2015-79	208359974	M. do S. Lopes Viana - ME	PI
122	47533.017120/2015-86	208405666	Copacol-Cooperativa Agroindustrial Consolata	PR
123	47533.006484/2014-50	203560931	Engenho Empreiteira Ltda - ME	PR
124	47533.015448/2015-68	208064176	J Martins Supermercados Planalto Ltda	PR
125	47533.015424/2015-17	207885362	J Martins Supermercados Planalto Ltda	PR
126	47533.017121/2015-21	208405704	J. Araujo & Cia Ltda	PR
127	46294.000797/2016-63	209414669	Jailson Alves & Cia Ltda - ME	PR
128	46294.000906/2016-42	209626208	Jailson Alves & Cia Ltda - ME	PR
129	47533.015126/2014-38	205219322	Luvasul Industrial Ltda - EPP	PR
130	47533.017518/2015-12	208319964	Mercadomoveis Ltda	PR
131	47533.013971/2015-50	207348294	RH - Radiologia e Documentacao Odontologica S/S Ltda	PR
132	47533.013580/2014-54	204682631	Rodofaixa Transportes Ltda	PR
133	47533.016454/2015-32	208382500	Uniao da Policia Civil do Parana	PR
134	47533.016455/2015-87	208382232	Uniao da Policia Civil do Parana	PR
135	47533.017376/2015-93	208306650	Wanderley Charao - ME	PR
136	46215.012924/2014-48	203756932	A Geradora AlugueldDe Maquinas S.A.	RJ
137	46228.004629/2013-98	24155675	Cooperativa Agroindustrial do Estado do Rio de Janeiro	RJ
138	46216.003204/2014-81	204107831	CCM-Construtora Centro Minas Ltda	RO
139	46216.001548/2014-56	203377672	E R P de Oliveira & Cia Ltda - ME	RO
140	46216.000658/2015-81	205878547	I. R. B. Leite Construcoes Ltda - EPP	RO
141	47157.001293/2015-17	207569126	Criarmold Construtora Ltda - ME	RS
142	47551.000963/2010-11	19774478	Aster Sistemas de Segurança Ltda	SP
143	46474.002559/2014-11	205170021	Ata Assessoria Ind. e Com. de Tensoativos Ltda.	SP
144	46474.002566/2014-12	205171460	Ata Assessoria Ind. e Com. de Tensoativos Ltda.	SP
145	46261.004004/2013-10	201489431	Banco Santander do Brasil S.A	SP
146	46263.003616/2013-75	24745359	Creative Industria e Comercio Ltda	SP
147	46256.005114/2013-78	202111610	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
148	46256.005116/2013-67	202111482	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
149	46256.005118/2013-56	202111563	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
150	46256.005120/2013-25	202111369	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
151	46256.005125/2013-58	202111326	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
152	46256.005127/2013-47	202111261	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
153	46256.005129/2013-36	202111091	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
154	46256.005130/2013-61	202111075	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
155	46256.005131/2013-13	202110966	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
156	46256.005142/2013-95	202111903	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
157	46256.005141/2013-41	202111946	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
158	46256.005139/2013-71	202111989	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
159	46256.005138/2013-27	202112004	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
160	46256.005137/2013-82	202112039	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
161	46256.005134/2013-49	202110591	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
162	46256.005135/2013-93	202109585	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
163	46256.005132/2013-50	202110699	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
164	46256.005126/2013-01	202111296	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
165	46256.005133/2013-02	202110788	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
166	46256.005140/2013-04	202111962	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
167	46256.005119/2013-09	202111415	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200107

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

168	46256.005117/2013-10	202111521	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
169	46256.005115/2013-12	202111458	Dakotaparts Comercio de Pecas e Acessorios Automotores	SP
170	46473.003148/2014-44	203571517	Farmacia Manuel Borba Ltda - EPP	SP
171	46266.004074/2014-17	204185351	Indústria de Feltros Santa Fé S.A.	SP
172	46266.004073/2014-64	204185319	Indústria de Feltros Santa Fé S.A.	SP
173	47551.000896/2015-49	207682623	Servico Nacional de Aprendizagem Industrial Senai	SP
174	46260.003305/2013-36	200944932	Unimed de Ribeirão Preto Cooperativa de Trabalho Médico	SP
175	46260.003306/2013-81	200944967	Unimed de Ribeirão Preto Cooperativa de Trabalho Médico	SP
176	46260.000696/2014-18	202792722	WBS Pinturas e Revestimentos Anticorrosivos Eireli-EPP	SP
177	46226.021465/2013-83	202074030	Municipio de Sucupira	TO
178	46226.021464/2013-39	202074021	Municipio de Sucupira	TO
179	46226.022852/2013-37	202514919	Município de Tupiratins	TO
180	46226.022851/2013-92	202515010	Município de Tupiratins	TO
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46208.001232/2015-44	200.447.955	Almi Bezerra de Mendonça - ME	GO
2	46239.000323/2007-95	505.873.320	N Lima Transportes Ltda.	MG
3	46246.001199/2003-62	505.250.403	Padaria e Confeitaria Major Prates Ltda.	MG
4	46231.000662/2011-28	506.491.277	Município de Bom Jardim	RJ
5	46218.002120/2016-72	127435	Naor Machado da Silva - ME	RS

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46241.000212/2014-69	202739805	VRG Linhas Aéreas S.A.	MG
2	46216.001014/2015-19	206041888	Ceramica Brasil Ltda - ME	RO
3	46216.001010/2015-22	206010257	Ceramica Brasil Ltda - ME	RO
4	46216.001011/2015-77	206010443	Ceramica Brasil Ltda - ME	RO
5	46216.001012/2015-11	206027095	Ceramica Brasil Ltda - ME	RO
6	46216.001013/2015-66	206027109	Ceramica Brasil Ltda - ME	RO
7	46216.001019/2015-33	206027117	Northstar Ind. e Comercio - Ltda - ME	RO
8	46216.001020/2015-68	206043121	Northstar Ind. e Comercio - Ltda - ME	RO
9	46216.001018/2015-99	206011636	Northstar Ind. e Comercio Ltda - ME	RO

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47904.019981/2013-71	202282198	Ornato Comercio Ltda. - EPP	BA
2	46208.011941/2013-76	201903458	Ferro e Aço Serralheria e Vidracaria Veiga Valle Ltda	GO
3	46208.011940/2013-21	201903491	Ferro e Aço Serralheria e Vidraçaria Veiga Valle Ltda	GO
4	46208.011942/2013-11	201903415	Ferro e Aço Serralheria e Vidracaria Veiga Valle Ltda-	GO
5	46208.000873/2015-81	205802630	Pinheiro e Borges Comércio de Veículos Ltda - ME	GO
6	46208.000874/2015-26	205802320	Pinheiro e Borges Comércio de Veículos Ltda - ME	GO
7	46208.000872/2015-37	205801960	Pinheiro e Borges Comércio de Veículos Ltda - ME	GO
8	46208.010780/2014-84	204258740	TWM Transportes Especiais Ltda	GO
9	46208.010781/2014-29	204258731	TWM Transportes Especiais Ltda	GO
10	47533.012553/2013-83	200010123	Co - Industria & Comercio de Bebidas Ltda	PR
11	47533.010348/2015-45	207344914	JLC Industria e Comercio de Pecas e Acessorios Eireli	PR
12	46215.009483/2013-16	200487825	S L I Comercio e Representacoes Ltda ME	RJ
13	46215.009485/2013-13	200487833	S L I Comercio e Representacoes Ltda ME	RJ
14	46217.003343/2015-86	206520182	Construtora Solares Ltda - EPP	RN
15	46221.001124/2015-01	205782116	Vilasa Construtora Ltda.	SE
16	46221.001125/2015-48	205782124	Vilasa Construtora Ltda.	SE
17	46221.001127/2015-37	205782141	Vilasa Construtora Ltda.	SE
18	46221.001130/2015-51	205782175	Vilasa Construtora Ltda.	SE
19	46221.001131/2015-03	205782191	Vilasa Construtora Ltda.	SE
20	46226.002537/2014-74	203891783	Antonio Carlos Batista da Rocha	TO
21	46226.002540/2014-98	203891856	Antonio Carlos Batista da Rocha	TO
22	46226.023641/2014-01	202760723	Municipio de Figueiropolis	TO
23	46226.023642/2014-47	202760855	Municipio de Figueiropolis	TO
24	46226.021325/2013-13	202023486	Municipio de Silvanopolis	TO
25	46226.010643/2012-60	18467491	R Cassiano de Oliveira	TO
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46204.001047/2008-61	506.018.008 - TAD nº 506.672.417	Condomínio Edifício Mansão Viena	BA
2	46780.000324/2003-60	505.261.189 - Tad nº 506.666.883	Município de Ilhéus	BA
3	46204.008162/2001-90	056412	SEGFORT - Serviços de Segurança Patrimonial Ltda.	BA
4	46208.011946/2013-07	200.174.231 - TAD nº 200.328.948	Ferro e Aço Serralheria e Vidraçaria Veiga Valle Ltda.	GO
5	46215.452034/2009-16	506.186.954 - TAD nº 300.004.346	Itaclean Assessoria e Serviços Ltda.	RJ
6	46215.024091/2008-10	506.099.504 - TAD nº 300.004.010	Mello Tênis Clube	RJ
7	46215.023478/2008-59	506.092.968	P & P Sistemas Eletrônicos Ltda. - ME	RJ
8	46274.002608/2013-82	200.167.952 - TAD nº 200.340.948	Raquel Dias Krebs - ME	RS

NEWTON DE PAULA LANNA JÚNIOR

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 16 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho - Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, dando continuidade ao cumprimento à decisão judicial prolatada nos autos do Processo n.º 1016468-46.2017.4.01.3400, procedente da 22ª Vara Federal Cível da SJDF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES nº 498/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: DEFERIR o Registro Sindical ao Sindicato dos Peritos Oficiais do Estado do Rio de Janeiro - SINDPERJ, CNPJ 26.536.624/0001-11, Processo 46215.001823/2017-94, para representar a Categoria Profissional dos Peritos Criminais e Peritos Legistas do Estado do Rio de Janeiro, ativos e aposentados, definida pela Lei Federal 12.030/2009, com abrangência Estadual e base territorial no Estado do Rio de Janeiro/RJ; nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo 24000.004348/89-11 e (B) SINPOL - Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Rio de Janeiro/RJ, CNPJ 73.435.570/0001-88, Processo 46000.008130/93-91; excluindo a Categoria Profissional dos Peritos Criminais e Peritos Legistas, ativos e aposentados, definida pela Lei Federal 12.030/2009, no Estado do Rio de Janeiro/RJ, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 16 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho Substituto, em cumprimento à Decisão Judicial (fls. 54-58), Processo n. 0001084-85.2017.5.10.0018, procedente da 18ª Vara do Trabalho de Brasília, TRT da 10ª Região, que determinou a apreciação do pedido de alteração estatutária no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro de alteração estatutária, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46215.093119/2016-79
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha do Estado do Rio de Janeiro
CNPJ	34.053.470/0001-35
Abrangência	Estadual
Base Territorial	Rio de Janeiro
Categoria Econômica	Trabalhadores na indústria de artefatos de borracha, pneumáticos, silicone, látex, recauchutadoras, reformadoras, remoldadoras
Fundamento	NT 499/2018/CGRS/SRT/MTb

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 17 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Susbstituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 492/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve SUSPENDER o processo de pedido de registro 46223.009119/2013-57 (SC15610), CNPJ 05.021.778/0001-09, de interesse do SINTUEMA- Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Estadual do Maranhão (impugnado), nos termos do art. 23, § 9º da Portaria 326/2013 (alterado pela Portaria 1.043, de 04 de Setembro de 2017).

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 17 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 495/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo de Pedido de Registro Sindical n.º 47998.004336/2012-71, de interesse do Sindicato dos Professores de Santa Bárbara D'oeste, CNPJ 15.147.244/0001-79, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria n.º 326/2013 e na NOTA TÉCNICA 493/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve INDEFERIR o processo n.º 46205.007414/2010-44 (SC08364), de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO COREAU I, CNPJ: 08.761.950/0001-40, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria n.º 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
-Substituto

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 17 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 494/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: REMETER para o procedimento de Mediação as seguintes entidades: Sindicato dos Empregados de Empresas de Segurança e Vigilância do Estado do Pará e Território Federal do Amapá, CNPJ 15.752.819/0001-82, processo L105 P097 A1987; SINTRACON/PA - Sindicato dos Empregados em Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imovéis Residenciais e Comerciais do Estado do Pará - PA (Inclusive Empregados em Cond. Edifícios), CNPJ 15.296.676/0001-41, processo L104 P038 A1986; SINDFORTE/PA - Sindicato dos Trabalhadores em Carro-Forte, Transportes de Valores e Escolta Armada do Estado do Pará, CNPJ 09.181.602/0001-67, processo L057 P052 A1966; e SINDIVIPAR - Sindicato dos Profissionais vigilantes e Empregados em Empresas Prestadoras de Serviços de Seguranças, Vigilância, Transporte de Valores, Vigilância Orgânica, Cursos de Formação, Segurança Pessoal e Escolta Armada, Fiscal de Portaria, Atendente e Vigias de Parauapebas, Canaã dos Carajás, Curionópolis e Eldorado dos Carajás-PA, CNPJ 83.211.524/0001-59, processo 46010.000700/93-11, nos termos do art. 20 da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 18 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 522/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve: CANCELAR o registro sindical do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Paraíba do Sul - RJ, CNPJ 32.502.254/0001-02, Processo nº 24376.002110/90-36, nos termos do art. 34, inciso V da Portaria 326/2013 c/c art. 52 da Lei 9.784/1999.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 18 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188/2007 e da Portaria 326/2013.

Processo	46213.000206/2015-20
Entidade	SINTRAF REGIONAL - Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Agreste Setentrional de Pernambuco - PE.
CNPJ	11.430.875/0001-40
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Bom Jardim, Casinhas, Cumaru, Feira Nova, Frei Miguelinho, João Alfredo, Limoeiro, Machados, Orobó, Passira, Salgadinho, Santa Maria Do Cambucá, Surubim, Taquaritinga Do Norte, Vertente Do Lério e Vertentes - PE.
Fundamento	NT 497/2018/CGRS/SRT/MTb

Categoria Profissional: São considerado agricultores familiares, que exerce atividades na agricultura como proprietário(as), pecuária e similares; arrendatário(as), comodatário(a); parceiros(as), meeiros(as), posseiros(as), extrativista pescadores(as), assentados(as) da reforma agrária; acampados(as) inclusive os aposentados(as), que desenvolvem suas atividades de forma individual ou coletiva com os membros da família, podendo contar com a mão de obra eventual de terceiros guando das ampliações do plantio e na colheita, numa área de até 02 (dois) módulos rurais.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 21 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Portaria n.º 326/2013, e com base na NOTA TÉCNICA 520/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical (RES) ao SIMDPESCSS - BA - Sindicato Municipal dos Pescadores Profissionais, Artesanais, Aquicultores, Criadores de Peixes e Trabalhadores na Pesca do Município de Sento Sé, processo n.º 46204.010458/2015-76 (SC17657), CNPJ n.º 21.280.776/0001-82, para representar a categoria profissional dos Pescadores e Pescadoras Profissionais, Artesanais, Aquicultores (as), Criadores (as), de Peixes e Trabalhadores (as) na Pesca, no município de Sento Sé, no estado da Bahia.

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto do Ministério do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica RES 521/2018/CGRS/SRT/MTb, resolve DEFERIR o registro sindical ao SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS E INSTALADORAS DE SISTEMAS E REDES DE TV POR ASSINATURA, CABO, MMDS, DTH E TELECOMUNICAÇÕES DO ESTADO DO AMAZONAS - SINSTAL AM, CNPJ 18.932.573/0001-19, Processo 46202.031246/2013-81, para representar a Categoria Econômica das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DTH e Telecomunicações., nos termos do art. 25, inciso I, da Portaria 326/2013. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: Sindicato Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços e Instaladoras de Sistemas e Redes de TV por Assinatura, Cabo, MMDS, DHT, CNPJ 02.742.202/0001-34, Processo 46000.002624/97-22; a base territorial do Estado do Amazonas, nos termos do art. 30 da Portaria 326/2013.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 21 de maio de 2018

O Secretário de Relações do Trabalho-Substituto, do Ministério do Trabalho - MTb, no uso de suas atribuições legais, resolve: Considerando a Nota Informativa n° 02/2018/CTRS/CGRS/SRT/MTb atestado que o Sindicato Nacional dos Inspetores da PRF, possui cadastro ativo desde 01/04/2010, constando em sua representação a categoria "Profissional dos Inspetores da Policia Rodoviária Federal, abrangendo os servidores aposentados, pensionistas e em atividade", considerando que a publicação ocorrida no DOU de 26/04/10, na Seção 1, pág 90, suspendeu as anotações de exclusão da categoria dos Inspetores da Polícia Rodoviária Federal, considerando que no despacho publicado no Diário Oficial da União- DOU, na Seção 1, pág 79 de 04/05/2018, efetuou-se a correção de erro material na publicação anterior corrigindo-se o número do processo, sendo: Nota Técnica nº. 152/10/DIAN/CGRS/SRT/MTE, Processo 46206.016117/2009-46 e com fundamento na Súmula 677 do Supremo Tribunal Federal, na Lei 9.784/1999 e nas Portarias Ministeriais determina-se a adoção das seguintes medidas. Tornar SEM EFEITO o Despacho publicado no DOU de 18/05/2018, seção 1, número 95, página 111 e DETERMINAR nos termos da Portaria 186/2008, o RESTABELECIMENTO dos efeitos da publicação ocorrida no DOU de 01/04/10, seção 1, págs. 101 e 102, devendo as entidades abrangidas pelas anotações apresentarem, no prazo de 30 dias, seus novos estatutos sociais, nos termos da legislação em vigor à época.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 21 de maio de 2018

Tendo em vista a decisão proferida no Processo Judicial nº 0153800-96.2008.5.01.072 e Processo DC 0100972-33.2017.5.01.0000 do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região e com base na Nota Técnica n.° 46/2018/CIP/GAB/SRT/MTb, o Secretário de Relações do Trabalho Substituto, no uso de suas atribuições legais, resolve restabelecer o registro e código sindical do SINDILOJAS - RJ - Sindicato dos Lojistas do Comércio do Município do Rio de Janeiro, CNPJ 33.649.542/0001-49, processo 46000.000496/2005-35, conforme estatuto sindical juntado em 08/12/2017.

LUIS CARLOS SILVA BARBOSA
Substituto

Ministério dos Direitos Humanos

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 143, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a instituição do Comitê Gestor de Ações de Equipagem - COGEQUIP, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos.

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das competências que lhe foram conferidas pelo art. 7º do Decreto nº 9.122, de 9 de agosto de 2017, e pelo art. 2º da Portaria nº 160, de 07 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 9 de março de 2018; e considerando a necessidade de estabelecer diretrizes e parâmetros nas ações de equipagem, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Comitê Gestor de Ações de Equipagem - COGEQUIP, no âmbito do Ministério dos Direitos Humanos, com a finalidade de deliberar sobre procedimentos, sistematização, planejamento, orçamento e priorização das ações referentes ao provimento de equipagem a conselhos e outros órgãos ou entidades municipais ou estaduais.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, considera-se como equipagem o conjunto de bens e serviços essenciais ao pleno funcionamento de conselhos ou de outros órgãos ou entidades municipais e estaduais que zelem pela promoção e defesa dos Direitos Humanos.

§ 2º Os bens e serviços incluem, entre outros, computadores, impressoras, automóveis, refrigeradores, bebedouros e projetos arquitetônicos.

Art. 2º Compete ao COGEQUIP:

I - propor, monitorar e avaliar as estratégias, as ações, as normas, os recursos orçamentário-financeiros e os planos de provimento de equipagem a conselhos tutelares, dos direitos da criança e do adolescente, dos direitos do idoso, de promoção da igualdade racial, dos direitos da pessoa com deficiência e a qualquer outro que se inserir na abrangência das políticas públicas do Ministério dos Direitos Humanos;

II - deliberar sobre a padronização das práticas e do processo de trabalho referentes à equipagem;

III - exercer a gestão negocial dos sistemas de informação correspondentes à automação dos processos de trabalho de equipagem; e

IV - estabelecer critérios e padrões para a captação de recursos.

Art. 3º O COGEQUIP será composto por membros titulares e suplentes, indicados pelas seguintes unidades do Ministério:

I - Secretaria Executiva - SE, que o coordenará;

II - Secretaria Nacional de Cidadania - SNC;

III - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SNDPD;

IV - Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPPIR;

V - Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - SNPDDPI; e

VI - Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - SNDCA.

Parágrafo único. - Independentemente de atualização desta Portaria, passarão a compor o COGEQUIP os membros que vierem a ser indicados por qualquer outro órgão específico singular que compuser a estrutura do Ministério dos Direitos Humanos.

Art. 4º Os membros do COGEQUIP terão o prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de entrada em vigor desta Portaria, para aprovar, pela maioria de seus membros, o Regimento Interno do Comitê.

Art. 5º A participação no COGEQUIP será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ENGELS AUGUSTO MUNIZ

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200109

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 6.130, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002551/2018-39 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa R.S. DE CARVALHO COMÉRCIO E SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.369.665/0001-89, com sede na Rua Silva Jardim, nº 33, Sala 101, Centro - Macaé/RJ, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na navegação de Apoio Marítimo, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 HP, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.542-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.131, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.006306/2018-09 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa PITT TRANSPORTES POR NAVEGAÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.666.864/0001-34, domiciliada na Área Rural, s/nº, Linha Praia Bonita, Interior de Chapecó/SC, de que trata o Termo de Autorização nº 1.096-ANTAQ e a Resolução nº 3.784-ANTAQ, ambos de 02/12/2014, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções oriundas de irregularidades praticadas durante a vigência da autorização, neste caso, a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.132, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007127/2016-19 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração do Contrato de Adesão entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.337.122/0001-27, visando a construção e exploração de instalação portuária na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizada no município de Almeirim/PA, denominada Terminal de Munguba, em área de 11.039,10m², destinada à movimentação e armazenagem de granéis líquidos, valendo-se do modal aquaviário, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, de 2013, bem como o disposto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 12/2016.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.133, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002293/2018-91 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor do microempreendedor individual VITÓRIO FRANCISCO CLERICI 66120888004, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 18.660.283/0001-63, com sede na Estrada Vicinal Concórdia Sul, s/nº, Zona Rural - Guarani das Missões/RS, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de passageiros, veículos e cargas na navegação interior de travessia, em faixa de fronteira, na Região Hidrográfica do Rio Uruguai, sobre o Rio Ijuí, entre os municípios de Guarani das Missões/RS e Mato Queimado/RS, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.544-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.134, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.005257/2018-89 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Declarar extinta, por renúncia, a outorga de titularidade da empresa W. AROUCHA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.489.216/0001-86, com sede na Rua Joaquim Andrade, nº 97, Centro - Novo Aripuanã/AM, de que trata o Termo de Autorização nº 1.364-ANTAQ e a Resolução nº 5.048-ANTAQ, ambos de 04/11/2016, sem prejuízo de que sejam levadas a efeito eventuais sanções a serem apuradas em regular processo administrativo.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.135, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010311/2016-46 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Declarar subsistente o Auto de Infração nº 2473-2, de 03/01/2017, lavrado pela Unidade Regional de Paranaguá - UREPR, desta Agência.

Art. 2º Aplicar a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 252.000,00 (duzentos e cinquenta e dois mil reais), na forma do inciso II do art. 78-A da Lei nº 10.233, de 2001, em desfavor da empresa UNIÃO VOPAK ARMAZÉNS GERAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 77.632.644/0001-27, pela prática da infração capitulada no inciso XXXVIII do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, consubstanciada no descumprimento de disposições contidas no Contrato de Arrendamento nº 010/93, mantido em vigor por força de medida judicial.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.136, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.010365/2016-10 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar parcialmente o Projeto Executivo apresentado pela empresa Libra Terminais Santos S/A, denominado Projeto Libra Terminal Santos - PLTS, objeto do Contrato de Arrendamento PRES 32/98 (Contrato Unificado), ficando a cargo da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, autorizar o início imediato das obras de construção do novo armazém no Terminal T-37, bem como a construção da laje no enclave e ainda a realização do reforço do cais do Terminal T-33, sem prejuízo de que sejam apreciadas novas alterações no âmbito do projeto inicialmente enviado.

Art. 2º Cientificar o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA; a Secretaria Nacional de Portos - SNP; a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP; e a empresa Libra Terminal Santos S/A, acerca da presente decisão, devendo a Superintendência de Outorgas - SOG, desta Agência, dar continuidade na análise do Projeto Executivo do PLTS.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.137, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50304.001405/2013-41 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Determinar o arquivamento do Processo nº 50304.001405/2013-41, eis que constatada sua perda de objeto, remetendo quaisquer desdobramentos sobre o tema para o Processo nº 50300.007399/2018-81.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.138, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.004580/2018-35 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Expedir instrumento de outorga de autorização em favor da empresa TOP SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.007.471/0001-04, com sede na Av. Coronel Cyrillo Neves, nº 1010, G1F, Bairro Compensa - Manaus/AM, para operar, por prazo indeterminado, na qualidade de Empresa Brasileira de Navegação - EBN, na prestação de serviços de transporte de carga geral, na navegação interior de percurso longitudinal em faixa de fronteira, na Região Hidrográfica Amazônica, nas rotas de competência da União, na forma e condições do Termo de Autorização nº 1.543-ANTAQ.

Art. 2º A íntegra do citado Termo de Autorização encontra-se disponível no sítio eletrônico desta Agência: www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.139, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.009952/2017-39 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de registro de instalação portuária formulado pela ASSOCIAÇÃO DOS FEIRANTES DA PANAIR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.544.135/0001-31, com sede na Rua Bento José de Lima, nº 33, Feira da Panair, Educandos - Manaus/AM, com o consequente arquivamento do presente feito.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.141, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.001420/2015-91 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração do Contrato de Adesão entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa YARA BRASIL FERTILIZANTES S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 92.660.604/0001-82, visando a outorga de autorização para construir e explorar instalação portuária na modalidade de Estação de Transbordo de Cargas - ETC, localizada no município de Canoas/RS, em área total de 4.893,95m², destinada à movimentação e/ou armazenagem de granel sólido, valendo-se do modal aquaviário, tendo em vista que foram atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815, de 2013; o Decreto nº 8.033, de 2013; a norma aprovada pela Resolução Normativa nº 20-ANTAQ e o Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 27/2015.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.142, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.007822/2016-81 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de habilitação do projeto proposto pela empresa LIBRA TERMINAL SANTOS S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.373.383/0002-50, relativamente à implantação das obras objeto do Segundo Termo Aditivo (Cláusula Sexta) ao Contrato de Arrendamento PRES nº 32/1998, visando sua adesão ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, em consonância com as disposições contidas na Lei nº 11.488, de 2007; no Decreto nº 6.144, de 2007; e na Portaria nº 124/2013-SEP/PR.

Art. 2º Encaminhar os autos ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA para as providências subsequentes, nos termos estabelecidos no art. 4º da Portaria nº 124/2013-SEP/PR.

Art. 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200110

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 6.143-ANTAQ, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.002614/2015-12 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Reconhecer a possibilidade de celebração de Contrato de Adesão entre o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, na qualidade de Poder Concedente, e a empresa NOVO PORTO TERMINAIS PORTUÁRIOS MULTICARGAS E LOGÍSTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.648.563/0001-56, visando à outorga de autorização para explorar instalação portuária, na modalidade de Terminal de Uso Privado - TUP, localizada no município de Paranaguá/PR, em área total de 1.997.511,00 m², para movimentação e/ou armazenagem de granel sólido, granel líquido, carga geral e carga conteinerizada, valendo-se do modal aquaviário, eis que atendidas as exigências de que trata a Lei nº 12.815 e o Decreto nº 8.033, de 2013, bem como o disposto no Instrumento Convocatório de Anúncio Público nº 9/2017.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.144, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.012525/2017-38 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar o reajuste do valor do Contrato de Arrendamento nº 020/1998, de acordo com a variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) do período, calculado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, nos termos do que dispõe o referido instrumento.

Art. 2º Determinar que a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA promova a devolução dos valores pagos indevidamente pelo Terminal de Contêineres de Paranaguá - TCP, seja através de pagamento à vista ou por meio da compensação de créditos futuros.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, que acompanhe o cumprimento da presente decisão.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 6.145, DE 19 DE MAIO DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 00045.000325/2015-61 e tendo em vista o deliberado pela Diretoria Colegiada em sua 443ª Reunião Ordinária, realizada em 17 de maio de 2018, resolve:

Art. 1º Aprovar a análise do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, empreendida por esta Agência, cujo resultado final apurou um Valor Presente Líquido - VPL Positivo de R$ 3.480.053,41 (três milhões, quatrocentos e oitenta mil, cinquenta e três reais e quarenta e um centavos) na base fevereiro de 2014, relativamente ao Contrato de Arrendamento PRES 03/99, de titularidade da Sociedade de Propósito Específico - SPE Pérola S/A, indicando a inexistência de créditos a título de indenização em favor da empresa arrendatária.

Art. 2º Encaminhar os autos à Secretaria Nacional de Portos - SNP (sucessora da SEP/PR), do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - MTPA, para as providências subsequentes.

Art. 3º Determinar à Procuradoria Federal junto à ANTAQ - PFA, que faça chegar o teor da presente deliberação aos autos da(s) demanda(s) judicial(is) que verse(m) sobre o tema em questão.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

MÁRIO POVIA

COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 16, DE 18 DE MAIO DE 2018

A DIRETORA PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP),EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve:

I- Homologar a Concorrência Pública CDP nº 03/2018, realizada no dia 26/03/2018 (Processo Licitatório nº 2688/2017), referente à contratação de empresa para realizar serviços relativos à execução da barreira física e faixa elevada na Rua Salgado Filho na área Retroportuária do Terminal Petroquímico de Miramar;

II- Adjudicar, em consequência, vencedora da referida Concorrência, à empresa SR3 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS-EIRELI - CNPJ- nº 15.112.256/0001-68, pelo valor global de R$ 139.169,87 (cento e trinta e nove mil cento e sessenta e nove reais e oitenta e sete centavos), bem como por ter cumprido todas as exigências editalícias;

III- Encaminhar ao DIRAFI para emissão de Ordem de Compra, consoante legislação vigente;IV- Após III, encaminhar à GEJURI para elaboração do instrumento correspondente;V- Determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

MARIA HELENA MOSCOSO DA SILVA

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 2.513, DE 2 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13391 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER D, CNPJ nº 00.087.900/0001-18 para atuar em São Paulo.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.556, DE 8 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/23234 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa BRIDMAN SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 23.672.986/0001-41, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada no Maranhão.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.576, DE 9 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/26094 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa USINA SAO JOSE S/A, CNPJ nº 10.362.820/0001-87 para atuar em Pernambuco, com Certificado de Segurança nº 983/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.632, DE 11 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/28869 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ARLINDO FONSECA LINS E CIA LTDA, CNPJ nº 11.601.184/0001-61 para atuar em Pernambuco.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.633, DE 11 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/28876 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AUTO POSTO PIONEIRO LTDA, CNPJ nº 05.101.388/0001-30 para atuar em Alagoas.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.634, DE 11 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/28880 - DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POSTO QUARTO DE MILHA LTDA, CNPJ nº 04.077.577/0001-52 para atuar em Alagoas.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.674, DE 14 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/30188 - DPF/JVE/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CIA CANOINHAS DE PAPEL, CNPJ nº 76.827.344/0001-30 para atuar em Santa Catarina.

RICARDO MARCIO ROSSI SANCOVICH
Substituto

ALVARÁ Nº 2.706, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/77192 - DPF/PTS/RS, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa JÉFERSON LUIS CABRAL DUARTE - ME - VIGILÂNCIA, CNPJ nº 09.263.853/0001-90, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 285/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.714, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/4586 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ZEN SEGURANCA PATRIMONIAL - EIRELI - ME, CNPJ nº 28.637.620/0001-55, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1011/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.716, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/8810 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa NAVISEG SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI, CNPJ nº 29.106.112/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1042/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200111

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 2.717, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/9291 - DPF/SOD/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa VIERTONS SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGLANCIA EIRELI ME, CNPJ nº 23.073.522/0001-19, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 602/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.721, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/13499 - DPF/CAS/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa CAMPSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 07.621.445/0001-38, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente EMBRASE EMPRESA BRASILEIRA DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 57.574.154/0001-04:

34 (trinta e quatro) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente QUALITY SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 02.249.938/0001-75:

774 (setecentas e setenta e quatro) Munições calibre 38

Válido por 90 (noventa) dias a contar da data de publicação no D.O.U.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.725, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2017/97977 - DPF/NIG/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SUPERVIG SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 11.412.859/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1140/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.731, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17245 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0014-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Transporte de Valores, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 948/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.736, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17906 - DPF/VRA/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBSERVE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 07.786.273/0005-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1141/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

ALVARÁ Nº 2.738, DE 17 DE MAIO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18192 - DPF/CGE/PB, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa DIGNA SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 25.320.846/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Paraíba, com Certificado de Segurança nº 970/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.173, DE 15 DE MAIO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08280.008785/2017-28 - DELESP/DREX/SR/PF/DF, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa FIEL VIGILANCIA LTDA., CNPJ nº 01.775.654/0002-30, localizada no DISTRITO FEDERAL.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.176, DE 15 DE MAIO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08455.009757/2018-60 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve:

Cancelar a Autorização de Funcionamento concedida à empresa BRASTURINVEST INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, CNPJ Nº 03.422.594/0003-89, localizada no estado do RIO DE JANEIRO.

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.177, DE 16 DE MAIO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.000706/2018-41 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve:

Retificar a Portaria nº 34.169 de 23 de abril de 2018, publicado no D.O.U. em 14 de maio de 2018, página 69, Seção 1, referente à empresa METODO PROFISSIONAL VIGILANCIA PRIVADA LTDA., CNPJ nº 14.038.894/0001-13 de modo que:

Onde se lê: "Processo nº 08455.006237/2018-03 - DELESP/DREX/SR/PF/SP".

Leia-se: "Processo nº 08512.000706/2018-41 - DELESP/DREX/SR/PF/SP".

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

PORTARIA Nº 34.178, DE 16 DE MAIO DE 2018

A COORDENADORA-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08361.004819/2017-13 - DELESP/DREX/SR/PF/AP, resolve:

Retificar a Portaria nº 34.170 de 25 de abril de 2018, publicado no D.O.U. em 14 de maio de 2018, página 69, Seção 1, referente à empresa SERVI-SAN VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 12.066.015/0013-75 de modo que:

Onde se lê: "Processo nº 08455.006237/2018-03 - DELESP/DREX/SR/PF/AP".

Leia-se: "Processo nº 08361.004819/2017-13 - DELESP/DREX/SR/PF/AP".

ROSILENE GLEICE DUARTE SANTIAGO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL

COORDENAÇÃO-GERAL DE OPERAÇÕES

PORTARIA Nº 31, DE 18 DE MAIO DE 2018

Descredencia a empresa GOSEGUE ESCOLTA E TRANSPORTE EIRELI-EPP da execução dos serviços de escolta "de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 27, inciso X, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 219, de 27 de fevereiro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de fevereiro de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08655.01768/2013-55, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa GOSEGUE ESCOLTA E TRANSPORTE EIRELI-EPP, credencial nº 319/2013, inscrita no CNPJ nº 18.745.803/0001-30, estabelecida na RUA ANTONIO NAKASHIMA, 64, SALA 01, PQ CONTINENTAL I, GUARULHOS/SP CEP: 07077-030, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

PORTARIA Nº 32, DE 18 DE MAIO DE 2018

Descredencia a empresa INTERBRASIL TRANSPORTES E GUINDASTES INTERMODAIS da execução dos serviços de escolta "de Terceiros".

O COORDENADOR-GERAL DE OPERAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 27, inciso X, do Regimento Interno da Polícia Rodoviária Federal, aprovado pela Portaria nº 219, de 27 de fevereiro de 2018, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de fevereiro de 2018,

CONSIDERANDO o disposto no Manual de Procedimentos Operacionais nº 17, instituído pela Instrução Normativa nº 08, de 2 de maio de 2012, da Senhora Diretora-Geral da Polícia Rodoviária Federal, e atualizado pela Portaria Normativa nº 08, de 5 de fevereiro de 2016, do Senhor Coordenador-Geral de Operações da Polícia Rodoviária Federal; e

CONSIDERANDO o disposto no processo nº 08660.000965/2012-82, resolve:

Art. 1º Descredenciar a empresa INTERBRASIL TRANSPORTES E GUINDASTES INTERMODAIS, credencial nº 269/2012, inscrita no CNPJ nº 08.925.106/0001-08, estabelecida na RUA EDU CHAVES, 220 - BAIRRO SÃO JOÃO - PORTO ALEGRE/RS - CEP 90.240-620, da EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ESCOLTA "DE TERCEIROS", aos veículos transportadores de cargas indivisíveis excedentes em peso e/ou dimensões.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO VITAL DE MORAES JÚNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA Nº 140, DE 17 DE MAIO DE 2018

Aplica pensa de suspensão temporária de participação em licitação e de contratar coma Administração em desfavor da empresa ACTA ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF n. 27.240.266/0001-68.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESPÍRITO SANTO, com fundamento no art. 56, inciso XIII, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR n. 357, de 5 de maio de 2015, e conforme consta no PGEA n. 1.17.000.002579/2016-68, resolve:

Art. 1º Aplicar à empresa ACTA ENGENHARIA LTDA, CNPJ/MF n. 27.240.266/0001-68, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a Administração, e o consequente registro no Sistema de Cadastramento de Fornecedores (SICAF), do Poder Executivo Federal, pelo prazo de dois (2) anos, face ao descumprimento de suas obrigações contratuais, referente ao Contrato Administrativo MPF/ES n. 15/2014, conforme o constante no Processo de Apuração de Responsabilidade n. 1.17.000.002579/2016-68.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO AUGUSTO GUARESQUI

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CONSELHO SUPERIOR

PAUTA DA 223ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2018

Hora: 10 horas.

Local: Sala de reuniões do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho - Setor de Autarquia Norte - SAUN, Quadra 05, Lote "C", Torre "A", Centro Empresarial CNC, 17º andar, Asa Norte - Brasília-DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Aprovação da ata da 222ª Sessão Ordinária.

b) - Comunicados e Proposições:

1 - Presidente do CSMPT.

2 - Secretaria do CSMPT.

3 - Conselheiros.

c) - Comunicados:

1 - Corregedoria do MPT.

2 - Ouvidoria do MPT.

3 - Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Processo(s) com vista(s) regimental(is).

01 - PGEA nº 000185.2017.98.900/0. (Antigo: Processo 2.00.000.024136/2016-70).

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Aprimoramento da Sistemática de Afastamento de Membros - Alteração da Resolução CSMPT nº 75/2008.

Relator: Conselheiro André Luís Spies.

Revisora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

Decisão: Após votar o Conselheiro Relator no sentido de aprovar proposta de resolução, na forma do texto apresentado, que dispõe sobre o afastamento de Membros do Ministério Público do Trabalho do exercício de suas funções para frequentar cursos de aperfeiçoamento e estudos, para elaboração de monografias, dissertações, trabalhos e teses; para comparecer e ministrar seminários ou congressos, bem como integrar missões oficiais, pediram vistas regimentais sucessivas a Conselheira Edelamare Barbosa Melo (revisora) e o Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.

II - Outros processos desta Sessão.

02 - PGEA nº 000184.2017.98.900/3 - (Processo físico nº 2.00.000.022459/2016-29).

Interessado: Procuradoria-Geral do Trabalho.

Assunto: Proposta de resolução para designar Membros para sessões junto ao Tribunal Superior do Trabalho.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Revisora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira revisora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 186ª Sessão Extraordinária, 28/11/2016.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária. CSMPT, 187ª Sessão Extraordinária, 15/12/2016.

Decisão anterior: Adiado o julgamento do feito para próxima sessão extraordinária, em razão da ausência justificada da Conselheira Relatora. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano, Sandra Lia Simón e Manoel Jorge e Silva Neto. CSMPT, 189ª Sessão Extraordinária, 20/04/2017.

Decisão anterior: O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho decidiu, à unanimidade, converter o julgamento em diligência, para ouvir o Coordenador da COI - Coordenadoria de Órgão Interveniente, Subprocurador-Geral do Trabalho Luiz da Silva Flores. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT).

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, inicialmente, acolhendo proposta do Procurador-Geral do Trabalho, decidiu, por maioria, pela suspensão provisória de indicação de Membros Titulares da CCR/MPT para atuar em sessões do TST, até o julgamento definitivo deste feito, vencidos os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho e Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre. Em seguida, adiou-se a apreciação da proposta de resolução para a próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira Revisora. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto da Conselheira Relatora no sentido de aprovar proposta de resolução na forma apresentada ao Colegiado, que estabelece critérios para assento e substituição em sessões nos órgãos de julgamento do Tribunal Superior do Trabalho, pediu vista regimental a Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos. O Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart antecipou o seu voto acompanhando a Conselheira Relatora. Os demais Conselheiros aguardam. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury. CSMPT, 220ª Sessão Ordinária, 22/02/2018.

Decisão anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista da Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos, que divergiu da Relatora no sentido de não desonerar os membros da Câmara de Coordenação e Revisão e das Subcâmaras de Coordenação e Revisão de suas atribuições ordinárias de atuação em sessões e audiências do Tribunal Superior do Trabalho, no que foi acompanhada pelos Conselheiros Eneas Bazzo Torres, Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre, Edelamare Barbosa Melo e Jeferson Luiz Pereira Coelho; e os votos dos Conselheiros André Luís Spies, Júnia Soares Nader e Ronaldo Curado Fleury acompanhando a Relatora, no sentido de que ficarão desonerados das atribuições ordinárias de atuação em sessões e audiências do Tribunal Superior do Trabalho, os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, membros titulares da Câmara de Coordenação e Revisão do MPT, pediu vista regimental o Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart. CSMPT, 221ª Sessão Ordinária, 22/03/2018.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira relatora do feito. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.

03 - PGEA nº 000070.2018.09.903/0.

Interessada: Ignez Guimarães Bolotário - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Denúncia de abuso de poder e assédio/coação. Membro do MPT. Submissão ao CSMPT da suspeição declarada pelo Corregedor-Geral do MPT, Maurício Correia de Mello, e da distribuição ao Subcorregedor, José Alves Pereira Filho, do PGEA nº 000043.2018.09.903/7 (atividade disciplinar). Requer a declaração de nulidade da redistribuição ao Subcorregedor, bem como a capitulação dos fatos no art. 240, V, b, da LC nº 75/93, por ato de improbidade administrativa.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

Decisão: Adiado o julgamento para próxima sessão, por indicação da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.

04 - PGEA nº 002479.2017.00.900/8.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Consultas, pedidos de esclarecimentos e de revisão da Resolução CSMPT nº 132/2016 e apresentação de consultas.

Relatora: Conselheira Sandra Lia Simón.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de alterar a Resolução CSMPT nº 132/2016, pediram vistas regimentais sucessivas os Conselheiros Edelamare Barbosa Melo, Ronaldo Curado Fleury e Luiz Eduardo Guimarães Bojart. Ausente, momentânea e justificadamente, o Conselheiro Manoel Jorge e Silva Neto. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Jeferson Luiz Pereira Coelho (Vice-Presidente) e Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Secretária do CSMPT). CSMPT, 218ª Sessão Ordinária, 23/11/2017.

Decisão anterior: Prossegue com a vista regimental a Conselheira Edelamare Barbosa Melo. Ausentes, justificadamente, as Conselheiras Ivana Auxiliadora Mendonça Santos (Conselheira Secretária) e Edelamare Barbosa Melo. CSMPT, 219ª Sessão Ordinária, 14/12/2017.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro vistor do feito, Presidente Ronaldo Curado Fleury. Ausente, justificadamente, o Presidente Ronaldo Curado Fleury.

Decisão anterior: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada do Conselheiro vistor do feito, Luiz Eduardo Guimarães Bojart. CSMPT, 221ª Sessão Ordinária, 22/03/2018.

Decisão: Adiado o julgamento para próxima sessão, em razão da ausência justificada da Conselheira relatora do feito. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.

05 - PGEA nº 000061.2018.09.903/9.

Interessada: Ignez Guimarães Bolotário - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Teletrabalho - Denúncia de crimes de Falsidade Ideológica e Condescendência Criminosa. Submissão ao CSMPT da suspeição declarada pelo Corregedor-Geral do MPT, Maurício Correia de Mello, e da atuação do Subcorregedor, José Alves Pereira Filho, no PGEA nº 000039.2018.09.903/2 (atividade disciplinar). Requer a nulidade da redistribuição e dos demais atos subsequentes praticados pelo Subcorregedor, bem como a alteração da capitulação dos fatos para ato de improbidade administrativa (art. 240, V, b, da LC nº 75/93).

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

Decisão: Adiado o julgamento para próxima sessão, por indicação da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.

06 - PGEA nº 000045.2018.99.900/5

Interessada: Corregedoria do Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Ofício nº 95.2018 - Regulamentação do processamento das promoções por antiguidade no MPT.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre

07 - PGEA nº 000068.2018.15.901/1.

Interessado: Rogério Rodrigues de Freitas - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento para participar do curso Evolução da Disciplinar do Direito Material e Processual na Itália: da raiz do direito romano ao ordenamento europeu, da Universidade de Roma La Sapienza.

Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

08 - PGEA nº 000025.2018.97.900/5.

Assunto: Ofício nº 038/18-CCR-MPT - informa que Câmara de Coordenação e Revisão foi provocada pelo Conselho Superior do MPT para incorporar (ou não) os precedentes 07, 08, 09, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20 - Solicita a possibilidade de torná-los sem efeito, ou mesmo cancelá-los definitivamente.

Interessado: Câmara de Coordenação e Revisão do MPT

Relator: Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart.

09 - PGEA nº 000044.2018.15.907/0.

Interessado: Larissa Serrat de Oliveira Cremonini - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento para participar do curso "Evolução da Disciplinar do Direito Material e Processual na Itália: da raiz do direito romano ao ordenamento europeu", da Universidade de Roma "La Sapienza", em Roma/Italia.

Relator: Conselheiro André Luís Spies

10 - PGEA nº 000394.2018.13.900/0.

Interessado: Eduardo Varandas Araruna - Procurador do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para participar de Programa de "Crimes Complexos: Políticas e Técnicas para Desmantelar Redes Criminosas", nos Estados Unidos da América.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

11 - PGEA nº 000007.2018.98.900/5.

Interessado: Eduardo Maia Tenório da Cunha - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de afastamento para elaboração de Tese de Doutoramento na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra/Portugal.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

Decisão anterior: Após votar a Conselheira Relatora no sentido de determinar ao Procurador do Trabalho Eduardo Maia Tenório da Cunha: a) o encaminhamento trimestral de relatório contendo a evolução de elaboração da tese; b) o encaminhamento da tese e da respectiva certidão de registro efetuado na instituição de ensino competente, tão logo sejam concluídos; e c) a comunicação sobre a data de defesa da tese, assim que for definida, pediu vista regimental o Conselheiro André Luís Spies. O Conselheiro Jeferson Luiz Pereira Coelho antecipou seu voto acompanhando a Conselheira Relatora. Os demais aguardam. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Luiz Eduardo Guimarães Bojart. CSMPT, 221ª Sessão Ordinária, 22/03/2018.

Decisão Anterior: Prosseguindo o julgamento, após o voto vista do Conselheiro André Luís Spies, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, à unanimidade, determinou ao Exmo. Procurador do Trabalho Eduardo Maia Tenório da Cunha o encaminhamento, no prazo de 5 (cinco) dias: a) do documento comprobatório da regularidade da situação acadêmica do Interessado perante à Universidade de Coimbra; e b) do material já concluído, ainda que em forma esquemática e/ou incompleta, com indicação dos pontos que ainda faltam ser explorados/finalizados, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Ausente, justificadamente, a Conselheira Sandra Lia Simón. CSMPT, 222ª Sessão Ordinária, 26/04/2018.

12 - PGEA nº 000817.2018.15.900/4.

Interessada: Carolina Marzola Hirata Zedes - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Requerimento de afastamento para elaboração de dissertação de mestrado em Direito, Direitos Fundamentais Coletivos e Difusos, Núcleo de Estudos de Direito e Relações Internacionais, junto à Universidade Metodista de Piracicaba - UNIMEP.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Relatora: Conselheira Edelamare Barbosa Melo.

13 -PGEA nº 0000939.2018.09.900/4.

Interessada: Margaret Matos de Carvalho - Procuradora Regional do Trabalho.

Assunto: Solicita autorização para prosseguimento de atuação em 1º grau.

Relatora: Conselheira Ivana Auxiliadora Mendonça Santos.

14 - PGEA nº 003986.2018.00.900/4.

Interessado: Ministério Público do Trabalho.

Assunto: Promoção ao cargo de Subprocurador-Geral do Trabalho - Critério de merecimento.

Relator: Conselheiro André Luís Spies.

15 - Processo/EP nº 000005.2016.99.900/2.

Interessado: Ricardo Ruy Fukuara Rebello Pinho - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.

Relatora: Conselheira Júnia Soares Nader.

16 - Processo/EP nº 000004.2016.99.900/4.

Interessado: Rodrigo Bezerra Martins - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.

Relatora: Conselheira Cristina Soares de Oliveira e Almeida Nobre.

17 - Processo/EP nº 000003.2016.99.900/6.

Interessado: Douglas Nunes Vasconcelos - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.

Relator: Conselheiro (suplente convocado) Eneas Bazzo Torres.

18 - Processo/EP nº 000006.2016.99.900/0.

Interessada: Cirlene Luiza Zimmermann - Procuradora do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.

Relator: Conselheiro (suplente convocado) Eneas Bazzo Torres.

19 - Processo/EP nº 000007.2016.99.900/9.

Interessado: Italvar Filipe de Paiva Medina - Procurador do Trabalho.

Assunto: Acompanhamento de estágio probatório relativo ao 19º Concurso.

Relator: Conselheiro (suplente convocado) Eneas Bazzo Torres.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

RONALDO CURADO FLEURY
Presidente do Conselho

IVANA AUXILIADORA MENDONÇA SANTOS
Conselheira Secretária

CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

3ª SUBCÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PAUTA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 24 DE MAIO DE 2018

Hora: 10:00h

Local: Sala de reuniões da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho - SAUN Quadra 05, Lote C, Torre A, Edifício CNC, 16º Andar, Asa Norte, Brasília, DF.

1ª Parte - Expediente.

a) - Comunicados e Assuntos Gerais:

1 - Coordenador(a) da CCR.

2 - Membros da CCR.

2ª Parte - Ordem do Dia.

I - Recursos administrativos

Processo IC-000421.2016.02.003/1 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRÁS - REFINARIA PRESIDENTE BERNARDES DE CUBATÃO, NOTICIANTE: SINDIPETRO - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA - - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.

Processo PP-002987.2017.09.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: COPEL DISTRIBUIÇÃO S/A, NOTICIANTE: SENGE/PR - SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO PARANÁ - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.

Processo PP-001032.2017.17.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INVESTIGADO: FORMATEC TERCEIRIZAÇÃO LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES COM VÍNCULO EMPREGATÍCIO E TRABALHADORES AVULSOS EM ARMAZÉNS GERAIS COM CAFÉ EM GERAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - Relatora: Dra. Maria Aparecida Gugel.

Processo IC-001422.2017.13.000/1 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INQUIRIDO: AÇÃO PROMOÇÕES E SERVIÇOS DE EVENTOS LTDA - EPP, NOTICIANTE: PRT 13ª REGIÃO (JOSÉ CAETANO DOS SANTOS FILHO) - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000569.2018.03.000/4 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: FUNDAÇÃO CESGRANRIO, NOTICIADO: PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-006877.2017.01.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo PP-009096.2017.02.000/0 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: INVESTIGADO: CAKORMAN ARQUITETURA LTDA ME, NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO), INVESTIGADO: SIK ARQUITETURA LTDA EPP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-005262.2017.03.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: HOSPITAL VITALLIS BARREIRO LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-002999.2017.05.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: CDA - COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (SEAGRI), NOTICIADO: ESTADO DA BAHIA-SECRETARIA DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-SEAGRI, NOTICIANTE: MÁRCIA VIRGINIA CERQUEIRA SANTOS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-003271.2017.05.000/9 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: SABEBI SERVIÇOS DE ALIMENTOS LTDA, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM HOTÉIS, APART- HOTÉIS, RESIDENCE-HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES DA CIDADE DO SALVADOR - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo IC-000064.2017.09.008/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: INQUIRIDO: ANDREA MARIA ROLIM MARCON, INQUIRIDO: JOÃO LUIZ MARCON, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo IC-000110.2017.23.003/0 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE SORRISO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001024.2018.02.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: ASSOCIACAO DOS CORRETORES DE PLANOS DE SAUDE DO ESTADO DE SAO PAULO (ACOPLAN), NOTICIANTE: SINDICATO DOS CORRETORES DE PLANOS DE SAÚDE MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - SINCOPLAN, NOTICIADO: SINDIPLANOS SINDICATO DAS EMPRESAS DE COMERCIALIZAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PLANOS DE SAÚDE E ODONTOLÓGICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001997.2018.02.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DIEGO FERNANDES BARBOSA, NOTICIADO: SÃO PAULO TRANSPORTE SA (SPTRANS) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000042.2018.04.007/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: INSTITUTO DE SAUDE E EDUCACAO VIDA , NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000358.2018.09.000/5 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: AUTO POSTO CURITIBANO LTDA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000022.2018.11.000/2 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: EMSA INTERMEDIAÇÃO E AGENCIAMENTO DE SERVIÇOS EIRE, NOTICIADO: PAM INDUSTRIA DE PLASTICOS INJETADOS, NOTICIANTE: SINDPLAST - SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE MATERIAL PLÁSTICO DE MANAUS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000665.2018.15.000/8 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: CENTRO INFANTIL DE INVESTIGAÇÕES HEMATOLÓGICAS DOUTOR DOMINGOS A. BOLDRINI, NOTICIANTE: SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE DE CAMPINAS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000831.2018.15.000/7 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: SUZANO PAPEL E CELULOSE S.A. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000023.2018.24.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: CRISTIAN, NOTICIADO: JOELI CARDOSO DOS SANTOS- EPP - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo IC-000169.2017.09.004/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CONECT FIBRA ÓTICA, NOTICIANTE: SIGILOSO - PTM CASCAVEL, INQUIRIDO: WNI EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo NF-000956.2017.17.000/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 8.CONALIS - Interessados: NOTICIANTE: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (GOVERNO DO ESTADO), NOTICIADO: SINDEPRES - SINDICATO DAS EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇOS NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NOTICIADO: SINDICATO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NOTICIADO: SINDIMOTORISTAS-SIND. DOS MOTORISTAS E OPERADORES DE MÁQUINAS DO SUL DO ESTADO D - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo IC-001974.2017.18.000/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: INQUIRIDO: CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. - CELG D - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo NF-001580.2018.02.000/4 - Assunto: 1.CODEMAT - Interessados: NOTICIADO: KALLAS INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES SA, NOTICIANTE: LEANDRO BERNAL - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo NF-001620.2018.02.000/3 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CEKISCOLHE GOURMET RESTAURANTE LTDA , NOTICIANTE: MPT / PRT 2ª REGIÃO (DENUNCIANTE SIGILOSO) - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

Processo NF-000372.2018.09.000/1 - Assunto: 3.CONAFRET - Interessados: NOTICIADO: FILLA & MUNHOZ DA ROCHA ADVOGADOS ASSOCIADOS, NOTICIANTE: MPT - PRT9 - SEDE, NOTICIANTE: SINAP - SINDICATO DOS ADVOGADOS DO ESTADO DO PARANÁ - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

II - Declínios de atribuições

Processo PP-000007.2006.16.001/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE RIBAMAR FIQUENE - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-000191.2014.10.002/4 - Assunto: 3.CONAFRET, 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO, INQUIRIDO: FUNDACAO EVANGELICA RESTAURAR, INQUIRIDO: INSTITUTO SOCIO EDUCACIONAL SOLIDARIEDADE - ISES, INQUIRIDO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINA - TO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-000612.2017.01.005/0 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, INQUIRIDO: MUNICÍPIO DE ARARUAMA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000188.2018.03.002/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE ALÉM PARAÍBA - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo PP-000073.2018.04.007/0 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: INVESTIGADO: MUNICÍPIO DE FAZENDA VILANOVA, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo NF-000080.2018.16.000/6 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: Município de São Luís, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LUIS - SEMUS), NOTICIANTE: PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA - 18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA NA DEFESA DA SAÚDE - Relatora: Dra. Junia Bonfante Raymundo.

Processo IC-003288.2016.01.000/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: INQUIRIDO: IABAS - INSTITUTO DE ATENÇÃO BÁSICA E AVANÇADA A SAÚDE, NOTICIANTE: (SOB SIGILO) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-001142.2017.03.000/0 - Assunto: 2.CONAETE - Interessados: NOTICIADO: BOATE VILA TAMPESTRE (BOATE DO RUBENS), NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: HOTEL ACONCHEGO, NOTICIADO: RUBENS - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000171.2018.01.005/9 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE - Interessados: NOTICIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA COLETIVA - NÚCLEO MACAÉ, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE MACAÉ - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000093.2018.01.007/8 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: CARLOS EDUARDO MAGDALENA PEREIRA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000101.2018.03.001/8 - Assunto: 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: MUNICÍPIO DE ARAGUARI/MG, NOTICIANTE: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO 3ª REGIAO - 1ª VARA DO TRABALHO DE ARAGUARI - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000151.2018.03.001/4 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: (SOB SIGILO), NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PRATA / MG - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000184.2018.03.001/5 - Assunto: 1.CODEMAT, 4.CONAP, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: DENUNCIANTE SIGILOSO, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE PRATA / MG - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000257.2018.04.000/8 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: EVA DA SILVA BARRANCHINI, NOTICIANTE: SIGILOSO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000096.2018.04.006/7 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: COMBATE À INFORMALIDADE E FRAUDE AO SEGURO DESEMPREGO NO SETOR DE TRANSPORTES DE CARGA DA REGIÃO DE NOVO HAMBURGO, NOTICIADO: ILU TRANSPORTES LTDA , NOTICIANTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL - GERÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO DE CAXIAS DO SUL - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200114

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo NF-000318.2018.10.000/1 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: DIÁRIO CAUSA OPERÁRIA, NOTICIANTE: UNIÃO - TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO - TST - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000250.2018.11.000/2 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANONIMO, NOTICIADO: R. DE BARROS OLIVEIRA & CIA. LTDA. - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000068.2018.12.002/2 - Assunto: 6.COORDIGUALDADE, 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIANTE: ANÔNIMO, NOTICIADO: DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE JAGUARUNA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000015.2018.13.002/1 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: CRECHE MUNICIPAL MARIA DAS GRAÇAS SOARES DE QUEIROZ - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000262.2018.15.001/4 - Assunto: 9.TEMAS GERAIS - Interessados: NOTICIADO: POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO, NOTICIANTE: SINDICATO DOS INVESTIGADORES DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE SÃO PAULO - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000439.2018.17.000/7 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIANTE: CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DO ESPÍRITO SANTO - COREN, NOTICIADO: MUNICÍPIO DE VILA VELHA (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE) - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000197.2018.20.000/9 - Assunto: 8.CONALIS - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DE SERGIPE, NOTICIANTE: SINDICATO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DE SAÚDE NO ESTADO DE SERGIPE - SINTASA - Relatora: Dra. Márcia Campos Duarte.

Processo NF-000236.2018.17.000/1 - Assunto: 4.CONAP - Interessados: NOTICIADO: ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS), NOTICIANTE: IDENTIDADE SOB SIGILO - Relator: Dr. Rodrigo de Lacerda Carelli.

III - Demais Procedimentos para análise revisional

PRT 1ª Região-RJ - IC-006432.2009.01.000/5, IC-001190.2010.01.000/6, IC-000989.2011.01.000/9, IC-002567.2011.01.000/4, IC-004807.2012.01.000/6, IC-001954.2014.01.000/8, IC-002044.2014.01.000/4, IC-002239.2014.01.000/0, IC-002375.2014.01.000/0, IC-004268.2014.01.000/0, IC-000007.2014.01.003/8, IC-000405.2014.01.003/5, IC-001018.2014.01.004/1, IC-000002.2015.01.007/2, IC-000108.2015.01.007/6, IC-000268.2015.01.007/8, IC-000035.2016.01.000/3, IC-000963.2016.01.000/0, IC-001045.2016.01.000/5, IC-001143.2016.01.000/1, IC-002150.2016.01.000/0, IC-002270.2016.01.000/0, IC-002959.2016.01.000/7, IC-003014.2016.01.000/7, IC-003213.2016.01.000/6, IC-003659.2016.01.000/3, IC-003700.2016.01.000/0, IC-004023.2016.01.000/6, IC-004277.2016.01.000/4, IC-004926.2016.01.000/8, IC-005264.2016.01.000/0, IC-006076.2016.01.000/0, IC-000294.2016.01.002/2, IC-000385.2016.01.003/0, IC-000392.2016.01.003/9, IC-000429.2016.01.003/0, IC-000468.2016.01.005/5, IC-000541.2016.01.005/4, IC-000321.2016.01.006/4, IC-000027.2017.01.000/3, IC-000128.2017.01.000/0, IC-000468.2017.01.000/3, IC-000565.2017.01.000/2, IC-000614.2017.01.000/8, IC-002126.2017.01.000/5, IC-003639.2017.01.000/2, PP-004026.2017.01.000/4, IC-004958.2017.01.000/0, IC-005147.2017.01.000/8, IC-005294.2017.01.000/0, IC-005345.2017.01.000/1, PP-005412.2017.01.000/3, NF-005854.2017.01.000/9, IC-005952.2017.01.000/5, IC-006518.2017.01.000/1, IC-006663.2017.01.000/3, NF-007104.2017.01.000/2, NF-000160.2017.01.001/9, IC-000211.2017.01.002/8, NF-000606.2017.01.004/7, NF-000991.2017.01.004/5, IC-000060.2017.01.005/4, NF-000750.2017.01.005/4, IC-000866.2017.01.006/9, IC-000065.2017.01.007/4, IC-000080.2017.01.007/4, NF-000921.2018.01.000/3, NF-001478.2018.01.000/3, NF-001528.2018.01.000/9, NF-000114.2018.01.005/4, NF-000200.2018.01.005/0, IC-001584.2010.01.000/0, IC-003676.2010.01.000/9, IC-003730.2011.01.000/0, IC-000223.2012.01.000/2, IC-002076.2013.01.000/2, IC-003589.2014.01.000/1, IC-004378.2014.01.000/3, IC-000496.2015.01.000/7, IC-003421.2015.01.000/4, IC-000459.2015.01.006/2, IC-002244.2016.01.000/2, IC-003662.2016.01.000/1, IC-004143.2016.01.000/6, IC-004740.2016.01.000/3, IC-005238.2016.01.000/2, IC-000096.2016.01.003/5, IC-000847.2016.01.004/6, IC-000394.2016.01.005/3, IC-000349.2016.01.006/0, IC-002105.2017.01.000/7, IC-005023.2017.01.000/6, IC-005393.2017.01.000/2, PP-006622.2017.01.000/2, NF-006914.2017.01.000/9, IC-000395.2017.01.001/9, NF-001062.2017.01.004/6, IC-000394.2017.01.005/6, IC-000005.2018.01.000/1, NF-000417.2018.01.000/3, NF-000113.2018.01.004/7, NF-000187.2018.01.006/5, NF-000262.2018.01.006/7 - PRT 2ª Região-SP - IC-000959.2011.02.000/9, IC-002006.2011.02.000/5, IC-000163.2011.02.001/3, IC-002251.2013.02.000/8, IC-004296.2014.02.000/9, IC-009655.2015.02.000/0, IC-000401.2015.02.005/6, IC-000544.2015.02.005/2, IC-000288.2016.02.000/0, IC-001643.2016.02.000/9, IC-001729.2016.02.000/6, IC-004515.2016.02.000/8, IC-008916.2016.02.000/5, IC-008979.2016.02.000/0, NF-000099.2016.02.002/8, IC-000352.2016.02.003/1, IC-000141.2016.02.005/3, IC-001605.2017.02.000/6, IC-001872.2017.02.000/9, IC-002109.2017.02.000/0, IC-002432.2017.02.000/2, IC-003794.2017.02.000/1, IC-004316.2017.02.000/0, IC-005214.2017.02.000/0, IC-006838.2017.02.000/7, PP-007305.2017.02.000/3, IC-007599.2017.02.000/7, PP-007877.2017.02.000/5, PP-008231.2017.02.000/1, PP-009094.2017.02.000/0, IC-000130.2017.02.001/9, IC-000836.2017.02.001/4, IC-000861.2017.02.001/4, NF-000215.2018.02.000/6, NF-000713.2018.02.000/4, NF-000938.2018.02.000/7, NF-001080.2018.02.000/8, NF-001389.2018.02.000/9, NF-002070.2018.02.000/0, NF-002457.2018.02.000/4, NF-000113.2018.02.002/7, IC-004460.2008.02.000/6, IC-000086.2009.02.004/0, IC-000087.2012.02.000/7, IC-003655.2012.02.000/5, IC-004836.2014.02.000/4, IC-006814.2014.02.000/7, IC-000447.2014.02.002/8, IC-000092.2014.02.003/1, IC-000322.2015.02.000/4, IC-002072.2015.02.000/5, IC-004051.2015.02.000/3, IC-007780.2015.02.000/2, IC-009288.2015.02.000/6, IC-005271.2016.02.000/0, IC-007237.2016.02.000/4, IC-008954.2016.02.000/0, IC-000162.2016.02.002/1, IC-000233.2017.02.000/5, IC-001516.2017.02.000/0, IC-002255.2017.02.000/7, IC-002450.2017.02.000/4, IC-006853.2017.02.000/2, PP-008040.2017.02.000/8, IC-000511.2017.02.001/3, IC-000957.2017.02.001/3, PP-000597.2017.02.003/1, IC-000484.2017.02.005/9, PP-000138.2018.02.000/1, PP-000367.2018.02.000/3, NF-000866.2018.02.000/8, NF-001011.2018.02.000/9, NF-001037.2018.02.000/4, NF-001281.2018.02.000/8, NF-001713.2018.02.000/0, NF-000101.2018.02.002/7, NF-000121.2018.02.002/1, IC-000300.2011.02.001/7, IC-004176.2013.02.000/7, IC-000637.2014.02.002/7, IC-000689.2015.02.000/7, IC-002690.2015.02.000/0, IC-002776.2015.02.000/8, IC-002777.2015.02.000/3, IC-006159.2015.02.000/0, IC-007149.2015.02.000/2, IC-007350.2015.02.000/4, IC-007405.2015.02.000/7, IC-000605.2015.02.001/4, IC-000361.2015.02.003/0, NF-003242.2016.02.000/0, IC-004835.2016.02.000/2, IC-004980.2016.02.000/4, IC-006948.2016.02.000/9, IC-008111.2016.02.000/0, IC-008167.2016.02.000/4, IC-008637.2016.02.000/1, IC-000641.2016.02.003/2, IC-001978.2017.02.000/9, IC-002442.2017.02.000/9, IC-002600.2017.02.000/7, IC-003764.2017.02.000/2, IC-004001.2017.02.000/5, IC-004222.2017.02.000/8, IC-004244.2017.02.000/1, IC-004530.2017.02.000/5, IC-005567.2017.02.000/0, PP-007677.2017.02.000/0, PP-008008.2017.02.000/6, IC-008290.2017.02.000/4, IC-008794.2017.02.000/2, PP-008926.2017.02.000/3, IC-000832.2017.02.001/9, IC-001150.2017.02.001/2, IC-000241.2017.02.002/1, NF-000997.2017.02.002/3, IC-000017.2017.02.003/3, PP-000464.2017.02.003/2, IC-000682.2017.02.003/0, IC-000051.2017.02.005/6, PP-000127.2018.02.000/8, IC-000146.2018.02.000/6, PP-000150.2018.02.000/5, PP-000163.2018.02.000/1, PP-000338.2018.02.000/8, NF-000501.2018.02.000/8, NF-000901.2018.02.000/0, NF-001105.2018.02.000/1, NF-001208.2018.02.000/5, NF-001339.2018.02.000/7, NF-001390.2018.02.000/6, NF-001840.2018.02.000/0, NF-002053.2018.02.000/3, PP-002146.2018.02.000/0, NF-002354.2018.02.000/0, NF-002410.2018.02.000/0, IC-000052.2018.02.001/0, PP-000080.2018.02.001/0, NF-000063.2018.02.002/7, NF-000069.2018.02.002/0, PA-MED-000167.2018.02.002/9, NF-000174.2018.02.002/7, NF-000186.2018.02.002/7, NF-000238.2018.02.002/1, IC-000024.2015.02.004/4, IC-003101.2016.02.000/2, IC-007823.2016.02.000/0, IC-001220.2017.02.000/2, IC-001802.2017.02.000/4, IC-001975.2017.02.000/2, IC-006379.2017.02.000/1, PP-006564.2017.02.000/2, PP-007631.2017.02.000/2, PP-007663.2017.02.000/2, PP-008861.2017.02.000/4, IC-000685.2017.02.001/8, IC-000081.2017.02.005/0, IC-000044.2018.02.000/4, NF-000458.2018.02.000/0, NF-000840.2018.02.000/5 - PRT 3ª Região-MG - IC-000190.2009.03.010/6, IC-003750.2014.03.000/0, IC-000544.2014.03.001/4, IC-000405.2014.03.010/7, IC-000499.2015.03.000/0, IC-000187.2015.03.002/0, IC-002707.2016.03.000/1, IC-003172.2016.03.000/3, IC-003437.2016.03.000/7, IC-004107.2016.03.000/4, IC-004594.2016.03.000/4, IC-000729.2016.03.001/7, IC-000188.2016.03.004/8, IC-000118.2016.03.006/9, IC-001553.2017.03.000/0, IC-002138.2017.03.000/4, IC-002387.2017.03.000/5, IC-002428.2017.03.000/0, IC-002590.2017.03.000/8, IC-003275.2017.03.000/9, IC-004143.2017.03.000/0, IC-004243.2017.03.000/7, IC-004919.2017.03.000/1, IC-000150.2017.03.001/5, IC-000006.2017.03.004/3, IC-000168.2017.03.004/6, IC-000039.2017.03.005/0, IC-000607.2017.03.007/0, PP-000505.2017.03.010/3, NF-000281.2018.03.001/4, NF-000303.2018.03.002/8, NF-000046.2018.03.008/6, NF-000048.2018.03.008/0, NF-000053.2018.03.008/2, IC-003657.2014.03.000/0, IC-003280.2015.03.000/4, IC-004061.2015.03.000/0, IC-000167.2015.03.005/5, IC-000548.2016.03.000/8, IC-003288.2016.03.000/0, IC-004467.2016.03.000/4, IC-000925.2016.03.001/8, IC-000349.2016.03.003/0, IC-000116.2016.03.010/1, IC-000719.2017.03.000/1, IC-003426.2017.03.000/7, PP-003980.2017.03.000/9, IC-000975.2017.03.001/7, IC-000221.2017.03.002/9, PP-000198.2017.03.010/5, IC-002496.2014.03.000/8, IC-003721.2014.03.000/6, IC-001192.2015.03.000/8, IC-003595.2015.03.000/0, IC-004140.2015.03.000/0, IC-000299.2015.03.003/6, IC-000189.2015.03.010/9, IC-001206.2016.03.000/1, IC-002945.2016.03.000/0, IC-003190.2016.03.000/5, IC-003305.2016.03.000/0, IC-003556.2016.03.000/1, IC-000207.2016.03.006/3, IC-000365.2016.03.006/2, IC-000400.2016.03.010/0, IC-000705.2017.03.000/9, IC-001279.2017.03.000/4, IC-001748.2017.03.000/6, IC-001931.2017.03.000/6, IC-002748.2017.03.000/4, IC-002954.2017.03.000/3, PP-003057.2017.03.000/2, PP-003200.2017.03.000/7, IC-003506.2017.03.000/1, IC-004251.2017.03.000/2, PP-004660.2017.03.000/2, PP-004673.2017.03.000/5, IC-004881.2017.03.000/5, IC-000387.2017.03.001/8, IC-000474.2017.03.001/0, IC-000737.2017.03.001/4, IC-001060.2017.03.001/2, NF-001068.2017.03.001/6, PP-000856.2017.03.002/1, IC-000348.2017.03.003/7, IC-000336.2017.03.005/9, IC-000336.2017.03.006/0, IC-000360.2017.03.007/4, IC-000042.2017.03.008/3, IC-000106.2017.03.009/4, NF-000671.2018.03.000/9, NF-001156.2018.03.000/0, PP-000132.2018.03.006/0, IC-000512.2014.03.002/4, IC-001295.2015.03.000/1, IC-000672.2015.03.001/8, IC-000349.2015.03.003/8, IC-003418.2016.03.000/0, IC-000332.2017.03.000/9, IC-002332.2017.03.000/6, IC-004221.2017.03.000/3, IC-000028.2017.03.001/8, IC-000565.2017.03.001/7, IC-000847.2017.03.001/0, IC-000904.2017.03.001/0, IC-000364.2017.03.002/5, IC-000398.2017.03.002/2, IC-000029.2017.03.004/0, IC-000129.2017.03.007/6, IC-000114.2017.03.009/9, NF-001018.2018.03.000/8, NF-001170.2018.03.000/0, NF-001318.2018.03.000/0 - PRT 4ª Região-RS - IC-000200.2011.04.008/9, IC-000299.2014.04.006/8, IC-000341.2014.04.006/9, IC-000982.2015.04.000/7, IC-001021.2015.04.000/0, IC-003304.2015.04.000/2, IC-000230.2015.04.002/7, IC-000581.2015.04.006/6, IC-000845.2016.04.000/1, IC-002670.2016.04.000/0, IC-003019.2016.04.000/6, IC-003460.2016.04.000/9, IC-004243.2016.04.000/5, IC-004663.2016.04.000/8, IC-004796.2016.04.000/0, IC-000227.2016.04.006/0, IC-000182.2016.04.008/0, IC-000473.2016.04.008/3, IC-000461.2017.04.000/0, IC-001514.2017.04.000/0, IC-001883.2017.04.000/2, IC-002793.2017.04.000/9, IC-002828.2017.04.000/9, IC-003458.2017.04.000/7, PP-003612.2017.04.000/3, PP-003623.2017.04.000/5, NF-004610.2017.04.000/1, PP-004621.2017.04.000/2, IC-005089.2017.04.000/9, IC-005164.2017.04.000/6, IC-

000351.2017.04.001/3, IC-000144.2017.04.003/5, IC-
000037.2017.04.004/0, PP-000335.2017.04.004/9, PP-
000084.2017.04.005/0, IC-000090.2017.04.005/9, IC-
000147.2017.04.006/9, IC-000415.2017.04.006/9, IC-
000051.2017.04.007/5, IC-000379.2017.04.008/1, NF-
000019.2018.04.000/8, PP-000401.2018.04.000/0, PP-
000589.2018.04.000/7, NF-001025.2018.04.000/8, NF-
000053.2018.04.001/8, IC-000047.2018.04.006/3, NF-
000126.2018.04.007/1, NF-000221.2018.04.007/8, IC-
000095.2009.04.004/4, IC-001044.2011.04.000/3, IC-
001430.2014.04.000/9, IC-000162.2014.04.006/3, IC-
000257.2015.04.000/0, IC-000197.2016.04.000/3, IC-
000965.2016.04.000/4, IC-003662.2016.04.000/3, IC-
004415.2016.04.000/1, IC-004724.2016.04.000/5, IC-
000106.2016.04.002/8, IC-000191.2016.04.004/8, IC-
000225.2016.04.006/7, IC-000076.2016.04.007/4, IC-
000188.2016.04.008/8, IC-000424.2016.04.008/9, IC-
000547.2016.04.008/5, IC-000770.2017.04.000/6, IC-
002048.2017.04.000/3, IC-002204.2017.04.000/0, IC-
003227.2017.04.000/9, PP-003602.2017.04.000/7, PP-
003745.2017.04.000/6, PP-003967.2017.04.000/4, IC-
004871.2017.04.000/9, IC-000085.2017.04.003/5, IC-
000150.2017.04.003/7, IC-000095.2017.04.004/0, NF-
000459.2017.04.004/7, PP-000524.2017.04.007/6, NF-
000105.2018.04.000/4, PP-000357.2018.04.000/6, NF-
000434.2018.04.000/0, IC-000149.2010.04.000/7, IC-
000193.2013.04.004/7, IC-000136.2013.04.006/4, IC-
000221.2014.04.000/7, IC-001108.2014.04.000/1, IC-
002447.2014.04.000/1, IC-000149.2014.04.003/9, IC-
000369.2014.04.004/0, IC-000275.2014.04.006/8, IC-
002285.2015.04.000/3, IC-000429.2015.04.001/5, IC-
000394.2015.04.004/3, IC-000125.2015.04.005/8, IC-
000585.2015.04.006/2, PP-000059.2016.04.000/3, IC-
000439.2016.04.000/7, IC-002006.2016.04.000/5, IC-
002400.2016.04.000/2, IC-002881.2016.04.000/7, IC-
003433.2016.04.000/6, IC-003653.2016.04.000/2, IC-
003934.2016.04.000/7, IC-004357.2016.04.000/0, IC-
004495.2016.04.000/2, IC-000094.2016.04.001/0, IC-
000246.2016.04.001/7, IC-000216.2016.04.002/2, IC-
000219.2016.04.002/2, IC-000294.2016.04.004/8, IC-
000063.2016.04.007/4, IC-000137.2016.04.007/0, IC-
000339.2016.04.008/0, IC-000496.2016.04.008/2, IC-
000668.2017.04.000/1, IC-000752.2017.04.000/8, IC-
000882.2017.04.000/4, IC-001002.2017.04.000/7, IC-
001306.2017.04.000/0, IC-001383.2017.04.000/5, IC-
002379.2017.04.000/0, IC-002457.2017.04.000/4, IC-
002708.2017.04.000/9, IC-002865.2017.04.000/8, PP-
003164.2017.04.000/0, IC-003371.2017.04.000/4, IC-
003811.2017.04.000/2, NF-004213.2017.04.000/9, IC-
004310.2017.04.000/9, IC-004404.2017.04.000/2, IC-
004657.2017.04.000/4, NF-005274.2017.04.000/0, IC-
000057.2017.04.001/3, IC-000339.2017.04.001/0, IC-
000102.2017.04.002/5, IC-000203.2017.04.003/0, IC-
000245.2017.04.004/8, IC-000246.2017.04.004/4, IC-
000012.2017.04.005/6, IC-000136.2017.04.005/7, IC-
000151.2017.04.005/0, IC-000363.2017.04.006/4, IC-
000275.2017.04.007/4, IC-000479.2017.04.007/6, NF-
000560.2017.04.007/0, NF-000253.2018.04.000/6, NF-
000258.2018.04.000/4, PP-000327.2018.04.000/8, NF-
001056.2018.04.000/2, NF-001084.2018.04.000/0, NF-
001356.2018.04.000/4, NF-000150.2018.04.004/8, NF-
000168.2018.04.006/2, NF-000120.2018.04.008/9, IC-
000649.2013.04.006/1, IC-000111.2014.04.006/0, IC-
000468.2015.04.008/5, IC-000931.2016.04.000/7, IC-
003720.2016.04.000/4, IC-004041.2016.04.000/0, IC-
000511.2016.04.006/9, IC-000080.2017.04.000/6, IC-
001540.2017.04.000/8, IC-001986.2017.04.000/6, IC-
003805.2017.04.000/9, IC-003968.2017.04.000/0, IC-
004569.2017.04.000/4, NF-004960.2017.04.000/5, IC-
000221.2017.04.001/3, IC-000236.2017.04.001/2, IC-
000020.2017.04.002/9, IC-000269.2017.04.003/0, IC-
000006.2017.04.006/3, IC-000359.2017.04.006/5, IC-
000143.2017.04.008/0, IC-000338.2017.04.008/0, PP-
000390.2017.04.008/3, PP-000426.2017.04.008/9, IC-
000122.2018.04.000/6, NF-000709.2018.04.000/5, NF-
000772.2018.04.000/1, PP-001286.2018.04.000/7, PP-
000063.2018.04.002/7 - PRT 5ª Região-BA - IC-
000014.2014.05.002/7, IC-000199.2014.05.002/8, IC-
000245.2014.05.005/7, IC-000541.2014.05.006/7, IC-
000465.2015.05.006/1, IC-000028.2016.05.002/1, IC-
000126.2016.05.003/4, IC-000094.2017.05.000/0, IC-
000874.2017.05.000/5, PP-001551.2017.05.000/1, IC-
001958.2017.05.000/9, IC-002134.2017.05.000/4, IC-
002746.2017.05.000/5, NF-003254.2017.05.000/2, IC-
000021.2017.05.002/4, IC-000091.2017.05.003/3, PP-
000126.2018.05.000/7, NF-000183.2018.05.000/1, NF-
000329.2018.05.000/2, NF-000415.2018.05.000/8, NF-
000066.2018.05.004/0, NF-000078.2018.05.004/3, IC-
000241.2013.05.007/0, IC-001876.2014.05.000/8, IC-
000157.2015.05.002/9, IC-002391.2016.05.000/9, IC-
003213.2016.05.000/0, IC-000295.2016.05.004/3, IC-
000318.2017.05.000/6, IC-001652.2017.05.000/4, IC-
001795.2017.05.000/3, PP-002341.2017.05.000/9, IC-
002861.2017.05.000/8, IC-002941.2017.05.000/2, IC-
002963.2017.05.000/6, IC-000126.2017.05.004/8, PP-
000461.2017.05.004/0, NF-000463.2018.05.000/1, NF-
000109.2018.05.006/7, IC-000430.2011.05.006/7, IC-
000468.2013.05.006/5, IC-001979.2014.05.000/1, IC-
000241.2015.05.004/9, IC-000873.2016.05.000/6, IC-
000275.2016.05.006/5, IC-000386.2017.05.000/4, IC-
000831.2017.05.000/7, IC-001414.2017.05.000/5, IC-
001701.2017.05.000/4, PP-001751.2017.05.000/6, IC-
002138.2017.05.000/6, IC-002313.2017.05.000/0, IC-
002447.2017.05.000/9, IC-002658.2017.05.000/5, IC-
002784.2017.05.000/0, IC-002835.2017.05.000/0, IC-
003024.2017.05.000/9, IC-003036.2017.05.000/6, IC-
003047.2017.05.000/8, IC-003204.2017.05.000/0, IC-
003266.2017.05.000/0, IC-003392.2017.05.000/4, PP-
000246.2017.05.002/9, IC-000142.2017.05.003/6, NF-
000242.2017.05.003/4, PP-000375.2017.05.004/4, IC-
000394.2017.05.004/2, NF-000482.2017.05.004/0, IC-
000017.2017.05.007/9, PP-000118.2018.05.000/2, NF-
000396.2018.05.000/4, NF-000421.2018.05.000/0, NF-
000592.2018.05.000/5, NF-000620.2018.05.000/0, NF-
000104.2018.05.002/1, IC-000154.2013.05.002/4, IC-
000261.2013.05.003/1, IC-000501.2016.05.006/3, IC-
000201.2017.05.000/6, PP-000616.2017.05.000/8, PP-
000165.2017.05.006/2, PP-000001.2018.05.000/3, NF-
000393.2018.05.000/5, NF-000888.2018.05.000/0 - PRT 6ª Região-PE - IC-000540.2014.06.000/7, IC-000672.2016.06.000/5, IC-
002178.2016.06.000/0, IC-000399.2017.06.000/2, IC-
000643.2017.06.000/2, IC-001221.2017.06.000/1, IC-
002546.2017.06.000/1, IC-003158.2017.06.000/8, IC-
003587.2017.06.000/0, NF-000111.2017.06.001/8, IC-
000153.2017.06.001/0, IC-000439.2017.06.002/9, IC-
000641.2017.06.002/1, IC-000759.2017.06.002/8, NF-
000059.2018.06.002/3, NF-000104.2018.06.002/3, IC-
000653.2014.06.000/1, IC-000081.2015.06.000/5, IC-
001997.2015.06.000/6, IC-002083.2015.06.000/0, PP-
000321.2015.06.002/7, IC-001042.2016.06.000/3, IC-
003078.2016.06.000/1, IC-000118.2017.06.000/1, IC-
001720.2017.06.000/2, IC-002451.2017.06.000/3, IC-
003935.2017.06.000/7, IC-000821.2017.06.002/3, NF-
000781.2018.06.000/0, NF-000010.2018.06.002/5, IC-
000894.2011.06.000/5, IC-000208.2014.06.000/4, IC-
000386.2014.06.000/8, IC-000750.2014.06.000/0, IC-
000900.2015.06.000/3, IC-000974.2015.06.000/0, IC-
001964.2015.06.000/0, IC-001415.2016.06.000/0, IC-
002247.2016.06.000/3, IC-001043.2017.06.000/0, PP-
003171.2017.06.000/2, IC-003716.2017.06.000/5, IC-
003993.2017.06.000/4, IC-000438.2017.06.002/2, IC-
000601.2017.06.002/2, IC-000629.2017.06.002/8, IC-
000691.2017.06.002/8, IC-000775.2017.06.002/7, IC-
000387.2014.06.000/4, IC-000946.2015.06.000/0, IC-
000138.2017.06.000/6, IC-002243.2017.06.000/3 - PRT 7ª Região-CE - IC-001104.2014.07.000/3, IC-000823.2015.07.000/0, IC-
001268.2015.07.000/3, IC-000900.2016.07.000/1, IC-
001513.2016.07.000/8, IC-001648.2016.07.000/1, IC-
000970.2017.07.000/5, PP-001819.2017.07.000/4, NF-
002696.2017.07.000/2, PP-000077.2017.07.002/6, PP-
000219.2017.07.002/8, PP-000146.2018.07.000/9, IC-
000144.2013.07.002/0, IC-000105.2014.07.000/9, IC-
000174.2015.07.000/6, IC-000418.2015.07.000/6, IC-
000596.2015.07.000/0, IC-000941.2015.07.000/0, IC-
001253.2015.07.000/9, IC-001735.2015.07.000/4, IC-
000122.2016.07.000/3, IC-000187.2016.07.000/9, IC-
000762.2016.07.000/1, IC-001187.2016.07.000/5, IC-
002492.2016.07.000/4, IC-002545.2016.07.000/6, IC-
000249.2016.07.001/9, PP-000956.2017.07.000/9, IC-
001202.2017.07.000/6, IC-001204.2017.07.000/7, PP-
001223.2017.07.000/4, IC-001397.2017.07.000/8, IC-
001550.2017.07.000/9, PP-002266.2017.07.000/4, PP-
002567.2017.07.000/1, IC-000135.2017.07.002/9, PP-
000167.2017.07.002/3, NF-000089.2018.07.000/0, IC-
000314.2014.07.000/6, IC-000501.2014.07.000/6, IC-
001195.2014.07.000/7, IC-000149.2014.07.002/5, IC-
000152.2015.07.000/2, IC-000239.2015.07.000/0, IC-
000811.2015.07.000/4, IC-001361.2015.07.000/2, IC-
002099.2015.07.000/1, IC-000200.2016.07.000/0, IC-
000602.2016.07.000/0, IC-000702.2016.07.000/8, IC-
000962.2016.07.000/8, IC-001209.2016.07.000/2, IC-
001734.2016.07.000/0, IC-002464.2016.07.000/6, PP-
000651.2017.07.000/2, PP-000720.2017.07.000/2, IC-
000865.2017.07.000/1, PP-001697.2017.07.000/0, IC-
001711.2017.07.000/3, PP-001744.2017.07.000/9, PP-
002023.2017.07.000/8, PP-002138.2017.07.000/9, PP-
002227.2017.07.000/4, PP-002618.2017.07.000/2, IC-
000069.2017.07.002/2, NF-000143.2018.07.000/0, PP-
000237.2018.07.000/6, NF-000498.2018.07.000/2, IC-
001721.2014.07.000/4, IC-000250.2015.07.000/8, IC-
001276.2016.07.000/0, IC-001402.2016.07.000/9, IC-
001539.2016.07.000/3, IC-002416.2016.07.000/5, PP-
001723.2017.07.000/0 - PRT 8ª Região-PA - IC-
000175.2007.08.003/0, IC-000296.2012.08.003/2, IC-
000053.2014.08.002/1, IC-000294.2014.08.003/0, IC-
000236.2015.08.001/0, IC-000093.2015.08.002/7, IC-
000092.2015.08.003/1, IC-000314.2016.08.000/3, IC-
000865.2016.08.000/7, IC-001028.2016.08.000/5, IC-
001982.2016.08.000/6, IC-000175.2016.08.002/6, IC-
000521.2016.08.002/0, IC-000594.2017.08.000/0, IC-
000680.2017.08.000/6, IC-001006.2017.08.000/3, PP-
001279.2017.08.000/9, PP-001366.2017.08.000/3, NF-
001376.2017.08.000/0, IC-001611.2017.08.000/6, PP-
001671.2017.08.000/4, IC-001700.2017.08.000/1, PP-
000066.2018.08.000/4, IC-000067.2018.08.000/1, IC-
000074.2018.08.000/8, IC-000108.2018.08.000/0, IC-
000464.2012.08.002/6, IC-000205.2012.08.003/0, IC-
001505.2014.08.000/9, IC-000421.2016.08.000/0, IC-
001071.2016.08.000/7, IC-000064.2016.08.003/4, PP-
000585.2017.08.000/0, IC-000757.2017.08.000/7, IC-
001180.2017.08.000/9, IC-001204.2017.08.000/7, IC-
001411.2017.08.000/1, NF-001689.2017.08.000/4, PP-
001887.2017.08.000/6, PP-002029.2017.08.000/9, IC-
000176.2017.08.001/7, NF-000270.2017.08.003/9, PP-
000085.2018.08.000/3, IC-000429.2012.08.000/2, IC-
000316.2012.08.003/2, IC-000311.2013.08.001/7, IC-
000267.2014.08.001/6, IC-000433.2015.08.000/7, IC-
000004.2015.08.002/0, IC-000186.2015.08.002/2, IC-
000063.2015.08.003/3, IC-000116.2015.08.003/0, IC-
000190.2015.08.003/0, IC-000733.2016.08.000/4, IC-
001404.2016.08.000/0, IC-001892.2016.08.000/5, IC-
000060.2016.08.002/4, IC-000349.2016.08.002/6, IC-
000178.2017.08.000/9, IC-000238.2017.08.000/8, IC-
000294.2017.08.000/6, IC-000832.2017.08.000/9, IC-
000842.2017.08.000/6, IC-000956.2017.08.000/7, IC-
001092.2017.08.000/9, IC-001223.2017.08.000/4, IC-
001619.2017.08.000/0, IC-001885.2017.08.000/5, IC-
001995.2017.08.000/9, PP-002023.2017.08.000/6, IC-
000205.2017.08.002/9, PP-000075.2018.08.000/2, NF-
000068.2018.08.002/0, NF-000071.2018.08.002/7, IC-
001582.2011.08.000/6, IC-000132.2013.08.003/8, IC-
000350.2014.08.003/3, IC-000046.2015.08.003/0, IC-
000151.2015.08.003/1, IC-000194.2015.08.003/0, IC-
000067.2016.08.001/3, IC-001282.2017.08.000/5, IC-
001537.2017.08.000/4, PP-001896.2017.08.000/7, PP-
001897.2017.08.000/2, PP-001901.2017.08.000/0, NF-
001940.2017.08.000/1 - PRT 9ª Região-PR - IC-
000489.2013.09.001/9, IC-001867.2014.09.000/0, IC-
000209.2015.09.007/5, IC-002093.2016.09.000/1, IC-
002795.2016.09.000/3, IC-000294.2016.09.001/6, IC-
000459.2016.09.003/7, IC-000127.2016.09.004/9, IC-
000719.2017.09.000/2, IC-001678.2017.09.000/3, IC-
002120.2017.09.000/0, PP-003414.2017.09.000/5, IC-
003558.2017.09.000/0, IC-003581.2017.09.000/0, PP-
003899.2017.09.000/2, PP-003935.2017.09.000/0, IC-
000154.2017.09.001/1, IC-000422.2017.09.001/1, IC-
000605.2017.09.001/2, IC-000701.2017.09.001/5, PP-
000402.2017.09.003/9, PP-000723.2017.09.003/4, IC-
000050.2017.09.004/6, IC-000201.2017.09.006/9, IC-
000240.2017.09.007/2, IC-000284.2017.09.007/7, IC-
000441.2017.09.007/5, IC-000266.2017.09.008/6, IC-
000196.2017.09.009/0, PP-000228.2018.09.000/5, IC-
000029.2018.09.008/8, IC-000732.2014.09.000/4, IC-
000190.2016.09.000/1, IC-000365.2016.09.000/8, IC-
001338.2016.09.000/4, IC-003799.2016.09.000/3, PP-
004133.2016.09.000/7, IC-000021.2016.09.001/0, IC-
000074.2016.09.001/2, IC-000625.2016.09.001/4, IC-
000406.2016.09.003/1, IC-001219.2017.09.000/1, IC-
001241.2017.09.000/7, IC-001313.2017.09.000/6, IC-
001829.2017.09.000/1, PP-002771.2017.09.000/0, IC-
002984.2017.09.000/8, PP-003041.2017.09.000/9, PP-
003577.2017.09.000/7, IC-003649.2017.09.000/6, IC-
003652.2017.09.000/4, IC-000132.2017.09.001/4, IC-
000239.2017.09.001/7, IC-000304.2017.09.001/1, PP-
000368.2017.09.003/2, PP-000577.2017.09.003/0, IC-
000251.2017.09.006/5, IC-000268.2017.09.006/7, IC-
000215.2017.09.007/2, IC-000246.2017.09.008/1, IC-
000273.2017.09.008/4, PP-000203.2017.09.009/4, PP-
000259.2018.09.000/3, PP-000284.2018.09.000/3, NF-
000105.2018.09.001/4, IC-000366.2012.09.000/3, PP-
002149.2014.09.000/6, IC-000447.2015.09.000/1, IC-
002932.2015.09.000/1, IC-000331.2015.09.001/9, IC-
000451.2015.09.001/1, IC-000981.2016.09.000/6, IC-
001502.2016.09.000/7, IC-001806.2016.09.000/0, IC-
003229.2016.09.000/2, IC-003281.2016.09.000/7, IC-
003825.2016.09.000/4, PP-004054.2016.09.000/8, IC-
000026.2016.09.001/6, IC-000133.2016.09.001/8, IC-
000434.2016.09.001/9, IC-000597.2016.09.003/1, IC-
000043.2016.09.007/1, IC-000179.2016.09.009/2, IC-
000899.2017.09.000/9, IC-001193.2017.09.000/2, IC-
001232.2017.09.000/6, IC-001545.2017.09.000/0, PP-
001661.2017.09.000/9, IC-001739.2017.09.000/0, IC-
001844.2017.09.000/7, IC-001997.2017.09.000/2, IC-
002385.2017.09.000/0, IC-002517.2017.09.000/0, PP-
002686.2017.09.000/7, IC-002719.2017.09.000/6, IC-
003029.2017.09.000/0, PP-003158.2017.09.000/0, PP-
003290.2017.09.000/0, PP-003311.2017.09.000/1, IC-
003388.2017.09.000/4, PP-003446.2017.09.000/5, IC-
003549.2017.09.000/9, PP-003570.2017.09.000/9, PP-
003589.2017.09.000/4, IC-003746.2017.09.000/7, PP-
003946.2017.09.000/1, PP-003974.2017.09.000/0, IC-
000598.2017.09.001/9, IC-000600.2017.09.001/0, IC-
000707.2017.09.001/3, PP-000118.2017.09.003/0, PP-
000478.2017.09.003/8, IC-000169.2017.09.005/4, IC-
000211.2017.09.006/6, IC-000160.2017.09.007/9, IC-
000368.2017.09.007/6, IC-000028.2017.09.009/9, IC-
000219.2017.09.009/0, PP-000026.2018.09.000/1, PP-
000176.2018.09.000/0, NF-000201.2018.09.000/6, NF-
000037.2018.09.004/4, NF-000120.2018.09.008/3, NF-
000032.2018.09.010/2, IC-000158.2011.09.006/5, IC-
000179.2015.09.001/2, IC-002304.2016.09.000/1, IC-
003748.2016.09.000/6, IC-001198.2017.09.000/0, IC-
001443.2017.09.000/2, IC-001486.2017.09.000/4, IC-
002225.2017.09.000/4, PP-003578.2017.09.000/2, IC-
000596.2017.09.003/8, PP-000084.2018.09.000/6, NF-
000513.2018.09.000/0, NF-000672.2018.09.000/6, NF-

000019.2018.09.010/7 - PRT 10ª Região-DF - IC-
000321.2015.10.000/6, IC-001186.2016.10.000/3, IC-
002778.2016.10.000/0, IC-000063.2016.10.002/5, IC-
000177.2017.10.000/0, IC-001578.2017.10.000/9, IC-
002076.2017.10.000/0, IC-002130.2017.10.000/9, NF-
002536.2017.10.000/0, IC-000097.2017.10.001/1, IC-
000207.2017.10.001/5, NF-000117.2018.10.000/9, NF-
000038.2018.10.001/3, NF-000066.2018.10.001/3, IC-
001036.2014.10.000/0, IC-000803.2015.10.000/5, IC-
000840.2015.10.000/5, IC-001474.2015.10.000/6, IC-
000646.2017.10.000/2, IC-000751.2017.10.000/6, PP-
002855.2017.10.000/0, PP-002942.2017.10.000/4, IC-
000177.2017.10.001/8, NF-000077.2018.10.000/8, IC-
000195.2013.10.000/0, IC-000954.2013.10.000/0, IC-
001682.2015.10.000/6, IC-000106.2015.10.002/3, IC-
000112.2015.10.002/5, IC-000044.2015.10.003/3, IC-
001510.2017.10.000/7, IC-001553.2017.10.000/9, PP-
001899.2017.10.000/9, IC-001970.2017.10.000/4, PP-
002865.2017.10.000/6, PP-002981.2017.10.000/4, NF-
000147.2018.10.000/0, NF-000115.2018.10.001/4, IC-
000080.2015.10.003/7, IC-001646.2016.10.000/4, IC-
000146.2016.10.001/7, IC-000055.2016.10.003/2, IC-
000012.2017.10.002/0, NF-000025.2018.10.000/2, NF-
000531.2018.10.000/8, NF-000738.2018.10.000/9 - PRT 11ª Região-AM - IC-000723.2010.11.000/9, IC-000831.2013.11.000/0, IC-001309.2014.11.000/8, IC-000128.2016.11.000/8, IC-
000656.2016.11.000/8, IC-001219.2016.11.000/0, IC-
000104.2016.11.001/6, IC-000228.2018.11.000/1, IC-
000478.2014.11.000/3, IC-000883.2015.11.000/4, IC-
000003.2015.11.001/6, IC-000059.2016.11.001/1, IC-
001011.2017.11.000/4, NF-001197.2017.11.000/5, IC-
001537.2017.11.000/6, NF-000434.2018.11.000/0, IC-
000201.2014.11.000/1, IC-000222.2015.11.000/5, IC-
001528.2015.11.000/1, IC-001303.2016.11.000/9, IC-
000081.2016.11.001/8, IC-000148.2017.11.000/5, NF-
000641.2017.11.000/1, IC-000782.2017.11.000/5, NF-
000979.2017.11.000/9, NF-001014.2017.11.000/0, IC-
001049.2017.11.000/7, NF-001578.2017.11.000/7, IC-
000297.2012.11.000/0, IC-000047.2013.11.000/7, IC-
000518.2013.11.000/5, IC-000437.2016.11.000/3, NF-
000852.2017.11.000/1, NF-000989.2017.11.000/6, NF-
000995.2017.11.000/8, NF-001450.2017.11.000/3, NF-
001573.2017.11.000/0 - PRT 12ª Região-SC - IC-
000154.2011.12.002/8, IC-000065.2012.12.003/0, IC-
000188.2014.12.003/1, IC-000187.2015.12.002/6, IC-
000062.2016.12.004/3, IC-000150.2017.12.000/2, IC-
000017.2017.12.002/0, IC-000138.2017.12.004/1, IC-
000215.2017.12.004/6, IC-000108.2012.12.005/4, IC-
000266.2013.12.005/6, IC-000161.2014.12.003/2, IC-
001497.2015.12.000/1, IC-000297.2016.12.002/8, IC-
000147.2016.12.004/0, IC-000253.2016.12.004/0, IC-
000443.2016.12.005/7, IC-000343.2017.12.000/0, IC-
000687.2017.12.000/0, IC-000096.2017.12.003/0, IC-
000086.2017.12.004/2, IC-000075.2018.12.000/7, IC-
000235.2018.12.000/0, IC-000063.2018.12.001/5, NF-
000061.2018.12.004/3, NF-000079.2018.12.004/0, NF-
000063.2018.12.005/9, IC-001100.2008.12.000/7, IC-
000407.2013.12.000/4, IC-001202.2014.12.000/0, IC-
000376.2014.12.005/5, IC-000071.2014.12.006/9, IC-
000469.2015.12.000/6, IC-001100.2015.12.000/4, IC-
000043.2015.12.002/1, IC-000275.2015.12.002/8, IC-
001155.2016.12.000/5, IC-000636.2016.12.001/2, PP-
000337.2016.12.002/2, IC-000323.2016.12.003/8, IC-
000084.2016.12.005/7, IC-000447.2017.12.000/4, IC-
000469.2017.12.000/1, PP-001326.2017.12.000/8, PP-
001569.2017.12.000/4, PP-001669.2017.12.000/1, IC-
000117.2017.12.001/6, IC-000585.2017.12.001/7, NF-
000020.2018.12.004/3, IC-000257.2015.12.005/0, IC-
000221.2017.12.001/3, NF-000415.2017.12.002/6, IC-
000412.2017.12.005/1, NF-000085.2018.12.002/7, NF-
000087.2018.12.005/4 - PRT 13ª Região-PB - IC-
001598.2013.13.000/9, IC-000347.2015.13.000/1, IC-
000437.2015.13.001/9, IC-001627.2016.13.000/1, IC-
001733.2016.13.000/3, IC-000345.2017.13.000/4, IC-
001480.2017.13.000/9, IC-000025.2018.13.000/8, NF-
000294.2018.13.000/9, NF-000347.2018.13.000/0, IC-
000555.2011.13.000/1, IC-001005.2015.13.000/2, IC-
001640.2015.13.000/4, IC-000918.2016.13.000/8, IC-
000084.2016.13.002/4, IC-000198.2017.13.000/3, NF-
001856.2017.13.000/1, IC-000620.2017.13.001/0, IC-
010204.2009.13.000/7, IC-019218.2010.13.000/8, IC-
000996.2012.13.000/2, IC-000061.2015.13.000/0, IC-
000854.2015.13.000/0, IC-000954.2015.13.000/9, IC-
001060.2015.13.000/3, IC-000951.2016.13.000/2, IC-
001259.2016.13.000/2, IC-000233.2016.13.001/1, IC-
000279.2017.13.000/3, IC-000614.2017.13.000/0, PP-
000567.2017.13.001/6, IC-000690.2017.13.001/1, IC-
000031.2018.13.000/7, NF-000391.2018.13.000/8, IC-
000027.2018.13.001/3, NF-000043.2018.13.001/0, PP-
000075.2018.13.001/0, IC-000112.2011.13.000/0, IC-
000126.2012.13.000/6, IC-000087.2014.13.002/9, IC-
000528.2016.13.000/2, IC-001760.2016.13.000/6, IC-
000457.2016.13.001/8, PP-001651.2017.13.000/0, IC-
001866.2017.13.000/8 - PRT 14ª Região-RO - IC-
000167.2014.14.001/6, IC-000403.2015.14.002/2, IC-
000033.2016.14.001/7, IC-000291.2016.14.002/1, IC-
000253.2017.14.002/8, IC-000063.2018.14.002/0, IC-
000333.2013.14.000/4, IC-000081.2013.14.001/2, IC-
000188.2015.14.000/1, IC-000545.2017.14.000/1, IC-
000028.2017.14.001/9, IC-000049.2017.14.001/2, IC-
000911.2013.14.000/6, IC-000046.2015.14.000/2, IC-
000106.2015.14.002/7, IC-000220.2015.14.002/1, IC-
000387.2016.14.000/4, IC-000027.2017.14.001/1, NF-
000002.2018.14.001/0, IC-000026.2018.14.002/9, IC-
000264.2015.14.001/8, PP-000215.2017.14.002/1, NF-
000038.2018.14.000/0 - PRT 15ª Região-Campinas - IC-
000945.2010.15.000/6, IC-000301.2015.15.000/6, IC-
003471.2015.15.000/7, IC-000382.2016.15.000/3, PP-
002061.2016.15.000/5, IC-000913.2016.15.001/6, IC-
000242.2016.15.005/7, IC-000742.2016.15.006/6, IC-
000809.2016.15.006/9, IC-000089.2016.15.007/9, IC-
001202.2017.15.000/0, IC-002086.2017.15.000/7, IC-
002188.2017.15.000/5, IC-002671.2017.15.000/7, IC-
003042.2017.15.000/8, PP-004276.2017.15.000/1, PP-
000862.2017.15.001/0, IC-000671.2017.15.002/3, PP-
000992.2017.15.002/9, IC-000065.2017.15.004/4, IC-
000128.2017.15.005/5, IC-001003.2017.15.006/5, IC-
000286.2017.15.008/9, PP-000271.2018.15.000/7, NF-
000550.2018.15.000/0, NF-001376.2018.15.000/6, PP-
000121.2018.15.001/0, IC-000968.2004.15.000/5, IC-
003305.2015.15.000/7, IC-000712.2015.15.001/0, IC-
000779.2015.15.001/9, IC-000245.2015.15.007/0, IC-
000429.2015.15.007/7, IC-002682.2016.15.000/7, IC-
003552.2016.15.000/9, IC-003940.2016.15.000/0, IC-
000816.2016.15.001/7, IC-000320.2016.15.003/1, IC-
000037.2016.15.008/4, IC-000717.2016.15.008/2, IC-
001524.2017.15.000/6, IC-001553.2017.15.000/0, IC-
001980.2017.15.000/1, PP-002182.2017.15.000/2, IC-
002647.2017.15.000/0, IC-003152.2017.15.000/1, PP-
000911.2017.15.001/6, PP-000550.2017.15.003/2, PP-
000369.2017.15.005/7, IC-000017.2017.15.006/0, IC-
000672.2017.15.006/2, IC-000947.2017.15.006/7, IC-
000391.2017.15.008/2, IC-000734.2017.15.008/0, IC-
000875.2017.15.008/4, PP-000461.2018.15.000/6, IC-
001180.2013.15.000/6, IC-000622.2014.15.000/9, IC-
003292.2014.15.000/9, IC-000555.2014.15.002/8, IC-
000711.2014.15.006/2, IC-000565.2014.15.007/6, IC-
000423.2014.15.008/4, IC-003061.2015.15.000/1, IC-
000515.2015.15.005/6, IC-000485.2015.15.007/5, IC-
000438.2016.15.000/3, IC-001838.2016.15.000/4, IC-
003584.2016.15.000/9, IC-000599.2016.15.002/8, IC-
000157.2016.15.006/6, IC-000498.2016.15.007/4, IC-
000366.2016.15.008/0, IC-001515.2017.15.000/5, IC-
001972.2017.15.000/6, IC-002166.2017.15.000/1, PP-
002401.2017.15.000/8, IC-002787.2017.15.000/3, IC-
002801.2017.15.000/7, IC-002872.2017.15.000/3, IC-
000049.2017.14.000/2, IC-000046.2015.14.000/2, IC-
000220.2015.14.002/1, IC-000027.2017.14.001/1, NF-
000026.2018.14.002/9, IC-000215.2017.14.002/1, NF-
000301.2015.15.000/6, IC-000382.2016.15.000/3, PP-
000913.2016.15.001/6, IC-000742.2016.15.006/6, IC-
000089.2016.15.007/9, IC-002086.2017.15.000/7, IC-
002671.2017.15.000/7, IC-004276.2017.15.000/1, PP-
000671.2017.15.002/3, PP-000065.2017.15.004/4, IC-
001003.2017.15.006/5, IC-000271.2018.15.000/7, NF-
001376.2018.15.000/6, PP-000968.2004.15.000/5, IC-
000712.2015.15.001/0, IC-000245.2015.15.007/0, IC-
002682.2016.15.000/7, IC-003940.2016.15.000/0, IC-
000320.2016.15.003/1, IC-000717.2016.15.008/2, IC-
001553.2017.15.000/0, IC-002182.2017.15.000/2, IC-
003152.2017.15.000/1, PP-000550.2017.15.003/2, PP-
000017.2017.15.006/0, IC-000947.2017.15.006/7, IC-
000734.2017.15.008/0, IC-000461.2018.15.000/6, IC-
000622.2014.15.000/9, IC-000555.2014.15.002/8, IC-
000565.2014.15.007/6, IC-003061.2015.15.000/1, IC-
000485.2015.15.007/5, IC-001838.2016.15.000/4, IC-
000599.2016.15.002/8, IC-000498.2016.15.007/4, IC-
001515.2017.15.000/5, IC-002166.2017.15.000/1, PP-
002787.2017.15.000/3, IC-002872.2017.15.000/3, IC-
000123.2017.16.002/0, NF-000276.2018.16.000/0 - PRT 17ª Região-ES - IC-000587.2014.17.000/8, IC-001090.2014.17.000/3, IC-000550.2015.17.000/4, IC-000485.2016.17.000/2, IC-
001055.2016.17.000/9, IC-000184.2016.17.003/6, IC-
000173.2017.17.000/0, IC-000272.2017.17.000/2, IC-
000518.2017.17.000/1, PP-000874.2017.17.000/4, IC-
001056.2017.17.000/6, PP-001384.2017.17.000/6, PP-
001649.2017.17.000/0, IC-000109.2017.17.002/4, PP-
000093.2018.17.000/8, NF-000372.2018.17.000/3, IC-
000836.2011.17.000/1, IC-000630.2013.17.000/2, IC-
000324.2015.17.000/1, IC-000471.2015.17.000/7, IC-
000643.2015.17.000/4, IC-001177.2015.17.000/8, IC-
001240.2016.17.000/0, IC-001583.2016.17.000/3, IC-
000124.2016.17.002/4, PP-000482.2017.17.000/6, IC-
001047.2017.17.000/5, IC-001299.2017.17.000/2, PP-
001533.2017.17.000/3, NF-001673.2017.17.000/6, PP-
000171.2018.17.000/0, IC-000163.2013.17.000/2, IC-
000642.2014.17.000/5, IC-001147.2014.17.000/7, IC-
000449.2014.17.003/8, IC-000111.2015.17.000/9, IC-
000222.2015.17.000/0, IC-000229.2015.17.000/5, IC-
001125.2016.17.000/7, IC-000156.2016.17.002/9, IC-
000273.2017.17.000/9, IC-000403.2017.17.000/4, IC-
000495.2017.17.000/2, IC-000589.2017.17.000/9, IC-
000686.2017.17.000/8, IC-000802.2017.17.000/0, PP-
001233.2017.17.000/1, PP-001403.2017.17.000/7, PP-
001585.2017.17.000/6, PP-001639.2017.17.000/3, IC-
000022.2017.17.001/0, IC-000092.2017.17.002/9, NF-
000069.2018.17.000/7, NF-000291.2018.17.000/3, IC-
000005.2018.17.001/2, IC-001214.2013.17.000/7, IC-
000137.2014.17.000/9, IC-000609.2014.17.000/0, IC-
000991.2014.17.000/0, IC-000911.2016.17.000/7, IC-
001273.2016.17.000/5, IC-000106.2016.17.001/4, IC-
000087.2017.17.003/8, PP-000146.2018.17.000/0, NF-
000319.2018.17.000/4 - PRT 18ª Região-GO - IC-
001628.2014.18.000/4, IC-000213.2014.18.001/6, IC-
000411.2015.18.000/4, IC-000176.2015.18.001/3, IC-
000708.2016.18.000/9, IC-002016.2016.18.000/5, IC-
001010.2017.18.000/6, NF-001790.2017.18.000/8, NF-
001975.2017.18.000/7, IC-000073.2017.18.002/1, IC-
000060.2018.18.000/3, IC-000162.2018.18.000/0, NF-
000274.2018.18.000/9, IC-001228.2013.18.000/3, IC-
000111.2015.18.001/8, IC-000201.2015.18.001/9, IC-
000062.2015.18.002/9, IC-001954.2016.18.000/7, IC-
000313.2016.18.003/6, IC-000875.2017.18.000/1, IC-
001337.2017.18.000/9, NF-001827.2017.18.000/9, NF-
001854.2017.18.000/1, NF-002226.2017.18.000/8, IC-
000348.2017.18.002/4, NF-
000447.2017.18.003/4, IC-000439.2018.18.000/8, NF-
000478.2018.18.000/0, IC-000154.2015.18.001/6, IC-
000362.2015.18.002/5, IC-000040.2016.18.001/0, IC-
000078.2016.18.001/3, IC-000186.2016.18.001/3, IC-
000388.2016.18.003/9, IC-001017.2017.18.000/4, NF-
001994.2017.18.000/4, NF-002131.2017.18.000/0, IC-
000132.2017.18.001/4, IC-000042.2017.18.002/0, IC-
000128.2017.18.002/3, IC-000346.2017.18.002/1, IC-
000135.2017.18.003/0, IC-000353.2017.18.003/8, IC-
000404.2017.18.003/6, IC-000443.2017.18.003/9, NF-
000246.2018.18.000/0, NF-000287.2018.18.000/5, NF-
000291.2018.18.000/4, NF-000524.2018.18.000/7, NF-
000548.2018.18.000/7, IC-000198.2015.18.000/2, IC-
000575.2016.18.000/4, IC-001345.2016.18.000/2, IC-
000115.2016.18.002/4, IC-000212.2016.18.002/3, IC-
000441.2017.18.003/6, IC-000457.2018.18.000/0 - PRT 19ª Região-AL - PP-001514.2017.19.000/2, IC-000187.2017.19.001/3, IC-000261.2017.19.001/9, IC-000036.2016.19.000/7, IC-
000874.2016.19.000/3, IC-000018.2017.19.001/0, IC-
000331.2016.19.000/4, PP-001825.2017.19.000/6, IC-
000035.2018.19.001/8 - PRT 20ª Região-SE - IC-
000041.2012.20.000/0, IC-000054.2015.20.000/1, IC-
000005.2016.20.000/6, IC-001102.2016.20.000/1, IC-
001363.2016.20.000/0, IC-001513.2016.20.000/2, IC-
002808.2016.20.000/3, IC-000628.2017.20.000/2, PP-
001311.2017.20.000/9, NF-000272.2018.20.000/0, IC-
000860.2016.20.000/4, IC-002379.2016.20.000/7, PP-
001312.2017.20.000/4, IC-001538.2017.20.000/4, IC-
001556.2017.20.000/6, IC-001865.2017.20.000/9, IC-
002003.2017.20.000/0, NF-000380.2018.20.000/3, IC-
001163.2011.20.000/6, IC-000457.2016.20.000/9, IC-
001872.2016.20.000/7, IC-002139.2016.20.000/7, IC-
000220.2017.20.000/9, IC-000415.2017.20.000/0, IC-
001360.2017.20.000/5, IC-002232.2017.20.000/8, NF-
000143.2018.20.000/7, NF-000152.2018.20.000/8, NF-
000352.2018.20.000/4, IC-000636.2014.20.000/9, IC-
001114.2015.20.000/7, IC-002432.2016.20.000/0, IC-
001798.2017.20.000/7, NF-002179.2017.20.000/4, IC-
000111.2018.20.000/2 - PRT 21ª Região-RN - IC-
000551.2016.21.000/0, IC-001209.2016.21.000/5, IC-
000553.2017.21.000/5, IC-000765.2017.21.000/1, IC-
000880.2017.21.000/2, IC-000363.2017.21.001/4, IC-
000097.2017.21.002/7, IC-000222.2017.21.002/9, IC-
000263.2017.21.002/4, IC-000972.2015.21.000/0, IC-
000089.2015.21.001/5, IC-000346.2016.21.000/8, IC-
000705.2016.21.000/5, IC-001431.2016.21.000/5, IC-
001148.2017.21.000/0, PP-001152.2017.21.000/3, IC-
001667.2017.21.000/3, IC-000263.2017.21.001/6, NF-
000056.2018.21.001/0, IC-000740.2014.21.000/7, IC-
000861.2015.21.000/9, IC-001067.2015.21.000/6, IC-
001190.2015.21.000/4, IC-000618.2016.21.000/3, IC-
001074.2016.21.000/8, IC-001136.2016.21.000/0, IC-

000171.2017.21.000/4, IC-000402.2017.21.000/4, IC-000577.2017.21.000/5, IC-000836.2017.21.000/4, PP-001174.2017.21.000/7, IC-001405.2017.21.000/0, PP-001594.2017.21.000/9, NF-001814.2017.21.000/0, PP-001942.2017.21.000/5, IC-000027.2017.21.001/9, IC-000048.2017.21.001/2, PP-000350.2017.21.001/8, IC-000219.2017.21.002/6, IC-000230.2017.21.002/3, IC-000809.2014.21.000/3, IC-000814.2014.21.000/9, IC-001471.2015.21.000/9, IC-000428.2016.21.000/4, IC-000505.2016.21.000/9, PP-000399.2017.21.000/6, IC-001147.2017.21.000/4, IC-000126.2017.21.002/6, NF-000161.2018.21.000/0 - PRT 22ª Região-PI - IC-000259.2014.22.000/1, IC-000107.2015.22.001/3, IC-000850.2016.22.000/9, IC-000442.2017.22.000/4, IC-001348.2017.22.000/2, PP-001734.2017.22.000/3, PP-001869.2017.22.000/7, IC-000561.2014.22.000/2, IC-000974.2014.22.000/1, IC-001059.2015.22.000/9, IC-001710.2016.22.000/7, IC-000378.2016.22.001/1, IC-000328.2017.22.000/0, IC-001041.2017.22.000/2, IC-001578.2017.22.000/6, IC-001687.2017.22.000/4, IC-000103.2017.22.001/5, PP-000320.2018.22.000/1, IC-000087.2012.22.000/0, IC-000047.2015.22.001/0, IC-000903.2016.22.000/0, IC-001334.2016.22.000/2, IC-001728.2016.22.000/7, IC-000030.2016.22.001/4, IC-000329.2016.22.001/1, PP-000420.2016.22.001/2, IC-001329.2017.22.000/5, PP-001521.2017.22.000/6, IC-001766.2017.22.000/3, IC-000337.2018.22.000/3, IC-000130.2013.22.000/9, IC-000058.2017.22.000/1, IC-000497.2017.22.000/2, IC-000925.2017.22.000/0, IC-001314.2017.22.000/1 - PRT 23ª Região-MT - IC-000005.2014.23.000/5, IC-000154.2015.23.000/5, IC-000207.2015.23.000/6, IC-000030.2016.23.000/5, IC-000685.2017.23.001/8, IC-000713.2017.23.001/2, PP-000255.2017.23.003/0, IC-000055.2017.23.004/5, IC-000133.2017.23.004/2, IC-000018.2015.23.000/3, IC-000971.2015.23.000/6, IC-000369.2017.23.000/6, IC-000532.2017.23.000/6, IC-000790.2017.23.000/3, IC-000913.2017.23.000/0, IC-000111.2017.23.003/7, IC-000172.2017.23.004/5, NF-000270.2018.23.000/0, IC-000042.2018.23.001/6, IC-000386.2013.23.004/3, IC-000734.2014.23.000/7, IC-000053.2014.23.003/9, IC-000401.2016.23.000/7, IC-000898.2016.23.000/0, IC-001255.2016.23.000/1, IC-000233.2016.23.004/8, IC-000706.2017.23.000/6, IC-001124.2017.23.000/1, IC-001198.2017.23.000/8, IC-001320.2017.23.000/4, IC-001371.2017.23.000/1, IC-000222.2017.23.001/2, IC-000428.2017.23.001/7, IC-000626.2017.23.001/0, IC-000174.2017.23.004/8, IC-000175.2017.23.004/4, IC-000001.2018.23.000/0, IC-000036.2018.23.001/7, NF-000043.2018.23.003/5, NF-000067.2018.23.003/0, IC-000387.2014.23.004/2, IC-000398.2016.23.001/7, IC-001257.2017.23.000/4, IC-000026.2018.23.001/9 - PRT 24ª Região-MS - IC-000473.2015.24.000/9, PP-001150.2017.24.000/7, PP-000303.2017.24.001/3, IC-000030.2017.24.002/2, IC-000067.2017.24.002/8, PP-000032.2018.24.000/9, PP-000678.2016.24.000/0, IC-000199.2017.24.000/2, PP-000647.2017.24.000/4, PP-001145.2017.24.000/8, PP-001149.2017.24.000/0, IC-000055.2015.24.003/9, IC-000079.2016.24.002/7, IC-000022.2016.24.003/6, IC-000145.2017.24.000/0, IC-000170.2017.24.000/0, IC-000206.2017.24.002/2, PP-000034.2018.24.000/3, IC-000720.2016.24.000/0, IC-000157.2016.24.001/6, PP-001156.2017.24.000/0.

Os processos constantes desta pauta que não forem julgados nesta Sessão ficam automaticamente adiados para as próximas que se seguirem, independentemente de nova inclusão em pauta.

MARIA APARECIDA GUGEL
Coordenadora

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DE 15 DE MAIO DE 2018

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO 100.2018.000005 (IPM 61-61.2017.7.03.0203)
EMENTA. IPM. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. LESÃO CORPORAL EM CICLISTA. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DE DEVER DE CUIDADO OBJETIVO PELO CONDUTOR DA VIATURA MILITAR. ATIPICIDADE. ARQUIVAMENTO.

Inquérito Policial Militar instaurado para apurar as circunstâncias que envolveram o acidente ocorrido entre ciclista e viatura militar. Conduta imprudente do ciclista, que veio a sofrer lesões. Ausência de violação de dever de cuidado objetivo pelo condutor da viatura militar. Atipicidade da conduta investigada. Arquivamento determinado pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 20, DE 18 DE MAIO DE 2018

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 2ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.030277/18-81, que tem como interessados: Distrito Federal - Transporte Urbano do Distrito Federal - DFTRANS e Secretaria de Moblidade - SEMOB, para apurar indícios de improbidade administrativa por omissão na arrecadação de receitas referentes à exploração de publicidade no STPC/DF.

SÉRGIO EDUARDO GOMIDE

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

PORTARIA N° 580, DE 21 DE MAIO DE 2018

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e § 2º do artigo 55 da Lei Complementar n° 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1° Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte referente ao primeiro quadrimestre de 2018, constante dos anexos I e II desta Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desa. MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													
	LIQUIDADAS													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[1] (b)
	Mai/17	Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	13.822.787,71	14.375.401,66	14.124.168,54	14.301.173,28	14.497.574,85	14.259.982,42	22.835.585,15	17.846.154,44	19.594.814,76	14.747.866,08	14.936.147,04	14.734.439,25	190.076.095,18	-
Pessoal Ativo	11.278.300,47	11.827.194,27	11.555.484,34	11.619.351,14	11.810.314,52	11.573.134,29	18.638.741,83	14.698.375,70	15.363.398,23	11.954.274,28	12.117.946,16	11.959.912,32	154.396.427,55	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.663.415,14	10.173.443,97	9.909.791,15	9.956.616,52	10.121.079,41	9.922.425,90	15.155.629,35	12.866.713,93	13.681.034,73	10.237.355,15	10.381.591,17	10.229.937,69	132.299.034,11	-
Obrigações Patronais	1.614.885,33	1.653.750,30	1.645.693,19	1.662.734,62	1.689.235,11	1.650.708,39	3.483.112,48	1.831.661,77	1.682.363,50	1.716.919,13	1.736.354,99	1.729.974,63	22.097.393,44	-
Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.544.487,24	2.548.207,39	2.568.684,20	2.681.822,14	2.687.260,33	2.686.848,13	4.196.843,32	3.147.778,74	4.231.416,53	2.793.591,80	2.818.200,88	2.774.526,93	35.679.667,63	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	1.688.644,49	1.698.669,70	1.728.654,59	1.753.584,99	1.785.578,18	1.826.618,28	2.859.623,68	2.163.318,80	2.928.845,82	1.925.078,71	1.958.939,51	1.917.795,51	24.235.352,26	-
Pensões	855.842,75	849.537,69	840.029,61	928.237,15	901.682,15	860.229,85	1.337.219,64	984.459,94	1.302.570,71	868.513,09	859.261,37	856.731,42	11.444.315,37	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de **Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)**	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1° do art. 19 da LRF)	2.544.487,24	2.549.835,01	2.568.684,20	2.728.272,16	2.740.598,18	2.694.992,43	3.228.381,65	1.206.817,04	4.231.416,53	2.796.765,78	2.886.554,30	2.781.985,12	32.958.789,64	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	1.627,62	-	46.450,02	53.337,85	8.144,30	18.172,92	278.538,59	-	3.173,98	68.353,42	7.458,19	485.256,89	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.544.487,24	2.548.207,39	2.568.684,20	2.681.822,14	2.687.260,33	2.686.848,13	3.210.208,73	928.278,45	4.231.416,53	2.793.591,80	2.818.200,88	2.774.526,93	32.473.532,75	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	11.278.300,47	11.825.566,65	11.555.484,34	11.572.901,12	11.756.976,67	11.564.989,99	19.607.203,50	16.639.337,40	15.363.398,23	11.951.100,30	12.049.592,74	11.952.454,13	157.117.305,54	-

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	743.632.071.921,18	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa + IIIb)	157.117.305,54	0,021128
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	341.520.465,35	0,045926
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único dov art. 22 da LRF)	324.444.442,08	0,043630
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	307.368.418,82	0,041333

FONTE: SIAFI, CCOFI /SOF/TRE-CE E COFIC/SOF/TSE, Emitido em 21/MAI/2018 às 8h e 25min

[1] Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Limite Máximo e Prudencial estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013.

2) Valor da Receita Corrente Líquida referente à Portaria STN nº 322, de 17/5/2018, publicada no D.O.U. nº 95, de 18/5/2018, pág. 53.

ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES DE DESPESA COM PESSOAL EM CUMPRIMENTO AO ACÓRDÃO 553/2017-TCU-PLENÁRIO. ITEM 9.4
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO DE 2017 A ABRIL DE 2018

R$ 1,00

	DESPESAS EXECUTADAS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	190.076.095,18
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	32.958.789,64
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	157.117.305,54

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)				743.632.071.921,18	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (V) = (III / IV)*100				0,021128%	
				% DA RCL	VALOR
LIMITE MÁXIMO <%> \1	LRF, art. 20, incisos I, II e III			0,046058%	342.502.059,69
	Resol CNJ 5/2005	Ato decorrente \2:	Portaria TSE n°478, de 26 de setembro de 2005	0,046012%	342.159.988,93
	Resol CNJ 26/2006	Ato decorrente \2:	-	-	-
	Resol CNJ 177/2013	Ato decorrente \2:	Portaria TSE nº 385, de 22 de agosto de 2013	0,045926%	341.520.465,35
	Justiça do Trabalho / Ato Conjunto TST.CSJT/2015 \3			-	-

\1 Preencher apenas no caso de os limites do Órgão terem sofrido alteração em virtude das citadas Resoluções do Conselho Nacional de Justiça

\2 Indicar o Ato/Portaria que alterou os limites individuais do Órgão em decorrência da respectiva Resolução do Conselho Nacional de Justiça

\3 Campo a ser preenchido pelos Tribunais da Justiça do Trabalho

IBERÊ COMIN NUNES
Secretário de Orçamento e Finanças

RODRIGO RIBEIRO CAVALCANTE
Secretário de Controle Interno

HUGO PEREIRA FILHO
Diretor-Geral

Desa. MARIA NAILDE PINHEIRO NOGUEIRA
Presidente do Tribunal

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

RESOLUÇÃO Nº 1.540, DE 18 DE MAIO DE 2018

Disciplina as concessões de diárias, de ajuda de custo, de indenização pelo uso de transporte próprio e de aquisição de passagens (aéreas, rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias) relativas à fiscalização setorial destinada à aplicação do Exame de Suficiência do Sistema CFC/CRCs.

O CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando a exigência constante da Instrução Normativa SLTI-MPOG n.º 05/2017, que disciplina a instituição da figura do Fiscal Setorial para contratos;

Considerando que, em várias oportunidades, faz-se necessária a convocação de pessoas que prestam serviço e colaboração;

Considerando que, conforme o § 3º, do Art. 2º, da Lei Federal n.º 11.000/2004, os conselhos federais de fiscalização de profissões regulamentadas estão autorizados a normatizar as concessões de diárias, jetons e auxílios de representação, fixando o valor máximo para todos os Conselhos Regionais;

Considerando que a governança pressupõe liderança, estratégia e controle postos em prática, por meio de processos e estruturas que viabilizam a avaliação, administração e monitoramento das atividades, com fins de alcançar os objetivos, resolve:

Art. 1º As concessões de diárias, de ajuda de custo, de indenização por uso de transporte próprio e de aquisição de passagens (aéreas, rodoviárias, ferroviárias e hidroviárias) para Fiscais Setoriais, designados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para a fiscalização da aplicação do Exame de Suficiência do Sistema CFC/CRCs, ficam regulamentadas por esta Resolução.

Art. 2º Os Fiscais Setoriais, quando se deslocarem dos seus domicílios, atendendo a convocação do CFC, farão jus às passagens e à percepção de diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas com pousada e alimentação.

Art. 3º Os Fiscais Setoriais, domiciliados em cidades nas quais ocorrerão a fiscalização do objeto do contrato firmado com a empresa contratada para a aplicação do Exame de Suficiência, atendendo a convocação do CFC, farão jus a percepção de ajuda de custo no valor de R$220,00 (duzentos e vinte reais).

Art. 4º As diárias, aquisição de passagens e concessão de outras verbas indenizatórias previstas nesta Resolução deverão ser solicitadas pela Coordenadoria de Registro.

Parágrafo único. Os requerimentos para aquisição de passagens e para concessão de diárias deverão ser efetuados no sistema de diárias utilizado pelo CFC, devendo ser preenchidos todos os dados obrigatórios constantes na requisição.

Art. 5º Nas requisições de Concessão de Diárias e Aquisição de Passagens, especificamente para o exercício da função de Fiscal Setorial, serão considerados os dias de afastamento.

Art. 6º O valor da diária é de R$440,00 (quatrocentos e quarenta reais) e será pago por dia de afastamento, incluindo-se os dias da partida e da chegada, observando-se os seguintes critérios:

I - valor integral, quando o deslocamento importar pernoite fora do domicílio;

II - o valor da diária será reduzido à metade nos seguintes casos:

a) quando o deslocamento não exigir pernoite fora do domicílio;

b) no dia do retorno à localidade de domicílio.

Art. 7º As diárias e as ajudas de custos serão pagas antecipadamente, de uma só vez, preferencialmente até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da atividade, exceto em casos de emergência, quando poderão ser pagas no decorrer do afastamento.

Art. 8º Os processos de viagens deverão conter, obrigatoriamente, os relatórios circunstanciados, os quais comprovarão a participação do beneficiário nas atividades de fiscalização que lhe foram designadas.

Parágrafo único. Será de responsabilidade da Coordenadoria de Registro o controle de recebimento dos relatórios, os quais deverão ser entregues em até 7 (sete) dias após a realização da viagem.

Art. 9º As diárias e as ajudas de custos recebidas indevidamente deverão ser restituídas pelo beneficiário, em até 5 (cinco) dias contados da data do cancelamento ou da interrupção da atividade.

§ 1º Serão restituídas, também, em sua totalidade, no prazo estabelecido no caput, as diárias e as ajudas de custos recebidas quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

§ 2º A restituição de diárias ou de ajuda de custo será efetivada por meio de transferência eletrônica ou depósito bancário identificado em conta-corrente de titularidade do CFC.

§ 3º Caso não ocorra a devolução no prazo previsto no caput, ficará suspensa a concessão de novas diárias até a restituição ao CFC da importância recebida indevidamente.

Art. 10. As passagens de que trata o Art. 2º desta Resolução serão adquiridas nas seguintes modalidades:

I - aéreas, quando houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho pretendido; e

II - rodoviárias, ferroviárias ou hidroviárias, tipo leito, quando:

a) não houver disponibilidade de transporte aéreo regular no trecho pretendido;

b) não houver disponibilidade de transporte aéreo regular na data desejada; ou

c) o passageiro manifestar preferência por um desses meios de locomoção em detrimento do transporte aéreo.

Parágrafo único. Os bilhetes adquiridos para viagens nas modalidades "rodoviárias", "ferroviárias" ou "hidroviárias" deverão ser ressarcidos mediante comprovação nominal do passageiro, por meio de cópia do cartão de embarque e recibo/nota fiscal de pagamento.

Art. 11. Para a aquisição das passagens aéreas serão observados: as datas de início e de término da atividade a ser desenvolvida fora da localidade de domicílio, a disponibilidade de voos e os seguintes critérios:

I - quando a atividade iniciar-se até as 10h, a data de partida poderá ser a véspera;

II - quando a atividade finalizar-se após as 16h, a data de regresso poderá ser o dia seguinte; e

III - quando houver indisponibilidade de voos entre 6h e 22h, a data de partida poderá ser a véspera, e a data de regresso poderá ser o dia seguinte.

§ 1º As datas de voo poderão ser alteradas para o dia de início e de término da atividade, se, previamente à aquisição, o beneficiário optar por se deslocar nesses dias e houver disponibilidade de voo.

§ 2º Adquiridas as passagens, a solicitação de aquisição em novas datas ou horários da viagem será processada sem ônus para o beneficiário nos casos em que a programação da viagem for alterada por motivo de força maior, caso fortuito ou por interesse do CFC, justificado no pedido de alteração.

§ 3º Não havendo acolhimento à justificativa apresentada, o ônus da alteração do bilhete de passagem, se houver, será de responsabilidade do beneficiário. O pedido de alteração poderá ser processado e as despesas adicionais decorrentes da remarcação da passagem deverão ser negociadas e pagas diretamente à agência de viagens contratada pelo CFC.

§ 4º O beneficiário deverá ressarcir o CFC dos valores decorrentes do cancelamento da viagem ou do não comparecimento ao embarque (no show) que deixarem de ser reembolsados pela companhia aérea, salvo comprovada ocorrência de caso fortuito, força maior ou por interesse do CFC, mediante justificativa documentada.

§ 5º Não podendo utilizar o(s) bilhete(s) aéreo(s) emitido(s) pelo CFC e sem que haja nenhum prejuízo das atividades a serem desempenhadas com o deslocamento previsto, em caráter excepcional e por razões de absoluta necessidade, o interessado poderá adquirir por sua própria conta outro bilhete aéreo, para um ou mais trechos do deslocamento, arcando integralmente com essa despesa.

§ 6º Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o beneficiário não ficará obrigado a ressarcir o CFC do bilhete não utilizado, mas deverá comunicar ao CFC sobre o ocorrido, em um prazo máximo de 5 (cinco) dias da data da ocorrência, para fins de verificação de possível alteração da quantidade de diárias pagas.

§ 7º É facultada ao interessado a solicitação de passagens aéreas em datas anteriores e posteriores ao evento para o qual o CFC tenha autorizado participar, desde que o valor dos bilhetes se situe no valor igual ou inferior daquele que seria praticado na data regulamentar.

Art. 12. Caso seja interesse do CFC, poderá haver ressarcimento de despesa com transporte alternativo ou complementar entre duas cidades, quando não for possível a aquisição de passagem aérea para o destino final da viagem, mediante a apresentação dos devidos comprovantes.

§ 1º Não serão considerados, para fins de duração da viagem, os dias em que o passageiro tenha estendido o seu retorno para o atendimento de fins particulares.

§ 2º Em casos excepcionais, em que o passageiro tenha que transportar materiais de trabalho do CFC e que excedam a franquia de bagagens, os custos pagos pelo excesso poderão ser reembolsados pelo CFC mediante comprovação por meio de recibo/nota fiscal e descrição do material transportado.

Art. 13. Poderá haver concessão de indenização para ressarcimento de despesa com transporte, quando o passageiro optar pela utilização de meio próprio de locomoção, correspondente ao resultado da multiplicação do valor padronizado de ressarcimento de transporte pela distância rodoviária, em quilômetros, existentes entre os municípios de origem e o destino.

§ 1º O valor padronizado de ressarcimento de transporte será equivalente ao resultado da divisão do preço do litro de combustível pelo consumo de 10 (dez) quilômetros rodados por litro.

§ 2º O preço do litro do combustível observará o preço médio da gasolina comum em Brasília (DF), referente à data do deslocamento, com base nos valores informados pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

§ 3º O beneficiário que utilizar meio próprio de locomoção deverá apresentar nota fiscal de abastecimento de combustível na localidade de destino ou no trajeto desenvolvido, sob pena de não ser ressarcido do valor gasto para o abastecimento do veículo.

§ 4º A distância entre os municípios será definida com base em informações obtidas no sítio eletrônico da internet de instituições competentes.

§ 5º No caso da existência de pedágios no trajeto, esses também serão passíveis de ressarcimento, desde que devidamente comprovados.

§ 6º A opção de uso de veículo próprio para a realização de serviço externo, representação oficial ou treinamento é de total responsabilidade do viajante, inclusive quanto a possíveis despesas com acidentes ou avarias no percurso.

§ 7º O valor do ressarcimento de que trata o caput fica limitado ao custo total das passagens aéreas que poderiam ter sido utilizadas no trecho (ida e volta), no caso de aquele ser superior a este.

Art. 14. A não comprovação da utilização do ressarcimento de despesas com transporte próprio desobriga o CFC do ressarcimento previsto no caput do Art. 14.

Art. 15. O ato de concessão de diárias é classificado como "público" e terá seus dados apresentados na área de transparência do portal do CFC.

Art. 16. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

ZULMIR IVÂNIO BREDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

RESOLUÇÃO Nº 605, DE 22 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre as áreas de atuação profissional e as atribuições do Técnico em Nutrição e Dietética (TND), e dá outras providências.

O Conselho Federal de Nutricionistas (CFN), no uso das atribuições que lhe são conferidas na Lei n° 6.583, de 20 de outubro de 1978, no Decreto n° 84.444, de 30 de janeiro de 1980, no Regimento Interno, ouvidos os Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), e, tendo em vista o que foi deliberado na 322ª Reunião Plenária Ordinária, realizada nos dias 23, 24 e 25 de fevereiro de 2018, e na 326ª Reunião Plenária Ordinária realizada nos dias 16 e 22 de abril de 2018; Considerando: O Parecer n° 4.098/1974 do Conselho Federal de Educação, que aprova o currículo mínimo de habilitação dos profissionais Técnicos de 2° grau em Nutrição e Dietética; A Lei nº 5.524, de 5 de novembro de 1968, e o Decreto nº 90.922, de 6 de fevereiro de 1985; Que o Poder Judiciário tem, reiteradamente, reconhecido o direito dos técnicos com formação na área de Alimentação e Nutrição obterem o registro nos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN), dando provimento aos pedidos, o que tem obrigado à aceitação de tais registros para inscrições; Que a Nutrição constitui área de conhecimento científico e técnico na qual atuam profissionais de formação superior e de nível técnico, atuação essa que pode e deve ser feita de forma conjunta em prol da saúde humana; As normas de conduta para o exercício da profissão do Técnico em Nutrição e Dietética (TND), constante no Código de Ética Profissional, resolve:

Art. 1º. Para os fins desta Resolução, adotam-se as definições constantes do Glossário de que trata o Anexo desta Resolução.

Art. 2°. Para os fins desta Resolução, são definidas as áreas de atuação do Técnico em Nutrição e Dietética (TND): I - Nutrição em Alimentação Coletiva. II - Nutrição Clínica. III - Nutrição em Saúde Coletiva. IV - Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos.

Art. 3º. Os TND inscritos nos Conselhos Regionais de Nutricionistas (CRN) serão orientados, disciplinados e fiscalizados, no exercício de suas atividades, pelo respectivo CRN.

Art. 4° Os TND, respeitados os limites compreendidos pelos componentes curriculares da respectiva formação escolar, poderão, nas áreas de atuação compreendidas nos incisos I, II e III do art. 2º, exercer, sob a supervisão do nutricionista, as atribuições previstas no Apêndice. Parágrafo único. O TND poderá atuar sem a supervisão de nutricionista na área de Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos, desde que não haja preparações, refeições e/ou dietas especiais, para indivíduos ou coletividades, qualquer que seja o processo de preparo, conservação e distribuição, e que não exista a previsão legal para a obrigatoriedade do nutricionista.

Art. 5º. Os TND, em qualquer uma das áreas do art. 2º, deverão colaborar com as autoridades de fiscalização profissional e sanitária.

Art. 6º. Os TND poderão participar de pesquisas e estudos relacionados à sua área de atuação.

Art. 7º. Os TND poderão desempenhar outras atribuições não previstas nesta Resolução, desde que compatíveis com sua formação, resguardadas as atividades privativas do nutricionista e de outras profissões.

Art. 8°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ÉLIDO BONOMO
Presidente do Conselho

ANEXO

GLOSSÁRIO - I - Autogestão: serviço de alimentação com sistema de produção por gestão própria. II - Biossegurança: conjunto de medidas para a segurança, minimização e controle de riscos nas atividades de trabalho biotecnológico das diversas áreas das ciências da saúde e biológicas. III - Características organolépticas: são as propriedades presentes nos alimentos que podem ser percebidas pelos órgãos do sentido e dificilmente podem ser medidas por instrumentos, envolvendo uma apreciação resultante de uma combinação de impressões visuais, olfativas, gustativas e táteis. São importantes na avaliação do estado de conservação dos alimentos, para verificar se estão em boas condições para o consumo. As características organolépticas também são definidas como características sensoriais. IV - Comissarias: denominação dada às empresas que produzem e fornecem alimentação que se destina à população embarcada. V - Concessionária: serviço de alimentação com sistema de produção sob a forma de concessão (terceirizado). VI - Desenvolvimento sustentável: desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. VII - Ficha técnica de preparação: formulário de especificação das preparações, contendo receituário, padrão de apresentação, componentes, valor nutritivo, quantidade per capita, custo e outras informações, a critério do serviço ou da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). VIII - Ficha Técnica de Produto: formulário de especificações do produto, constando as características organolépticas e nutricionais, como descrição do produto, finalidade, composição, embalagem, validade, informação nutricional, registro no Ministério da Agricultura ou da Saúde, entre outros dados. IX - Inquérito: coleta sistemática de dados relativos ao estado de saúde de determinada população. Pode ser descritiva, exploratória ou explicativa. X - Lojas de conveniência: pequeno estabelecimento comercial, muitas vezes funcionando em regime de franquia, localizada quase sempre em postos de abastecimento, estações ferroviárias ou de embarque, dentre outros. XI - Lojas de delicatessen: pequena loja que vende produtos finos e iguarias. XII - Manual de Boas Práticas: documento que descreve as operações realizadas pelo estabelecimento, incluindo, no mínimo, os requisitos higiênico-sanitários dos edifícios, a manutenção e higienização das instalações, dos equipamentos e dos utensílios, o controle da água de abastecimento, o controle integrado de vetores e pragas urbanas, o aperfeiçoamento profissional, o controle da higiene e saúde dos manipuladores, o manejo de resíduos e o controle e garantia de qualidade do alimento preparado. XIII - Padrão de Identidade e Qualidade (PIQ): é o conjunto de características qualitativas e/ou quantitativas que define a qualidade aceitável do produto ou processo para os fins a que se destinam. XIV - Pasteurização: é um processo térmico que tem o objetivo de eliminar os agentes patógenos que contaminam alguns alimentos e líquidos. Este procedimento térmico não acaba com os esporos microbianos presentes, pois eles devem ser submetidos à refrigeração para manter-se em ótimas condições. XV - Preparações culinárias: produtos provenientes de técnicas dietéticas aplicadas em alimentos in natura e em produtos industrializados, resultando em pratos simples ou elaborados que irão compor as refeições. XVI - Procedimentos Operacionais Padronizados (POP): procedimentos escritos de forma objetiva que estabelecem instruções sequenciais para a realização de operações rotineiras e específicas no recebimento, manipulação, produção, distribuição, armazenamento e transporte de alimentos e preparações, podendo ser parte integrante do Manual de Boas Práticas. XVII - Produtos alimentícios: são os produtos obtidos a partir da atividade industrial por meio do processamento de alimentos in natura ou de ingredientes alimentares. XVIII - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO): é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da empresa no campo da saúde dos trabalhadores. Deverá ter caráter de prevenção, rastreamento e diagnóstico precoce dos agravos à saúde relacionados ao trabalho, inclusive de natureza subclínica, além da constatação da existência de casos de doenças profissionais ou danos irreversíveis à saúde dos trabalhadores. XIX - Resto-ingestão: relação entre o resto devolvido nas bandejas e pratos, pelos clientes, e a quantidade de alimentos e preparações oferecidas, expressa em percentual. XX - Segurança

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Alimentar e Nutricional: consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras da saúde que respeitem a diversidade cultural e sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. XXI - Teste de aceitabilidade: é o conjunto de procedimentos metodológicos, cientificamente reconhecidos, destinados a medir o índice de aceitabilidade do alimento oferecido. APÊNDICE - ATRIBUIÇÕES DO TÉCNICO EM NUTRIÇÃO E DIETÉTICA (TND) - I. Área de Nutrição em Alimentação Coletiva (UAN). O TND na Área de Nutrição em Alimentação Coletiva (UAN) poderá atuar em locais como: serviços de alimentação coletiva (autogestão e concessão) em empresas e instituições, hotéis, hotelaria marítima, comissarias, hospitais, clínicas, bancos de sangue, spas, serviços de terapia renal substitutiva, Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPI) e similares, comunidades terapêuticas e outros, em alimentação escolar em rede privada de ensino, restaurantes comerciais e similares, bufê de eventos e serviço ambulante de alimentação, realizando as seguintes atividades: A) Contribuir na elaboração do cardápio e verificar o seu cumprimento.

B) Contribuir na elaboração do Manual de Boas Práticas e acompanhar sua implantação e execução. C) Contribuir na elaboração dos POP, acompanhar sua implantação e execução. D) Contribuir na elaboração de relatórios técnicos de não conformidades. E) Acompanhar e monitorar as atividades de seleção de fornecedores, procedência de alimentos, bem como a logística de compras. F) Acompanhar e orientar a execução das atividades de recebimento, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, porcionamento, distribuição e transporte de refeições. G) Avaliar as características organolépticas dos alimentos, produtos alimentícios e preparações culinárias de acordo com o PIQ estabelecido. H) Supervisionar as atividades de higienização de alimentos, utensílios, equipamentos, ambientes e pessoal. I) Orientar e monitorar o uso correto de uniformes e de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) correspondentes à atividade. J) Coletar dados e informações relacionadas às UAN. K) Participar do planejamento, da execução e da avaliação dos programas de formação continuada da equipe. L) Colaborar para o cumprimento e a aplicação das normas de segurança ocupacional. M) Monitorar programas de manutenção preventiva e periódica de funcionamento e conservação dos equipamentos. N) Registrar as atividades previstas no PCMSO dos funcionários da UAN, de acordo com as normas vigentes. O) Auxiliar no planejamento e execução dos procedimentos de rotina, como escala de trabalho dos funcionários, controle de ponto, dentre outros. P) Acompanhar as atividades de controle de qualidade em todo o processo produtivo, de acordo com o estabelecido no Manual de Boas Práticas e nos POP, atendendo às normas de segurança alimentar e nutricional. Q) Colaborar no desenvolvimento de preparações culinárias e respectivas fichas técnicas de preparações. R) Cooperar no controle periódico das sobras, do resto-ingestão e análise de desperdício, com vistas ao desenvolvimento sustentável. S) Participar do levantamento de dados para os cálculos de informações nutricionais. T) Aplicar testes de aceitabilidade. U) Colaborar durante todo o processo produtivo com ações que preservem e recuperem o meio ambiente, com vistas ao desenvolvimento sustentável. V) Contribuir com o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional para a população atendida. II. Área de Nutrição Clínica. O TND na Área de Nutrição Clínica poderá atuar em locais como: hospitais, clínicas em geral, spas clínicos, Instituições de Longa Permanência para Idosos, serviço terapia renal substitutiva, ambulatórios, banco de leite humano, postos de coleta de leite humano, lactário, central de terapia nutricional. A. Subárea: Hospitais, clínicas em geral, spas clínicos, Instituições de Longa Permanência para Idosos, serviços de terapia renal substitutiva, ambulatórios e consultórios: O TND poderá realizar as seguintes atividades: A.1. Coletar dados para atualização de planilha/mapa de alimentação do Serviço de Nutrição e Dietética. A.2. Participar das atividades de triagem nutricional, conforme protocolo estabelecido pelo serviço. A.3. Coletar informações junto aos usuários referentes à satisfação e à aceitabilidade da dieta. A.4. Coletar dados antropométricos para subsidiar a avaliação nutricional a ser realizada pelo nutricionista. A.5. Elaborar relatórios sobre o tipo e a quantidade de refeições a serem fornecidas. A.6. Acompanhar e monitorar o porcionamento, a apresentação, o transporte e a distribuição das dietas/refeições. A.7. Avaliar as características dos alimentos e das preparações culinárias de acordo com os protocolos estabelecidos. A.8. Contribuir com o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional para a população atendida. A.9. Participar do planejamento, da execução e da avaliação dos programas de formação continuada da equipe. B. Subárea: Banco de Leite Humano e Postos de Coleta de Leite Humano: O TND poderá realizar as seguintes atividades: B.1. Contribuir na elaboração do Manual de Boas Práticas e acompanhar sua implantação e execução. B.2. Contribuir na elaboração dos POP e acompanhar sua implantação e execução. B.3. Contribuir na elaboração de relatórios técnicos de não conformidades. B.4. Efetuar os registros das mães doadoras, mantendo-os atualizados. B.5. Orientar as doadoras quanto às práticas de higiene pessoal, visando a biossegurança. B.6. Orientar as atividades referentes à ordenha, estocagem, pasteurização e controle de qualidade do leite humano. B.7. Monitorar e registrar as temperaturas dos equipamentos de refrigeração instalados na sala de coleta, efetuando as anotações pertinentes para o controle de qualidade. B.8. Fazer os procedimentos de controle de qualidade do leite humano, incluindo a coleta de amostra para os exames laboratoriais. B.9. Identificar todos os recipientes de acordo com os protocolos do banco de leite humano. B.10. Contribuir com o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional para a população atendida. B.11. Participar do planejamento, da execução e da avaliação dos programas de formação continuada da equipe. C. Subárea: Lactário e Central de Terapia Nutricional: O TND poderá realizar as seguintes atividades: C.1. Contribuir na elaboração do Manual de Boas Práticas e acompanhar sua implantação. C.2. Contribuir na elaboração dos POP e acompanhar sua implantação e execução. C.3. Contribuir na elaboração de relatórios técnicos de não conformidades. C.4. Supervisionar e monitorar o preparo, o envase e o transporte das fórmulas segundo a via de administração e o volume prescrito. C.5. Realizar os procedimentos de controle de qualidade das fórmulas, incluindo coleta de amostras para exames laboratoriais. C.6. Elaborar e supervisionar a identificação dos recipientes de acordo com os protocolos estabelecidos. C.7. Monitorar e registrar as temperaturas dos equipamentos de refrigeração, efetuando as informações pertinentes para o controle de qualidade. C.8. Participar do planejamento, da execução e da avaliação dos programas de formação continuada da equipe. C.9. Contribuir com o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional para a população atendida. III. Área de Nutrição em Saúde Coletiva - O TND na Área de Nutrição em Saúde Coletiva poderá atuar em: Políticas e Programas Institucionais, Vigilância em Saúde e Fiscalização do exercício profissional. A. Subárea: Políticas e Programas Institucionais: Segmento 1. Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): O TND poderá realizar as seguintes atividades: A.1.1. Coletar dados antropométricos para subsidiar a avaliação nutricional, a ser realizada pelo nutricionista. A.1.2. Verificar o cumprimento do cardápio elaborado por nutricionista. A.1.3. Colaborar no desenvolvimento de preparações culinárias e respectivas fichas técnicas de preparações, Manual de Boas Práticas e POP. A.1.4. Contribuir com o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional para a população atendida. A.1.5. Contribuir para a identificação de estudantes com necessidades nutricionais específicas. A.1.6. Acompanhar e orientar a execução das atividades de recebimento, higienização, armazenamento, pré-preparo e preparo de alimentos, porcionamento, distribuição e transporte de refeições obedecendo às normas sanitárias vigentes. A.1.7. Colaborar na aplicação de testes de aceitabilidade. A.1.8. Participar da elaboração de material técnico, científico e educativo para orientação da comunidade escolar. A.1.9. Conhecer a vocação agrícola da região e fazer levantamento dos agricultores familiares e cooperativas da região. Segmento 2. Demais Políticas e Programas Institucionais: O TND poderá realizar as seguintes atividades: A.2.1. Realizar entrevistas, aplicar questionários e preencher formulários, levantando dados socioeconômicos, culturais, nutricionais e de saúde e auxiliar o nutricionista na consolidação dos dados. A.2.2. Coletar dados antropométricos para subsidiar a avaliação nutricional, a ser realizada pelo nutricionista. A.2.3. Colaborar com o nutricionista na elaboração e na distribuição de material educativo, bem como na orientação à população. A.2.4. Auxiliar o nutricionista no mapeamento e integração das diversas políticas e programas de alimentação e nutrição. A.2.5. Realizar oficinas culinárias pautadas nas diretrizes nacionais para uma alimentação adequada e saudável. A.2.6. Participar de atividades que estimulem a melhoria de hábitos alimentares, o combate ao desperdício, o aproveitamento adequado dos alimentos e a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional. A.2.7. Contribuir com o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional para a população atendida. B. Subárea: Vigilância em Saúde: Segmento 1. Vigilância Sanitária: O TND poderá realizar as seguintes atividades: B.1.1. Participar de comissões técnicas com vistas à regulamentação de alimentos, produtos e serviços de interesse a saúde. B.1.2. Colaborar no aperfeiçoamento e atualização de profissionais de áreas afins. B.1.3. Colaborar com as equipes de fiscalização no desenvolvimento das atividades administrativas. Segmento 2. Vigilância Epidemiológica: O TND poderá realizar as seguintes atividades: B.2.1. Colaborar na realização de inquéritos e estudos epidemiológicos da população, com base em critérios técnicos e científicos. B.2.2. Colaborar na tabulação e atualização de dados estatísticos. C. Subárea: Fiscalização do exercício profissional: O TND poderá atuar nos Conselhos Regionais de Nutricionistas, realizando as seguintes atividades: C.1. Colaborar com as ações do Setor de Fiscalização relacionadas às visitas fiscais e instruções dos processos. C.2. Realizar atendimento ao público com esclarecimentos de dúvidas. C.3. Realizar outras atividades afins, delegadas pelos superiores ou por outras normativas do Sistema CFN/CRN. IV. Área de Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos. O TND na Área de Nutrição na Cadeia de Produção, na Indústria e no Comércio de Alimentos poderá atuar em locais como: agroindústria de alimentos, mercados e similares, padarias e confeitarias, laticínios, açougues e similares, de hortifrutigranjeiros, de produtos naturais e dietéticos, comidas congeladas, sorveterias, lojas de conveniência e delicatessen. A. Subárea: Cadeia de Produção de Alimentos: A.1. Segmento: Extensão Rural e Produção de Alimentos: O TND poderá realizar as seguintes atividades: A.1.1. Orientar os produtores de alimentos quanto à forma adequada de higienização, acondicionamento e transporte para a redução das perdas de alimentos e conservação das suas propriedades nutricionais. A.1.2. Participar das equipes multiprofissionais, orientando sobre a importância da diversificação da produção de alimentos como estratégia para uma alimentação variada e nutritiva. A.1.3. Participar da elaboração, execução e acompanhamento dos programas de extensão. A.1.4. Assistir as famílias rurais, orientando-as nas áreas de competência dos projetos desenvolvidos, em especial a produção orgânica/agroecológica, contribuindo para a melhoria de suas condições de vida. A.1.5. Contribuir na elaboração de projetos nas áreas de alimentação e saúde, destinados às famílias e comunidades, acompanhando sua execução e avaliação. A.1.6. Contribuir no desenvolvimento de projetos com vistas à valorização da culinária e cultura alimentar local. B. Subárea: Indústria: O TND poderá realizar as seguintes atividades: B.1. Acompanhar e monitorar as atividades de seleção de fornecedores, procedência de alimentos, bem como planejamento de compras. B.2. Acompanhar as atividades de higienização de utensílios, equipamentos, ambientes e pessoal. B.3. Orientar e monitorar o uso correto de uniformes e de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) correspondentes à atividade. B.4. Contribuir na execução dos programas de atualização e aperfeiçoamento de funcionários e colaboradores. B.5. Contribuir com as equipes de desenvolvimento de produtos. B.6. Colaborar na elaboração do Manual de Boas Práticas e POP. B.7. Participar de atividades realizadas em cozinha experimental, tais como: desenvolvimento de receitas, testes de produtos, fichas técnicas de produtos, avaliações organolépticas e rotulagem. B.8. Participar das atividades de orientação ao consumidor. B.9. Participar da elaboração de material técnico-científico e material educativo para orientação quanto ao uso dos produtos alimentícios. B.10. Auxiliar nas demonstrações técnicas dos produtos alimentícios. B.11. Contribuir no monitoramento de programas de manutenção preventiva e periódica de funcionamento e conservação dos equipamentos. B.12. Monitorar e registrar as atividades de controle de qualidade em todo o processo produtivo. B.13. Registrar as atividades previstas no PCMSO dos colaboradores de acordo com as normas vigentes. C. Subárea: Comércio de Produtos Alimentícios e de Alimentos: O TND poderá realizar as seguintes atividades: C.1. Acompanhar e monitorar as atividades de seleção de fornecedores, procedência de alimentos, bem como planejamento de compras. C.2. Participar de aperfeiçoamento para a equipe de comercialização. C.3. Participar dos serviços de atendimento ao consumidor. C.4. Contribuir na elaboração do Manual de Boas Práticas e acompanhar sua implantação. C.5. Contribuir na elaboração dos POP e acompanhar sua implantação. C.6. Contribuir na elaboração de relatórios técnicos de não conformidades. C.7. Registrar as atividades de controle de qualidade. C.8. Contribuir com a organização, higienização, manutenção e utilização correta dos equipamentos e utensílios. C.9. Contribuir com o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional para a população atendida. C.10. Participar na elaboração de material técnico científico e educativo quanto ao uso dos produtos alimentícios.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 853, DE 21 DE MAIO DE 2018

Homologa a criação do Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região, com jurisdição no Estado de RORAIMA e sede em BOA VISTA e altera a jurisdição do CRESS da 15ª Região.

O Conselho Federal de Serviço Social, por sua Presidente, no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando a solicitação do Conselho Regional de Serviço Social da 15ª Região, corroborada pela Seccional de Roraima, quanto à transformação desta em Conselho Regional; Considerando os termos consubstanciados no artigo 2º da Resolução CFESS nº 582, de 1º de julho de 2010, que regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, publicada no Diário Oficial da União nº 125, de 2 de julho de 2010, Seção 1, páginas 275/278, que prevê: "poderá constituir-se em Região autônoma o Estado que, já tendo uma Seccional instalada, contar com o número mínimo de 500 (quinhentos) profissionais, exercendo a profissão na área a ser desmembrada da jurisdição do CRESS de origem, nos termos do artigo 12 e parágrafos da Lei 8662/93"; Considerando que foram cumpridas as exigências previstas pelos incisos do artigo 3º da Resolução CFESS nº 582/2010, que regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS; Considerando que a proposta de criação do Conselho Regional da 27ª Região foi aprovada por todas as instâncias a que se refere o artigo 4º Resolução CFESS nº 582/2010, que regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS, especialmente, pela Assembleia da categoria, convocada regularmente para tal fim; Considerando os termos da Manifestação Jurídica nº 22/2018-V, prolatada pelo assessor jurídico do CFESS Vitor Silva Alencar, devidamente acatada pelo Conselho Pleno do CFESS; Considerando a efetiva autonomia de fato, que já vem sendo exercida pela Seccional de Roraima e as condições estruturais, políticas, orçamentárias e financeiras desta; Considerando que a transformação da Seccional de Roraima será acompanhada pelo CFESS, durante seu primeiro ano de implantação, monitorando seu desempenho, no que couber, de forma a garantir que o novo CRESS realize a execução financeira e administrativa de forma responsável, competente e com probidade; Considerando a homologação da criação do CRESS 27ª Região pelo Conselho Pleno do CFESS, em reunião realizada no dia 26 de abril de 2018; Considerando, ainda, a aprovação da presente Resolução "Ad Referendum" do Conselho Pleno do CFESS, resolve:

Art. 1º Fica criado o Conselho Regional de Serviço Social da 27ª Região, de sigla CRESS 27ª Região, com jurisdição no Estado de Roraima e sede na cidade de Boa Vista.

Art. 2º O CRESS da 27ª Região será integrado pelos(as) assistentes sociais no exercício da profissão da respectiva área territorial e passará a ter existência legal a partir de 19 de junho de 2018, com a posse da primeira gestão eleita.

Art. 3º A eleição para ocupação dos cargos da primeira Direção do CRESS 27ª Região observará as disposições contidas no Capítulo IV - Das Diretorias Provisórias (artigos 12 a 26) da Resolução CFESS nº 582, de 1º de julho de 2010, que regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conjunto CFESS/CRESS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 4º Os bens patrimoniais existentes na Seccional de Roraima, pertencentes ao CRESS da 15ª Região, serão transferidos através de termo próprio para o patrimônio do CRESS da 27ª Região.

Art. 5º O orçamento do CRESS da 27ª Região para o exercício de 2018 e, para os anos subsequentes, será constituído pelas receitas constantes dos recebimentos das anuidades, taxas oriundas dos(as) profissionais e entidades registrados(as) na jurisdição do CRESS da 27ª Região e de outras.

Art. 6º O CRESS da 15ª Região, em face da criação do CRESS da 27ª Região, passará a ter como jurisdição somente o Estado do Amazonas. Art. 7º Caberá ao CRESS da 15ª Região proceder ao levantamento dos(as) profissionais inscritos(as) residentes no Estado de Roraima, repassando, a partir de 19 de junho de 2018, ao CRESS da 27ª Região as listagens correspondentes, os expedientes, os processos, os prontuários, os papéis, os documentos e outros que sejam de interesse e competência da jurisdição do novo CRESS.

Art. 8º O CRESS da 15ª Região, após o cumprimento das disposições constantes do art. 7º da presente Resolução, deverá excluir e dar baixa de seus controles internos, através de expedição de Resolução, os(as) profissionais que passam a compor a jurisdição do CRESS da 27ª Região, bem como proceder ao registro, em livro próprio ou através de ata, todos os prontuários, documentos, processos e outros encaminhados ao novo CRESS.

Art. 9º Até a posse da primeira Diretoria eleita, em 19 de junho de 2018, o CRESS da 27ª Região manterá sua condição de Seccional, porém já realizando todos os procedimentos necessários para a transição, juntamente com o CRESS da 15ª Região.

Art. 10 A escolha da Diretoria Provisória para o CRESS da 27ª Região será realizada em sua jurisdição e, para tanto, será convocada Assembleia Extraordinária da categoria, que contará com a presença de representante do CFESS. Parágrafo único - Os custos com a escolha da Diretoria Provisória serão arcados pelo CRESS da 15ª Região, inclusive com a convocação da Assembleia Extraordinária da categoria, acompanhamento jurídico e outros.

Art. 11. A implantação e funcionamento do CRESS da 27ª Região serão acompanhados pelo CFESS durante seu primeiro ano, monitorando seu desempenho, no que couber, de forma a garantir que o novo CRESS realize a execução financeira e administrativa de forma responsável, competente e com probidade.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS.

Art. 13. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

JOSIANE SOARES SANTOS
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 19ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 17 DE MAIO DE 2018

O Presidente, no uso de suas atribuições estatutárias, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Regimento Eleitoral do CREF19/AL, para eleição que se realizará no dia 20 de setembro de 2018, e que passa a fazer parte integrante desta Resolução. Estando o mesmo disponível na íntegra na página eletrônica do CREF19/AL.

Art. 2º - Esta resolução retroage a data de 25 de abril de 2018.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

CARLOS EDUARDO LIMA ROCHA
DE OLIVEIRA

ANEXO

REGIMENTO ELEITORAL
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
SEÇÃO I
DA ELEIÇÃO E DO VOTO

Art. 1º - O presente Regimento Eleitoral tem por objetivo normatizar o processo eleitoral para a eleição de 28 (vinte e oito) Membros do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL, sendo 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 03 (três) anos e 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 06 (seis) anos. Art. 2º - A eleição realizar-se-á dia 20 de Setembro de 2018, na sede do CREF19/AL situada na Rua Dr. José de Castro Azevedo, 370, Pitanguinha - Maceió/AL, das 9h às 17h, mediante Edital de Convocação da Eleição, e reger-se-á pelos dispositivos estabelecidos neste Regimento, aprovado em Reunião do Plenário do CONFEF, sendo o mesmo complementar ao seu Estatuto. Art. 3º - Em atendimento ao princípio da ampla divulgação, fica ao encargo do CONFEF o envio a todos os Profissionais de Educação Física registrados no Sistema CONFEF/CREFs de correspondência sobre a realização da eleição. Art. 4º - Só poderá votar o Profissional de Educação Física registrado no CREF19/AL, em pleno gozo de seus direitos estatutários e com mais de 01 (um) ano de registro ininterrupto, de acordo com o artigo 67 do Estatuto do CREF19/AL c/c artigo 115 do Estatuto do CONFEF. Parágrafo único - Somente poderão votar os Profissionais de Educação Física que estiverem em situação regular e em dia com suas anuidades e obrigações estatutárias. Art. 5º - O voto é secreto, direto e pessoal e será exercido pelo Profissional de Educação Física que estiver apto a votar na área de abrangência do CREF19/AL. § 1º - Serão aceitos como justificativa do não exercício do direito ao voto, os seguintes fatos: I - impedimento legal ou força maior; II - enfermidade; III - ausência da abrangência territorial; IV - ter o Profissional de Educação Física completado 70 (setenta) anos de idade; V - outros que venham a ser aceitos pelo CREF19/AL. § 2º - A justificativa de que trata o parágrafo primeiro deste artigo, exceto no caso do inciso IV, que é automática, deverá ser apresentada acompanhada da respectiva comprovação ao CREF19/AL até 30 (trinta) dias após a data da eleição. Art. 6º - O CREF19/AL adotou, mediante aprovação do respectivo Plenário, as formas de voto abaixo elencadas: I - por comparecimento pessoal do Profissional de Educação Física a sede do CREF19/AL; ou II - por correspondência, encaminhada, obrigatoriamente, via postal. § 1º - Dentre as formas de voto ofertadas, o votante poderá escolher a que melhor lhe convier. § 2º - Nos casos de voto por comparecimento pessoal, este só poderá ocorrer no dia da eleição e durante o horário estabelecido no art. 2º deste Regimento, sendo proibido o recebimento dos votos em outra data. § 3º - Ocorrendo a modalidade de voto por comparecimento pessoal, o Profissional de Educação Física deverá apresentar, no momento da votação, a Cédula de Identidade Profissional, e na sua ausência, original da Carteira de Identidade expedida por Órgão Público ou da Carteira Nacional de Habilitação.

SEÇÃO II
DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ELEIÇÃO

Art. 7º - O Edital de Convocação da eleição será publicado no Diário Oficial da União e veiculado na página eletrônica do CREF19/AL no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, e deverá indicar: I - data, horário de início e de encerramento da eleição, bem como endereços dos locais de votação; II - a informação de que a nominata dos Profissionais aptos a votar estará disponível na página eletrônica do CREF19/AL; III - a obrigatoriedade dos Profissionais atenderem aos requisitos exigidos para o exercício do direito de voto, nos termos do art. 4º deste Regimento Eleitoral; IV - a indicação do local onde será divulgada a relação das chapas registradas.

SEÇÃO III
DOS REQUISITOS PARA EXERCER O MANDATO DE CONSELHEIRO NO CREF19/AL

Art. 8º - É elegível para Membro do CREF19/AL, inclusive para Suplente, somente o Profissional de Educação Física que, além de outras exigências legais, preencher os requisitos e condições básicas elencadas no artigo 73 c/c artigo 76 do Estatuto do CREF19/AL, bem como no artigo 124 c/c art. 125 do Estatuto do CONFEF, abaixo relacionados: I - ser cidadão brasileiro ou naturalizado; II - possuir curso superior de Educação Física; III - estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais; IV - possuir registro profissional por, pelo menos, 02 (dois) anos ininterruptos; V - ter votado ou justificado o voto na última eleição; VI - não ter realizado administração danosa no Sistema CONFEF/CREFs, segundo apuração em inquérito, cuja decisão tenha transitado em julgado na instância administrativa; VII - não ter contas rejeitadas pelo CREF19/AL; VIII- não estiver cumprindo pena imposta pelo Sistema CONFEF/CREFs; IX - não estiver inadimplente com os pagamentos de anuidades, contribuições, taxas e multas do Sistema CONFEF/CREFs; X - não ter sido condenado por crime doloso, ao qual se aplica pena de reclusão, transitado em julgado, enquanto persistirem os efeitos da pena; XI - não ter sido destituído de cargo, função ou emprego, por efeito de causa relacionada à prática de ato de improbidade na administração pública ou no exercício de representação de entidade de classe, decorrente de sentença transitada em julgado; XII - não for inadimplente em quaisquer prestações de contas, em decisão administrativa definitiva. § 1º - O atendimento dos requisitos e exigências de que trata este artigo, será feito através de declaração do candidato, devidamente assinada, que responderá por sua veracidade, sob as penas da lei. § 2º - A inclusão ou omissão de dados de forma fraudulenta, na declaração a ser prestada à Comissão Eleitoral do CREF19/AL para registro no pleito, resultará em instauração de processo disciplinar e ético, podendo resultar em aplicação de penalidade prevista no Código de Ética do Profissional de Educação Física, no Estatuto do CONFEF e do CREF19/AL e/ou na declaração da perda de condição de concorrer a qualquer vaga no âmbito do Sistema CONFEF/CREFs, pelo prazo de até 05 (cinco) anos. § 3º - O CREF19/AL poderá, através de decisão motivada da Comissão Eleitoral, tomar diligências necessárias à apuração da veracidade do conteúdo inserido pelos candidatos na declaração de que trata o parágrafo primeiro acima. § 4º - Em relação aos candidatos do CREF15/PI-MA, CREF16/RN, CREF17/MT, CREF18/PA-AP, CREF19/AL e CREF20/SE, a exigência contida no inciso V deste artigo diz respeito à última eleição ocorrida no CREF5/CE, CREF10/PB, CREF11/MS, CREF12/PE e CREF13/BA respectivamente, haja vista tais Profissionais serem registrados na época da última eleição ocorrida em tais CREFs.

SEÇÃO IV
DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 9º - Para execução do procedimento eleitoral no Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região, o CREF19/AL nomeará uma Comissão Eleitoral mediante Resolução, que será publicada no Diário Oficial da União, e, que será composta de 05 Membros, dos quais 01 (um) será o Presidente, 02 (dois) serão Membros Efetivos e 02 (dois) serão Membros Suplentes. Parágrafo único - É vedado participar da Comissão os candidatos, seus parentes, consanguíneos e afins até o 2º grau, inclusive, os respectivos cônjuges, bem como os empregados do CREF19/AL. Art. 10 - À Comissão Eleitoral compete: I - acompanhar todos os prazos estabelecidos nas Diretrizes Eleitorais emanadas pelo CONFEF e neste Regimento Eleitoral; II - analisar os requerimentos de registro das chapas, deliberando sobre o deferimento ou indeferimento dos mesmos; III - apreciar as impugnações que forem oferecidas no curso de todo o processo eleitoral; IV - aprovar o modelo da cédula eleitoral; V - rubricar as cédulas eleitorais; VI - elaborar a carta de instrução de voto a ser encaminhada aos Profissionais aptos a votar, juntamente com a carta voto, onde deverá constar orientação sobre o procedimento de votação, data da eleição e horário limite para recebimento do voto no CREF19/AL, casos de nulidade do voto, hipóteses e data para justificativa de ausência a eleição; VII - disciplinar, fiscalizar e acompanhar o envio da carta-voto; VIII - promover o lacre na urna receptora dos votos por correspondência; IX - responsabilizar-se pelo horário do início e término da eleição, no dia marcado para o pleito; X - compor a mesa de votação desde o início até o fim do processo eleitoral; XI - dar por aberto e por encerrado o processo de votação; XII - atuar no processo de voto por comparecimento pessoal, procedendo a: a) identificação dos votantes; b) verificação das assinaturas na folha de votação; c) observação da colocação das cédulas nas urnas lacradas; d) abertura da urna lacrada, confrontando os números de votos com a folha de votação, após o término da votação; XIII - atuar no processo de voto por correspondência, procedendo: a) abertura da urna lacrada, retirando os envelopes pré-endereçados; b) confronto do nome dos votantes com a folha de votação; c) retirada dos envelopes pardos de dentro dos envelopes pré-endereçados; d) retirada das cédulas eleitorais de dentro dos envelopes pardos, colocando-as de volta na urna; XIV - abrir as urnas lacradas referentes aos votos por comparecimento pessoal e por correspondência, procedendo à contagem de votos depositados; XV - confrontar a relação da folha de votação dos votos por correspondência com a folha de votação dos votos por comparecimento pessoal; XVI - proceder ao escrutínio dos votos;

XVII - declarar a chapa vencedora; XVIII - confeccionar o relatório e a ata circunstanciada da eleição; XIX - encaminhar ao Presidente do CREF19/AL o resultado do pleito, através de carta da Comissão Eleitoral, com protocolo, onde estejam anexados os relatórios e as atas da eleição. Art. 11 - Após a homologação da eleição, pelo Plenário do CREF19/AL, a Comissão Eleitoral será automaticamente extinta.

CAPÍTULO II
DAS CHAPAS
SEÇÃO I
DO REGISTRO

Art. 12 - O requerimento de registro das chapas deverá conter, obrigatoriamente, a nominata completa dos 28 (vinte e oito) Membros do CREF19/AL, sendo indicado o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 03 (três) anos e o nome dos 10 (dez) Membros Efetivos e 04 (quatro) Membros Suplentes, para mandato de 06 (seis) anos, com seus respectivos números de registro no CREF19/AL e assinaturas, bem como a indicação do candidato representante da chapa junto ao CREF19/AL e o nome fantasia da mesma, nos termos do art. 70 do Estatuto do CREF19/AL. § 1º - O candidato a Conselheiro poderá registrar-se em, apenas, uma chapa. § 2º - O requerimento de que trata o caput deste artigo não poderá apresentar rasuras. § 3º - No momento do registro, cada chapa deverá apresentar a declaração mencionada no §1º do artigo 8º do presente Regimento, bem como assinar o termo de que trata o artigo 47 deste Regimento. § 4º - O requerimento de registro das chapas deverá ser assinado e entregue pelo representante da chapa e dirigido, em duas vias, ao Presidente da Comissão Eleitoral. § 5º - Cada chapa, ao ser apresentada no CREF19/AL, receberá um protocolo de registro, e será numerada de acordo com a ordem de entrada. § 6º - O número de ordem de registro será o número da chapa concorrente. § 7º - As chapas que cometerem qualquer irregularidade tanto em referência ao registro de candidatos não habilitados, quanto às normas estabelecidas neste Regimento serão automaticamente desqualificadas para concorrerem à eleição. Art. 13 - O prazo para registro das chapas será aberto 120 (cento e vinte) dias antes da data marcada para a eleição, encerrando-se 60 (sessenta) dias antes da mesma. Art. 14 - A Comissão Eleitoral analisará o registro das chapas, deferindo-os ou indeferindo-os, no primeiro dia útil após o final do prazo de registro. Art. 15 - Do despacho que indeferir o requerimento de registro das chapas caberá recurso a ser interposto pelo representante da chapa ao Presidente da Comissão Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da decisão do mesmo. § 1º - Os recursos referidos no caput deste artigo serão julgados pela Comissão Eleitoral dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do protocolo dos mesmos. § 2° - Após o julgamento de que trata o §1º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial da União ou mediante veiculação na página eletrônica do CREF19/AL.§ 3º - Os recursos oriundos de indeferimento de chapas terão efeito somente devolutivo. § 4º - São preclusivos os prazos para interposição dos recursos. Art. 16 - No prazo de até 05 (cinco)dias úteis após o deferimento das chapas ou da data da decisão que julgar o último recurso/impugnação interposto, o CREF19/AL encaminhará para publicação no Diário Oficial da União ou Diário Oficial do Estado de Alagoas, bem como veiculará em sua página eletrônica do CREF19/AL , a relação das chapas registradas pela ordem de registro, com os nomes fantasias, indicando os nomes e números de registro nos CREFs dos seus respectivos integrantes.

SEÇÃO II
DOS DIREITOS DAS CHAPAS REGISTRADAS

Art. 17 - O CREF19/AL se compromete a viabilizar, mediante solicitação escrita das chapas, o envio aos eleitores, via postal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis a contar do dia seguinte a entrega, a proposta eleitoral das chapas que tiverem seu registro deferido pela Comissão Eleitoral, desde que cumpridas às seguintes condições: I - entregar no CREF19/AL as etiquetas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

necessárias para endereçamento, a fim de que o CREF19/AL imprima as etiquetas e envie à agência do Correios; II - entregar, na agência do Correios indicada pelo CREF19/AL, os envelopes fechados contendo a proposta eleitoral; III - custear os serviços de etiquetagem e remessa das correspondências. § 1º - A solicitação supracitada deverá ser entregue por escrito à Secretaria da Comissão Eleitoral, acompanhada das etiquetas de que trata o inciso I deste artigo. § 2º - O não pagamento das despesas previstas no caput deste artigo implicará o cancelamento do envio das propostas pelo CREF19/AL, sem prejuízo das medidas legais cabíveis para reparação dos danos eventualmente causados ao patrimônio do Conselho. Art. 18 - Poderão ser enviadas aos Profissionais aptos a votar, juntamente com o material de votação, as propostas eleitorais das chapas registradas que estiverem em conformidade com a legislação eleitoral vigente, bem como com o Código de Ética do Profissional de Educação Física, e sejam entregues na sede do CREF19/AL, impreterivelmente, antes do 40º (quadragésimo) dia que anteceda a data da eleição, devendo tal material ser impresso em 01 (uma) folha A4 (210 x 297 mm) de cor branca e gramatura 75 g/m^2. Parágrafo único - O envio de que trata o caput deste artigo será custeado pelo CREF19/AL. Art. 19 - Serão disponibilizadas na página eletrônica do CREF19/AL, no espaço reservado para eleição, as propostas eleitorais das chapas registradas encaminhadas ao CREF19/AL, no mínimo, 10 (dez) dias antes da data da eleição, para o endereço eletrônico do CREF19/AL. Art. 20 - Será vedada a distribuição e veiculação de proposta eleitoral pelos meios de comunicação do CREF19/AL que contenha: I - conteúdo vexatório e atentatório à imagem do Sistema CONFEF/CREFs; II - manifestações contrárias à legislação; III - conteúdo discriminatório; IV - conteúdo contrário ao Código de Ética do Profissional de Educação Física; V - referência a patrocínios de qualquer espécie; VI - quaisquer outras manifestações que sejam consideradas impróprias pela Comissão Eleitoral. Art. 21 - Cada chapa poderá obter o credenciamento de até 02 (dois) fiscais para cada local de votação, bem como para cada mesa apuradora. § 1º - O requerimento para o credenciamento disposto no caput deste artigo deverá ser feito no mínimo 10 (dez) dias antes da data da eleição. § 2º - A credencial fornecida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, a requerimento dos representantes das chapas, autorizará a fiscalização unicamente perante o local para qual for solicitada. § 3º - A Comissão Eleitoral do CREF19/AL deliberará em reunião, com antecedência mínima de até 30 (trinta) dias da data de eleição, o número de mesas apuradoras.

CAPÍTULO III

DAS CÉDULAS ELEITORAIS

Art. 22 - As cédulas eleitorais serão confeccionadas nos moldes aprovados pela Comissão Eleitoral e distribuídas exclusivamente pelo CREF19/AL, devendo ser impressas em tinta preta, com tipos uniformes de letras e papel branco, opaco e pouco absorvente, contendo todas as chapas e os nomes fantasias das mesmas. § 1º - Os nomes das chapas registradas deverão figurar de acordo com a ordem de registro das mesmas. § 2º - A cédula será confeccionada de maneira tal que ao estar dobrada resguarde o sigilo do voto sem que seja necessário o emprego de cola para fechá-la. § 3º - As cédulas eleitorais utilizadas na votação por comparecimento pessoal do Profissional e na votação por correspondência poderão ser descartadas após a homologação da eleição pelo Plenário do CREF19/AL. Art. 23 - As cédulas eleitorais deverão, obrigatoriamente, estar rubricadas, na parte frontal, por pelo menos 02 (dois) Membros da Comissão Eleitoral, ou conter, também na parte frontal, selo de segurança fornecido pelo CONFEF.

CAPÍTULO IV

DA VOTAÇÃO

Art. 24 - O CREF19/AL providenciará duas urnas lacradas distintas, sendo uma utilizada para os votos por comparecimento pessoal e outra para os votos por correspondência.

SEÇÃO I

DO VOTO POR CORRESPONDÊNCIA

SUBSEÇÃO I

DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO

Art. 25 - O CREF19/AL enviará aos Profissionais o material necessário à prática do ato, com a antecedência de 35 (trinta e cinco) a 30 (trinta) dias da data marcada para eleição, contendo: I - instruções para votação; II - lista com a composição das chapas registradas; III - um exemplar da cédula eleitoral rubricada, onde constará somente o número de registro e o nome fantasia de cada chapa concorrente; IV - um envelope pardo para a cédula eleitoral; V - um envelope pré-endereçado para que o votante possa remeter o material de votação. Parágrafo único - Poderão também ser enviadas juntamente com os documentos elencados no caput deste artigo as propostas eleitorais das chapas registradas conforme o art. 17 deste Regimento.

SUBSEÇÃO II

DO SISTEMA DE VOTAÇÃO

Art. 26 - O sistema de voto por correspondência observará as seguintes normas: I - o eleitor usará exclusivamente o material a ele remetido pela Comissão Eleitoral do CREF19/AL, principalmente, no que diz respeito à cédula eleitoral; II - o voto por correspondência será encaminhado pelo Profissional para a Sede do CREF19/AL, qual seja, Rua Dr. José de Castro Azevedo, 370, Pitanguinha, Maceió/AL - CEP 57052-240, devendo constar no verso do envelope pré-endereçado o nome, por extenso, em letra de forma, número de registro no respectivo CREF e o endereço do votante; III - as cartas contendo os votos deverão ser encaminhadas através de correspondência, endereçada ao Presidente da Comissão Eleitoral; IV - somente serão computados os votos que forem recebidos até 17h as horas do dia 20 de setembro de 2018, cabendo a cada Profissional remetê-lo com a antecedência devida. § 1º - É de inteira responsabilidade do Profissional de Educação Física o prazo do envio da correspondência. § 2º - Os Profissionais que desejarem poderão enviar sua correspondência através de A.R. (Aviso de Recebimento) para se certificar que a sua carta foi recebida pela Comissão Eleitoral do CREF19/AL. § 3º - Será aceito para fins de cumprimento do direito ao voto, sem, contudo, ser contabilizado, o voto postado pelo Profissional em data anterior a da eleição, mas que não tenha atendido os requisitos descritos no inciso IV deste artigo.

SUBSEÇÃO III

DO RECEBIMENTO DOS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA PELO CREF19/AL

Art. 27 - O CREF19/AL, ao receber a correspondência relativa aos votos por correspondência, deverá guardá-los numa urna lacrada especificamente para esse fim, a ser mantida, exclusivamente, na Sede do CREF ou da Seccional/Delegacia. § 1º - O CREF19/AL assinalará na lista de votantes o dia e a hora em que os votos de que trata o caput deste artigo forem entregues pelo Correios. § 2º - No dia marcado para eleição o CREF19/AL entregará a urna lacrada ao Presidente da Comissão Eleitoral. § 3º - Havendo mais de um voto do mesmo Profissional, o CREF19/AL o guardará em separado, entregando-os à respectiva Comissão Eleitoral no dia da eleição, para julgamento do fato.

SEÇÃO II

DO VOTO POR COMPARECIMENTO PESSOAL

Art. 28 - A modalidade de votos por comparecimento pessoal só poderá ocorrer de forma presencial pelo respectivo Profissional no dia da eleição e durante o horário estabelecido no art. 2º deste Regimento, sendo proibido o recebimento dos votos em outra data.

SUBSEÇÃO I

DO MATERIAL PARA VOTAÇÃO

Art. 29 - O Presidente do CREF19/AL deverá entregar ao Presidente da Comissão Eleitoral até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a eleição, o seguinte material para o exercício do voto por comparecimento pessoal: I - cédulas eleitorais; II - urna(s); III - cabine(s); IV - relação das chapas concorrentes, a qual deverá ser afixada em lugar visível, no recinto da votação; V - listas de votantes; VI - envelopes para remessa ao Presidente do CREF19/AL dos documentos relativos à eleição; VII - canetas de cor preta ou azul, exclusivamente, e papéis necessários aos trabalhos eleitorais; VIII - uma cópia desta Resolução; IX - qualquer outro material que o Presidente do CREF19/AL julgue conveniente ao regular funcionamento da eleição.

SUBSEÇÃO II

DO SISTEMA E DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO

Art. 30 - O período de votação será de 8h horas consecutivas, tendo início às 9h, observando-se, quanto ao ato de votar, as seguintes normas: I - ao adentrar no recinto de votação, o eleitor apresentará um dos documentos elencados no parágrafo 3º do art. 6º deste Regimento, assinará a lista de votantes e receberá a cédula eleitoral rubricada, passando, em seguida, à cabine indevassável; II - na cabine indevassável, o eleitor assinalará a chapa de sua preferência e dobrará a cédula eleitoral; III - ao sair da cabine, o eleitor depositará a cédula eleitoral na urna. Parágrafo único - Em caso de utilização de urnas eletrônicas na eleição, será seguida a orientação do respectivo Tribunal Regional Eleitoral - TRE. Art. 31 - A votação não sofrerá interrupção, salvo, por caso fortuito ou força maior. Art. 32 - O local de votação terá cabines indevassáveis. Art. 33 - No local de votação, a autoridade máxima será exercida pelo Presidente da Comissão Eleitoral, sendo vedada a permanência de Conselheiros, servidores, Profissionais ou quaisquer outras pessoas que não estejam exercendo o direito de voto ou trabalhando na eleição, salvo autorização expressa do Presidente da Comissão Eleitoral.

SUBSEÇÃO III

DO SIGILO DO VOTO

Art. 34 - O sigilo do voto é assegurado mediante a adoção das seguintes providências: I - uso de cédula eleitoral oficial; II - isolamento do eleitor, em cabine indevassável para o único efeito de indicar, na cédula eleitoral, a chapa de sua escolha; III - verificação da autenticidade da cédula eleitoral oficial à vista das rubricas.

CAPÍTULO V

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

SEÇÃO I

DO CONFRONTO DAS LISTAS DE VOTANTES

Art. 35 - Antes de iniciar o cômputo dos votos, a Comissão Eleitoral confrontará a lista de votos por correspondência com as listas de votos por comparecimento pessoal de todos os locais onde houver eleição. § 1º - Havendo mais de um voto por correspondência emitido pelo mesmo Profissional, a Comissão Eleitoral decidirá o procedimento a ser adotado, com aquiescência dos fiscais das chapas, assinalando na ata o critério adotado. § 2º - Desde que o Profissional exerça o voto de forma presencial, serão desconsiderados os votos exercidos por qualquer outra forma.

SEÇÃO II

DA APURAÇÃO DOS VOTOS POR COMPARECIMENTO PESSOAL DO PROFISSIONAL

Art. 36 - De posse das urnas lacradas e da lista de votantes, o Presidente da Comissão convidará os demais Membros da mesma a procederem à apuração, observando os seguintes procedimentos: I - abertura da urna lacrada e contagem das cédulas eleitorais, confrontando-as com o número de presença nas folhas de votação; II - leitura dos votos, cédula por cédula; III - contagem e proclamação do resultado da urna; IV - lavratura da ata de apuração.

SEÇÃO III

DA APURAÇÃO DOS VOTOS POR CORRESPONDÊNCIA

Art. 37 - Recebida a lista dos votantes e as urnas lacradas contendo os votos por correspondência, o Presidente da Comissão procederá à apuração, observando os seguintes procedimentos: I - abertura da urna, verificando em cada um dos envelopes pré-endereçados devidamente fechados se o nome do eleitor consta da lista de votantes e rubricando ao lado; II - abertura dos envelopes pré-endereçados fechados, deles retirando os envelopes pardos, que deverão conter as cédulas eleitorais, colocando-os em uma urna; III - contagem dos envelopes pardos confrontando-os com o número de votos nas folhas de votação; IV - se o número de envelopes pardos for igual ao de votantes, verificado nas respectivas listas, far-se-á a apuração; V - abertura dos envelopes pardos fechados na presença dos fiscais das chapas, procedendo-se à retirada dos votos dos mesmos; VI - contagem dos votos; VII- proclamação do resultado da urna; VIII - lavratura da ata de apuração; Parágrafo único - No momento em que o Presidente da Comissão verificar que o eleitor não está em pleno gozo de seus direitos estatutários ou seu nome não conste da folha de votação, o mesmo desconsiderará o voto, não procedendo assim em relação ao mesmo, aos atos do inciso II e seguintes deste artigo.

SEÇÃO IV

DO CÔMPUTO GERAL DOS VOTOS

Art. 38 - O cômputo geral dos votos dar-se-á da seguinte forma: I - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por comparecimento pessoal; II - apuração do número de votos para cada chapa, contabilizando os votos válidos, votos brancos e votos nulos dos votos por correspondência; III - se o número total de cédulas eleitorais não corresponder ao número de votantes e não for comprovada fraude, a Comissão Eleitoral, com aquiescência dos fiscais de todas as chapas, decidirá o procedimento a ser adotado, de modo que revele a maior transparência e isenção possível, assinalando na ata o critério adotado; IV - a soma do resultado apurado nas urnas dos votos por comparecimento pessoal dos Profissionais com o resultado apurado nas urnas dos votos por correspondência; V - acolhimento de recursos; VI - proclamação do resultado do pleito, após, encerrado o prazo recursal, informando a chapa com maior número de votos válidos. § 1º - Caso haja interposição de recurso em face do resultado apresentado pela Comissão, a proclamação final do resultado do pleito será realizada após julgados os recursos eventualmente interpostos, informando a chapa vencedora. § 2º - Em caso de empate, será proclamada vencedora a chapa onde estiver o candidato com maior idade e, persistindo o empate, vence a chapa onde estiver o candidato com o número de registro mais antigo no CREF19/AL.

CAPÍTULO VI

DO RECURSO

Art. 39 - Caso ocorram, no entendimento de alguma chapa concorrente, irregularidades no decorrer da eleição ou na apuração dos votos, poderá ser interposto recurso dirigido à Comissão Eleitoral, por escrito e fundamentado, dentro do prazo de 02 (duas) horas após a proclamação dos resultados. § 1º - É preclusivo o prazo mencionado no caput deste artigo, para interposição de recursos. § 2º - O recurso a que alude o caput deste artigo será recebido pela Comissão Eleitoral no efeito suspensivo. § 3º - A Comissão Eleitoral julgará o recurso de que trata o caput deste artigo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de interposição do recurso. § 4° - Após o julgamento de que trata o § 3º deste artigo, a Comissão Eleitoral dará ciência às chapas registradas da decisão do recurso, através de publicação no Diário Oficial da União.

CAPÍTULO VII

DAS NULIDADES

Art. 40 - Considera-se nulo o voto: I - se o envelope pré-endereçado não estiver devidamente fechado e lacrado; II - se o verso do envelope pré-endereçado não contiver os requisitos descritos no inciso II do artigo 26 deste Regimento; III - se a cédula não corresponder ao modelo oficial; IV - se o eleitor assinalar ou riscar qualquer nome na cédula eleitoral; V - se a cédula eleitoral não estiver rubricada pela Comissão Eleitoral; VI - se a cédula eleitoral contiver expressão, frase ou sinal que possam identificar o voto; VII - se o eleitor não utilizar caneta azul ou preta para assinalar a chapa escolhida; VIII - se o eleitor assinalar seu voto, para mais de uma chapa; IX - se o envelope pardo não contiver a cédula eleitoral; X - se o envelope pardo não estiver devidamente fechado e lacrado; XI - se o envelope pré-endereçado não contiver o envelope pardo. Art. 41 - Considerar-se-á nula a eleição quando a nulidade atingir a mais de metade do número de Profissionais de Educação Física aptos a votar no CREF19/AL. § 1º - Considerar-se-á nula também a votação nos seguintes casos: I - se for realizada em dia ou local diferentes do designado; II - se não forem observados os preceitos estabelecidos neste Regimento Eleitoral. § 2º - Ocorrendo as nulidades previstas no caput e no parágrafo primeiro deste artigo, o CREF19/AL marcará, em até 20 (vinte) dias a contar do recebimento do resultado do pleito, nova eleição a ser realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da marcação. § 3º - As nulidades serão pronunciadas pela Comissão Eleitoral quando a mesma tiver conhecimento dos atos e/ou de seus efeitos que se encontrarem provados, não lhe sendo lícito supri-las.

CAPÍTULO VIII

DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS FINAIS

Art. 42 - Terminados os trabalhos, e após decorrido o prazo recursal, o Presidente da Comissão Eleitoral declarará encerrada a apuração e será lavrada ata que será assinada pelos integrantes da Comissão, fiscais das chapas e pelos presentes que o desejarem, da qual constará: a) nome e função de todos que assinarem a ata; b) número dos Profissionais aptos a votar; c) número dos Profissionais que votaram; d) indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por correspondência; e) indicação dos votos válidos, brancos e nulos dos votos por comparecimento pessoal; f) indicação da totalidade dos votos válidos, brancos e nulos, apontando o percentual de votantes; g) relatório sintético das ocorrências. Parágrafo único - Havendo interposição de recurso, a eleição somente será declarada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

encerrada, após o julgamento do mesmo, momento em que será lavrada ata assinada pelos integrantes da Comissão Eleitoral. Art. 43 - O Presidente da Comissão Eleitoral, após declarar encerrada a eleição, informará ao Presidente do CREF19/AL, mediante correspondência da Comissão a ser protocolizada no primeiro dia útil após a proclamação do resultado do pleito, a chapa vencedora. Art. 44 - No prazo de até 07 (sete) dias, a contar da data do recebimento do resultado do pleito, o CREF19/AL enviará ao respectivo Plenário para homologação, o resultado da eleição. Após tal homologação, o CREF19/AL enviará a mesma, em até 04 (quatro) dias úteis, ao Diário Oficial da União para publicação e veiculará em sua página eletrônica do CREF19/AL, o nome da chapa vencedora, com o nome de seus respectivos Membros e números de registro junto ao CREF19/AL.

CAPÍTULO IX

DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 45 - Ao Presidente do CREF19/AL compete organizar o processo eleitoral em duas vias, uma das quais será enviada ao CONFEF e a outra arquivada no CREF19/AL, cujas peças essenciais são as seguintes: a) ato de instituição dos integrantes da Comissão Eleitoral; b) Regimento Eleitoral; c) exemplares originais ou cópias autenticadas do Diário Oficial onde foram publicados o Edital de Convocação para eleição, o extrato do Regimento Eleitoral, a indicação do endereço eletrônico onde consta a lista dos Profissionais aptos a votar, as chapas registradas e a chapa vencedora, dentre outras publicações pertinentes à eleição ocorrida; d) carta enviada, pelo CONFEF, aos Profissionais de Educação Física de que trata o artigo 3º deste Regimento; e) todos os documentos veiculados na página eletrônica do CREF19/AL, na data da publicação no Diário Oficial da União; f) todas as publicações que fizeram alusão à eleição, por ordem cronológica; g) documentos referentes aos requerimentos de registro de chapas; h) deliberações aprovando os registros de chapas; i) lista autêntica dos votantes; j) exemplar original da cédula eleitoral e envelopes utilizados no pleito; k) carta de instrução de voto; l) propostas eleitorais entregues pelas chapas, quando houver; m) relatórios e atas dos trabalhos eleitorais; n) recursos apresentados; o) resultado do julgamento dos recursos; p) carta da Comissão Eleitoral enviada ao CREF19/AL informando a chapa vencedora, devidamente protocolada. § 1º - Os documentos originais elencados neste artigo deverão integrar o processo eleitoral do CREF19/AL. § 2º - O processo eleitoral que será encaminhado ao CONFEF deverá ser instruído com as cópias dos documentos relacionados neste artigo, com exceção do documento disposto na alínea "j", que deverá ser original. Art. 46 - A Diretoria do CREF19/AL encaminhará ao CONFEF, através de ofício assinado pelo Presidente, uma via do processo eleitoral para a devida homologação, no prazo de 07 (sete) dias após a aprovação do resultado do pleito pelo respectivo Plenário.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47 - As chapas concorrentes ao registrarem suas candidaturas junto ao CREF19/AL, deverão receber todas as informações sobre o procedimento eleitoral e assinar, através do representante da chapa, um termo de reconhecimento legal das decisões do Plenário do CREF19/AL e da Comissão Eleitoral. Art. 48 - A chapa proclamada vencedora será empossada após a homologação pelos Plenários do CREF19/AL e do CONFEF. Art. 49 - O CREF19/AL veiculará em sua página eletrônica a relação dos Profissionais de Educação Física que exerceram o direito ao voto, com base na relação fornecida pela respectiva Comissão Eleitoral, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a eleição. Parágrafo único - A relação de que trata o caput deste artigo será o comprovante de votação. Art. 50 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Eleitoral. Art. 51 - Este Regimento Eleitoral foi aprovado em Reunião do Plenário do CREF19/AL realizada no dia 25 de abril de 2018, entrando em vigor nesta data e perdendo sua validade imediatamente após a posse dos novos Membros do Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região - CREF19/AL.

CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS

DECISÃO NORMATIVA Nº 54, DE 31 DE AGOSTO DE 2017

Dispõe sobre as condições para deferimento pela Coordenação do Defis das solicitações de concessão de diárias para municípios com distância de até 100 Km da sede ou subseções.

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE ENFERMAGEM DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais consignadas no Regimento Interno e,

Considerando o art. 4º da Resolução Cofen nº 471/2015, que dispõe que "a concessão e o pagamento de diárias pressupõem a observância do interesse público e que o motivo do deslocamento esteja comprovado e justificado, observada a pertinência entre a razão do deslocamento e as atribuições das atividades desempenhadas";

Considerando o § 2º do art. 7° da Resolução Cofen nº 471/2015, que estabelece que "o disposto neste artigo não se aplica: a) nos casos em que o deslocamento do domicílio ou da sede do Conselho de Enfermagem ocorra dentro da respectiva região metropolitana, assim como aglomeração urbana ou microrregião, constituída por municípios limítrofes e regularmente instituídos, em um raio de até 100 km (cem quilômetros) da sede do respectivo conselho; b) na hipótese anterior, havendo a comprovada necessidade de pernoite, poderá ser aplicado o disposto nos incisos I, II e III deste artigo, desde que acolhida a justificativa de quem solicitou o pagamento pela autoridade competente."

Considerando o art. 9°, do Anexo II (Manual de Procedimentos para a formalização do processo de concessão de diárias e passagens) da Decisão Normativa Coren-MG n° 53 de 25/06/2015;

Considerando o art. 37 da Constituição Federal de 1988, que trata do princípio da eficiência na administração pública, segundo o qual é dever da Administração Pública Direta e Indireta atuar com economicidade, produtividade, otimizando seus resultados e reduzindo custos operacionais, resolve:

Art.1° A disponibilização de diárias para municípios localizados até 100 Km de distância da sede ou subseção, deverá obedecer esta normativa.

Art. 2° Para municípios localizados até 100 Km de distância da sede ou subseção, poderão ser disponibilizadas diárias mediante apresentação de justificativa pelo enfermeiro fiscal e avaliação pela Coordenação do Defis.

§ 1° A justificativa de que trata o caput deste artigo deverá ser encaminhada no modelo do anexo I.

§2º A justificativa deverá constar das seguintes informações:

a) nome do município que será visitado;

b) distância entre a sede ou subseção e o município;

c) tempo de deslocamento entre a sede ou subseção e o município;

d) se há risco ou dificuldade no trajeto;

e) motivo da visita;

f) tempo previsto para visita (em caso de visita de rotina, informar o tempo conforme a classificação de complexidade de serviços);

g) irregularidades que o serviço possui;

h) número de serviços que o município possui e se serão visitados;

I) número de pessoas que serão ouvidas, no caso de averiguação prévia;

J) outras a constar no campo Observações/Justificativas do anexo I.

Art. 3° Sempre que possível, o fiscal deverá prever outras atividades nos serviços do município ou de municípios próximos a fim de justificar a utilização da diária, como atividades de cunho fiscalizatório ou retornos de Pad.F, por exemplo.

Parágrafo único: Caso não seja possível a previsão de que trata o caput deste artigo, o fiscal deverá apresentar justificativa no campo Observações/Justificativas do anexo I.

Art. 4º Após deferimento pela Coordenação, as solicitações de diária serão encaminhadas para o Presidente. Belo Horizonte, 31 de agosto de 2017.

MARCOS RUBIO
COREN-MG 56684
Presidente do Conselho

KACIANE KRAUSS B. O. LOURENÇO
COREN-MG 100045
1ª Secretária

CONSELHO REGIONAL DE ODONTOLOGIA DE SÃO PAULO

ACÓRDÃO Nº 46

Fica devidamente intimada por edital a CLÍNICA UP ASSISTÊNCIA ODONTOLÓGICA LTDA, inscrita no CROSP sob n.º 5004, por falta de atualização cadastral junto a este Conselho e por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, a fim de que designe sócio ou representante para que compareça na sede do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, sita à Avenida Paulista, n.º 688, Bela Vista, SP, CEP 01310-909, 7º andar, para tomar ciência do v. acórdão proferido nos autos do processo n.º 046/2016, e, após, caso assim o queira, para que interponha recurso ao Conselho Federal de Odontologia, que deverá ser interposto e protocolado neste CROSP, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua ciência. O prazo do edital terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, findo o qual será dado prosseguimento do feito para a execução do acórdão.

MARCOS JENAY CAPEZ
Presidente do Conselho
Em exercício

ACÓRDÃO Nº 158

Fica devidamente intimada por edital a Clinica Odontológica Sourire Ltda ME, inscrita no CROSP sob n.º 13117, por falta de atualização cadastral junto a este Conselho e por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, a fim de que designe sócio ou representante a fim de comparecer na sede do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, sita à Avenida Paulista, n.º 688, Bela Vista, SP, CEP 01310-909, 7º andar, para tomar ciência do v. acórdão proferido nos autos do processo n.º 158/2017, e após, caso assim o queira, para que interponha recurso ao Conselho Federal de Odontologia, que deverá ser interposto e protocolado neste CROSP, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua ciência. O prazo do edital terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, findo o qual será dado prosseguimento do feito para a execução do acórdão.

MARCOS JENAY CAPEZ
Presidente do Conselho
Em exercício

ACÓRDÃO PE Nº 90

Fica devidamente intimado por edital o CD ADEMIR ANTONIO DE AZEVEDO, inscrito no CROSP sob n.º 21416, por falta de atualização cadastral junto a este Conselho e por encontrar-se em lugar incerto e não sabido, a fim de comparecer na sede do Conselho Regional de Odontologia de São Paulo, sita à Avenida Paulista, n.º 688, Bela Vista, SP, CEP 01310-909, 7º andar, para tomar ciência do v. acórdão proferido nos autos do processo n.º 090/2015, e após, caso assim o queira, para que interponha recurso ao Conselho Federal de Odontologia, que deverá ser interposto e protocolado neste CROSP, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua ciência. O prazo do edital terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, findo o qual será dado prosseguimento do feito para a execução do acórdão.

MARCOS JENAY CAPEZ
Presidente do Conselho
Em exercício

CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA DA 2ª REGIÃO

DELIBERAÇÃO Nº 1, DE 16 DE MAIO DE 2018

Dispõe sobre Aprovação da Prestação de Contas do Exercício de 2017, do Conselho Regional de Química - 2ª Região

O Conselho Regional de Química da 2ª Região - Estado de Minas Gerais - CRQ-2, Autarquia Pública Federal criada pela Lei nº 2800 de 18 de junho de 1956, no uso de suas atribuições legais e regimentais e considerando o Parecer da Comissão de Tomada de Contas do Controle Interno deste Conselho Regional e a decisão unânime adotada pelos Senhores Conselheiros presentes na 755ª Sessão Plenária realizada dia 16 maio de 2018, resolve:

Art. 1º - Aprovar pela sua regularidade absoluta sem ressalva, a prestação de contas do Conselho Regional de Química - 2ª Região/ CRQ-MG, referente ao exercício de 2017, conforme demonstrativo abaixo.

Art. 2º - Esta deliberação entra em vigor, nesta data, revogadas as disposições em contrário.

WAGNER JOSÉ PEDERZOLI
Presidente do Conselho

ANEXO

Balanço Financeiro Período: Janeiro/2015 a Dezembro/2015

INGRESSOS	
Receita Orçamentária	
Receita Realizada	
Receitas Correntes	
Receita de Contribuições	8.654.286,23
Contribuições das Categorias	6.699.809,56
Profissionais e Econômicas	6.699.809,56
Anuidades de Pessoas Físicas	
Anuidades de pessoas Jurídicas	2.203.618,91
	4.496.190,65
Receita Patrimoniais	
Receitas Imobiliárias	418.159,41
Aplicação Financeira de Liquidação Imediata	16.337,59
Aplicação Financeira Poupança e Renda Fixa	401.681,00
	140,82
Receitas de Serviços	
Serviços Administrativos	1.122.221,33
	1.122.221,33
Outras Receitas Correntes	
Multas e Juros de Mora	414.096,03
Multas e Juros de Mora das Contribuições	306.749,76
	306.749,76
Multas de Outras Origens	
Multas pelo Exercício Ilegal da Profissão	60.243,30
	60.243,30
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	28.786,83
Recuperação de despesas de Exercícios Anteriores	28.786,83
Receitas Diversas	
Receitas c/inscritos em Concurso Público	18.316,14
	18.316,14
Recebimento Extra Orçamentários	3.900.212,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	7.356,87
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	3.892.855,13

Saldo em espécie do Exercício Anterior	1.147.418.18
Total	13.701.916,51

Balanço Financeiro - Período: Janeiro/2017 a Dezembro/2017

Ingressos	R$
Receita Orçamentária	10.252.830,18
Receita Realizada	10.252.930,18
Receita Corrente	10.218.510,18
Receitas de Contribuições	8.073.724,40
Contribuições das Categorias	8.073.724,40
Profissionais e Econômicas	
Anuidades de Pessoas Físicas	3.027.821,16
Anuidades de Pessoas Jurídicas	5.045.903,24
Receitas Patrimoniais	487.291,83
Receitas Imobiliárias	39.914,09
Aplicação Financeira de Liquidação Imediata	447.315,06
Aplicação Financeira Poupança e Renda Fixa	62,68
Receitas de Serviços	1.214.117,04
Serviços Administrativos	1.214.117,04
Outras Receitas Correntes	443.376,91
Multas e Juros de Mora	443.376,91
Multas e Juros de Mora das Contribuições	401.489,00
Multas de Outras Origens	41.887,91
Multas pelo Exercício Ilegal da Profissão	41.887,91
Receitas de Capital	34.420,00
Alienação de Bens	34.420,00
Recebimentos Extra Orçamentários	4.686.265,71
Inscrição de Restos a Pagar Processados	16.280,17
Outros Recebimentos Extra Orçamentários	4.669.985,54
Saldo em espécie do Exercício Anterior	2.366.135,59
Total	17.305.331,48

Dispendios	R$
Despesa Orçamentária	9.542.406,73
Crédito Empenhado Liquidado	16.280,17
Crédito Empenhado Liquidado Pago	9.526.126,56
Credito Emp.Liquidado Pago - Desp. Correntes	9.264.924,75
Pessoal e Encargos Sociais	3.046.861,21
Pessoal e Encargos Sociais Aplicações Diretas	3.046.861,21
Vencimentos e Vantagens Fixas	2.120.033,50
Obrigações Patronais	720.336,96
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	206.490,75
	6.218.063,54
Outras Despesas Correntas	2.432.804,60
Transferências Intragovernamentais	3.785.258,94
Outras Despesas Correntes	
Credito Emp. Liquidado - Despesas de Capital	261.201,81
Investimentos	261.201,81
Investimentos Aplicações Diretas	261.201,81
Obras e Instalações	21.112,88
Equipamento e Material Permanente	240.088,93
Pagamento Extra Orçamentários	4.680.332,61
Pagamento de Restos a Pagar Processados	10.422,26
Outros Pagamentos Extra Orçamentários	4.669.910,35
Saldo para o Exercício Seguinte	3.082.592,14
Total	17.305.331,48

Belo Horizonte, 31 de dezembro de 2017
WAGNER JOSÉ PEDERZOLI
Presidente - CRQ-2 - 02300281
CPF: 129.488.026-87

HERMETO BARBOZA MACHADO
Tesoureiro - CRQ-2 - 02100097
CPF: 001.683.436-49

GILBERTO GONTIJO DO AMARAL
Contador - CRC-MG - 077502/0-0
CPF: 001.468.716-00

Antecipe o pagamento das matérias e garanta comodidade e o prazo das publicações



O **INCom** dispõe de uma opção a mais para pagamento das publicações no Diário Oficial da União: a compra de crédito para publicação. Semelhante ao conceito “pré-pago”, o modelo permite a aquisição antecipada de créditos para utilização em publicações futuras, evitando transtornos na comprovação de pagamento de matérias. O serviço permite, também, reaproveitar créditos provenientes de matérias pagas à vista e, eventualmente, não publicadas. A aquisição e o controle dos créditos são totalmente feitos pelo usuário, de forma simples e segura, por meio de uma nova função integrada ao sistema **INCom.**

Imprensa Nacional - Informações oficiais desde 1808

Mais informações, pelo telefone
(61) 3441-9450



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152018052200126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.